

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Faculdade de Letras da UFMG

ISSN

Impresso: 0104-0588

On-line: 2237-2083

V.24 - Nº 3



Rev. Estudos da Linguagem	Belo Horizonte	v. 24	n. 3	p.651-1099	set./dez. 2016
---------------------------	----------------	-------	------	------------	----------------

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Universidade Federal de Minas Gerais

REITOR: Jaime Arturo Ramirez

VICE-REITORA: Sandra Regina Goulart Almeida

Faculdade de Letras:

DIRETORA: Graciela Inés Ravetti de Gómez

VICE-DIRETOR: Rui Rothe-Neves

Editora-Chefe

Heliana Ribeiro de Mello

Organizadores

Glaucia Muniz Proença Lara

Ida Lucia Machado

Wander Emediato de Souza

Secretária: Úrsula Francine Massula

Revisão: Fazito Comunicação

Editoração: Úrsula Francine Massula

Alda Lopes Durães Ribeiro

Capa: Elson Rezende de Melo

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, v.1 - 1992 - Belo Horizonte, MG,
Faculdade de Letras da UFMG

Histórico:

1992 ano 1, n.1 (jul/dez)

1993 ano 2, n.2 (jan/jun)

1994 Publicação interrompida

1995 ano 4, n.3 (jan/jun); ano 4, n.3, v.2 (jul/dez)

1996 ano 5, n.4, v.1 (jan/jun); ano 5, n.4, v.2; ano 5, n. esp.

1997 ano 6, n.5, v.1 (jan/jun)

Nova Numeração:

1997 v.6, n.2 (jul/dez)

1998 v.7, n.1 (jan/jun)

1998 v.7, n.2 (jul/dez)

1. Linguagem - Periódicos I. Faculdade de Letras da UFMG, Ed.

CDD: 401.05

ISSN: Impresso: 0104-0588

On-line: 2237-2083

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

V. 24 - Nº 3- Set./Dez. 2016

Indexadores

CSA (Linguistics and Language Behavior Abstracts)

DOAJ (Directory of Open Access Journals)

DRJI (Directory of Research Journals Indexing)

EBSCO

JournalSeek

Latindex

MIAR (Matriu d'Informació per a l'Anàlisi de Revistes)

MLA (Modern Language Association Bibliography)

Portal Capes

REDIB (Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico)

Sindex (Scientific Indexing Services)

WorldCat/Online Computer Library Center



REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Editora-chefe

Heliana Ribeiro de Mello (UFMG)

Comissão Editorial

Aderlande Pereira Ferraz (UFMG)

Glaucia Muniz Proença Lara (UFMG)

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (UFMG)

Comissão Científica

Aderlande Pereira Ferraz (UFMG)

Alessandro Panunzi (Univ. degli Studi Firenze, Itália)

Alina Maria S. M. Villalva (Univ. de Lisboa)

Ana Lúcia de Paula Müller (USP)

Augusto Soares da Silva (UCP, Braga)

Beth Brait (PUCSP / USP)

Carmen Lucia Barreto Matzenauer (UCPEL)

César Nardelli Cambraia (UFMG)

Charlotte C. Galves (UNICAMP)

Cristina Name (UFJF)

Deise Prina Dutra (UFMG)

Diana Luz Pessoa de Barros (USP/ Mackenzie-SP)

Dylia Lysardo-Dias (UFSJ)

Edwiges Morato (UNICAMP)

Emília Mendes Lopes (UFMG)

Esmeralda V. Negrão (USP)

Gabriel de Ávila Othero (UFRGS)

Gerardo Augusto Lorenzino (Temple University)

Glaucia Muniz Proença Lara (UFMG)

Hanna Batoréo (Universidade Aberta, Lisboa)

Heliana Ribeiro de Mello (UFMG)

Heronides Moura (UFSC)

Hilário Bohn (UCPEL)

Hugo Mari (PUC Minas)

Ida Lucia Machado (UFMG)

Ieda Maria Alves (USP)

Ivã Carlos Lopes (USP)

Jairo Nunes (USP)

João Antônio de Moraes (UFRJ)

João Miguel M. da Costa (Univ. Nova, Lisboa)

João Queiroz (UFJF)

João Saramato (Univ. de Lisboa)

John Robert Schmitz (UNICAMP)

José Borges Neto (UFPR)

Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP)

Leo Wetzels (Free University of Amsterdam)

Leonel Figueiredo de Alencar (UFC)

Lodenir Becker Kamopp (UFRGS)

Lorenzo Teixeira Vitral (UFMG)

Luiz Amaral (Univ. of Massachusetts Amherst)

Luiz Carlos Cagliari (UNESP-Araraquara)

Luiz Carlos Travaglia (UFU)

Marcelo Barra Ferreira (USP)

Márcia Maria Cançado Lima (UFMG)

Márcio Leitão (UFP)

Marcus Maia (UFRJ)

Maria Antonieta Amarante M. Cohen (UFMG)

Maria Bernadete Marques Abaurre (UNICAMP)

Maria Cecília Camargo Magalhães (PUC-SP)

Maria Cecília Magalhães Mollica (UFRJ)

Maria Cândida Trindade C. de Seabra (UFMG)

Maria Cristina Figueiredo Silva (UFPR)

Maria do Carmo Viegas (UFMG)

Maria Luíza Braga (PUC-RJ)

Maria Marta P. Scherre (UnB)

Milton do Nascimento (PUC-Minas)

Mônica Santos de Souza Melo (UFV)

Philippe Martin (Université Paris 7)

Rafael Nonato (Museu Nacional / UFRJ)

Raquel Meister Ko. Freitag (UFS)

Roberto de Almeida (Concordia University)

Ronice Müller de Quadros (UFSC)

Ronald Beline (USP)

Rove Chishman (UNISINOS)

Sandaléia Longhin-Thomazi (UNESP)

Sérgio de Moura Menuzzi (UFRGS)

Seung-Hwa Lee (UFMG)

Sírio Possenti (UNICAMP)

Thaís Cristóvão Alves da Silva (UFMG)

Tony Berber Sardinha (PUC-SP)

Ubiratã Kickhöfel Alves (UFRGS)

Vander Viana (University of Stirling, UK)

Vanice Gomes de Medeiros (UFF)

Vera Lúcia Lopes Cristóvão (UEL)

Vera Lúcia Menezes de O. e Paiva (UFMG)

Vilson J. Leffa (UCPEL)

Sumário / Contents

Apresentação	661
<i>A (des)ordem da polêmica na mídia: o caso da pílula do câncer</i>	
<i>The (dis)order of polemics in the media: the case of the cancer pill</i>	
Roberto Leiser Baronas Jorcemara Matos Cardoso	673
<i>A construção de nosso saber escolar – o ensino primário no Império e nos primeiros anos da República</i>	
<i>The construction of our school knowledge – Primary education in Imperial times and in the early years of the Republic</i>	
Leonor Lopes Fávero	703
<i>A redução da maioridade penal na voz de adolescentes (des)favorecidos</i>	
<i>The reduction of criminal age of responsibility in the voice of (under) privileged young adolescents</i>	
Denize Elena Garcia da Silva Ana Claudia Camargo Carvalho	729
<i>Analyse de discours et inégalités sociales: de l’empathie pour les invisibles à l’engagement pour le commun</i>	
<i>Discourse Analysis and social inequalities: from the empathy for the invisible ones to the commitment for the common (good)</i>	
Alain Rabatel	757
<i>La division sociale de la langue: la fiction d’une langue populaire</i>	
<i>The social division of language: the fiction of popular language</i>	
Dominique Ducard	789

La figure du “jeune des banlieues” en France: Genèse, mutations et déterritorialisation <i>The figure of the “suburbs young” in France: Genesis, changes and deterritorialization</i>	
Guy Lochard	815
Política, educação e desigualdades: três perspectivas, confinamentos e hibridizações <i>Policy, education and inequalities: three perspectives, confinements and hybridizations</i>	
Marisa R. T. Duarte	841
Le genre comme rapport d’inégalité sociale dans le discours publicitaire <i>Gender as a relation to social inequality in advertising discourse</i>	
Jean-Claude Soulages	867
Genre et stéréotypage médiatique: du procès des médias aux processus psycho-sociaux de facilitation ou de réactance <i>Gender categorization and stereotyping media: from media process to the psycho-social-media processes</i>	
Claude Chabrol	895
Desigualdad de género en la política mexicana <i>Gender inequality in Mexican politics</i>	
María Eugenia Flores Treviño José María Infante Bonfiglio	923
Representação de pessoas em situação de rua no jornalismo <i>on-line</i> : quais são as vozes convocadas para falar sobre a situação de rua? <i>Representation of homeless people in online journalism: which voices are called to talk about the homeless?</i>	
Viviane Resende	955

Narrativas de moradores de rua nas mídias sociais <i>Autobiographic narratives by homeless people in digital social media</i> Dylia Lysardo-Dias	989
De l'inégalité objectivée à l'inégalité ressentie et aux peurs qu'elle suscite: les réfugiés pris au piège de l'identité <i>From the objectified inequality to the perceived inequality and associated fears: refugees caught in the trap of identity</i> Sophie Moirand	1015
Discurso, cognição e formas de empoderamento: uma análise do jornal "A Sirene" <i>Discourse, cognition and ways of empowerment: an analysis of the newspaper "The Siren"</i> Paulo Henrique A. Mendes William A. Menezes	1047
Diferenças condensadas em palavras <i>Differences condensed in words</i> Sírio Possenti	1075

A Análise do Discurso e seu trajeto na UFMG: breves considerações

Discourse Analysis and its path at UFMG: brief considerations

Glaucia Muniz Proença Lara

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
gmplara@gmail.com

Ida Lucia Machado

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
idaluz@hotmail.fr

Wander Emediato

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
wemediato@hotmail.com

A Análise do Discurso fez notáveis avanços na área dos Estudos Linguísticos, tornando-se parte integrante e de importância considerável em diferentes Programas de Pós-Graduação em todo Brasil. Em Minas Gerais, particularmente, destacam-se os esforços pioneiros dos pesquisadores em Análise do Discurso do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PosLin) da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais que, desde 1993, vêm trabalhando para conferir à disciplina a legitimidade e credibilidade que ela merece.

O que distingue a Análise do Discurso (AD) de outras teorias que também trabalham com a linguagem? Entre várias respostas possíveis, sublinhamos o fato de que ela é basicamente interdisciplinar: focalizando

diferentes tipos e gêneros de discurso, empenha-se em interpretá-los de acordo com a posição que eles ocupam na sociedade em que foram produzidos, levando em conta, nesse processo, não apenas os pontos de vista explícitos, mas também os implícitos, uma vez que tanto uns quanto os outros veiculam sentido(s). Em outras palavras, para a AD não é possível analisar discursos se forem negligenciados elementos ou categorias vindos da dimensão social que os envolve. Tal dimensão abrange aspectos da História, da Política, da Psicologia Social, da Sociologia, da Comunicação Social, entre outros, como se pode notar no leque diversificado de discursos que servem de objeto de análise para os pesquisadores. É isso que dá à AD sua “carta de identidade” face a outras disciplinas, o que nos mostra que ela é única, embora se mostre múltipla em sua constituição. É única visto que, seja nesta ou naquela corrente teórica, opera a partir de um instrumental linguístico-discursivo; é múltipla por essa sua natural interdisciplinaridade, que está intrinsecamente ligada à sua criação.

A Análise do Discurso, enquanto integrante das ciências da linguagem e, mais especificamente, dos Estudos Linguísticos, tem-se empenhado em conquistar seu lugar e definir sua posição, sua metodologia e seus objetivos, pois, se, de um lado, tem sua base na linguística, de outro, tem também como objeto de estudo o domínio do vasto – e, por vezes, escorregadio – *discurso* (tomado não apenas como a materialização do texto verbal, mas também do texto não verbal: visual, sonoro etc.). Nessa perspectiva, a AD, ainda que mantendo suas raízes e conceitos de base em uma *linguística discursiva*, busca subsídios em outras disciplinas e teorias. Assim agindo, ela vem-se tornando cada vez mais apta a oferecer soluções de análise para o estudo dos diferentes *corpora* que lhe são apresentados. Tal fato tem propiciado o diálogo entre as diferentes disciplinas que trabalham com o discurso – e elas são muitas – e as diferentes correntes de análise do discurso que existem atualmente.

Devemos dizer que a Análise do Discurso sempre foi uma disciplina “ousada”, no sentido de que sempre contou com seus próprios instrumentos de análise e, mais que isso, com seus próprios quadros teóricos e metodológicos. Como a Pragmática (mas com procedimentos diferentes), ela se deu por objetivo analisar a linguagem em ação, assim como também procurou identificar os efeitos possíveis dos usos languageiros em sua busca de construção de sentidos. Dessa maneira,

não é nada surpreendente que a AD tenha decidido manter-se em uma espécie de “encruzilhada” e defenda a interdisciplinaridade como um de seus componentes, como já dissemos: é ela que faz a diferença e que aparece em todos os modelos ou metodologias dessa disciplina.

Ter a pretensão de que “uma” AD seja melhor que outra(s) é algo que não deve entrar no quadro de preocupações dos analistas do discurso. Há que se ter por norte que é preciso respeitar as diversidades e os referenciais teóricos que as diferentes correntes assumem. Talvez isso seja um princípio básico que se deve, de certo modo, à AD fundada por Pêcheux: ao surgir como disciplina, nos anos 1960, ela já partia de várias hipóteses e reunia diferentes teóricos e disciplinas das ciências humanas. Os analistas do discurso de hoje, em sua grande maioria, não se esqueceram dessa lição e sabem que é a ciência que sairá perdendo se certos modelos de AD se tornarem dominantes ou por demais autoritários. Como disciplina essencialmente crítica, ela não pode fugir à autocrítica. Na verdade, o analista do discurso luta para manter sua disciplina, a AD, no âmbito da linguística (mesmo se algumas abordagens a transcendem, como já foi dito), mas, ao mesmo tempo, defende a diferença de metodologias e de teorias analítico-discursivas, pois sabe que, agindo dessa forma, estará trabalhando para sua liberdade enquanto pesquisador e para a liberdade dos pesquisadores que lhe sucederão.

Assim, como já havia dito Maingueneau (1995), também afirmamos que não há uma só AD, mas várias ADs. Além disso, nas palavras do citado pesquisador, há que se ter em mente “que os estudos sobre o discurso são também discursos” (ib., tradução nossa).

1 A Análise do Discurso que praticamos no NAD

Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Análise do Discurso desenvolveu-se no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras, graças ao NAD – *Núcleo de Análise do Discurso* –, criado por Ida Lucia Machado e Wander Emediato, com a preciosa ajuda de Patrick Charaudeau (Universidade de Paris XIII) e de outros futuros pesquisadores em AD, no ano de 1993. Seguindo o modelo do *Centre d'Analyse du Discours* - CAD de Paris XIII, o Núcleo, que anteriormente se denominava “Centro de Análise do Discurso”, foi oficializado, em 1996, pela Congregação da FALE/UFMG, tornando-se

o primeiro laboratório ou centro de estudos com a designação “núcleo” na referida faculdade.

Por meio do NAD foram empreendidas várias atividades que tiveram boa repercussão e muito cooperaram para concretizar a integração da Análise do Discurso (AD) à pós-graduação da UFMG. Além da publicação de várias coletâneas, reunindo artigos de pesquisadores brasileiros e franceses, desde 1998 até os dias de hoje, destacamos os dois Projetos de Pesquisa que ligaram a UFMG à Universidade de Paris XIII, no âmbito de Acordos de Cooperação CAPES/COFECUB, durante os períodos de 1994 a 1998 e 2000 a 2004. Esses projetos favoreceram o contato e a troca de informações entre pesquisadores do Brasil e da França, professores e estudantes do PosLin (FALE/UFMG) e de Paris XIII, bem como da Universidade de Paris III.

Cabe ainda acrescentar que o NAD foi agraciado com duas Bolsas da *Escola de Altos Estudos* da CAPES. A primeira, em 2007, permitiu que aqui trouxéssemos a renomada pesquisadora em Argumentação e AD, Professora Ruth Amossy, da Universidade de Tel Aviv (Israel); a segunda, em 2012, coube ao Professor Patrick Charaudeau, de Paris XIII, que, como foi mencionado anteriormente, é um dos fundadores do NAD e tem-se mostrado, durante todo esse tempo, um grande incentivador e parceiro dos integrantes do referido grupo de estudos.

Já foram realizados quatro grandes Simpósios Internacionais sobre a AD, todos eles organizados por membros do NAD. O último, que deu origem ao conjunto de artigos que compõe o presente número da *Revista de Estudos da Linguagem* (RELIN), teve como eixo temático “discursos e desigualdades sociais” e ocorreu em setembro de 2016. Nele reuniram-se, em torno do tema proposto, pesquisadores de vários países e estados do Brasil, com suas diferentes metodologias de trabalho e suas diferentes visões do discurso.

Para nós, do NAD, a AD é uma disciplina viva e que sempre acompanhou *l’air des temps*. Infelizmente, no mundo atual, os casos de desigualdade em diferentes setores da sociedade só têm aumentado e, como não poderia deixar de ser, o discurso se mostra como um lugar privilegiado para acolher essas manifestações. Foi, portanto, de forma natural e espontânea que acreditamos ser necessário conceber um simpósio internacional de AD que abrisse espaço para a reflexão em torno desse tema. Na próxima seção, explicaremos a proposta do evento mais detalhadamente.

2 Algumas palavras sobre o IV SIAD e seu eixo temático

O IV Simpósio Internacional sobre AD: discursos e desigualdades sociais, ao conceber como tema o estudo das desigualdades existentes em diversos setores da vida social, teve como objetivo maior levar professores, alunos e pesquisadores em Análise do Discurso e disciplinas afins a refletir sobre as vozes que, em nossa sociedade de consumo, são desconsideradas, menosprezadas, apagadas.

Assumimos, assim, com Lara e Limberti (2015, p. 7), que a História é, em geral, contada do ponto de vista do dominador, sendo a voz do outro – o dominado – abafada, silenciada, uma vez que esse *outro* – o “diferente” – incomoda, ameaça a identidade do grupo dominante e, por essa razão, deve ser excluído (ou, em alguns casos, assimilado ao grupo, perdendo, nesse movimento, características que lhe são próprias, inclusive sua própria “voz”). Poderíamos, na esteira de Ducard (2015), chamá-los de “sem voz” (“*sans paroles*”). Essa expressão se dirige, pois, àqueles cuja “fala” foi/tem sido socialmente excluída, fazendo-se, por vezes, representar pelos locutores legítimos (em geral, os do grupo dominante).

Diante desse quadro, quisemos, por meio da proposta do IV SIAD, trazer à baila a voz desse *outro* que, por algum motivo (questões econômicas, culturais, políticas, raciais etc) permanece ainda inaudível para uma parte significativa da sociedade. A exclusão – e são muitos os excluídos – passa, assim, pela cor da pele, pela nacionalidade, pelas crenças religiosas, pelo sexo, enfim, passa “por tudo aquilo que não se enquadre no *conforme*, no *belo* e no *limpo* exigidos por uma sociedade cada vez mais voltada para o *parecer* que para o *ser*” (MACHADO, 2015, p. 131; grifos do original).

Temos notado que, entre os vários problemas relacionados à exclusão, à segregação, encontram-se os problemas identitários, os problemas da falta de espaço, os problemas do preconceito e da intolerância que os indivíduos vivenciam no seu dia a dia. Tal segregação pode ocorrer de forma aberta ou velada, sendo esta talvez mais perversa do que aquela, justamente por significar, simulando que não significa. “Afim, afirmar que se aceita o *outro*, mas querê-lo convenientemente à distância, confinado em seu ‘próprio’ espaço, não é aceitação real.”, como sustentam Lara e Limberti (2015, p. 7). Porém, por mais que nos esforcemos em negar a presença (incômoda) desse *outro* – já que

“diferente” de nós –, ele está em todos os lugares; é fundamentalmente um problema social, mas que traz em seu bojo, como vimos, outros fatores: históricos, políticos, econômicos e, por que não dizer, discursivos.

De acordo com Charaudeau (2015), nossa identidade se constrói sobre um paradoxo: precisamos do *outro* na sua diferença para tomar consciência de nossa existência, mas, ao mesmo tempo, desconfiamos dele, sentimos a necessidade seja de rejeitá-lo, seja de torná-lo semelhante a nós para eliminar essa diferença. Van Dijk (2015), por sua vez, fala de uma espécie de polarização *nós/eles*, caracterizada, do ponto de vista discursivo, por uma estratégia geral de autoapresentação positiva e de apresentação negativa do *outro*, o que pode ser comprovado por meio dos temas mobilizados (ou silenciados), dos itens lexicais escolhidos, das metáforas, das estratégias argumentativas, das imagens/representações, entre muitas outras propriedades do discurso.

Se aqueles (*outros*) a quem se atribui uma diferença político-ideológica, como os índios, os negros, os imigrantes, sofrem, no contato sociocultural, dificuldades de inserção e de aceitação, eles não são os únicos que padecem desse mal. São apenas a ponta de um *iceberg*, em cuja base se encontram outras categorias, como os homossexuais, os idosos, os pobres, os deficientes, “enfim, toda uma legião de segregados, aqueles que, segundo a posição do dominador, não deveriam existir” (LARA; LIMBERTI, 2015, p. 8).

Cabe esclarecer que o tema proposto para o IV SIAD não teve como aspiração construir “uma sociologia do gosto e das formas de julgamento das classes populares” (EMEDIATO, 2016, p. 199). A visada do Simpósio foi bem mais ampla: a de provocar discussões que mostrassem quais são os sujeitos “invisíveis” (e “inaudíveis”) aos olhos da sociedade e que ações têm sido realizadas para dar, gerir e representar a voz dos habitualmente “sem voz”, seja ouvindo os próprios sujeitos marginalizados socialmente, seja ouvindo aqueles que falam por eles: seus diferentes porta-vozes. Organizamos um encontro que se mostrou capaz de, ao mesmo tempo, examinar as diferentes estratégias discursivas mobilizadas para representar ou, mais frequentemente, para apagar essas vozes marginais e, além disso, apreender/avaliar as ferramentas teórico-metodológicas apresentadas pelos diferentes participantes, a fim de que se possa lidar com o problema em foco ou pelo menos dele tomar consciência.

A partir do congresso, convidamos os conferencistas e os participantes de mesas-redondas a submeterem seus textos à *Revista de Estudos da Linguagem* (Poslin/FALE/UFMG), para publicação de um número temático, referente ao ano 2016. Grande parte deles atendeu ao nosso apelo. São esses textos que agora temos o prazer de apresentar ao leitor. A publicação do presente número temático da RELIN, com textos oriundos do IV SIAD, vem, assim, consolidar o sucesso do evento, como se verá na próxima seção.

3 Os artigos do número temático da *Revista de Estudos da Linguagem* (RELIN)

Algumas palavras prévias sobre os artigos que formam este número da RELIN são necessárias. Temos aqui um *échantillon*, uma pequena, mas – acreditamos – significativa mostra do que foi o *IV Simpósio Internacional sobre Análise do discurso*. São, no total, 15 artigos assinados por diferentes pesquisadores, de distintos países (Brasil, França, México), com diferentes pontos de vista sobre os discursos e as desigualdades sociais, cada um com seu estilo, cada um com sua metodologia de analisar discursos.

Para começar temos um artigo escrito por Roberto Leiser Baronas e Jorcemara Matos Cardoso, ambos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - SP. Nesse artigo, a partir da constatação de que as mídias, em geral, com base no argumento de interesse público, não cessam de orquestrar e de difundir polêmicas das mais variadas naturezas, os pesquisadores discorrem sobre a polêmica gerada pela liberação de um medicamento anticancerígeno no Brasil.

Na sequência, encontra-se o texto de Leonor Lopes Fávero, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Nele, a pesquisadora, com base História das Ideias Linguísticas e na História Cultural, refaz o árduo caminho do ensino primário no Brasil do Império até os dias de hoje. Sua contribuição ressalta, assim, a interface que Análise do Discurso cultiva com a História.

Escrito a quatro mãos por Denize Elena Garcia da Silva e Ana Cláudia Camargo Carvalho, ambas da Universidade de Brasília (UnB), o artigo seguinte discute a atual proposta de redução da maioria penal no Brasil, tomando por base discursos de jovens adolescentes (des)favorecidos e analisando-os a partir do instrumental teórico da ACD (Análise Crítica do Discurso).

Alain Rabatel, da Universidade de Lyon I (França), analisa a relação entre desigualdades sociais e invisibilidade e discute alguns exemplos de luta por reconhecimento que afeta a existência de sujeitos marginalizados no contexto francês atual. Interroga-se igualmente sobre as precauções que devem ser tomadas para que a Análise do Discurso dê conta da invisibilidade social, quando esta é duplicada pela invisibilidade midiática e linguística.

O quinto artigo, assinado por Dominique Ducard, da Universidade Paris-Est Créteil (França), busca mostrar, com base em textos de historiadores e de (socio)linguistas, como a língua francesa, nos diferentes momentos de sua evolução, é atravessada pela ideia de uma divisão social, na qual a “língua popular” (identificada a uma dada classe social) é desvalorizada. O autor discorre sobre a noção de língua e de sua imagem na consciência linguística dos sujeitos, o que acaba por levá-lo à questão da instituição social da língua. Mostra ainda que a língua comum, plural e diversificada do discurso histórico e linguístico se faz acompanhar de uma referência a uma língua padronizada, instituída pela escola.

A “questão urbana” que, já há algum tempo, angustia a França é a do jovem habitante suburbano, que não é visto com bons olhos por alguns franceses. Eis o tema do artigo de Guy Lochard, da Universidade de Paris III - Sorbonne Nouvelle (França), que nos convida, assim, a visitar a *banlieue* (subúrbio francês). O artigo busca evidenciar a gênese e as transformações desse personagem estereotípico, assim com a construção e os deslocamentos de grandes “configurações actanciais” que ele ajuda a estruturar.

Já o artigo escrito por Marisa R.T. Duarte, da Universidade Federal de Minas Gerais, expõe três perspectivas diferentes para abordar problemas sociais e desigualdades, ligados à política e à educação brasileiras. A autora constata que cada perspectiva parte de ideias distintas para o estudo do fenômeno do “poder”, organizando, ao longo do tempo, conceitos, categorias e discursos próprios. Conclui que as apropriações dessas abordagens nos estudos de política educacional têm consequências para as análises das relações entre educação e desigualdades, podendo produzir tanto efeitos de confinamento, quanto de hibridismo. Trata-se, pois, de uma contribuição amparada em um sólido estudo sociológico e político.

Voltando à França, temos dois artigos assinados, respectivamente, pelos pesquisadores Jean-Claude Soulages, da Universidade Lumière-

Lyon II, e Claude Chabrol, professor honorário da Universidade de Paris III - Sorbonne Nouvelle, que expõem casos ligados às mídias. Se cada autor tem seu próprio estilo e suas próprias bases teóricas, eles se aproximam, porém, em dois aspectos fundamentais: abordam as noções de gênero/*gender* (feminino e masculino) e tratam da questão da estereotipagem, tomada como um elemento sempre perigoso, já que passível de contribuir para a discriminação.

Também ligado às noções de gênero social, como os artigos precedentes, o texto assinado pelos colegas mexicanos, professores da Universidade Autônoma de Nuevo León, María Eugenia Flores Treviño e José Maria Infante Bonfiglio, discorre, em uma perspectiva transdisciplinar (comunicativo-pragmática e discursivo-ideológica), sobre três casos de discriminação, divulgados na imprensa mexicana, contra mulheres que se candidataram às eleições de 2015, no estado de Nuevo León (México).

As pesquisadoras brasileiras Viviane Resende, da Universidade de Brasília (UnB), e Dylia Lysardo-Dias, da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), propõem dois artigos que, embora mobilizem distintas teorias discursivas, abordam, basicamente, a mesma questão: problemas ligados a moradores de rua. O artigo de Viviane Resende centra-se na problemática da representação que é feita desses sujeitos no jornalismo *on-line*, enquanto o de Dylia Lysardo-Dias, que também se apoia nas mídias sociais digitais, discute a possibilidade de usar essas novas tecnologias para auxiliar os moradores de rua, no sentido de torná-los (e de tornar suas narrativas de vida) mais visíveis para a sociedade que os marginaliza.

Em seguida, temos o artigo de Sophie Moirand, da Universidade de Paris III - Sorbonne Nouvelle (França), que nos leva à Europa e aos seus atuais problemas e preconceitos contra os migrantes e refugiados. No artigo, que enfoca o período de 2015-2016, a pesquisadora discute as relações de identidade e de desigualdade por que passam essas pessoas e mostra, por meio de vários exemplos, como é sua representação em diversos jornais franceses.

O texto assinado por Paulo Henrique A. Mendes e William A. Menezes, ambos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), por sua vez, retrata o difícil caminho percorrido por habitantes da cidade de Mariana e seus arredores, que foram vítimas, em 2016, do rompimento da barragem de rejeitos Fundão da mineradora Samarco. A partir desse

quadro, focaliza práticas discursivas inscritas no jornal *A Sirene*, que é produzido pelos próprios atingidos (com a colaboração dos coletivos #UmMinutoDeSirene e NITRO), servindo de ferramenta de comunicação e de mobilização entre eles.

Este número da revista termina com o artigo de Sírio Possenti, da Universidade de Campinas (UNICAMP), que propõe, com base em dicionários políticos e de línguas, um estudo detalhado – e também pincelado de ironia – sobre o termo “golpe”, no contexto do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Busca, assim, elucidar algo que toca, de certo modo, na questão do gênero social, no caso, o feminino.

Como o leitor poderá notar, os artigos aqui apresentados, em seu conjunto, fornecem uma imagem da interdisciplinaridade – ou mesmo da transdisciplinaridade – com que trabalha o Núcleo de Análise do Discurso (NAD) e, por conseguinte, mostram a forma como o *IV Simpósio Internacional*, promovido pelo referido Núcleo, respeitou e acolheu todas as metodologias com as quais a AD trata os diferentes *corpora* a ela submetidos, a partir da visão que dezenove pesquisadores, em quinze artigos, deram ao tema do Simpósio.

Nesse sentido, concordando com a posição de Maingueneau (1995), reafirmamos o que já dizíamos no prefácio do primeiro volume da coletânea *Análises do Discurso hoje*, publicado em 2008: a constatação de que o termo “análise do discurso” deve ser usado no plural, uma vez que essa disciplina recobre uma vasta gama de correntes teóricas – cada uma delas com sua especificidade –, mas debruçando-se todas sobre um objeto comum: o texto, o discurso, o que lhes confere uma certa unidade na diversidade (LARA; MACHADO; EMEDIATO, 2008, p. 7). Assim, essa diversidade, longe de desmerecer a AD, faz dela uma das disciplinas mais profícuas, na atualidade, para o entendimento das relações que se estabelecem entre o discurso e a sociedade.

Referências

CHARAUDEAU, P. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (Org.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 13-30.

DUCARD, D. *Projeto COFECUB*. Paris: Céditec/Université Paris-Est-Créteil, 2015. (Inédito)

EMEDIATO, W. Representações discursivas das mídias sobre as favelas. In: LARA, G. M. P.; LIMBERTI, R. de C. P. (Org.). *Representações do outro*. Discurso, (des)igualdade e exclusão. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 187-204. Coleção NAD.

LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. Apresentação. In: LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (Org.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 7-11

LARA, G. M. P.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. Prefácio. In: LARA, G. M. P.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (Org.). *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2008. v. 1. p. 7-10.

MACHADO, I. L. Narrativa de vida e construção da identidade. In: LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (Org.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 129-142.

MAINGUENEAU, D. Présentation. In: MAINGUENEAU, D. (Org.). *Les analyses du discours en France*. *Langages*, n. 117, p. 5-11, mars 1995.

VAN DICK, T, A. Discurso das elites e racismo institucional. In: LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (Org.) *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 31-48.

**A (des)ordem da polêmica na mídia:
o caso da pílula do câncer**

***The (dis)order of polemics in the media:
the case of the cancer pill***

Roberto Leiser Baronas

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/Leedim/CNPq), São Carlos, São Paulo,
Brasil

baronas@ufscar.br

Jorcemara Matos Cardoso

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/PPGL), São Carlos, São Paulo, Brasil
jorcemara.matoscardoso@gmail.com

Resumo: Em seu último livro *Apologie de la polémique*, publicado em 2014 pela Presses Universitaires de France – PUF, Ruth Amossy nos chama a atenção para o fato de que, no momento atual, é possível constatar que os conflitos de opinião e seus desdobramentos, geralmente violentos, ocupam um lugar de bastante destaque na cena política. Nesse sentido, as mídias de uma maneira em geral, com base no argumento do interesse público, não cessam de orquestrar e de difundir polêmicas das mais variadas naturezas. Para comprovar tal asserção, basta dar uma espiada, sobretudo nos grandes jornais e revistas brasileiros e/ou estrangeiros, para ver que as menções às polêmicas pululam. No entanto, por meio de comentários nos mais diversos dispositivos midiáticos, distintos sujeitos, inscritos em diferentes posicionamentos ideológicos, têm criticado de maneira contundente essa *polemização* midiática. Diante desse fenômeno discursivo, do mirante dos estudos discursivos, nossa questão é tentar responder: por qual razão, mesmo sendo tão criticada

pelos mais distintos atores sociais, a polêmica, ocupando um lugar bastante privilegiado nas mídias em geral – fenômeno que se acirra no momento atual, mas que já vem de longa data – insiste em se manter viva no espaço público? Para dar conta dessa problemática, tomamos a polêmica midiática envolvendo a liberação, por parte da presidente Dilma Rousseff, do uso da Fosfoetanolamina (pílula do câncer), produzida desde os anos 1990 pelo Instituto de Química da USP-São Carlos e frequentamos um extenso conjunto de matérias publicadas em 2016 acerca dessa temática, em diversos dispositivos midiáticos brasileiros.

Palavras-chave: discurso; mídia; polêmica.

Abstract: In her latest book, *Apologie de la polémique*, published in 2014 by Presses Universitaires de France – PUF, Ruth Amossy draws our attention to the fact that at the present time it is clear that conflicts of opinion and their developments, often violent, occupy a prominent place in the political scene. In this sense, the media, in a general manner, based on public interest, do not cease to orchestrate and spread polemics of various natures. To prove this assertion, we just have to take a look, especially at major Brazilian and foreign newspapers and magazines, to see that the references to polemics abound. However, through comments in various media devices, different individuals enrolled in different ideological positions, have criticized the forceful way that the media build controversies. Facing this discursive phenomenon, from the viewpoint of discursive studies, our issue is to try to answer the question: for what reason, even being so criticized by the most distinguished social actors, the polemic, occupying a very privileged place in the media in general – a phenomenon that intensifies at the moment, but that comes from a long time – insists on staying alive in the public space? To handle this problem, we take the media polemics surrounding the release, by President Dilma Rousseff, for the use of Phosphoethanolamine (cancer pill), produced since the years 1990 by the Chemical Institute of USP-São Carlos. We consider an extensive set of articles published in 2016 on this subject in several Brazilian media outlets.

Keywords: discourse; media; polemics.

Recebido em 24 de agosto de 2016.

Aprovado em 20 de outubro de 2016.

“Como se o passado [a polêmica midiática]
nevasse [ininterruptamente] sobre nós”

Regine Robin, 2016.

1 Para um efeito de início

À luz dos estudos discursivos, propomos pensar, neste trabalho, por que, mesmo em uma época em que a polêmica midiática é tão criticada, vemos esse fenômeno se manter cada vez mais vivo no espaço público, a ponto de construir, sobre esse jogo de confronto de posições discursivas, uma ambivalência: se, de um lado, temos um aparente confronto de vozes discursivas, cada uma reivindicando para si o poder de se legitimar, o que poderia ser associado como algo próprio da estrutura democrática – a heterogeneidade e a profusão de vozes nos espaços públicos; por outro, vemos que essa aparente heterogeneidade constrói uma homogeneização do Outro, falando por ele e moldando-o no seu próprio discurso, construindo-o como simulacro. Ao observarmos essa ambivalência ante a polemização dos discursos, objetivamos discutir, neste artigo, como a polemização da ciência na mídia diz o discurso acerca da fosfoetanolamina e, por extensão, o discurso científico, engendrado no espaço acadêmico brasileiro. Não é nosso intuito tomar uma posição dizendo quem estaria certo ou errado¹ no sentido legal ou da ética médica, uma vez que nossa expertise se inscreve no campo discursivo.

Para tanto, analisamos um conjunto de reportagens retiradas de algumas das principais mídias de circulação brasileira, como *Folha de S. Paulo*, *Estadão*, *Uol Notícias*, *El País*, *GI.com*, *Isto é*, *Veja*, *BBC-Brasil*, assim como outras mídias em que vemos a tomada de outra posição e circulação de sentidos sobre a fosfoetanolamina sintética como: *Diário Catarinense*² e *Correio Braziliense*. Nessas reportagens, verificamos principalmente duas posições que fazem brotar e irrigam a polêmica, produzindo acontecimentos discursivos distintos para denominar o

¹ Como será mencionado em diferentes pontos deste texto, não é nosso objetivo defender a eficiência e/ou a eficácia da fosfoetanolamina para o tratamento da neoplasia maligna. Enquanto discursivistas, não temos formação específica e, portanto, competência para dar conta deste empreendimento.

² Mídia *online* que acompanhou o caso do professor Dr. Gilberto Chierice antes mesmo de “explodir” o caso em 2015. Nesse mídiu podemos ver, por exemplo, mais espaço destinado à voz do pesquisador químico da USP – São Carlos do que em outras mídias.

composto químico, ora como fosfoetanolamina, ora como “pílula do câncer” e até como “pílula do barulho”. Elegemos discursivamente, pois, para análise, reportagens nas quais buscamos rastrear o percurso do funcionamento desse jogo argumentativo (AMOSSY, 2014) e discursivo. Com efeito, lançamos mão dos trabalhos de Ruth Amossy (2014), no que tange à discussão da polêmica como modalidade argumentativa; Dominique Maingueneau (2008), no tocante ao conceito de simulacro; e Marie-Anne Paveau (2015), para tratar de memória e desmemória discursiva. Todos esses autores, embora se inscrevam epistemologicamente em abordagens discursivas distintas, têm como empreendimento intelectual comum dar conta dos processos discursivos que suscitam a adesão dos destinatários a uma certa ideologia.

2 Instantaneidade da notícia - a *polemização* do discurso

A evolução tecnológica dos sistemas midiáticos parece finalmente propor uma solução para uma questão física: a possibilidade de estar em mais de um lugar ao mesmo tempo. Sem sair de onde estamos, seja pela tela de um monitor, *smartphone*, *tablet* conectado à internet, seja por um receptor digital ou analógico de TV, ou ainda apenas pelas ondas de rádio, temos acesso a todas essas formas, quase instantâneas, de gerar informação e entretenimento, o que nos abre janelas para o mundo, um mundo apresentado não como a coisa em si, mas enquanto um efeito dessa realidade sempre (re)construída.

Para Debord (1997), o século XX passou por uma espécie de espetacularização das coisas, desdobrando-se de tal forma como num espelho que já não sabemos mais o que é reflexo e o que é real. As imagens se desligam de cada aspecto da vida, não como uma realidade à parte, mas como se com ela se tornasse uma lava vulcânica, que passa de um estado líquido para a total solidificação, tomando um novo rumo. Nesse sentido, quando direcionamos o foco para a mídia, as notícias são postas não como efeito, leitura ou interpretação do real, mas como o próprio real.

Ao trazer para análise o discurso midiático acerca do discurso científico, vemos que essa espetacularização também adentra a construção da notícia, mas não sem um elemento que nos parece nodal – a polêmica, termo esse que tem sido trabalhado, com preocupações distintas, por diversos analistas do discurso, ainda que alguns autores não usem propriamente o termo polêmica, mas tragam as questões do embate e do litígio imbricados na própria constituição dos discursos.

Numa perspectiva foucaultiana, o confronto é próprio do exercício de poder, o qual se aproxima daquilo que podemos chamar de regime de guerra. Nesse sentido, seria próprio do discurso um duplo movimento: controlar o dizer, ao mesmo tempo em que o incita. No livro, *Em defesa da sociedade*, Foucault toma o enunciado de Clausewitz – “A guerra é a continuação da política por outros meios”, e propõe uma reestruturação desse aforisma – “A política é a guerra continuada por outros meios” (1999, p.22). Essa retomada foucaultiana se dá para mostrar três coisas: as relações de poder têm ancoragem nas relações de força em determinado momento histórico, e, se é verdade que o poder político é capaz de parar uma guerra, ele o faz não como meio de estabilização, mas para perpetuar essa relação de força e reinseri-la nas instituições, na linguagem, nos corpos. Em segundo lugar, podemos perceber que, no interior dessa aparente calma, as lutas políticas em busca do poder, com o poder, pelo poder, podem modificar essas relações de força. Em outras palavras, essa brecha criada pelo que é próprio da guerra deixa aberto o confronto e possibilita condições de acentuações e reviravoltas. A partir disso, uma terceira forma de significar esse aforisma mostra-nos que o político seria a própria batalha, o exercício do poder como uma guerra continuada. Destarte, o espaço discursivo teria como referência o modelo das lutas, das estratégias, das táticas, um poder que gera resistência e que almeja ser poder *ad continuum*.

No campo midiático, essas relações de poder ajudam-nos a compreender, por exemplo, a possibilidade de irrupção de vozes marginalizadas ocupando supostamente os mesmos espaços historicamente concedidos a discursos opressores e vice-versa. Apesar de os estudos foucaultianos serem uma excelente lupa para ampliar a compreensão de nossos objetos, parece-nos que abordar a polêmica, hoje, no campo midiático, leva-nos a questionar não necessariamente o confronto das relações de poder e força dos discursos que ali se apresentam, mas, para além ou aquém disso, parece pertinente observar a proporção com que os discursos polêmicos se apresentam na mídia e como eles deixam cair por terra a utopia do consenso, mostrando-nos, ao contrário, a valoração do dissenso e de um tipo particular de dissenso que hierarquiza as vozes que põe a circular, colocando-as em estatutos muito distintos.

Os últimos trabalhos de Ruth Amossy, que transitam num *carrefour* discursivo entre a análise do discurso e a teoria da argumentação, vão nessa direção. Resultado de uma pesquisa realizada pelo seu grupo de

pesquisa “Analyse du discours, Argumentation & Rhétorique” (ADARR), o livro de Amossy, intitulado *Apologie de la polemique* (2014), traz importantes reflexões acerca do funcionamento da polêmica no espaço democrático, mostrando que, por trás de uma aparente desordem da polêmica, é possível constatar um aspecto funcional que a enquadra, a regula e a põe a funcionar. Para a autora, é preciso que seja reconhecida a complexidade das opiniões e das divisões sociais, uma vez que

le dissensus est sans doute le mouter incontesté de la démocratie. Mais la rhétorique pose la nécessité de trouver, à travers l'échange verbal, une réponse commune qui permette de dépasser les différends et de pavernirs à la décision et l'action collectives.³ (AMOSSY, 2014, p.19).

Vemos que, diferentemente de priorizar o consenso entre as vozes, Amossy nos leva a refletir sobre a importância do *dissensus* no contexto democrático, principalmente nos espaços públicos.⁴ Esse fenômeno coloca uma questão: como permitir que todas as vozes façam-se ouvir sem que sejam hierarquizadas e, conseqüentemente, apagadas na dissidência? À medida que avança nas discussões, a autora compreende a polêmica como algo necessário e que deveria ser pensado como próprio da estrutura da democracia, pois ela “offre un moyen de coexistence qui assure un vivre-ensemble”⁵ (Ibidem, p.215).

Dessa forma, a polêmica no espaço público, sempre em torno de uma questão atual, não poderia ser tomada como um ônus para o funcionamento democrático. Seria necessário vê-la como uma modalidade argumentativa sobre a qual, tendo como elemento constitutivo a oposição, ter-se-ia que desenvolver uma retórica do *dissensus*; o confronto polêmico deixaria de ser visto como problema e passaria a ser percebido como o poderoso motor da gestão dos conflitos. Essa modalidade argumentativa,

³ [...] o *dissensus* é sem dúvida o motor incontestado da democracia. Mas a retórica coloca a necessidade de encontrar, através da troca verbal, uma resposta comum que permita superar as disputas e chegar à decisão e à ação coletivas. (Tradução nossa).

⁴ Espaço público, entendido pela autora, com base nas reflexões de Habermas, para quem o espaço público seria local de discussões racionais, no qual os cidadãos chegariam ao acordo, após uma troca discursiva.

⁵ [...] proporciona um meio de coexistência que assegura um viver em conjunto. (Tradução nossa).

enquanto retórica do *dissensus*, ajuda-nos a ver a polêmica não como um emaranhado de opiniões conflitantes, mas sim como tendo uma determinada ordem, uma regularidade no aparente caos. Três movimentos constituiriam essa modalidade: a *dicotomização* – espaço de confronto de opiniões, uma querendo excluir a outra; a *polarização ou divisão social* – ligada à identidade que interpela o sujeito a se posicionar diante do debate, não só como concordante ou opositor, mas mobilizador a favor da tese que o reforça; e a *desqualificação do outro* – ancorada, de certa forma nos dois primeiros, resulta na depreciação, no rebaixamento e, frequentemente, no aniquilamento do outro.

Tão importante quanto entender esses elementos que constituem a polêmica como modalidade discursiva, é diferenciar *polêmica*, *discurso polêmico* e *interação polêmica*. A primeira é o conjunto de discursos antagônicos sobre um tema em um momento específico, é o acontecimento midiático; a segunda define a produção discursiva de cada uma dessas partes antagônicas, remetendo-nos ao interdiscurso; a interação polêmica, por fim, seria o confronto em si, presencial ou não, em que o outro é trazido para a ele se dirigir, é dialogal. É por intermédio dessas duas últimas que funções importantes são realizadas, tais como: a denúncia, o protesto, a chamada à ação e o entretenimento. Em relação à paixão, à razão e à violência verbal nesses espaços, a autora francesa verifica que, contrariamente a uma possível ligação desses sentimentos ao descontrole, há uma regulação deles a depender do gênero discursivo no qual se manifestam.

Podemos dizer que a contribuição da pesquisadora da Universidade de Tel Aviv mostra-se extremamente relevante para os estudos da polêmica no espaço público cerceado pela mídia, a qual, por sua vez, alimenta-se desse jogo para forjar e fazer circular, de forma latente, as mais diversas polêmicas, colocando-as como elemento vital do interesse público. Diante de todas essas considerações, pode parecer que Amossy faz, de fato, assim com o título de sua obra, uma apologia da polêmica, mas essa apologia não pode ser entendida como uma guerra nos corpos, como ela própria diz:

L'argument ad hominem a le droit de mettre en question la crédibilité de l'autre et de le terrasser symboliquement. Mais il ne peut servir de passerelle à une action qui inscrit la violence dans le corps, ou coeur du vécu. La véritable illégitimité éthique, qui est la suprême trahison du logos, est la transformation de la violence fonctionnelle, qui

est de l'ordre du discours, en violence réelle⁶ (Ibidem, p. 203-204).

Vemos que a autora propõe, epistemologicamente, construir um novo canteiro de trabalho para uma questão que tem assolado os espaços de discussão pública e nos mostra que aquilo que poderia parecer sem regulação ou desconectado na argumentação e no discurso, ao contrário, é bastante regular e tem uma ordem. No entanto, uma ordem distinta daquela proposta por Michel Foucault em sua aula inaugural no Colégio de França, em 1971,⁷ pois quando Amossy traz as questões sobre a

⁶ O argumento *ad hominem* tem o direito de questionar a credibilidade do outro e de combatê-lo simbolicamente. Mas ele não pode servir de passarela para uma ação que inscreve a violência no corpo ou no coração de quem vive. A verdadeira ilegitimidade ética, que é a traição suprema do *logos*, é a transformação da violência funcional, que é da ordem do discurso, em violência real. (Tradução nossa).

⁷ Michel Foucault propõe que, em toda a sociedade, a produção dos mais variados tipos de discurso “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (2000, p.10). O autor francês assevera a existência de diversos sistemas de exclusão que atingem radicalmente os discursos. Alguns desses procedimentos são de natureza externa: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade. Esses sistemas de exclusão externa opõem, em um jogo incessante, o poder e o desejo. Os outros procedimentos são de natureza mais interna, visto que são os próprios discursos que exercem seu próprio (auto)controle, funcionando a “título de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e a do acaso” (Ibidem, p.11). Dentre os procedimentos internos de exclusão dos discursos estão: o comentário, a disciplina e o autor. O filósofo francês crê ainda na existência de “um terceiro grupo de procedimentos que permitem o controle dos discursos. Nesse caso, não se trata de dominar os poderes que tais discursos têm, nem de conjurar os acasos de sua aparição; trata-se de determinar as condições de seu funcionamento” (Ibidem, p.12), impondo aos indivíduos, que pronunciam os discursos, a inscrição em determinadas regras, de maneira a não permitir que todos possam livremente acessar esses discursos. Trata-se no entendimento de Foucault da rarefação dos sujeitos que falam, uma vez que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (Ibidem, p.31). O princípio de rarefação dos sujeitos autorizados a falar tem a ver, segundo Foucault, com o fato de que “nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas, enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala” (Ibidem, p. 32).

desqualificação do outro para dentro da modalidade argumentativa da polêmica, ela não está simplesmente retomando o postulado foucaultiano da rarefação dos sujeitos que falam, mas, sobretudo, buscando mostrar que há sujeitos que devem ser necessariamente insignificados para que os outros falem. Se Foucault em sua ordem do discurso prima pela rarefação dos sujeitos que falam, Amossy nos mostra que essa rarefação dos sujeitos vem junto com uma (des)qualificação desses sujeitos. Nesse sentido, entendemos como pertinente propor um diálogo com outro autor que se debruça sobre a questão da polêmica, a partir da noção de simulacro.

Dominique Maingueneau, em seu livro *Gêneses dos discursos* (2008), no capítulo intitulado, “A polêmica como interincompreensão”, inicia os seus postulados acerca do funcionamento polêmico dos discursos da seguinte forma:

Quando o espaço discursivo é considerado como rede de interação semântica, ele define um processo de interincompreensão generalizada, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas. Para elas, não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de “não compreender” o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno. No modelo, isso se manifesta no fato de que cada discurso é delimitado por uma grade semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco. (MAINGUENEAU, 2008, p.99).

Pensar a polêmica como interincompreensão nos insta a observar que os sujeitos do discurso, ao enunciarem ou ao se colocarem como receptores do discurso do Outro, traduziriam os enunciados a partir de sua própria grade semântica. Dizendo de outra forma, nessa “compreensão” enquanto uma forma de constituir e preservar a identidade discursiva do intérprete, não haveria a interação com o Outro sem conflito, porém, “o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que dele constrói” (MAINGUENEAU, 2008, p.100). Teríamos, quando na posição de tradutor (não de línguas, mas de discursos), um discurso que o autor chama de *discurso-agente* e outro que seria o *discurso-paciente*, aquele que é assim traduzido. Com efeito, não se trata de uma tradução que produz uma paráfrase do discurso do Outro, mas uma paráfrase disfórica desse discurso do Outro. Assim, toda uma região

de sentidos desse discurso do Outro, a formação discursiva da qual esse discurso brota é apagada, silenciada, alçada à condição de insignificação. Essa tradução do discurso paciente pelo discurso agente se dá sempre no âmbito de uma encenação. De acordo com o autor, “um texto não é conjunto de símbolos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada” (MAINGUENEAU, 2006, p.85).

A cena de enunciação, para o autor francês, constitui-se de: *cena englobante*, que corresponde ao tipo de discurso; *cena genérica*, a qual diz respeito ao gênero do discurso; e a *cenografia*. Assim, “as duas primeiras cenas definem conjuntamente o que poderia ser chamado de **quadro cênico** do texto. É esse quadro que define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido – o espaço do tipo e do gênero do discurso” (MAINGUENEAU, 2006, p.87; grifo do original). Já a cenografia é o lugar onde o leitor é confrontado, deslocando-o para produzir sentido, ou seja, por meio de um enlaçamento paradoxal, ela não só é fonte e engendramento do discurso, mas também sua legitimação.

Outro autor que mobilizamos para dar conta de nosso objeto de estudo é Marie-Anne Paveau. A pesquisadora francesa lançou, em 2015, uma importante ferramenta teórico-metodológica para dar conta discursivamente das relações entre linguagem e moral. Trata-se do livro *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Nessa obra, Marie-Anne Paveau busca integrar o parâmetro ético na linguística. Elemento esse embora muito pertinente sempre contornado pelos estudos linguísticos, sobretudo os das escolas estruturalistas. Para tanto, discute, por um lado, a ética do discurso acadêmico: os problemas de deformação das teorias, o roubo de ideias e a requalificação ou atribuição errônea de conceitos; e, por outro, a ética da fala: um dispositivo moral relativamente à língua e aos discursos, pois suas análises pelos mais diversos atores sociais são abundantes em juízos axiológicos que identificam os enunciados bons e ruins. Para dar conta dessas questões éticas, a autora desloca fundamentalmente o conceito de memória discursiva do âmbito dos estudos discursivos materialistas, postulados entre as décadas de 1970 e 1980, sobretudo por Michel Pêcheux e Jean-Jacques Courtine, e o realoca no âmbito da sociocognição:

Em minha perspectiva, a memória cognitivo-discursiva é uma tecnologia discursiva ao mesmo tempo interna (memória humana) e externa (instrumentos linguísticos e discursivos, mas também vestígios materiais da memória no conjunto do ambiente), que constitui um

forte contribuinte para a produção dos discursos. Isso quer dizer que a memória não é apenas uma capacidade do agente falante, mas uma capacidade distribuída nos ambientes: um monumento, um computador, uma inscrição, uma caderneta ou mesmo um objeto sem inscrição constituem memórias externas que vêm sustentar e aumentar a memória humana. Não falo apenas de minhas competências internas, mas também a partir das competências outras sejam elas humanas ou não humanas. (PAVEAU, 2015, p.234-235).

Feita essa breve apresentação dos pressupostos que sustentam teoricamente as nossas análises, falaremos, no próximo tópico, sobre o caso da fosfoetanolamina sintética.

3 O caso da “pílula do câncer”

No início da década de 1990, o pesquisador químico Prof. Dr. Gilberto Orivaldo Chierice,⁸ com base nos resultados de suas pesquisas, sintetizou, em laboratório, a fosfoetanolamina, substância que surg(e)ia como uma promessa na cura do câncer. O assunto é de natureza complexa, mas é possível entender um pouco melhor quando comparamos o composto a outras drogas, que já existem no ramo mercadológico de medicamentos contra o câncer. Diferentemente de medicamentos, que matam as células cancerosas por meio de processos invasivos, a fosfoetanolamina atua no organismo como um sinalizador de células diferenciadas (células do câncer, por exemplo), fazendo com que o sistema imunológico as reconheça e as combata. Esse fenômeno acontece pelo fato de essa substância ser análoga ao que o pesquisador da USP-São Carlos chama de fosfolipídios, os quais são constituintes principais das membranas celulares e, produzidos naturalmente pelo ser humano, fortalecendo a base imunológica das pessoas.

O estudo produziu fortes impactos no meio acadêmico e diversos artigos foram publicados em revistas científicas internacionais. Um dos exemplos de publicação relevante na área de pesquisas sobre o câncer é no *British Journal of Cancer*, com fator de impacto de 4.8. Mas é, principalmente, na segunda metade deste século, que o assunto ganha

⁸Professor titular-ms-6-RDIDP da Universidade de São Paulo. Aposentado desde 2013.

novos contornos e ampla discussão, devido a um encaminhamento da Universidade de São Paulo, que determinou a paralisação do fornecimento do composto pelo Instituto de Química de São Carlos⁹ (IQSC), que o distribuía gratuitamente, via contato direto com o pesquisador responsável, àqueles que comprovassem ter a doença.

A ordem passou a vigorar no dia 10 de junho de 2014. A partir de então, pessoas que quisessem obter a substância, precisavam entrar com ações judiciais, que eram entregues à Procuradoria Geral da USP. A demanda pelas cápsulas de fosfoetanolamina sintética cresceu para além do que o IQSC podia produzir e, no dia 28 de setembro de 2015, o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu cerca de 742 liminares que tinham aval para conseguir o composto. Em outubro do mesmo ano, um paciente recorreu ao Supremo Tribunal Federal e ganhou o direito de receber as cápsulas, abrindo novamente as portas para a entrega da fosfoetanolamina.

TENDÊNCIAS/DEBATES

WILMAR R. D

A droga da USP

09/12/2015 02h00

[f](#) Compartilhar [t](#) [g+](#) [in](#) [e](#) 0 [OUVIR O TEXTO](#) [+ Mais opções](#)

Uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo cassou todas as liminares de primeira instância que obrigavam a USP a fornecer fosfoetanolamina a pacientes com câncer.

Trata-se de uma vitória da "diplomacia" da Universidade de São Paulo (USP), e não apenas dos procuradores do Estado, no espaço jurídico, uma vez que a Universidade não descansou até articular as forças políticas necessárias para obter todo respaldo administrativo-burocrático e, agora, jurídico, para sua recusa a atender às ordens judiciais

No campo burocrático, a USP já obtivera a "solidariedade" da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Uma "nota técnica" da Superintendência de Medicamentos e Produtos Biológicos (Sumed) da Anvisa, de fevereiro de 2015, recentemente reforçada pelo Procurador Geral da Justiça em nota a todos os membros do Ministério Público, afirma que "a comercialização, bem como a exposição do produto fosfoetanolamina, estaria (sic) em desacordo ao que prevê a Lei nº. 6.360/76, que em seu artigo 12 assim dispõe: "...nenhum dos produtos de que trata esta Lei. inclusive os importados, poderá ser

PUBLICIDADE

Ad closed by Google

Stop seeing this ad

Ads by Google ⓘ

Figura 1: Artigo do pesquisador Wilmar R. D'Angelis sobre a fosfoetanolamina, publicado na *Folha de S. Paulo*, em 09/12/2015.

⁹Instituto de Química da Universidade de São Paulo, localizado na cidade de São Carlos/SP.

A matéria acima, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 09 de dezembro de 2015,¹⁰ no Caderno Opinião: Tendências/Debates, de autoria do pesquisador do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, Prof. Dr. Wilmar R. D'Angelis, mostrando a indignação de um pai ante o falecimento de um filho com câncer, por não poder ter tido acesso à pílula, ilustra bastante bem toda a polêmica gerada em torno da não obrigação da USP de ter de fornecer a fosfoetanolamina a pacientes com câncer.

Todas essas discussões no campo científico e jurídico surgiram, principalmente, em meio à cobrança da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Associação Médica Brasileira (AMB) sobre o não cumprimento das etapas do desenvolvimento de uma droga, antes de ela ser liberada ao público. A visibilidade sobre o assunto cresceu ainda mais, a partir do dia 13 de abril de 2016, quando a então presidente Dilma Rousseff sancionou a lei número 13.269, que autorizava o uso da substância fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna. O projeto havia sido apresentado na Câmara dos Deputados no dia 08 de março do mesmo ano, o que nos leva à conta de mais ou menos um mês entre a apresentação na Câmara e a sanção da lei. Vejamos algumas notícias que trouxeram o tema:

14/04/2016 07h42 - Atualizado em 14/04/2016 16h09

Fosfoetanolamina: Dilma sanciona lei que libera 'pílula do câncer'

Lei foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira.
Anvisa via com preocupação liberação sem garantia de eficácia e segurança.

Do G1, em São Paulo

 FACEBOOK   

Figura 2: Chamada de notícia do G1.com_14 de abril de 2016¹¹

¹⁰ A íntegra dessa matéria está disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/12/1716437-a-droga-da-usp.shtml>>. Acesso em: jul. 2016.

¹¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/04/para-evitar-desgaste-dilma-sanciona-lei-que-libera-pilula-do-cancer.html>>. Acesso em: jul. 2016.



Figura 3: Chamada de notícia da BBC.com_19 de maio de 2016¹²

Um pouco mais de um mês após a sanção, outro acontecimento alimentou ainda mais essa polêmica. Em 19 de maio, o plenário da Suprema Corte analisou um pedido de liminar da Associação Médica Brasileira (AMB) e decidiu, por 6 votos a 4, suspender a lei que vigorava desde abril. Essa decisão fez com que ocorressem, em diferentes lugares do Brasil, várias manifestações contrárias à decisão do Supremo Tribunal Federal, e, assim como no caso da matéria que trouxemos na figura 1, grupos a favor do composto fizeram as campanhas pró-fosfoetanolamina ganharem visibilidade nas mídias sociais e em manifestações de rua, não apenas com informações sobre a substância e sua importância para o campo de pesquisa medicinal, mas acerca do próprio litígio conjuntural sobre a polêmica (Figura 4). No facebook e outras redes sociais, a campanha *#liberajá* ganhou forte adesão, junto, por exemplo, a outras como *#quetemcancertempresa*.

¹² Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36328587>>. Acesso em: jul. 2016.



Figura 4: Manifestantes a favor da liberação da fosfoetanolamina sintética no Rio de Janeiro _reprodução facebook.

Num pequeno levantamento sobre o caso, nas manifestações a favor do composto e discursos que veiculam a ciência via mídia, é possível perceber, nas marcas linguísticas, a espetacularização da polêmica (AMOSSY, 2014). Pois, se nos dois primeiros *posts*, a substância é chamada de fosfoetanolamina sintética, ao aparecer nas chamadas de notícias das mídias que mais circulam nacionalmente, passa a ser designada como “pílula do câncer”. Para além e aquém de uma espécie de designação popular para o nome científico do composto fosfoetanolamina, a expressão “pílula do câncer” nos mostra que existe uma renhida luta pela gestão da memória discursiva dessa substância, isto é, há um desacordo semântico entre os sentidos produzidos para essa substância no âmbito das ciências médicas e os outros sentidos produzidos fora desse campo. Temos aqui um exemplo lapidar do que Marie-Anne Paveau (2015) conceitua como desmemória discursiva:

(...) chamo de desmemória discursiva um conjunto de fenômenos de discurso que possibilitam a revisão das linhagens discursivas, ou seja, das transmissões semânticas cultural e socialmente realizadas pelos instrumentos da tecnologia discursiva (...). Essas revisões podem ser mudanças semânticas, neologismos semânticos, redenominações, reformulações etc., em suma, um conjunto de fenômenos de linguagem que produzirão efeitos transgressivos ou contraintuitivos num contexto no qual reine um acordo semântico (...). (PAVEAU, 2015, p. 237).

Esse acordo semântico deixa de existir quando da colocação em polêmica da designação fosfoetanolamina enquanto pílula do câncer por parte da mídia. É a partir desse deslizamento de sentidos que trazemos as análises para este artigo.

4 Fosfoetanolamina - “pílula do câncer” - “pílula do barulho”: casos de desmemória discursiva

Todo esse embate de sentidos, essa luta pela gestão da memória discursiva mostra-nos que, gradativamente, os discursos que dizem o acontecimento discursivo fosfoetanolamina, no âmbito do discurso científico, sofrem na grande mídia jornalística nacional um processo de denegação, de revisão de linhagem discursiva. Dito de outra forma, a palavra que dava nome ao acontecimento e, por conseguinte, o faria existir e reexistir, é substituída pela expressão “pílula do câncer”, como se pode ver nas figuras 2 e 3. Essa expressão inaugura um novo acontecimento discursivo que se dá para além das fronteiras do discurso científico. No entanto, esse discurso não some do espaço público, pois, paralelamente, nas redes sociais e nas ruas, as manifestações pela distribuição/liberação do composto se dão sempre por uma retomada do acontecimento fosfoetanolamina. Vejamos como esse discurso polêmico se dá.



Figura 5: Manifestação na Avenida Paulista _reprodução jornal *El País*

A imagem de figura 5 é uma representação metonímica de tantas outras que circularam na mídia, nos últimos meses, para relatar manifestações que aconteceram no Brasil todo a favor da substância descoberta pelo pesquisador Gilberto Chierice. Tão interessante quanto a imagem, é a chamada para a notícia que ela compõe:

ESPAÑA | AMÉRICA | BRASIL | CATALUNHA

BRASIL

Após liberar pílula do câncer por pressão popular, Dilma é questionada no Supremo

Dilma sanciona lei que libera fosfoetanolamina, que estava em fase experimental para combater tumores

Médicos vão a Supremo Tribunal Federal questionar liberação antecipada

Figura 6: Notícia veiculada pelo jornal online *El País*.¹³

¹³ A notícia está disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/15/politica/1460726988_568520.html>. Acesso em: jul. 2016.

Na chamada da matéria publicada no Jornal *El País*, em 23 de abril de 2016, escrito pela jornalista Camila Moraes, não só a palavra *fosfoetanolamina* é retirada de cena, para dar lugar à “pílula do câncer”, como o jogo polêmico vai ganhando forma por meio de outros elementos e atores sociais que comporão distintas cenografias e desmemórias, construindo um outro acontecimento midiático.

A composição da figura 5 traz, na sua parte central, trajando uma blusa preta que mantém apenas um dos lados do seio coberto, uma mulher que mantém o outro lado do seio mastectomizado¹⁴ nu e, inscrito na própria pele, nas cores azul e branca: “Foi preciso, mas foi necessário?” Ao fundo, é possível ver pessoas e cartazes, em um deles escrito *EM DEFESA DA FOSFOETANOLAMINA*, novamente, em cores azul e branca. Nos cantos inferiores da figura, há dois cartazes, segurados também por mulheres,¹⁵ nos quais é possível ler: *TJ, STF E DESEMBARGADORES, VOLTEM ATRÁS NA DECISÃO DE SUSPENDER AS LIMINARES (...) FOSFOETANOLAMINA*.

As cores em azul e branco no corpo e nos cartazes remetem-nos à própria cor das cápsulas de fosfoetanolamina, e as palavras de ordem nos colocam no tempo e no espaço da discussão. A temporalidade da polêmica é tomada em dois momentos – o momento da publicação da notícia (abril de 2016) e a época em que a foto foi tirada (outubro de 2015), logo após a suspensão das liminares que davam direito aos pacientes de obter o composto. Na primeira cenografia, são trazidos dois atores para o enlace discursivo: representantes daquilo que poderíamos ligar ao que a matéria traz como *pressão popular* e, como seu Outro, os tribunais jurídicos.

Enunciando fosfoetanolamina, podemos dizer que, para além de simplesmente denominar o objeto que está sendo reivindicado, as manifestações de rua utilizam o discurso científico para balizar seus dizeres e legitimar sua causa, produzindo e retomando uma memória não só acerca da fosfoetanolamina, mas, principalmente, sobre o câncer e tudo o que ele envolve, traço que esteve presente também no artigo

¹⁴ Que passou por uma mastectomia – excisão de parte total ou parcial da mama.

¹⁵ O câncer de mama representa a segunda maior incidência no Brasil, perdendo apenas para o câncer de pele. Em 2015, foi responsável por quase 25% dos casos de câncer no país, o que corresponde a quase 58 mil pessoas. A maioria dos pacientes são mulheres, mas é possível que aconteça em mamas masculinas também.

trazido na figura 1. Amossy (2014) diz que é preciso olhar as emoções fortemente marcadas ou não nos discursos, pois elas significam mais que puras reações passionais. Ou seja, aquilo que poderia ser visto como argumento puramente emotivo, desnecessário e/ou prejudicial ao jogo argumentativo no espaço público, mostra-se imbricado à própria polêmica, não necessariamente produzindo-a, mas alimentando a dicotomia, a polarização e o desabono ao outro a que se contrapõe. Esse processo de utilização do *pathos* como estratégia no discurso polêmico, no caso aqui analisado, dá-se através de duas modalidades: a *acusação* e a *injunção*. A primeira, entendida como a utilização de um *pathos* marcado ao extremo para deflagrar a denúncia, tem como principal ícone a inscrição da denúncia no próprio corpo mastectomizado; a segunda utiliza uma menor marcação das emoções e traz argumentos para justificá-las: os cartazes são exemplos dessa estratégia menos marcada e onde se pode ver o outro a que se direcionam os argumentos. Com efeito, podemos dizer que vemos menos uma paixão descontrolada e mais uma *racionalidade da paixão* (AMOSSY, 2014).

Mas, como já foi dito, o litígio rastreado na imagem, que compõe a notícia, é apenas uma das modalidades que comporão o discurso polêmico acerca da mencionada substância no espaço público. Ao adentrarmos no campo verbal da notícia, vemos que esses atores e o próprio discurso científico são colocados em segundo plano para trazer à cena outros elementos e atores, ampliando a discussão e provocando efeitos de sentido que podem pender para uma disseminação do *dissensus* mediado pela mídia.

- (1) Após liberar pílula do câncer por pressão popular, Dilma é questionada no Supremo.
- (2) Dilma sanciona lei que libera fosfoetanolamina, que estava em fase experimental para combater tumores.
- (3) Médicos vão ao Supremo Tribunal Federal questionar liberação antecipada.

A figura 5, que poderia estar ali para legitimar o conteúdo da matéria ou, pelo menos, parte da manchete – *pressão popular* –, propõe uma discussão mais ampla, em decorrência das disputas que ali são postas. A troca, aparentemente uma simples referência para evitar repetição, de fosfoetanolamina, presente nos cartazes dos manifestantes, por “pílula

do câncer”, não pode ser entendida como algo fortuito, mas a instalação de posições antagônicas que serão essenciais para irrigar a polêmica e fazê-la circular. Sai-se de uma cena típica de notícia e importa-se uma outra cenografia para legitimar esse jogo de posições – a do debate. Os trechos de (1) a (3) intercalam-se e confrontam-se. Povo – governo – associação médica – juízes/tribunais são postos frente a frente em torno da mesma questão, como se estivessem em confronto, numa espécie de ringue público. Aos interlocutores não cabe apenas a leitura da notícia, mas a tomada de posição frente ao assunto transformado em polêmica pela mídia.

Nesse ponto, é possível constatar o funcionamento dos elementos argumentativos da polêmica dos quais Amossy (2014) nos fala: a *dicotomização* e a *polemização*. Assim, por um lado, *dicotomizam-se* os agentes sociais envolvidos na questão, posicionando-os em lados antagônicos; por outro, a partir da realocação antagônica desses agentes, instaura-se a polêmica, construindo-se um outro acontecimento discursivo: desta vez o da “pílula do câncer”. Constrói-se, desse modo, o simulacro de uma grande arena de lutas em que todos os envolvidos são postos em confronto pela mídia.

Nas matérias em análise, percebemos que o discurso científico não é balizado por si mesmo, isto é, não se trata da comunidade científica avaliando, por exemplo, o poder curativo do composto inventado por Chierice, mas da mídia, com o suposto argumento do interesse público, parasitando esse espaço da ciência, uma vez que esse discurso sai do campo da discussão do espaço científico, pensado como uma discussão científica, e passa a vagar, principalmente, nos meandros de outros gêneros, evocando outros discursos para o diálogo. Para retomar as palavras iluminadas de Amossy (2014), haveria um *polilogo*, para muito além do diálogo. O foco, que aparentemente deveria estar na própria descoberta ou, então, no pesquisador e no grupo que possibilitaram essa descoberta, passa a ser uma ponte discursiva para que outras questões, ainda que ligadas a essas duas primeiras, possam também circular, como é o caso da manchete da figura 3.

Essa primeira análise nos indica, portanto, que o que poderia parecer um tumulto desordenado de vozes sobre a fosfoetanolamina, uma espécie de feira livre de posicionamentos em que todos ali teriam, ao mesmo tempo, o direito de se manifestarem, revela-se, paradoxalmente bem regular, mostrando-nos que a polêmica, como conjunto de

antagonismos, implica uma produção discursiva que dicotomiza os atores envolvidos e, no mesmo processo, engendra o dissenso enquanto um acontecimento midiático (AMOSSY, 2014), denegando o acontecimento primeiro, a partir de uma hierarquização de vozes. Se por um lado ao se falar fosfoetanolamina insere-se numa determinada posição, engendrando uma determinada memória sobre a substância, ligada fortemente ao discurso científico, por outro, ao se falar “pílula do câncer”, os sentidos engendrados nos trazem uma aporia discursiva, visto que se aproxima do discurso científico para poder fazer existir a discussão, ao mesmo tempo em que se distancia dele para o (re)dizer e fazer circular outros atores e instalar a polêmica.

À primeira vista, opiniões antagônicas podendo usufruir do mesmo espaço, como se tivessem o mesmo peso, gera a sensação de que a mídia democratiza o espaço público, no qual pululam essas diferentes vozes, cada uma com suas estratégias. Mas, quando observados os efeitos de sentido, que esses encontros produzem no espaço midiático, vemos que os discursos que circulam, tomados por seus agentes, traduzem o outro, como diz Maingueneau (2008), a partir de suas próprias posições, ou seja, o outro é trazido sempre como simulacro. Segundo o autor, “nesse domínio, manter a própria identidade e definir a priori todas as figuras que o Outro pode assumir é uma só e mesma coisa, entretanto, o discurso novo ou simplesmente o discurso contrário assim integrados não podem se acomodar a tal tradução de sua identidade” (MAINGUENEAU, 2008, p.105).

É a partir desse ponto que adentramos a segunda análise, referente à construção do simulacro e da desqualificação do outro, terceiro elemento da modalidade argumentativa da polêmica, ponto em que, segundo Amossy (2014), podemos compreender o grau de violência¹⁶ na interação face a face dos discursos opostos.

¹⁶ Para a autora, a violência tem um papel importante na polêmica, pois, fundada pelo conflito, é por meio dela que podemos ver a interação face a face dos sujeitos antagônicos, os quais trazem o outro para desqualificá-lo, desconstruir seu *ethos*; trata-se de uma interação dialógica. Todavia, por ser necessária, não pode ser entendida como uma violência verbal ou nos corpos, como já foi mencionado na parte teórica deste artigo.



Figura 7: Primeira página da reportagem sobre a fosfoetanolamina, Revista *Veja*.

A notícia da figura 7, de autoria da jornalista Natália Cuminale (*Veja*, 21/05/2016), já em seu título, “Pílula do barulho”, mostra-nos a designação da pílula não mais como a pílula do câncer e, sim, por meio da locução adjetiva “do barulho”, através da qual é possível trazer à lume a trilha interdiscursiva da polêmica. Nessa matéria, o substantivo “barulho” representa metonimicamente todo o dissenso

construído acerca do composto. Se nas matérias anteriores, levando-se em consideração os artigos veiculados nas redes sociais e na grande mídia, havia uma flutuação em termos de designação da pílula, ora pelo seu nome científico fosfoetanolamina, ora por “pílula do câncer”, aqui a polêmica, já legitimada no espaço público, ao ser designada como “pílula do barulho”, apagando as razões e, sobretudo, quem seriam os agentes sociais causadores desse barulho, apresenta-se como um acontecimento discursivo distinto dos anteriores, acontecimento discursivo esse que se legitima, principalmente, pela desqualificação do outro (AMOSSY, 2014).

Temos, logo abaixo da designação:

- (3) Em votação apertada, o STF suspende a circulação da “pílula do câncer”, criada por um químico exótico e avesso a entrevistas, mas não interrompe a crença que se disseminou em torno da droga – a de que se trata de uma substância milagrosa.

No trecho (3), “pílula do câncer” parece estar ligada diretamente à designação anterior – *do barulho* – e, por extensão, ao posicionamento que ela representa. Entretanto, no decorrer do texto vemos que, para além disso, a retomada se dá por meio de um rebaixamento do valor científico que o composto possui, a ponto de ser caracterizada como algo da ordem do sobrenatural – *substância milagrosa*. A construção do *ethos* de seu inventor como um *químico exótico* poderia soar inclusive como uma característica singular positiva, mas, no percurso da leitura do artigo escrito pelo enunciador jornalista, vemos que essa construção coloca em xeque os dois objetos do dizer: o sujeito pesquisador (com as características aventadas: exótico, matuto etc.), que é posto em questão quanto à responsabilidade pela descoberta de algo tão importante para o campo das ciências médicas; e a própria descoberta (*milagrosa*), produzindo-se um efeito de dúvida se ela poderia ser reconhecida como científica.

Em outras palavras, ao longo de toda a matéria, o criador da fosfoetanolamina, Professor Doutor Gilberto Chierice é alçado à condição de deus, todavia “um deus meio exótico, matuto que segura um cigarro de palha entre os dedos, ignora os plurais e foge da imprensa (...) (Chierice em vez de pílula, diz ‘pirula’)”, ou ainda que “Chierice entregava a droga pessoalmente, como quem distribui um bilhete de loteria, um ingresso

para o sonho, uma senha para a cura”. Essa descaracterização, como já dissemos antes, que de um ponto de vista lógico não teria implicação direta no tocante à descoberta do pesquisador, é o argumento arrolado pela jornalista para mostrar que tal descoberta não deveria ser digna de credibilidade junto à população. Esse argumento falacioso, centrado no imaginário social de que o cientista não poderia ser um sujeito simples, que fuma cigarro de palha e não fala de acordo à variedade padrão do português, silencia, por um lado, o feito científico do Professor Chierice e, por outro, desqualifica o próprio cientista criador do composto. Maingueneau nos ajuda a pensar sobre esse funcionamento discursivo, quando nos diz que se

até o momento, vimos essas “ameaças” apenas do ponto de vista de sua relação com a semântica discursiva: o discurso responderia ou denunciaria lá onde detecta um ponto-chave. Mas polemizar é, sobretudo, apanhar publicamente o erro, colocar o adversário em situação de infração em relação a uma Lei que se impõe como incontestável (...). Trata-se, nesse caso, de desqualificar o adversário mostrando que ele viola as regras do jogo (...). Por esse caminho, tenta-se tirar do enunciador seu direito à palavra, independentemente de todo conteúdo (MAINGUENEAU, 2008, p.110). (grifos nossos).

O conector parafrástico, *ou seja*, que introduz a sequência “sem cumprir todo o protocolo científico, a pílula não pode ser liberada para consumo”, mobilizado pela jornalista logo após a retomada da fala do ministro do STF, Marco Aurélio Mello, quando explica a sua determinação acerca da questão: “é no mínimo temerária e – potencialmente danosa – a liberação genérica sem os estudos clínicos correspondentes”, reforça a tese da pouca cientificidade do estudo produzido pelo professor Gilberto Chierice e, no mesmo processo, a credibilidade do próprio cientista. Aqui, criador e criatura são disforizados pela jornalista. Essa desqualificação se ancora no discurso do Ministro do STF, que alerta, de maneira modalizada, sobre a necessidade de realização de mais estudos antes da liberação genérica do composto.

No entanto, essa ancoragem realizada pela jornalista apaga a oração intercalada produzida pelo Ministro – potencialmente danosa – que modaliza os supostos efeitos danosos da substância para o consumo

humano. As restrições semânticas do discurso da jornalista “traduzem”, sob suas próprias categorias interpretativas, isto é, a partir da sua formação discursiva, as identidades não aceitáveis que recobrem os sentidos do discurso Outro, no caso o seu Outro, qual seja, o discurso do Ministro do STF. Essa “tradução”, que silencia a modalização empregada pelo Ministro – “potencialmente danosa” –, é deslocada para produzir uma nova memória acerca da substância e do pesquisador, ligada sempre à pouca cientificidade do composto.

É interessante observar que, mais à frente, na figura 8, ainda no mesmo artigo (p.80), vemos a jornalista por meio da polemização usar o próprio discurso científico para legitimar a sua grade de sentidos, ainda que aparentemente traga em destaque uma fala positiva sobre o pesquisador da USP.



Figura 8: Reportagem sobre a fosfoetanolamina, Revista *Veja*.

Vemos que as posturas, as vestimentas e as palavras ditas pelos três pesquisadores trazidos pela jornalista são diametralmente opostas à imagem que foi feita do pesquisador químico do IQSC, em vez *cabelos despenteados, calça jeans e camisa polo por vezes surradas*, temos jalecos ou paletó, camisa social e gravata, cabelos bem penteados. Esse ethos semiotizado poderia ser posto de forma secundária, quando olhamos para o verbal (4) que vem em destaque nessa página, porém, como estamos tratando do jogo polêmico, analisando como discursivamente ele vai se construir, é preciso entender que “polemizar no interior de certo campo é apresentar-se implicitamente como aceitando os pressupostos que lhes são associados” (MAINGUENEAU, 2008, p.110).

(4) Há na trajetória de Chierice uma história de grande sucesso.

Ao nos debruçarmos sobre a materialidade linguística desse excerto, vemos que o que é elogiado é a história do pesquisador, de uma forma geral, já reconhecida em outros lugares,¹⁷ porém, quando, no corpo do texto, o assunto polemizado é retomado, a presença do conector *apesar de* – em “mesmo em relação à fosfoetanolamina, e apesar da falta de transparência no seu trabalho, há algumas boas referências” (grifo nosso) – insere uma hierarquia em relação aos sentidos ali presentes, novamente colocando em dúvida o trabalho do pesquisador e autorizando o discurso jornalístico a poder falar do (e pelo) discurso Outro, por meio de um simulacro, ou seja, o pesquisador não fala na matéria, é falado, e o jogo, as lutas pelos sentidos e posições diante desse assunto são silenciados e postos como algo dado à priori, produzindo um efeito de “consenso” acerca do que se pensa sobre a descoberta, a produção e a liberação do composto. A retomada do que poderia ser entendido como uma memória eufórica da vida intelectual do pesquisador químico da USP mostra-nos justamente o funcionamento daquilo que Amossy (2014) chama de *desqualificação do outro*, tomando-o, ainda que numa aparente

¹⁷ Por exemplo, a reportagem na revista *Superinteressante*, de janeiro de 1996, que trouxe o professor Dr. Gilberto Chierice, na posição 46, como um dos cem motivos de orgulho da ciência brasileira. À época, o pesquisador foi homenageado por outra descoberta – o plástico natura, o qual pode ser utilizado em próteses e recomposição de ossos. A matéria está disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/nossos-cientistas-100-motivos-para-se-orgulhar-da-ciencia-brasileira>>. Acesso em: jul. 2016.

positividade, para desconstruí-lo por meio do jogo argumentativo, pressupondo a pergunta: *São ou não Chierice e a fosfoetanolamina sintética dignos de credibilidade?*

5 Por um efeito de fim: algumas breves conclusões

Nosso objetivo, neste artigo, foi o de tentar mostrar o papel da mídia na construção de polêmicas e como essas polêmicas podem fabricar os mais distintos acontecimentos discursivos, no caso aqui arrolado acerca da fosfoetanolamina sintética. Para tanto, frequentamos analiticamente um breve arquivo de notícias sobre tal substância, mobilizando, sobretudo, os trabalhos de Ruth Amossy (2014), Dominique Maingueneau (2008) e Marie-Anne Paveau (2015). Esses autores, como dissemos na introdução, embora militem em diferentes meandros discursivos, têm como empreendimento intelectual comum a busca pela compreensão dos processos discursivos, que permitem a adesão dos destinatários a uma certa ideologia.

As nossas primeiras análises indicam que a mídia, ao transformar em polêmica determinados assuntos que circulam no espaço público, à luz do suposto interesse coletivo e a partir da encenação de confronto entre diferentes atores sociais, colocando-os em posições antagônicas e também desqualificando-os, apesar da aparente desordem discursiva, instaura a ordem da polêmica como regular. Em outros termos, apesar de esse fenômeno se apresentar como uma aparente desordem discursiva, na qual os atores sociais se digladiariam para defender o interesse público, vemos, ao contrário, um funcionamento ordenado do jogo polêmico no espaço público, construindo a polêmica como uma modalidade argumentativa que vai gerir e fomentar (des)memórias, desacordos semânticos no espaço midiático, com o objetivo de interferir diretamente na formação da opinião pública.

Sobre o caso que trouxemos para mostrar esse funcionamento, a partir da denegação dos discursos sobre a fosfoetanolamina, revisando-os ora como “pílula do câncer”, ou ainda na sua forma mais disfórica como “pílula do barulho”, vemos, principalmente, o engendramento de dois acontecimentos discursivos, os quais, por um lado, colocam em xeque a cientificidade dos trabalhos do Professor Dr. Gilberto Chierice do Instituto de Química da USP-São Carlos/SP, silenciando seu renhido e longo trabalho de pesquisa acerca da fosfoetanolamina e,

por outro, engendram um acontecimento negativo acerca da imagem não só do Professor Chierice, mas também do que se deveria tomar como próprio da ciência, no caso aqui analisado da ciência brasileira, a qual é construída pela mídia por meio de um simulacro que determina como a “ciência” deve ser e como seus representantes (os cientistas) devem se comportar e se vestir. Essa imagem negativa da ciência brasileira, em última análise, sem nenhum tipo de proselitismo político, produz, no nosso entendimento, muito capital simbólico e material, sobretudo para os grandes laboratórios farmacêuticos nacionais e internacionais.

Referências

AMOSSY, R. *Apologie de la polémique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERREIRA, A. K. *et al.* Synthetic phosphoethanolamine induces cell cycle arrest and apoptosis in human breast cancer MCF-7 cells through the mitochondrial pathway. *Biomedicine & Pharmacotherapy*, v.67, p.481-487, 2013.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 8.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes: 1999. (Coleção tópicos).

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 20.ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da Enunciação*. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, diversos tradutores. Curitiba: Criar Edições, 2006.

MAINGUENEAU, D. *Gêneses dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

PAVEAU, M-A. *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Trad. Ivone Benedetti. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2015.

Anexos

Matérias veiculadas de fevereiro a agosto de 2016

“As alegações são infantis”, afirma criador da pílula do câncer, sobre a baixa eficácia apontada em testes (*Diário Catarinense*, 1/08/2016). Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2016/08/as-alegacoes-sao-infantis-afirma-criador-da-pilula-do-cancer-sobre-a-baixa-eficacia-apontada-em-testes-7062836.html>>. Acesso em: ago. 2016.

Pílula do câncer: o fim da polêmica? (*IstoÉ.com*, 03/06/2016). Disponível em: <<http://istoe.com.br/pilula-do-cancer-o-fim-da-polemica/>>. Acesso em: jul. 2016.

Primeiros testes de “pílula do câncer” são pouco animadores, dizem médicos (*Uol.com*, 03/06/2016). Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2016/06/03/testes-feitos-ate-agora-com-fosfo-nao-justificam-remedio-para-cancer.htm>>. Acesso em: jul. 2016.

Novo teste aponta que ‘pílula do câncer’ retarda tumor de pele (*folha.com*, 02/06/2016). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2016/06/1777318-novo-teste-aponta-que-pilula-do-cancer-retarda-tumor-de-pele.shtml>>. Acesso em: jul. 2016.

Pílula do câncer já é produzida? Quem pode tomar? Tire suas dúvidas (*Uol.com*, 25/04/2016). Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/saude/listas/pilula-do-cancer-ja-e-produzida-quem-pode-tomar-tire-suas-duvidas.htm>>. Acesso em: jul. 2016.

Pílula do câncer é ineficaz, mostram novos testes (*Estadão.com*, jul. 2016). Disponível em: <<http://saude.estadão.com.br/noticias/geral/pilula-do-cancer-e-ineficaz-mostram-novos-testes,10000054523>>. Acesso em: jul. 2016.

Alckmin anuncia início de testes da ‘pílula do câncer’ em humanos (*Folha Uol*, 21/07/2016). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2016/07/1793981-alekmin-anuncia-inicio-de-testes-da-pilula-do-cancer-em-humanos.shtml>>. Acesso em: jul. 2016.

E-mails revelam negociações de Gim Argello sobre pílula do câncer (*Correio Braziliense*, 12/06/2016). Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/06/12/internas_polbraeco,535969/e-mails-revelam-negociacoes-de-gim-argello-sobre-pilula-do-cancer.shtml>. Acesso em: jul. 2016.

‘Tomo a pílula do câncer desde 2005’, diz pesquisador (*Estadão.com*, 25/03/2016). Disponível em: <<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,tomo-a-pilula-do-cancer-desde-2005--diz-pesquisador,10000023098>>. Acesso em: maio julho de 2016.

USP quer cancelar aposentadoria de criador da ‘pílula do câncer’ (*Notícias Uol*, 12/07/2016). Disponível em: <<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,usp-pode-cancelar-aposentadoria-de-criador-da-pilula-do-cancer,10000062443>>. Acesso em: jul. 2016.

Senado aprova projeto de lei que libera uso da ‘pílula do câncer’ (*Estadão.com*, 22/03/2016). Disponível em: <<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,senado-aprova-projeto-de-lei-que-libera-uso-da-pilula-do-cancer,10000022712>>. Acesso em: jul. 2016.

Projeto que autoriza produção e uso de ‘pílula do câncer’ avança no Congresso (*Folha Uol*, 08/03/2016). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2016/03/1747840-projeto-que-autoriza-producao-e-uso-de-pilula-do-cancer-avanca-no-congresso.shtml>>. Acesso em: ago. 2016.

Como a lei da ‘pílula do câncer’ uniu Congresso dividido e foi aprovada em tempo recorde (*BBCBrasil.com*, 19/05/2016). Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36328587>>. Acesso em: jul. 2016.

Fosfoetanolamina: Dilma sanciona lei que libera ‘pílula do câncer’ (*Gl.com*, 14/04/2016). Disponível em: <<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/04/para-evitar-desgaste-dilma-sanciona-lei-que-libera-pilula-do-cancer.html>>. Acesso em: jul. 2016.

Pesquisador autoriza laboratório de Cravinhos a produzir ‘pílula do câncer’ (*Gl.com*, 08/06/2016). Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/06/pesquisador-autoriza-laboratorio-de-cravinhos-produzir-pilula-do-cancer.html>>. Acesso em: jul. 2016.

Caso como o da ‘pílula do câncer’ prejudica o país, diz diretor da Anvisa (*Gl.com*, 01/05/2016). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1766592-caso-como-o-da-pilula-do-cancer-prejudica-o-pais-diz-diretor-da-anvisa.shtml>>. Acesso em: jul. 2016.

Duas visões: a ‘pílula do câncer’ deve ser liberada no Brasil? (*BBCBrasil.com*, 09/05/2016). Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36328946>>. Acesso em: jul. 2016.

A construção de nosso saber escolar – o ensino primário no Império e nos primeiros anos da República

The construction of our school knowledge – Primary education in Imperial times and in the early years of the Republic

Leonor Lopes Fávero

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo / Brasil

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo / Brasil

lplfavero@uol.com.br

Resumo: O presente trabalho objetiva examinar o ensino primário, no Brasil, no Império e nos primeiros anos da República. Nessa ocasião, a ideia de Educação para todos, a luta contra o analfabetismo, a busca pela valorização da língua nacional e o combate contra as influências estrangeiras são temas constantemente debatidos no âmbito escolar. A escola, contrapondo-se às ideias pedagógicas tradicionais, começou a ver nas crianças seres com características próprias, necessitando de um ambiente pensado para elas, material didático próprio (surtem as gramáticas para a infância e os livros de composição para o trabalho com a língua portuguesa) e professores preparados. “(...) antes de tudo é preciso aprender a ensinar, para ensinar a aprender” (CARNEIRO LEÃO, 1917). O trabalho está fundamentado na História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 1989; 1992) e na História Cultural (CHARTIER, 1990).

Palavras-chave: Ensino primário; Império e início da República; política linguística; gramáticas da infância; livros de composição.

Abstract: This study aims at examining the primary education in Brazil, in the Empire and in the early years of the Republic. At that time, the idea of an education for all, the fight against illiteracy, the seeking for the appreciation of the national language and the fight against foreign influences are great issues constantly debated in the educational context. Schools, opposing to traditional pedagogical ideas, started to see children as beings with their own characteristics, in need of an environment thought especially for them, books designed especially for them (childhood grammars and writing books for learning Portuguese start appearing) and well prepared teachers “(...) First of all, you must learn how to teach in order to teach how to learn” (CARNEIRO LEÃO, 1917). This paper is based on the History of Linguistic Ideas (AUROUX, 1989; 1992) and Cultural History (CHARTIER, 1990).

Keywords: Primary education; Empire and early Republic; language policy; childhood grammars; writing books.

Recebido em 22 de agosto de 2016.

Aprovado em 13 de outubro de 2016.

1 Introdução

Apoiado na História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 1989; 1992) e como parte da História Cultural, cujo principal objeto é identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada à luz (CHARTIER, 1990), o presente trabalho não pretende apenas historiar o passado, mas recuperá-lo, pois, como diz Bloch (2010, p.100):

“(...) é tal a força da solidariedade das épocas que as ligações da inteligibilidade se tecem nos dois sentidos: a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas não vale a pena esforçarmo-nos para compreender o passado, quando nada se sabe do presente.”

O momento aqui estudado (Império e primeiros anos da República) é um momento de muitas transformações e instabilidades. Com a Independência, surgem as primeiras indagações sobre a língua falada no Brasil, mas, se o primeiro trabalho – o do Visconde de Pena Branca –

sobre o reconhecimento da natureza diferente da língua aqui falada e a de Portugal é de 1824, é a partir de Varnhagen, em 1850, que a questão se torna uma questão de Estado e duas correntes opostas se estabelecem: uma cuja face estava presa ao velho, privilegiando o ornamento, a erudição; e outra, representando a inovação, num esforço grande para inserir o país numa nova realidade, em consonância com a época.

A ideia de educação para todos, a luta contra o analfabetismo, a busca pela valorização da língua nacional e o combate contra as influências estrangeiras como forma de valorização de nossa cultura eram temas constantemente debatidos no âmbito escolar. (FÁVERO;MOLINA, 2014). Nesse contexto, o estudo, especificamente do ensino primário, adquire interesse especial por abordar pontos essenciais que nos levam ao processo de constituição do estado brasileiro, pois evidenciam a principal preocupação do governo – a formação da elite brasileira – e nos permitem ver como essa preocupação era muitas vezes apresentada de forma improvisada.

Desse modo, examina-se aqui o ensino primário, especialmente o ensino da língua portuguesa, sem pretender alcançar a exaustividade, pois esta é uma das dificuldades com as quais o pesquisador sempre se depara: quanto mais o inventário aumenta, mais esfumada a noção de exaustividade, ou melhor, “mais seu caráter ilusório e ideológico se afirma” (DELESALLE e CHEVALIER, 1986, p.13). Ao pesquisador cabe recolher os fios que constituem esse saber, identificá-los, esticá-los para atá-los às diferentes áreas. Depois disso, esses fios devem ser estendidos “(...) para trás no tempo, a fim de determinar as origens do evento e, para a frente no tempo, a fim de determinar seu impacto e influência sobre os eventos subsequentes.”(WHITE, 1992, p.33).

E, repetindo Bloch (2010, p.94), pode-se afirmar:

Nunca um fenômeno histórico se explica plenamente fora do estudo do seu momento. E isto é válido para todas as etapas da evolução. Para aquelas em que vivemos, como para outras. Já um provérbio árabe o dissera: “os homens parecem-se ser mais com o seu tempo que com seus pais.” Foi por se ter olvidado esta sabedoria oriental que se desacreditou às vezes o estudo do passado.

2 Antecedentes

2.1 O período jesuítico – duzentos anos de educação primária na Colônia

No século XVI, a educação na Colônia estava vinculada à política colonizadora de Portugal cujo objetivo era a obtenção do lucro (inicialmente extração do pau-brasil e, depois, cultivo da cana e fabricação do açúcar). Nas diretrizes básicas estava citada expressamente a população indígena (para catequese e instrução), porém, a vinda de pessoas da pequena nobreza para organizar a empresa exigia que se incluíssem, na empreitada a que se propuseram os jesuítas, os filhos dos colonos. No dizer de Mattos (1958, p.84), Nóbrega planejava “recolhimentos nos quais se educassem os mamelucos, os órfãos e os filhos dos principais da terra... além dos filhos dos colonos brancos”.

Trata-se de uma empreitada de vulto, já que, em Portugal, até meados do século XIX, o analfabetismo dominava e se estendia das classes populares até a nobreza e a família real. Saber ler e escrever era privilégio de poucos (sacerdotes e membros da alta administração pública). É em meados do século XVI que se intensifica o interesse pelos estudos, quando há um sentimento patriótico de superioridade da Língua Portuguesa face às demais e são publicadas as primeiras gramáticas da Língua e as primeiras Cartinhas – catecismos para aprender a ler, como as de João de Barros e de Frei João Soares, publicadas em 1539 (a primeira Cartinha de que se tem notícia é a de Diogo de Ortiz Vilhegas, de 1504). Provavelmente nessas obras aprenderam a ler os primeiros estudantes do Brasil, nos colégios jesuítas da Bahia e de São Vicente. Damião de Goes faz referência ao envio para o Congo de livros de doutrina cristã que eram provavelmente cartinhas e nelas já se incluía, como o faz João de Barros, uma parte de catecismo.

Assim os alunos aprendiam não só a soletrar, mas também “as cousas em que convém serem eles doutrinados, porque, como diz São Bernardo, não é cousa menos piedosa ensinar o ânimo com sapiência que dar mantimento ao corpo”. (BARROS, 1971).

Até a chegada de Martin Afonso (1530), quando se inicia efetivamente a colonização, a ação missionária, realizada por franciscanos e poucos padres seculares, resume-se a trabalhos sem grandes resultados, mas é com a chegada do primeiro Governador Geral, Tomé de Souza (1549), nomeado por D. João III, com o objetivo de tornar possível o povoamento, a defesa e a propagação da fé, que se firma uma política de

conversão dos indígenas pela catequese e instrução: “A principal coisa que me motivou a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa santa fê católica.” E à Companhia de Jesus, recém-fundada (1534) para combater a Reforma, foi entregue a tarefa de realizar esse objetivo, enviando ao oriente Francisco Xavier e, ao Brasil, o Pe. Manuel da Nóbrega.

A partir de então, a Coroa vai apoiar “a institucionalização de uma língua geral no trato com o índio, pois retirava o entrave que a multidão de línguas representava na conversão e facilitava o ensino do sistema de trabalho europeu” (ROSA, 2003, p.136), transformando os nativos “em mão de obra capaz de atender ao interesse da Coroa e dos colonos” (FRANZEN, 1997, p.338). Embora não seja possível estabelecer o número exato de línguas aqui faladas quando da chegada dos primeiros europeus, Rodrigues (1993), partindo de Cardim (1584), calcula a existência de 1175 línguas, faladas por cinco milhões de índios, reduzidas, hoje, a cento e oitenta, utilizadas por cerca de 250.000 a 500.000 índios. Apesar desse número de línguas, havia uma homogeneidade ao longo da costa, com diferentes nações que falavam o tupinambá, como afirma Fernão Cardim (1980 [1584], p.103): “Todas essas nações, ainda que diferentes e muitas delas contrárias umas das outras, têm a mesma língua e nestas se faz a conversão...”, o que explica o interesse do português nessa língua.

Os jesuítas mostraram, desde logo, muito empenho no ensino das primeiras letras, talvez por perceberem que o trabalho de catequese não podia prescindir do ensino da leitura e da escrita. Responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenho, dos colonos, dos índios e dos escravos, procurando transformá-los em cristãos, acenando-lhes com o céu por prêmio, ou com o inferno aos que se recusassem. Procuravam atrair primeiro as crianças: pondo-as em contato com crianças órfãs vindas de Portugal, aprendiam sua língua e a ensinavam nos colégios.

O conhecimento da língua latina era exigido dos aspirantes à Companhia de Jesus e seu desconhecimento passou a ser considerado de menor importância se o candidato fosse versado na língua dos índios. Saber tupi era condição fundamental para o bom êxito da catequese.

Observe-se que a educação era uma educação à europeia, que excluía a instrução do índio (talvez por terem constatado sua impossibilidade) e, considerando os poucos recursos humanos de que

dispunham, era necessário concentrá-los em “pontos estratégicos” – os filhos dos colonos em detrimento do índio, os futuros sacerdotes em detrimento do leigo. Assim, os colégios jesuíticos foram formadores da elite colonial, proporcionando instrução aos descendentes dos colonizadores. Aos índios, restou a catequese (FÁVERO, 2000).

Não foram os jesuítas os únicos religiosos que aqui mantiveram casas de ensino: franciscanos, beneditinos e carmelitas também as mantiveram, porém, foi a Companhia de Jesus a maior beneficiária da política de Portugal, pois somente os Colégios e as Casas de Formação podiam possuir bens que garantissem seu sustento, bens esses advindos quase exclusivamente do “Padrão de Redizima”. Quando de sua expulsão, os jesuítas possuíam, no Brasil, vinte e cinco residências, trinta e seis missões, dezessete colégios, além de seminários e escolas de ler e escrever. No dizer de Azevedo (1922), “a obra que haviam empreendido era também temporal e somente com meios materiais se poderia realizar. A sociedade religiosa, era, pois, também, temporal”.

2.2 O período pós-jesuítico – a língua portuguesa no Brasil e o discurso do poder

Os atritos com os jesuítas foram causados inicialmente pelos conflitos de interesses entre o Estado e a Companhia. Falcon (1982, p.379) assim se expressa:

(...) tratava-se de um problema antigo, cujo ponto central era o de saber-se quem dominaria e, portanto exploraria os indígenas, isto é, se os colonos ou os jesuítas. Estes, certamente, eram muito mais ciosos da dignidade humana dos índios, hostis à sua escravização, embora isso se reduzisse numa atitude paternalista, despersonalizadora, não isenta também de aproveitamento em benefício próprio do trabalho dos nativos. (...) Complicou-se bastante o problema com as desinteligências no Pará mais conflito armado no Sul motivado pela resistência às comissões demarcadoras de limites. Caracterizou-se, deste modo, com suficiente clareza, a rebeldia dos inacianos diante da autoridade do Estado.

O atentado de 1758 contra D. José serviu para o primeiro ministro pôr em prática seus intentos. O processo contra os Távoras, figuras de

relevo da nobreza, que foram enforcados em praça pública, submeteu os nobres ao poder real.

Acusando de participação os jesuítas, com os quais vinha se indispondo desde 1757, promulgou Pombal, em 1759, uma lei pela qual, considerados rebeldes, traidores e agressores do rei, eles eram desnaturalizados e expulsos da Metrópole e das colônias (FÁVERO, 1996).

Para nós, a expulsão muito significou, pois acabou de chofre com um sistema que existira por quase dois séculos, e a transformação não ocorreu da mesma forma e ao mesmo tempo em todas as Capitanias.

A implantação da reforma encontrou aqui diversos obstáculos (havidos também na Metrópole), principalmente porque Portugal não soube conciliar suas decisões com os meios de pô-las em prática. Coube ao Norte e Nordeste a elaboração dos primeiros textos de orientação para o ensino elementar. Assim é que, em 1758, é confirmado por D. José o *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*, redigido pelo governador do Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, pelo qual se extinguiu o poder temporal dos jesuítas e se impunha a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa, a língua do Príncipe, proibindo-se, como “base fundamental da Civilidade, o uso da língua dos indígenas e das línguas gerais, invenção verdadeiramente abominável”, pois, como se lê em Nebrija (1492, *Prólogo*): “siempre la lengua fué compañera del império” – ocasionando o desaparecimento dessas línguas (FÁVERO, 2009):

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações, que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados seu próprio idioma, por ser indisputável, que esse é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e tem mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando, pois todas as nações polidas do Mundo este prudente e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral: invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que

privados os índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica e bárbara sujeição, em que até agora se conservaram. Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos e Meninas, que pertencem às escolas, e todos aqueles índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da Língua própria de suas nações, outra chamada Geral; mas unicamente da Portuguesa na forma que sua Majestade tem recomendado em repetidas Ordens, que até agora não se observaram com total ruína Espiritual e Temporal do Estado (in: SILVA, 1830).¹

O documento fazia parte da política de modernização do Estado, impunha a presença de leigos para as missões indígenas, substituindo o governo jesuítico, e visava fundamentalmente transformar o índio das missões e, eventualmente, os índios tribais, numa grande massa nativa, econômica e socialmente controlada, capaz de suprir com sua força de trabalho o esforço de consolidação do domínio colonial português na Amazônia, frequentemente ameaçado por invasões estrangeiras. (MOREIRA NETO, 1988, p.26).

Assim, o que motivou o *Diretório* primeiramente foi a necessidade de garantir para a Coroa Portuguesa o imenso território brasileiro, frequentemente ameaçado por estrangeiros como os holandeses que, em 1630, haviam invadido o nordeste (região açucareira).

Essa consciência de que a consolidação do Império necessitava de uma língua única já se encontrava nos primeiros gramáticos e ortógrafos (Fernão de Oliveira, João de Barros e Duarte Nunes do Lião) que viam nela o fundamento de sua afirmação nacionalista. Assim se expressam: Fernão de Oliveira (1536): “Melhor é que ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma”; João de Barros (1540): “Certo é que não há glória que se possa comparar a quando os meninos etíopes, persianos, índios, d’aquém e d’além Gange, em suas próprias terras (...) por esta nossa arte aprenderem a nossa linguagem, com que possam ser doutrinados.”; Duarte Nunes do Lião (1606): “Não é falta de bondade da língua portuguesa não ser comum a tantas gentes da Europa como a castelhana.”

¹ Nos textos, atualizou-se a ortografia.

As dificuldades da parte dos índios reduziam-se

(...) às escassas posses financeiras, que os impediam de pagar facilmente a pataca ao Vigário, dos direitos paroquiais (com as vilas criavam-se as paróquias), e a contribuírem com o limitado estipêndio dos mestres da escola, não obstante ensinarem-se gratuitamente os rapazes e raparigas miseráveis e desamparadas. Quer isto dizer que os demais teriam de pagar o ensino – cada um meio tostão por mês e meio alqueire de farinha por ano, em dinheiro ou frutos. O ensino gratuito aos órfãos e filhos de viúvas desamparadas seria concedido por meio de “cartas particulares” em que o Governador autorizaria essa exceção, que ficava sujeita ao bom aproveitamento. (BANHA DE ANDRADE, 1978, p.11)

Os encarregados de aplicar a lei enfrentaram inúmeras dificuldades para sua implantação e execução, porém, apesar delas, o *Diretório* só foi abolido em 1778, já no reinado de D. Maria I.

Para o ensino introduziram-se duas escolas em cada povoação – uma para meninos e outra para meninas –, para ensinar a ler, contar e Doutrina Cristã. O contar foi substituído nas escolas femininas por fiar, fazer renda, costurar e, afirmava o *Diretório*, “todos os mais mistérios próprios daquele sexo”. Não havendo, porém, nas povoações, mestres de meninas, estas poderiam estudar até dez anos nas escolas de meninos.

O Estado devia pagar os professores, mas não tinha dinheiro; estes aufeririam ordenados suficientes, pagos pelos pais dos mesmos índios ou pelas pessoas em cujo poder eles vivessem, mas que se recusavam a fazê-lo, já que estavam acostumados com o ensino gratuito dos jesuítas e não queriam sujeitar-se aos professores escolhidos pelo Estado que, além do mais, eram poucos, sendo necessário os da terra, pagos pelas famílias.

Os livros também eram poucos, esgotavam-se logo (o mesmo ocorria em Portugal), o que obrigava a utilização dos antigos, mesmo proibidos, aos quais estavam apegados, como a *Arte* do Pe. Manuel Álvares e a *Prosódia* de Bento Pereira.

Já em 1759 realizaram-se na Bahia concursos para as cadeiras de Latim e Retórica, tendo sido aprovados dezenove candidatos. Portugal enviou professores régios para Pernambuco e depois para Bahia e Pará (alguns não se deram bem e voltaram), pagos pela Coroa, gerando duas classes de mestres: a dos professores da terra, pagos pelas famílias, e a

dos professores de fora, melhor remunerados, o que se constituiu num grande foco de discórdia.

Sem ter pessoal que repusesse os antigos mestres banidos, as autoridades régias foram recrutando, de qualquer maneira, elementos de clero, frades e monges das diversas ordens religiosas (franciscanos, carmelitas, oratorianos, beneditinos, mercedários, capuchinhos e outros), espalhados pela Colônia, e padres seculares – capelães de engenhos e de fazendas – mais alguns letrados pobres, uns pobres coitados que sabiam alguma coisa.

Além do mais,

(...) é tal a impressão que deixaram os jesuítas, a todo o povo que o seu método era o melhor de todos; e tal as saudades que os naturais têm deles que por esse respeito têm todos ódio aos novos métodos que S.M. mandou estabelecer para a reforma dos estudos e deles dizem todos quanto mal se pode excogitar persuadindo a todos que pelo novo método se não pode saber latim, e assim fazem zombaria e escárnio dos ditos novos métodos e por conseguinte também dos professores que os foram ensinar dizendo destes muito mal, e levantando-lhe muitos testemunhos e pondo-os no ódio das gentes.

(Carta de Manuel da Silva Coelho a D. Tomaz de Almeida, 18 – 07 – 1762)²

Quanto aos livros utilizados no ensino elementar, além das Cartinhas – catecismos –, havia a *Breve Instrução para ensinar a Doutrina, ler e escrever aos meninos e ao mesmo tempo os princípios da língua portuguesa e sua ortografia*, escrita por Luiz Diogo Lobo da Silva, governador de Pernambuco, e a obra de Manuel de Andrade Figueiredo *Nova escola para aprender a ler*, publicada, provavelmente, em 1720, bem antes da reforma de Pombal.

O costume de ensinar a ler e a escrever utilizando-se das cartilhas – catecismos (cartinhas) – era comum até o século XIX: Rui Barbosa, no Projeto de Reforma do Ensino Primário, valoriza a inclusão de ensinamentos de ordem moral e cívica e religiosa nos manuais (BANHA de ANDRADE, 1978, p. 119). Em 1770, o rei determinou que se

² O documento encontra-se na Biblioteca da Universidade de Coimbra, Cod.2534, no.35.

ensinasse, nas escolas de ler e escrever, por impressos ou manuscritos de diferente natureza, especialmente pelo *Catecismo Pequeno* do bispo de Montpellier, Carlos Joaquim Colbert, mandado traduzir pelo Arcebispo de Évora. Como se vê, Pombal vai ao enfrentamento, substituindo as cartilhas, que tinham sido utilizadas durante anos, por esse Catecismo. Antônio Leite (1983, *apud* BOTO, 2004, p. 169) sobre ele assim se expressa:

(...) estava eivado de doutrinas jansenistas e galianas, pelo que veio a ser incluído no Índice dos livros proibidos, por decreto de 20 de janeiro de 1721. Foi encarregado por Pombal de mandar fazer a tradução portuguesa deste catecismo, heterodoxo e condenado, o Cardeal D. Cosme da Cunha, arcebispo de Évora, que o mandou adotar na sua arquidiocese para o ensino da doutrina às crianças. O mesmo fizeram outros bispos, naturalmente sob pressão do marquês.

Os alunos aprendiam não só a ler, escrever e contar, mas “o principal cuidado que devem ter os Mestres é instruir na Doutrina Cristã e bons costumes aos meninos, não lhes ensinando coisas supérfluas...” (Estatuto que hão de observar os mestres das escolas dos meninos na Capitania de São Paulo, in: BANHA de ANDRADE, *op. cit.*, p. 18).

Em relação aos estudos secundários, sabe-se que as bibliotecas dos jesuítas eram muito boas e que não ficavam abertas só para os alunos e padres, mas para qualquer um que o solicitasse. Os padres sempre enriqueceram suas bibliotecas não só por suas necessidades pessoais, mas porque, em seus colégios e seminários, ensinavam desde as primeiras letras até os cursos de Filosofia que se equiparavam a verdadeiras faculdades. Rendas que obtinham com a venda dos produtos de suas fazendas eram destinadas à compra de livros, e o acervo era muito rico nas várias áreas do conhecimento. Com sua expulsão e o arrestamento de todos os seus bens, os livros foram confiscados e armazenados, e a grande maioria “delapidada, roubada ou vendida como papel velho a boticários para embrulhar unguentos. O clima úmido e os insetos deram cabo do resto”. (BORBA DE MORAES, 1979, p.6)

3 O ensino primário no Império e início da República

Na fala do trono por ocasião da instalação da Assembleia Constituinte, em 3 de maio de 1823, D. Pedro I assim se expressou sobre a instrução: “Tenho promovido os estudos públicos quanto é possível. Porém, necessita-se para isto de uma legislação particular.” E conclui: “Todas estas coisas devem merecer-vos suma consideração.” (MOACYR, 1936, p.71).

E a Constituição, por ele outorgada em 11 de dezembro de 1823, estipulava em seu artigo 179, alíneas 32 e 33: “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos e em colégios e em universidades se ensinem as ciências, as belas artes e as artes.”

Em 15 de outubro de 1827 é promulgada a primeira lei sobre a instrução no Brasil:

Haverão escolas de primeiras letras, em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império (...) Haverão escolas de meninas nas cidades, vilas e lugares mais populosos (...) As mestras, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução de aritmética só às quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica. (in: MOACYR, 1936, p.190).

Deve-se frisar que esses dispositivos não se cumpriram, e o Ato Adicional de 1834 transferiu para as províncias o ensino primário e o secundário, “legalizando a omissão do poder central” (SAVIANI, 2007, p.132).

A partir daí, várias propostas de reforma foram apresentadas com o objetivo de criar um ensino primário na Corte que servisse de modelo às províncias. Coube a Couto Ferraz, Ministro do Império, a tarefa de mudar a situação, o que fez por decreto de 17 de fevereiro de 1854, que, apesar de efeitos bastante limitados, atuou como um marco.

Quanto à organização dos estudos, a escola primária dividia-se, a partir dessa reforma de 1854 – reforma Couto Ferraz –, em duas classes: escolas de primeiro grau e escolas de segundo grau. As primeiras tinham um currículo básico que compreendia “a instrução moral e religiosa, a leitura e escrita, as noções essenciais de gramática, os princípios elementares de aritmética, o sistema de pesos e medidas do município” (art.47).

Nas escolas de segundo grau acrescentava-se:

(...) o desenvolvimento da aritmética em suas aplicações práticas, a álgebra, geometria e trigonometria retilínea, a leitura explicada dos Evangelhos e notícias da história sagrada, os elementos de história e geografia, principalmente do Brasil, o ensino da língua e literatura nacional, o ensino das línguas vivas, os princípios das ciências físicas e da história natural aplicáveis aos usos da vida. (art.79).(in: MOACYR, (1937, p.20)

Ressalta Marcílio (2005, p.86) que, nessas escolas, até pelo menos 1870, havia completa segregação dos sexos: um professor somente lecionava para os meninos e as meninas só tinham aula com uma professora.

Na década de 1920, utilizava-se o método mútuo ou lancasteriano importado da Inglaterra, em que o professor preparava um aluno – decurião – que, responsável por grupos de dez alunos (decúrias), ensinava aos outros. A utilização desse método, que gerou muitos debates, estava expressa como exigência no Decreto das Escolas de Primeiras Letras, de 1827, mas a imposição não se materializou no Brasil, tendo sido objeto de críticas, mesmo em países como a França e a Inglaterra que o utilizaram em larga escala (BITTENCOURT, 1993, p.47-52).

O método nunca foi convenientemente implantado no país, já que necessitava de salas amplas, material didático adequado e uma mudança de atitude do professor, pois condenava os castigos físicos, e os mestres, embora, muitas vezes, reconhecessem a insuficiência da palmatória, julgavam impossível abandoná-la.

Segundo Fernandes (2006, p.65):

(...) nos mais de 15 anos em que se tentou implementar tal método de ensino no Brasil (é de 1823 a fundação da primeira escola lancasteriana aqui), sua presença ou a discussão sobre ele contribuiu para que, paulatinamente, a sociedade brasileira começasse a enxergar as especificidades da escola e da instrução escolar, segundo suas necessidades de um espaço apropriado, materiais didático-pedagógicos e formação de professores, e não mais nos moldes da educação doméstica nos quais o ensino vinha sendo concluído até então.

Após ele, o que se vê nas escolas são métodos mistos, isto é, que procuravam conjugar as vantagens trazidas pelo lancasteriano com as do ensino individual, mas só a partir de 1879, com a reforma Leôncio de Carvalho, é que se lança um novo olhar sobre o aluno e seu processo de aprendizagem. Trata-se do método intuitivo, também conhecido por “lição de coisas”, em que, apoiada nas ideias de Pestalozzi (1756-1827) e Froebel (1782-1852), a escola desvia sua atenção para o aluno: “(...) antes de tudo é preciso aprender a ensinar para... ensinar a aprender” (CARNEIRO LEÃO, 1917, p.102). O ensino deveria partir do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato. O professor deveria se valer dos objetos da escola (mesa, carteira, giz, papel) ou levados a ela (pedra, madeira) que permitissem ao aluno sentir, observar, isto é, desenvolver uma percepção sensorial.

Dentro dessa perspectiva, fariam também parte da rotina escolar visitas às circunvizinhanças ou a observação minuciosa de cartazes e gravuras em livros produzidos especialmente para a “lição de coisas” ou de outros conteúdos (FERNANDES, 2006, p.67). Como se pode observar, sob a influência das ideias de Rousseau, a criança passa a ser vista como um ser com características próprias e não mais como um adulto em miniatura, necessitando de uma escola voltada para ela e não mais centrada na figura e na ação do professor, ao qual cabia a tarefa de acrescentar os ensinamentos morais e cívicos e de refletir sobre os conteúdos propostos.

Quanto à idade das crianças, Ariès (2012) destaca que, no século XVIII, há uma separação entre a primeira (5-6 anos) e a segunda infância, podendo a criança entrar para a escola com 9-10 anos. Era também permitido que crianças dessa idade frequentassem a mesma classe com adolescentes de 15-18 e rapazes de 19-25:

O sentimento mais comumente expresso para justificar a necessidade de retardar a entrada para o colégio era a fraqueza, ‘a imbecilidade’, ou a incapacidade dos pequeninos. Raramente era o perigo que sua inocência corria... (ARIÈS, 2012, p.115).

E continua:

Não se sentia ainda a necessidade de distinguir a segunda infância, além dos 12-13 anos, da adolescência ou da juventude. Essas duas categorias de idade ainda

continuavam a ser confundidas; elas só se separariam mais para o fim do século XIX, graças à difusão, entre a burguesia, de um ensino superior: universidade ou grandes escolas. (ARIÈS, 2012, p.115).

Até o Ato Adicional não havia nenhum sistema de formação dos professores, e era necessário que se pensasse neles: a primeira escola normal foi fundada em Niterói, em 1835, e fechada em 1851; outras escolas foram fundadas, em 1842, na Bahia e em Ouro Preto, mas tiveram vida efêmera. Minas Gerais, em 1879, contava com cinco escolas.

A origem das escolas normais remonta ao século XVII quando Jean Baptiste de la Salle fundou, em Reims, um seminário de formação de mestres-escolas (MARCILIO, 2005, p.10). Como já se ressaltou aqui: “(...) era preciso, assim, reorganizar a escola, preparar os professores, fazê-los aprender a aprender...” (CARNEIRO LEÃO, 1917, p.102).

Em 1847 é instalada a de São Paulo, suspensa em 1867, sob a alegação de falta de verbas, reaberta em 1874, fechada em 1877, recriada definitivamente no fim do Império, em 1880, que vai se tornar a Escola Normal Caetano de Campos onde se experimentava o método intuitivo. Em 1910, devido à grande procura é criada a Escola Normal do Brás e, em 1920, havia, em todo o Estado de São Paulo, vinte dessas escolas. Apesar da vida efêmera dessas instituições, sua criação mostra uma mudança em relação à formação do educador.

Em relação às instalações, os prédios deveriam ser apropriados, construções monumentais, com salas amplas, grandes janelas, instalados em grandes terrenos, construídos, no caso de São Paulo, pelo renomado escritório de Ramos de Azevedo. São os grupos escolares, reunião de 4 a 10 unidades (escolas isoladas) com separação por idade, sexo e uma professora para cada sala.

Wolff (in MARCÍLIO, 2005, p.177) afirma:

A arquitetura escolar pública nasceu imbuída do papel de propagar a ação de governo pela educação democrática. Como prédio público, devia divulgar a imagem de estabilidade e nobreza das administrações (...). Um dos atributos que resultam dessa busca é a monumentalidade, consequência de uma excessiva preocupação em serem as escolas públicas edifícios muito evidentes, facilmente percebidos e identificados como espaços da esfera governamental.

Na mesma direção, expõe Faria Filho (2000, p.147):

Os grupos escolares, concebidos e construídos como verdadeiros *templos do saber, encarnavam*, a um só tempo, todo um conjunto de saberes, de projetos político-educativos, e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XIX, o das escolas seriadas. Apresentadas como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, os grupos escolares, projetavam um futuro em que, na República, o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressista... (grifos do autor)

4 Sobre o ensino da língua materna

Na tentativa de organizar o ensino, inúmeras reformas se sucederam, merecendo de VERÍSSIMO (1890, p. XXXVI) o seguinte comentário: “Todas as reformas serão inúteis se, como até aqui tem sucedido, se continuar a não praticá-las ou apenas praticá-las na sua letra e não no seu espírito.” Dentre essas reformas merece destaque a chamada reforma Leôncio de Carvalho.

O Presidente do Gabinete, Cansação de Sinimbu, escolhe, como Ministro do Império, um jovem professor da Faculdade de Direito de São Paulo, Carlos Leôncio de Carvalho, partidário de uma ampla reforma de ensino, cujo sistema, dizia, “oferece gravíssimos inconvenientes que só poderão ser extirpados por meio de uma medida, que tanto tem de simples, quanto eficaz – o ensino livre”, ao qual atribuía a grandeza dos Estados Unidos (MOREIRA, 1942, p. XXII) e, em 1879, *ad referendum* da Legislatura, baixa um decreto reformando o ensino primário e secundário do município da Corte.

No ano seguinte, Rui Barbosa é designado, pela Assembleia Geral, relator da proposta (à qual se dedicou com afinco), resultando de seu estudo dois alentados substitutivos: um tratava do ensino superior e secundário; e outro, do ensino primário e de várias instituições complementares. A proposta, publicada somente em 1883, não teve andamento, pois não foi objeto de debates, embora a repercussão tivesse sido grande.

No item VII trata Rui dos *Métodos e Programa Escolar*, dedicando o parágrafo 5º ao ensino da *Língua Materna – Gramática*, propondo uma mudança substantiva no ensino da gramática na escola primária.

Munido de ampla documentação – parte de Bréal, Bain, Max Müller, Whitney, Brachet e outros – e seguindo os princípios do evolucionismo aplicados à língua, segundo os quais a língua é um organismo vivo, insurge-se contra o ensino da gramática como até então praticado, assim se expressando:

Que o ensino da língua não se confunde com o ensino da gramática, não é lícito contestar. Mas nem a qualificação mesma da gramática se pode estender a essa tecnologia de abstrações inúteis, que, aliás, suplício inútil da infância na escola, absorve a mais larga parte do plano de estudos primário, fazendo, em pura perda de entendimentos, “correr tantas lágrimas” (Bréal). Nobre e profícua aplicação da inteligência é a gramática, mas não entendida como entre nós; não encarada como urdidura metafísica; não apresentada como jogo de fórmulas e categorias ideais; mas considerada como um produto histórico, como a carta da evolução real da língua, como ciência e observação escrita. (BARBOSA, 1883, v. X, t II, p. 219)

Defendendo princípios que a pedagogia e a linguística aplicada hoje propugnam, cita Bréal:

Ensina-se em demasia a língua vernácula como língua morta: supõe-se que o aluno a ignora; que não a falou antes de entrar à escola. Essas partes do discurso que lhe ensinais, muito há que lhe as conhece; dos substantivos, dos pronomes faz uso, longo tempo antes de transpor o soalheiro escolar. Maravilha é sempre o ver o quanto sabem as crianças. (p. 224)

Continua Rui:

Mas é precisamente a ideia oposta que prevalece entre nós. O primeiro passo da gramática usual consiste numa definição, e de definições, de classificações, de preceitos dogmáticos se entretetece todo este ensino. Em todo esse longo e penoso curso de trabalhos que nos consomem o

melhor do tempo nos primeiros anos de estudo regular, não se sente, não há, não passa o mais leve movimento de vida. Como se as teorias fossem a primeira, e não a última expressão da atividade intelectual no desenvolvimento do indivíduo, ou da humanidade. Como se o uso não fosse anterior às regras. Como se a definição não pressupusesse o conhecimento cabalmente real do objeto definido. Como se a linguagem, numa palavra, não precedesse necessariamente as codificações gramaticais! (p. 227)

E conclui:

(...) o que nas escolas populares entre nós se professa não é nem a gramática viva do uso constante e inteligente da boa linguagem (...) É o estudo absurdo, infecundo, nocivo da terminologia gramatical, estudo que todos os pedagogos modernos acusam de travar, na escola, o adiantamento dos alunos e a que Herbert Spencer, com sobejos fundamentos imprimiu o estigma de “MIL VEZES ESTÚPIDO”. (p.230; destaques do autor)

Insiste em mostrar as consequências dessa forma de tratar o ensino da língua materna dizendo que os maus hábitos contraídos na escola permanecem pela vida afora com “o enjoo pelo estudo, o desamor das letras e a repugnância ao trabalho mental” (p.228).

Ainda: “No ensino da língua materna, o primeiro dos deveres da escola consiste em “não dar a ler ao aluno senão palavras que ele possa compreender, palavras que designem objetos situados no seu campo de observação e em que ele se interesse (p.234). E a esse propósito cita Bain: “Antes que o aluno haja compreendido todas as partes do discurso, não é lícito dar-lhe uma só regra de gramática, ou corrigir segundo os princípios dela um só dos seus erros.” (p. 235)

E o que propõe Rui para o ensino da língua materna? Apoiando-se em Bréal para quem não há irregularidades na língua para os falantes nativos, elas só existem para os estrangeiros, diz ser necessário “familiarizar o discípulo com o uso da linguagem como realidade quotidiana de primeira importância, não como composto de abstrações teóricas”. (p.236).

Formula, então, como conclusão, orientações para o ensino da língua materna, dentre as quais destacam-se:

Da escola elementar (a escola de primeiro grau) há de ser absolutamente excluído o ensino das teorias gramaticais. A cultura da língua vernácula principiará desde o primeiro momento do curso elementar pelos processos intuitivos. A base de toda esta espécie de ensino consistirá nos exercícios práticos de expressão e relação do pensamento. De composição e estilo, exercícios que constituirão “a pedra de toque dos estudos” (Bréal).

Esse ensino resultará do complexo dos trabalhos escolares, cada um de cujos estudos contribuirá para o cultivo da língua materna, especialmente o estudo das ciências de observação que devem dominar toda a escola. (p. 252)

A proposta de Rui integra-se no contexto geral da época em que predominam os desejos de mudanças sociais e científicas, com a preocupação de aplicar ao estudo das línguas o mesmo rigor e os mesmos métodos das ciências naturais, representando um esforço para afastar-se das orientações da Gramática Geral que até então dominavam nossa gramática.

5 Obras didáticas de língua portuguesa para a infância

O crescimento de uma classe média vai acarretar a multiplicação de escolas, tanto primárias quanto secundárias, já que uma das formas de esse segmento diferenciar-se era pela instrução, favorecendo o surgimento de um pequeno mercado editorial, com o lançamento de obras de cunho didático (no caso, gramáticas). Se até então a maioria dessas obras era importada de Portugal (a *Gramática Elementar* de Caldas Aulete, por exemplo, foi aqui largamente utilizada), agora surgem obras escritas por brasileiros e aqui editadas (FÁVERO; MOLINA, 2006).

A Independência e o Romantismo, quando o país passou a receber outras influências que não somente a de Portugal, não interferem na estrutura da escola, que se mostra insensível às polêmicas sobre o português aqui falado. O modelo de língua a ser preservado é o dos grandes escritores, em suma, a escola é a mesma da época colonial. Alencar não chega, por exemplo, ao Colégio Pedro II.

Não se deve esquecer de que Portugal nunca permitira a instalação de tipografias na Colônia, e todas as tentativas de o fazer foram severamente punidas. O primeiro jornal brasileiro, *Correio Brasiliense*

(1808-1822) produzido por Hipólito José da Costa era editado em Londres e aqui a Imprensa Régia, criada por D. João VI, em 1808, imprimia o primeiro jornal institucional, *A Gazeta do Rio de Janeiro*, com o objetivo inicial de imprimir exclusivamente documentos oficiais.

Hallewell, em sua obra *O livro no Brasil* (1985, p.208), mostra que a expansão do sistema educacional viabilizou a produção de livros:

Os últimos vinte anos do Império assistiam a alguma melhora, pelo menos quantitativamente, com a duplicação do número de escolas (de 3561 para 7500), e na proporção de escolares relativamente à população (de 1.2% para 2.1%). São Paulo foi suficientemente progressista para tornar o ensino primário obrigatório apenas quatro anos depois da Inglaterra (...). A revolução na educação brasileira começou mais ou menos no último ano do Império, quando os políticos finalmente tomaram consciência do atraso da nação e a crescente prosperidade do comércio cafeeiro proporcionou os recursos necessários, pelo menos no centro e no sul do país.

Houve forte vinculação entre os livros didáticos e os professores, cujas anotações para seus cursos, organizadas e sistematizadas, transformaram-se em livros. Mesmo quando lecionavam outras disciplinas, esses professores tinham preferência na escolha, como João Ribeiro, professor de história, que teve adotados vários de seus livros de caráter filológico, bem como Silvio Romero, professor de filosofia cujas obras *História da literatura brasileira* e *Compêndio de história da literatura brasileira* (em coautoria com João Ribeiro) tiveram largo uso no Colégio Pedro II. Além desses, devem ser citados Júlio Ribeiro (1881), Pacheco de Silva e Lameira de Andrade (1887), Maximino Maciel (1887/1894), Eduardo Carlos Pereira (1907), Said Ali (1924) e outros.

Sobre a importância desse período para o livro didático, Pfromm Neto *et al.* (1974, p.160), assim se expressam:

A despeito da precariedade do sistema de ensino que o Império legou à República e a despeito dos inúmeros fatores – econômicos, políticos, geográficos, sociais – que limitavam a qualidade, o alcance e as intenções da literatura didática brasileira no século passado, é inegável que, tanto no domínio das cartilhas como no dos textos mais adiantados de leitura, as últimas décadas do século

XIX e o início do século atual [século XX] correspondem a um período de transição importante: o da nacionalização da literatura didática e do aperfeiçoamento sensível do conteúdo e dos métodos de ensino.

A multiplicação das instituições escolares, o olhar voltado para a criança, propiciando a preocupação com o material didático especialmente dedicado a ela, e a necessidade de propagação dos ideais republicanos fizeram com que muitos autores começassem a criar gramáticas para a infância ou a traduzir obras (por exemplo, *Coração*, de E. de Amicis) que respondessem a esses requisitos. Como as pesquisas sobre o que era ser criança eram recentes, não havia clareza sobre como elaborar uma obra especialmente dedicada a elas e o que os autores faziam, na realidade, era sintetizar a teoria gramatical exposta (FÁVERO; MOLINA, 2006).

Podem ser citadas:

- *Gramática elementar da língua portuguesa* – Filipe Benício de Oliveira Conduru (1850), que alcançou 11 edições;
- *Gramática da infância* – Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1864);
- *Pequena gramática da infância* composta para uso das escolas primárias – Joaquim Maria de Lacerda (provavelmente do último quartel do século XIX);
- *Gramática expositiva* (curso elementar) – Eduardo Carlos Pereira (1907).

Merece destaque a *Gramática Portuguesa* (curso primário) de João Ribeiro, escrita em 1886, mas que já passara por reformulações em 1913, 67ª edição (a edição consultada), pois ela se mostrou pensada para crianças, apresentando ilustrações (na parte relativa à sintaxe) e uma série de exercícios propostos para cada unidade ensinada. Apesar de os pressupostos das correntes naturalistas já fazerem parte de compêndios como esse, João Ribeiro define gramática como o conjunto das regras segundo as quais se fala ou escreve corretamente a língua, mostrando seu apego ao modelo greco-latino e reforçando: “Aquele que estuda a gramática já fala naturalmente sua língua. A gramática não lhe ensina mais que a análise de suas próprias palavras, mostrando-lhe o uso das pessoas doutas e dos bons escritores.” (p. 9).

Cabe uma palavra ainda sobre os livros de redação publicados na época. Fernandes (2001, p.7), em levantamento realizado em acervos de bibliotecas e consultas a livros que apresentam a história do livro no Brasil, encontrou os seguintes títulos, feita a ressalva, pela autora, de que possivelmente devam ter sido publicados outros, mas, pelo fato de os livros didáticos serem vistos como material de curta duração não são conservados em bibliotecas públicas ou de colégios, ficando circunscritos ao período em que as escolas os adotaram:

- *Exercícios de estilo* – Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho (1885);
- *O estilo em ação ou A arte de escrever ensinada pela prática* – G. Rodrigues (1895);
- *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias* – Olavo Bilac e Manuel Bonfim (1899);
- *Manual de estilo* – José Oiticica (1925).

No livro de Felisberto de Carvalho, não há preocupação com que o aluno desenvolva sua criatividade nem que exponha suas ideias com coerência. De acordo com o pensamento da época, reforça-se, busca-se treinar a capacidade de reprodução do aluno, fornecendo-se, inclusive, uma versão do texto a ser reproduzido. Critica-se a memorização, herança do período anterior, mas propõe-se que o aluno siga um modelo, na esperança de que isto o levaria ao desenvolvimento de sua capacidade de redigir. Ressalta, ainda o autor, que os textos contêm “só pensamentos puros e são capazes de despertar no coração da infância sentimentos nobres” (FERNANDES, 2001, p.71).

O livro de Bilac e Bonfim, publicado em 1899, diferentemente do de Felisberto de Carvalho, traz abordagens direcionadas à questão da língua, como o uso de adjetivos não generalizadores, de orações explicativas, o uso abusivo de conectores etc., sempre voltado para o bem escrever e como atingi-lo. Nas obras da época (o mesmo ocorre com o livro de Felisberto de Carvalho) significa estar de acordo com a norma culta.

Conclusão

Terminado o trabalho, com a apresentação das obras didáticas (gramáticas e livros de redação) para a infância, publicadas no Império e primeiros anos da República, é necessário lembrar seu objetivo: examinar a situação do ensino primário no período enfocado, especialmente o ensino da língua portuguesa, a luta contra o analfabetismo, a busca pela valorização da língua nacional, a valorização de nossa cultura, bem como a apresentação da produção didática de obras dirigidas à infância e utilizadas por professores particulares ou do curso Primário ou Elementar.

No tocante ao ensino da língua portuguesa, dentre tantas reformas havidas no período, destacou-se a reforma proposta por Leôncio de Carvalho, com o Parecer de Rui Barbosa, de grande repercussão.

Ressalte-se também que os livros destinados às crianças, embora dissessem ser a elas destinados, pouco diferiam dos do Curso Superior, excetuando-se o de João Ribeiro que mostra nitidamente ter sido escrito para crianças. Todos eles serviam não só para ensinar a ler e a escrever corretamente a língua, mas também para auxiliar na formação do educando, inculcando-lhe valores morais.

Retomando as palavras de White, citadas no início deste trabalho, pode-se dizer que se procurou pegar os fios da história e atá-los com o social para descobrir a trama enredada, lembrando que o ato de saber possui um horizonte de retrospectção e um de projeção (AUROUX, 1989) e esse saber não destrói seu passado, ao contrário, ele o organiza e o acolhe, do mesmo modo que antecipa seu futuro, pois, como diz o mesmo Auroux (1989): “Sans mémoire et sans projet, il n’y a tout simplement pas de savoir.”

Referências

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012 [1978].

AUROUX, S. *Histoire des idées linguistiques*. Paris: Pierre Mardaga. 1989. T. 1.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1992.

AZEVEDO, J. L. de. *O marquês de Pombal e sua época*. Rio de Janeiro/Lisboa: Anuário do Brasil; Seara Nova; Renascença Portuguesa, 1922.

BANHA de ANDRADE, A. A. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Edusp; Saraiva, 1978.

BARBOSA, R. *Obras completas*. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instituição pública. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, v. X, t.1, 2,3,4, V. ed. 1947 [1883].

BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa*. Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

BITTENCOURT, C. M. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BLOCH, M. *Introdução à história*. Lisboa: Europa/América, 2010.

BORBA de MORAES, R. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

BOTO, C. Iluminismo e educação em Portugal. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARDIM, F. *Tratado da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1980 [1584].

CARNEIRO LEÃO, A. *O Brasil e a educação popular*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1917.

CHARTIER, R. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DELLESALLE, S.; CHEVALIER, J. C. *La linguistique, la grammaire et l'école 1750-1914*. Paris: Armand Colin, 1986.

FALCON, F. C. *A época pombalina*. São Paulo: Ática, 1982.

FARIA FILHO, L. M. A instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T. et al (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.135-150.

FRANZEN, B. V. *Os jesuítas portugueses e espanhóis e sua ação missionária no sul do Brasil e Portugal (1580-1640)*. 1997. Tese (Doutorado) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 1997.

FÁVERO, L. L. *As concepções linguísticas no século XVIII - a gramática portuguesa*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996.

FÁVERO, L. L. Heranças - a educação no Brasil colônia. *Revista da Anpoll*, n. 8, p.87-102, 2000.

FÁVERO, L. L. A política linguística na América Latina colonial e as línguas gerais. *Actas do 8º. Congreso de Linguística General*, Madri, 2009.

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. *As concepções linguísticas no século XIX – a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M.A.G. A construção do saber escolar – gramáticas da infância. *Congresso da Alfal*. 2014. Inédito.

FERNANDES, G. *Livros de redação no Brasil: o começo de uma história*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2001.

FERNANDES, G. *Composição de textos na escola brasileira: em busca de uma história*. 2006. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2006.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil*. São Paulo: Queroz Editor; EDUSP, 1985.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

MARCÍLIO, M. L. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Instituto Braudel/Imprensa Oficial, 2005.

MATTOS, L. A. de. *Primórdios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

MOREIRA, T.M. Prefácio às *Obras Completas de Rui Barbosa*. Ministério da Educação e Saúde, v. IX, t.1, 1942.

MOREIRANETTO, C. de A. *Índios da Amazônia, de maioria a minoria – 1750-1850*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

MOACYR, P. *A instrução e o império*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936. vol.1.

MOACYR, P. *A instrução e o Império*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937. v. 2.

NEBRIJA, A. *Gramática castellana*. 6.ed. Madrid: Fundación Antonio de Nebrija, 1946 [1492].

PFROMM NETO, S. et al. *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor/INL, 1974.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portuguêza – Curso Primário*. 94. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1937.

RODRIGUES, A. D. Línguas indígenas; 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, PUC/SP, n.9, p.82-104, 1993.

ROSA, M. C. A língua mais geral do Brasil nos séculos XVI e XVII. In: FREIRE, J. R. B.; ROSA, M. C. (Org.). *Línguas gerais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2003. p.133-146.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas - SP: Editores Associados, 2007.

SILVA, A. D. *Da Coleção da legislação portuguesa (1750-1820)*. Lisboa: Tipografia Maignense, 1830.

VERÍSSIMO, J. *A educação nacional*. São Paulo: Francisco Alves, 1890.

WHITE, H. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

A redução da maioridade penal na voz de adolescentes (des)favorecidos

The reduction of criminal age of responsibility in the voice of (under)privileged young adolescents

Denize Elena Garcia da Silva

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

denizelena@gmail.com

Ana Claudia Camargo Carvalho (UnB)

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

a.claudia@yahoo.com.br

Resumo: O artigo tem como objetivo discutir a atual proposta de redução da maioridade penal, com base no discurso de jovens adolescentes (des) favorecidos. A análise envolve dados empíricos, selecionados a partir de textos escritos, bem como textos orais, colhidos em dois ambientes institucionais relativamente opostos, mediante oficinas de trabalho de campo e através de entrevistas semiestruturadas. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa (descritiva e interpretativa), realizada em dois estabelecimentos regidos por regulamentos disciplinares específicos. A Análise de Discurso Crítica (ADC), na vertente de Fairclough (2003, 2010), constitui o passaporte teórico-metodológico básico que norteia a identificação e discussão do problema levantado como tema de estudo, junto a duas instituições cujas linhas “educativas” configuram-se como práticas sociais diferenciadas. De um lado, uma Unidade de Internação que envolve, pelo menos em princípio, práticas discursivas socioeducativas em termos de resgate de cidadania e reintegração na sociedade de jovens em conflito com a lei. De outro, um estabelecimento educacional com práticas discursivas destinadas à formação militar, o

que pressupõe uma concepção rígida de educação nos moldes de uma cidadania plena, ao lado de uma ampliação de conhecimentos. Os primeiros resultados do estudo permitem enfatizar a necessidade de uma prevenção por meio de um refinamento, em termos legais, do conceito de educação, sobretudo, diante do contraste de posicionamento dos jovens quanto à privação da liberdade, no que concerne à legislação específica sobre o tema da punição.

Palavras-chave: maioridade penal; adolescentes; discurso; vozes em contraste; educação.

Abstract: This paper aims to discuss the current proposition to lower the age of criminal responsibility of minors, based upon the perspective of (under) privileged young adolescents. The analysis involves empirical data, selected from written and oral texts, collected in two relatively opposing institutional environments through field workshops and through semi-structured interviews. This is a qualitatively-oriented (descriptive and interpretative) research held in two establishments governed by specific disciplinary regulations. Fairclough's (2003, 2010) Critical Discourse Analysis (CDA) approach is the basic theoretical and methodological passport that guides the identification and discussion of the problem under discussion within the field of study in two institutions whose "educational" lines configure different social practices. On the one hand, a Social-Educational Internment Unit that involves, at least in principle, socio discursive practices in terms of recovery of citizenship and reintegration into society of young people in conflict with the law. On the other hand, an educational establishment with discursive practices aimed at military training, which requires a rigid conception of education in terms of full citizenship, coupled up with an expansion of knowledge. The first results of the study allow us to emphasize the need for prevention through the refinement, in legal terms, on the concept of education, especially with regard to the contradictory positioning of young people in relation to the deprivation of liberty, as well as the applicability of specific legislation concerning punishment.

Keywords: criminal liability; adolescents; discourse; voices in contrast; education.

Recebido em 20 de junho de 2016.

Aprovado em 22 de setembro de 2016.

Introdução

A partir do(s) sentido(s) de privação de liberdade na visão de dois grupos de adolescentes, este artigo objetiva discutir a atual proposta de redução da maioridade penal. A intenção subjacente é questionar em que medida a redução da maioridade penal pode-se configurar como um recurso (des)favorável diante da encruzilhada de violências que intersectam tantos problemas sociais no Brasil. O estudo envolve dados empíricos, colhidos através de oficinas de trabalho, bem como por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas em dois ambientes institucionais relativamente opostos. Trata-se de duas instituições públicas que, embora sejam guiadas pelos mesmos princípios legais no que concerne à educação, configuram-se distantes em seus respectivos regimentos internos. Ambas, apesar de contemplarem a Carta Constitucional de 1988 (art. 227) e, sobretudo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), afastam-se em termos jurídicos no seguinte: uma, encontra-se regida por medidas socioeducativas, que visam à educação como método de reintegração social diante de transgressões infracionais de jovens adolescentes, enquanto a outra se orienta por um regimento interno que visa à educação com disciplina para aquisição de saberes e ampliação de conhecimentos.

Como pontos balizadores para iniciar o estudo ora apresentado, traçamos um breve panorama histórico das leis que envolvem o tema da maioridade penal para, em seguida, apresentarmos uma análise crítica de significados que perpassam o tema da maioridade penal, a começar pelas pistas linguístico-discursivas identificadas em textos escritos, produzidos por adolescentes em situação de reclusão, alocados em uma Unidade de Internação próxima à capital federal. Perfilamos o discurso do jovem privado de liberdade com a voz de outro grupo de adolescentes, colhida por meio de entrevistas semiestruturadas, junto a alunos do Colégio Militar de Brasília. O passaporte teórico-metodológico do trabalho é a Análise de Discurso Crítica (ADC), na proposta de Fairclough (2003, 2010), para quem linguagem e sociedade encontram-se interconectadas dialeticamente.

Ressalte-se que a redução da maioridade penal tem sido motivo de uma série de debates com intensas discussões, tanto nas diversas camadas da sociedade brasileira como um todo, quanto no meio jurídico e no campo político de maneiras específicas. Tais discussões tornam-se

cada vez mais acirradas, sobretudo, no momento atual em que culmina a polêmica diante da proposta de redução da maioridade, dentro do Código Penal brasileiro, de 18 (dezoito) anos para 16 (dezesseis) anos de idade.¹

Este artigo encontra-se dividido em quatro partes, além da presente introdução, bem como das considerações finais. Na primeira, traçamos um percurso histórico a respeito da maioridade penal no Brasil. A segunda seção envolve um arrazoado em torno do questionamento da redução da maioridade como solução para a violência. Trata-se de uma reflexão crítica, balizada em dados documentais do passado, bem como em vozes de adolescentes, o que se configura nos dados empíricos do presente. Na terceira seção, apresentamos a base teórica do estudo, seguida da explicação dos procedimentos metodológicos concernentes ao tratamento dos dados empíricos selecionados, como forma de explicitar, de maneira objetiva, as ponderações que respaldam nossas reflexões analíticas. Na última seção, apresentamos os resultados da análise estabelecida em termos de um paralelo por contraste entre as vozes de dois grupos de adolescentes, o que é seguido pelas considerações finais.

1 Origens da redução da maioridade penal no contexto brasileiro

A maioridade penal no Brasil se dá aos dezoito anos, segundo o artigo nº 228 da Constituição Federal de 1988, que reza serem penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial. O artigo da denominada “Constituição Cidadã”, em seu parágrafo nº 228, é reforçado pelo artigo nº 27 do Código Penal, mediante o qual os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial, o que se reflete no artigo nº 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, enquanto lei específica que trata do tema (Lei nº 8.069/90). De acordo com esses dispositivos legais, são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas na Lei Maior. Ressalte-se que, para os efeitos dessas leis que se complementam, deve ser considerada a idade do adolescente à data do ato infracional. Observe-se ainda, que, nesse sentido, a “Constituição Cidadã” recorre, por meio do critério etário, à presunção de inimputabilidade.

¹ A discussão dessa pauta encontra-se no Senado, que ainda precisa decidir se aprova a proposta de emenda à Constituição (PEC).

A redução da maioridade penal é um tema que segue em voga desde o Código Imperial, de modo específico, da fase do Império de 1830, que fixava a maioridade penal na idade de 14 anos. De acordo com o antigo Código, crianças entre 7 e 14 anos de idade, que cometiam crimes, eram submetidas a um critério biopsicológico e encaminhadas às casas de correção pelo tempo que o juiz encarregado do caso achasse apropriado, porém, que não excedesse a idade de 17 anos, ou seja, o período de reclusão não poderia ser estendido após o réu completar dezessete anos (Código Criminal, 1830, art. 13).

Em 1927, pelo Código de Menores Mello Mattos, foi assegurada a imputabilidade para crianças e adolescentes de nacionalidade brasileira, que tivessem até 14 anos, eximindo-os de processo penal. Já os maiores de 14 e menores de 18 anos eram submetidos a um processo especial.² Em 1941, no governo Vargas, foi criado o Serviço Nacional de Assistência aos Menores - SAM - que conferia ao Estado poder para atuar junto a crianças e adolescentes desfavorecidos, considerados ‘desvalidos’ e ‘delinquentes’. Os ‘delinquentes’ infratores eram encaminhados para reformatórios ou casas de correção, enquanto os ‘desvalidos’ eram encaminhados para patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem. Em 1964, no regime militar, o SAM foi substituído pela FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor). Em dezembro de 1940, com a promulgação do referido Código Penal, foi adotada como parâmetro a inimputabilidade dos menores de 18 anos. Em 1979, o Código de Menores Mello Mattos foi reformulado pela Lei nº 6.697 que visava à intervenção, por meio dos juizados de menores, aplicada a adolescentes com menos de 18 anos, os quais eram recolhidos em ‘internatos’. Nesse Código, era dado poder ao juiz para aplicar a medida de internação em qualquer caso, fosse para ‘menores em situação irregular’, ou para aqueles que cometessem ‘atos infracionais’. Com a ‘Constituição Cidadã’ de 1988, foi acrescentada a noção do ‘sujeito de direito’, tanto às crianças quanto aos adolescentes, além de consolidada a ideia de maioridade aos 18 anos.

Porém, foi a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90), criado em 1990, que o tratamento de adolescentes em conflito com a lei tornou-se mais humanizado, ainda que permaneça a contradição entre ações socioeducativas e privação de liberdade. Nas

² O Código de Menores recebeu esse nome como forma de homenagem ao seu autor, o jurista Cândido de Albuquerque Mello Mattos, o primeiro juiz de adolescentes do país e o de mais longa permanência, de 1924 até 1934, ano de seu falecimento.

palavras de Bazílio e Kramer (2003, p.46), “como é possível pensar em processo educacional em estabelecimento cujo objetivo é precisamente a tutela, o controle dos tempos e dos corpos?” Não obstante, à esteira da medida de reclusão de jovens infratores, ainda se atrela a busca da reinserção social dos mesmos, através de medidas ‘socioeducativas’, sendo a ‘privação de liberdade’ o último recurso dentre essas medidas. Com relação ao termo socioeducativo, observam Francischini e Campos (2005, p.267) que “vários outros termos correlatos são empregados pela literatura para fazer referência a essa condição: reintegração social, ressocialização, ajustamento/adaptação, bem como reorganização da vida”.

O artigo nº 104 do ECA estabelece como penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, que se encontram sujeitos às medidas socioeducativas, ou seja, não respondem pela prática de crime ou contravenção penal, mas, sim, por terem cometido um ato infracional. Nessa perspectiva, crianças e adolescentes são considerados penalmente inimputáveis e recebem, dentro de limites específicos, as medidas socioeducativas. Em outras palavras, um ato de infração, que envolva menores de idade e corresponda a um caso contra a lei, ainda que o mesmo venha a ser apurado depois de atingida a maioridade penal do(s) envolvido(s), o que importa é a idade do adolescente na data do cometimento do ato infracional.

2 A solução para a violência é a redução da maioridade?

Identificar práticas sociais responsáveis pelo vínculo entre a violência atual no Brasil e a redução da maioridade nos leva a navegar rio acima na fronteira dos tempos. Isso, como forma de sugerir que a verdadeira causa de violência não está no menor infrator, mas, sim, no abandono do menor no cenário político brasileiro. Retomamos, aqui, uma realidade cruel e secular, cujas raízes mantêm a seiva amarga responsável pela manutenção da política da desigualdade no Brasil, com relação a crianças e adolescentes que vivem em situação de rua.

Iniciemos com uma breve retrospectiva a partir do desamparo de crianças, um tema preocupante, associado a uma realidade desde os tempos do Brasil Colônia. Em 2001, um relatório publicado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) destaca

um registro de 1893 acerca de um episódio que ilustra, já naquela época, a gravidade da situação de crianças carentes, deixada à própria sorte ao longo da história do Brasil. Vejamos.

(...) uma autoridade pública, na Capitania do Rio de Janeiro, movida pela indignação ao encontrar crianças nas ruas, devoradas por cachorros e ratos, escreveu uma carta a Portugal solicitando um alvará para a criação de “casas para expostos”. Com base nesse registro, podemos afirmar que a assistência social, enquanto ação do Estado e iniciativa pública, se inicia no final do século XVII. É assim que nasce, em 1726, na Bahia, a primeira “casa dos expostos”, sendo que, no Rio de Janeiro, a criação data de 1738. Nessas casas havia uma espécie de roleta onde as crianças eram deixadas sem que se pudesse identificar quem as abandonava. (CONANDA, 2001, p.15)

Com o propósito de complementar as informações do texto anterior, sobretudo, com relação ao tempo cronológico que marca o percurso histórico das denominadas ‘casas dos expostos’ no Brasil Colônia, sugerimos, a seguir, uma visualização da roleta que existia na entrada dos conventos de freiras, caracterizados como ‘Casas de Misericórdia’. A Figura 1– Roda do tempo nas metrópoles – envolve o ano de surgimento das primeiras instituições de caridade, instaladas nas quatro principais cidades do Brasil na época do império, enquanto a Figura 2 – O ato velado da entrega na “roleta” – permite antever o início da situação desfavorecida do menor abandonado.³

³ A ação voluntária e secreta de depósito do recém-nascido para o acolhimento nas Casas de Misericórdia correspondia à herança da tradição de países europeus (Portugal e Itália), sobretudo, para manter no anonimato mães solteiras, bem como filhos bastardos. (*Vide* FONTE, 2004 e XXX, 2015, p. 81).

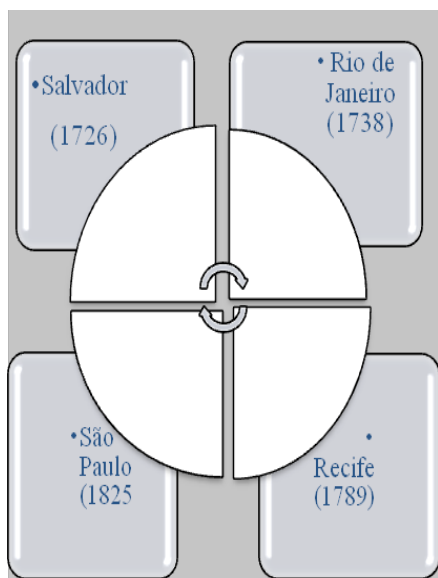


Figura 1: Roda do tempo nas metrópoles

Fonte: Criação das Autoras



Figura 2: O ato velado da entrega na “roleta”

Fonte: Charge colhida no Google⁴

A humanização, revestida pela caridade como forma de solidariedade aos menos assistidos, começou a tomar força no âmbito da igreja católica, através das denominadas ‘Casas de Misericórdia’, que recebiam apoio econômico da esfera pública, bem como privada. Parece que, com a chegada da idade da razão (7 anos), as crianças eram transferidas para internatos, tanto de meninas quanto de meninos, sob a direção de freiras e de padres respectivamente. Não obstante, como já discutido por SILVA,

Resulta que, nesse meio filantrópico de beneficência pública, as crianças abandonadas eram educadas para o trabalho produtivo e encaminhadas para servirem às famílias burguesas. Nesse contexto, proliferaram no Brasil asilos de meninos e de meninas, que permaneciam acolhidos até o final da adolescência. (SILVA, 2015, p. 81)

⁴ Disponível em: <<http://almanaquenilomoraes.blogspot.com.br/2014/05/a-roda-dos-expostos.html>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

Com relação às acepções subjacentes à temática do acolhimento de menores, conforme destacado acima, um breve recorrido histórico permite-nos identificar a sobreposição de camadas e camadas de sentido(s) nos termos ‘casas de misericórdia’, ‘asilos de meninos e meninas’, ‘abrigo para menores desamparados’ até chegar a ‘lares’, para denominar aqueles espaços de acolhimento e, ao mesmo tempo, mitigar a condição de orfandade dos abrigados, cujo destino somava-se ao dos filhos de famílias pobres. Desprovidos não só de recursos econômicos, mas também de recursos intelectuais e preceitos morais suficientes para a preparação dos filhos para a vida adulta, famílias da classe operária, bem como camponeses em situação de pobreza, encaminhavam seus filhos aos cuidados das instituições beneficentes. Pode-se afirmar que, diferente da realidade atual, existia naquela época alguma preocupação com o destino dos filhos. Assim é que aos órfãos abandonados na roleta juntavam-se crianças e adolescentes carentes.

Porém, em meados dos anos 1940, aquelas instituições beneficentes já não recebiam apoio econômico da esfera pública. A manutenção dos Lares dependia de iniciativas privadas, o que teria levado seus dirigentes à formação não só educacional, mas também profissional dos jovens adolescentes, voltada para ofícios de sapataria, alvenaria, horticultura, bem como jardinagem, para os meninos. As meninas eram educadas para tarefas domésticas, não só de manutenção do lar, mas também instruídas para produção de trabalhos manuais, como bordados, tapeçarias, bem como utensílios de cozinha, os quais costumavam ser colocados para exposição e vendas, o que cobria, possivelmente, pequenas despesas do educandário.

Embora tal formação paralela favorecesse a cada jovem em termos de rumos de suas vidas após o lar, onde eram mantidos somente até a idade de 18 anos, por volta de 1949, na era Vargas, parece que, por uma questão de ‘justiça social’, os lares de meninos e meninas deixaram de cumprir a finalidade de acolhida. Pode-se ponderar que a chegada dos tempos de práticas intervencionistas, bem como disciplinadoras, coincide com a entrada no contexto brasileiro de uma categorização discriminatória para adolescentes. Trata-se dos considerados ‘delinquentes’, procedentes não da ‘roda dos expostos’, mas provenientes, em sua maior parte, da família operária e da família pobre. Sem o teto dos Lares, bem como da família de origem, adolescentes brasileiros se viram jogados na rua, abandonados à própria sorte.

Ponderamos, aqui, em favor do timbre pungente que ecoa nas vozes desfavorecidas, mas que nossa sociedade prefere ignorar. Reiteramos, pois, conforme já enfatizado em Silva (2013, p.89), “o firme propósito de levar a cabo trabalhos de pesquisa a fim de desnaturalizar e, em condições propícias, até mesmo desestabilizar o discurso do ‘senso comum’, decorrente de práticas sociais repetidas de maneira convencional, associadas a relações de poder”, sobretudo, as que envolvem práticas naturalizadas de discriminação que associam violência à pobreza. Além disso, acreditamos que a problemática em torno da redução da maioria penal está diretamente ligada ao clamor da opinião pública de parte da sociedade, face ao crescimento de casos de violência nas grandes metrópoles, nas cidades interioranas do país, bem como no meio rural.

Nesse sentido, diante da agenda parlamentar de 2016, através da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/93, pode-se inferir que a solução encontrada por parte da sociedade brasileira é o incentivo à redução da idade penal de 18 anos para 16 anos. Porém, cabe, aqui, uma reflexão. Será que essa decisão – que implica aumentar a medida do tempo de privação da liberdade de uma faixa jovem da população em situação de risco – contribuirá para a diminuição dos índices de violência? Ou será apenas mais uma lei que entrará em vigor sem eficácia, já que o Estado deveria, junto com a sociedade, trabalhar de forma preventiva, e não somente punitiva, para assegurar a reinserção social do jovem em conflito com a lei, bem como fazer valer os direitos fundamentais positivados na Carta Magna?

Cabe ressaltar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº 227, reiterado nos artigos 3 e 4 do Estatuto da Criança e do Adolescente, de direito à vida, à educação, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, assegura à criança e ao adolescente, por lei ou por ações concretas, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. Tudo isso para colocar a criança ou o adolescente em condições de liberdade e de dignidade.

Consideramos que a legislação atual não é a razão maior do aumento da criminalidade. Tal situação se deve, sim, à falta de políticas públicas eficazes para minimizar os problemas de falta de estrutura familiar, bem como a falta de investimentos na grande área da Educação.

Como já foi discutido em Carvalho (2011, p.110), para as classes sociais menos favorecidas, as dificuldades de acesso a programas de educação, lazer e cultura, ao lado da ausência da segurança familiar, são fatores que vêm levando crianças, adolescentes, jovens e adultos à prática de violência e ao uso de drogas. A propósito, a desestruturação na base da família constitui fator que nossa sociedade não consegue debelar, como se pode observar no diálogo apresentado a seguir.⁵

(Bartimeu) – Como as droga atrapaia tudinho, moça. Eu tô/ tô/... *té* a saí, já tô com guerra/, já... *tamém*... já/, guerra com meu padrasto *mermo*.⁶

(Pesquisadora) Com quem?...

(Bartimeu) Meu ex-padrasto. Tô com guerra com ele.

(Pesquisadora) – Então... você hoje, com treze anos de idade, está me falando que você acha muito difícil sair...ser solto [da Unidade]?

(Bartimeu) – Ó::, eu saio..., aí eu tenho medo dele [padrasto] me *matá*!...Eu não vou *té* como *saí* por causa da droga!

(Pesquisadora) – Mas você está em guerra? Com esse padrasto?...

Essa guerra veio porque ele foi morar com a sua mãe?

(Bartimeu) – É::...ele bateu na minha mãe!... Eu ia *matá* ele *dento* de casa, mas... direto, *cando*.../ não tava *tenu*... *corage*.../aí, comecei a tomar *Roupinal*/ ...aí, eu peguei um *revólve* e subi lá *pra* cima, lá..., dei três tiro nele.

(Pesquisadora) – Sério?! Mas esses tiros acertaram o seu padrasto?

(Bartimeu) – *Acertô* não, moça. Falaram que *acertô* no braço, mas eu acho que *nem*...[ruídos]....

Com base nos excertos destacados acima, pode-se afirmar que o caminho mais viável para manter a salvo crianças e adolescentes de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade,

⁵ Trata-se de parte de uma entrevista recente, realizada por uma das autoras com um menino de 13 anos de idade, que se encontra em situação temporária de reclusão em uma unidade socioeducativa. Por razões de ordem ética, o nome Bartimeu (colhido na Bíblia), substitui o nome verdadeiro do adolescente, o que será explanado mais adiante na seção metodológica.

⁶ O termo ‘guerra’, que corresponde a uma gíria comum entre os adolescentes, concerne a brigas de qualquer natureza, muitas vezes, com ameaça de morte.

além do vício das drogas, é a valorização da educação pública, em horário integral, o que poderá constituir a âncora por excelência para impedir a situação de perdas, tanto de adolescentes quanto de crianças que se afogam nas águas lamacentas do mundo do crime. Trata-se de uma questão social de caráter emergencial no contexto brasileiro. Ressalte-se que, em países em que o Estado privilegia a educação com um maior investimento e fiscalização, como é o caso da Finlândia, o índice de criminalidade que envolve crianças e adolescentes é baixíssimo. Isso não ocorre no Brasil, onde o investimento apropriado na área educacional, desde os primeiros anos da educação escolar básica deveria configurar o caminho mais imediato para salvar a infância e a adolescência, duas camadas significativas da população, que continuam à deriva, em situação de abandono, sem direito a ter direito à própria vida, como é o caso recente de Ítalo, um menino de dez anos de idade.

O pequeno Ítalo, cuja infância foi ceifada recentemente por um tiro da polícia, que o flagrou dirigindo um carro roubado, retrata o drama social que assola nossa sociedade.⁷ A breve crônica de vida dessa criança, fruto de uma família desestruturada, começa já no berço.

(...) Ítalo foi criado pela avó materna até os 8 anos. Era um menino arisco e hiperativo, mas frequentava a escola. Em 2013, depois de sair da cadeia, a mãe o levou consigo e com um novo namorado para viver no litoral. Começou um período turbulento. Ele foi recolhido duas vezes em abrigos para crianças em Peruíbe, onde tentavam tratá-lo com calmantes. Em seguida, Ítalo voltou à capital com a mãe. Não quis mais ir à escola. Passou a viver na rua, a dormir sob viadutos e a praticar furtos... (GONÇALVES; CAMPOS, 2016, p.71)

Com base na matéria jornalística destacada anteriormente, podemos afirmar que os fatos constituem as evidências que mais corroboram com relação a um erro de magnitude agravante que devasta a sociedade brasileira: exclusão social dos menos favorecidos pela vida. Em poucas palavras, a morte prematura de Ítalo constitui uma prova viva de que a solução para a violência não está na redução da maioridade

⁷ Matéria completa, assinada pelos jornalistas Eduardo Gonçalves e João Campos, publicada na Revista *Veja* (ano 49, n.24, 15 jul. 2016, p.70-71).

penal, mas, sim, na solidariedade da justiça e inclusão social em favor dos que nascem e vivem em situação de exclusão. Retomamos, aqui, as palavras de Silva (2015):

O conceito de exclusão, conforme já discutido em Silva (2008), encontra-se em paralelo, por oposição ou contraste, aos conceitos de coesão social, uma vez que a exclusão implica o rompimento de vínculos sociais. Decorre, pois, dessa ruptura, a ameaça constante de um conjunto de fatores sociais e políticos que fazem de um adolescente, em situação de pobreza, uma identidade social e individual perdida nas ruas, hoje. E, no amanhã, um adulto a mais sem cidadania, cujo futuro encontra-se hipotecado na nota promissória da exclusão social pelo passado de políticas públicas malogradas, bem como pelas falhas do presente. (SILVA, 2015, p. 86).

O que parece reforçar e naturalizar cada vez mais a exclusão do outro no imaginário social, como será apontado mais adiante na seção analítica, encontra-se, ainda que de maneira parcial, na discussão sobre a redução da maioria penal, o que deveria seguir em linha paralela com a busca imediata da prevenção por meio da educação escolar integral. Se antes eram asilos de meninos e de meninas em situação de orfandade, hoje, são meninos e meninas em situação de rua, abandonados à própria sorte por suas famílias de origem, e que são recolhidos e mantidos, temporariamente, em abrigos ‘especializados’, o que equivale a um ‘encarceramento’, ainda que disfarçado na medida de internação compulsória, em espaços onde se tornam escassas as mãos caridosas que educam e resgatam vidas.

Resulta que, atualmente, nas mãos que aplicam calmantes, por ordens médicas, encontram-se práticas de ‘acolhida’ pelo injurioso ‘controle de corpos’. Trata-se, entre todas as medidas coercitivas, a mais ultrajante em termos de privação da liberdade, uma vez que se afasta totalmente do princípio da educação para libertar com vistas à reintegração na sociedade de crianças e adolescentes em conflito com a lei. A proposta que tramita na casa parlamentar, conforme mencionado anteriormente, configura tão somente uma medida paliativa, pela intenção de se amenizar a criminalidade, mas não soluciona o que consideramos um erro social de magnitude agravante, tema que será discutido na seção apresentada a seguir.

3. Da base teórica aos procedimentos metodológicos

Esta seção é dedicada à explanação do embasamento teórico que baliza os caminhos do estudo ora apresentado, bem como às etapas e aos passos metodológicos seguidos em termos de seleção e análise dos dados empíricos da pesquisa.

3.1 Uma proposta teórica multidisciplinar

A base teórica que ancora as ideias lançadas e discutidas no presente artigo advém da análise textual voltada para a pesquisa social crítica, nos moldes de Fairclough (2010, 2003, 2001). Desde a perspectiva dos estudos críticos do discurso, podemos observar a possibilidade de mudança social, conforme enfatiza Fairclough (2003), cuja proposta, no âmago dos estudos críticos do discurso, destaca a necessidade de combater práticas sociais de opressão e discriminação voltadas para minorias. Considerada uma das facetas mais novas da Linguística, a Análise de Discurso Crítica (ADC) conjuga níveis sociais e de linguagem, com ênfase na dimensão social do discurso, plano que faz da língua um contrato social.

A ADC constitui uma proposta teórica multidisciplinar, uma vez que incentiva o linguista a conjugar construtos teóricos da interioridade da linguagem (estrutura), associados à superfície de textos (orais e escritos), os quais, na esteira do pensamento de Koch (2010), são sempre enfocados como eventos comunicativos. A propósito, entre as ferramentas conceituais, aqui utilizadas como parâmetros teóricos básicos, consideramos fundamental a noção de discurso como prática social (FAIRCLOUGH, 2001), a de texto como mensagem (HALLIDAY, 1994), bem como a noção da linguagem como manancial de poder. Nos termos de Halliday (2003, p.4), entre todos os sistemas semióticos humanos (físico, biológico e social), “a linguagem é a principal fonte de poder”.⁸ Nessa perspectiva, considerarmos o linguístico no interior do social, mediante o enfoque analítico no nível das representações discursivas, as quais constituem uma espécie de interface entre o social e o linguístico (SILVA, 2009).

⁸ Trad. livre : *Of all human semiotic systems, language is the greatest source of power.*

A dimensão associada ao nível das representações discursivas, que fazem da língua um contrato social, encontra-se relacionada aos estudos dos significados da linguagem. Fairclough (2003), em seu diálogo com a proposta hallidayana das macrofunções, sugere que um texto, além de envolver simultaneamente as funções ideacional, interpessoal (identitária e relacional) e textual, pode ser focado sob o prisma de três tipos de significados da linguagem, ou seja, como *ação* (por meio de um gênero), como *representação* (por meio de um discurso) e como *identificação* (por meio de um estilo), que são os três elementos de ordens de discurso. De acordo com a proposta faircloughiana, cada ordem de discurso envolve gêneros textuais característicos, que articulam discursos e estilos de maneira relativamente estável num dado contexto social, histórico e cultural.

Os modos de agir (significados acionais), os modos de representar (significados representacionais), bem como os modos de ser (significados identificacionais), nada mais são que práticas sociais que se configuram, respectivamente, como ‘parte da ação’ nas representações que, por sua vez, sempre formam parte de práticas sociais e na constituição de modos particulares de ser (identidades sociais pessoais). De acordo com Fairclough (2003), os elementos de ordens do discurso – gêneros, discursos e estilos – diferem de elementos que remetem à interioridade do sistema linguístico (sentenças, sintagmas nominais, bem como sintagmas verbais).

3.2 Procedimentos metodológicos

Na chancela da proposta de Fairclough (2003), assumimos, desde o ponto de vista teórico-metodológico, um princípio que reiteramos nos seguintes termos: uma pesquisa para ser útil deve-se revestir de uma prática social transformadora. Trata-se, aqui, da escolha que dê caminhos para uma pesquisa de natureza qualitativa (descritiva e interpretativa), o que envolve o engajamento máximo do pesquisador com os participantes envolvidos no estudo. Isso, porque a compreensão do objeto de análise – no caso, vozes de adolescentes frente à redução da maioria penal no Brasil – é construída a partir de múltiplas realidades, desde o (des) conhecimento do passado até o presente, sobretudo, por parte dos adolescentes, colaboradores, ainda que indiretamente, deste estudo.

Nessa perspectiva, os procedimentos metodológicos listados a seguir encontram-se balizados por uma metodologia voltada para a pesquisa social de caráter multidisciplinário, de acordo com os passos metodológicos sugeridos por Fairclough (2010, p.235), cujas ideias remetem ao Realismo Crítico do filósofo Bhaskar (1998).⁹ A proposta faircloughiana envolve, inicialmente, quatro estágios, conforme sumarizamos a seguir.¹⁰

Estágio 1 – Focalizar um erro socialmente grave (*wrong social*), em seu aspecto semiótico.

Estágio 2 – Identificar obstáculos concernentes ao erro socialmente grave.

Estágio 3 – Considerar se a ordem social ‘necessita’ desse erro social.

Estágio 4 – Identificar possíveis formas de ultrapassar os obstáculos.

Como modo de focalizar o que consideramos como um erro socialmente agravante – a redução da maioria penal – e mostrar o que identificamos como obstáculos, ou seja, práticas discursivas que consideramos como barreiras que represam e inundam de lama o cenário social, deixando, no rastro das práticas naturalizadas, uma visão errônea da situação de adolescentes (des)favorecidos no atual contexto brasileiro, realizamos uma pesquisa de campo em duas instituições, com práticas sociais diferenciadas. De um lado, uma Unidade de Internação que envolve práticas socioeducativas e, de outro, um estabelecimento educacional destinado, pelo menos em princípio, à formação militar, o que envolve disciplina e práticas de distribuição de saberes.

A faixa etária dos adolescentes investigados vai de 12 a 17 anos. Através de entrevistas semiestruturadas, buscou-se a voz, bem como as opiniões dos socioeducandos da Unidade de Internação de Santa Maria (UISM) para tecer um paralelo, por oposição ou contraste, com

⁹ Para maior compreensão da proposta teórica “Realismo Crítico”, formulada por Bhaskar, sugerimos a leitura de uma obra recente, assinada por Barros (2015): *Realismo crítico e emancipação humana: contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso*.

¹⁰ Trad. livre: Stage 1- Focus upon a social wrong, in its semiotic aspect. Stage 2 - Identify obstacles to addressing the social wrong. Stage 3- Consider whether the social order ‘needs’ the social wrong. Stage 4 – Identify possible ways past obstacles.

a voz de estudantes do Colégio Militar de Brasília, a respeito do tema ‘redução da maioridade penal’. A partir dos dados selecionados, levou-se a cabo uma análise linguístico-discursiva de textos (orais e escritos) produzidos por adolescentes pertencentes às respectivas instituições. Cabe, aqui, esclarecer que os adolescentes da UISM são apresentados com pseudônimos que evocam os evangelistas. Tal escolha se encontra, por um lado, em conformidade com o que é exigido pelo ECA, no que concerne a segredo de justiça e, por outro, pelo propósito de valorizar a voz, bem como as experiências pessoais de adolescentes em situação de reclusão e, de certa forma, oprimidos e até mesmo rejeitados pela sociedade. Além disso, trata-se, também, de uma postura ética das autoras. Da mesma forma, correspondem a nomes bíblicos os pseudônimos dos adolescentes entrevistados, pertencentes à EMB, mas em consonância com pessoas seguidoras das leis, tais como cobradores de impostos e até mesmo figuras abastadas em termos de riqueza material.

As atividades realizadas nas duas instituições selecionadas configuram-se como pesquisa-ação, o que envolve cooperação e engajamento do pesquisador durante o trabalho de campo, de acordo com os moldes propostos no projeto “Meu nome, minha identidade: das práticas discursivas aos eventos de letramento voltados para adolescentes e idosos” (CNPq/DGP).¹¹ Ressalte-se que a UISM, enquanto unidade socioeducativa visa à reinserção na sociedade de jovens em conflito com a lei, ao passo que o CMB visa à formação integral de jovens a caminho de uma cidadania plena.

4 Os dados em cena

Buscou-se, já de início, como mencionado anteriormente, um paralelo por contraste, mediante a comparação do discurso daqueles que estão acolhidos na Unidade de Internação, com a dos alunos do Colégio Militar, com o propósito de aproximar a opinião de adolescentes em relação ao espaço social do qual fazem parte e, sobretudo, do contexto

¹¹ O referido projeto faz parte do Grupo Brasileiro de Estudos de Discurso, Pobreza e Identidades (REDLAD-Brasil), liderado por Silva desde 2006. A REDLAD-Brasil integra um projeto internacional mais amplo: Rede Latino-americana de Análise de Discurso Crítica sobre a Pobreza, que envolve seis países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela.

de situação que ocupam. Os jovens colaboradores, que permitiram transformar seus depoimentos em dados aqui apresentados, apesar de terem em comum o viés educacional nos respectivos contextos de situação, encontram-se distantes, a começar pela natureza do trabalho desenvolvido nas respectivas instituições.

A propósito, com referência à educação, esse parece ser o campo propício para que ocorra uma transformação interior dos socioeducandos, com vistas a acarretar uma mudança nas suas práticas sociais. Acreditar na possibilidade de uma mudança social evoca o pensamento de Fairclough (2003, p.160), para quem os sujeitos “não são apenas preposicionados na forma como eles participam de eventos sociais e de textos, eles também são agentes sociais”. Em poucas palavras, é condição primordial que sejam trabalhados ‘os valores físico, mental, moral, espiritual e social’, como reza o ECA, para que seja despertada uma nova mentalidade não só no socioeducando, mas também nos estudantes favorecidos em termos de contexto educacional. Ponderamos que, a partir daí, os adolescentes poderão ter uma nova visão de mundo, o que acena para processos benéficos de (re)educação rumo ao alcance de uma cidadania plena.

Nesta subseção, destacamos fragmentos de textos produzidos por adolescentes em situação de reclusão na UISM, assim como excertos de entrevistas orais obtidas junto a estudantes do CMB. Trata-se de textos escritos, elaborados como atividade prática, concernente a aulas de português, ministradas por uma das autoras deste estudo.¹² Foram produzidos 20 textos escritos por socioeducandos, o que foi colocado em contraste com entrevistas realizadas com 15 alunos do CMB.

Por uma questão de recorte metodológico, bem como para atender aos propósitos operacionais delineados no âmbito do presente artigo, selecionamos para a análise fragmentos correspondentes a três textos produzidos por adolescentes da UISM, bem como excertos de três entrevistas realizadas com adolescentes do CMB. Isso, porque naquela unidade foram unânimes as respostas contra a redução da maioria

¹² A convite da diretora da UISM, e com a autorização da juíza para a realização do trabalho de pesquisa de campo, a autora ministrou aulas de redação na referida instituição, ocasião que nos chamou atenção pelo fato de não haver contato direto com um grupo de adolescentes detentos em um espaço convencional de sala de aula. A interação com cada jovem era individual, na biblioteca da unidade de internação, e sempre sob a guarda de um policial.

penal, em contraste com as opiniões desta última em favor da efetivação do dispositivo. Ressalte-se que a digitação dos textos escritos encontra-se, na íntegra, em consonância com a fala original dos adolescentes entrevistados, ou seja, sem correções gramaticais, o que remete ao pensamento de Foucault (1972, p.97-98), para quem a relação entre a fala e seu contexto verbal e situacional costuma não ser transparente. Sempre de acordo com Foucault, o contexto afeta o que é dito ou escrito e a interpretação varia de uma formação discursiva para outra. Por isso, faz-se necessário manter as vozes originais, plasmadas em língua escrita por adolescentes que se encontram no contexto da UISM.

O primeiro excerto selecionado para análise concerne à opinião de um socioeducando. Vejamos.

- (1) A redução da maioridade penal é um assunto muito complicado, por mais que a maioria da população seja a favor, muitas pessoas também são contra porque elas sabem o grande erro que a sossiedade esta cometendo, achando que reduzindo a maioridade penal a criminalidade ira diminuir, muito pelo contrario, as coisas só iram piorar cada vez mais. Ao inves de jovens e adolescentes, nos teremos crianças cada vez menores nas unidades de internação, jovens de 16 e 17 anos prezos nas penitenciarias com adultos de 30,40,50 anos, a super lotação dos presídios, o sofrimento das mães que perderão os filhos cada veis mais cedo, e a sossiedade que no futuro um dia se arrependera por ter sido a favor de uma grande tragédia.¹³ (UISM, Redação de Lucas, 16a)

Observe-se que no discurso do socioeducando são enumeradas, em forma de gradação, as razões pelas quais ele não concorda com a redução da maioridade penal. Para ele, a criminalidade não diminuirá, pois crianças cada vez mais novas serão aliciadas para o crime e, conseqüentemente, serão apreendidas cada vez mais cedo. Além disso, adolescentes ficarão, nesse caso, presos com homens, já adultos, de 30, 40, 50 anos em presídios superlotados. Seu posicionamento deve-se ao contexto de internação em que está inserido e à sua vivência.

Cabe, aqui, mencionar que os argumentos mais recorrentes nos textos dos socioeducandos, relativos à posição contrária à redução,

¹³ Decidiu-se manter a forma original dos textos produzidos pelos socioeducandos colaboradores da pesquisa.

foram o aliciamento de crianças cada vez mais novas e a superlotação dos presídios, porque até que sejam construídas unidades de internação para os adolescentes, eles ficarão, nesse caso, presos com pessoas mais velhas. Nessa esteira de reflexão, recorremos ao pensamento de Indursky (2003, p.115), para quem “estamos face ao trabalho do discurso sobre o discurso, do trabalho dos sentidos sobre os sentidos”, o que nos remete à noção da relação dialética entre discurso e estrutura social de Fairclough (2001). Nesse sentido, o linguista britânico assevera que o discurso constitui uma prática social, tanto de representação quanto de significação do mundo, o que contribui para a construção de identidades sociais, bem como para a manutenção ou para a transformação de relações sociais e sistemas de crenças.

Dessa forma, observa-se que há um pedido e uma recomendação para que não ocorra a redução da maioridade penal pelo fato de que, para o socioeducando, a situação deles, enquanto encarcerados, bem como daqueles que estão fora do presídio, vai-se transformar em um caos.

A seguir, apresentamos para reflexão analítica outro fragmento de texto produzido por mais um socioeducando.

- (2) A redução da maioridade penal, na minha opinião é como tampar o sol com a peneira. Colocar jovens como nós que estamos em fase de formação de opinião própria e de princípios em sistema prisional pra maiores é loucura. Nós precisamos de educação, oportunidades e ensino. Na papuda os jovens aprenderão oque? A ser um bandido de verdade? Jogar um adolescente na papuda que cometeu um erro, as vezes sem pensar, ou por nescecidade, ou até por ignorância, só o deixará mais ignorante. O infrator precisa de educação para abrir seus olhos para a realidade e perceber que pode ser bem sucedido de forma legal. Eu falo por experiência própria que o ensino resgata vidas da criminalidade, muda pensamentos e perspectivas. O governo não vai solucionar o problema da criminalidade cometida pelos adolescentes reduzindo a maioridade penal de 18 para 16 anos. Ele vai simplesmente fugir desse problema, e se livrar de nós. Eles querem se livrar de nós. Eles não acreditam ou não querem acreditar na nossa capacidade de vencer. (UISM, Redação de Matheus, 17a)

De acordo com o excerto (2) em destaque, o adolescente vê na educação uma forma de mudança para sua vida e para a vida dos outros socioeducandos. Para ele, se houver a redução da maioridade penal, os adolescentes serão levados para a Papuda (presídio do Distrito Federal) e lá aprenderão, com os adultos, a serem ‘bandidos’ de verdade. A educação que eles receberão será, na visão do adolescente, a da ‘escola do crime’. O discurso do socioeducando significa uma voz que pede socorro. Em sua argumentação, Matheus utiliza a modalização de forma veemente quando afirma: “o governo não vai solucionar o problema da criminalidade cometida pelos adolescentes, reduzindo a maioridade penal de 18 para 16 anos”. Isso, para explicar o enunciado de “é como tampar o sol com a peneira”. Dessa forma, a nova lei serviria como medida paliativa e não como a solução do problema. Necessário se faz observar o sentimento de exclusão quando relata: “eles querem se livrar de nós. Eles não acreditam ou não querem acreditar na nossa capacidade de vencer”. Pode-se afirmar que se trata de uma voz que clama pelo olhar de crédito da sociedade no que ele pode vir a ser, em lugar de vigiar e, apenas, punir. O excerto apresentado a seguir corrobora esse sentimento dos que vivem em situação de reclusão.

- (3) Isso não iria mudar nada na mente dos adolescentes, aucontrário, iria deixar os adolescentes mais idignados con a vida, o sistema acha que essas coisas que eles fazem vai regenerar os adolescentes, tirar as maldades da rua, mais eles nem imaginam que cada vez mais os adolescentes ficam com a mente mais evoluída para o crime. (UISM, Redação de Marcos, 17a)

Observe-se que, em (3), as palavras do socioeducando trazem à tona a revolta já existente no seu interior. Em seu discurso, há um enfrentamento com o sistema, com as leis, com a sociedade. Para Marcos, a redução da maioridade penal só agravaria o sentimento de revolta. Além disso, não há outra forma de aquisição de conhecimentos senão a da prática do crime. Pode-se identificar, aqui, um caso típico da falácia da reeducação social dentro das Unidades. O sistema parece não oferecer subsídios eficazes para que haja mudanças de pensamento, nem tampouco de comportamento, como explicitado no enunciado “*mais eles nem imaginam que cada vez mais os adolescentes ficam com a mente mais evoluída para o crime*”. Pode-se sugerir que a mudança da mente,

na concepção de Marcos, não corresponde à educação, ou mesmo, no caso, à sua própria recuperação.

Por outro lado, a ideia de redução da maioridade penal, para os alunos do CMB deve ser levada a cabo.

- (4) Na lei... E eu acho que... se reduzi a maioridade penal/ acho que a criminalidade diminui! (CMB, Entrevista semiestruturada de José de Arimateia, 16a)

Diferente das vozes destacadas nos três primeiros excertos, a fala do estudante do CMB retrata a posição favorável à aplicação da lei de redução de maioridade penal, o que vai na contramão do discurso dos socioeducandos. Para José de Arimateia, cuja voz ecoa a opinião de parte da sociedade brasileira abastada, a criminalidade irá diminuir se for aprovado o projeto de lei em tramitação. Abaixo, pode ser observado mais um fragmento a favor da redução da maioridade penal. Vejamos.

- (5) Eu acho que... supercerto, porque se o menor, ele tem a capacidade de cometer um crime hediondo, que a gente vê na TV, que a gente tá acostumado a ver, ele tem muito bem a capacidade de ir pruma prisão, de ir pruma cadeia porque ele tem que dá conta do que ele faz! Claro que tem desvio de caráter, desvio de personalidade, mas eu acho que a gente tinha que dá conta dos nossos atos independentemente da nossa idade! (CMB, Entrevista semiestruturada de Zaqueu, 15a)

Pode-se identificar, na fala de Zaqueu, uma exaltação à redução da maioridade penal a começar pela presença do prefixo super- em *supercerto*. Para o estudante do CMB, um adolescente infrator “dá conta do que ele faz”, ou seja, há de ter relativa consciência dos atos cometidos, o que capacitaria o menor de ser responsabilizado, independente do fator idade. Daí a ênfase no enunciado argumentativo que aparece em (5):

... se o menor, ele tem a capacidade de cometer um crime hediondo, que a gente vê na TV, que a gente tá acostumado a ver, ele tem muito bem a capacidade de ir pruma prisão, de ir pruma cadeia porque ele tem que dá conta do que ele faz!

Em termos hallidayanos, o enunciado acima destacado envolve a tessitura de processos de três mundos interconectados. Observe-se que o processo material abstrato *fazer* (mundo físico) fecha uma lógica argumentativa, em uma estrutura condicional, em contraponto com construções intercaladas marcadas pelo processo relacional *ter* (mundo das relações abstratas), bem como pelo processo mental *ver* (mundo cognitivo), enfatizando o que deveria ser feito conscientemente, na percepção da ‘gramática da experiência’ do adolescente entrevistado.¹⁴

A propósito, nas entrevistas junto aos alunos da CMB, o argumento que mais aparece para que seja efetivada a redução da maioridade penal concerne à temática que envolve a consciência do adolescente que comete um ato infracional, como se pode observar no excerto a seguir.

- (6) Eu sou a favor porque, pra mim, lugar de bandido é na cadeia porque pra ele tê um uma ressocialização e não continuar cometendo crimes na sociedade, ele tem que ter uma reclusão. E um jovem, um adolescente de 16, 17 anos, ele tem a mesma consciência de que vai cometer um crime, que vai fazer um homicídio, que vai é:: fazer um roubo, ele tem a mesma consciência do que um de dezoito, um de dezenove. E por isso, eu sou a favor da maioridade penal. (CMB, Entrevista semiestruturada de Levi, 16a)

Para Levi, o adolescente infrator possui discernimento para saber o que deve ou não ser feito. Nessa perspectiva, como explanado no excerto (6), se o adolescente tem consciência do que é certo ou errado, e sabe que não deve cometer crimes, trata-se de um transgressor consciente de seu ato de violação, razão pela qual deveria ser penalizado de acordo com a lei, pagando, assim, seus devidos impostos (morais). Em contrapartida, os socioeducandos defendem a não redução da maioridade, pois têm plena consciência do tempo que terão seus corpos apreendidos, através das medidas socioeducativas, vislumbradas pelo controle tutelar em favor da

¹⁴ A função ideacional – enquanto componente principal do significado no sistema linguístico – consiste, em parte, na expressão do conteúdo, A “gramática da experiência” do falante/escritor conforme sugerem Halliday; Matthiessen (2004, p.173), concerne ao mundo exterior, físico (do fazer), ao mundo das relações abstratas (do ser), bem como ao mundo interior do sentir, ou seja, o mundo da consciência que pode ser expressado, ainda que em parte, por verbos de natureza mental, como é o caso de *ver*, processo que pertence à esfera do mundo cognitivo e não à esfera do mundo físico.

liberdade de seres sociais, que conformam a sociedade integrada dentro dos valores morais idealizados para uma elite.

Eis, aqui, o dilema da ‘privação de liberdade’ que representa o último recurso dentre essas medidas. Observe-se, ainda, que os adolescentes em situação de reclusão sentem na carne que tal redução os aproxima da forma mais aguda do instrumento de punição prevista no Código Penal, sobretudo, porque são penas mais duras em extensão tanto moral quanto na linha do tempo do controle tutelar.

Os estudantes beneficiados por um processo de educação de qualidade no CMB têm prospecção de futuro e se preocupam com interferências de ameaças, que nesse caso, partem dos que cometem infrações. Já os socioeducandos preocupam-se com o presente, mas também com um futuro próximo, de quando saírem da Unidade, porque, por falta de um devido resgate de suas identidades perdidas, bem como de um tratamento voltado para a mudança de comportamento, poderão ser considerados reincidentes de acordo com o sistema legal.

Considerações finais

Apesar de se tratar de dois tipos de dados diferentes, tanto em termos de gêneros, bem como de modalidade, redação (discurso escrito) e entrevista (discurso oral), pôde-se chegar à ideia de ‘textos como ação’, conforme sugere Fairclough (2003). Após análise comparativa dos discursos dos adolescentes das duas instituições, identificaram-se representações discursivas que equivalem a pontos de vista antagônicos. De um lado, os que defendem a redução da maioridade penal, ou seja, os estudantes do CMB, que parecem demonstrar a preocupação em alijar, do seu meio social, o crime e, conseqüentemente, os adolescentes infratores que os cometem. Para aqueles, esses devem pagar pelos delitos cometidos, uma vez que os desfavorecidos supostamente têm consciência de seus atos. Ponderamos, aqui, que esse pensamento encontra-se latente na memória social, sobretudo, na atual conjuntura. A partir do momento em que os infratores forem julgados pelo Código Penal ficarão mais tempo presos (maioridade penal) e assim, aos favorecidos, representantes, no caso, da voz da sociedade, será garantida uma relativa segurança.

À guisa de conclusão, pode-se ponderar que o Estado, em vários momentos, não cumpre o seu papel de mantenedor da educação, nem tampouco tem assegurado, de maneira efetiva, o direito de famílias

disfuncionais e desamparadas colocarem filhos em creches ou em escolas com ensino fundamental. Faltam investimentos governamentais, bem como manutenção de escolas preparadas, para oferecer educação de qualidade. Esses parecem ser os motivos para o aumento do número de infratores adolescentes oriundos, em sua maioria, de famílias desestruturadas, hoje, reduzidas a grupos monoparentais, formados apenas pela mãe e pelos filhos – frutos de união acidentalmente efêmera – fadados a “identidades sociais e individuais perdidas nas ruas devido às iniquidades geradas pelo estigma da discriminação, resultante do despreparo coletivo de uma sociedade que não se encontra humanamente letrada para a leitura de palavras tais como solidariedade justiça social”, conforme já registrado em Silva (2015, p.91). Os primeiros resultados do estudo significam uma contribuição para futuras pesquisas multidisciplinares, que possam corroborar na abertura de caminhos rumo à igualdade de direitos, bem como ao resgate de cidadanias perdidas já na infância e na adolescência, a começar pela prevenção, por meio de um refinamento, em termos legais, do conceito de educação, sobretudo, diante do contraste de posicionamento dos jovens quanto à privação da liberdade, no que concerne à legislação específica sobre o tema da punição.

Referências

- BARROS, S. M. *Realismo crítico e emancipação humana* – contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. Coleção: Linguagem e Sociedade. V.11.
- BHASKAR, R. Philosophy and Scientific Realism. In: ARCHER, M. et al. (Ed.). *Critical Realism: Essential Readings*. London; New York: Routledge, 1998. p.16-47.
- BAZÍLIO, L. C.; KRAMER, S. *Infância, educação e direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- CARVALHO, A.C. *Reintegração dos presos por meio da educação a distância*. Brasília: Editora Ser, 2011.
- GONÇALVES, E.; CAMPOS, J. I. *Revista Veja*, ano 49, n.24, p.70-71, 15 jul. 2016.

CÓDIGO CRIMINAL DE 1830 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm> Acesso em: 09 jun. 2016.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL/ Organização de textos e índices. Valdemar P. Da Luz, 2.ed. Porto Alegre: Sagra DC Luzzatto, 1994.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. (Discourse and social change, 1992). Coord. da trad. e apres. de I. Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse*. London and New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. 2.ed. London: Longman Applied Linguistics, 2010.

FONTE, T. A. *No limiar da honra e da pobreza: A infância desvalida e abandonada no Alto Minho*. 2004. 528f. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Sociais, Portugal: Universidade do Minho, 2004. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/887/1/tese%20DOUTORAMENTO.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FRANCISCHINI, R.; CAMPOS, H. R. Adolescentes em conflito com a lei e medidas socioeducativas: limites e (im)possibilidades. *Revista PSICOΨ*, Porto Alegre, PUCRS. v.36, n.3, p.267-273, 2005.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.

GONÇALVES, Eduardo; CAMPOS, João. *Revista Veja*, ano 49, n.24, p.70-71, 15 jul. 2016.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. *On Language and Linguistics*. In the Collected Works of M.A.K. Halliday. Jonathan Webster Continuum (Ed.). New York: Equinox, 2003. v.3.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to Functional Grammar*. London: Hodder Arnold, 2004.

INDURSKY, F. Lula Lá: Estrutura e acontecimento. *Organon, Revista do Instituto de Letras da UFRGS*, Porto Alegre, v.17, n.35, p.100-121, 2003.

ISHIDA, V. K. *Estatuto da criança e do adolescente*: doutrina e jurisprudência. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

KOCH, I. G. V. *A coesão textual*. 22.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, D.E.G. *A repetição em narrativas de adolescentes*: do oral ao escrito. Brasília: Universidade de Brasília: Plano; Oficina Editorial, 2001.

SILVA, D.E.G. A pobreza no contexto brasileiro: da exclusão econômica social à ruptura familiar. *Discurso & Sociedad*, v.2, n. 2, p.265-296, 2008.

SILVA, D.E.G. Representações discursivas da pobreza e gramática. Documento de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada. *DELTA*, PUC-SP., v. 25, p.721-731, 2009.

SILVA, D.E.G. A gramática da pobreza em práticas discursivas de atores sociais: uma perspectiva crítica. In: PLAZA PINTO, J.; FALLABELLA, Fabrício B. (Org.). *Exclusão social e microrresistências*: a centralidade das práticas discursivas identitárias. Goiânia: Cânone Editorial, 2013. p.87-111.

SILVA, D.E.G. A política da desigualdade no Brasil: adolescentes em situação de rua. In: LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (Org.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015. p.79-93.

SILVA, E. O. *Maioridade penal e pena de morte*, 2015. Disponível: <<http://evanderoliveira.jusbrasil.com.br/artigos/152053511/maioridade-penal-e-pena-de-morte>>. Acesso em: 26 maio 2016.

Convenções de transcrição de dados orais
(Conforme SILVA, 2001)

Símbolo	Descrição
:	alongamento de vogal
::	alongamento maior de vogal
/	parada brusca
[]	comentários do pesquisador
<i>Itálico</i>	expressões próprias da fala
...	pausa

Analyse de discours et inégalités sociales: de l'empathie pour les invisibles à l'engagement pour le commun

Discourse Analysis and social inequalities: from the empathy for the invisible ones to the commitment for the common (good)

Alain Rabatel

Université Lyon 1 – France, Laboratoire ICAR/CNRS, Paris, França.

a.rabatel@free.fr

Résumé: L'article analyse le lien entre inégalités sociales et invisibilité puis étudie quelques exemples de luttes de reconnaissance. Il interroge ensuite les précautions à prendre pour que l'analyse de discours rende compte de l'invisibilité sociale lorsqu'elle est redoublée par l'invisibilité médiatique et linguistique – avec des phénomènes d'effacement énonciatif, de naturalisation, de prise en compte énonciative qui ne vont pas jusqu'à la prise en charge. À cette fin, il liste des conditions épistémologiques, méthodologiques et théoriques faisant système concernant: l'articulation entre linguistique et réalité extralinguistique; la problématisation de la notion de représentation; le rapport des corpus marginaux à la norme; l'interprétation de la dualité marqué/non marqué en termes de continuums; la prise en compte des stratégies de communication formatées par les situations, par les choix discursifs révélateurs des intentions des locuteurs; une analyse de discours critique (aux antipodes des postures de dénonciation en appui sur des vérités monologiques); le choix de l'interdisciplinarité; l'analyse empathique – non seulement envers différents acteurs, mais envers des groupes, des façons de penser conflictuelles –, afin de pouvoir mieux penser la place et la contribution des uns et des autres dans la co-construction d'un (bien) commun partagé.

Mots-clés: Invisibilité sociale; mobilité empathique; engagement désengagé; commun; interdisciplinarité.

Abstract: The paper first examines the relationship between social inequalities and invisibility as well as several examples of battles for recognition. It then raises the question of the precautions that should be taken so that discourse analysis illustrate social invisibility doubled by a media-related and linguistic invisibility – related to phenomena of enunciative effacement, naturalization, enunciative consideration which do not lead to commitment (“prise en charge”). In this respect, the paper enumerates the epistemological, methodological and theoretical conditions that are creating a system: the relationships between linguistics and extralinguistic reality; the problematization of the notion of representation; the relationships between marginal corpora and the norm; the interpretation of the marked/non-marked dichotomy in terms of continuums; the consideration of communication strategies formatted by situations and discursive choices revealing the speakers’ intentions; a critical discourse analysis (as opposed to the postures of denunciation supporting monological truths); the choice of interdisciplinarity; empathic analysis – not only towards different actors but towards groups or conflictual ways of thinking –, in order to better conceptualize everyone’s place and contribution in the co-construction of a shared common good.

Keywords: Social invisibility; empathic mobility; disengaged commitment; commons; interdisciplinarity.

Recebido em 14 de junho de 2016

Aprovado em 19 de setembro de 2016

L’invitation à réfléchir aux liens entre analyse de discours (AD) et inégalités sociales interpelle l’ensemble de la communauté des linguistes qui travaillent en AD, par-delà les cadres théoriques spécifiques dont ils se réclament. Cette interpellation trouve sa légitimité dans des pratiques discutables, qu’il s’agisse d’études privilégiant le contenu au détriment de la substance linguistique – éventuellement animées par une visée critique, au nom de convictions morales ou politiques absolues – ou, inversement, d’études s’intéressant aux formes, rétrocedant la question des inégalités à l’historien, au sociologue ou au politiste. Une troisième sorte de pratique consiste à adopter un point de vue plus ouvert à ces dimensions extérieures à la linguistique, mais se limitant à enregistrer la façon dont ces problématiques sociales se disent, en n’allant pas au-delà des représentations. Bien d’autres situations intermédiaires sont

possibles: l'analyse de contenu n'est pas nécessairement liée à une prise de position politique, laquelle n'implique pas automatiquement une posture de dénonciation unilatérale; le chercheur peut avoir des convictions politiques sans être un esprit obtus fermé aux choix adverses et son engagement peut ne concerner que sa personne privée, sans peser sur sa pratique scientifique, etc. Bref, le réel des pratiques est divers, d'autant que l'AD produit aussi des analyses plus articulées, pratiquant une interdisciplinarité raisonnée. Mais mon propos n'est pas d'en donner une cartographie précise. Je souhaite seulement faire émerger des grandes lignes de force de façon à mettre en relation ces tendances avec des problèmes théoriques et méthodologiques que soulève la confrontation de l'AD aux inégalités sociales.

Un premier constat s'impose: à observer les dossiers qui leur sont consacrés ces dernières années, les inégalités sociales sont moins traitées que les inégalités de culture, de sexe, de race.¹ Cela tient à l'émergence de nouvelles problématiques (*e.g. cultural, gender studies*, crises écologiques, relations humains/autres formes de vie ou humains/machines) et, parallèlement, à l'affaiblissement de problématiques sociales et politiques, plus anciennes, concomitamment au recul des forces politiques progressistes vectrices de préoccupations sociales. Ce double constat soulève trois questions qui sont autant de défis pour l'AD.

- Le premier défi est celui de l'invisibilité. Comment parler des questions d'inégalités sociales, si elles sont reléguées à l'arrière-plan des préoccupations économiques et politiques et sont invisibles aussi dans le(s) discours? Comment faire si le linguiste ne théorise pas le lien entre la matérialité des discours et la réalité extralinguistique, voire considère le débat tranché une fois pour toutes en considérant que la linguistique n'a rien à gagner (ou tout à perdre) à rouvrir cette boîte de Pandore? Ce défi peut se formuler autrement: peut-on traiter cette question uniquement de façon linguistique, sans pratiquer l'interdisciplinarité? Dans le cas contraire, faut-il le faire individuellement ou dans des collectifs

¹ Au demeurant, les inégalités peuvent se cumuler: dans l'affaire Nafissatou Diallo contre Dominique Strauss-Kahn, la presse n'a pas manqué d'opposer la femme de ménage noire, pauvre, à l'homme blanc riche, puissant... (RABATEL; MONTE; SOARES RODRIGUES, 2015).

interdisciplinaires?

- Le deuxième défi concerne l'articulation des inégalités sociales – dans la *polis*, dans le système médiatique – à la question du commun (FLAHAULT, 2011; DARDOT; LAVAL, 2014).² Faut-il se borner à décrire les mécanismes linguistiques par lesquels les acteurs, les victimes ou les témoins des invisibilités sociales les évoquent, ou discuter leurs arguments, les émotions qu'ils convoquent, interroger leurs choix (ce qu'ils disent et taisent) – questions qui relèvent de la responsabilité énonciative, individuelle ou collective (RABATEL, 2006, 2008a, 2017)? Quel contenu donner à la notion d'engagement, dès lors qu'on rompt avec l'illusion qu'une classe (hier la classe ouvrière, aujourd'hui celle des élites mondialisées) porte stratégiquement à elle seule l'intérêt général? Comment prendre en compte tous les intérêts particuliers des uns et des autres (ce qui est déjà présuppose qu'on ne tienne pas pour rien les intérêts de tel ou groupe, couche, classe) et traiter équitablement et efficacement dans le domaine public la pluralité des opinions et intérêts caractéristique des sociétés démocratiques (ARENDT, [1958] 2012, p. 237)? Comment faire émerger un intérêt général qui n'est pas la somme des intérêts particuliers, et quelle place pour les intellectuels (et donc aussi pour les linguistes) dans ces débats?
- Le troisième défi, qui conditionne la résolution des précédents, concerne le rapport à l'éthique,³ sous une double dimension: celle du rapport à la vérité, à la relativité des savoirs d'une part; d'autre part, celle du rapport à l'altérité, et, donc du rapport à une démarche empathique qui ne se réduise pas à une ouverture envers les autres (ce qui n'est déjà pas si mal), dépasse les relations empathiques de sujet à sujet pour penser le collectif.

Quelles réponses les linguistes qui se réclament de l'AD peuvent-

² *V. infra*, 1.2 et note 8.

³ L'éthique est définie ici par les valeurs *relatives* du *bon* et du *mauvais* (COMTE-SPONVILLE, 2001, p. 218s).

ils apporter pour être à la hauteur de ces défis? Comme j'ai traité ailleurs des phénomènes d'effacement énonciatif, de l'engagement, de la responsabilité et de l'éthique (RABATEL, 2013a, b), je centrerai mon propos sur le premier point, la question de l'invisibilité et de ses relations avec les inégalités, à la lumière de travaux sociologiques (1). J'examinerai ensuite son traitement en AD, quand les invisibles font l'objet d'une sorte d'invisibilité linguistique, produisant des effets d'autant plus dangereux qu'ils paraissent naturels ou objectifs. Du point de vue moniste, matérialiste qui est le mien, je considère qu'il est important que l'analyse linguistique mette au jour ces mécanismes, en les articulant avec les phénomènes d'invisibilité extralinguistique (2).

1 Inégalités sociales et invisibilité

Pourquoi traiter des inégalités sociales à l'aune de l'invisibilité? Certes, tout ce qui est invisible ne relève pas des inégalités sociales,⁴ mais beaucoup de formes d'invisibilité contrainte concernent des inégalités qui ont tendance à se cumuler. La table des matières de l'ouvrage de Beaud, Confavreux et Lindgaard (2006) montre que l'invisibilité frappe souvent des pauvres, des dominé-e-s, qu'il s'agisse de ceux-elles qui jouent le rôle de "variables d'ajustement" (sans emplois, précaires, sans domicile fixe, surendetté-e-s, expulsables), des "hommes et femmes sans qualités" (salarié-e-s déclassé-e-s, intermittent-e-s), des "victimes de nouvelles violences sociales" (travailleurs-travailleuses de l'ombre, sous-traitant-e-s, jeunes au travail), des "invisibles masqués par les images toutes faites" (discriminé-e-s, handicapé-e-s, prostitué-e-s, banlieusards, stagiaires).⁵

Par ailleurs, le prisme de l'invisibilité pointe sur le rôle historique particulier des médias et articule formes d'invisibilité sociale et phénomènes d'"invisibilité linguistique", via l'absence relative des invisibles dans les discours médiatiques.

1.1 La production de l'invisibilité

⁴ Ainsi le féminisme n'est pas réductible à la question sociale, puisque les femmes surdiplômées sont victimes d'injustices sexistes peu visibles.

⁵ V. Beaud *et al.* (2006, p. 11s) dont je rapporte la typologie et quelques exemples sans les discuter.

Le Blanc définit en ces termes la notion de visibilité dans le résumé de son ouvrage de 2009:

La visibilité et l'invisibilité ne sont nullement des qualités naturelles mais des modes sociaux de confirmation ou d'infirmité des existences. Le déclassement, la relégation, l'absence de travail marginalisent les individus au point de les effacer en les retirant de toutes les formes de participation: le subalterne, le précaire, l'exclu sont alors de moins en moins audibles, de moins en moins visibles. Il est urgent que la philosophie prenne le parti des sans voix si elle veut contribuer à une critique de la normativité sociale (LE BLANC, 2009).

Être invisible n'a donc guère à voir avec la physiologie de la perception mais avec un mode de méconnaissance de groupes, dont la situation, les besoins, les droits sont inconnus, méconnus, voire niés, qui ne bénéficient pas des arbitrages du pouvoir (VOIROL, 2005a, p. 16). Cette injustice engendre d'intenses souffrances individuelles, perte de confiance en soi, sentiment d'indignité... (BEAUD *et al.*, 2006, p. 13). La conscience de ce phénomène incite à des formes de respect – à l'instar de celui qu'on doit à la femme de ménage qui nettoie chez soi (HONNETH, 2004, p. 137) –, et suscite aussi un sursaut de pensée critique, comme chez les auteurs cités *supra*, ou, avant eux, Bourdieu (1993).⁶

Beaud *et al.* (2006) soulignent une asymétrie entre l'existence objective des invisibles et la reconnaissance subjective et/ou scientifique et/ou médiatique et politique du phénomène, reconnaissance qui varie en fonction des évolutions de la sensibilité des chercheurs et de la société à ces problématiques, alors que le marxisme est en crise, l'effondrement des pays de l'Est ayant favorisé la domination idéologique du capitalisme. Beaud (2006, p. 464-469) pointe des “angles morts” de la sociologie (française, mais pas seulement), par exemple la disparition de la catégorie “classe”, dans les maquettes des formations en sociologie et dans les enquêtes de l'INSEE; la séparation des problématiques sociologiques

⁶ Sans compter l'engagement d'artistes: Honneth (2004), cite le fameux roman de Ralph Ellison, *Homme invisible, pour qui chantes-tu?*, tandis que Beaud *et al.* (2006), évoquent l'ouvrage co-signé par Walker Evans et James Age, *Louons les grands hommes*, qui, par leurs photos et leurs textes, rendirent visibles les souffrances du peuple américain broyé par la crise des années 30.

d'un côté, politiques ou économiques de l'autre (redoublée par la séparation de l'économie, réservée aux économistes et aux financiers qui s'appuient sur des modèles mathématiques, tandis que les questions politiques sont le domaine des politistes). Ces involutions sont amplifiées par la fascination de maints sociologues pour les petits objets "exotiques", pour les conduites d'écart plutôt que pour les comportements généraux, normés, ce qui favorise une montée des problématiques individuelles au détriment des collectives ou un attrait pour les problématiques morales, à travers le thème de la responsabilité individuelle (LAPEYRONNIE, 2006, p. 527s; LAHIRE, 2016⁷). En dépit de la tendance précédente, il existe cependant un nombre significatif de travaux en sciences sociales sur les invisibles, mais ils sont sous-exploités par les politiques – quand bien même ces derniers sont bien plutôt informés, en France⁸ –, en raison du décalage des temporalités de la recherche et du politique (BEAUD *et al.*, 2006, p. 8; LINDGAARD, 2006).

S'il y a depuis longtemps des invisibles, le phénomène a néanmoins pris une dimension nouvelle au XX^e siècle, avec les médias – englobant non seulement les médias d'information, mais aussi les arts, notamment le cinéma, comme le rappelle Voirol (2005a, p.15) –, qui influent en retour sur la visibilité des formes plus traditionnelles et institutionnelles de médiation (syndicale, politique), "ayant des conséquences sur la formation des luttes sociales et politiques" (VOIROL, 2005b, p. 92), ne serait-ce que parce que les formes d'invisibilité immédiate, en face-à-face, sont supplantées par une invisibilité symbolique, à distance, modifiant ainsi notre rapport au monde social:

Bien qu'ils n'en soient de loin pas les seuls supports, les médias de communication jouent un rôle particulièrement

⁷ Cela entraîne une "psychologisation rampante de la question sociale" (SICOT, 2006) d'autant plus forte que, parallèlement aux évolutions interne de la sociologie, le monde du travail est attaqué (BEAUD; CARTIER, 2006); les syndicats sont "affaiblis et décalés", dans leurs *corpora* doctrinaux, leur nombre d'adhérents et dans leur influence auprès des salariés (LABBE, 2006); les partis de gauche proposent de moins en moins de candidats issus des couches populaires à des postes d'élus (REY, 2006, p. 556s).

⁸ Mais ils privilégient des travaux relevant de l'idéologie dominante (voir DARDOT; LAVAL, 2014, p. 570.)

important dans la création et le maintien de cet espace d'apparence; ils sont les principaux moyens par lesquels les acteurs accèdent à la connaissance du monde au-delà de leur sphère immédiate d'attention. Ils contribuent ainsi à la production d'une forme moderne de *polis* prenant davantage l'aspect d'une scène du visible non localisée spatialement, où des actions et des paroles sont rendues publiques et reçues par une pluralité d'acteurs non nécessairement présents sur le lieu de leur articulation. Dès lors, la scène médiatisée est potentiellement globale et les médias de communication sont les relais de l'apparence publique des actions et des paroles (*ibid.* p. 98).

La montée en puissance de la forme symbolique des médias multiplie leur efficacité politique, car ils permettent d'accéder à la visibilité, tout en pesant de façon normative sur le processus de visibilisation, influant aussi sur le devenir de ceux qui, ne rentrant pas dans les normes standardisées, se trouvent exclus de la représentation symbolique comme du pouvoir effectif – exclusion qui concerne donc des individus, mais, surtout des groupes, voire des forces politiques (*ibid.*, p. 100, 107).

Cela dit, l'invisibilité des inégalités sociales est protéiforme: certaines questions sociales ou sociétales sont relativement invisibles, par exemple les questions du surendettement, des souffrances au travail (*burn out* ou, plus encore, *bore out*), des suicides professionnels. Chaque question fait d'ailleurs plus ou moins l'objet d'une invisibilité variable: les suicides des fonctionnaires sont moins évoqués que ceux des travailleurs de France Télécom, ceux des enseignants encore moins que ceux des policiers, ceux des prisonniers restent beaucoup plus invisibles que les précédents. L'invisibilité ne tient pas nécessairement au relatif petit nombre des victimes, puisque les violences faites aux femmes sont largement sous-estimées alors que les femmes représentent partout un peu plus de la moitié de la population – et on pourrait en dire autant de toutes les catégories sociales constitutives du monde ouvrier, selon les contours qu'on lui donne. Outre l'invisibilité de certaines problématiques sociales, sociétales, on peut ajouter celle de questions scientifiques peu reconnues – notamment parce qu'elles s'intéressent à des catégories sociales défavorisées –: il n'est pas valorisant de travailler sur les vieux, les pauvres, les femmes, quand on est médecin, chercheur... ou élu.

1.2 Invisibilité et luttes de reconnaissance

De même qu'il n'y a pas de recouvrement total entre inégalités et invisibilité, il n'y en a pas davantage entre luttes de reconnaissance (HONNETH, 2000) et luttes contre les inégalités sociales, dans la mesure où les luttes de reconnaissance pour faire cesser l'invisibilité ne relèvent pas toutes de la question sociale. Cependant, bien des luttes de reconnaissances politiques ou sociétales ne sont pas sans une large intersection avec les inégalités sociales. C'est en tout cas le prisme à travers lequel je traiterai de cette question.

Le refus de l'invisibilité suscite des luttes de reconnaissance. Ces dernières peuvent provenir des acteurs eux-mêmes, comme dans les formes d'*accountability* analysées par Garfinkel (1967) et Gonzales Martinez (2005, p. 212 et suivantes), avec leurs ajustements mutuels favorisant l'émergence de nouveaux rapports interindividuels. Mais ces ajustements modifient les places des uns ou des autres sans changer le système – d'ailleurs la notion d'ajustement est différente de celle de lutte, qui renvoie souvent à des conflits plus frontaux. Voirol (2005b, p. 94 et suivantes), rappelle l'importance des analyses d'Arendt ([1958] 2012, p. 105-106, p. 231-233) relatives au fait que l'invisibilité dans le cadre de la *polis* affecte la construction d'un commun... véritablement commun, c'est-à-dire engageant la co-activité de tous ceux qui se sentent "une obligation de réciprocité liée à l'exercice de responsabilités publiques"⁹ (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 23). C'est là le volet pratique, proprement politique de la question, qui va au-delà de l'identification des individus invisibles, de la reconnaissance de leur identité, de la reconnaissance mutuelle (RICŒUR, 2004), surtout si cette dernière reste purement déclarative.

⁹ La notion de *commun*, qui a des sources philosophiques ou religieuses dans l'antiquité gréco-romaine, est ici entendue comme un principe, fondé sur la praxis politique; elle repose sur une analyse théorique critique de la notion de *bien(s) commun(s)* et sur une critique politique du capitalisme et de l'expérience communiste, sans compter celle des limites des expériences social-démocrates. Est commun "ce qui est pris en charge par une activité de mise en commun" (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 581), dans des formes de coopération, voire d'autogouvernement qui nouent "forme et contenu, moyen et objectif" (*ibid.* p. 19, 25s, 455, 578-583). Cette problématique est reconfigurée par les luttes alternatives des dernières décennies (voir HARDT; NEGRI, 2004), qui requièrent aussi une vigilance critique: voir *infra* 2. 9.

Si le rôle des responsables politiques en faveur de la visibilité de tous les membres du pacte social est capital, et engage leur responsabilité – individuelle, morale ou éthique, en fin de compte politique –, celui des intellectuels, des chercheurs n’est pas moindre, car ils peuvent rendre visibles toutes formes d’invisibilité et aider à la lutte contre les injustices. C’est en ce sens qu’il m’est arrivé de prôner une conception engagée de l’analyse de discours (RABATEL, 2013c), d’analyser des articles de presse qui participaient de façon flagrante et choquante à l’invisibilité des problématiques sociales.

Je voudrais évoquer ici trois exemples d’invisibilité qui pèsent sur les luttes de reconnaissance, que j’ai eu à cœur de dévoiler en tant que chercheur en AD. Cela a été le cas dans l’étude d’un article faisant le bilan de la campagne du référendum du 29 mai 2005 contre le traité établissant une constitution pour l’Europe, paru dans *Le Monde*, la veille du vote (RABATEL, 2006). Le journaliste y proposait un montage d’événements sans récit primaire faisant le lien entre eux, dans lequel le peuple ou les questions soulevées par les partisans du *non* étaient réduits à la portion congrue, taxés de populisme. Même si l’article reposait sur un effacement énonciatif, semblait le compte rendu objectivant et fidèle des faits racontés, même si la véracité de chaque événement listé était attestée, le bilan, partiel, était partial: les opposants au traité étaient quasi invisibles, évoqués le plus souvent à travers le prisme (déformant, voire de mauvaise foi) de leurs adversaires, donnant linguistiquement à croire que cette représentation était générale, évidente, indiscutable.

Peu après, la couverture de la campagne des primaires socialistes pour l’élection présidentielle de 2007, notamment des débats télévisés, montrait que les journalistes comme les candidats n’abordaient pas de questions touchant au peuple, aux ouvriers (RABATEL, 2008a), reproduisant en cela la fascination des médias pour la problématique des “bobos” et leur désintérêt pour celle des travailleurs pauvres (DE LA PORTE, 2006, p. 509). Le choix des questions, contraignant les réponses des candidats, comme les réponses, témoignaient de l’invisibilité des problématiques liées aux classes populaires dans les discours médiatiques et politique socialiste. Analyser ce silence, c’était pointer sur certaines analyses médiatiques et politiques qui, au parti socialiste (PS), plus particulièrement, considéraient *mezzo voce* que, puisque les catégories populaires votaient pour le Front national, il n’y avait plus de bénéfices électoraux à attendre de catégories désormais inaccessibles, qu’il fallait

donc privilégier les couches moyennes élevées et éduquées des villes, qui permettaient au PS de réaliser ses meilleurs scores (LE BRAS; TODD, 2013, TODD, 2015). L'invisibilité du peuple et des problématiques populaires produisait des effets négatifs pour le PS, qui pâtissait du lien distendu avec la question sociale,¹⁰ pour le peuple des invisibles voire pour l'ensemble de la société qui néantise des fractions considérables du corps social. Bref, le prix à payer est lourd, touchant l'ensemble du corps politique, individus, classes, corps intermédiaires et institutions.

L'invisibilité peut aussi prendre la forme de questions de société – qui frappent souvent les couches populaires, mais pas exclusivement, tant s'en faut –: c'est le cas des suicides professionnels, comme ceux de France Télécom dans les années 2008 – 2011: pendant deux ans, jusqu'à l'été 2009, la question peinait à franchir les médias (RABATEL, 2010), était renvoyée à la fragilité personnelle des individus, échappant à toute interrogation sur la nature socio-économique du problème, son lien avec un management néo-libéral qui casse les anciens modes d'organisation et s'attaque aux personnels rétifs au nouveau cours. Grâce à l'obstination de *l'Observatoire du stress et des mobilités forcées*, la multiplication des suicides a incité les journalistes à un autre traitement médiatique, à inscrire les suicides dans une série qui fait mémoire, à interroger des experts, à établir des liens entre suicides et entreprises ayant adopté ce mode de management, à interpellier les dirigeants et ministres – alors que jusqu'à l'été 2009, la presse se contentait d'opposer les témoignages des syndicats aux dirigeants des sites (RABATEL, 2011).

Les exemples précédents rappellent combien il faut être vigilant dans la lecture – et *a fortiori* dans l'étude! – de la construction et de la compréhension de la réalité opérée par les discours, qu'il s'agisse des discours médiatiques, mais aussi des discours politiques ou des discours experts, savants. En effet, volontairement ou non, ces discours proposent toujours des grilles d'analyse qui mettent en avant certains phénomènes, événements, acteurs, choisissent aussi ceux qui sont en arrière-plan, voire ceux qui sont hors cadre, dans la plupart des cas sans justifier leurs choix, surtout en ce qui concerne les éléments non retenus. Toutes choses égales,

¹⁰ Le discrédit frappe tous les partis dits *de gouvernement*, mais aussi les partis alternatifs, profitant au Front national. On pourrait *mutatis mutandis* tenir le même discours pour beaucoup de pays européens, ailleurs aussi, à voir les primaires de l'actuelle élection présidentielle aux USA.

on retrouve des invisibilités analogues dans les politiques publiques qui veulent lutter contre les violences faites aux femmes, comme le montre Lieber (2003) à propos des contrats locaux de sécurité français, en l'absence de statistiques genrées.¹¹

D'une certaine façon, les statistiques, ou leur absence, renvoient plus généralement aux questions de la visibilité et de la fiabilité des sources,¹² auxquelles sont particulièrement sensibles les historiens (TARDY, 2007, p. 15). En effet, d'une part des pans entiers de la réalité sociale ne sont pas répertoriés; d'autre part les documents (chiffrés ou non) qui influent sur leur (in)visibilité, sont sujets à discussion et demandent des précautions, comme c'est le cas avec les statistiques genrées, ethniques (AUSCURE; NERO, 2006). Même si les sources sont bien construites, elles ne sont pas toute la réalité. Face à cette difficulté, plusieurs attitudes sont possibles, les unes se bornant à répertorier de façon non critique des "représentations", les autres, plus "radicales", théorisant un relativisme généralisé. C'est contre ces deux dérives que s'insurge un autre historien, Eric Baratay:

Une telle position est devenue commune, presque une vulgate, dans les sciences humaines, et notamment en histoire avec le succès de l'analyse culturelle qui étudie les représentations à l'œuvre dans les discours, leur circulation et leur évolution. [...] Il faut dépasser, je ne dis pas abandonner, le jeu postmoderniste de la déconstruction des postures et des discours, qui, laissé à lui-même, fait oublier la notion de réalité, alors qu'il est lui-même obligatoirement construit, daté et sujet... à déconstruction, et qu'il ne peut pas être une fin en soi. [...] Ce travail est évidemment obligatoire, mais le triomphe des lectures culturelles a transformé ce préalable indispensable en finalité indépassable; ce qui n'était pas le cas chez les fondateurs de l'histoire culturelle (BARATAY, 2012, p. 54s).

Certes, la notion de représentation a un intérêt épistémologique fondamental, si elle interroge de façon critique des opinions et leurs motivations. Mais c'est là un préalable, qui n'implique pas que les

¹¹ Ces statistiques genrées, après avoir été adoptées en France par la gendarmerie, sont en passe de l'être par la police.

¹² Et, au-delà, celle de la validité des arguments qui s'appuient sur elles.

représentations soient la fin du travail scientifique, faute de quoi, en effet, tout se vaut, si on ne confronte pas la pertinence des représentations avec la réalité extralinguistique – quand bien même on sait que la réalité est aussi façonnée par les discours – et on abdique toute prétention à influencer, à sa place, sur le cours des choses, en empêchant toute élaboration de savoirs objectifs, fussent-ils sujets à évoluer en fonction de l'état des connaissances.

Voilà qui invite à une réflexion sur le positionnement du spécialiste d'AD confronté à l'invisibilité.

2 À quelles conditions un linguiste, spécialiste d'analyse de discours, peut-il traiter de l'invisibilité sociale, politique... et linguistico-discursive?

Je voudrais partir des réflexions et des exemplifications précédentes pour esquisser une réponse théorique et épistémologique globale, relatives aux conditions¹³ – linguistiques d'abord, transversales ensuite – auxquelles l'AD devrait satisfaire pour traiter des inégalités sociales tout en permettant de prendre part aux luttes de reconnaissance. Certaines de ces conditions/précautions font relativement consensus, d'autres moins (notamment les points 2.3, 2.4, 2.8 et 2.9), mais il est bon de rappeler les unes et de proposer les autres, d'autant qu'elles font système et que, comme l'écrit Vauvenargues (2016, p. 18) "il est plus aisé de dire des choses nouvelles que de concilier celles qui ont été dites [et de les réunir sous un seul point de vue]."¹⁴

2.1 Ne pas considérer comme subalterne l'analyse linguistique parce que la langue serait transparente

Première condition, traquer et interroger les formes de naturalisation de l'invisibilité. Pour ma part, j'ai mis l'accent, par intérêt théorique personnel (et aussi par conviction citoyenne) sur les phénomènes d'effacement énonciatif, de naturalisation, d'argumentation indirecte, qui gagnent à s'interpréter comme des stratégies intéressées, en dépit des apparences (RABATEL, 2006), qu'il est d'autant plus stratégique de débusquer que les points de vue (PDV) s'avancent masqués, derrière les

¹³ Ou aux précautions qu'elle devrait prendre.

¹⁴ Supprimé dans la deuxième édition.

choix de catégorisation, de quantification, de tiroirs verbaux et de valeurs aspectuelles, d'ordre des mots, bien plus discrets que les phénomènes de qualification, de modalisation, surtout lorsque les PDV se bornent à une référencement des objets sans jugement explicite (RABATEL, 2008b, 2016a). Comme j'ai beaucoup écrit sur ces points, je n'insisterai pas ici.

Les manifestations de prise en charge et de responsabilité énonciatives, d'imputation de prise en charge, de prise en compte, ainsi que de *non* prise en charge, de *non* responsabilité (RABATEL, 2009, 2012) gagnent à être mises en lumière, tout comme le rôle et les effets des postures énonciatives (co-, sur-, sous-énonciation), au titre de la co-construction des PDV dans des situations consensuelles ou dissensuelles (v. RABATEL, 2012, 2017). De même, il est stratégique de s'interroger sur les individus, collectifs ou notions qui bénéficient de décentrement empathiques *ou pas*, de compréhension de l'intérieur ou à distance. L'étude du rôle de ces phénomènes linguistiques dans la construction discursive de l'invisibilité sociale est capitale. Ainsi, j'ai montré que la couverture médiatique de l'affaire Diallo contre Strauss-Kahn, typique du traitement des plaintes des femmes victimes de viol, opposait les témoignages des deux parties, qui souvent se neutralisent, sans chercher à expliquer, notamment avec l'aide de spécialistes de traumatologie, les incohérences des témoignages des victimes. Le résultat est que la presse devient une caisse de résonance de la partie adverse, met en avant le manque de fiabilité du témoignage des victimes, en sorte que le doute sape la réputation des femmes et profite aux accusés, aboutissant à ce qu'une victime de viol sur cent trouve réparation auprès des tribunaux (RABATEL, 2015a). L'analyse empathique est riche d'enseignements aussi lorsqu'elle s'interroge sur le choix et la nature des décentrement cognitifs et/ou émotifs: il est par exemple significatif que, dans l'expression de son repentir public lors de son interview par C. Chazal sur TF1, D. Strauss-Kahn présente des excuses à sa femme, à sa famille, au peuple français, mais pas à ses camarades socialistes ni à N. Diallo; que ses émotions concernent sa peur (lors de son incarcération), son indignation (face au traitement médiatique dont il a été l'objet), mais non le remords ou le repentir envers N. Diallo, qui n'est évoquée qu'à travers sa lecture biaisée du rapport du procureur (RABATEL, 2016b).

D'une façon générale, tout ce qui montre comment le sens se construit, s'opacifie, comment plusieurs parcours interprétatifs sont possibles, problématise leur degré de pertinence, rapporté à la situation

de production et de réception, tout cela gagne à être dévoilé dans sa fonction d'écran qui fait voir et qui masque, en langue *et* en discours, puisqu'il s'agit d'une dualité à penser ensemble (SAUSSURE, 2002, p. 273, RASTIER, 2015, p. 107ss).

2.2 Prudences épistémologiques concernant le choix et l'analyse des corpus

Une deuxième condition concerne des prudences épistémologiques, qui ne sont certes pas propres au linguiste en AD, mais dont il ne peut s'abstraire, surtout s'il veut traiter d'inégalités. Cela concerne notamment des précautions à prendre relativement au choix des corpus, à la conscience des dangers ou plutôt des limites de l'exotique, de l'extraordinaire, par rapport aux comportements et aux discours moyens, qui sont les plus représentatifs. Le choix de corpus originaux, au détriment de corpus plus dans les normes, mérite d'être questionné, car il déséquilibre les thématiques de recherche et accroît le danger de tomber dans des "ghettos épistémologiques" (BREKHUS, 2005, p. 249), qui peuvent être durcis par un ensemble de biais épistémologiques touchant au poids du quantitatif et à ses relations avec des analyses qualitatives, par défaut de visibilité ou par survalorisation de phénomènes marginaux (*ibid.* p. 258).

Cependant, des analyses sociologiques ou linguistiques (en AD) sur des domaines inédits, voire marginaux, sont tout à fait légitimes, parce qu'il est important de connaître les marges, voire la marginalité. Au demeurant, certaines problématiques apparemment peu importantes, ou nouvelles, peuvent s'avérer révélatrices de dysfonctionnements émergents plus globaux, comme c'est le cas des souffrances au travail. Ainsi, des drames saillants tels les suicides professionnels peuvent être analysés en se demandant si ces événements (qui se répètent, sur les lieux de travail) ne peuvent pas être ancrés dans une réalité sociologique plus large, en l'occurrence comme symptôme des dysfonctionnements dus à la gestion managériale hyper-libérale des entreprises.¹⁵ Brekhus reconnaît que cette voie est légitime – même s'il prône par ailleurs une "sociologie du non marqué" (*ibid.* p. 260-268), soucieuse de rendre compte des pôles structurant le social, tout en rendant compte des continuums, sans écarter les marges, sous les précautions évoquées *supra*, un peu dans la lignée de *La mise en scène de la vie quotidienne* de Goffman. Il est donc

¹⁵ Qui frappe aussi l'Université (MONTE; REMI-GIRAUD, 2013, RABATEL, 2015b).

scientifiquement nécessaire de mettre les situations extraordinaires en perspective avec les ordinaires et/ou de vérifier en quoi elles éclairent d'un jour nouveau des tendances révélatrices d'un nouveau cours.

2.3 De la place de l'opposition *marqué/non marqué* en AD

Une troisième condition, cruciale, tourne autour du débat *marqué/non marqué* et des questions connexes relatives au binarisme, aux continuums et aux cumuls de valeur. La distinction marquée/non marquée a une origine linguistique, notamment chez Trubetzkoy et Jakobson, en phonologie et est analogue à l'opposition entre “figure” et “fond” dans la psychologie de la Gestalt (BREKHUS, 2005, p. 246 et suivantes). Ce couple notionnel a suscité bien des critiques: ainsi Fontanille (1998, p. 51 et suivantes), remarque les difficultés de formalisation des structures élémentaires qui se présentent sous la forme des structures marquées/non marquées, car le deuxième élément, qui ne possède pas le trait marqué, peut difficilement appartenir à la catégorie définie par le trait marqué. Brekhuis reprend peu ou prou l'argument, tout en lui donnant un tour frappant, car il s'appuie sur un exemple lexical qui renvoie à une réalité extralinguistique, ontologique, scientifique et... politique très parlante:

Les linguistes ont appliqué les concepts du marqué et du non-marqué à la grammaire et au lexique, aussi bien qu'à la phonologie. Dans des paires lexicales, l'élément non-marqué se trouve dans la position ambiguë de représenter aussi bien l'ensemble de la catégorie générique que l'opposé de l'élément marqué. On a ainsi, en langue anglaise, par exemple, le terme non-marqué d'“homme” qui peut représenter génériquement l'humanité, comme il peut indiquer son opposé, la femme. Mais le terme marqué de “femme” ne se réfère jamais aux humains au sens large. Par conséquent, l'élément marqué est toujours spécifié de manière plus étroite et plus fortement articulé que l'élément non-marqué. (BREKHUS, 2005, p. 247)¹⁶

Ces limites sont donc patentes non seulement lorsque l'opposition conceptuelle est transposée à la sociologie, lorsque le non-marqué représente “la vaste étendue de la réalité sociale qui est définie passivement

¹⁶ Le débat marqué/non marqué a une portée générale et ne saurait se réduire à la question (au demeurant importante) de la féminisation des titres et métiers.

comme ‘non remarquable’” (*ibid.* p. 247), mais aussi lorsque les discours (et l’AD) évoquent de telles problématiques, à l’instar des inégalités sociales. En effet, les éléments non-marqués font remarquablement sens, si les lexies ne sont pas seulement étudiées isolément, ou par rapport aux éléments marqués, mais dans des prédications, à l’aune des stratégies d’organisation du texte.

D’accord donc avec Brekhus, lorsqu’il propose de relativiser “l’importance et le caractère distinct du marqué”, de ne pas lui accorder une attention “disproportionnée”, “relativement à sa taille ou à sa fréquence”, de ne pas sous-estimer les différences à l’intérieur de son domaine et, pour les mêmes raisons et avec les mêmes objectifs, d’être plus attentif au non-marqué (*ibid.* p. 249).

La perception sociale implique deux modèles de marquage: un modèle binaire, dans lequel la rangée inférieure est marquée comme socialement extrême et la rangée supérieure reste non-marquée, car elle est considérée comme socialement générique (*socially generic*); un autre modèle, tripolaire, dans lequel les pôles inférieurs et supérieurs sont tous les deux marqués comme extrêmes socialement, alors que le centre reste non-marqué car il est vu comme socialement générique (*ibid.* p. 249).

Les continuums sont certes bien adaptés à la sociologie; mais à la linguistique tout autant. Car les langues – étudiées à l’échelle de la textualité, dans des discours en situation – ne reposent pas que sur l’opposition binaire d’unités discrètes comme en phonologie ou en morphologie. L’AD a donc intérêt à donner sa place à la question des continuums, que ce soit sous la forme des normes et de variations de l’architecture des langues, parallèlement à leur structure (COSERIU, 2001, p. 246s), ou avec la reconnaissance des cumuls dans les phénomènes d’ambiguïté, et plus largement, d’ambivalence, aux plans sémantique (*e.g.* polysémie, dialectique figurale), énonciatif ou syntactique-interprétatif (RABATEL, 2016c).

2.4 Traiter ensemble phénomènes psychologiques et problématiques sociologiques, au prisme de la dialectique intentionnelle et attentionnelle

Une quatrième condition touche à la nécessité de traiter les phénomènes sociaux sans rejeter les approches psychologiques, morales. Distinguées du psychologisme ou du moralisme,¹⁷ elles sont légitimes, en tant qu'elles sont un pan de la réalité, à éclairer par des sources historiques, sociologiques. De plus, le linguiste analyse comment des pensées, des émotions se disent, calcule leurs éventuels effets interprétatifs, sans prétendre accéder à l'intime des sujets, pour rendre compte des stratégies élaborées par leurs auteurs (RABATEL, 2016b). Il affronte la problématique de l'intentionnalité essentiellement d'un point de vue attentionnel, à partir de la réception (DESSONS, 2005, p. 35), s'appuyant sur les choix d'organisation des discours. Il ne gagne rien, cependant, à rejeter toute saisie des relations complexes entre les intentions des sujets, multiples, voire contradictoires, en amont et en aval du discours effectif et la focalisation sur ce même discours, qui est l'objet central – mais non unique – de l'interprétation.¹⁸

2.5 Prendre en compte les contraintes situationnelles, génériques, interactionnelles, professionnelles

Cinquième condition: l'analyse critique des mécanismes d'invisibilité demande aussi qu'on prenne en compte les contraintes de formatage de l'information, en matière de visibilité ou d'invisibilité, notamment les pratiques professionnelles et leur rôle dans la co-construction des normes, qui ne sont pas toutes imposées de l'extérieur:

Des recherches récentes sur les pratiques journalistiques tendent à montrer que l'origine sociale n'a, en quelque sorte, pas le dernier mot et qu'il convient de considérer dans sa juste mesure le travail d'ajustement des acteurs sur les normes du métier. [...] Le travail de mise en forme journalistique est ainsi soumis à des critères définissant la "bonne information" et répondant à des normes morales-pratiques propres aux métiers de l'information (VOIROL, 2005b, p. 104).

¹⁷ L'approche éthique est abordée *infra*, en 2.9.

¹⁸ Ce qui invite à repenser les relations entre locuteur, énonciateur et sujet parlant (RABATEL, 2015c, p. 97ss, 2017).

Or ces normes sont d'autant moins "visibles" qu'elles sont *a priori* moins suspectes d'implications idéologiques que l'origine sociale, qu'elles sont négociées, consenties par les professionnels qui n'ont pas toujours conscience de s'imposer des contraintes. Celles-ci doivent être traitées de façon compréhensive pour éviter le travers de la posture de dénonciation politique drapée derrière des considérations morales faisant fi des conditions concrètes d'exercice du métier.

Il en va de même pour la prise en compte aussi des contraintes économiques qui pèsent sur les médias. Ainsi conçue, la nature critique du travail scientifique en AD, confrontée aux questions de l'inégalité sociale dans les médias, ne peut se borner à mettre en cause des responsabilités individuelles (qui existent) sans voir le système qui les provoque et dont les agents sont eux-mêmes les victimes:

Moins il y aura de journalistes dans les rédactions – et cette logique de réduction des coûts se manifeste tous les jours à travers les licenciements collectifs –, moins le recoupement des informations, leur vérification par un véritable travail de terrain pourront se faire, plus fragile sera la fiabilité des informations (LITS, 2008, p. 99).

C'est ce qui explique que la couverture médiatique de l'affaire Dutroux ne relève pas d'une volonté délibérée de désinformer, mais d'un

exercice de synthèse rapide et approximatif d'un non-spécialiste, amené à passer chaque jour d'un sujet à l'autre et qui, dès lors, simplifie, parfois à outrance, reste à la surface des choses, ne maîtrise pas suffisamment le contexte et les enjeux. (*ibid.* p. 98)

On pourrait objecter qu'il y a une différence entre la couverture médiatique d'un fait divers et celle des grands événements politiques ou économiques, qui repose souvent sur une collusion entre des journalistes politiques multicartes, fréquentant les mêmes cénacles que les responsables politiques ou économiques, dont ils sont les "chiens de garde" (HALIMI, 1997).¹⁹ Contrairement à l'idée d'une manipulation avec un centre qui dirigerait des bataillons de journalistes-soldats aux ordres (même s'il y en a...), j'y vois plutôt les manifestations (beaucoup

¹⁹ V. *supra* 1.2, la situation analysée dans Rabatel (2006).

plus nombreuses!) d’une structure diffuse, d’autant plus efficace que son centre est partout (donc nulle part) et qu’elle fonctionne sur des sujets ignorants de leur assujettissement idéologique, croyant dur comme fer à leur vision du monde, technicisée, déshistoricisée, qui est le cheval de bataille des agents masquant leurs intérêts de corps derrière une prétention à l’universel (BOURDIEU, 2012, p. 53 *et suivante*).

Toutes ces contraintes pèsent, et sont par nature bien différentes des normes idéologiques liées aux prédiscours – et, dans une moindre mesure, aux préconstruits (PAVEAU, 2006) –, qui jouent le rôle de prêts-à-dire ou de prêts-à-penser, s’ils se combinent avec des stéréotypes mondains.

2.6 Pour des approches interdisciplinaires

Sixième condition: ne pas traiter des inégalités sociales et de l’invisibilité en se bornant à une pure description des représentations (v. *supra*, 1.2), sans avoir fait l’effort de connaître des travaux essentiels sur la question, sous ses aspects interdisciplinaires, en essayant de voir ce qu’il en est de la réalité “extralinguistique”. À cette fin, comme fait l’historien dans son travail, le spécialiste en AD doit procéder à une critique raisonnée des sources – confronter les discours entre eux, aux témoignages, aux événements, à l’état des discours savants –, qui permet de mieux apprécier ce que la mise en discours exhibe et cache – intentionnellement ou non (voir *supra*, 2.4). Il est difficile au chercheur-citoyen linguiste d’analyser la vérité, la/les valeur(s) des discours, de vérifier les arguments, discuter leur pertinence – comme font les journalistes de Désintox, des Décodeurs, qui pratiquent le *fact-checking* (RABATEL, 2014) – sans s’ouvrir à un travail d’investigation interdisciplinaire (philosophie, histoire, sociologie, psychologie, sciences politiques, sciences de l’information et de la communication, sciences religieuses, etc.). Mais il est coûteux de mener ce travail seul,²⁰ ce n’est cependant pas une raison pour abdiquer, car il est toujours possible de le faire en participant à des collectifs interdisciplinaires.

2.7 Pour un “engagement désengagé”

²⁰ Parce que l’interdisciplinarité demande beaucoup d’efforts, est coûteuse en temps, s’accommode mal des bricolages autodidactes et que, de surcroît, elle expose le chercheur à la critique de ses pairs, aussi prompts à la prôner en parole qu’à la suspecter dans les faits...

Une septième condition est que l'analyse de *corpus* d'injustices sociales et d'invisibilité requiert une posture engagée qui ne soit pas synonyme de vitupération systématique en référence à une conception politique surplombante prétendant détenir une vérité supérieure qui devrait s'imposer à tous.

La posture critique et distanciée du chercheur (RABATEL, 2013a, b) garantit sa crédibilité scientifique; la posture engagée favorise son utilité sociale, s'il désire sortir de la sphère de spécialité où il doit d'abord être reconnu par ses pairs. Cependant, la prise en compte de la subjectivité de l'analyste n'est pas une sorte de supplément d'âme ou de coquetterie intellectuelle, c'est une question épistémologique de premier plan (RABATEL, 2013c), permettant un véritable travail scientifique sur les objets, problématisant une objectivité construite, située, historicisée, relative à ses conditions de production, qui prenne en compte tous les paramètres de la situation – celle du chercheur, de l'état des connaissances du champ, des facteurs économiques, politiques, idéologiques, technologiques, etc. Il est paradoxal que la linguistique française, ait aujourd'hui, majoritairement, tant de frilosité sur ces questions, quand même les spécialistes de physique quantique considèrent cette question comme acquise (BITBOL, 2010, p. 396-399). Derrière "la rhétorique de la non-rhétorique" (LATOURET, 2010, p. 93-99), il y a des enjeux de pouvoir et de reconnaissance (*ibid.* p. 64s, 104, 163).

Je défends l'idée d'un engagement critique, rationnel, distancié, choisissant des sujets, des corpus qui mettent en relief des dysfonctionnements auxquels le corps social n'est pas assez attentif, et pour lesquels il n'existe pas de réponse satisfaisante. Cela ne dispense pas d'un travail scientifiquement rigoureux, pour établir des faits, donner ses raisons. Le droit à intervention du chercheur dans l'espace public fait partie des finalités de son travail. Mais il oblige à un surcroît de démarche scientifique (v. *supra* 2.1, 2.3), à refuser de se servir de sa position comme d'un argument d'autorité, à ne pas confondre une recherche engagée avec l'engagement du militant, à "concilier 'exigence scientifique' et 'vigilance démocratique'", dans le cadre d'un "engagement désengagé" (LITS, 2008, p. 99 et suivantes). Cette formulation oxymorique souligne la nécessité de prendre ses distances avec des formes d'engagement – existentialistes ou marxistes notamment – ayant privilégié l'action au détriment de la pensée critique (ARENDT, [1961] 2012, p. 597). Cependant, la formule, que je fais mienne, explique aussi je n'aille pas

jusqu'à affirmer qu'avec "la position du diseur de vérité [...] aucun engagement politique, aucune adhésion à une cause n'est possible" (ARENDT, *ibid.* p. 817), car on peut avoir des convictions²¹ et agir sans tomber dans l'esprit de chapelle, être *engagé* sans être *enragé*.²² Il faut néanmoins reconnaître qu'il est inconfortable – pour soi comme pour le groupe – de penser une chose tout en envisageant des hypothèses contraires, d'avoir sans cesse à discuter des décisions, des actions, bref d'être "dedans et dehors", par rapport à l'action ou au groupe²³...

2.8 La mobilité empathique comme réponse au monologisme théorique et/ou politique

Une huitième condition, épistémologique et politique – ancrée dans les leçons du siècle précédent, avec les ravages du totalitarisme et des prétentions à offrir des vérités uniques –, doit nous rendre très attentifs aux dangers que représentent les porteurs de certitudes qui veulent imposer leurs conceptions à l'ensemble du corps politique (RABATEL, 2004). Elle conduit à prendre en compte la mesure de la complexité (MORIN, 1999) et des conséquences épistémologiques que cela entraîne, relativement au fait que nulle théorie ne peut avoir réponse à tout et que, par conséquent, il vaut mieux croiser les approches, les mettre en discussion. C'est ce que j'ai appelé la nécessité de confronter les points de vue (RABATEL, 2013a et b). Cela implique aussi que le chercheur ne reste pas dans son domaine de spécialité, même si ce doit être son domaine d'élection, s'ouvre aux autres approches (de son champ), aux pratiques interdisciplinaires (v. *supra* 2.6). Et, surtout, cela entraîne des exercices de mobilité empathique²⁴

²¹ Je préfère dire "avoir des convictions" plutôt qu'"être engagé", car l'esprit de chapelle ne concerne pas que l'engagement politique, comme on le voit chez des chercheurs convaincus que seul leur cadre théorique est le bon et que les autres sont sans pertinence...

²² La distinction est faite par Arendt ([1969] 2012, p. 957), qui cite ces termes paronomastiques en français dans le texte original.

²³ En vertu de l'argument que la critique affaiblit la cohésion – donc la force – du groupe engagé dans l'action (ARENDT, [1969] 2012, p. 942). Mais on pourrait objecter – outre le fait qu'on peut agir en ayant des préoccupations théoriques/scientifiques – qu'un groupe replié sur ses certitudes se met en danger (v. *infra* 2.8 et 2.9).

²⁴ L'empathie est l'aptitude à se mettre à la place des autres, à imaginer ce qu'ils peuvent (veulent, doivent, ou pas) percevoir, ressentir, penser, dire, faire. Pour de plus amples

(RABATEL, 2016b, d), pour se mettre à la place des autres – de tous les autres, c’est-à-dire non seulement ceux dont on se sent proche, ou qui semblent dignes d’attention, de respect, *e.g.* pour les invisibles, sans omettre de se mettre à la place de leurs adversaires ou de tiers indifférents, etc. L’empathie, ce n’est pas seulement se mettre à la place des autres, c’est aussi se décentrer en envisageant d’autres points de vue théoriques possibles pour mieux tourner autour des objets (LATOUR, 2006, p. 210-213), afin de faire émerger une compréhension plus complète de ces derniers, d’enrichir, éventuellement de modifier ses hypothèses. Cette faculté de décentration ne se limite pas aux individus mais s’ouvre aux collectifs comme aux problématiques collectives, à l’instar de celles qui sont au cœur de la dimension politique de l’empathie chez Nussbaum:

- la capacité de juger les décideurs politiques avec esprit critique, mais avec un sens réaliste et informé des possibilités qui leur sont ouvertes;
- la capacité de penser au bien du pays dans son entier, et pas seulement à son groupe spécifique;
- la capacité de voir ensuite son propre pays comme une fraction d’un ordre social complexe où se posent des problèmes de différents ordres, dont la résolution exige une délibération transnationale intelligente.

(NUSSBAUM, 2011, p. 37^{s25})

Ces décentrement constants, dans toutes les directions (au fond, c’est cela, la mobilité empathique) prémunissent ainsi contre toute forme d’idéalisations et de diabolisations des individus comme des groupes. Et cela vaut y compris pour la distance scientifique qui devrait accompagner l’étude des invisibles, car la posture d’engagement désengagé, cumulée avec la mobilité empathique aide à éviter l’idéalisations de son objet, de ses hypothèses comme de ses données.

Epistémologiquement, cette question requiert des méthodologies complémentaires – outre l’interdisciplinarité –: le traitement outillé de grands corpus, avec les avantages plus objectivants des données

détails sur la mobilité hétéro- ou auto-empathique, ainsi que sur le lien entre l’empathie et la problématique linguistique du point de vue, v. Rabatel (2016d).

²⁵ V. aussi Nussbaum (2011, p. 61; 2013, p. 341^{ss}).

quantitatives, ne doit pas conduire à rejeter les études qualitatives de cas,²⁶ qui combinent les avantages de l'analyse compréhensive et empathique favorisant une connaissance de sujet à sujet (v. *supra* 2.4, 2.5 et MORIN, 1999, p. 52) – et réciproquement.

2.9 Une gestion (théorique et politique) des désaccords qui ne repose pas sur l'invisibilité et pense le (bien) commun

Dernière condition, relative à un traitement politique et éthique des conflits: il ne s'agit pas simplement d'empathiser avec les invisibles, mais de favoriser l'émergence de solutions favorables à l'ensemble du corps social, en ayant le souci du commun. L'éthique du bien commun prend ici un sens social, politique, renvoyant à des principes de régulation négociés par les sujets et les forces sociales qui coopèrent autour de problématiques communes. Je ne définis pas l'éthique par des considérations morales normatives ou par des aprioris théorico-politiques, car mes convictions sont confrontées perpétuellement aux “leçons de l'histoire”. Je ne suis donc pas un adepte béat du consensus, ni ne verse dans une conception irénique de la communication ou de la vie sociale (RABATEL, 2013c, 2017).

Comme il n'y a pas une seule conception légitime du (bien) commun,²⁷ je crois à l'intérêt de la *conflictualité*,²⁸ et, surtout, à son *organisation*, notion qui mériterait d'être articulée avec le fait que la politique, c'est l'art du rapport de forces. Mais ce dernier ne s'exerce pas nécessairement brutalement, ni unilatéralement (MACHIABEL, 1532; ARENDT, [1969] 2012, p. 942-949), il dépend de facteurs structurels, culturels, influant sur sa conception, sa mise en œuvre. Ainsi, en France,

²⁶ Il faut cependant vérifier que ces derniers soient effectivement “représentatifs”, se poser ensuite la question de l'articulation du cas exemplaire au général (v. *supra* 2.2).

²⁷ Ce constat prolonge le refus des points de vue surplombants monologiques (v. *supra* 2.7 et 2.8) qui, armés de la bonne théorie, prétendent dire *le vrai* à la place de tous ceux qui sont dans l'erreur, à l'instar de Granjon, 2015. Je renvoie aux échanges que ce texte a suscités dans *Questions de communication*, 29. Je partage les réserves formulées par Huët (2016, p. 244-248, 257ss, 265), alors que je me réclame moi aussi d'une approche matérialiste. Mais le matérialisme n'est pas une posture, il est à définir, car il est tout sauf homogène: cela excède les limites du présent travail, même si certaines de ses orientations théoriques *et* pratiques y contribuent en filigrane.

²⁸ Notion différente de la polémique, dont je ne ferai pas un éloge sans réserve: v. Amossy (2014, p. 227s) et Monte (2015, p. 54).

l'élection présidentielle au suffrage direct durcit les conflits, renforce la concentration des pouvoirs et bride toute recherche de consensus, le but étant la victoire totale d'un camp sur l'autre. Ce phénomène se combine avec une culture politique autoritaire,²⁹ considérant que la ligne vient d'en haut, s'impose à tous, y compris dans la majorité présidentielle, sans réelle marge de négociation.³⁰ L'organisation de la pluralité et de la conflictualité doit également traiter des conflits de légitimité entre démocratie représentative et participative, afin de combiner le principe de la délégation de pouvoir³¹ avec le principe d'autogouvernement (ou d'autogestion), caractéristique des luttes actuelles (ou du passé³²) pour le commun (DARDOT; LAVAL, 2014, p. 455-466), ou avec de nouvelles formes de représentativité, comme les jurys citoyens tirés au sort (SINTOMER, 2007). La sous-estimation théorique, idéologique, politique, de ces problématiques (leur "invisibilité" relative, en quelque sorte) explique des victoires politiques à la Pyrrhus, coûteuses – pour le camp adverse, pour les fractions dominées du camp dominant, et, à terme, pour tous les dominants, lorsque leur domination sans partage est rejetée – et, en fin de compte, contre-productives pour toute (la) société. C'est donc par un "pragmatisme" ou un "réalisme" bien compris que je crois à la gestion régulée des conflits, aux compromis aussi justes que possible, pour un "nous" (JACQUES, 1991; HABERMAS, [1991] 1992; MUHLMANN, 2004) dont les termes contractants sont à

²⁹ Il peut aussi s'appuyer sur des travaux théoriques qui confondent radicalité et dogmatisme en privilégiant un seul principe explicatif, dont ils proposent une conception réductrice...

³⁰ Ce que confirme le rôle réduit du Parlement français dans l'élaboration des lois, par rapport à celui du Gouvernement.

³¹ Suivant un mandat représentatif, non impératif, incontournable dans des sociétés complexes, soumises aux aléas conjoncturels, aux contraintes supra- ou internationales ou aux médias, incitant à consommer davantage qu'à réfléchir (ARENDT, [1958] 2012, p. 166s). Evidemment, cela suppose que les partis jouent bien leur rôle de représentation. C'est loin d'être le cas: la littérature sur la parti(to)cratie est abondante, émanant de courants divers, anarchistes, populistes ou de partis de droite ou de gauche plus installés. Un des arguments principaux est que ces derniers assument mal le rôle de représentation, dans la mesure où "le monopole de désignation" aboutit à des "oligarchies" électives (ARENDT, [1963] 2012, p. 573s).

³² À l'instar des conseils, si malmenés par la révolution russe (ARENDT, [1963] 2012, p. 578-583).

améliorer continuellement, concrètement, par-delà l’horizon kantien de ces dernières approches.

C’est pourquoi il est légitime, au nom de ces réflexions congruentes, que tout analyste en AD – et pas seulement ceux qui se réclament de la *Critical Discourse Analysis!* – interroge ses corpus et leur(s) auteur(s), au prisme des mécanismes d’invisibilité ou de reconnaissance, sur leurs façons de référer aux inégalités sociales, ce qu’ils présentent comme acquis *ou non*; leurs choix pour citer les sources, les confronter, discuter leurs points de vue, peser leurs arguments (*ou non*); ce qu’ils prennent en charge *ou non*; ce dont ils sont responsables *ou non*, e.g. ce sur quoi ils ont investigué *ou non* (RABATEL, 2017). Il ne s’agit pas de demander d’être capable de dégager des vérités par-dessus les forces sociales, mais de s’impliquer dans un processus de construction qui porte la trace de ce travail, réfutant les évidences et les doxas des idéologies dominantes ou des vérités officielles, faisant autant que faire se peut un travail d’investigation qui aide à mieux voir le monde dans sa complexité, pour aider à une réflexion et à des prises de décision éclairées (RABATEL, 2013b, c). Cette exigence concerne aussi l’éthique du chercheur, qui refuse les évidences et les doxas, y compris les doxas déontologiques, scientifiques ou épistémologiques selon lesquelles le linguiste devrait s’en tenir à son laboratoire/tour d’ivoire ou ne prendre en compte les problématiques sociales que dans une optique techniciste et désidéologisée – comme si, dans le monde actuel, un positionnement critique et actif était un luxe inutile. Mais, on l’aura compris, cette approche attentive à ce qui se dit dans les discours comme à ce qui se joue sur la scène sociale ne fait pleinement sens que sur la base d’une analyse linguistique exigeante, ouverte à l’interdisciplinarité, permettant ainsi d’échapper aux faiblesses de certaines pratiques en AD que j’évoquais en ouverture, et, ce faisant, de mieux répondre aux interpellations que nous lance la question des inégalités sociales, dans et en dehors des discours.

Références

AMOSSY, R. *Apologie de la polémique*. Paris: PUF, 2014.

ARENDT, H. *The Human Condition*. London, Chicago: University of Chicago Press, [1958]. Condition de l’homme moderne. In: *L’Humaine*

condition. Paris: Gallimard, Quarto, 2012.

ARENDT, H. *Between Past and Future*. New York: Viking Press, [1961]. La crise de la culture. In: *L'Humaine condition*. Paris: Gallimard, Quarto, 2012.

ARENDT, H. *On Revolution*. New York: Viking Press, [1963]. De la révolution. In: *L'Humaine condition*. Paris: Gallimard, Quarto, 2012.

ARENDT, H. Sur la violence, *New York Review of Books* 12-4, p. 19-31, [1969], repris in *Crisis of the Republic*. San Diego, New York, London: A Harvest Boock, Harcourt Brace and Company, [1972]. Du mensonge à la violence. In: *L'Humaine condition*. Paris: Gallimard Quarto, 2012.

AUSCURE, C.; NERO, L. Outils statistiques. Peut-on tout compter, avec et pour n'importe qui? In: BEAUD, S. *et al.* (Dir.). *La France invisible*. Paris: La Découverte, 2006. p. 485-497.

BARATAY, E. *Le point de vue animal*. Paris: Seuil, 2012.

BEAUD, S. Les angles morts de la sociologie française. In: BEAUD *et al.* (Dir.). *La France invisible*. Paris: La Découverte, p. 459-472, 2006.

BEAUD, S.; CARTIER M. De la précarisation de l'emploi à la précarisation du travail: la nouvelle condition salariale. In: BEAUD *et al.* (Dir.). *La France invisible*. Paris : La Découverte, 2006, p. 561-573.

BEAUD, S.; CONFAVREUX, J.; LINDGAARD, J. (Dir.). *La France invisible*. Paris: La Découverte, 2006.

BITBOL, M. *De l'intérieur du monde. Pour une philosophie et une science des relations*. Paris: Flammarion, 2010.

BOURDIEU, P. (Dir.). *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993.

BOURDIEU, P. *Sur l'Etat. Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Raisons d'agir; Seuil, 2012.

BREKHUS, W. Une sociologie de l'invisibilité. *Réseaux*, n. 129-130, p. 243-272, 2005.

COMTE-SPONVILLE, A. *Dictionnaire philosophique*. Paris: PUF, 2001.

COSERIU, E. *L'homme et son langage*. Louvain/Paris: Peeters, 2001.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *Commun: essai sur la révolution au XXI^e siècle*. Paris: La Découverte, 2014.

DESSONS, G. Du discursif. *Langages*, n. 159, p. 19-38, 2005.

FLAHAUT, F. *Où est passé le bien commun?* Paris: Mille et une nuits, 2011.

FONTANILLE, J. *Sémiotique du discours*. Limoges: PULIM, 1998.

GARFINKEL, H. What is ethnomethodology? *Studies in ethnomethodology*, New York: Prentice Hall, n. 26-27, p. 1-34, 1967.

GONZALEZ MARTINEZ, E. Organisation et *accountability* des échanges langagiers lors d'auditions judiciaires. *Réseaux*, n. 129-130, p. 209-241, 2005.

GRANJON, F. Du matérialisme comme *principium* d'un agenda de la recherche critique en communication, *Questions de communication*, v. 28, p. 157-190, 2015.

HABERMAS, J. *Erläuterungen zur Diskursethik*, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag [1991]. *De l'éthique de la discussion*. Paris: Flammarion, 1992.

HALIMI, S. *Les nouveaux chiens de garde*. Paris: Liber-Raisons d'agir, 1997.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Multitude*. Paris: La Découverte, 2004.

HONNETH, A. *Kampf um Anerkennung*, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag [1992]. *La lutte pour la reconnaissance*. Paris: Cerf, 2000.

HONNETH, A. Visibilité et invisibilité: sur l'épistémologie de la reconnaissance. *Revue du MAUSS*, n. 24, p. 136-150, 2004.

HUËT, R. Les spectres du matérialisme. Pour une description existentialiste et politique des sujets fatigués. *Questions de communication*, n. 29, p. 241-268, 2016.

JACQUES, F. Consensus et conflit: une réévaluation. In: PARRET, H. (Dir.). *La communauté en paroles. Communication, consensus, ruptures*. Liège: Mardaga, 1991. p. 97-123.

LABBE, D. Des syndicats affaiblis, décalés. In: BEAUD, S. et al. (Dir.). *La France invisible*. Paris: La Découverte, 2006. p. 574-581.

LAPEYRONNIE, D. Le social ignoré ou le point aveugle de la république. In: BEAUD, S. et al. (Dir.). *La France invisible*. Paris: La Découverte, 2006. p. 520-531.

LATOUR, B. *Changer de société ~ Refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte, 2006.

LATOUR, B. *Cogitamus. Six lettres sur les humanités scientifiques*. Paris: La Découverte, 2010.

LE BLANC G. *L'invisibilité sociale*. Paris: PUF, 2009.

LE BRAS, H.; TODD, E. *Le mystère français*. Paris: Seuil, 2013.

LIEBER, M. La double invisibilité des violences faites aux femmes dans les contrats locaux de sécurité français. *Cahiers du genre*, n. 35, p. 71-94, 2003.

LINDGAARD, J. La “grande chasse aux idées”. Ou comment les politiques en consomment un maximum, sans toujours s’en servir. In: BEAUD, S. *et al.* (Dir.). *La France invisible*. Paris: La Découverte, 2006. p. 473-484.

LITS, M. Critiquer, s’engager. In: FLEURY, B.; WALTER, J. (Dir.). *Les médias et le conflit israélo-palestinien. Feux et contre-feux de la critique*, Metz, Recherches textuelles n. 9, 2008. p. 97-111.

MACHIAVEL, N. *Le Prince et autres textes*. Trad. J. Gohory. Paris: Gallimard, [1532], 2007.

MONTE, M. Compte rendu d’*Apologie de la polémique. L’information grammaticale*, n. 147, p. 53-54, 2015.

MONTE, M.; REMI-GIRAUD, S. (Éds). *Les discours sur l’enseignement supérieur et la recherche, Mots*, n. 102, 2013.

MORIN, E. *Les sept savoirs nécessaires à l’éducation du futur*. Paris: Unesco, 1999. Disponible sur: <<http://www.unesdoc.unesco.org/images/0011/001177/117740fo.pdf>>. Accès le 21 nov. 2016.

MUHLMANN, G. *Du journalisme en démocratie*. Paris: Payot, 2004.

NUSSBAUM, M. *Not for profit. Why Democracy Needs the Humanities*. Princeton: UP [2010]. *Les émotions démocratiques. Comment former les citoyens du XXI^e siècle?* Paris: Flammarion, 2011.

NUSSBAUM, M. *The new religion intolerance. Overcoming the Politics of Fears in an Anxious Age*. The Belknap Press of Harvard University Press, [2012]. *Les religions face à l’intolérance. Vaincre la politique de la peur*. Paris: Flammarion, 2013.

PAVEAU, M.-A. *Les prédiscours. Sens, mémoire, cognition*. Paris:

Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2006.

PORTE, X. de la. Les “bobos” et les “travailleurs pauvres”. In: BEAUD, S. et al. (Dir.). *La France invisible*. Paris: La Découverte, 2006. p. 509-519.

RABATEL, A. Des images d’utopie(s) aux stylèmes de la pensée utopique. Pour une lecture non dogmatique des utopies, *Protée*, n. 32-1, p. 68-79, 2004.

RABATEL, A. L’effacement de la figure de l’auteur dans la construction événementielle d’un “journal” de campagne électorale et la question de la responsabilité, en l’absence de récit primaire, *Semen*, n. 22, p. 71-85, 2006.

RABATEL, A. Pour une conception éthique des débats politiques dans les médias: répondre *de*, *devant*, *pour*, ou les défis de la responsabilité collective, *Questions de communication*, v. 13, p. 47-69, 2008a.

RABATEL, A. *Homo narrans. Pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit. Tome 1. Les points de vue et la logique de la narration. Tome 2. Dialogisme et polyphonie dans le récit*. Limoges: Lambert-Lucas, 2008b.

RABATEL, A. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée. *Langue française*, n. 162, p. 71-87, 2009.

RABATEL, A. Le traitement médiatique des suicides à France Télécom de mai-juin à mi-août 2009: la lente émergence de la responsabilité du management dans les suicides en lien avec le travail, *Studia Universitatis Babes-Bolyai, Philologia*, tome LV, v. 1, p. 31-52, 2010.

RABATEL, A. La levée progressive du tabou des responsabilités socio-professionnelles dans les suicides en lien avec le travail à France Télécom, de fin août à octobre 2009, *Questions de communication*, n. 20, p. 175-198, 2011.

RABATEL, A. Positions, positionnements et postures de l’énonciateur. *Travaux neuchâtelois de linguistique*, n. 56, p. 23-42, 2012.

RABATEL, A. Les apports de l’analyse des discours médiatiques: de l’interprétation des données à la critique des pratiques discursives et sociales. *Dacoromania*, v. XVIII-1, p. 33-50, 2013a.

RABATEL, A. Ethique, point(s) de vue et rapport aux différents régimes

de vérité. In GUERIN, C.; SIOUFFI, G.; SORLIN, S. (Éds.). *Le rapport éthique au discours*. Berne: Peter Lang, 2013b. p. 65-80.

RABATEL, A. L'engagement du chercheur, entre "éthique d'objectivité" et "éthique de subjectivité". *Argumentation et Analyse de Discours*, v. 11, 2013c. Disponible sur: <<http://aad.revues.org/1526>>. Accès le 21 nov. 2016.

RABATEL, A. La rubrique "Intox/Désintox" de *Libération*. Nouvelle rubrique, nouvelle pratique journalistique, voire nouveau genre? In: MONTE, M.; PHILIPPE, G. (Éds.). *Des textes aux genres. Hommages à Jean-Michel Adam*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2014. p. 103-116.

RABATEL, A. Dégoût et indignation dans le Manifeste/pétition féministe *Pas de justice, pas de paix*. In: RABATEL, A. et al. (Éd.). *Comment les médias parlent des émotions. L'affaire Nafissatou Diallo contre Dominique Strauss-Kahn*. Limoges: Lambert-Lucas, 2015a. p. 143-160.

RABATEL, A. Une analyse de discours du manifeste *Pour des universités à la hauteur de leurs missions*. Pour une alternative à la gestion libérale des universités et de la recherche en Europe. *Semen*, n. 39, p. 59-80, 2015b.

RABATEL, A. Du sujet, des œuvres et de l'interprétation. In: MASSERON, C.; PRIVAT, J.-M.; REUTER, Y. (Dir.). *Littérature, linguistique et didactique du français. Les travaux Pratiques d'André Petitjean*. Villeneuve d'Ascq: Presses universitaires du Septentrion, 2015c. p. 97-105.

RABATEL, A. De la difficulté de catégoriser le peuple (des invisibles) en échappant aux jugements de valeur. *Exercices de Rhétorique*, v. 7, 2016a.

RABATEL, A. Les stratégies émotives d'un repentir public offensif, *Studii de Lingvistica*, 6, à paraître 2016b.

RABATEL, A. La notion de paradigme au défi du texte: l'exemple des paradigmes entrecroisés de l'énonciation et des points de vue, *Signata*, 7-2, à paraître 2016c.

RABATEL, A. Diversité des points de vue et mobilité empathique, in COLAS-BLAISE, M.; PERRIN, L.; TORE, G. M. (Éds.). *L'énonciation aujourd'hui, un concept-clé des sciences du langage*. Limoges: Lambert-Lucas, 2016d. p. 137-152.

RABATEL, A. Éthique des discours, prise en charge et responsabilité énonciatives, in YANOSHEVSKY, G. (Dir.). *Éthique des discours et responsabilité*. Limoges: Lambert-Lucas, 2017. (à paraître).

RABATEL, A.; MONTE, M.; SOARES RODRIGUES, M. G. (Éds.). *Comment les médias parlent des émotions. L'affaire Nafissatou Diallo contre Dominique Strauss-Kahn*. Limoges: Lambert-Lucas, 2015.

RASTIER, F. *Saussure au futur*. Paris: Les Belles Lettres, 2015.

RICŒUR, P. *Parcours de la reconnaissance*. Paris: Stock, 2004.

REY H. Des classes populaires (presque) invisibles. In: BEAUD *et al.* (Dir.). *La France invisible*. Paris: La Découverte, 2006, p. 547-559.

SAUSSURE, F. De. *Écrits de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 2002.

SICOT, F. La psychologisation rampante de la question sociale. In: BEAUD, S. *et al.* (Dir.). *La France invisible*, Paris: La Découverte, 2006. p. 618-631.

SINTOMER, Y. *Le pouvoir au peuple. Jurys citoyens, tirage au sort et démocratie participative*. Paris: La Découverte, 2007.

TARDY, J.-N. Visibilité, invisibilité. Voir, faire voir, dissimuler. *Hypothèses*, n. 10, p. 15-24, 2007.

TODD, E. *Qui est Charlie? Sociologie d'une crise religieuse*. Paris: Seuil, 2015.

VAUVENARGUES, Luc de. *Réflexions et maximes*. In: RIVAROL; CHAMFORT; VAUVENARGUES. *L'art de l'insolence*. Paris: Robert Laffont, [1747] 2016.

VOIROL, O. Visibilité et invisibilité: une introduction. *Réseaux*, n. 129-130, p. 9-36, 2005a.

VOIROL, O. Les luttes pour la visibilité. Esquisse d'une problématique. *Réseaux*, n. 129-130, p. 89-121, 2005b.

La division sociale de la langue: la fiction d'une langue populaire

*The social division of language:
the fiction of popular language*

Dominique Ducard

Université Paris-Est Créteil, Paris, França.

ducard@u-pec.fr

Résumé: L'objectif de cet article est de montrer, à travers un parcours de textes d'historiens et de (socio)linguistes, comment le discours sur la langue française, dans sa formation et son fonctionnement, est traversé par l'idée d'une division sociale constitutive d'une "langue populaire", identifiée à une classe sociale et dévaluée. Cette investigation interroge la notion de langue et son image dans la conscience linguistique des sujets et conduit à poser la question de l'institution sociale de la langue. La langue commune, pluralisée et diversifiée dans le discours historique et linguistique, se double d'une référence à une langue normée, instituée par l'école, dont les effets ont été soulignés dans les travaux originaux de Renée Balibar. Nous finissons ainsi par une évocation des thèses de cet auteur, avec une mise en perspective de la langue normée, dans son rapport aux styles littéraires, avec la transposition des variations sociales dans la langue de la fiction.

Mots clefs: langue populaire; classe sociale; conscience linguistique; norme; institution.

Abstract: The objective of this paper, exploring historical and (socio) linguistic texts, is to highlight how the discourse on the French language, its formation and function, is spanned by the idea of a social division constituting of a “popular language”, identified with a social class and devalued. This investigation questions the notion of language and its image in the linguistic conscience and it raises the problem of the social institution of language. The common language, pluralized and diversified in the historical and linguistic discourse, is doubled up as a standard language, established by school, whose effects have been pointed out in the original works of Renée Balibar. So we finally mention the thesis of this author and put the standard language in perspective, as it relates to literary styles, with the transposition of social variations in a fiction language.

Keywords: popular language; social class; linguistic conscience; norm; institution.

Recebido em 20 de julho de 2016.

Aprovado em 10 de outubro de 2016.

Il me faut tout d’abord avertir que ce que je dirai est spécifique à la langue française et à son histoire, ainsi qu’aux idées véhiculées sur celle-ci dans le discours des historiens et des linguistes. Les considérations plus générales ou les réflexions qui se dégageront de l’examen de ce discours ne pourront pas être transposées sans aménagement dans d’autres situations linguistiques. De même l’expression, en français, de “français populaire”, que l’on trouvera à côté de “langue populaire”, n’est pas tout à fait équivalente, par exemple, à l’anglais *colloquial English* – différent du *cockney* – ou à l’allemand *Umgangssprache*, qui côtoie *Volkssprache* (et *völkisch*) (désignant plutôt la langue nationale), et *popolare* dans *italiano popolare* ne correspond pas exactement au *populaire* de *français populaire*.¹

¹ Françoise Gadet, dans un article que nous citerons, renvoie à l’ouvrage de Blasco Ferrer pour une étude des termes qualifiant les variétés de langue non-standard dans différentes langues: BLASCO FERRER, E. Italiano popolare a confronto con altri registri informali: verso una tipologia del substandard. In: HOLTUS, G.; RADTKE, E. (Dir.). *Sprachlicher Substandard III*. Tübingen: Niemeyer, 1990. p. 211-243.

En préalable je ferai quelques remarques sur les conceptions de la langue qui seront sous-jacentes à mon propos. Si nous posons que les observables, pour un linguiste qui cherche à comprendre l'activité énonciative des locuteurs, sont à dégager des textes, oraux ou graphiques, reconnus comme des formes interprétables, la langue, parlée et écrite, en est le présupposé et la condition. Elle est d'une part un construit métalinguistique qui donne lieu à des descriptions et explications (grammaires, dictionnaires, études scientifiques, ouvrages didactiques, manuels d'apprentissage), qui relève d'un discours "savant", et auxquels on peut associer la multitude d'essais et de chroniques de la langue, qui délivrent aussi un savoir, assorti d'idéologie; elle est d'autre part ce que Saussure qualifie métaphoriquement de "trésor intérieur": "trésor déposé par la pratique de la parole dans les sujets appartenant à la même communauté" (SAUSSURE, 1971, p. 13), réalité qui n'est pas observable en elle-même, mais dont nous avons des traces par la conscience linguistique que les sujets parlant une langue peuvent expliciter dans le cours de l'énonciation – ce que je nomme l'épi-métalinguistique –, en contrôlant plus ou moins leur parole, par dénivellation, ou dans l'après-coup – le métalinguistique –, quand ils s'interrogent de façon réfléchie sur les façons de dire et sur la perception évaluée qu'ils en ont; cette conscience est portée à un degré supérieur dans la pratique écrite et la création à vocation littéraire. La langue peut aussi être vue avec le philosophe H. Maldiney, dont la pensée est inspirée par le linguiste Gustave Guillaume, comme un "fonds de possibilités" (MALDINEY, 2016, p. 67),² qui fait partie du contexte de tout acte de parole, ou alors, selon Saussure encore, comme une institution sociale, distincte des autres, précise-t-il, en ce que chacun y prend part incessamment et qu'elle s'impose à tous "en vertu d'une sorte de contrat passé entre les membres d'une communauté" (SAUSSURE, 1971, p. 31), elle est, à cet égard, de l'ordre de ce qu'A. Culioli nomme le transindividuel. La langue est par ailleurs une entité juridique et administrative définie par le pouvoir politique, qui en réglemente, par des textes officiels, certains usages et en assure la promotion.

Je placerais par ailleurs à l'arrière-plan de ma réflexion l'*anthropologie dogmatique* de Pierre Legendre, historien du droit et psychanalyste, qui pense la société en articulant l'*anthropos* au *logos*,

² L'article avait été publié en 1982 dans la revue *L'homme et la société*.

l'être humain au langage, à la parole et à la raison, en mettant en avant la normativité portée par les textes (et les images) et en posant une question centrale: comment penser les rapports entre l'institution et le sujet, dans le cadre d'une théorie analytique des institutions,³ qui transpose dans le fonctionnement social le schéma de l'image au miroir (le stade du miroir dans le modèle génétique de la psychanalyse). Je me contenterai ici de rappeler la thèse fondamentale de Pierre Legendre dans son entreprise de fondation d'une anthropologie dogmatique: "la société est une fonction pour le sujet", une fonction de figuration et d'institution des images pour le sujet social. Cette fonction est possible parce que la société, avec les instances culturelles qui la médiatisent, est un miroir second par projection du miroir premier, celui de la phase spéculaire lors de la structuration de la relation intersubjective (par identification et altération). C'est par cette fonction que la société est appréhendée comme un Texte, assimilable à l'ensemble des discours à valeur normative et prescriptive, sans se limiter au cas le plus évident qui est celui du discours juridique. "En clair: quel rapport y a-t-il entre la parole, l'institution et le sujet? Et comment ce rapport peut-il se traduire en lien de réalité, en lien social, en lien de Raison? Quelle est la source du crédit accordé aux mots, de la foi aux images qui les soutiennent, de l'allégeance à l'architecture invisible qui inscrit chaque individu dans l'édification sociale du Texte?" (LEGENDRE, 1998, p. 18)

³ Voici quelques déclarations à propos de ce que recouvre la notion d'institution: "Il m'arrive de définir les institutions comme le lieu où tout le monde vient pour s'y mentir à l'aise. Cela n'est ni de l'humour ni une mince formule. Tous les systèmes d'institutions sont construits sur cette certitude: *ça ment*." (LEGENDRE, 1983, p. 203). "J'écris aussi *bureaucratie* sous la rubrique *institutions*, vieux mot des Romains désignant le colossal de la Loi. Par-là, il faut entendre, pour un groupe humain spécifique, son corps de règles, c'est-à-dire l'échafaudage de ses dogmes, énonçant la primauté des chefs, la circulation familiale et le système des échanges, la scolastique des conflits et la représentation stylisée du pouvoir adorable. Toute bureaucratie n'est rien d'autre qu'un genre institutionnel." (LEGENDRE, 1976, p. 29) "J'entends *institutions*, selon le sens qu'en donnent les juristes: l'ensemble immense des règles définissant la légalité, distinguées en publiques et privées." (LEGENDRE, 1978, p. 63)

1 De “langue” à “populaire”

Comme toute unité linguistique composée la locution “langue populaire” varie en interprétation selon les valeurs possibles des mots qui sont captées, par coaptation (Benveniste),⁴ soit ici “langue” et “populaire”. Le mot langue peut avoir un emploi équivalent à celui de moyens d’expression propres à un groupe ou à un individu, analogues à certains emplois de “langage” ou “style”, mais il peut maintenir la propriété d’un système définissant une langue parlée et écrite par une communauté de locuteurs. Je citerai ainsi la définition que l’on trouve dans *Le Grand Larousse de la langue française*, de 1975: “Système d’expression défini en fonction d’un groupe social, professionnel, culturel, et, plus spécialement, ensemble des traits distinctifs de ce système d’expression” (GLLF, 1975, p. 2950), la “langue populaire” en est le premier exemple donné, avec “langue scientifique”, “langue philosophique”, “langue du barreau” (langue de la justice), “langue liturgique” (qui sert à l’exercice d’un culte religieux, “langue verte” (l’argot), “langue vulgaire” (en opposition, en termes de linguistique historique, à la “langue savante”, le latin). Nous retrouvons l’occurrence de “langue populaire”, à côté de “langue littéraire, poétique; langue savante, vulgaire; langue scientifique”, dans la définition du dictionnaire *Le Robert*, avec cette idée d’un mode de réalisation spécifique de la langue: “Langage parlé ou écrit, spécial à certaines matières, à certains milieux, à certaines époques ; aspect que peut prendre une langue donnée”. La langue, en tant qu’unité fonctionnelle et structurelle, historique et culturelle, est, quant à elle, définie comme un “Système d’expression et de communication commun à un groupe social (communauté linguistique)” (Larousse). L’“idiome d’une nation” dit le dictionnaire de l’Académie française (6^{ème} édition, 1832-1835), le “parler d’une nation” selon celui d’Emile Littré, à la fin du XIX^e siècle, la “langue d’un peuple” selon le Larousse.⁵

⁴ Emprunt au latin chrétien *coaptatio*: ajustement de parties entre elles, harmonie. Le mot “coaptation” est employé en chirurgie et en biologie animale pour désigner l’ajustement réciproque de deux parties dans la formation d’une unité. Benveniste recourt à ce mot à propos de la formation d’un syntagme et de la constitution de sa signification.

⁵ Le principe de constitution des états-nations: “un peuple, une langue, une nation” participe à la formation imaginaire de l’identité linguistique des individus. “Cet imaginaire de l’identité linguistique, dit Patrick Charaudeau, est entretenu par deux discours: la langue d’un peuple, c’est son génie; ce génie perdure à travers l’histoire.” (CHARAUDEAU, 2016)

On a donc d'un côté la langue d'un peuple, de l'autre la langue du peuple, selon la détermination de la notion de langue par sa localisation au terme repère 'peuple'. Parler de "langue populaire" (*la* langue populaire dans une langue ou bien *une* langue populaire dans la langue) nous fait sortir du plan d'acception de la langue une et indivisible, politiquement et juridiquement, ou de la totalité linguistique que représente le système, et conduit à nous interroger sur la distinction que recoupe la qualification, au gré de l'extension et de la signification assignées au mot "peuple".

C'est ainsi que la notion de "milieux populaires" a été dénoncée par Bourdieu en raison de ses "vertus mystificatrices": "chacun peut, comme dans un test projectif, en manipuler inconsciemment l'extension pour l'ajuster à ses intérêts, à ses préjugés ou à ses fantasmes sociaux" (BOURDIEU, 1983, p. 98). Considérant l'adjectif "populaire" comme une "épithète magique", il déclare que

la notion de "langage populaire", à la façon de toutes les locutions de la même famille ('culture populaire', 'art populaire', 'religion populaire', etc.), n'est définie que relationnellement, comme l'ensemble de ce qui est exclu de la langue légitime, entre autres choses par l'action durable d'inculcation et d'imposition assortie de sanctions qu'exerce le système scolaire (BOURDIEU, 1983, p. 98).

Ma réflexion portera donc sur cette opération de division sociale de la langue, à partir de la dénomination "langue populaire" – relayée par "langage populaire" ou "français populaire" – pour poser la question de l'institution de la langue et de son marquage dans la conscience linguistique, individuelle et collective, à travers le "récit" que nous en proposent historiens et linguistes.

2 Variations terminologiques

La dénomination de *langage populaire*, en référence aux patois régionaux, est plus ancienne que celle de *français populaire*, qui apparaît au début du XX^e siècle, avec une extension nationale.⁶ H. Bauche publie en 1920 son ouvrage *Le Langage Populaire*, sous-titré: *Syntaxe*,

⁶ Mentionnons l'ouvrage de Charles Nisard, de 1872: *Etude sur le langage populaire: du patois de Paris et de sa Banlieue*, Paris, Franck.

grammaire et dictionnaire du français tel qu'on le parle dans le peuple de Paris, avec tous les termes d'argot usuel. Défenseur du langage littéraire, Bauche pense que le parler ordinaire, non littéraire, qui correspond aux usages du français parlé, est voué à s'intégrer en partie au langage littéraire et qu'une langue doit accepter cette évolution, qui correspond à de nouveaux besoins. Notons en passant que "langage populaire" a pu être traduit en anglais par *Proletarian language* (VALMAN, 1968). La notion de *français populaire* a été largement diffusée par le linguiste P. Guiraud dans les années 1960, avec un petit ouvrage de référence éponyme (1965), pour s'effacer progressivement avec une approche moins normative des variétés de la langue et une dénonciation de sa valeur discriminante et dépréciative, même si le linguiste A. Martinet déclare encore dans *Le Français sans fard*: "Ce ne serait pas une boutade de dire que le français populaire n'est pas vraiment le français" (MARTINET 1969, 94). Une distinction doit être faite entre "langue populaire" – ou son équivalent "français populaire" – avec l'argot, à l'origine langue secrète de malfaiteurs puis phraséologie cryptologique, et qui est vu par le linguiste P. Guiraud, sociologiquement et sémiologiquement, comme "un *signum*, signum de classe, de caste, de corps" (GUIRAUD, 1957, p. 97). P. Guiraud définit le *français populaire* comme "l'*usage* de l'Ile-de-France et plus particulièrement de Paris [...] urbaine plutôt que rurale" (GUIRAUD, 1965, p. 7), en contraste avec le "français cultivé": "le français cultivé est défini par des *règles* tirées à la fois d'une réflexion sur l'idiome et de l'expérience d'une tradition, alors que le français du peuple n'est soumis qu'aux lois naturelles qui gouvernent tout système de signes" (GUIRAUD, 1965, p. 12). Ainsi d'un côté les règles et la tradition qui font la culture, avec un retour réflexif sur les signes, de l'autre les lois immanentes qui relèvent de la nature du système de signes, avec une sorte d'auto-régulation. Ces lois seraient, selon Guiraud, inhibées par une haute conscience linguistique normative, produit de l'académisme et de l'autoritarisme linguistiques. Un autre contraste est souligné avec d'un côté l'expressivité accentuée du français populaire et, d'un autre côté, un rationalisme appuyé, venant d'une classe moyenne éduquée, qui modère et limite cette expressivité, dans le français standard. P. Bourdieu dira de la normativité, qui dirige le sentiment de légitimité/illégitimité et qui a des effets dans les usages linguistiques, qu'elle est "inscrite à l'état pratique dans les dispositions qui sont insensiblement inculquées", par ce qu'il nomme "les sanctions du marché linguistique". Il parle

ainsi de l’“intimidation” qui s’exerce à travers des faits en apparence “insignifiants” mais “chargés” d’injonctions (manières de parler, de se taire, de se tenir, de regarder...) (BOURDIEU, 1982, 36 sqq).

La sociolinguiste Françoise Gadet (1992) actualisera la version de Guiraud, avec une approche de terrain plus empirique, plus attentive aux groupes sociaux et en soulignant le partage indécis entre français populaire, français familier ou ordinaire: “La frontière entre français populaire, entendu comme langue des classes populaires et français familier, usage de toutes les classes dans des contextes peu surveillés, est floue, et même pour la plupart des phénomènes inexistante.” (GADET, 1992, p. 122). Et son ouvrage débute par cette prise de distance: “Selon une opinion largement partagée, il existe, à côté de la langue française standard [...] un ‘français populaire’ ayant ses traits linguistiques propres, une capacité à organiser la signification, et qui serait parlé par les couches sociales défavorisées.” La modalisation en discours second (*selon une opinion largement partagée*) de la prédication d’existence (*il existe*) à un mode hypothétique (*serait parlé*) jette le doute sur la réalité empirique d’un idiome coïncidant avec une classe sociale de locuteurs. L’auteur n’en décrit pas moins un certain nombre de faits linguistiques en maintenant cette catégorisation, sur laquelle elle reviendra ultérieurement (voir *infra*). Je reprendrai à mon compte la critique adressée par Claude Muller au projet de montrer que la langue populaire “fait système”:

Le problème constamment présent dans le livre, et dont l’auteur est bien consciente, est que le français populaire n’est pas une langue. L’objet de la description échappe. Chaque détail, chaque trait relevé, est plausible ou réel, mais l’ensemble ne constitue ni une photo, ni même un portrait-robot: plutôt une caricature, un peu comme ce que l’on obtient d’un enfant en lui demandant de dessiner quelqu’un de méchant: une accumulation de détails rendant le portrait invraisemblable. Il existe en somme des traits populaires dans l’usage du français, mais ils ne font pas système. (MULLER, 1995).

Au-delà de cette critique portant sur la description qui peut être faite d’un “français populaire” caractérisé, c’est l’épistémologie du linguiste dans son entreprise de systématisation qui est en question, celui-ci ne pouvant que rassembler des phénomènes hétérogènes et disparates sous des catégories grammaticales d’ordre phonétique ou

phonologique, morphologique et syntaxique, auxquels s'adjoignent des remarques sémantiques et pragmatiques. De ce point de vue une langue est un artefact.

3 Du côté de l'histoire de la langue

Si l'on se tourne vers la monumentale *Histoire de la langue française. Des origines à nos jours* en dix tomes (18 volumes) éditée par Charles Brunot et couvrant la période allant des origines à 1815, et complétée par les deux tomes publiés par son successeur Charles Bruneau pour les périodes 1815-1852 et 1852-1886, il faut aller au tome XII, œuvre de C. Bruneau: "L'époque romantique", publié en 1968, pour trouver un chapitre titré "La langue populaire". Ce chapitre fait partie du Livre VI: "Les bas langages" et la langue "populaire" (avec les guillemets dans le texte) y est considérée comme "le plus répandu des bas langages" (BRUNOT, 1968, T. XII, p. 391). Un renvoi à la présence de cette langue dans la littérature (Sorel, Furetière) et dans quelques grammaires du XVII^e siècle montre que le "populaire" est assimilé au parler "bas" et "vulgaire" du "petit peuple de Paris". L'urbanisation et le brassage de locuteurs venus de provinces a contraint à une acculturation linguistique: "Après la Révolution, l'existence d'une langue incorrecte, parlée par des Français sans culture ou de culture médiocre, pose un problème social." (BRUNOT, 1968, p. 391). C'est ainsi que seront publiés des "préservatifs" ou "cacologies", ouvrages didactiques destinés au "peuple" et qui fournissent quelques indications, non fiables, sur les "expressions familières" qui sont autant de "vices" de langage au regard d'une langue académique, dont le modèle est encore celui de la grande littérature. Ce "bas langage" trouve par ailleurs une place dans les "scènes populaires" des écrivains qui apprécient son caractère "pittoresque" et l'exhibent comme une image en miroir de la "vérité psychologique" ou de l'authenticité des personnages et des situations. Bruneau, qui rapporte les jugements d'époque, selon lesquels le "parler populaire" a un "caractère de vulgarité qui 'déclasse'" (BRUNEAU, 1968, p. 387), évalue par ailleurs positivement la créativité de cette langue populaire et familière, "langue vivante", contrairement à la "langue morte" de l'académisme.

Ce même Bruneau avait fait une communication au Congrès de l'Association des Etudes françaises, en 1956, sur "La langue populaire". "L'adjectif populaire, dit-il en introduction, peut caractériser, soit la

langue parlée par le peuple, soit une langue qui soit appropriée à sa mentalité et à ses goûts, quand il s'agit d'œuvres littéraires qui lui sont destinées." Et le peuple est assimilé à la "masse du *peuple*", hors "l'élite des gens cultivés" (BRUNEAU, 1957, p. 238). Il trouve des exemplaires de cette langue populaire dans les dialectes et patois, dont il y a autant de "variétés" que de "milieux littéraires". Il s'intéresse avant tout à la littérature qui, depuis le Moyen-Age, a "popularisé" le parler de certains personnages, selon une gradation des styles que Vaugelas a codifiée au XVII^e siècle: style bas, style médiocre, style noble (ajouté à la triade de Vaugelas ultérieurement), style sublime. Brunot donne, dans le volume de son Histoire consacré à la langue classique, des exemples de la "hiérarchie des mots" et de l'homologation de "classes de mots" à des "classes sociales".⁷

La division et la pluralisation de la langue est réaffirmée dans le *Précis de grammaire historique de la langue française* de F. Brunot et C. Bruneau, publiée en 1969, à propos du "vocabulaire commun", plus précisément "Le problème psychologique. Comment les mots se classent dans notre esprit":

Du point de vue du vocabulaire, il n'existe pas *une* langue française, mais *plusieurs*. La *langue commune* comprend la *langue écrite*, avec sa forme supérieure, la langue littéraire, et sa forme ultérieure (la langue des journaux, par exemple), et la langue de la conversation (langue parlée). A côté de cette langue commune, il existe, au point de vue des *choses*, des *langues techniques*, au point de vue *social*, des *bas-langages*, parmi lesquels se classent, hors de Paris, les *français dialectaux*, les *dialectes* et les *patois*. (BRUNOT; BRUNEAU, 1969, p. 65)

Je reviens à la communication de Bruneau de 1956, qui déclare "populaire" "la langue artificielle que des écrivains cultivés, s'adressant à des lecteurs cultivés, emploient en diverses occasions, dans le dessein de présenter les faits ou les idées sous une forme à la fois plus expressive et plus amusante." (BRUNEAU, 1957, p. 240). Il sera dès lors question de "*style littéraire*", mais le linguiste maintient consciemment le terme, plus large, de langue. Et le recueil qu'il fait de cette "langue" populaire-

⁷ C'est ainsi que l'expression "aux chiens" dans une œuvre dramatique fit scandale.

littéraire, du XVII^e siècle au XIX^e siècle, concerne essentiellement le vocabulaire, avec de rares cas de “grammaire populaire”, qui ne peut être, pour les écrivains, qu’une “grammaire des fautes”. Bruneau rapporte un certain style populaire à certains genres littéraires, comme les écrits satiriques, et signale la naissance de genres nouveaux, comme ce fut le cas du “poème épique” de Jean-Joseph Vadé⁸ qui créa le *poissard* en utilisant le langage parlé des Halles de Paris. Un “poissard” mondain fut par la suite créé: la parade, qui est connu jusqu’à la Révolution. Ensuite le mot peuple prend une autre valeur mais les écrivains continuent de “populariser” la langue littéraire, à des fins diverses.

Je relève la conclusion de l’article de Bruneau qui dit que depuis la naissance de la science de la Linguistique (il donne la date de la fondation de *Romania*, en 1872,⁹ comme repère significatif), le terme de “langue populaire” a été remplacé, dans les travaux des spécialistes, par des termes plus précis: parlers locaux, patois (isolés ou groupés en dialectes), langues et argots techniques, langues spéciales, etc. Il suggère de conserver la locution de langue populaire, dans l’étude des œuvres littéraires, “pour désigner un certain nombre de faits linguistiques de caractère particulier, en discordance avec la langue écrite commune.” (BRUNEAU, 1957, p. 289)

“Langue populaire” ne disparaîtra pas des études linguistiques, comme nous l’avons vu avec les ouvrages déjà cités, et sera encore objet de discussion, comme on le verra plus loin. Le premier volume de la nouvelle série, dirigée par Gérald Antoine et Robert Martin (1985), qui prend la suite des 12 tomes de l’*Histoire de la langue française* de Brunot et Bruneau mérite qu’on s’y arrête, pour le chapitre sur “Le langage populaire”, écrit par Denise François, qui parle aussi bien de “langage populaire” que de “langue populaire”. Il peut être pris comme texte de transition entre le discours des historiens de la langue que sont Brunot et Bruneau et le discours des (socio)linguistes sur le “français populaire”, déjà entrevu.

Les directeurs de l’ouvrage nous avertissent de la distance prise par rapport à l’histoire avec la linguistique structurale, qui procède

⁸ Les œuvres poissardes de Vadé parurent en 1796.

⁹ Gaston Paris et Paul Meyer créent en 1872 une nouvelle revue consacrée à la philologie des langues romanes, et plus particulièrement à la période médiévale, avec aussi pour objectif l’étude des patois et de la littérature populaire.

par coupes synchroniques, regroupement de phénomènes en familles de problèmes, description de registres dans la langue commune, selon des types de situations et des variétés d'emplois, et analyse de types de discours. Deux faits sociaux d'importance sont signalés pour leurs effets sur la langue: l'institution du français de l'Etat républicain dans l'Ecole primaire en 1888, avec le développement de l'instruction publique obligatoire, la mobilité géographique et sociale accrue, qui modifient le rapport des parlers régionaux au français central. A la question "que signifie 'populaire' quand on parle de langage?" (ANTOINE; MARTIN, 1985, p. 296), D. François répond en écartant d'abord les faits de lexique relevant des argots, les jurons et "gros mots", ainsi que les régionalismes (français régionaux, dialectes, patois), et en récusant que le seul parler de Paris puisse représenter une langue populaire (L. P.) "standard", supposée "neutre". Il lui reste alors une L.P. assimilée au langage du "peuple", du "petit peuple" ou du "bas peuple", celui des "bas quartiers" du Paris de 1900; "populaire" est alors équivalent à "populacier", "vulgaire", "bas".

L'auteur fait le choix d'une acception large de "populaire", proche de "peuple" dans une extension maximale : "Multitude d'hommes d'un même pays et vivant sous les mêmes lois" (Littré, sens 1), et non pas "La partie de la nation, considérée par opposition aux classes où il y a soit plus d'aisance soit plus d'instruction" (Littré, sens 9),

Ceci, déclare-t-elle, afin d'éviter une définition de la L. P. qui oppose, de façon trop grossière, le langage des classes dominantes – bourgeoise, et même encore, aristocratique – à celui d'une autre population, et qui est trop souvent assimilée à des couches sociales marginales – et afin de ne pas masquer toutes les osmose langagières possibles entre les différents locuteurs francophones (ANTOINE; MARTIN, 1985, p. 296).

Ce qui la conduit à poser la question des liens entre langue populaire et langue commune, celle des normes, et celle des relations entre sociolectes et des emprunts d'un groupe social à l'autre. Et elle crée, par redoublement du terme "populaire", une nouvelle catégorie descriptive pour désigner "les couches les plus populaires du peuple", celle de "peuple populaire" (noté P. P.). La tentative de délimitation du L.P. se solde par un inventaire des problèmes que rencontre le linguiste historien à la recherche d'un objet non identifiable: problèmes de la

documentation et des sources, authenticité des documents, fonctions du L.P., relation du L.P. à des classes ou couches sociales. On peut y lire, en conclusion:

Au terme de l'analyse ce qui paraît caractéristique du L.P. dans les années 1880-1914, ce sont, plus que des traits linguistiques qui ne sont guère spécifiques de cette époque, les changements d'aires d'emploi, d'extension sociale du L.P. qui se situe aux marges de la réprobation et de l'adoption (ANTOINE; MARTIN, 1985, p. 327).

Le second volume complémentaire de l'*Histoire de la langue française*, publié en 2000, ne comprend plus de chapitre sous l'étiquette de "langage populaire", on y trouve une section sur les "Usages du français", avec un chapitre "De la langue orale à la langue écrite" (argots, français parlé, langue de la presse, langue de la publicité, langage des modes, langue de l'administration), un autre sur les "Langages de spécialistes" et un dernier sur les "Usages littéraires du français" (théâtre, cinéma, roman, poésie).

4 Un objet d'étude fuyant

S'interrogeant sur la validité de la notion de "français populaire", Michaël Abecassis, dans un article substantiel de 2003 (ABECASSIS, 2003), souligne la tradition prescriptiviste dans l'approche du vernaculaire en France, avec une idéologie du standard (*standard ideology*) (MELROY; MELROY, 1985), soutenue par les institutions de la langue (école, académies), conduisant à une discrimination sociale et à une dichotomie entre un français "populaire", "le parler fautif" des classes inférieures et le français standard, "*le parler soutenu de la bourgeoisie cultivée de la région parisienne*" (VALDMAN, 1982, p. 218).¹⁰ Il faut préciser qu'Abecassis conçoit le français standard comme une variété de français, codifiée et attestée par les textes conventionnels, et il liste les traits linguistiques et discursifs du français populaire en référence à ce

¹⁰ "Standard French is given prestige and is an advantage in a social and educational sense, whereas non-standard varieties of French, such as local vernaculars are highly stigmatised. The standardisation of a language implies that one vernacular is promoted as an idealised norm for speakers of that language and unifies the community as a whole, while excluding other varieties of speech" (VALDMAN, 1982, p. 117). Voir aussi Picoche J. et Marchello-Nizia C. (1994, p. 26).

français standard, contrairement à des auteurs comme James et Lesley Milroy (1985) qui réduisent celui-ci à un ensemble abstrait de normes et à une idéologie. Abecassis montre, par une revue de littérature des travaux sociolinguistiques, comment se superposent une variation de registre (registre informel de l'oral / registre formel de l'écrit) selon un axe situationnel et une variation de sociolecte selon un axe social, avec le modèle normatif d'une langue écrite.¹¹ Cette répartition se traduit par la notion de *français familier*, qui n'a pas la connotation sociale de *français populaire* et renvoie à ce que l'on désigne par la périphrase de "français de tous les jours" et dont un équivalent est *français ordinaire*, tout aussi difficile à caractériser, selon F. Gadet:

Ce n'est bien sûr pas le français soutenu, ni recherché, ni littéraire, ni puriste. Mais ce n'est pas non plus (pas seulement) le français oral ou parlé, puisqu'il peut s'écrire. Pas davantage le français populaire, ramené à un ensemble social. C'est davantage le français familier, celui dont chacun est porteur dans son fonctionnement quotidien, dans le minimum de surveillance sociale: la langue de tous les jours. (GADET, 1989, p. 1).

Pour éviter la stigmatisation Abecassis écarte l'expression "français populaire" et choisit de désigner la variété du français parlé par les classes inférieures (*low-status variety*, *lower-class speech*) de "vernaculaire" ou "dialecte", face à un "*français standard, institutionnel, normalisé, commun or universel*" (VALDMAN, 1982, p. 122). Au terme d'un passage en revue des études linguistiques et sociolinguistiques sur le vernaculaire, marqué par un tournant historique se traduisant par une perception plus stylistique des variétés non-standard de la langue, en termes de registres, la conclusion de l'auteur¹² traduit l'embarras

¹¹ "It is part of a collective myth in France to think that colloquial French should be directly opposed to written French and that written French is a purer and superior form of language" (VALDMAN, 1982, p. 119).

¹² "Although social prejudices and attitudes towards language varieties are still alive in today's France, being promoted by the Académie to the extent that it fosters, for the layman, the myth of the standard, there has been a shift from popular to familiar usage, as the result of gradual standardisation and urbanisation, and from social to stylistic distinction for both lexicographers and linguists. The notion of français populaire no longer corresponds to a particular socio-economic group but still survives as relic forms in everybody's linguistic repertoire." (VALDMAN, 1982, p. 128).

général du discours sur l'histoire de la langue et la confusion des idées sur la langue. Le constat d'une perception négative par les locuteurs des variétés non-standard de la langue est corrélé à une normativité soutenue par l'institution, et l'observation d'un changement dans l'usage, passant de populaire à familier, est associée à un processus de standardisation, avec une catégorisation non plus sociale mais stylistique chez les lexicographes et les linguistes. La dernière remarque de l'auteur, qui clôt la revue de littérature et la démonstration, dit que ce qui était désigné sous l'étiquette "français populaire" n'est plus la variété de langue d'un groupe socio-économique mais que des formes de ce français subsistent, comme vestiges, dans le répertoire de tous les locuteurs.

La notion de "français populaire" est également mise en question dans un article de la sociolinguiste Françoise Gadet, qui lui a pourtant consacré un opuscule (voir *supra*), sous le titre: "'Français populaire': un classificateur déclassant?". Nous pouvons commencer par citer la première partie de sa conclusion:

'Français populaire' apparaît comme un terme classant, un classificateur, qui ne peut se débarrasser de sa fonction déclassante: ce n'est pas une catégorie en usage chez les locuteurs, et, pour les linguistes, ce n'est ni un objet ni un concept. Nous avons pu constater qu'il est impossible de le définir, ni du point de vue du système linguistique, ni du point de vue du locuteur comme acteur social, ni du point de vue des pratiques et des interactions. L'examen critique de ce terme incite donc à mettre en cause, au-delà de la notion, l'idée que des pratiques langagières regardées hors interaction pourraient être représentées au moyen d'un terme désignant une variété (GADET, 2003, p. 113).

Conclusion qu'elle reprendra dans *Le Grand Livre de la Langue française*, ouvrage encyclopédique collectif publié en 2003, à propos de "La variation sociale (diastratique)": "Il apparaît ainsi que la dénomination *français populaire* constitue, plus qu'une réalité linguistique, un jugement social circulaire (parlent français populaire les locuteurs regardés comme populaires)" (GADET dans YAGUELLO, 2003, p. 116).

L'examen qu'elle propose de la notion dans son article, à travers études linguistiques et histoire de la langue, renvoie à l'*idéologie du standard* (MILROY; MILROY, 1985), déjà mentionnée, dont le français serait un prototype, avec cet effet de marginalisation des formes non

standard. Le répertoire de ces formes, désigné comme du “français populaire”, est présenté comme “un construit social hétéroclite”, identifié, dans son origine, à “une manifestation de vernaculaire urbain, historiquement et géographiquement située.” Le postulat des sociolinguistes selon lequel la *variété* d’un idiome doit pouvoir être caractérisé par un ensemble de traits linguistiques “classifiants” (français régional, français ordinaire) se solde par des listes de phénomènes linguistiques difficiles à départir avec des traits du français parlé, des traits familiers ou encore régionaux, et qu’il est tout aussi difficile d’attribuer à une classe de locuteurs sociologiquement délimitée. F. Gadet propose alors d’inverser l’hypothèse et de considérer que le linguiste identifie une façon de parler socialement située à partir du moment où une catégorie sociale a été historiquement construite. Elle met ainsi fortement en question la possibilité d’envisager une histoire du français populaire, en se référant à une étude de R. Antony Lodge (1993) concernant la constitution du dialecte populaire de Paris au XIX^e siècle, en contexte d’urbanisation et de mobilité des citoyens, qui avance l’idée que les “réductions” phoniques et les “simplifications” morphosyntaxiques sont à mettre au compte de pratiques soumises à des interactions entre locuteurs d’origines régionales différentes et à l’émergence d’une langue de contact, par “nivellement”. Lodge oppose ce qu’il appelle une “koïnisation”, à l’horizontale, mode de standardisation, et, à la verticale, l’institutionnalisation du français sous l’effet notamment de la scolarisation. La diversité des identités et la diversité des styles rendent ainsi problématique cet “objet idéologique” qu’est le “français populaire”. Il n’en reste pas moins, conclut F. Gadet dans son article, qu’il apparaît difficile de se passer de celui-ci. La réflexion sur un tel objet “incite à tenter des généralisations synthétiques” (GADET, 2003, p. 113) sur les pratiques des locuteurs et les principes qui régulent les échanges et affectent les formes, qui sont pour l’essentiel d’un usage parlé.

5 Constantes et constats

Nous avons ainsi entrevu la démarche archivistique de Brunot à la recherche de documents sur les variétés de français, avec cette réserve de l’historien mettant le “pêle-mêle” de son inventaire au compte de la difficulté à faire la part entre ce qui serait de l’ordre de la “langue populaire” et ce qui est de l’ordre d’un contact avec les “parlers des

provinces”. De son côté Bruneau privilégie l’exploration socio-stylistique de la littérature; il se démarque de tout jugement moral sur les “bas langages”¹³, tout en reconnaissant le caractère “déclassant” d’un “parler populaire” et les limites “flottantes” qui “séparent la langue familière de la langue populaire et la langue populaire de l’argot” (BRUNOT, 1968, T. XII, p. 387). Nous avons également vu comment les sociolinguistes cherchent à écarter l’emploi discriminant de “populaire” appliquée à certains usages, glissant alors d’une catégorie à une autre, et récusent même la possibilité de circonscrire de façon pertinente, linguistiquement, un français qualifié socialement comme celui d’une classe.

Le discours général qui nous apparaît à travers ce parcours, limité mais significatif, connaît des constantes: le présupposé d’une langue commune, qui est la condition de possibilité d’un discours sur la diversité et la variation, lui-même variable dans la catégorisation et embarrassé dans les distinctions qu’il établit; l’existence d’une langue de référence, écrite et normée, instituée par l’école, recommandée par les institutions normatives, qui prônent un “bon usage” et exhibent des modèles textuels, notamment littéraires, de la performance linguistique. On peut aussi repérer dans ce discours général la tension que Bourdieu avait pointée entre le “*fétichisme* de l’usage dominant” et le “relativisme savant”, la relativisation arbitraire de cet usage, fait socialement reconnu comme légitime. Le sociologue renvoyait alors d’un côté au sociolinguiste B. Bernstein,¹⁴ qui constitue le “code élaboré” en norme absolue par rapport auquel les pratiques linguistiques sont pensées en termes de déprivation (en anglais), et d’un autre côté à Labov,¹⁵ qui tend à “canoniser” la “langue” des classes dominées pour réhabiliter la “langue populaire”. (BOURDIEU, 1982, p. 39)

Comme je l’ai indiqué dans mes remarques introductives, la conception d’une langue commune peut être internaliste, c’est le point de vue de Saussure quand il identifie langue à “sujet parlant” (locuteur) et situe celle-ci dans la “conscience intérieure qui donne le sentiment de

¹³ Bruneau déclare en introduction au livre VI sur “Les bas langages” : “Je désigne par ce nom de bas langages, qui n’a sous ma plume aucune valeur méprisante, les parlers de tous ceux des Français qui n’usent pas de la langue littéraire traditionnelle.” (Brunot, 1968, T. XII, p. 387)

¹⁴ Voir Basil Bernstein (1973-1990).

¹⁵ Voir William Labov (1973).

la langue” (Ile Cours, 85), avec cette image d’un “système grammatical existant virtuellement dans chaque cerveau, ou plus exactement dans les cerveaux d’un ensemble d’individus” (SAUSSURE, 1971, p. 30), ce qui rejoint d’une certaine façon un propos d’A. Culioli distinguant, tout en les associant, “une grammaire commune, transindividuelle” et la “grammaire subjective” que développe chaque individu, la notion de “langue parolière”¹⁶ venant alors contrer la dichotomie saussurienne langue / parole. La conception d’une langue commune peut aussi être externaliste, c’est un autre point de vue de Saussure, qui met en avant le fait social de la langue, en tant qu’institution en lien avec d’autres institutions, notamment politiques et juridiques. L’institution du français est alors institutionnalisation, avec la constitution d’une langue d’Etat officielle, objet d’une politique linguistique centralisée. Comme le souligne Bourdieu:

La langue officielle a partie liée avec l’Etat. Et cela tant dans sa genèse que dans ses usages sociaux. C’est dans le processus de constitution de l’Etat que se créent les conditions de la constitution d’un marché linguistique unifié et dominé par la langue officielle: obligatoire dans les occasions officielles et dans les espaces officiels (Ecole, administrations publiques, institutions politiques). (BOURDIEU, 1982, p. 27)

¹⁶ “Nous avons, explique A. Culioli, des câblages, dont le linguiste bien sûr ne peut rien dire, des chemins qui vont être frayés, stabilisés, vont devenir les chemins nécessaires et qui font que nous avons une grammaire subjective à côté d’une grammaire commune, transindividuelle. Epilinguistique renvoie au fait que notre activité de représentation et de réaction aux représentations d’autrui et de réaction à nos représentations ne cessent jamais. Il y a une activité permanente, peut-être même quand nous dormons, et “épi” signifie que ça vient là-dessus frayer des chemins. On retrouve non pas l’opposition langue / parole mais une langue parolière, si j’ose dire, une langue subjective. Je suis très frappé par le fait que les gens ont des grammaires subjectives. Le style d’ailleurs vient en partie de cela; la rhétorique est une manière de chercher à capter l’attention, de séduire, c’est-à-dire de jouer à la fois sur soi-même par rapport à autrui et d’essayer de déceler en autrui ce sur quoi on peut jouer. Nous avons là tout un ensemble de phénomènes dont certains vont devenir proprement conscients, parce qu’ils vont être explicites, et les autres non.” (DUCARD, 2004, p. 13-14).

Processus qu'il met en rapport avec la standardisation de la langue:

C'est donc seulement lorsqu'apparaissent les usages et les fonctions inédites qu'implique la constitution de la nation, groupe tout à fait abstrait et fondé sur le droit, que deviennent indispensables la langue *standard*, impersonnelle et anonyme comme les usages officiels qu'elle doit servir, et, du même coup, le travail de normalisation des produits des habitus linguistiques. (BOURDIEU, 1982, p. 31)

C'est ainsi que pour le français peut être donnée la date du 10 août 1539 comme une date clef dans l'institutionnalisation du français. François 1^{er}, roi de France, signe l'Ordonnance n° 188 sur "*le faict de justice*", Ordonnance de Villers-Cotterêts enregistrée au Parlement de Paris le 6 septembre 1539. Il y est demandé, au nom de l'intelligibilité de la loi de justice et de sa communication, que les textes soient rédigés non en latin mais dans le "langage maternel françois", langue du Roi et de l'Etat, langue officielle du royaume.¹⁷ C'est une décision de droit, qui ne dit rien de la langue elle-même, qui aura à se former dans son histoire, pour ne pas se limiter à une pratique administrative, par la littérature et la "grammatisation" (grammaires et dictionnaires, poétiques et rhétoriques, manifestes, remarques,...), mais encore loin de la réalité des parlars, et la France restera largement dialectophone et patoisante jusqu'à la première guerre mondiale, malgré le grand mouvement de scolarisation et d'éducation du peuple lancé après la Révolution française de 1789 et ensuite par la Réforme scolaire des années 1880 réalisée par le gouvernement Jules Ferry, avec l'institution de l'Ecole publique.

¹⁷ "Art.110. - Et afin qu'il n'y ait cause de douter sur l'intelligence desdits arrêts, nous voulons et ordonnons qu'ils soient faits et écrits si clairement, qu'il n'y ait ni puisse avoir aucune ambiguïté ou incertitude ne lieu à demander interprétation.

Art. 111.- Et pour ce que telles choses sont souvent advenues sur l'intelligence des mots latins contenus esdits arrests, nous voulons d'oresnavant que tous arrests, ensemble toutes autres procédures, soient de nos cours souveraines et autres subalternes et inférieures, soient de registres, enquestes, contrats, commissions, sentences, testaments, et autres quelconques, actes et exploicts de justice, ou qui en dépendent, soient prononcés, enregistrés et délivrés aux parties en langage maternel françois et non autrement." (Version du Recueil général des anciennes lois françaises, Bibliothèque de l'Assemblée Nationale)

Ce sont, selon Renée Balibar,¹⁸ ces deux événements politiques qui marquent le début d'un "nouvel état de langue", avec une pratique normative scolaire du français républicain. La conscience d'une langue commune, entité où se reconnaissent idéalement les locuteurs d'une même communauté de parole, se double de la conscience d'un "*système de référence* par rapport auquel sont pensées toutes les formes parlées et écrites du français; sont observés les usages sociologiques; et sont appréciés les effets idéologiques." (BALIBAR, 1985, p. 256) Le "français scolaire", né du projet de surmonter les discriminations, qui incarne le français national et dont Renée Balibar a étudié la formation, à la fin du XIXe siècle et au début du XXe, par l'examen des exercices de langue et de rédaction, dans les manuels et les cahiers d'écoliers, représente ce qu'Abécassis, citant Valdman, désigne aujourd'hui par cette expression large de "*français standard, institutionnel, normalisé, commun ou universel*" (voir *supra*). Il n'est pas comparable aux variétés sociales du français car l'Ecole publique "est, nous dit encore Renée Balibar, un terrain d'affrontement pour les individus scolarisés des différentes couches sociales de la population. C'est précisément au sein de la communauté linguistique que les inégalités sociales sont dynamiques." (BALIBAR, 1985, p. 256) L'originalité des travaux de Renée Balibar, qui montre comment un français commun, celui de la "simple communication", a été institué dans la conscience collective à partir de son institutionnalisation politique et scolaire, par la pratique, est de sortir de la vision d'une langue divisée, horizontalement ou verticalement, sans nier les contradictions entre la normativité d'un français écrit servant de modèle et les parlers, qui sont abolis dans "l'idéologie de la langue nationale commune". Dans une perspective matérialiste et marxiste la représentation des conflits linguistiques que donne Renée Balibar dans ses travaux est plus dialectique que celle de Bourdieu, qui sépare la langue d'Etat légitime et dominante et les dialectes de classe, de région ou d'ethnie, tout en soulignant la fonction fondamentale du système scolaire dans l'imposition d'une langue officielle: "Fabriquer les similitudes d'où résulte la communauté de conscience qui est le ciment de la nation." et le rôle du maître d'école comme maître à parler et à penser: "il travaille à édifier la conscience commune de la nation". (BOURDIEU, 1982, p. 31)¹⁹

¹⁸ Outre l'article cité on peut se reporter à Renée Balibar (1985).

¹⁹ Bourdieu cite alors G. Davy, *Eléments de sociologie*. Paris : Vrin, 1950. p. 233.

6 Remarques finales

L'espace de l'école, qui s'est considérablement transformé, est toujours le lieu de la confrontation inégalitaire entre des pratiques socialement différenciées de la langue et une pratique normative, à laquelle se mesurent et s'évaluent les "écarts différentiels" (Bourdieu). C'est par cette confrontation avec une langue instituée en norme que s'élabore une conscience linguistique, selon un schéma spéculaire orienté selon une ligne de fuite qui relie la parole, orale et écrite, d'un sujet aux images d'un idéal de langue, par les injonctions qui lui sont faites et les modèles qui lui sont donnés. Les textes institutionnels et ce qui en passe dans les actes pédagogiques fonctionnent comme le miroir, selon la conception de P. Legendre, que la société tend aux sujets parlants. La fiction d'une "langue populaire", dans l'histoire des idées sur la langue, renvoie une image négative, qui contraste avec cette autre fiction qu'est l'idéal de langue institué depuis la Révolution, "langue commune de citoyens instruits sans discrimination dans la nation française" (BALIBAR, 1991, p. 74). Cette institution fut aussi, à l'Ecole de la République, celle d'une inégalité socioculturelle avec la division en "premier degré", celui de l'instruction en français élémentaire, français du style simple et du sens littéral, et "second degré", celui de la classe de rhétorique et de latin, et de l'exercice de traduction. La thèse historique de Renée Balibar est que la "grammatisation" a formé la conscience linguistique d'une langue, selon le postulat révolutionnaire que la pratique normative de la langue et de l'écriture aurait des effets sur l'usage en totalité:

[...] dès lors que tous les citoyens s'approprièrent la 'grammaire en exercices' fournie par les textes-modèles français, le français 'popularisé uniformé', *nouveau parlé de l'écrit* (appelé de nos jours le 'français correct', 'le français scolaire') succéderait en démocratie à ce qui avait été nommé aux XII^e et XIII^e siècles par les lettrés européens 'le français de Paris'. (BALIBAR, 2001, p. 32)

Nous resterons, pour finir en ouvrant de nouvelles pistes de réflexion, sur les travaux de Renée Balibar, très peu connus des linguistes. Comme l'a indiqué Sonia Branca-Rosoff, qui s'y est intéressée de près, la version politique de l'histoire de la langue de Renée Balibar, qui met en avant les modes de légitimation par le droit et la politique, est doublée d'une version culturelle qui souligne la fonction des corpus

textuels, notamment littéraires, dans la conscience et l'imaginaire linguistiques des sujets. Son étude intitulée *les français fictifs, le rapport des styles littéraires au français national* (BALIBAR, 1974), aussi suggestive que discutable dans son extension, montre comment le style simple du français promu par l'exercice de la langue et de la rédaction dans les ouvrages scolaires depuis les années 1880 s'est réalisé dans un français littéraire fictif, celui des œuvres chargées de sublimer la langue commune. En référence à cet ouvrage et dans cette perspective d'historisation du style littéraire et de ses effets esthétiques, Jean-Paul Sermain, dans une étude sur les écrivains classiques (XVIIe et XVIIIe siècles), nous invite à observer comment l'écrivain "utilise la littérature comme une sorte de projection de la langue commune, un peu décalée, pour bouleverser la configuration des identifications et des rôles énonciatifs, en métamorphosant la parole de ceux qui ont été exclus ou en déplaçant les frontières de la marginalité et de la stigmatisation." (SERMAIN dans BRANCA-ROSSO, 2001, p. 122). Une traversée de l'histoire de la littérature, en suivant cette approche, permettrait de relativiser la position plus radicale de l'écrivain français contemporain Pierre Bergounioux, qui voit dans la grande narration, depuis les récits grecs anciens, l'œuvre de la "division du travail" entre ceux qui agissent, dépossédés du pouvoir de raconter, et ceux qui expriment une conscience déformée de l'action, portant dans l'ordre symbolique une vie dont ils n'ont pas l'expérience: "Ils ne savent pas de quoi ils parlent et ceux qui l'ont appris, à leurs dépens, sont dans la plupart des cas incapables de la dire." (BERGOUNIOUX, 2002, p. 84).²⁰ Si le style est l'expression d'une expérience, qui nous transporte par empathie dans des situations imaginaires, le plaisir stylistique est l'expérience de cette expression, qui doit s'étendre au-delà de ceux qui en ont, selon Bergounioux, le "langage naturel", par le pouvoir que posséderait cette expérience de purifier du "poison que l'inégalité y a répandu depuis l'origine des sociétés." (BERGOUNIOUX, 2013, p. 71) Utopie qui en rejoint une autre, celle

²⁰ La révolution formelle est venue, selon Bergounioux, de William Faulkner, qui publie *The Sound and the Fury* ("Le Bruit et la Fureur") en 1929. La littérature s'ouvre alors, dit Bergounioux, "aux professions, aux classes d'âge, aux créatures qui étaient exclues, depuis le commencement, du foyer du récit, salariés agricoles, gens de couleur, bagnards, proxénètes et prostituées, représentants de machines à coudre, vieilles femmes et garçonnets, idiots, alligators, ours et serpents mocassins." (BERGOUNIOUX, 2013, p. 64)

que Renée Balibar situe dans le mouvement historique de création d'un nouveau style de français, avec, en littérature "Un foisonnement de styles (fictions figuratives de réalités par leurs combinaisons linguistiques) [qui] marque la renaissance de l'art littéraire dans la communauté des Français sachant tous (devant tous savoir) écrire et lire." (BALIBAR, 1991, p. 98)

Références

- ABECASSIS, M. Le français populaire: a valid concept? *Marges linguistiques*, n. 6, M.L.M.S. éditeur, p. 116-132, 2003.
- ANTOINE, G.; MARTIN, R. (Dir.). *Histoire de la langue française 1880-1914*. Paris: Editions du CNRS, 1985.
- ANTOINE, G.; CERQUIGLINI, B. (Dir.). *Histoire de la langue française 1945-2000*. Paris: CNRS Editions, 2000.
- BALIBAR, R. L'Ecole de 1880. Le français national: républicain, scolaire, grammatical, primaire. In: ANTOINE, G.; MARTIN, R. (Dir.). *Histoire de la langue française 1880-1914*. Paris: Editions du CNRS, 1985. p. 255-293.
- BALIBAR, R. *L'institution du français, essai sur le colinguisme des Carolingiens à la République*. Paris: PUF, 1985.
- BALIBAR, R. *Histoire de la littérature française*. Paris: PUF, 1991. Coll. Que Sais-Je?
- BALIBAR, R. La langue républicaine. Une politique des textes. In: BRANCA-ROSSO, S. (Dir.). *L'institution du français. Autour de Renée Balibar*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'homme, 2001. p. 27-43.
- BAUCHE, H. *Le Langage populaire, grammaire, syntaxe et dictionnaire du français tel qu'on le parle dans le peuple de Paris*. Paris: Payot, 1920.
- BERNSTEIN, B. *Class, codes and control*, v. 1 à 4. London: Routledge & Kegan Paul, 1973-1990. (Traduction française: *Langage et classes sociales. Codes socio-linguistiques et contrôle social*. Paris: Minuit, 1975).
- BERGOUNIOUX, P. *Jusqu'à Faulkner*. Paris: Gallimard, 2002.
- BERGOUNIOUX, P. *Le style comme expérience*. Paris: Editions de l'Olivier, 2013.

BOURDIEU, P. Vous avez dit “populaire”? *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 46. *L’usage de la parole*, p. 98-105, 1983. Disponible sur: <http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1983_num_46_1_217>.

BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire: L’économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982.

BRANCA-ROSSOF, S. (Dir.). *L’institution du français. Autour de Renée Balibar*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l’homme, 2001.

BRUNEAU, C. Langue populaire. *Cahiers de l’Association internationale des études françaises*, n. 9, p. 238-249, 1957. Disponible sur: <http://www.persee.fr/doc/caief_0571-5865_1957_num_9_1_2111>.

BRUNOT, F. *Histoire de la langue française. Des origines à nos jours*, Tome X, *La langue classique dans la tourmente*, Tome XII, *L’époque romantique* par Charles Bruneau. Paris: Armand Colin, 1968.

BRUNOT, F.; BRUNEAU, C. *Précis de grammaire historique du français*. Paris: Masson et Cie, 1969.

CHARAUDEAU, P. L’identité culturelle entre langue et discours. *Revue de l’AQEFLS*. Montréal: v. 24, n. 1, consulté le 12 juin 2016 sur le site de Patrick Charaudeau - *Livres, articles, publications*. Disponible sur: <<http://www.patrick-charaudeau.com/L-identite-culturelle-entre-langue.html>>.

DUCARD, P. De l’énonciation à la “grammaire subjective”. Entretien avec Antoine Culioli. In: _____. *Entre grammaire et sens. Études sémiologiques et linguistiques*. Paris: Ophrys, 2004, p. 7-20.

FREI, H. *La Grammaire des fautes*. Geneva: Slatkine, 1929 [réed. 1971].

GADET F. *Le Français ordinaire*. Paris: Armand Colin, 1989.

GADET, F. *Le Français populaire*. Paris: PUF, [n. 1172], 1992. Coll. Que Sais-Je ?

GADET, F. “Français populaire”: un classificateur déclassant? *Marges linguistiques*, n. 6, *Argots, “français populaires” et langues populaires*, Saint-Chamas, France: M.L.M.S. Éditeur, p.103-115, 2003.

Grand Larousse de la langue française (sept volumes). Paris: Librairie Larousse, 1975.

GUIRAUD, P. *L’argot*. Paris: PUF, 1956.

GUIRAUD, P. *Le Français populaire*. Paris: PUF [n. 1172], 1965. Coll. Que Sais-Je ?

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. University of Pennsylvania Press, 1973 (traduction française: *Sociolinguistique*. Paris: Minuit, 1976).

LEGENDRE, P. *Jouir du pouvoir. Traité de la Bureaucratie patriote*. Paris: Minuit, 1976.

LEGENDRE, P. Le sexe de la loi. Remarques sur la division des sexes d'après le mythe chrétien. In: VERDIGLIONE, A. (Dir.). *La sexualité dans les institutions*. Paris: Payot, 1978. p. 43-63

LEGENDRE, P. *Leçons II. L'Empire de la Vérité: Introduction aux espaces dogmatiques industriels*. Paris: Fayard, 1983.

LEGENDRE, P. *Leçons I. La 901^e conclusion. Etude sur le théâtre de la raison*. Paris: Fayard, 1998.

LEGENDRE, P. *De la Société comme Texte. Linéaments d'une Anthropologie dogmatique*. Paris: Fayard, 2001.

LODGE, A. *French, from Dialect to Standard*, London and New York. London: Routledge, 1993 [traduction française *Le français, un dialecte devenu langue*. Paris: Fayard, 1997].

MALDINEY, H. Langue et révolution. *L'ouvert*, n. 9, Revue Henri Maldiney, p. 65-106, 2016.

MULLER, C. Review of *Le Français populaire*, F. Gadet, *Zeitschrift für französische Sprache und Literatur*, Bd. 105, H. 2, Franz Steiner Verlag Stable, p. 193-195, 1995. Disponible sur: <<http://www.jstor.org/stable/40617879>>.

PICOCHÉ, J.; MARCHELLO-NIZIA, C. *Histoire de la langue française*. Paris: Nathan, 1989 [réed., 1994].

MARTINET A. *Le Français sans fard*. Paris: PUF, 1969.

MILROY, J.; MILROY, L. *Authority in Language: Investigating Language Prescription and Standardisation*. London, New York: Routledge, 1985 [reed. 1992].

SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1971.

SERMAIN, J.-P. Littérature et langue commune: paroles en quête d'écriture. Du classicisme aux Lumières. In: BRANCA-ROSSO, S. (Dir.). *L'institution du français. Autour de Renée Balibar*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'homme, 2001, p. 109-123.

VALDMAN, A. Review of *Le Français populaire*, P. Guiraud, Language, v. 44, n. 1 (Mar., 1968), Linguistic Society of America, p. 123-127, 1968. Disponible sur: <<http://www.jstor.org/stable/411473>>.

VALDMAN, A. Français standard et français populaire: sociolectes ou fictions ? *The French Review: Journal of the American Association of Teachers of French*, Dec., 56, 2, p. 218-227, 1982.

YAGUELLO, M. (Dir.). *Le Grand Livre de la Langue française*. Paris: Seuil, 2003.

La figure du “jeune des banlieues” en France: Genèse, mutations et déterritorialisation

The figure of the “suburbs young” in France: Genesis, changes and deterritorialization

Guy Lochard

Université Paris 3 – Sorbonne Nouvelle, Paris, França.

guy.lochard@gmail.com

Résumé: La “question urbaine” hante depuis très longtemps l’imaginaire collectif français et elle s’est condensée depuis près d’un siècle sur la figure du jeune déviant urbain. Cet article s’attache à mettre en évidence la genèse puis les transformations de ce personnage stéréotypique ainsi que la construction et les déplacements de grandes *configurations actantielles* qu’il contribue à structurer. Il souligne l’importante mutation intervenue depuis une trentaine d’années avec son ethnicisation. Puis, plus récemment, avec l’apparition de la figure du djihadiste qui est sujette à une forme de déterritorialisation, la menace liée à cette population juvénile pouvant désormais siéger dans des micro-espaces résidentiels des grandes agglomérations ou dans des bourgades provinciales. Faut-il conclure à une dilution de la “question des banlieues” en France? L’auteur reste interrogatif devant le surgissement de *moments discursifs* comme la récente “affaire Benzema”, relative à la non-sélection en équipe de France de football d’un joueur-vedette d’origine maghrébine.

Mots-clés: marginalité urbaine; imaginaire urbain; stéréotypisation; médias; cinéma.

Abstract: The “urban issue” haunted for a long time the French collective imagination and has condensed for nearly a century on the stereotypical figure of the young urban deviant. The article attempts to highlight the

origins and transformations of this stereotypical character as well as the construction and displacement of large *actantial configurations* that it helps to structure. It stresses the important transformation that has taken place over thirty years with his ethnicization. Then, more recently, with the appearance of the character of the jihadist — who is subject to a form of deterritorialization — the threat related to this young population may henceforth sit in residential micro areas of large cities or in provincial towns. Must we conclude that there is a dilution of the “question of the suburbs” in France? The author remains questioning when faced with the emergence of *discursive moments* such as the recent “Benzema affair”, when a star football player of North African origin was not selected for the France team.

Keywords: urban marginality; urban imaginary; stereotyping; media; movies.

Recebido em 18 de julho de 2016;

Aprovado em 22 de setembro de 2016.

Reformulée, accouplée à des dénominations successives (“faubourgs”, “banlieues”, “cités”, “quartiers”), la “question urbaine” hante depuis très longtemps l’imaginaire social français. Au fondement de récits médiatiques le plus souvent anxiogènes, elle vient en permanence alimenter les débats politiques et intellectuels comme encore en mai-juin 2016, la violente polémique à propos des raisons sous-jacentes de la non sélection en équipe de France de football de Karim Benzema. Car, par delà les arguments contradictoires échangés, ce joueur d’origine maghrébine a bien été identifié comme un “jeune de banlieue”.

Ce moment discursif (MOIRAND, 2007) n’est nullement fortuit. Le regard péjoratif et dramatisant sur les marges urbaines françaises s’est focalisé et condensé depuis près d’un siècle sur la population juvénile masculine qui, installée dans un rôle de perturbatrice de l’ordre républicain, est venue structurer les mises en scène médiatiques de la crise sociale, politique et “identitaire” de la France contemporaine.

C’est à l’émergence et aux mutations sur la moyenne durée de cet actant central de la “question des banlieues” que nous nous intéresserons ici en procédant à une reconstitution de sa généalogie. Le “jeune des

banlieues” n’est pas en effet une figure récente. Il n’est que l’actualisation d’une lignée de jeunes déviants urbains, émergeant dès le XIX^e siècle, s’imposant au début du XX^e siècle pour s’ethnicher dans les années 1980 sous la forme du “jeune immigré de deuxième génération”. Avant de se dégrader à la fin des années 1990 sous les traits du “caillra”¹ puis du “barbu” et d’être perçu plus récemment comme un “djihadiste” en puissance.

Pour développer cette étude, on a posé comme hypothèse, dans le prolongement d’un travail antérieur (BOYER; LOCHARD, 1998), l’ancrage socio-culturel de cette problématisation de la banlieue que l’on ne retrouve pas ou pas au même degré et sous les mêmes formes dans d’autres contextes nationaux. Un regard comparatif avec des pays similaires montre en effet à quel point le regard social et médiatique sur ce territoire est fondamentalement conditionné en France par une culture urbaine structurée par l’opposition centre/périphérie et dans laquelle “la banlieue n’a pas droit de cité” (LOYER, 1996, p.34). Et ce d’autant plus que cet imaginaire urbain a été sans cesse activé par des productions culturelles de masse (du feuilleton de la presse populaire du XIX^e siècle à des films contemporains) qui ont contribué à construire des *identités narratives* positivées ou négativisées et à dessiner de grandes *configurations actantielles* orientant sa mise en discours.

1 Plusieurs acteurs

Une hypothèse complémentaire est que, de même que pour d’autres *problèmes publics* (GUSFIELDF, 2009), la mise en discours de la “question des banlieues” n’est ni uniforme ni unilatérale. En effet, si des logiques récurrentes d’*hégémonie discursive* peuvent y être repérées, ce processus de définition fait intervenir conjointement plusieurs acteurs en situation d’interaction et de concurrence. Dans cette polyphonie, central est le rôle des médias qui trouvent dans les divers événements dont cet espace est le cadre une matière informative sérielle et sensationnaliste. Ainsi, dès le XIX^e siècle, la presse, la radio, puis la télévision avant l’Internet et les réseaux sociaux ont-ils abondamment rendu compte d’une actualité spectaculaire (mouvements sociaux, faits divers) procédant

¹ Racaille en “verlan”, forme d’argot consistant à inverser les syllabes en procédant parfois à des apocopes.

parfois à des exercices d'autocorrection et d'interrogation² sur leurs responsabilités. A ces médias informatifs, il faut rajouter dès ses premiers temps, le cinéma qui a contribué à construire en France une imagerie prégnante de cet univers urbain. Mais sur un mode plus contradictoire et en jouant sur d'autres temporalités et sur des moyens "sensibles" (RANCIERE, 2000) ouvrant ainsi parfois à des formes de *défigement* des stéréotypes (BOYER, 2008) et d'intercompréhension.

Tout aussi décisif est le poids discursif des acteurs politiques. Dès la fin du XIX^e siècle, les pouvoirs publics ont porté un regard attentif sur ce territoire en se posant comme des agents rassurants de contention et de répression des crimes et des troubles y surgissant régulièrement. Porteurs dans l'après guerre d'un grand projet d'aménagement de cet espace en réponse au "problème du logement", ils se sont efforcés, depuis sa dégradation matérielle et symbolique au début des années 80 de valoriser leurs divers programmes de réhabilitation en développant à différents niveaux d'intervention (municipalités, missions, ministères) des politiques volontaristes de communication.

Dans ce *conflit inter-discursif*, plus complexe est l'intervention des voix des résidents des banlieues françaises. Indirecte, elle a emprunté dans un premier temps la médiation de partis politiques de gauche et en premier lieu du Parti Communiste Français dominant dans la "banlieue rouge" (FOURCAUT, 1992) qui a ceinturé Paris des années 30 jusques dans les années 80. Car, dès l'avant-guerre, le "parti des travailleurs" a été, au-delà de son rôle politique et institutionnel, un agent déterminant de défense et de promotion de l'image et de la dignité ouvrières et donc de représentations de son espace résidentiel. Plus récemment, et en raison de ses mutations politiques et démographiques, ce sont de multiples associations d'ancrage local ou national qui se sont multipliées dans les quartiers dits "sensibles". Elles sont les porte-paroles de groupes plus ou moins élargis, intervenant pour défendre diverses causes (la discrimination à l'emploi, la ségrégation scolaire, la dignité des femmes³)

² Surtout après les mouvements intervenus à Vaulx-en-Velin en 1990, après lesquels on avait assisté à un phénomène de correction et de réparation de la part de plusieurs médias français. Voir à ce propos l'analyse dans Boyer; Lochard (1998, p.109-118).

³ Principalement l'association *Ni putes, ni soumises*. Il s'agit d'un mouvement féministe français, mais qui a été internationalisé. Il a été fondé en 2003 par Fadela Amara, à la suite des marches organisées contre les violences faites aux femmes dans les quartiers périphériques.

et plus largement le dialogue entre habitants des quartiers périphériques et les institutions comme l'association ACLEFEU.⁴ Invitées par la *Loi de programmation de la ville* de février 2014, et à la suite d'un rapport co-signé par le président de l'association citée ci avant,⁵ à participer à des démarches de démocratie participative, elles se heurtent selon des enquêtes récentes⁶ aux résistances des élus locaux souvent rétifs aux "initiatives citoyennes" non contrôlées. En se dotant de stratégies de plus en plus professionnalisées de "visibilisation" (DELFORCE, 1998), elles pèsent toutefois aujourd'hui dans le débat public⁷ sur les différents "plans banlieue" mis en oeuvre depuis trente ans par les pouvoirs publics français.

2 Un territoire imaginaire

En nous livrant à l'examen d'un corpus ouvert de productions discursives et artistiques dans la perspective interdisciplinaire des Sciences de l'information et de la communication, nous nous attacherons ici à mettre en évidence, au delà de la figure du "jeune de cités" les déplacements de grandes *configurations actantielles* qu'elle vient structurer. L'examen de ces agencements narratifs qui se mettent en place dès la moitié du XIX^e siècle réclame cependant et préalablement une recontextualisation historique et l'évocation de deux événements ayant joué à cet égard un rôle matriciel. Le premier est l'édification à

⁴ Association créée en novembre 2005 dans le nord de Paris à l'issue des "émeutes urbaines" de novembre 2005.

⁵ *Le pouvoir d'agir, Pour une réforme radicale de la politique de la ville. Citoyenneté et pouvoir d'agir dans les quartiers populaires*. Rapport au ministère délégué chargé de la ville, Marie Hélène Bacqué et Mohamed Mechmache, Juillet 2013. <http://www.ville.gouv.fr/IMG/pdf/rapport-participation-habitants.pdf>.

⁶ Voir l'article paru dans le quotidien *Le Monde* qui cite la sociologue Marie-Hélène Bacqué co-auteur du rapport publié trois ans auparavant: "Les maires de banlieues rétifs aux initiatives citoyennes, Les expériences de démocratie participatives financées par l'Etat dans les quartiers populaires se heurtent aux élus". ZAPPI, S. *Le Monde*, 7 juin 2016.

⁷ Par exemple "les mères du Petit Bard", quartier de la ville de Montpellier qui ont mené un combat pour une véritable mixité scolaire. Voir à ce propos: http://www.lemonde.fr/education/article/2016/03/02/a-montpellier-et-paris-des-familles-se-mobilisent-contre-les-ecoles-ghettos_4875318_1473685.html#0AJsHIMwL54foJl7.99

partir de 1841 de fortifications autour de la capitale française. Conçue pour prévenir une attaque ennemie, puis progressivement détruite à partir de 1919 pour être remplacée par des boulevards périphériques (toujours actuels), cette ceinture de remparts (les “fortifs” en argot parisien) est à l’origine d’un processus de peuplement sauvage de la bande de terrain limitrophe et, au plan des représentations, du mythe prégnant en France de la “zone”, un vocable objet de dérivés (“zonard”, “zoner”) toujours en usage dans le français argotique.

Si elle est initialement le cadre de diverses formes d’activités illicites (prostitution, trafics), la “zone” est en effet et plus encore un territoire imaginaire qui cristallise dès cette époque et durablement les fantasmes d’insécurité des citadins intégrés dans les centres villes. Proche dans le temps, le second évènement est la Révolution de 1848. Le mouvement insurrectionnel auquel il donne lieu dans les rues de Paris et des grandes villes françaises installe définitivement en France “la peur des faubourgs”. Cette angoisse des *insiders* explique pour une large part la profonde refonte urbanistique du centre de Paris (les travaux du Baron Haussmann) qui se traduit par une expulsion progressive vers la périphérie des logements et des activités industrielles des “classes laborieuses” synonymes de “classes dangereuses”.⁸ Et elle consacre en France selon Yves Lochard:

(...) une géographie de l’altérité sociale, construite selon un schéma concentrique où les plus hauts degrés d’altérité sont aussi les plus éloignés du coeur de la ville (car) les limites de la ville ne définissent pas que des espaces, un intérieur et un extérieur, une ville et des faubourgs, mais tracent une frontière morale, discrimine des comportements et des parcours condamnés. (LOCHARD, Y, 1998, p.142)

A cet imaginaire urbain en germe dès le Moyen-Age puis intensifié au XIX^e siècle (MERRIMANN, 1994), les mécanismes médiatiques ont contribué fortement puisque les faubourgs et la “zone” sont des sujets privilégiés par la presse populaire naissante qui met volontiers en exergue les incidents plus ou moins violents dont ils sont le théâtre. Etroitement liée à celle-ci par la pratique du feuilleton, une

⁸ Pour se référer au titre du célèbre ouvrage de Louis Chevalier: CHEVALIER, L. *Classes laborieuses, classes dangereuses*. Paris: Perrin, 2002.

littérature dite “populiste” joue un rôle non moins déterminant dans la construction de ce regard sociocentrique renforcé par une importante production de rapports, études et réflexions sur la “question sociale”. On ne s’y attardera pas ici. On retiendra cependant que, placé sous les effets d’un *régime de visibilité* asymétrique et une *hégémonie discursive* pénalisante, l’habitant des périphéries urbaines françaises est l’objet d’un processus de *stéréotypisation* qui se traduit par la construction de différents personnages porteurs de valeurs antagonistes mais tout aussi caricaturaux. Au bon ouvrier tempéré et économe, s’oppose le mauvais sujet paresseux et alcoolique. A l’héroïne vertueuse et méritante, la “fille perdue” cédant aux attrait du vice et de l’argent mal gagné.

3 Une longue filiation

Dans cette typologie sociale, un personnage faubourien se détache très tôt. C’est le “gamin de Paris”, autrement dit “l’enfant des rues” emblématisé par le personnage de Gavroche dans le roman de Victor Hugo *Les Misérables* et folklorisé ensuite à travers la figure du “poulbot”. Porté aux menus larcins mais héroïsé dans *Les Misérables* par sa mort sur les barricades de la Révolution de 1830, le gavroche (puisqu’il ce terme est rapidement antonomasé) reste un personnage positif, victime avant tout de l’injustice sociale.

3.1 “L’apache”

Il n’en va pas de même d’un personnage proche par ses origines et son inscription territoriale mais plus âgé et fondamentalement menaçant pour l’ordre social: “l’apache” (KALIFA, 2002; PERROT, 1996). En effet, comme le relèvent Le Pajolec et Yvarel (2011, p.226): “[...] le gamin incarnait une figure de liberté, quand il se baladait dans les rues tandis que l’apache est un marginal, un déclassé qui refuse de travailler”.

D’autant comme le soulignent ces auteurs:

(...) ses actes sont toujours présentés comme gratuits ou relevant de la délinquance de droit commun et que le type “apache” est vidé de toute substance politique et sociale, les productions médiatiques, romanesques et cinématographiques omettent généralement de rappeler ses origines ouvrières.

Bref, folklorisé sous les traits de malfaiteurs pittoresques aux attributs vestimentaires (casquettes, foulards), langagiers (argot) et comportementaux (code d'honneur, rites secrets) spécifiques, "l'apache", être collectif à la différence du "gamin de Paris" inaugure et installe durablement le stéréotype du jeune délinquant urbain. Il est dès le début du XX^e siècle (celui du cinéma "primitif") le héros de plusieurs films muets (ICART, 1994) avant de se voir consacré plus tardivement dans la mémoire collective par une fiction inspirée par un célèbre fait-divers et devenue un classique du cinéma français: *Casque d'or* (BECKER, 1951). Car, par delà le personnage de prostituée au grand cœur incarné par Simone Signoret, c'est bien la société des "apaches" de la Belle époque que donne à voir et à entendre ce film dont le scénario met en présence deux bandes de voyous du quartier de Belleville.

3.2 Le "salopard à casquette"

Le personnage du jeune déviant des marges urbaines va quelque peu s'estomper durant l'entre deux guerres. Avec le phénomène électoral et politique de la "banlieue rouge", cet espace péri-urbain est marqué en effet par une affirmation des valeurs ouvrières qui viennent nuancer la vision noire prédominante jusque-là de la banlieue française et de sa population juvénile. Et plus que les autres médias, le cinéma est un opérateur de cette correction à travers le courant du "réalisme poétique" qui, tout en sublimant un paysage urbain le plus souvent reconstitué en décors, donne à voir la dureté de la condition ouvrière et emphatise la solidarité de classe. Avec notamment les films de Marcel Carné (*Le jour se lève*, 1939) et de Julien Duvivier (*La belle équipe*, 1936) s'impose ainsi pour longtemps la figure du "prolo" parisien avec son accent, sa gouaille et ses attributs (la casquette, la bicyclette) imprégnés dans la mémoire collective par le Jean Gabin trentenaire.

Positivé, ce personnage masculin populaire peut certes revêtir un visage violent avec le crime commis par François (Jean Gabin), l'ouvrier sableur du *Jour se lève*. Mais avec la voix de ses camarades qui l'invitent à se rendre alors qu'il est assiégé par la police, c'est sur un arrière-fond quelque peu disculpant d'opposition de classes qu'il va succomber sous ses balles. Quoique sur un autre mode, ce regard compréhensif se retrouve dans un film moins connu mais au titre significatif: *Circonstances atténuantes* (Jean Boyer, 1939). Il met en scène

un procureur de justice qui, après avoir fait connaissance fortuitement avec une bande de “marlous” parisiens, se lie avec eux, s’initie à leurs codes (entre autres l’argot) pour les remettre au final dans le droit chemin. Avec ce scénario improbable, c’est une vision pittoresque des délinquants de banlieue que tend à construire *Circonstances atténuantes*. Mais, à l’image d’autres productions fictionnelles et documentaires de l’époque, ce film contribue dans le contexte du Front Populaire et des revendications ouvrières à rééquilibrer la représentation du “banlieusard” identifié au “salopard à casquette” par les relais de presse du patronat et d’une droite conservatrice.

3.3 Le “blouson noir”

Relégué à l’arrière plan durant les années 30 et 40 par le héros prolétarien, le jeune délinquant périurbain fait un retour en force à la fin des années 50 sous les traits et l’accoutrement du “blouson noir” (COPFERMANN, 1962). La peur que suscite cette nouvelle figure trouve son origine dans un certain nombre d’incidents violents intervenant à la fin des années 50 dans la banlieue nord de Paris dont se font l’écho la presse et à un moindre degré la télévision alors en voie de généralisation. Sur fond de décors américains des sixties et du rock en roll, le “blouson noir” est le symptôme de la montée en force d’une culture juvénile (lexique, habillement, coiffure, musique) autonome. Elle marque également une fracture intergénérationnelle au sein du monde ouvrier et annonce plus généralement une déstabilisation du monde de la “banlieue rouge” de plus en plus perméable aux influences d’une culture de masse exogène.

A l’installation de ce personnage dans l’imaginaire collectif et à son inscription dans un territoire en pleine reconfiguration, le cinéma contribue avec un film au titre évocateur: *Terrain vague*. Cette fiction de Marcel Carné (1960) plonge en effet le spectateur dans le monde en pleine-construction à la périphérie des grandes villes des “grands ensembles” qui sont présentés alors par le pouvoir politique comme une réponse à la crise du logement. Mais qui suscitent très tôt des interrogations sur leurs effets de délitement du cadre familial. Idem peu de temps après avec *Les coeurs verts* (Edouard Luntz, 1966) qui, sur un mode plus documentarisant sinon anthropologique, (acteurs non professionnels, dialogues non écrits etc.) souligne la rupture opérée entre ces jeunes désœuvrés et leurs parents indifférents et désemparés.

Il est à noter cependant que c'est la télévision en train de devenir le média audiovisuel dominant qui va prendre en charge la représentation de ces inquiétants "jeunes de banlieue" en développant une abondante production de magazines de documentaires et de reportages. Pour certains fondés sur un travail approfondi d'enquêtes à inspiration sociologique comme, dans la série *Seize millions de jeunes*, un long reportage titré *La bécane* (1966) qui décrit la vie de plusieurs jeunes habitants de "cités" sortis du système scolaire et en butte à plusieurs formes de rejet et d'incompréhension. Pour d'autres volontiers dramatisants comme l'émission *Un parmi des milliers* (*Verdict*, 1966) qui, relatant l'attitude d'un homme meurtrier d'un jeune coupable d'un vol à son domicile, introduit le thème grandissant dans la décennie suivante de l'autodéfense.

3.4 Le "loubard"

Ce conflit entre citoyens intégrés des banlieues pavillonnaires et les jeunes *outsiders* résidant dans les grands ensembles voisins va s'intensifier dans les années 70 et se polariser autour de deux nouveaux personnages stéréotypiques: le "loubard" et le "beauf". Le "loubard" (contraction de loup de barrière) emblématisé par un film à succès (*Les valseuses*, Bertrand Blier, 1975) se présente apriori comme une simple actualisation du "blouson noir" dont il hérite le vêtement (blouson, santiags) et les comportements délinquants. Il va endosser toutefois avec certains chanteurs (Renaud), humoristes (Coluche) et dessinateurs de presse qui en popularisent le parler argotique, une fonction d'analyseur de la société sécuritaire s'accroissant en France dans l'après 68. Celle-ci se cristallise autour d'un personnage antagoniste du "loubard": le "beauf", contraction de beau-frère. Créé et popularisé par le dessinateur Cabu dans les journaux *Charlie Hebdo* puis *Le canard enchaîné*, il s'impose dans l'imaginaire français comme le stéréotype du "français moyen", souvent d'origine ouvrière, vulgaire dans ses comportements, calfeutré dans son pavillon (qu'il est prêt à défendre par la violence) et prisonnier d'une inculture revendiquée et de préjugés xénophobes.

Signant la fin du héros prolétarien des banlieues rouges, le "beauf" prend place dans une *configuration actantielle* typique de cette époque où il est construit comme un opposant du "loubard", le premier trouvant un adjuvant dans la police et une presse expression des gardiens de l'ordre, le second dans une extrême gauche défendant ces victimes

des lois capitalistes. Leur opposition nourrit un débat très violent dans la presse qui rend compte d'incidents tragiques comme la mort d'un jeune homme tué par un cafetier à La Courneuve, agglomération de plus en plus emblématique des banlieues en crise. Et ce climat accrédite la thèse d'une crise de la jeunesse qui affecterait en premier lieu celle des périphéries urbaines. Marquant la fin des illusions liées au paradigme du nouvel urbanisme fonctionnaliste, il est le signe d'une rupture définitive dans la perception des "grands ensembles" de banlieue et annonce l'entrée dans une ère encore plus dramatisante.

4 Une ethnicisation

Ce basculement dans l'imaginaire des banlieues trouve pour une part son origine dans la profonde mutation de la population des cités périphériques. Les composantes les plus aisées de leurs populations (ouvriers qualifiés, cadres moyens) sont en effet plus en plus remplacées par des familles d'ouvriers immigrés reconstituées avec "la politique de regroupement" amorcée dès les années 70. Ce processus tend à reconfigurer la représentation de la banlieue autour du personnage de l'immigré qui n'est plus ce travailleur solitaire enfermé "dans la plus haute des solitudes" (BEN JELLOUN, 1977) de l'époque précédente mais le père débordé d'une famille nombreuse d'enfants et d'adolescents.

4.1 Le "beur"

Amalgamés jusqu'à là aux "français de souche" de leur génération, ces jeunes tendent, à l'aube des années 1980, à être autonomisés sous le vocable de "beur" (arabe en "verlan") et à condenser sous cette dénomination l'ensemble de la dimension juvénile de la "question des banlieues". Ce personnage s'impose sur la scène médiatique durant l'été 1981 avec le spectacle des "rodéos" de voitures dans plusieurs cités de la périphérie de Lyon et il introduit ce faisant une transformation de l'image de l'immigré perçu jusque-là comme pacifique quand il n'était pas victime de "ratonnades"⁹ de la part de groupes racistes (*Dupont La joie*, Yves Boissset, 1974).

⁹ On désignait ainsi dans les 50-60 les violences physiques exercées par des racistes contre de personnes d'origine nord-africaine (désignées comme des "rats").

Ces courses et ces incendies de voitures volées agissent comme des révélateurs des difficultés croissantes d'insertion de ces "immigrés de deuxième génération". Ils construisent aussi et surtout ces jeunes gens nés en France comme des perturbateurs, porteurs de menace pour l'ordre républicain. D'autant que les équipes de télévision se précipitent dans la banlieue lyonnaise pour rendre compte d'événements qu'ils contribuent plus ou moins sciemment à susciter par leur seule présence.

Cette image négative est contrebalancée peu de temps après (décembre 1983) par une "Marche pour la paix". Porteuse des valeurs de l'antiracisme et du droit à la différence, elle reçoit une approbation au plus haut sommet de l'Etat français puisque leurs leaders, "beurs" pour l'essentiel, sont reçus à leur arrivée à Paris par le Président de la République François Mitterand. Sensibilisés à l'enjeu que représentent les médias pour un accès à la visibilité sociale et politique, ceux-ci mettent en oeuvre des démarches de contre-information qui travaillent à une forme de reconnaissance de la figure sociale de ces jeunes pour la plupart nés en France, éduqués dans son école et possédant sa nationalité. Récusé par une fraction croissante de cette catégorie de jeunes qui y voient une construction médiatique d'une "beur-goisie" des centres-villes, le terme de "beur" tend à s'estomper à la fin des années 80. Il va subsister cependant dans sa version féminine à travers le personnage de la "beurette" travailleuse et méritante qui conforte plus que son équivalent masculin la thèse d'une possible intégration de ces "immigrés de deuxième génération". Le personnage se prolongera aussi à travers le personnage du "grand frère", sorte de délinquant repentí devenu agent de médiation et de pacification des cités.

4.2 Le "caillra"

Des événements violents intervenant en 1990 à Vaulx-en-Velin dans la banlieue de Lyon ou encore des heurts et des destructions consécutifs à des manifestations lycéennes à Paris vont contribuer ensuite à dégrader l'image de ces représentants masculins du "garçon arabe" (GUENIF-SOUILAIMAS, MACE, 2004). Sous les effets conjugués de certains films à grand succès (*La haine*, 1989, *Ma 6-T va craquer*, 1996) et d'une prolifération de programmes de télévision cédant à la dramatisation et à l'amalgame, le stéréotype et les promesses d'intégration du "beur" vont laisser place aux visages inquiétants du "caillra" (racaille en

verlan) et/ou du “lascar” vivant de différents trafics et en premier lieu de la drogue au sein des cités. Ou encore du “sauvageon”¹⁰ se livrant à des déprédations et des agressions au cours des manifestations et des descentes collectives dans les centres commerciaux des grandes agglomérations.

Le processus d’ethnisation du jeune de banlieue va se sous-catégoriser avec l’apparition à la fin des années 80, et à côté des “garçons arabes”, de groupes de “zoulous”, auto-dénomination de jeunes africains noirs d’origine qui se heurtent violemment dans les quartiers Nord de Paris avec des gangs de *skinheads* xénophobes en osmose avec des groupuscules d’extrême-droite. Systématiquement associé à la violence, parfois désigné explicitement comme porteur de nouvelles formes de barbarie, le “jeune de banlieue” non-blanc s’affirme alors définitivement comme une figure-repoussoir, symptôme d’un délitement de la société française et de ses cadres traditionnels de socialisation. Il est significatif d’ailleurs que dans ce contexte on voit émerger et s’imposer alors une génération d’humoristes (QUEMENER, 2014) issus des minorités ethniques non blanches qui travaillent à un retournement de tous les stéréotypes stigmatisants en jouant sur l’ensemble de signifiants caricaturaux des cultures subalternes urbaines, qu’ils soient verbaux (le “parler banlieue”), culturels (rap, graffiti, break dance) ou encore sportifs (roller, bmx) et vestimentaires (casquette, jogging etc.).

4.3 Le “barbu”

A cette figure à la fois stigmatisée et sujette à des formes d’humour investi comme un moyen de subversion et de ressource identitaire, la figure de la “caillra” va se doubler cependant au tournant des années 90 d’un autre personnage tout aussi inquiétant: le “barbu”, autrement dit le représentant d’un islam fondamentaliste (qualifié parfois de radical ou intégriste). Lointain et discret jusque-là, ce personnage s’impose dans l’imaginaire avec ses attributs vestimentaires (disdasha), sa barbe non taillée et ses comportements prosélytes à l’égard de sa communauté, aggravés par des attitudes répressives à l’égard de ses membres féminins. Le thème de la “menace islamiste” dont les banlieues

¹⁰ Selon l’expression d’un Ministre de l’Intérieur de François Mitterrand, Jean-Pierre Chevènement.

sont désignées comme l'épicentre et le foyer de propagation connaît une rapide promotion avec "l'affaire du foulard islamique"¹¹ émergeant en 1989 mais toujours aussi structurante dans le débat public en France puisqu'objet d'une loi en 2004. Le thème est accrédité par le drame vécu par l'Algérie proche avec les assassinats de masse commis au nom de l'Islam par le FIS et le GIA. Et il est encore crédibilisé par les attentats commis par certains de ses représentants à Paris en 1995.

Dès avant cette époque, on va donc voir en France se développer une suspicion quant à la vulnérabilité des "beurs" à la tentation islamiste et leurs effets mortifères. Une édition de la célèbre émission *Sept sur sept* (TF1, 7 avril 1989) est particulièrement éloquente à cet égard. On retourne à Lyon, dans le quartier des Minguettes symbole au début des années 80 de l'émergence de la "génération beur" pour y interroger de jeunes maghrébins d'origine sur leur rapport à la religion. Des images de jeunes enfants psalmodiant le Coran dans un centre culturel islamique alternent avec des témoignages de ces jeunes reniant la période antérieure: "Faut pas rêver, le mouvement beur, c'était un climat de rêve, de concert, ça menant tout droit à la débauche, on était perdus". Ainsi, cette génération qui, au milieu des années 80 et surtout après la "Marche pour l'égalité" avait été posée par les médias français comme les pionniers d'un avenir multiculturel, apparaît de plus en plus gagnée par un mouvement de repli identitaire, en réaction à un écart donné comme infranchissable entre la culture musulmane et la culture d'accueil.

5 Une nouvelle grille d'interprétation

Cette dégradation de l'image publique du "jeune immigré de deuxième génération" est particulièrement manifeste en novembre 2005 lors des mouvements violents qui se produisent dans les cités du nord de Paris après une bavure policière se soldant par la mort de deux jeunes adolescents. Cadrages de voitures brûlant dans l'obscurité, zooms sur des silhouettes de jeunes masqués lançant des projectiles, contre-champs des assauts policiers, plans de coupe sur des adultes postés à leurs fenêtres. Un premier constat laisserait à penser que c'est une pièce déjà bien identifiée du répertoire de l'actualité sociale française qui a été dressée

¹¹ Elle surgit en 1989 avec l'éviction d'un collège de Creil (Oise) de deux élèves refusant d'enlever leur foulard en classe.

de concert par les professionnels des médias et les jeunes habitants des cités s'accordant autour d'un schéma dramaturgique structuré autour de rôles bien installés.

Un examen de la couverture télévisuelle de cet épisode (LOCHARD, 2007) permet de repérer plusieurs déplacements. Tout d'abord, et dans le cours même du processus de médiatisation, un accord implicite entre jeunes et journalistes autour d'une nouvelle forme d'orchestration de cette logique d'affrontement. Elle concernait ces annonces, quotidiennement répétées du nombre de voitures brûlées ou d'établissements détruits dans chacune des villes concernées et dans un second temps ces décomptes des comparutions et de condamnations devant les tribunaux. On a pu également remarquer la référence et l'assimilation par certains de ces jeunes émeutiers au phénomène de l'Intifada menée par les jeunes Palestiniens dans les territoires occupés par l'Etat d'Israël. Tout aussi notable était la logique de victimisation des autres habitants des banlieues qui est intervenue dans un second temps à travers une multiplication de sujets consacrés aux dommages commis sur les infrastructures économiques et les services publics. Images furtives de cars calcinés, séquences plus conséquentes sur des usines, des dépôts détruits ou encore sur des équipements publics dévastés. Appuyée par des témoignages d'employeurs, de salariés et d'usagers tous unis dans la réprobation, ce fut sur les écrans de télévision une phase de déploration et de condamnation qui est venue accompagner la narration proprement factuelle.

Remarquable était enfin l'effacement dans la mise en scène médiatique d'acteurs ayant joué comme interprètes et intermédiaires dans certains épisodes précédents. Ces personnages, ce sont les éducateurs, campés dans les discours des médias depuis le début des années 90 comme ces "grands frères", médiateurs entre la société des jeunes et celle des représentants de l'ordre et des services publics. Preuves incarnées de la possible réintégration dans la norme sociale d'adolescents sujets à des erreurs de jeunesse, ils ont été cette fois placés à l'arrière-fond de la scène médiatique et supplantés par l'ombre d'agitateurs islamistes suspectés d'être à l'origine ou à l'encouragement des manifestations.

Articulé autour de figures stéréotypiques anciennes et émergentes, c'est donc bien une nouvelle grille d'interprétation et une nouvelle *configuration actantielle* qui s'est imposée dans les récits et les commentaires médiatiques des événements urbains de novembre 2005.

Devenu bipolaire, ce schéma actantiel rompait avec la configuration triangulaire observable jusque-là pour opposer directement les habitants adultes et intégrés des cités construits comme un poste avancé des partisans de l'ordre républicain et une population juvénile incontrôlable et se repliant sur une identité arabe-musulmane de plus en plus lourde de menace pour une France en crise.

6 De la déterritorialisation à la virtualisation

Cette logique d'altérisation du "jeune des cités" va s'accroître au premier semestre 2015 après l'assassinat le 7 janvier des rédacteurs de *Charlie Hebdo* et l'exécution le 9 janvier des clients d'un Hyper Cacher à Paris. Le premier attentat est revendiqué par l'organisation terroriste *Al Qaïda dans la péninsule arabique*. Quant au second, son auteur déclare avoir agi au nom de l'organisation *Etat Islamique*. L'hypothèse d'une manipulation islamiste des émeutiers de novembre 2005 avait déjà été soulevée à cette époque. Elle se voit alors comme validée lorsqu'est révélée très rapidement l'identité des deux auteurs de l'attentat de *Charlie Hebdo* dont le profil de "jeunes immigrés de deuxième génération" vient accréditer les risques de leur potentielle dérive terroriste déjà attestée deux ans auparavant par "l'affaire Merah"¹² à Toulouse. Les reportages qui se multiplient dans les heures et les jours suivant les deux attentats soulignent que leurs auteurs ne sont en rien représentatifs d'une menace exogène mais la manifestation d'un danger intérieur en germe chez chacun de ces enfants perdus de la République française.

Au vu d'un examen d'un corpus de programmes informatifs diffusés à la télévision française durant le premier semestre 2015 et d'un ensemble d'articles de la presse locale et nationale centrés sur Montpellier et sa région, plusieurs évolutions sont cependant repérables dans les modes de spatialisation de ce récit médiatique. Le constat que deux des terroristes ne sont pas issus de la périphérie urbaine mais membres d'une filière ayant pour foyer un arrondissement de Paris (les Buttes-Chaumont) vient en premier lieu relocaliser la menace représentée par cette population. Celle-ci n'apparaît plus en effet cantonnée à ces zones

¹² Elle a pour cadre les villes de Toulouse et Montauban où, en mars 2012, un jeune djihadiste nommé Mohamed Merah exécuta trois militaires français et quatre civils dont trois enfants, élèves d'une école juive.

marginales des grandes agglomérations stigmatisées depuis trente ans et bien identifiées. Ce danger latent vient aussi se tapir désormais dans des micro-espaces résidentiels (HLM, foyers) de populations paupérisées enchâssées dans le territoire urbain des *insiders*. Ou bien encore dans ces quartiers de Paris et des grandes métropoles françaises marqués par certaines formes de mixité sociale.

Une autre forme de reterritorialisation de la mise en représentation médiatique du malaise ethnico-religieux français résulte de la découverte que plusieurs jeunes français partis “faire le djihad” au Moyen-Orient et morts au combat pour une part sont issus d’une bourgade méridionale française du département de l’Hérault: Lunel. Une controverse quant aux responsabilités de ces départs s’était développée localement depuis octobre 2014 après les annonces de ces morts successives suivies des déclarations “compréhensives” du président de l’association gérant la mosquée de la ville¹³ et celles d’un imam de Montpellier condamnant sans ambiguïté ces jeunes djihadistes¹⁴. Après des reportages préfigurateurs dans les journaux télévisés de France 3 – Languedoc-Roussillon, ce débat se nationalise le 27 janvier 2015 avec la couverture par les principales chaînes françaises d’une spectaculaire descente du RAID et du GIGN¹⁵ dans le centre de cette petite ville et les arrestations de plusieurs suspects. Dans les jours suivants, reportages et enquêtes se multiplient pour comprendre les racines de ce phénomène surgissant dans un lieu distinct des traditionnels espaces périphériques des grandes métropoles

¹³ Il s’agit de Lahoucine Goumri: “C’est leur choix. Je n’ai pas à les juger. Seul Dieu les jugera. Si on doit condamner quelque chose, il faut condamner ce qui est condamnable. Pourquoi condamner ces jeunes qui sont partis au nom d’une injustice en Syrie et pas ces Français qui sont partis et ont tué des bébés palestiniens avec Tsahal l’été dernier ? Pourquoi est-ce qu’une mosquée condamnerait, alors que les autres religions ne le font pas?”. *Midi Libre*, 13 décembre 2014. www.midilibre.fr/2014/12/13/

¹⁴ ‘Et ne dites pas que c’est des martyrs ! Ce ne sont pas des martyrs. Ce ne sont pas des héros! Ce sont des Zéros!’”. *Midi Libre*, 26 octobre 2014. Controversé dans la communauté musulmane de Montpellier, Mohamed Kattabi prend régulièrement position sur les questions d’actualité tout en diffusant ses prêches sur Internet. Voir à ce propos le dossier publié par *Le Monde diplomatique* en août 2015 (DAUM, 2015)

¹⁵ Corps d’élite de la police et de la gendarmerie chargés de gérer les situations de crise (prises d’otages, attentats, etc.).

françaises. A quoi et à qui imputer l'embrigadement d'une quinzaine de jeunes lunellois? Quel est l'état des relations entre les communautés dans cette ville marquée par une forte présence de populations immigrées et un chômage des jeunes particulièrement important? Sur un fond de polémique activé par le parti d'extrême-droite le Front national (très présent dans la région), différents responsables (le maire de la ville, un député du Parti socialiste) et des observateurs (un libraire entre autres) exposent des points de vue allant dans le sens d'un dédramatisation accentuée par des déclarations apaisantes du nouveau porte-parole de la mosquée. La perplexité se voit cependant accrue par la révélation qu'un de ces jeunes partis en Syrie et mort trois mois plus tard était de confession juive avant de se convertir à l'islam.

L'interview du père de ce jeune homme accentue alors une série de témoignages de parents ou de proches de ces jeunes djihadistes initialement non musulmans et enrôlés dans les troupes de *Daech*, d'*Al Quaida* ou encore d'autres organisations terroristes. Une réalité inouïe au regard des discours ethnistes éclate en conséquence dans le discours télévisuel majoritaire: ces jeunes partisans d'un Islam fondamentaliste et des moyens les plus barbares pour l'imposer ne sont pas tous issus d'une immigration arabo-musulmane ancienne ou récente. Ils peuvent être des représentants de ces "français de souche", à l'image de Maxime Hauchard, ce jeune normand issu de la classe moyenne repéré dès décembre sur des vidéos de propagande de l'Etat islamique le montrant en train de décapiter des prisonniers. Le danger islamiste était déjà présent dans la période antérieure mais elle s'incarnait dans la figure du jeune "barbu" d'origine maghrébine placé sous l'emprise maléfique d'imams salafistes d'origine étrangère prenant le pas dans les mosquées sur des imams représentatifs de l'"Islam à la française". Elle laisse désormais place à des visages plus diversifiés en amorçant dans les discours médiatiques une forme de désécularisation partielle de la question de l'endoctrinement islamiste.

L'enrôlement djihadiste n'est donc plus appréhendé médiatiquement sous l'angle uniquement religieux. Englobé dans un problème public validé au plan institutionnel depuis une dizaine d'années en France,¹⁶ celui des emprises sectaires, il fait intervenir d'autres facteurs explicatifs,

¹⁶ Avec la création en 2002 de la *Mission interministérielle de vigilance et de lutte contre les dérives sectaires* (MIVILUDES).

la dérive islamiste d'une part de ces jeunes français se voyant de plus en plus expliquée sous l'angle de failles psychologiques chez des individus en quête de repères et d'un besoin d'autorité (KHOROSKHAVAR, 2014, 2015). Se superposant à l'éclairage par les entreprises maléfiques des sergents recruteurs de la "lutte contre les mécréants", on voit dès lors se développer celui de "l'autoradicalisation" (ROY, 2015) et de la rupture générationnelle entre des jeunes sous influence et des parents désarmés tant au plan relationnel que pratique devant des attitudes dont ils n'ont le plus souvent perçu qu'à posteriori les signes annonciateurs.

Une thématique surdéterminant cette nouvelle orientation argumentative se manifeste en conséquence dans toutes ces productions informatives télévisuelles. Il s'agit du fossé sociotechnique qui s'est creusé entre ces parents désarmés et leurs enfants, "digital natives" placés sous l'emprise de réseaux sociaux devenus les vecteurs stratégiques des processus d'enrôlement djihadiste. Et l'on voit ainsi apparaître des reportages et des enquêtes nous éclairant sur l'hétérogénéité et l'hétéronomie de ces discours propagandistes développant une rhétorique non pas seulement coranique mais empruntant à des discours apocalyptiques et conspirationnistes (FILIU, 2008) ainsi qu'à des codes (musicaux, iconiques, narratifs) subculturels familiers à ces mineurs adeptes des jeux vidéo et d'une culture cinématographique "gore" (ROY, 2015).

Tandis que d'autres sujets dessinent les profils et les parcours de ces apprentis terroristes et les tentatives obstinées de parents exemplaires pistant leurs enfants partis "faire le djihad" au Moyen-Orient, on voit se mettre en place une *configuration actantielle* rompant radicalement avec celle qui présidait depuis une décennie au macro-récit de la crise identitaire française. Construite souvent jusque-là comme impuissante sur la scène intérieure française, une figure tutélaire dévaluée retrouve une légitimité et une reconnaissance particulièrement manifestes dans les jours suivant les attentats de début janvier. C'est celle d'un Etat protecteur qui prévient et réprime résolument des menaces terroristes d'autant plus inquiétantes que nourries et entretenues par de nouveaux attentats collectifs contre des civils comme celui, particulièrement meurtrier du Bataclan (13 novembre 2015) ou individuels comme celui commis contre un couple de policiers dans la région parisienne en juin 2016.

Antagonique et central est donc la figure du jeune djihadiste français parti combattre au Moyen-Orient mais devenu par son retour

potentiel sur le sol national un agent endémique de déstabilisation de la République française menacée dans ses fondements par le “grand remplacement”.¹⁷ Partiellement désethnicisé quoiqu’islamisé, internationalisé par ses parcours de formation dans des lieux excentrés et d’autant plus inquiétant que mobile sinon ubiquitaire par ses modes de présence numérique, il vient reléguer dans l’échelle des dangers nationaux la figure installée et localisable du “caillra” adepte des incivilités et d’une délinquance bien identifiée dans ses manifestations et ses effets.

La présence dans les rangs des jeunes djihadistes de jeunes filles parfois complices actives d’attentats a un effet collatéral: celui de la dévaluation de la jeune “beurette” méritante auquel se substitue celle de l’islamiste voilée et fanatisée, complice des agissements criminels de ses pairs masculins. A l’inverse, le personnage du père du “jeune immigré de deuxième génération” se voit réhabilité médiatiquement. Construit souvent jusque là comme impuissant face aux égarements de ses fils tombés dans la délinquance, il gagne sa dignité voire se voit héroïsé à travers ces portraits de pères ou encore de “grands frères” quittant le territoire français pour retrouver obstinément et courageusement les traces de leurs enfants enrôlés dans les rangs des organisations fondamentalistes du Moyen-Orient. Et il en va de même avec d’autres personnages féminins telles ces “mères-courages” parties elles aussi au Moyen-Orient pour retrouver leurs enfants perdus.

Réflexions terminales

La “question des banlieues” est elle en train d’être reléguée dans l’imaginaire et le débat public français en estompant du coup le personnage traditionnel du “jeune de banlieue” placé jusque-là par les récits médiatiques au centre de ce territoire? Ou tous deux perdurent-ils dans les représentations sociales, alimentant un *problème public* persistant? On peut pencher pour le premier terme de l’alternative au

¹⁷ A l’origine de cette thématique, l’ouvrage d’un écrivain français Renaud Camus, engagé à l’extrême-droite: CAMUS, R. Le grand remplacement. Paris: David Reinharc, 2011. Selon Camus et d’autres auteurs qui reprennent sa thèse, la France serait victime d’un processus de remplacement du peuplement européen par une population d’origine maghrébine et africaine qui induirait un changement de civilisation cautionné par des élites politiques et intellectuelles.

constat du processus de *déspatialisation* de cette thématique, immergée qu'elle est dans le spectre de la crise identitaire française. On peut au contraire pencher pour le second terme à l'écoute des propos du Premier ministre français Manuel Valls dénonçant le 20 janvier 2015 devant la presse l'existence d' "un apartheid territorial, social, ethnique" engendré par "la relégation périurbaine, les ghettos" et présentant en Avril 2016 une loi visant à réduire celles-ci.

D'autant que d'autres signes semblent aller dans ce sens. Si l'on se tourne à nouveau vers le cinéma, ce révélateur et agent activant de nos imaginaires, on remarquera ainsi que le "film de cité" est progressivement devenu un genre à part entière dans le cinéma français, engendrant parfois des controverses dans les milieux intellectuels et artistiques. Ainsi *Dheepan*, le film de Jacques Audiard primé en 2015 au Festival de Cannes et sujet à caution dans la critique pour sa propension à amplifier les clichés sur la violence régnant dans les cités présentées comme en proie à une guerre civile. Ou encore et dans une orientation plus féministe, *Bande de filles* (Céline Sciamma, 2014) qui narre la vie quotidienne et la dérive d'un groupe de jeunes filles d'origine africaine. Accusée d'exotisation et d'érotisation, son auteur(e) avance que ce film répondait avant tout à un souci de combler le déficit de visibilité de ces jeunes filles écrasées par l'omniprésence de leurs homologues masculins placés au-devant de l'écran de ces films d'un genre institué.¹⁸

D'autres polémiques publiques et à plus forte résonance semblent par ailleurs vouloir confirmer en France la permanence du "jeune de banlieue" au centre du débat public sur l'état de la France. Intervenant dans le domaine sportif, l'une d'entre elles est "l'affaire Benzema" qui, en mai-juin 2016, soit à l'approche de la Coupe d'Europe de football, est venue susciter de violentes prises de position antagonistes de la part de personnalités politiques, intellectuelles et artistiques. Ce joueur vedette de l'équipe de France n'a en effet pas été sélectionné consécutivement à une affaire de chantage¹⁹ concernant un de ses coéquipiers dans laquelle il

¹⁸ Voir à ce propos l'analyse de Camille Bui dans la revue Les cahiers du cinéma (BUI, 2016).

¹⁹ Dite "affaire de la sextape". Elle concerne un autre joueur international, Mathieu Valbuena, victime d'une tentative de chantage à propos d'une vidéo intime avec sa compagne. Karim Benzema a été accusé d'être intervenu auprès de ce coéquipier au nom des maîtres-chanteurs liés à ses frères. Il a été alors mis en examen et soumis à un

serait intervenu comme complice des maîtres-chanteurs. Interviewé dans un journal espagnol, *Marca* (31/05/2016), il a déclaré pour expliquer sa non sélection que le sélectionneur Didier Deschamps avait:

(...) cédé sous la pression d'une partie raciste de la France . Il faut savoir qu'en France le parti d'extrême droite est arrivé au deuxième tour des dernières élections. Mais je ne sais pas si c'est une décision individuelle de Didier, car je m'entends bien avec lui, et avec le président. Je m'entends bien avec tout le monde.

Et il a ainsi déclenché une violente polémique dans laquelle s'était impliqué peu avant l'ancien joueur devenu acteur Eric Cantona en déclarant au journal anglais *The Guardian* (26/05/2016):

(...) Deschamps, il a un nom très français. Peut-être qu'il est le seul en France à avoir un nom vraiment français. Personne dans sa famille n'est mélangé avec quelqu'un, vous savez. Comme les Mormons en Amérique. Je ne suis pas surpris qu'il ait utilisé la situation de Benzema pour ne pas le prendre. Surtout après que (Manuel) Valls ait dit qu'il ne devrait pas jouer pour la France... Je suis autorisé à m'interroger à propos de ça.

On ne rentrera pas ici dans le détail de cette violente et soudaine polémique attisée par une déclaration du Premier ministre Manuel Valls cautionnant cette mise à l'écart de l'équipe de France au nom "d'un devoir d'exemplarité" de ses joueurs. Est-il seulement victime en ces circonstances d'une discrimination imputable à ses origines? En adoptant une posture victimaire et en n'invoquant qu'une seule de ses identités, ne cherche-t-il pas à s'exonérer de ses responsabilités personnelles dans

contrôle judiciaire pour "complicité de tentative de chantage". La mise en examen a été prolongée mais le contrôle judiciaire levé le 13 février ce qui autorisait dès lors la sélection en équipe de France. La Fédération Française de football a décidé de ne pas sélectionner Karim Benzema pour la Coupe d'Europe 2016 en avançant que "la performance sportive est un critère important mais pas exclusif pour décider de la sélection au sein de l'Equipe de France de football. La capacité des joueurs à œuvrer dans le sens de l'unité, au sein et autour du groupe, l'exemplarité et la préservation du groupe sont également prises en compte par l'ensemble des sélectionneurs de la Fédération".

une histoire opaque et à rebondissements? On ne se prononcera pas ici sur ce point pour rester sur le terrain des discours et des représentations. Un examen du traitement par la presse de cet épisode politico-sportif et des argumentations des différents intervenants permet de conclure que son comportement a bien été appréhendé en ces circonstances comme celui d’“un jeune de cité”. Une assignation identitaire déjà entendue en 2010 après “l’affaire du bus de Knysna” dont la Coupe du Monde de Football en Afrique du Sud avait été le théâtre. Car l’attitude des leaders des joueurs de l’équipe de France avait alors été soumise à ce type de cadrage interprétatif et très explicitement par la ministre des Sports Roselyne Bachelot la dénonçant comme celle de “de caïds immatures (qui) commandent à des gamins apeurés”,²⁰ la conversion à l’Islam d’un des meneurs (Frank Ribéry) aggravant le soupçon.

Surmédiatisée jusqu’à l’absurde puisqu’elle a été présentée par un quotidien espagnol comme une “nouvelle affaire Dreyfus”,²¹ l’“affaire Benzema” signe définitivement la fin du thème de la “génération black-blanc-beur”²² qui avait fait florès à la suite de la victoire de l’équipe lors de la Coupe du Monde de Football de 1998. Elle vient de fait cristalliser une polémique latente quant à la loyauté patriotique de joueurs d’origine maghrébine ou bi-nationaux,²³ critiqués notamment pour leurs attitudes

²⁰ Suite à l’éviction de l’équipe d’un cœur (Nicolas Anelka) qui avait insulté son entraîneur, les joueurs avaient fait une grève de l’entraînement et refusé de descendre de leur bus. Cette attitude suivie d’une élimination précoce de l’équipe de France avait déclenché une très violente controverse et avait été suivie d’une réforme de la gouvernance du football français.

²¹ Il s’agit là d’un conflit social et politique majeur survenu en France à la fin du XIX^e siècle. A son origine, une accusation de trahison et d’espionnage du capitaine Alfred Dreyfus. Elle a bouleversé la société française pendant douze ans la divisant, sur un fond d’antisémitisme, en deux camps violemment opposés.

²² Une expression qui avait alors circulé pour qualifier la composition d’une équipe de France perçue alors comme représentative de sa “diversité” et qui avait suscité une adhésion générale manifeste notamment lors du défilé consacrant la victoire sur les Champs-Élysées.

²³ Voir à ce propos un article de Magyd Cherfi, artiste engagé du groupe *Zebda* qui déclare à propos de Benzema: “On veut qu’il soit l’hyper-citoyen dès qu’il incarne un exploit tricolore mais on le renvoie à son irrécupérable banlieue à la moindre incartade” (CHERFI, M. Benzema est victime d’une exception française: on veut qu’il soit un hyper-citoyen. *L’Obs*, Paris, 8 avril 2016).

passives ou indifférentes lors du rituel des hymnes nationaux, Benzema ayant été lui-même l'objet d'une violente campagne de dénigrement activée notamment par des leaders du Front national.²⁴ Est-elle un symptôme supplémentaire de ruptures plus profondes dans une France confrontée à une montée du vote d'extrême-droite? L'observation du soudain mais intense *moment discursif* qu'elle a provoqué donne en tout cas à conclure que le "jeune des banlieues" continue, surtout lorsqu'il est "issu de l'immigration", à fonctionner comme un exutoire et une victime expiatoire concentrant sur elle les impasses des interrogations françaises sur le devenir du pays.

Un petit épilogue vient s'imposer à l'auteur au moment de la parution définitive de cet article soit en décembre 2016. Au moment où éclatait en France et en Europe le scandale du Fooleaks mettant à jour les pratiques d'évasion fiscale de vedettes du football international et en premier lieu de la nouvelle vedette française Paul Pogba, on apprenait que Karim Benzema se comportait un "patriote fiscal" en s'acquittant de ses impôts en France. L'information a été publiée dans quelques journaux mais elle n'a suscité que peu de commentaires.

Références

BEN JELLOUN, T. *La plus haute des solitudes*. Paris: Seuil, 1977.

BOYER, H.; LOCHARD, G. *Scènes de télévision en banlieues*. Paris: INA-L'Harmattan, 1999.

BOYER, H. *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*. Paris: L'Harmattan, 2009.

²⁴ Principalement Marion Maréchal-Le Pen qui avait le 6 décembre 2006 émis le tweet suivant: "Benzema: l'Algérie, c'est mon pays, la France, c'est juste pour le côté sportif. Qu'il aille dans son pays s'il n'est pas content". Un propos déformé comme l'analyse un journaliste du journal *Le Monde*: Les citations déformées de Karim Benzema sur l'équipe de France et l'équipe d'Algérie, 10 juin 2016. http://www.lemonde.fr/les-decodeurs/article/2016/06/02/les-citations-deformees-de-karim-benzema_4931167_4355770.

Marion Maréchal-Le Pen s'est à nouveau exprimée le 10 juillet 2016 soit après l'accession en finale de la Coupe d'Europe de l'équipe de France en avançant: "On a eu tendance à avoir de jeunes joueurs qui se comportaient assez mal, qui ont pu avoir une dimension un peu "racailleuse" si vous me passez cette expression".

BOYER, H. Stéréotype, emblème, mythe: sémiotisation médiatique et figement représentationnel. *Mots, Les langages du politique*, Lyon, n. 88, p. 99-113, 2008.

BUI, C. Fables périphériques. *Les cahiers du cinéma*, Paris, n. 722, p. 80-84, 2016.

COPFERMANN, E. *La génération de blousons noirs*. Problèmes de la jeunesse française. Paris: Maspero, 1962.

DAUM, P. Islam et relégation urbaine à Montpellier. *Le Monde diplomatique*, Paris, Août 2015. p. 12-13.

DELFORCE, B. L'exclusion à l'antenne. Enjeux sociaux et contraintes médiatiques. In: CHRETIENS MEDIAS (Org.). *Télévision et exclusion, Quelles images de la précarité?* Paris, Chrétiens Médias, 1998. p. 102-112.

FILIU, J-P. *L'apocalypse dans l'Islam*. Paris: Fayard, 2008.

FOURCAUT, A. Banlieue rouge, au delà du mythe politique. In: FOURCAUT, A. (Org.). *Banlieue rouge, 1920-1940*. Paris: Autrement, Collection Mémoires, p. 12-40, 1992.

FOURCAUT, A. Aux origines du cinéma de banlieue: les banlieusards au cinéma (1930-1980). *Sociétés et représentations*, Paris, n. 8, p. 113-127, 2000.

GUSFIELD, J. *La culture des problèmes publics*. L'alcool au volant: la production d'un ordre symbolique. Paris: Économica, 2009.

ICART, R. Des origines à 1930: la banlieue dans le cinéma muet, *Les cahiers de la cinémathèque*, Perpignan, n. 59-60, p. 15-26, 1994.

KALIFA, D. Archéologie de l'Apachisme. Les représentations des Peaux-Rouges dans la France du XIXe siècle, *Revue d'histoire de l'enfance "irrégulière"*, Paris, n. 4, p. 19-37, 2002.

KHOSROKHAVAR, F. *Radicalisations*. Paris : Maison des sciences de l'homme, 2014.

KHOSROKHAVAR, F., Qui sont les djihadistes?, *Sciences humaines*, Paris, n. 206, p. 8-13, 2016.

LE PAJOLEC, S. YVOREL, J-J. Du gamin de Paris au jeune de banlieue: Evolution d'un stéréotype. In: TSOUKINAS, M. (Org.). *Imaginaires*

urbains du Paris romantique à nos jours. Paris: Editions Le Manuscrit, 2011. p. 191-246.

LOCHARD, G. Le jeune de banlieue à la télévision: représenté ou instrumentalisé?, *Médiamorphoses*, Paris, n. 10, 2004, p. 42-47.

LOCHARD, G. Le jeune de banlieue est un autre? In: RIGONI, I. (Org.). *Qui a peur de la télévision en couleurs ? La diversité culturelle dans les médias*. Montreuil: Aux Lieux d'Être, 2007. p. 133-152.

LOCHARD, Y. Les espaces de la pauvreté dans le roman français du XIXème siècle. In: WEST SOOBY, J. (Org.). *Images of the City in 19th-century France*. Boombana Publications, p. 137-149, 1998.

LOYER, F. Paris, ville décor?, Paris, *Le Débat*, n. 80, 1996, p. 31-37.

GUENIF-SOUILAIMAS, N; MACE, E. *Les féministes et le garçon arabe*. Paris: La Tour d'Aigues; L'Aube, 2004.

MERRIMAN, J. *Aux marges de la ville. Faubourgs et banlieues en France, 1815-1870*. Paris: Seuil, 1994.

MOIRAND, S. *Les discours de la presse quotidienne: observer, analyser, comprendre*. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.

PERROT, M. Dans la France de la Belle-Epoque: les Apaches, premières bandes de jeunes. In: VINCENT, B. (Org.). *Les marginaux et les exclus dans l'histoire*. Paris: UGE, 1979. p. 389-407.

QUEMENER, N. *Le pouvoir de l'humour*. Politiques des représentations dans les médias en France. Paris: Armand Colin, 2014.

RANCIERE, J. *Le partage du sensible, Esthétique et politique*. Paris: La Fabrique, 2000.

ROY, O. Une génération nihiliste, *Sciences humaines*, Paris, n. 268, p.16-17, 2016.

Política, educação e desigualdades: três perspectivas, confinamentos e hibridizações

Policy, education and inequalities: three perspectives, confinements and hybridizations

Marisa R. T. Duarte

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
mmduarte@fae.ufmg.br

Resumo: O artigo sistematiza abordagens sobre política provenientes de três subáreas de conhecimento e que conduzem a compreensões diferenciadas das relações entre educação e desigualdades. A tradição sociológica francesa reconhece a origem do poder nas estruturas organizadoras das sociedades e o conhecimento sobre o poder advém do reconhecimento das estruturas sociais. A abordagem analítica, exposta por Arendt e Foucault no campo da filosofia política, reconhece o poder como promotor de ações concertadas. Sua efetividade requer a formação de consensos ou a adesão sincera dos agentes às regras sociais. Com a sociologia política de matriz weberiana, o poder decorre da apropriação de recursos diversos, que constroem a capacidade de uns em orientar o sentido da ação de outros. Por último, os estudos em políticas públicas, subárea analítica mais recente, onde o poder é apreendido como ação de atores conscientes que, ao expor seus interesses, formulam demandas. Cada subárea parte de ideias distintas para o estudo do fenômeno do “poder” e, ao longo do tempo, organizaram conceitos, categorias, discursos. As apropriações dessas abordagens nos estudos de política educacional têm consequências para as análises das relações entre educação e desigualdades e podem produzir tanto efeitos de confinamento, quanto de hibridismos.

Palavras chave: Educação e poder; educação e política; educação e desigualdades.

Abstract: This article explores approaches to policy concerning three sub-areas of knowledge and leads to different understandings of the relationship between education and inequality. The French sociological tradition recognizes the power source in organizational structures of societies and the knowledge of power coming from the recognition of social structures. The analytical approach, espoused by Arendt and Foucault in the field of political philosophy, recognizes power as a promoter of concerted actions. Its effectiveness requires the formation of consensus or agents' sincere adherence to social rules. With the political sociology of Weber, power stems from the ownership of various resources, building a capacity to guide the direction of the action of others. Finally, studies in public policy, the last analytical subarea, where power is perceived as the action of actors, who are aware that by exposing their interests, they formulate demands. Each area has different ideas for the study of the "power" phenomenon and, over time, of organized concepts, categories, and discourses. The appropriation of these approaches in educational policy studies have consequences for the analysis of the relationship between education and inequality and can produce both confinement effects as well as hybridisms.

Keywords: Education and power; education and policy; Education and inequality.

Recebido em 11 de agosto de 2016.

Aprovado em 13 de outubro de 2016.

Leituras sociológicas estão associadas a práticas políticas, micro e macro. Por sua vez, análises políticas expressam situações e condições individuais e são condicionadas por contextos que escapam às ações, mesmo que coletivas. O discurso midiático recente tem reiterado, como requisito de governabilidade no país, a importância de políticas redutoras dos chamados gastos sociais. Em termos gerais, para o enfrentamento das desigualdades, seria necessária a desconstrução de um sistema de proteção social, no qual se inclui a educação escolar. Em contraposição, movimentos sociais diversos, em busca de justiça redistributiva e reconhecimento, apontam a necessidade de políticas públicas voltadas para a garantia de serviços sociais, desenhados no sistema constitucional de proteção social.

Tem-se, no senso comum, polarizações entre o isto e o aquilo, nas quais políticas sociais são enunciadas por suas potencialidades de inclusão social, enquanto as econômicas buscam restringi-las para um momento pós-ajuste, potencialmente capaz de distribuir renda. No Brasil, muitos dos discursos políticos estão submetidos a regras de organização que operam no sentido de produzir novas desigualdades ou de mascarar as nossas velhas conhecidas. Eles são orientados em função de um fim, pois como atividades interativas operam na direção de naturalizá-las, numa sociedade que, historicamente, com elas convive. Enunciados concorrentes, como a importância de ajustes macroeconômicos *versus* expansão dos gastos sociais, constroem jogos de posições irredutíveis cujas regras obscurecem apreensões sobre aquilo que os une.

A tradição cepalina,¹ presente nas ciências sociais brasileiras, opera na direção de uma possível interação virtuosa entre as políticas sociais e econômicas. Desse modo, atribuiu ao Estado o poder de corrigir desigualdades pré-existentes mediante políticas de desenvolvimento, sem considerar o *modus operandi* das organizações que o compõem. Nessa direção, o ponto central seria a expansão de ações de inclusão social, mediante um conjunto de políticas e programas de investimento e distribuição, sem alterações nas estruturas socioeconômicas. Debates, com orientações teórico-metodológicas distintas, desenvolvem-se em torno do gasto social *versus* necessidades de ajustes estruturais e, como resultante dessas polarizações, as políticas sociais, as educacionais inclusas, voltaram-se para a focalização nos mais pobres.

Para pensar além do é isto ou aquilo sobre políticas de educação escolar e suas relações com as desigualdades, o método de análise envolveu um objeto polissêmico: o(s) conceito(s) de poder. E surge uma indagação a seu respeito: como conceituações diversas deste conduzem a apreensões diferenciadas das relações entre educação e desigualdades sociais. Um segundo movimento envolveu o relacionamento das apropriações de textos fundantes das subáreas de conhecimento, em torno desses conceitos, com estudos que apontam formas diversas de políticas voltadas para a superação das desigualdades educacionais.

¹ Sobre as mudanças ocorridas no interior dessa vertente ver Almeida Filho e Corrêa (2011).

1 Pressupostos de um estudo

O tema das desigualdades, que será o foco desta análise, é abordado sob perspectivas analíticas provenientes da sociologia política da educação, cujo objeto pode também abranger estudos a respeito dos sistemas institucionais e das políticas públicas em educação. Com filiação nas chamadas abordagens cognitivas (DI GIOVANNI, 2015) de análise política, este artigo demonstra como diferentes vertentes de estudos relacionadas ao fenômeno do poder atribuem significados à relação entre políticas de educação e múltiplas desigualdades.

O termo “desigualdades” foi significado como dissimetrias socioeconômicas e de reconhecimento legal e/ou cultural (FRASER, 2007). Ou seja, seu reconhecimento e sua vocalização expõem reivindicações por justiça redistributiva, como também contra discriminações e segregações. Fraser (2007) conclui pela impossibilidade da dissolução do dilema entre reivindicações por reconhecimento e redistribuição, entretanto considera como tarefa teórica entender como operam tanto as injustiças múltiplas e cruzadas, quanto os movimentos sociais que constroem alternativas. Este estudo considera, portanto, “uma concepção ampla de justiça, capaz de abranger tanto distribuição quanto reconhecimento, e uma abordagem não-identitária do reconhecimento, capaz de operar junto com a redistribuição” (FRASER, 2007, p.219) em oposição ao conceito de desigualdades.

A hipótese condutora deste artigo considera que diferentes estudos, que abordam as relações entre política, educação e desigualdade social no país, são tributários de diferentes vertentes entendidas como subáreas de conhecimento, condutoras de nossa compreensão do fenômeno do poder. Por essa razão, formula algumas interrogações discursivas às análises sobre as relações entre políticas educacionais e desigualdades, de forma a revelar racionalidades orientadoras das ações, ou seja, discursos.² Pretende-se, assim, considerar tanto o que foi ou não foi dito, a partir de um campo de conhecimento, ou seja, desvendar uma identidade enunciativa, mas também investigar o modo como conceitos e normas, provenientes de três subáreas de estudos de política educacional,

² O uso do termo remete a formas de ação orientadas por atividades verbais e não verbais (escrituras). Pressupõe trocas simbólicas com outros interlocutores, orientadoras de condutas e submetidas a normas sociais.

podem produzir efeitos de confinamento na compreensão das relações entre políticas de educação e desigualdades.

O uso do termo “confinamento” foi apropriado de Leca (2012) que, ao analisar a concepção de Estado presente em três subáreas das ciências sociais (a sociologia política e econômica, as análises de políticas públicas e a teoria política), alertava para os riscos de confinamento dessas subdisciplinas em si mesmas, obstaculizando progressos na compreensão dos desafios postos pelas mudanças nas relações entre Estado e sociedade. Confinamentos, nesse sentido, são formas enunciativas de delimitação do(s) discurso(s) científico(s). Podem decorrer de procedimentos provenientes do conhecimento rigoroso, estabelecido por métodos, proposições e laços de ordem lógica, considerados, muitas vezes, como determinantes das condições que uma proposição deve cumprir para participar do campo de conhecimento. O termo remete também a representações do real que testemunham sobre os saberes em relação à política (CHARAUDEAU, 2008). Nesse sentido, efeitos de confinamento decorreriam de obstáculos à construção da interdisciplinaridade e da apropriação analítica mais imediata de concepções presentes no senso comum, ou seja, nos termos postos por Bourdieu (2001), da emergência de campos de conhecimento regulados por um aparato de legitimação e discursos próprios.

O artigo ora proposto aborda a diferenciação de códigos conceituais, como um primeiro passo para a exposição de efeitos de confinamento. Pretende expor ideias sobre poder, políticas educacionais e desigualdades, em que os conceitos e sua estruturação lógica têm importância analítica, para além da interação contextual dos atores, de modo a expor uma historicidade de confinamentos epistêmicos. Em outra oportunidade, respeitado o espaço do artigo, pretende-se analisar hibridismos epistêmicos. O método condutor envolve identificar uma matriz analítica das reflexões em autores considerados como chaves de uma subárea de conhecimento em ciências sociais. Sem dúvida, existem lacunas importantes nessa escolha, pois ela advém de um envolvimento eletivo da pesquisadora com a sociologia política da educação de orientação francesa, porém, não exclusivamente.

O fenômeno de confinamento já foi observado pela teoria política com relação ao uso do termo “poder” (PERISSINOTTO, 2008). Para esse autor, dois grandes campos conceituais podem delimitar as apreensões desse termo:

[poder] como **relações sociais hierárquicas, baseadas no predomínio e no conflito** (ainda que a natureza do predomínio e do conflito seja compreendida de maneira diversa); o outro se refere ao poder como **um conjunto de interações voltadas para a consecução de interesses coletivos** (PERISSINOTTO, 2008, p. 29, grifos meus).

De acordo com Perissinotto (2008), o *main stream* da sociologia política pensa o poder como interação estratégica entre atores conscientes de seus interesses e do caráter antagônico de suas preferências; portanto, o poder decorreria de potências diversas e desiguais presentes entre indivíduos, grupos ou classes sociais. Perissinotto (2008, p.30) afirma, ainda, optar pelo primeiro campo conceitual, por considerar as definições aí efetuadas como hegemônicas na análise política e afasta-se da segunda vertente, que considera o poder como ação concertada, por apresentar maiores dificuldades de operacionalização empírica.

2 Desigualdades educacionais: o poder como imperativo social

A tradição sociológica francesa (BARBOSA, 2008) concebe o poder como decorrente das estruturas socioeconômicas – são as regras sociais e as instituições que desempenham papel fundamental na sua configuração, por distribuírem desigualmente recursos materiais e simbólicos. Estruturas normativas orientam condutas individuais, de modo a regular tanto aspirações quanto privações, como também a seleção de meios para alcançar metas individuais socialmente produzidas. Durkheim (1984; 2002), ao se referir ao poder da educação, toma-o como potência das estruturas da vida coletiva, capaz de “co-agir” sobre os indivíduos (BARBOSA, 2008). O sociólogo francês trata a educação como processo de socialização, decorrente da divisão social do trabalho, e a construção dos sistemas educacionais como instituições de controle da vida social, que penetram os processos de aprendizagem e organizam a socialização. O poder da educação advém da estruturação da divisão social do trabalho em cada formação social específica e constitui maneiras pelas quais as sociedades contemporâneas recriam perpetuamente as condições de sua própria existência. Se a sociedade se apresenta como um sistema de funções diferenciadas, a questão sociológica central era a de conhecer os processos de harmonização dessas funções, pois os conflitos decorriam de rupturas provocadas pela velocidade das

transformações trazidas pela industrialização e das desigualdades pré-existentes. Para Durkheim (2007), a função primordial da educação formal é de apresentar meios de justificação racional para as regras/moral laica – função homogeneizadora – e de posicionar indivíduos face à divisão social do trabalho.

Para que a regra seja obedecida tal como convém que seja obedecida, nós devemos nos submeter a ela não para evitar penas ou para lograr recompensas, mas tão-somente porque a regra ordena, e por respeito à própria regra, porque ela se apresenta a nós como respeitável. Em uma palavra, devemos agir tal como dita a consciência pública, devemos cumprir o dever simplesmente porque é dever, por respeito ao dever.

(...) vocês compreendem que, para que assim seja, essas regras precisam ter um prestígio muito particular, uma autoridade excepcional que nos faça nos prostrarmos à sua vontade e que nos imponha obediência.

(...) Nossa moral está vinculada à nossa organização social, da mesma maneira que a moral romana estava ligada à organização social da cidade romana, assim como a moral grega era um produto da sociedade grega. (...) O ensino da moral consiste em fazer com que se enxergue uma realidade, em fazer com que essa realidade possa ser tocada com as mãos. Ensinar as ciências é ensinar algo real. Ensinar a moral é demonstrar como a moral se relaciona com algo real (DURKHEIM, 2007, p.64-69, grifos meus).

A educação formadora de uma consciência coletiva laica permitiria à organização da sociedade operar (DURKHEIM, 2007) sem mais ameaças ou sanções, pois pela via da demonstração, assegurar-se-ia à sociedade a obediência pelo controle de pensamentos e desejos, com base na razão. A estratificação social, que em nossa contemporaneidade denominamos desigualdades, para Durkheim decorreria de um alto grau de diferenciação social, no qual hierarquias provêm de necessidades estruturais, cabendo à ciência [sociologia] e seus *experts* a apresentação de soluções técnicas às questões sociais. Desigualdades são fontes de conflito, e a sociologia durkheimiana legitimava-se face ao pressuposto da existência de uma política frágil e incipiente, como consequência

necessária da deficiência analítica proveniente da sociologia. O sociólogo francês advoga, por exemplo, a supressão dos direitos de herança, como medida política necessária à regulação da integração dos indivíduos na divisão social do trabalho.

Perissinotto (2008) contrapõe a uma visão objetivista do poder – em que a produção de um consenso ilusório decorre da adesão dos grupos dominados aos interesses e valores dos dominantes – uma concepção subjetivista tributária da sociologia weberiana. Para Weber, diferentes recursos geram diferentes espécies de poder, mas esses só estão a serviço do poder quando conseguem ser mobilizados pelos seus detentores. O poder é exercido somente quando usado numa relação social, no sentido de garantir que a vontade de uns prevaleça sobre a de outros, mediante imposições, ou seja, o uso da coação. E a possibilidade de impor ou resistir decorre do cálculo estratégico dos agentes envolvidos na relação, face aos seus recursos (PERISSINOTTO, 2008, p.33-34).

Se a obra de Bourdieu (1982; 2001) é tributária de concepções durkheimianas,³ ela efetua uma releitura da sociologia da educação, a partir de uma concepção marxista de estratificação social, e estabelece pontes com a obra weberiana (DOMINGUES, 1999).⁴ Barbosa (2008) afirma que Bourdieu refere-se ao poder que a sociedade tem de gerar processos de socialização diferenciados e diferenciadores, (re)produzindo desigualdades. Para o sociólogo francês, diferenças expressam desigualdades decorrentes das estruturas sociais, mas também provenientes da interiorização das condições sociais. Pela socialização, como internalização do *habitus* de grupos ou classes, cada um(a) aprende a antecipar seu futuro e, desse modo, de acordo com suas experiências, a não desejar o que, no seu grupo social de origem, é visto como pouco provável.

A sociologia da educação em Bourdieu põe em questão os princípios políticos da meritocracia escolar, relacionando-os aos percursos educacionais e esses à gênese do *habitus*. Carreiras exitosas e fracassos

³ Bourdieu retoma a ideia de Durkheim de que o simbólico existiria objetivamente e seria parte do processo de organização das práticas sociais (cf. BARBOSA, 2008, p.147).

⁴ Petitat (1994) reconhece a importância da obra de Bourdieu e Passeron na direção de renovar a teoria da ação educacional, mas aponta o que denomina “tentação funcionalista”, pois o “princípio funcional de reprodução da integração societal transforma-se assim em princípio de reprodução da relação dominante-dominado, igualmente coercitivo para a análise empírica e histórica” (PETITAT, 1994, p.35).

escolares não decorrem somente das desigualdades econômicas, mas também do “peso da herança cultural” (BOURDIEU e PASSERON, 1982, p.43). As desigualdades sociais são, pois, associadas às apropriações do capital cultural. Os grupos sociais dominantes impõem significações como legítimas e, agindo assim, acrescentam um efeito de reprodução simbólica às relações desiguais de poder. A violência simbólica exercida pela educação escolar reforça o poder estabelecido e favorece a seleção das elites, por meio de uma cultura arbitrária imposta como legítima.

Nóvoa (2009) sintetiza de forma contundente como políticas e instituições educacionais contemporâneas articulam-se com estruturas societárias, que reproduzem relações desiguais de poder:

Um dos grandes perigos dos tempos atuais é uma escola a “duas velocidades”: por um lado, uma escola concebida essencialmente como um centro de acolhimento social, para os pobres, com uma forte retórica da cidadania e da participação. Por outro lado, uma escola claramente centrada na aprendizagem e nas tecnologias, destinada a formar os filhos dos ricos. (NÓVOA, 2009, p.64)

Na tradição da sociologia francesa, a mediação educativa é condicionada pelos recursos de poder advindos das estruturas sociais e econômicas, como também de construções simbólicas orientadoras das condutas. Os riscos da educação em duas velocidades decorrem do exercício ilusório do poder, este, por sua vez, decorrente de estruturas sociais produtoras de desigualdades, muitas vezes despercebidas por serem orientadoras de condutas.

Campos (2003), por sua vez, alerta para os riscos e desafios postos pelas políticas, focalizadas nos mais pobres, de combate à pobreza quando associadas à educação escolar. Indaga a pesquisadora: que mudanças essas políticas introduzem nas escolas? Seja na aprendizagem das crianças, seja no funcionamento dos estabelecimentos de ensino, como as verbas destinadas à educação participam desses programas? Essas perguntas remetem, na tradição da sociologia da educação de matriz francesa, para novas exigências de pesquisa, cujo pressuposto envolve indagações sobre como programas proclamados como de combate à pobreza contribuem para a superação de desigualdades estruturais. O trabalho de investigação envolveria contribuições para romper com esse consenso ilusório, diríamos, um discurso sobre a função de assistência

da educação escolar que legitima ideias de superação das desigualdades, sem mudança nas estruturas sociais.

3 Desigualdades educacionais: poder, hierarquias e a produção de novos sujeitos sociais

Uma segunda vertente analítica sobre políticas educacionais e desigualdades acha-se exposta na obra de Arendt (1973, p.14), para quem o poder refere-se à construção de relações fundadas no consentimento, em que as instituições se sustentam no “apoio do povo”, mas esse apoio decorre de ação coletiva anterior, fundante da organização institucional do grupo social. O poder – ou seja, a capacidade de exercer ação coletiva de modo concertado – está vinculado ao “momento fundacional” de uma dada comunidade política, e a continuidade do consentimento trouxe leis [normas], ou seja, a existência da *polity* (PERISSINOTTO, 2004). A política inaugura, para Arendt, uma ruptura com as práticas de dominação fundadas na desigualdade (CARVALHO, 2014), e o poder como ação concertada constitui a forma por excelência do exercício da liberdade. O poder propriamente político passa a existir quando os indivíduos agem de forma concertada (coletiva) e desaparece no exato momento em que eles se dispersam.

Sem expor uma filiação direta ao pensamento arendtiano, é possível associá-lo à afirmativa apresentada por Tiburi (2016), ao comentar o movimento dos estudantes do ensino médio, ocorrido este ano.

Ocupar é o conceito político mais importante do momento. Sobretudo porque, sendo um conceito, não é um conceito puramente teórico, é altamente prático. Não faz apenas pensar, não apenas leva a agir, mas é a própria ação, é mais ainda, o acontecimento político transformador. Não serve, portanto, apenas como descritor de uma situação, mas é um conceito prático de poder. Em termos mais radicais, da potência implícita no simples fato de ocupar um lugar no espaço (TIBURI, 2016, p.n/c)

Para Arendt (1997), a autoridade política e suas hierarquias não se sustentam em si mesmas, mas decorrem sempre desse momento, que institui regras exteriores a elas. O exercício da autoridade política exclui a utilização de meios externos de coerção e é também incompatível com

a persuasão. O que a autoridade política tem em comum com aquele que obedece é a hierarquia, que ambos reconhecem. “A fonte da autoridade política transcende o poder e os que o detêm”, na linha do pensamento de Maquiavel, Arendt (1997, p.131) localiza sua fundação na revolução, ação política central, feito humano que estabelece o domínio público político. Porém, para Arendt (1997), na educação trata-se de outra forma de autoridade, pré-política, que, embora requerida por necessidade política, dela se distingue: “a autoridade [política] implica uma obediência, na qual os homens retêm sua liberdade (...) na educação a responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade” (ARENDT, 1997, p.161).

Arendt considera que toda educação importa numa relação de assimetria entre educador e educando, sendo, porém, diversa das relações assimétricas decorrentes da hierarquia que a autoridade propriamente política requer. Educar precede a ação política, e essa tarefa é atribuída àqueles que fazem parte do mundo e são responsáveis por ele, os adultos. Afirmar Arendt, ao educar “lidamos sempre com pessoas que não podem ainda ser admitidas na política e na igualdade, por estarem sendo preparadas para elas” (ARENDT, 1997, p.160). Na educação a autoridade decorre de uma necessidade proveniente da esfera da vida privada e “não se pode escolher entre uma prática educativa com e sem autoridade; (...) [pois] há, na visão de Arendt, um vínculo entre educação, temporalidade e liberdade” (CARVALHO, 2015, p.975-992).

Esse vínculo, porém, não se traduz na proposição de práticas pedagógicas que fomentem a decisão e a escolha pessoal, mas numa perspectiva de formação ético-política, condicionante da ação (liberdade) entre iguais. Na educação o vínculo toma a forma de um compromisso, a um só tempo, com o mundo que nos é legado e com as crianças que nele chegam e que dele farão o seu mundo. Para Arendt a autoridade pedagógica do(a) professor(a) advém de sua responsabilidade pela formação dos novos (crianças, adolescentes e jovens, diríamos hoje) para a esfera pública e, nesta, o poder de agir de forma concertada requer rupturas com desigualdades preexistentes.

O espaço da política, mundo dos adultos, é o *locus* de ação para a criação e discussão de instituições de regulação dos poderes, e o fundamento da autoridade decorre dessas instituições, onde convivem conflitos vividos cotidianamente pelos cidadãos e a fundação de novos arranjos institucionais. Porém, as assimetrias entre educadores e educandos não decorrem da coerção, mas da necessidade de dar a

preservar instituições comuns para os recém-chegados, crianças e jovens. Carvalho (2015) sintetiza nos discursos contemporâneos a presença de interpretações redutoras do pensamento arendtiano:

[Ora] a relação educacional fundada na autoridade é descrita como um dispositivo coercitivo – herdado das hierarquias pré-modernas ou engendrado em função de novas exigências de conformação social –, [ora] se evoca a necessidade de sua restauração como remédio para os impasses de um processo educacional que perdeu a confiança em sua eficácia e a certeza de seu sentido (CARVALHO, 2015, p.981).

Para Arendt (1997) três pressupostos básicos sobre a autoridade do professor, produzem medidas [políticas] educacionais consideradas por ela desastrosas: quando a autoridade que diz à criança o que fazer e o que não fazer repousa no próprio grupo de crianças – o princípio político pedagógico de [auto]educar-se quando aplicado a crianças e jovens, desqualifica o que Arendt denomina importância do reconhecimento da presença/ausência da autoridade na educação e introduz o que denomina tirania da maioria. Um segundo pressuposto político decorre das tentativas de fundar a autoridade do professor na formação profissional para o ensino e não no domínio de qualquer assunto em particular, o que resultou no negligenciamento da formação docente. Finalmente, um terceiro pressuposto envolve a substituição da relação de ensino e aprendizagem pelo fazer, disseminado pelo pragmatismo pedagógico, em que o objetivo passa a ser o de desenvolver habilidades, e não o de ensinar conhecimentos.

É dessa forma sintética, devido ao espaço desta apresentação, que apreendemos com Arendt, no âmbito de uma teoria política vigorosa, que toda educação importa numa relação de assimetria [poder] entre educador e educando, para, num tempo posterior e na esfera pública, produzir rupturas com as relações sociais desiguais. No limite, são extensas as análises, e muitas vezes com posições irredutíveis, que enunciam sobre a educação escolar e o seu agente, o(a) professor(a). Se as pedagogias da autonomia introduzem no campo educacional a importância da consideração das diferenças culturais e individuais dos educandos, “parte significativa dessa modalidade de discurso se apoia no ideal de liberdade

como atributo da vontade e da consciência individual, e não como razão de ser da vida política” (CARVALHO, 2015, p.847).

Para Arendt, o espaço da política é *locus* de ação para a criação e discussão de instituições de regulação dos poderes, e o fundamento da autoridade política decorreria do *modus operandi* das instituições, para o qual deveríamos ser educados. A função social exercida pela educação escolar a pressupõe como instituição – e não apenas como uma organização – por presidir a produção do consentimento ativo de indivíduos diferentes e desiguais, porém, potencialmente participantes de uma sociedade de massas e de suas instituições políticas.

Foucault aproxima-se de Arendt ao reconhecer que o poder organizado, ou seja, nos termos de Arendt, os aparatos de governo, as chamadas formas técnicas de administração e os modos de organização das instituições, configuram relações de poder e legitimam autoridades (para Foucault, enunciados de verdades). Tanto em Foucault quanto em Arendt, o poder é menos da ordem do enfrentamento entre dois adversários e mais do compromisso de um frente ao outro (ARENDR, 1997) e da ordem da biopolítica,⁵ ou seja, tecnologias de normalização e regulação das populações (CASTRO, 2009, p.190). Martuccelli (2013) considera que a obra de Foucault tem por objetivo desocultar princípios unificadores fundados na Razão, pois, longe de serem motores de emancipação social, na realidade são o foco mesmo de construção e de expansão das lógicas de dominação. Entretanto, afirma também que Foucault faz das ciências humanas o lugar preponderante da racionalização weberiana, que conduz a uma regularidade e previsibilidade crescente das condutas (MARTUCCELLI, 2013, p. 251-277).

Mas o termo *governo*, para Foucault, expressa dois eixos de relações: como relação do indivíduo consigo mesmo e com os outros. Governar-se, ou o cuidado de si, conduz o(s) sujeito(s) por um campo de possibilidades, enquanto governar [outros] remete à condução das condutas, ou seja, às formas de dominação. Relações de poder com e entre o(s) indivíduo(s) – em cada um e, desse modo, com todos – são as

⁵ Para Foucault, o poder é uma relação produtiva de indivíduos. Collier (2011) distingue, na obra de Foucault, o desenvolvimento dos conceitos de poder disciplinar, destinado a um controle minucioso sobre os corpos e mentes, e poder regulatório como segurança, voltado para o uso de tecnologias que proporcionam normas diretoras e um *telos* orientador.

que permitem educar e normalizar populações, mas biopolíticas são os diversos modos de configurar dispositivos técnicos e sociais na direção de regulação das populações em espaços (territórios)/tempos específicos (COLLIER, 2011). Biopolíticas conduzem à produção do consentimento ativo de indivíduos e grupos sociais.

A produção do consentimento em cada indivíduo e no grupo que, em Arendt, é decorrente do ato fundante da autoridade política, para Foucault ocorre, na contemporaneidade, mediante tecnologias diversas produtoras de lógicas orientadoras das ações. A genealogia do poder objetiva discernir os mecanismos de produção dos consentimentos ativos, o que permitiria revelar a normalização dos indivíduos e das populações, mas também as práticas de exercício de biopolíticas, consideradas como um conjunto de regras determinadas no tempo e no espaço que definem as condições institucionais de assujeitamento.

Sob a ótica de um poder disciplinar, para diversos autores depois das análises de Foucault, “a compreensão da educação escolar nunca mais foi a mesma. A educação, em especial na sua modalidade escolarizada, passou a ser considerada maquinaria destinada a disciplinar corpos em ação” (CÉSAR, 2010, p. n/c).

Dentre todas as instituições disciplinares, a escola possui a maior abrangência, pois é nela que os indivíduos passam a maior parte da sua formação, até que estejam prontos para a vida adulta. Por sua vez, a disciplina no interior da instituição educacional não se restringe ao corpo, pois ali também ocorre a submissão dos conhecimentos à disciplina institucional, isto é, a escolarização dos saberes. (...) A escola disciplinar não distingue entre corpo e conhecimento, praticando a moralização de ambos na medida em que seu objetivo é a produção do sujeito sujeitado (CÉSAR, 2010, p. n/c).

Com Foucault apreendemos que a educação e suas instituições se constituem como mecanismos contemporâneos de reorganização do poder. O asilo, o hospital, a escola, a prisão são instituições com vínculos a um projeto da modernidade de transformação dos indivíduos. Como foi enunciado desde a revolução francesa, tratava-se à época de formar um novo sujeito social – o cidadão – no lugar dos miseráveis (*sans cullottes*), dos padres, nobres e etnias. Este seria o sujeito novo a ser normalizado,

assujeitado. A ênfase analítica é posta na compreensão do *modus operandi* das instituições disciplinares de corpos e mentes.

Entretanto, com Collier (2011) apreendemos que o poder regulatório, como biopolítica, constitui-se num espaço social de elaboração de diferentes tecnologias de poder. Desse modo, confinamentos do pensamento foucaultiano sobre a educação escolar são questionados.

O que se deve, então, ensinar/aprender nas escolas dos assentamentos e acampamentos do MST? Ensinar a plantar? Ensinar a lidar com computadores? Ensinar a cuidar dos animais? Ensinar a usar materiais de um laboratório? Ensinar a lidar com a terra ou ensinar conteúdos nomeados universais? A dualidade do isto ou aquilo parece ser alimentada nas discussões sobre a produção do currículo das escolas pesquisadas. As disputas, associações e produções discursivas nos currículos investigados muitas vezes trazem à tona o isto ou aquilo. (...) Parece que ao responder ao dilema isto ou aquilo, os currículos do Acampamento Esperança e do Assentamento Coragem 3 optavam por trabalhar o isto e aquilo ou tudo isso e mais aquilo (RIBEIRO E PARAÍSO, 2015 p.802, grifo meu)

Sujeitos sociais diferentes, diversos e desiguais requerem currículos diferentes? Muitas das dicotomias entre saberes disciplinares e conhecimentos particulares decorrem da obra de Foucault como irreduzíveis e moldáveis por reconstruções epistêmicas normalizadoras. Lutas contra desigualdades sociais e, portanto, de reorganização do poder, engendram discursos que permitem, nos termos formulados por Arendt, o reconhecimento de outras autoridades e institucionalidades, mas também, com Foucault, de formas múltiplas de governamentalidade. Na obra de Foucault, relações sociais são relações de poder, e as instituições que as formatam (escolas, prisões, organizações as mais diversas) são questionadas, não apenas pelo exercício de um poder disciplinar, mas também por tornar possível, simultaneamente, escolhas por indivíduos ou grupos e o governo dos outros.

4 Desigualdades educacionais e modos de operar das políticas públicas

Para as análises de políticas públicas, terceira subárea de estudos considerada, trata-se de compreender como se desenvolvem e se articulam um modo de ação estatal (em muitos contextos, regido por prescrições de matriz burocrático-profissional) e um societal (orientado seja por lógicas de competição, seja de solidariedade) para equacionar problemas públicos. Em contextos democráticos trata-se de compreender o equacionamento de demandas provenientes de públicos diversos e desiguais, nas quais se incluem os públicos educacionais. As análises de políticas públicas articulam-se à tradição sociológica, ao considerar que as potencialidades de mobilização e vocalização dos atores às autoridades políticas (ARENDT, 1997) não decorrem apenas das desigualdades de recursos ou de influência, mas são também impulsionadas pelas experiências de desigualdades, da condição social, apreendidas analiticamente como mobilizadoras.

Estudos clássicos sobre políticas públicas buscam explicar a natureza da política analisada e seus processos, ou procuram responder à questão sobre o espaço que cabe aos governos na sua definição e implementação (SOUZA, 2007, p.70). A complexidade das questões envolvidas e que se apresentam aos formuladores de políticas requer ainda dos analistas em políticas públicas compreender como alguns temas são capturados pelos formuladores. Tanto na área educacional, como para o conjunto das políticas sociais, diferentes atores buscam influenciar formuladores por meios diversos, aí incluídos desde a argumentação e a persuasão até o bloqueio de grupos considerados como adversários. Kingdon (2003) aponta que as mudanças na agenda governamental são influenciadas pela forma como o problema é percebido, pelo conjunto de alternativas disponíveis e pela alteração na dinâmica da competição política e na opinião pública.

Nessa vertente de estudos, relações desiguais de poder são expressas nas arenas, em fóruns diversos de disputas e de ideias. Alternativas, proposições, apresentadas por atores [diversos e desiguais], produzem ou não redistribuições e reconhecimentos. Caberia ao sistema de políticas públicas governá-las, pois são elas que estruturam as oportunidades políticas, a organização da mobilização de grupos, a formação de identidades e, por fim, as agendas. Políticas públicas têm um efeito poderoso sobre o que os cidadãos querem e conduzem

mudanças nos eixos (estatal e societal) dessas relações de poder. São sempre decorrentes de articulações e coordenações entre atores diversos e desiguais, podendo conduzir à produção de demandas e/ou soluções “mais exclusivistas”, com efeitos de reparação ou de segregação e, por vezes, contraditórias com medidas universalistas.

Revisão da literatura, sintetizada por Barrault-Stella e Gostellec (2015), constata que, no período mais recente, duas vertentes de estudos em políticas públicas analisaram, por um lado, as diferenças de desenvolvimento dos sistemas educacionais em perspectiva comparada e, por outro lado, buscaram explicar as reformas das políticas educacionais contemporâneas. Na primeira vertente, com fundamento numa macrossociologia comparativa e no neo-institucionalismo, os trabalhos confrontam decisões e efeitos de políticas sobre os sistemas educacionais, introduzindo, desse modo, uma leitura sobre as relações de poder. O foco desses estudos dirige-se para a compreensão do modo como diferenças institucionais e de processos contribuem para distinções político-espaciais dos sistemas educativos e produzem efeitos diversos (BUSEMEYER e TRAMPUSCH, 2011). As instituições educacionais são o foco central de análise, tanto por sua capacidade de constranger ações de mudanças sociais quanto por potencializá-las. Formas e procedimentos presentes na organização institucional dos sistemas de educação, num dado país, são oriundos de práticas administrativas que instituíram relações de poder, pois as mudanças das instituições educacionais orientar-se-iam por modelos sociais, considerados como mais adequados. Esses estudos, de acordo com Barrault-Stella e Gostellec (2015) demonstram as relações entre tipos de Estado-providência, políticas educativas, escolhas (*trade offs*), programas de assistência e desigualdades de oportunidades na educação superior. Uma segunda vertente, identificada por Barrault-Stella e Gostellec (2015) como sociologia política da educação, convida, a partir de vários objetos de estudo em educação, a analisar as fases da ação pública educacional como: a construção do problema, a implementação da política considerada, a apropriação dos sistemas educacionais pelos usuários etc. A adoção de uma abordagem de políticas públicas, atenta às atividades governamentais, se faz sem ocultar as lógicas e condições sociais das reformas político-educacionais e as possíveis dinâmicas de reprodução e segregação de desigualdades, oriundas dos dispositivos e mecanismos indutores das políticas.

Preocupações com a disseminação das reformas educacionais e com a transferência de políticas públicas conduziram estudos sobre a implementação local/nacional de programas e políticas formuladas em outros lugares. *Policy borrowing* são condicionadas, no setor educacional de países pobres, a exigências de ajustes estruturais para o alívio da pobreza e à promoção de boa *governance* no setor público. Diferentes análises exploram as razões sociais, econômicas, políticas para “emprestar e tomar emprestado” medidas e políticas educativas formuladas externamente (STEINER-KHAMSI, 2012).

Políticas públicas, nessa vertente, são apreendidas como sinônimo de ação pública, o que implica rupturas analíticas com associações quanto ao desenvolvimento de uma política específica e ao voluntarismo dos agentes; ruptura com a ideia de unicidade do Estado, que passa a ser apreendido na diversidade de grupos e conflitos que o compõem e, finalmente ruptura com a ideia de fetichismo da decisão e o reconhecimento da importância dos processos de implementação (LASCOUMES et LE GALÈS, 2007, p.16)

Desde o momento em que as políticas públicas são pensadas em termos de ação pública e não mais como obra linear de uma vontade política da administração, mas como resultantes de conflitos, de arranjos, de compromissos, onde intervém uma diversidade de atores a análise da ação pública adota a noção de regulação, como um conceito que permite pensar e nomear as novas formas de intervenção e de papéis do Estado, em um contexto de governança (...) novas teorias emergem tendendo a pensar a regulação não mais de um modo funcionalista, mas como um jogo resultante de uma multiplicidade de ações em um campo específico (MAROY, 2011, p. 689)

O termo regulação, na arena educacional, permite aproximar diferentes aspectos para análise dos sistemas educacionais (financiamento, avaliação, formação docente, atendimento, etc.), pois regulação social designa os múltiplos processos, contraditórios e por vezes conflitantes, orientadores da conduta de atores diversos e desiguais e as regras do jogo nos sistemas político-sociais (MAROY, 2012).

Segundo Maroy (2006; 2011) conhecer a regulação das políticas nos sistemas educacionais permitiu compreender a evolução das formas de coordenação e articulação dos atores, as variações entre diferentes

países, como também as tendências convergentes. Tradicionalmente, e com maior vigor nos países europeus, o modo predominante de regulação dos sistemas educacionais envolvia a obrigação de meios e a conformidade de procedimentos (padronização normativa) sob o fundamento das leis e da racionalidade entre meios e fins. Os sistemas educacionais, nos países europeus estudados (MAROY, 2006), combinavam regras burocráticas com o poder individual e coletivo dos profissionais de educação a respeito do conteúdo e de procedimentos de seu trabalho:

(...) a aprendizagem nas escolas envolvia a mediação precisa de regras escritas especificando o tempo, conteúdo e modalidades de aprendizagem; essa aprendizagem “entre e pelas regras [normas]” socializava crianças para o seu papel como cidadãos, em correspondência com as formas modernas de poder racional-legal (MAROY, 2012, p.64, versão minha).⁶

No contexto de disseminação do movimento conhecido como *New Public Management*,⁷ emergem outras formas de coordenação dos sistemas educacionais, denominadas por Maroy (2006) modos pós-burocráticos de regulação. Eles são descritos como pós-burocráticos por duas razões principais: a) novos instrumentos políticos de coordenação e controle aparecem e tornam-se mais complexos (avaliação externa, contratos por objetivos, gráficos de desempenho), além de incentivar medidas de referência das performances (resultados) educacionais; b) novos arranjos institucionais, que associam os resultados a maior autonomia procedimental dos atores, passam a coordenar as ações nos sistemas educacionais. Essas novas formas de regulação Maroy (2006) denomina modo de regulação por desempenho (ou por resultados) e modo de regulação pelo mercado.

⁶ No original: “(...) learning at school involves the mediation of written prescriptions precisely specifying the time, content and modalities of learning; this learning ‘within and by the rules’ socializes children for their role as citizens, in conjunction with ‘rational-legal’ forms of modern power”.

⁷ *New Public Management*, ou modelo gerencial de administração, constitui um movimento que advoga a reforma da administração pública sob dois enunciados centrais: o primeiro refere-se à ineficiência e à ineficácia da gestão estatal; o segundo refere-se à participação de entidades, organizações e movimentos sociais como necessária para a democratização do Estado.

Felouzis, Maroy e Van Zanten (2013) afirmam que, embora o termo mercados educacionais cubra realidades empíricas diferenciadas, eles são, em grande parte, resultantes de políticas públicas de educação. Discursos que advogam políticas de ampliação dos mercados educacionais são orientados em função de um fim: a liberdade de iniciativa privada em educação. Entretanto, o operador principal desses mercados é o Estado, que se propõe a regular a oferta educacional, mediante a competição entre o ensino público e o privado. Mas políticas promotoras de *accountability* ou de regulação da demanda, mediante a avaliação dos estabelecimentos de ensino, decorrem também da ausência de ação estatal no combate às desigualdades educacionais pela via dos resultados.

A valorização da eficácia no setor educacional contribuiu para a disseminação de um tipo ideal de regulação dos sistemas centrado no controle e na pactuação de resultados. A meta declarada é a de melhorar a eficácia do ensino e reduzir desigualdades e diferenças de desempenho entre grupos de alunos (equidade educacional). As instituições educacionais ficam, cada vez mais, sujeitas à obrigação de resultados e de desempenho. No Brasil, a emergência desse modo de regulação foi construída por enunciados a respeito da melhoria da qualidade de educação e abrange dispositivos relacionados ao financiamento, remuneração dos profissionais e contratualização de programas educacionais. Maroy (2011) considera que apesar do discurso em defesa da maior autonomia dos estabelecimentos de ensino, a promoção da avaliação dos resultados educacionais mediante testes padronizados pode contribuir para reforçar controles burocráticos externos.

Críticas aos tipos ideais pós-burocráticos demonstram efeitos sobre a segregação dos alunos (BEN-AYED; POUPEAU, 2009), sobre as estratégias escolares de escolha dos estudantes e decorrentes das assimetrias de informação e condições sociais (FELOUZIS; MAROY; VAN ZANTEN, 2013). Em síntese, acha-se em construção uma sociologia das instituições e políticas educacionais que busca apreender a ancoragem social da ação pública, enquanto modo de regulação social.

5 Uma sociologia política da educação

Num contexto em que as ciências da educação acham-se focadas nas medições e nas questões metodológicas de formação docente, análises teóricas relacionadas a conhecer sobre o que se fala, de onde

e em que direção podem ficar obscurecidas. Os discursos sociológicos sobre a educação da e na modernidade referem-se tanto às estruturas e práticas, como às ideias e racionalidades. Martuccelli (2013) afirma que a escritura sociológica é composta por fragmentos diversos, por estruturas de relatos, às vezes opostos entre si, uma mescla de fatos abreviados e de opiniões. Existem múltiplas maneiras de escrever a respeito das análises sociológicas na educação, mas este artigo escolheu apresentá-las a partir da intercessão entre sociologia e política. Essa escolha foi, porém, flexionada com a introdução de reflexões a respeito das desigualdades, em especial as educacionais.

A crescente polarização de renda, de propriedades, de conhecimentos etc. entre ricos e pobres conduz a situações de tal gravidade social que o pensar é circunscrito a posições mais pragmáticas de proposições para a ação. Nessa direção, as pedagogias da autonomia ou do aprender fazendo podem corresponder a soluções advindas das segregações, nas quais aqueles despossuídos se vêm na obrigação de buscar soluções para seus problemas. De forma também pragmática, políticas públicas (ação pública) na área social se fazem de modos diferentes e desiguais por atores também diversos e desiguais, cujo horizonte envolve focalização e assistência para “inclusão da pobreza”. A hipótese em discussão considerou que a efetivação de políticas públicas em educação, como em outras áreas, conduziu a polarizações discursivas, ou seja, efeitos de confinamento. Esse resultado não decorre apenas de interesses pragmáticos em disputas, mas também de quadros analíticos apropriados de formas irredutíveis.

Uma percepção derivada do desenvolvimento da sociedade brasileira e, nela, de suas políticas públicas na área social, entendidas como ação pública, permite-nos afirmar que desigualdades estruturais condicionaram o desenho e o *modus operandi* do sistema educacional. Porém, nos poucos contextos mais democráticos vividos pelo país, políticas que ampliariam oportunidades educacionais tencionavam com as múltiplas desigualdades, ou seja, novos desenhos institucionais produzem outros resultados.

Para a tradição da sociologia da educação de matriz francesa desigualdades expressam as diferenças de poder produzidas pela estrutura social, e a educação, desde Durkheim, tem a função política (institucional) de reproduzir um sistema de socialização decorrente da vida em sociedade. Dessa tradição, possivelmente Foucault represente

a crítica mais contundente à educação na modernidade, por não analisar com o mesmo vigor relações sociais baseadas na solidariedade e na reciprocidade. A ênfase posta em sua obra na concepção de poder como disciplinar e, posteriormente, como tecnologias de *governance* enraíza-se na matriz weberiana de expansão da racionalidade como forma de dominação. Além disso, ao analisar as “soluções técnico-políticas” de *governance*, tenciona com ideias mais generalizáveis de poder.

Arendt, por sua vez, expressa uma ruptura com essa tradição, exatamente por situar o poder na ação coletiva, capaz de inaugurar novas instituições políticas, e por expor a importância para a construção da igualdade da relação assimétrica na educação. Aproximações são possíveis? Ao tratar da autoridade política Arendt (1997, p.135) observou a importância das formas técnicas de administração e organização do organismo político, que permitem distinguir formas de governo. Nesse ponto, sua aproximação com o conceito de biopolítica, tal como foi apontado por Collier (2011), resulta em reconhecimento da noção de autoridade política e sua crise, tema esse criticado nos estudos de inspiração foucaultiana.

No sistema educacional brasileiro, a União não detém o monopólio da formulação de políticas educacionais; pelo contrário, a dinâmica das relações federativas e de mobilização societal conferem ao campo educacional um imbricamento de valores, proposições, demandas e interesses de atores diversos. Políticas e programas educacionais de abrangência nacional, proclamados como de combate às desigualdades socioeducacionais, são implementados por atores subnacionais, cujas lógicas de ação são condicionadas pelas desigualdades preexistentes. Afinal, o sistema educacional é também um sistema de produção e reprodução de desigualdades.

Nas últimas décadas expandiram-se modos de regulação pós-burocráticos, num país onde relações de cunho neopatrimonialista e clientelistas persistem, com muita força, no sistema educacional. Mas, nos últimos cinquenta anos, assistimos também ao crescimento da produção legislativa em educação, tanto proveniente de demandas sociais, quanto por interesse de atores estatais. A generalização de instrumentos e mecanismos de *governance* pós-burocráticos se fez, sem prescindir de dispositivos normativos diversos. Ao advogarem instrumentos normativos de combate às desigualdades educacionais ou de cunho

finalístico, as posições em disputa são silentes sobre a hibridização dos modos de regulação do sistema educacional tripartite.

Este artigo procurou mapear a interseção entre concepções de desigualdades sociais e políticas públicas, a partir de diferentes subáreas de conhecimento que analisaram o fenômeno do poder político e sua manifestação no campo educacional. Essa literatura, por sua vez, aponta para análises a respeito das estruturas sociais, dos aparatos ou tecnologias de governo, por serem condicionantes da reprodução de desigualdades. Verificou-se ainda uma terceira vertente que expõe a relevância de relações assimétricas legítimas nos sistemas de educação.

Referências

- ALMEIDA FILHO, N.; CORRÊA, V. P. A CEPAL ainda é uma escola do pensamento? *Revista de Economia Contemporânea*, v.15, p.92-111, 2011.
- ARENDT, H. *Crises da república*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.
- ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BARBOSA, M. L. de O. O poder na sociologia francesa ou a força da regra. In: NOBRE, R. F. (Org.). *O poder no pensamento social*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- BARRAULT-STELLA, L.; GOSTELLEC, G. Introduction: l'éducation entre sociologie et Science politique, des convergences contemporaines à leurs limites. *Education et sociétés*. v.36, n.02, p.5-18, 2015.
- BEN-AYED, C.; POUPEAU, F. École ségrégative, école reproductive. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v.180, n.5, p.4-10, 2009.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- BOURDIEU, P. *Science de la science et réflexivité: cours et travaux*. Paris: Raison d'agir éditions. 2001.
- BUSEMEYER, M. R.; TRAMPUSCH, C. Comparative political science and the study of education. *British Journal of political Science*, v.41, n.02, p.413-443, 2011.
- CAMPOS, M. M. Educação e políticas de combate à pobreza. *Rev. Bras. Educ.*, n.24, p.183-191, dez. 2003.

CARVALHO, J. S. F. de. A liberdade educa ou a educação liberta? Uma crítica das pedagogias da autonomia à luz do pensamento de Hannah Arendt. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v.36, n.3, p.839-851, dez. 2010.

CARVALHO, J. S. F. de. Política e educação em Hannah Arendt: distinções, relações e tensões. *Educ. Soc.*, v.35, n.128, p.813-828, set. 2014.

CARVALHO, J. S. F. de. Autoridade e educação: o desafio em face do ocaso da tradição. *Rev. Bras. Educ.*, v.20, n.63, p.975-993, dez. 2015.

COLLIER, S. J. Topologias de poder: a análise de Foucault sobre o governo político para além da “governamentalidade”. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, n.5, p.245-284, jul. 2011.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARAUDEAU, P. Representação social. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (Ed.). *Dicionário de Análise do Discurso*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.431-433.

CÉSAR, M. R. de A. Pensar a educação depois de Foucault. *Revista Cult*, n.134, mar.2010. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br>. Acesso em 24/07/2016.

DOMINGUES, J. M. *Sociologia e modernidade*: para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DI GIOVANNI, G. Abordagens cognitivas. In: DI GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). *Dicionário de políticas públicas*. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp: Fundap, 2015.

DURKHEIM, É. *A divisão do trabalho social*. Porto, PT: Editorial Presença, 1984.

DURKHEIM, É. *Lições de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DURKHEIM, É. O ensino da moral na escola primária. *Novos Estudos - CEBRAP*, v.n/c, n.78, p.59-75, 2007.

FELOUZIS, G.; MAROY, C.; VAN ZANTEN, A. *Les marchés scolaires*: sociologie d’une politique publique d’éducation. Paris: Presse Universitaire de France, 2013.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. *Democracia hoje*: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FRASER, N. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, n.70, p.101-138, 2007.

KINGDON, J. W. *Agendas, alternatives and public policies*. 2.ed. United States: Addison-Wesley educational publishers Inc., 2003.

LASCOURMES, P.; LE GALÈS, P. *Sociologie de l'action publique*. Paris: Armand Colin, 2007.

LECA, J. L'état entre politics, policies et polity: on peut-on sortir du triangle des Bermudes? *Gouvernement & action publique*, v. 1, n.01, p.59-82, 2012.

MAROY, C. *École, régulation et marché: une comparaison de six espaces scolaires locaux en Europe*. Paris: PUF, 2006.

MAROY, C. Regulação dos sistemas educacionais. In: VAN ZANTEN, A. (Org.). *Dicionário de Educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

MAROY, C. Post-bureaucratic mode of governance. In: STEINER-KHAMSI, G.; WALDOW, F. (Ed.). *Policy borrowing and lending in education: word yearbook of education*. New York: Routledge, 2012. p. 62-79.

MARTUCCELLI, D. *Sociologias de la modernidade: itinerário del siglo XX*. Santiago: LOM Ediciones. 2013.

NÓVOA, A. *Professores: imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009.

PERISSINOTTO, R. M. Hannah Arendt, poder e a crítica da “tradição”. *Lua Nova*, São Paulo, n.61, p.115-138, 2004.

PERISSINOTTO, R. M. Poder: imposição ou consenso ilusório. Por um retorno a Max Weber. In: NOBRE, R. F. (Org.). *O poder no pensamento social*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

PETITAT, A. *Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

RIBEIRO, V.; PARAÍSO, M. A. Currículo e MST: conflitos de saberes e estratégias na produção de sujeitos. *Educação & Realidade*, v.40, n.03, p.785-808, 2015.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M; MARQUES, E. (Org.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p.65-86.

STEINER-KHAMSI, G. Understanding policy borrowing and lending: building comparative policy studies. In: STEINER-KHAMSI, G.; WALDOW, F. (Ed.). *Policy borrowing and lending in education: word yearbook of education*. New York: Routledge, 2012. p.03-17.

TIBURI, Márcia. Ocupar como conceito político. *Revista Cult*. Publicado dia 08/06/2016 por redacaocult, nas categorias: Blog Marcia Tiburi, exclusivo do Site. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2016/06/ocupar-como-conceito-politico/> Acesso em: 12/06/2016.

Le genre comme rapport d'inégalité sociale dans le discours publicitaire

Gender as a relation to social inequality in advertising discourse

Jean-Claude Soulages

Université Lumière Lyon 2

Centre Max Weber UMR 5283

Résumé: Loin de se réduire à une simple transaction commerciale, une annonce publicitaire est un espace de croyances sur des identités, des rôles et des pratiques sociales. Au même titre que d'autres productions fictionnelles de la culture de masse, elle représente l'une des faces de ce miroir social alimenté par la circulation incessante d'attitudes et de croyances, affichant même s'il s'agit bien souvent pour cette dernière d'un positionnement ludique, un second monde peuplé par nos avatars. La publicité tout comme le fait la fiction télévisée définit l'horizon des possibles d'une communauté donnée. Ce qu'elles réalisent toutes deux c'est l'entrée de l'imaginaire dans le réel. Même si, à partir des années 70, s'opère un lent défigement des stéréotypes sexistes, le publicitaire ne se fera aucunement le porte-parole explicite d'une quelconque lutte féministe, il optera toujours pour une tactique ambivalente de *double speak*: des effets de décadrement mettant en exergue des situations délibérément décalées ou burlesques (Un homme qui change les couches de bébé! Un clown qui fait la lessive!), mais cristallisant des inégalités de rôles. En jouant tout à la fois sur le défigement et la réactivation des stéréotypes, c'est bien un rôle de passeur et de *go between*, qu'est assigné le publicitaire en se faisant l'arbitre ventriloque de ces conflits de légitimité et de construction identitaire qui agitent notre modernité.

Mots clés: media; publicité; image; fiction; télévision.

Abstract: Far from being reduced to a simple commercial transaction, an advertisement is a space of faiths on identities, roles and social practices. In the same way as the other fictional productions of the mass culture, the TV commercial represents one of the faces of this social mirror fed by the ceaseless circulation of attitudes and faiths, showing even if it is very often a question of an ironic positioning, a second world populated by our avatars. Advertising defines the horizon of the possible for a community. What it realizes is the entry of the imaginaries into reality. Even if, from the 70s on, a slow change of the sexist stereotypes takes place, the operation of deconstruction of the male picture is going to be very gradually made under certain completely particular modalities. The advertiser will never be the explicit spokesman of any feminist fight, he will always opt for an ambivalent tactics of double speech: effects of distortion highlighting deliberately moved or comic situations (a man changing baby's coats! A clown who does the laundry!). By playing quite at the same time on the deconstruction and the reactivation of stereotypes, the advertiser plays his role of go-between in the conflicts of legitimacy and identity construction of the second modernity.

Keywords: media; advertising; image; fiction; television.

Recebido em 11 de agosto de 2016.

Aprovado em 07 de outubro de 2016

Les sociétés humaines recherchent depuis leurs origines à travers des récits à exorciser leurs peurs et leurs joies et, ce faisant, à apprivoiser la réalité. Depuis le siècle dernier, les industries culturelles, au premier rang desquelles, le cinéma, la télévision et aujourd'hui Internet, jouent un rôle public emblématique dans ces opérations de construction ou de déconstruction des représentations collectives et des ressources identitaires. Leur force repose sur le pouvoir empathique et symbolique que permettent le récit et l'imaginaire, celui d'assigner arbitrairement une trajectoire à leurs personnages et sur leur capacité à "performer" leur lecteur/spectateur, quitte à ce que l'univers mental de ce dernier oscille, selon Edgar Morin, tour à tour, "entre l'euphorisation et la problématisation" (MORIN, 1972, p. 156). Or, cette pragmatique médiatique qui met au jour les joies mais aussi les inégalités sociales qui régissent nos sociétés, peut y être assurée par d'autres récits plus

prosaïques et familiers. C'est le fait quotidien de ces fictions audiovisuelles *mainstream* que sont les publicités télévisées qui ont le pouvoir d'irradier au jour le jour la collectivité nationale toute entière. La publicité télévisée constitue sans nul doute aujourd'hui le programme le plus broadcasté par les réseaux de télévision, voire peut-être même le plus fréquenté parmi les productions à caractère "fictionnel". Car, très tôt, encouragé par un accueil plutôt favorable qui ne s'est jamais démenti, la profession a adopté de façon tout à fait symptomatique sur le petit écran le format du *storytelling* (SALMON, 2007) et même celui du *no genre's land* (JOST, 2004). On pourrait aussi ajouter qu'elle a, dès ses débuts, mis à l'antenne la forme la plus primitive et la plus répandue de "télé réalité" en exhibant sans scrupule l'intimité et la vie ordinaire de nos contemporains. En mettant en scène ces derniers figés dans leurs comportements routiniers, la publicité a exploité opportunément cette dynamique d'empathie et de proximité caractéristique du média domestique qu'est le terminal télévisuel. Indirectement, c'est pour une part cette enveloppe bavarde et familière servant de décor à nos programmes préférés qui concourt à arrimer la programmation télévisuelle à notre environnement quotidien. Compagnonnage ancillaire qui, tout en constituant l'entre deux des programmes, tend à ne plus faire qu'un avec le hors champ cathodique, c'est-à-dire l'expérience et le monde vécus du téléspectateur. À tel point qu'à l'intérieur de ces temps morts, ce n'est plus nous qui regardons la télévision, mais, d'une certaine manière, elle qui semble nous regarder vivre.

1 Un terrain de jeu et un champ de bataille

En effet, cette activité incessante de fabulation d'images de notre réalité, ce monde recomposé peuplé par nos avatars, (images du monde et de ses êtres à travers le poids des mots et des images des marques) en est venu à constituer le matériau brut du discours publicitaire. Il ne s'agit pas, ici, de rechercher une quelconque véridicité ou efficacité de ses énoncés mais plutôt de nous interroger avec Luc Boltanski (2012, p.16) sur ces procédés discursifs qui contribuent à construire ce qu'il dénomme "la réalité de la réalité [et qui] se seraient trouvées déviées vers 'l'imaginaire'". Ce qu'établissent en fait ces machines à fabuler que sont les récits sociaux, c'est bien l'entrée de l'imaginaire dans le réel. En recourant aux images et à l'imaginaire, chaque message publicitaire œuvre ainsi à une opération de figuration-sémiotisation du

monde à travers des procédés métaphoriques de transfiguration mais aussi d'enfouissement. Ce qu'établit en fait cette fabulation de nos vies quotidiennes, c'est la possibilité d'une série de relations transparentes et spontanées à un monde possible imaginé, autrement dit, l'entrée dans un authentique "espace symbolisé" dans le sens que Marc Augé attribue à cette fonction pragmatique de symbolisation "qui est le fait de toutes les sociétés humaines, [qui] vise à rendre visible à tous ceux qui fréquentent le même espace un certain nombre de schèmes organisateurs, de repères idéologiques et intellectuels qui ordonnent le social" (AUGE, 1994, p. 14). Or, cette culture bavarde qui occupe de façon ostentatoire le paysage public de nos villes et de nos écrans, y masque et y dénie du même coup la réalité fondatrice du substrat économique qui la sous-tend. Et en premier lieu, l'occultation des modes de fonctionnement de nos sociétés et les inégalités qui les caractérisent dans la répartition du pouvoir et des richesses. De ce point de vue, la publicité constitue, sans nul doute pour longtemps, le masque enchanté des fantasmes de nos sociétés de masses et de la société libérale de marché.

En définitive, cet "échange socialisé de signes" vise, comme le résume Jean Baudrillard "en personnalisant les objets et les croyances, à mieux intégrer les personnes" (BAUDRILLARD, 1968, p. 196). La publicité serait, alors une matrice imaginaire à fabriquer de l'égalité. Elle a en quelque sorte réalisé cette "égalité des conditions" telle que la prophétisait Alexis de Tocqueville (1835) mais en lui greffant un même marché pour tous, celui de la consommation. Sur ce plan, elle incarne et signifie en quelque sorte le mode d'être ensemble des sociétés modernes. Utopie assurée par l'économie de marché et la société de consommation dont le postulat magique proclamerait l'égalité d'accès aux biens pour tous. Si la société salariale, comme le soutient Robert Castel, a permis "l'élargissement, ou la démocratisation de la conception moderne de l'individu accédant à la propriété de soi", la société de consommation a accouché d'un véritable "individu par excès" (CASTEL, 2001, p. 128). En effet, la publicité y scénographie tous les jours son terrain de jeu et son champ de bataille. Car, derrière le simulacre de l'accès libre aux biens et aux services, c'est une autre scène qui surgit et s'impose, celle de l'expérience sociale des publics, de ses rituels, de ses normes et de ses interactions au quotidien. C'est surtout le spectacle familial d'une humaine comédie qui s'installe à domicile car, au fétichisme de la marchandise s'est substitué celui du consommateur qui vient occuper le

devant de la scène et qui est devenu la nouvelle marchandise (BAUMAN, 2008). En définitive, comme l'affirme Eliséo Veron à propos du discours publicitaire, la plus grande partie de son univers "concerne, non pas la consommation, mais l'évolution socio-culturelle" de nos sociétés (VERON, 1994, p. 121).

La publicité va alors s'attacher à resignifier le monde des objets et celui des êtres. Elle nomme, qualifie et traduit dans ses images des identités, des univers, des objets auxquels elle va conférer une plus ou moins grande charge cognitive ou pathémique. Cette activité performative nous pousse donc à considérer l'iconographie publicitaire, non comme le simple reflet de la réalité économique et sociale d'une collectivité mais plutôt comme le répertoire d'interprétations arbitraires de cette dernière et les messages publicitaires comme des lieux d'inscription d'"imaginaires", au sens où Patrick Charaudeau entend ce concept: "L'imaginaire n'est pas, comme le laisse entendre son emploi courant et le dictionnaire dans sa première acception, ce qui s'oppose à la réalité, ce qui est inventé de toutes pièces [...]. L'imaginaire est effectivement une image de la réalité, mais en tant que cette image interprète la réalité, la fait entrer dans un univers de significations" (CHARAUDEAU, 2005, p. 158). Retombée collatérale mais tout à fait opportune, le discours publicitaire en vient à assumer pour tout chercheur en sciences sociales un rôle de véritable baromètre social pointant l'état et les transformations à l'œuvre dans les imaginaires socioculturels.

En effet, dans les cycles qui relient la production à ceux de la consommation, elle joue un rôle stratégique, celui d'un miroir doté d'un pouvoir considérable de réverbération, mais doublé d'un second rôle, –et pas des moindres– celui d'un écran qui fait obstacle et donc qui opère comme un filtre. Car, si la publicité est devenue, parmi les mécanismes de production de la culture de masse, non seulement une ressource économique incontournable, elle représente avant tout une ressource symbolique et l'une des faces de ce miroir narcissique que sont devenus nos écrans et nos murs alimentés par la circulation incessante de récits et de préconisations, affichant, même s'il s'agit bien souvent pour cette dernière d'un positionnement ludique ou fictif, un second monde peuplé par nos avatars. Aux antipodes du réalisme en jouant souvent sur la caricature ou le merveilleux, le discours publicitaire fait partie de ces instances qui œuvrent continûment à "l'organisation et la réorganisation réflexives des relations sociales" (GIDDENS, 1994, p. 25)

caractéristique de la seconde modernité. Dans nos sociétés fondées sur un individualisme démocratique qui repousse explicitement la ségrégation et le cloisonnement social – caractéristiques structurelles des sociétés pré-modernes –, la publicité introduirait dès lors une idéologie indolore assurant une sorte de balisage social et un égalitarisme symbolique. En exhibant le catalogue virtuel de ses marques et de leurs mondes possibles, la publicité en vient ainsi à proposer son propre reflet rêvé et “imaginariisé” de la réalité sociale et des modes de vie opérant du même coup une opération de déconstruction des inégalités locales, sociales et patrimoniales.

2 Le discours d’escorte de notre modernité

Ainsi, loin d’assurer une simple fonction ornementale, tout en représentant, depuis ses origines, un des rouages de nos économies marchandes, force est de reconnaître que l’imagerie publicitaire a accompagné les modes de vie et de croire des populations modernes. Elle s’y est attachée à transmettre les rituels, à souligner les changements, à réactiver en quelque sorte les règles sociétales de chaque collectivité. D’un point de vue anthropologique, la publicité tout comme la fiction semble participer à une sorte d’opération de réenchantement du monde, de ses êtres et de ses objets en s’efforçant de gommer leur trivialité marchande et utilitaire, pratique symbolique que notre civilisation à l’instar de nombreuses autres avant elle, s’efforce de façon tout à fait intéressée de mener à bien. Ce récit social nous propose ainsi sa propre version du vivre ensemble et du vécu conforme. En bref, cette forme de “réalité augmentée” a contribué à “imaginariser” nos modes de vie en alimentant continument le paysage cognitif et affectif du citoyen-consommateur, tout en s’efforçant subrepticement d’élargir en permanence son territoire.

En opérant par emprunts et innovations, la publicité a su déployer une vaste mécanique anthropophage d’assimilation de l’ancien et du nouveau, générant une sorte d’amalgame culturel incessant. Aux antipodes du caractère solennel de la culture patrimoniale, elle a constitué de façon ostentatoire le principal discours d’escorte de notre modernité. Pour y parvenir, elle a pour principal atout de se situer quelque par ailleurs ou à côté du flux de la discursivité médiatique pour intervenir comme une pièce rapportée par rapport à la programmation télévisuelle.

C'est du reste pour une grande part cette situation périphérique qui lui donne carte blanche quant à son projet de parole. Avec pour conséquence manifeste le fait que la fiction publicitaire peut parler de tout et tout fictionnaliser, y compris l'activité commerciale qui la fonde et la relie au système médiatique. De plus, elle l'accomplit, en s'adressant à tous et pas uniquement aux acheteurs potentiels de la marchandise qu'elle propose. Ce mimétisme générique et ce brouillage communicationnel représentent une des tendances tout à fait notables de la publicité contemporaine et particulièrement de celle diffusée par les médias de masse. Dès les années soixante, Edgar Morin soulignait déjà cette osmose et cette proximité en affirmant : "la culture de masse, dans un certain sens, est un aspect publicitaire du développement consommateur du monde occidental. Dans un autre sens, la publicité est un aspect de la culture de masse, un de ses prolongements pratiques" (MORIN, 1962, p. 141). A travers ses visées attractives, la publicité en incarne la forme prototypique du fait qu'elle se conçoit explicitement et impérativement à partir d'une articulation entre une instance de production et une instance de réception, l'interaction entre les deux étant soumise à un ajustement calculé aussi bien en amont, qu'en aval (les pré-tests et les campagnes de mesure d'impact).

Elle partage du reste un autre trait spécifique avec la culture de masse; loin d'être exclusive et réservée à un groupe d'initiés suivant les normes de la culture légitime, elle s'affiche comme une culture partagée mise à la libre disposition de toute la collectivité sociale. Quant à ses contenus, ils en sont venus à constituer le décor imagé et le bain amniotique de la vie moderne, le gage virtuel d'un bonheur commun qui justifierait la finalité salubre de tout un système dont elle serait devenue le locuteur ventriloque jonglant dans ses discours tour à tour avec l'incantation du produit ou bien le travestissement des acteurs sociaux. On perçoit bien alors que ce que délivre un message publicitaire – et c'est bien là toute la difficulté du travail de ses concepteurs – ce n'est pas tant un système de préconisations fermé et référentiel que sa mise en résonance, tout comme l'opère la fiction, avec un processus imaginaire de partage d'affects, de connaissances ou d'expériences avec une communauté sociale cristallisant une tranche de vie vraisemblable à travers une capture instantanée de l'air du temps. Phénomène d'autant plus accentué si les messages en question représentent un enjeu empathique ou transgressif par rapport à l'expérience vécue de ses publics. En définitive, telle est bien la principale explication du succès d'audience que rencontre toujours la

publicité télévisée qui décline, pour des publics tout à fait diversifiés, un catalogue de micro-fictions proposant à ces derniers un *ersatz* projectif de capital social et de ressources expérientielles multiples.

De ce point de vue, pourquoi la publicité ne pourrait-elle pas être observée, dans un sens anthropologique, comme une culture parmi d'autres? Et la publicité télévisée comme une sorte de méga-fiction sociétale du vivre ensemble? Ce kaléidoscope ne propose-t-il pas un stock inépuisable des arts de vivre et de croire que les ethnologues ont pris l'habitude de disséquer et de répertorier finement à travers le "regard éloigné" qu'ils portent sur nos *alter ego* et ce, paradoxalement, d'autant plus que ceux-ci apparaissent lointains et dissemblables? Culture ornementale certes mais peut-être surtout carnavalesque dans le sens que Bakhtine conférait à ce terme en voyant dans les productions culturelles de "la place publique" l'émergence d'authentiques visions ou fictions du monde toujours ambivalent, entérinant le statu quo mais en même temps sa critique (BAKHTINE, 1970).

3 Un fragment de vie sociale et personnelle

Assumant sans états d'âme ses visées captatrices, la publicité télévisée a contribué à propager les prescriptions d'une société civile avec ses valeurs et sa charte morale en distillant la vision indolore et euphémisée d'un monde social recomposé et déjà globalisé. En tournant le dos aux visées informative et argumentative, elle s'est très tôt considérablement rapprochée du genre fictionnel dans la structure même de ses messages (élaboration et mise en narration d'un univers avec sa diégèse et ses personnages, ses quêtes, etc.) mais également dans ses visées pragmatiques puisque de plus en plus elle tend à privilégier essentiellement des effets d'identification-projection au détriment de procédés argumentatifs. Car, en abandonnant la forme figée du conseil informatif et lourdement prescriptif de la réclame, la publicité surtout sur le petit écran, s'est manifestement rabattue sur le récit de vie du consommateur en délaissant très souvent l'univers du produit. En créant ses propres personnages, la publicité esquisse par là même la silhouette de son héros social, le consommateur. Au scénario narratif de la telenovela, les publicitaires ont substitué un *scénario figuratif* élaboré autour d'une tranche de vie: notion que l'on pourrait traduire en terme greimassien par une sorte d'amorce de "parcours narratif" (GREIMAS,

COURTES, 1979). Par leur intermédiaire, le publicitaire va agréger à la promotion d'une marchandise la figuration de différents mondes possibles proposés aux sujets interprétants. Ces scénarios figuratifs initiés par les publicitaires, déploient un spectre représentationnel très vaste attestant de la prégnance de différents univers tout comme de l'épaisseur de certaines "identités narratives, union de l'histoire et de la fiction" (RICŒUR, 1985, p. 442) conférées aux êtres mis en scène. On entrevoit même aujourd'hui une convergence certaine entre formes télévisuelles et publicitaires, à travers ces modes "romanesques" inédits proposés conjointement par la "télé réalité" et la publicité, qui se contentent de tendre à leur public respectif un miroir, plus ou moins naturaliste ou *trash*. Avec pour conséquence le fait que d'innombrables univers peuplés d'êtres familiers, voire de héros récurrents, tout un catalogue de clichés et d'instantanés extraits de notre environnement quotidien se succèdent inlassablement à l'intérieur des espaces publicitaires pour disparaître et se démoder à une vitesse vertigineuse.

Ces productions conduisent un véritable travail de mise au jour (et de mise à jour), de traduction et de *schématisation* d'un fragment de la vie sociale et personnelle. Leur iconographie diégétique va se sédimenter autour de figures plurielles qui s'agrègent pour participer à la construction identitaire du consommateur. Ces figurations évolutives sont la résultante d'un jeu subtil d'amplification des comportements et de leur reformulation sous forme de "schématisations" opérées par les publicitaires et les scénaristes. Pour Alain Berrendonner, derrière le terme de schématisation, "il y a l'idée que le discours n'a pas pour fonction de restituer le tableau vérifonctionnel de quelque réalité préexistante, absolue et indépendante de lui, mais plutôt d'imposer ses propres objets, en construisant une fiction conceptuelle originale, provisoire et évolutive" (BERRENDONNER 1997, p. 220). Les publicitaires reconduisent et souvent agencent un glacié de représentations qu'ils rationalisent en partie ou plutôt qu'ils sociologisent donnant le jour à des taxinomies *ad hoc* recouvrant le plus souvent des configurations stéréotypées (la "femme active", "le nouvel homme", "les ados", "les seniors", etc.). Ces routines d'"hyperritualisation" (GOFFMAN, 1979) révèlent alors ce curieux paradoxe qui veut que le consommateur du produit soit fabriqué en même temps et peut-être avant le produit lui-même.

4 Le refoulement du réel

Ces identités narratives, issues de ré-interprétations de la réalité se présentent ici comme des idéaux-types mais avant tout comme des énoncés collectifs et comme des prophéties auto réalisatrices. En effet, une publicité incarne nécessairement le précipité d'une longue chaîne de choix et de compromis (co-construite par la cristallisation de demandes des annonceurs, de stratégie marketing, d'enquêtes sur les attentes des consommateurs, de focus groupes, etc.) qui fait entrer la réalité dans un univers de sens en corrélation avec des "significations imaginaires sociales" (CASTORIADIS, 1975) constituant autant de facteurs d'activation pour les audiences qui sont indirectement à l'origine de ces fabulations. Ce monde recomposé et de fait spectacularisé en vient à instituer ses propres normes esthétiques, ludiques, empathiques; derrière le *design* de ses images lisses et de ses mises en scène millimétrées, règne le *look* de ses acteurs (beaux et positifs), le *clean* de ses intérieurs aseptisés, déployant délibérément la vision d'un univers scénarisé toujours gratifiant. Ce monde "imaginarisé" va de pair manifestement avec un procédé de refoulement du réel. Derrière ce masque cosmétique, le discours publicitaire n'avance donc pas des énoncés réalistes, mais son jeu de langage consiste, comme pour le genre fictionnel, à produire des "effets de réel" ou de vraisemblance déconnectés de toute visée référentielle stricte, si ce n'est celle de la consommation, afin de dispenser à tous le catalogue de ses propres mondes possibles. Au final, on pourrait avancer que ses seuls effets de vérité visent, de façon le plus souvent insue, à dire quelque chose de la configuration de l'imaginaire social et de sa mise en phase avec les attentes de son public. Or, paradoxalement c'est bien ce déni d'un certain "réel", à travers un ensemble de procédés de déréalisation-esthétisation et de marques d'anonymat, qui assure une fonction stratégique au cœur de la mécanique persuasive de la publicité. Cette forme de débrayage lui permet de proposer un type d'universalité qui, du point de vue de sa finalité actionnelle, lui procure une plus grande surface d'identification pour toucher ses destinataires.

En privilégiant le spectacle de ces fabulations, la publicité télévisée atteste de cette tendance singulière qui la porte à vouloir effacer, ce que Erving Goffman (1991) dénomme le cadre (frame) primaire de toute interaction, c'est-à-dire, dans le cas présent, la référence au contrat commercial et à l'incitation à l'achat de marchandises pour lui substituer un cadre secondaire. Ce travestissement a une incidence immédiate sur le circuit énonciatif de l'acte de discours. En effet, dans la plupart des cas, les

messages publicitaires n'adressent plus directement le seul consommateur éventuel d'une marchandise ou l'utilisateur d'un service, mais de façon latérale le téléspectateur lambda, consommateur du spectacle publicitaire, c'est-à-dire un artefact socio-culturel, porteur d'attitudes, de croyances ou de valeurs supposées partagées. Ce dédoublement atteint également la figure du publicitaire-annonceur qui se dissimule derrière des propositions avancées par un énonciateur délégué convoqué dans l'énoncé sous les traits d'un narrateur ou du personnage d'une histoire (l'expert, l'utilisateur, le citoyen lambda...). Cette opacité et cette hétérogénéité énonciative de la parole publicitaire (Qui parle? Au nom de qui? L'annonceur, le publicitaire, leurs délégués?) en font un discours ventriloque, proposant des "prises" que les publicitaires tendent à des audiences au moyen, non pas de signes pleins et explicites mais de "signifiants indiciels" (HOUDEBINE, 2014) (connotations, citations, métaphores, métonymies, allusions etc.) qui se superposent à la marchandisation du message et qui renvoient à une encyclopédie commune.

En secrétant ses propres balises et cet espace "transitionnel" autonome et débrayé du social (WINNICOTT, 1975), le discours publicitaire tout comme une grande partie de la culture de masse œuvre ainsi, plus ou moins sciemment, à dispenser à ses publics un capital sociétal commun. Des images apaisées du monde social, aux paysages globalisés de la mondialisation et aux assignations de place des hommes et des femmes, du couple, de l'enfant, tous ces supports d'identification ont connu une reconfiguration incessante assise sur des effets de défigement ou de réactivation des normes en vigueur. Pour ce faire, ce véritable récit social qu'est la publicité, s'efforce, d'étoffer cette "réalité de la réalité" et œuvre à sa mise en phase avec celle du "monde", selon l'expression de Luc Boltanski (2012), en distribuant continûment des cartes cognitives, civiques ou affectives à ses publics et à travers lesquelles s'inscrivent certaines des réponses – mais sur un mode décalé, fictionnel, toujours hédonique – aux questionnements sociétaux qui se posent ailleurs de façon beaucoup plus tranchée dans le monde vécu et dans les arcanes de l'espace public. Le publicitaire y parvient en discriminant des supports d'identification et en découpant dans l'expressivité la plus souvent visuelle des traits saillants, des figures et des topiques offrant des prises à la mémoire discursive des publics. Ils parachèvent ce découpage en mettant au jour et en exhibant toute une constellation de représentations

à partir desquelles vont se trouver réactivées différentes strates de l'imaginaire social.

À travers la configuration de ces différents contenus représentationnels, peuvent s'incarner les différents mondes possibles offerts aux sujets interprétants. Or, ce réservoir de significations se présente comme un territoire mouvant et fragmenté révélateur de prises de positions fondées sur des croyances ou des valeurs souvent antagonistes. La scène fictionnelle y opère comme un véritable catalyseur en campant le reflet figé à un moment *t* de ces luttes et de ces prises de position (les avatars de l'identité féminine, ceux de l'enfant, de l'homme, de la ville, etc.). Et comme le sont tous les produits de la culture de masse, ces propositions discursives loin d'être avant-gardistes ou transgressives sont surtout éminemment réalistes, fruits d'un compromis entre les visées et les pratiques des producteurs et les "grammaires de reconnaissance" (VERON, 1988) des publics. Elles viennent nourrir l'hétérogénéité structurelle de ce "*cracking* analytique" de contenus et de formes qu'Edgar Morin postulait comme moteur générateur des produits de la culture de masse, basé sur "un dialogue permanent entre une production et une consommation" (MORIN, 1962, p. 60).

5 La subjonctivisation du monde

Or, cette vitrine enchantée se heurte frontalement à la rigidité des inégalités sociales et des rapports sociaux en rencontrant des qualifications de rôles et d'assignations de place établies par avance. Car ce consommateur qui s'implicite dans tous ces récits sous la forme d'une "identité narrative" n'échappe en aucun cas au carcan des représentations sociales. C'est donc le publicitaire qui va assumer un véritable rôle de *passeur* en acclimatant le monde social au paysage de la consommation. Dès lors, ce qui s'exhibe sur le petit écran, ce n'est plus la crudité de la réalité sociale, mais la théâtralité du fétichisme et de l'égalitarisme postulés de la consommation moderne. Le consommateur y endosse l'habit d'une identité quasi a-sociale, comme si la publicité, non contente de vendre un rêve factice, opérait dans le même temps un travail d'enfouissement du réel. Les avatars de l'acteur social se retrouvent claquemurés à l'intérieur du territoire de la seule sphère de la consommation; l'espace public, le tissu social se dissolvent pour quasiment disparaître. Progressivement, les appartenances marquées, ouvrières, paysannes ou bourgeoises se

fondent dans une “multitude” (HARDT; NEGRI, 2004) homogène et égalitaire, une classe moyenne sans frontières. Les paysages publics ou semi-publics s'estompent au profit d'un repli sur la scène privée de l'espace domestique, celle des interactions de la quotidienneté, avec ses myriades d'attitudes et de désirs de familles, de couples, d'hommes ou bien de femmes. De leur côté, un temps allié et relais de la transition, les coutumes de l'ancien temps se retrouvent exclues de ce “nouveau monde” moderne, pour de temps à autres resurgir mais cette fois-ci parodiées ou discriminées sous un travestissement purement exotique ou caricatural. Quant au produit, adoubé jusqu'alors pour son utilité et sa nouveauté, il va contribuer de plus en plus à une valorisation hédonique, esthétique, voire identitaire du cadre de vie du consommateur postulé. Les messages publicitaires opèrent dès lors comme le ciment d'un amalgame hédonique de significations élaboré, certes, à partir des promesses des marchandises et de leur “modernité” mais surtout en puisant dans le stock disponible et l'inertie des imaginaires d'une époque et d'une société donnée. Le discours publicitaire régenterait alors ce mode de “production familial et domestique” qui organise la vie quotidienne que Christine Delphy (1998) oppose au mode de production industriel qui relève de la sphère économique.

Cette tactique de cristallisation et de recadrage d'un fragment de réalité sociale va reposer sur ce vieux stratagème générateur d'empathie et de relation intersubjective que constitue le récit de vie, – espace fictif et projectif où se construit et peut circuler le fluide de l'intersubjectivité et dont la finalité est bien la compréhension du monde et des autres. “Grâce au récit, nous construisons, nous reconstruisons, et même, d'une certaine manière, nous réinventons le présent et l'avenir, constate Jérôme Bruner, au cours de ce processus, mémoire et imagination se mêlent. Même lorsque nous inventons les mondes possibles de la fiction, nous ne quittons jamais vraiment l'univers qui nous est familier: nous le subjonctivisons pour en créer un autre qui pourrait exister ou pourrait avoir existé” (BRUNER, 2002, p. 82). Tout l'art du publicitaire tient donc dans cette activité de “subjonctivisation” de mondes possibles qui s'efforce d'assurer un passage entre d'une part, le territoire de la marchandise et son arrimage au monde quotidien du sujet téléspectateur et, d'autre part la mise en phase avec l'inertie mais parfois aussi le glissement des imaginaires.

Désormais, c'est l'incarnation même du consommateur et de son monde vécu qui est mise en avant, secondarisant du même coup les incantations de l'annonceur et les attributs du produit. L'énonciateur n'y est plus explicitement l'annonceur, mais devient le narrateur d'un récit de vie. Le message publicitaire quitte, petit à petit, la sphère du discours pour celle de l'histoire en mettant en scène des univers signifiants ouverts au parcours des sujets interprétants et à des phénomènes d'identification-projection à la scène représentée et à la silhouette de ses différents personnages. Ce sont des individus incarnés dévoilant une part de leur personnalité, le travail et la vie de couple, la paternité, la femme et la séduction, etc. En modalisant la forme du message et son mode d'adresse, le sujet communiquant (le publicitaire) ne fait alors qu'endosser le rôle d'un "animateur" d'énoncés ("l'animation relève du processus de transmission" (GOFFMAN, 1991, p. 510) ou de propositions mettant au second plan le statut du locuteur "responsable", l'annonceur. Concrètement le (créatif) publicitaire occupe désormais le devant de la scène en dissimulant les marques d'adresse frontales et en gommant ainsi tout ce qui relèverait de la transaction commerciale. Quant à son partenaire dans l'acte de communication, à ce consommateur supposé du produit se substitue un sujet interprétant-spectateur, posé comme simple consommateur de la performance publicitaire et médiatique. Le message ne propose plus alors un simple contenu informationnel et une visée explicitement factitive mais se transforme en une scène fictionnelle et symbolique tant pour ce qui concerne les protagonistes qu'elle convoque, que pour ce qui a trait aux univers, aux valeurs, aux comportements, aux croyances qu'il ne cesse d'invoquer. Le vécu personnel du consommateur y devient l'unité de reproduction du social et ce dernier l'actant d'un récit. Récits qui œuvrent à prolonger continûment l'expérience vécue des publics. Car, tous les rituels de la vie domestique, des pratiques sociales sont désormais sous le feu des projecteurs. La publicité opère alors en empruntant la formule d'Arthur Danto une véritable "transfiguration du banal" (DANTO, 1989) quitte à transformer l'acte de consommation routinier en une activité exceptionnelle et ostentatoire.

6 Gommer les inégalités

Manifestement, la société de consommation en transformant l'environnement social et cognitif du travailleur en un monde rêvé, celui

de la consommation, a servi de marche pied à cette “société singulariste” de la seconde modernité dépeinte par Danilo Martuccelli (2010) dans laquelle les individus, désinstitutionnalisés et détraditionnalisés, sont confrontés à des série d’épreuves qualifiantes les contraignant à devenir des êtres singuliers. En un sens, la publicité a réussi à transférer et dupliquer du côté de l’imaginaire et de ses mondes possibles cette injonction de la sphère sociale. Ce faisant, au contrat commercial et à la fonctionnalité du produit, elle a su substituer des valeurs, valeurs symboliques de liberté, d’épanouissement et de gratification identitaire, engrammées dans les tranches de vie édifiantes de nos avatars qui ont envahi le petit écran. Portées par les promesses d’une “libération” et d’une quête de singularité, ces incantations à la modernité vont accélérer le reflux du décorum des traditions et le délitement du carcan des institutions pour faire place nette et adouber le règne individualiste et narcissique du consommateur “moderne”. Suite à ce grand mouvement de désencastrement de la tradition et du social, le discours publicitaire va s’attacher à accompagner et à répercuter les mutations qui caractérisent la modernité. Du même coup, cette arène publique devenue un espace de réverbération pour des représentations concernant les rôles, les pratiques et les identités sociales va se métamorphoser au fil du temps en un banc d’essai pour le défigement et le glissement d’une partie d’entre elles. Ces opérations de déconstruction et de reconfiguration s’y sont toujours effectuées de façon tatillonne en suivant et en intégrant les évolutions sociétales de la collectivité mais avant tout en s’efforçant de ménager le primat des représentations hégémoniques. A ces dernières, la publicité télévisée va opposer son spectacle familial déclinant pour le consommateur un vaste répertoire de tranches de vie singulières et ambivalentes, alternant tout à la fois la réactivation et le défigement des stéréotypes et des valeurs établies. Ces personnages singularisés vont être à même d’affronter le nouvel environnement émergeant, tout en usant de la consommation comme d’un mode d’exposition et de définition de soi.

Or, cet égalitarisme exacerbé n’est pas l’attribut exclusif de la différenciation sociale, il est partie prenante des rapports sociaux de genre. Comme s’en félicitent les professionnels et ainsi qu’ont pu l’observer certains chercheurs (PERRET, 2003; MACE, 2013), la mise en scène de ces domaines scéniques se caractérise par l’apparition balbutiante d’une mixité des rôles esquissant ce nouvel “arrangement de genre” post-patriarcal décrit par Eric Macé (2016) qui caractérise notre modernité. Et

ce qui va se jouer, dans ces micro-récits centrés sur la vie domestique, c'est bien une commutation délibérée des rôles sexués imposant à leurs protagonistes des épreuves ou des qualifications d'action singulières. Il s'agit d'introduire progressivement une forme de parité dans des domaines de compétence et les comportements attendus de la part de chacun des deux sexes; la séduction, les soins du corps, le foyer domestique, l'automobile, l'éducation des enfants, etc. Toutefois la transposition et la traduction que va opérer le publicitaire ne débouche que rarement sur une parité effective et mécanique de ces rôles. Les rapports sociaux de sexe et la distribution dans la division du travail domestique y demeurent toujours empreints d'une forme d'ambiguïté voire d'illégitimité. A tel point que la plupart de ces récits illustrent parfaitement ce jeu rhétorique tout à fait ambivalent de *double speak* évoqué par Noël Burch (2000) privilégiant délibérément une double lecture et une réception plurielle ("je défige le stéréotype, mais dans le même temps je le réactive"). A l'ère de la ségrégation sociale et morale, succède, dans les discours et les représentations, celle de la discrimination symbolique.

En effet, ces figures anthropiques se situent dans un entre-deux ambivalent, à la fois créatures sans intériorité en tant que purs avatars médiatiques mais dans le même temps proches de nous en tant que supports projectifs et emblématiques. D'autant plus que la plupart des personnages de ces récits ne sont aucunement des héros accomplis ou transcendants mais des figurants de l'ordinaire qui ne bénéficient pas de la puissance narrative et durative des héros du cinéma ou des séries ou bien de l'épaisseur factuelle et authentifiante des personnages des reportages qui témoignent du monde réel. Tout semble être fait, à travers ce jeu de masques ou de distanciation, pour effacer les marques d'une quelconque responsabilité énonciative, comme si la société se parlait à elle-même. En alliant la séduction du spectacle à la visée empathique de ses scénarios et en misant souvent sur le décalage, la publicité télévisée va chercher à apprivoiser et à répercuter les glissements dans les imaginaires, quitte parfois même à mettre en exergue certaines transgressions qui viendront bousculer les préjugés en vigueur. En définitive, le publicitaire ne se veut aucunement le porte-parole explicite d'une quelconque lutte sociale ou le militant politique de service, il cautionne le renoncement à certaines inégalités mais toujours à la marge en optant pour une tactique éprouvée de distanciation et de décadre, laissant en suspens une quelconque visée référentielle et adressant un message clivé à un public bipolaire.

7 Des procédés de décadage

Ainsi, contrairement à ce qu'elle prétend être ou à l'image qu'on lui prête, la publicité est loin de correspondre à cette instance créatrice et progressiste opérant *ex nihilo* qui introduirait pour certains des innovations ou des ruptures décisives dans les styles de vie ou de pensée. Elle opère plutôt comme une caisse de résonance pour des discours déjà circulants dont elle s'attache à proposer un "précipité" imagé mais vraisemblable quitte à introduire à dose homéopathique certaines dissonances cognitives. Edgar Morin, en fait le constat lorsqu'il affirme que même si "la culture de masse est animée par ce double mouvement de l'imaginaire mimant le réel, et du réel prenant les couleurs de l'imaginaire" (MORIN, 1962, p. 47), c'est un "réalisme" et un pragmatisme certains qui caractérisent avant tout la plupart de ses énoncés. En ce sens, le professionnel agit toujours bel et bien comme un *passseur* en offrant des points d'accroche ou bien des prises à ses destinataires et en cherchant désespérément à leur faire partager des attitudes ou des univers de savoirs "socialement réalistes" d'où son opportunisme et son zèle frénétiques à recycler (à récupérer) les matériaux les plus hétéroclites et les plus saillants du dire circulant.

Dans la plupart des cas, il s'agira d'afficher la coexistence de la marchandise avec un univers euphémisé et positif à partir d'une captation-restitution quasi documentaire d'un fragment de notre univers quotidien. Doté de l'attractivité d'une forme de narrativité intrinsèque qui n'excède jamais les attentes rattachées au territoire du produit, ce monde possible demeure en équilibre car en conformité avec l'environnement cognitif des publics: une voiture est faite pour rouler "avec un homme au volant", une machine à laver pour "qu'une femme lave le linge". Les effigies de l'utilisateur pressenti évoluent donc dans un paysage quotidien en synergie avec les représentations sociales hégémoniques concernant leurs domaines de compétence respectifs (la femme à la maison, l'homme à l'extérieur). Pour reprendre un terme de phonologie, de tels énoncés dénotent un monde possible non marqué. Avec pour conséquence principale, le fait que les messages de ce type sont sociologiquement insignifiants ou invisibles et ne font que ratifier un *statu quo* en rapport avec un monde déjà "préfiguré" (RICOEUR, 1983) par l'expérience intersubjective et l'inertie des représentations sociales. En fait, l'énoncé répercute l'écho d'un monde caractérisé par la stéréotypisation des identités et des rôles et, comme le constatait déjà Roland Barthes, "parlé"

par la “naturalisation des arbitraires sociaux” (BARTHES, 1957). Le régime de croisière de la publicité se confond donc alors avec le long fleuve tranquille des stéréotypes.

A contrario, il peut s’agir pour la marque et le publicitaire, d’avancer une proposition plus coûteuse cognitivement et affectivement, c’est-à-dire chercher à introduire un écart par rapport aux imaginaires dominants et aux modèles stéréotypés circulant. C’est ce qui s’opère lorsque la recherche de la parité envahit les pratiques et les comportements de l’homme et de la femme. Dans ce travail de déconstruction et de défigement, deux tactiques s’offrent alors au publicitaire :

- Soit il s’efforce de reconfigurer le monde et donc de le (dé)marquer tout en le resignifiant (quitte à le sursignifier) en lui injectant une portion d’événementialité. L’univers familier du *statu quo* se métamorphose en un monde possible reconfiguré autour d’épreuves qualifiantes. L’intrusion de tel ou tel protagoniste dans un domaine scénique particulier va s’accompagner de la transformation ou du bouleversement de ce monde et donc de l’apparition d’un schéma narratif. Cette excroissance scénaristique se traduit par la présence d’une quête ou d’une narrativité le plus souvent extérieure au territoire du produit et pour l’agent de cette quête par la rencontre d’une série d’épreuves qualifiantes ou disqualifiantes (un homme doit faire la vaisselle, changer les couches de bébé, etc.).
- Soit, ce même publicitaire peut tenter d’opérer un décadrage d’un autre ordre cette fois-ci en recourant à un débrayage énonciatif introduit par une visée humoristique. En misant sur la saillance de la dérision ou de la transgression de l’ordre établi, le publicitaire va mettre en exergue une situation décalée, loufoque et improbable qui déroge à son tour aux normes attendues. Un tel énoncé peut donner lieu à des visées de connivence tout à fait variées, purement ludiques marquées par l’absence de cible et un rire purement gratuit, ou bien alors critiques à l’égard de certaines valeurs et de certains groupes sociaux, voire parfois cyniques c’est-à-dire destructrice de valeurs ou bien plus rarement explicitement réflexives jouant sur l’autodérision (SOULAGES, 2007) à l’égard du publicitaire ou bien de l’annonceur eux-mêmes. Dans tous ces cas, ces énoncés humoristiques et carnavalesques

mettent en suspens le principe de réalité et la dimension strictement référentielle du propos et contribuent à opacifier ou à débrayer la visée argumentative du locuteur; “ce monde est possible, mais il n’est pas sérieux, voyons! C’est pour de rire!”, (C’est un clown qui fait la lessive!).

Si ces deux types de messages transgressent bel et bien les frontières des représentations hégémoniques établies, le recours à ces artifices – la mise en narration ou bien le côté carnavalesque d’une scénette humoristique – permet d’assurer une forme d’apprivoisement du *gap* cognitif que tente d’introduire ce type de monde possible, soit parce qu’il déroge aux usages habituels du produit, soit aux comportements attendus de son usager. Manifestement, c’est sur de tels procédés de décadrage ou d’emphase que reposent l’attractivité et le succès populaire de nombreuses publicités télévisées qui exposent sous le feu des projecteurs des objets de dissensus ou des querelles d’interprétation (Une femme dans une voiture ! Un homme dans une cuisine!). Du même coup, ces tactiques disruptives témoignent de la charge symbolique de ces controverses dans l’imaginaire social et mettent au jour l’existence de conflits de définition les concernant, relatifs très fréquemment à l’arbitraire toujours hégémonique des assignations de genre. Car, finalement ces mécanismes de mise à l’épreuve formulent le plus souvent des contre-propositions portant sur la compétence ou bien l’incompétence supposées d’un protagoniste du récit dans tel ou tel domaine scénique. En réception, ces coups de force diégétiques ou énonciatifs estompent et relèguent à l’arrière plan la tentative de glissement ou d’inversion que ces énoncés contre-hégémoniques opèrent dans les imaginaires.

8 Des identités réactives ou contre-hégémoniques

Outre les procédés humoristiques ou les séries d’épreuves qualifiantes ou disqualifiantes auxquels sont confrontées leurs créatures, les publicitaires vont répercuter ces évolutions socio-culturelles, en usant d’un autre stratagème qui consiste à forger ce que l’on pourrait dénommer des *identités réactives ou contre-hégémoniques*. En exhibant ces comportements ou ces identités narratives à contre-emploi, le discours publicitaire va introduire délibérément des glissements dans les rôles attendus. Le publicitaire va ainsi devenir le porte-parole d’une

lutte pacifique contre les inégalités dans les relations entre les sexes ou dans certains rôles de sexe. Et le jeu de *double speak* ou de verre à moitié plein ou à moitié vide (“je défige tout en réactivant le stéréotype”) qu’il assume, va venir jouer une fonction d’antidote pour le désordre cognitif causé par la commutation éventuelle de place ou de rôle pour un des protagonistes dans le domaine en question. En mettant au jour ces comportements ou ces identités narratives contre-hégémoniques, le discours publicitaire procède à une resignification des rôles ou des rapports sociaux et, de fait, entérine certaines mutations sociétales en cours en cherchant à gommer certaines inégalités dans des rôles sexués. Afin de faire bouger les lignes, ce que va opposer le publicitaire à la *doxa*, c’est un scénario édifiant véhiculant ce qu’Eric Macé identifie, comme une forme de “contre-stéréotype” qui, suivant sa définition, sont autant de traces de ces revendications identitaires ou comportementales qui agitent toute société et que la publicité, comme d’autres discours sociaux, va chercher à récupérer et à répercuter auprès de ses publics. Ces représentations formatées et idéalisées contribuent à mettre en suspens ici la stigmatisation sexiste, “comme si les stéréotypes n’existaient pas, précise le sociologue, comme si les discriminations n’existaient plus, mettant en scène un monde ‘postraciste’ pouvant servir d’une part à délégitimer la question même des discriminations dans les pratiques au nom de leur abolition dans les représentations” (MACE, 2007).

C’est le scénario proposé dans ce spot diffusé le 01/11/1989, intitulé *1000 de Jean Patou*.

Une femme longe les grilles d’un bâtiment ancien, elle ôte ses lunettes de soleil et pousse une lourde porte en bois. On la retrouve dans un ascenseur, puis dans une chambre faisant l’amour avec un homme. Son visage apparaît subrepticement derrière une grille alors qu’une voix d’homme hors champ l’interroge “Combien de fois?”. La voix de la femme derrière la grille répond “Mille!”. La femme ressort du bâtiment.

Voix externe masculine: “1000 de Jean Patou!” Tout le film est accompagné par un chant grégorien.

Le film relève tant du point de vue formel que sur le fonds lui-même d’une stratégie de *double speak*, rien n’y est explicite, tout y est suggéré, le bâtiment (une église?), le visage derrière la grille (un confessionnal?), la voix de l’homme (celle d’un prêtre?) etc. L’énoncé

est structurellement et délibérément équivoque délivrant des ressources interprétatives ambivalentes, une amante multirécidiviste et dans le même temps une pécheresse. Cette femme est manifestement une femme libérée mais le contre-stéréotype qu'elle incarne est cette fois-ci explicitement clivé, même libérée elle demeure une pécheresse (je défige, mais je réactive le stéréotype). Tout ce qui se joue, c'est une forme d'appropriation ambivalent de la commutation du rôle féminin attendu dans le domaine scénique de la séduction et dans le même temps de sa condamnation.

Alors que son *alter ego* masculin, dans le spot *Egoïste* de Chanel, diffusé quelques mois plus tard le 01/04/1990, demeure définitivement et impunément un Don Juan intouchable.

Des images en noir et blanc, de femmes hurlant aux fenêtres d'un palace, et déclamant des strophes d'œuvres théâtrales "O rage, o désespoir! Montre toi misérable, Egoïste..." L'image passe à la couleur et une main d'homme apparaît derrière des volets entre-ouverts qui dépose un flacon de parfum sur la rambarde du balcon. Voix externe d'homme "Pour l'homme!" Les femmes hurlent à nouveau "Egoïste!" mais cette fois-ci en couleur et des cadres de plus en plus larges dévoilent l'ensemble du palace et un paysage tropical. Voix externe d'homme "Chanel pour l'Homme!"

Confronté aux mêmes épreuves, l'une en sort disqualifiée, l'autre (sur)qualifié. Dans le récit au féminin de la séduction proposé par le spot de Jean Patou, s'amorce un défigement du stéréotype qui se délite en partie au cours de la mise à l'épreuve du personnage, témoignant de l'ambivalence du contre-stéréotype féminin dans l'univers de la séduction. En dépit du décadage actantiel proposé, le script stéréotypé attendu s'impose; l'identité narrative féminine demeure circonscrite aux limites d'une hétérosexualité toujours passive. Tout en se singularisant par un rôle (masculin) social inattendu, l'icône féminine semble proclamer dans un monde régenté par le pouvoir des hommes "Je suis une femme, mais (rassurez-vous) surtout je ne suis qu'une femme qui reste à sa place! Et je cours à confesse!". Ainsi, alors que paradoxalement certains professionnels s'acharnent en apparence et laborieusement à défiger les stéréotypes machistes, cette insistance (pour la bonne cause) fait que la focalisation sur ce phénomène s'accompagne le plus souvent de la

réactivation du stéréotype. (Pourquoi la femme ne peut trouver sa place et assumer un rôle social équivalent à l'homme?). D'où le recours à ces stratégies de masquage carnavalesques et discriminantes qui en viennent à recouvrir et décrédibiliser ce rôle social arraché aux hommes. De plus, ce qui pourrait apparaître comme une visée totalement cynique de la part du publicitaire y est partiellement désamorcé par un effet d'opacification de l'énoncé puisque le passage par l'énigme du narratif ou la connivence humoristique provoque à chaque fois un décadage et le contournement du stéréotype qui se retrouve secondarisé puisqu'il n'est jamais assumé frontalement et semble en partie (seulement) remis en question. À chaque fois, le monde possible proposé prend la forme d'un *double speak*, un énoncé clivé et ambivalent, une femme libérée et tout à la fois une pécheresse. Ce qui émerge ici, c'est bien la (l'im)possible autonomie et liberté sexuelle de la femme et donc un rouage essentiel du noyau central archaïsant de la représentation du féminin.

À partir des années 80, les annonceurs sensibles à l'évolution sociétale concernant la division du travail domestique vont commencer à s'adresser aux hommes et s'efforcer de les introduire dans le domaine scénique du foyer familial. L'irruption d'un homme dans cet univers va se traduire par le recours à différents procédés de décadage. Soit le personnage masculin va se trouver confronté à des séries d'épreuves qualifiantes ou disqualifiantes et prendre appui sur des adjuvants (sa mère, sa femme le secourent à distance au téléphone), soit celui-ci va affronter seul des situations décalées ou comiques et bien souvent les deux à la fois. C'est en effet, fréquemment, le recours à des opérations de décadage à visée humoristique qui domine dans la figuration de cette gestion masculine des tâches domestiques. Au cœur de ce domaine scénique, le personnage masculin se trouve écartelé entre deux activités. Il est bien physiquement présent dans la cuisine, mais dans le même temps "ailleurs" ou faisant tout autre chose. Il se caractérise par une qualification d'action éloignée du territoire du produit et donc défini par l'introduction d'un cadre secondaire. Manifestement, cet activisme de circonstance et cette forme de dédoublement sont révélateurs de son peu d'implication et en définitive de son extériorité par rapport à ce domaine scénique. Si cette connivence humoristique a le plus souvent une visée purement ludique (sans charge polémique) elle peut parfois se transformer en sarcasme ou critique sexiste explicite comme dans le spot intitulé *Direct Drive LG; repos*, diffusé le 8/03/2005.

Une salle en sous-sol, la laverie d'un immeuble collectif, dans laquelle des hommes sont assoupis et la plupart effondrés sur des machines à laver. Seul debout, un homme introduit des vêtements dans une machine et la met en marche, une porte s'ouvre derrière lui, le visage d'une femme apparaît qui observe la scène un instant, sourit puis éteint la lumière.

Voix off féminine: "Machines à laver LG avec système Direct Drive, hyper, hyper silencieuse. LG électro ménager, un petit pas pour l'homme, un bond pour sa femme!"

Ici, c'est non seulement sur une scène caricaturale que repose toute la trame narrative mais surtout sur une confrontation entre les deux sexes et la reconnaissance explicite de cet affrontement lors de la rencontre finale des deux protagonistes. Il s'agit bel et bien de l'évocation d'une revendication clairement assumée exprimant une lutte pour la parité entre homme et femme comme l'indique le slogan final "Un petit pas pour l'homme, un bond pour sa femme!". Le procédé humoristique n'assume plus une simple visée ludique comme dans les deux spots précédents mais il atteste ici d'une visée critique.

Ces tentatives des publicitaires qui visent à "faire bouger les lignes" dans les assignations de genre se heurtent frontalement aux attendus et à la rémanence du poids de ces deux domaines scéniques dans les imaginaires du quotidien, l'espace domestique comme monde "de l'intérieur" et de l'intime et l'univers de la séduction le monde "de l'extérieur" et de l'action où l'homme règne en maître dans les représentations. C'est donc bien une "disparité" systémique dans les qualifications d'action de certains protagonistes qui caractérise la configuration des mondes possibles et des rôles proposés. La présence d'une trame narrative ou bien d'une visée humoristique, en rendant toute annonce plus saillante, vise donc ici à renforcer la charge pragmatique du message.

Toutefois, ces phénomènes de défigement et de décadre, n'atteignent jamais le noyau central de cet "imaginaire discriminant" autour des relations entre les femmes et la séduction, comme celles reliant l'homme au foyer domestique. Chacun d'eux est tenu à faire ses preuves. Seule solution pour le publicitaire, introduire un cadre secondaire en "descellant" des éléments périphériques pour introniser ces intrus dans un domaine de compétence qui n'est pas le leur. Cette

béquille ou ce travestissement que peuvent constituer une “belle histoire” ou bien une scène humoristique, assure une fonction d’enfouissement de l’usurpation de place pour ces identités décalées. En mettant en exergue un type d’événementialité non attendu, ces procédés opposent des énoncés carnavalesques ou héroïques à l’obstacle représentationnel et au trouble cognitif induits par la présence d’une femme actrice dans la séduction ou d’un homme dans une cuisine. Aux yeux des professionnels, de tels messages ont plus de chances de se distinguer des autres et seront finalement peut-être acceptés voire mémorisés grâce à ce type de décadage.

Il n’empêche que pour les hommes, le changement ne passe pas, la plupart du temps, par une épreuve à visée qualifiante opérée par la fiction et donc par la proposition d’un monde vraisemblable mais par une suspension du principe de sérieux assuré par un énoncé humoristique et donc par un monde “invraisemblable”. Cette disparité dans les modalités énonciatives de qualification ou de disqualification des deux sexes est elle-même à son tour symptomatique du positionnement du discours publicitaire. Car, si introduire une femme dans le pré carré masculin de la séduction se traduit par une prédominance d’épreuves (dis)qualifiantes, *a contrario* accueillir un homme dans ce cénacle féminin qu’est le foyer domestique se traduit par une plaisanterie (c’est une mauvaise farce!). Dans ces tentatives de décadage, le discours publicitaire reconduit jusque dans ses modalités énonciatives, l’inertie des imaginaires: le changement de rôle pour une femme débouche sur une véritable épreuve, alors que pour l’homme il s’agit d’une plaisanterie voire d’une simple critique à tonalité humoristique.

Dans nos sociétés bâties sur cette “égalité des conditions” postulée par Tocqueville, l’évolution de l’espace public offre aujourd’hui de plus en plus la reconnaissance des “autres”; femmes, minorités visibles, homosexuels, etc. Or paradoxalement, nous constatons la persistance de ces discriminations dans les représentations. Les inégalités demeurent dans les imaginaires, tout simplement parce que les imaginaires ne sont pas le décalque de la réalité, “on vit dans un monde et l’on pense dans un autre”. De ce point de vue, le discours publicitaire peut être considéré comme un vaste programme d’apprentissage et de mise à jour de valeurs

communes, ce monde commun partagé des récits sociaux au cœur desquels se sont éteints petit à petit, la différenciation sociale, la division du travail, un certain arrangement des sexes, l'ombre tutélaire de l'Etat-nation et ainsi, brique après brique, le château de cartes qu'a représenté très longtemps une certaine conception de la société et de la socialité. A ce titre, le discours publicitaire peut être observé comme "un rapport sur la société" suivant l'expression de Howard S. Becker (2009; p. 19), rapport "dont les gens se servent pour raconter aux autres ce qu'ils savent sur leur société". Il nous faut bien finalement considérer les publicitaires pour ce qu'ils sont des fabricants et des pourvoyeurs de représentations, plus cyniques sans doute que les savants ou les artistes puisqu'en recourant au jeu du *double speak* ils s'adressent à deux publics à la fois, les partisans et à la fois les pourvendeurs des inégalités sociales. Ils mettent ainsi au jour continûment un "régime de réalité" à l'intérieur duquel s'édifie le champ des possibles, "c'est-à-dire les limites imaginaires du pensable et du dicible" d'une époque (MARTUCCELLI, 2014). Créateurs, certes, mais exclusivement sous contraintes et systématiquement à la commande. Prisonnier de cette dynamique paradoxale, le discours publicitaire apparaît avant tout comme une pratique ambivalente qui correspond tout à la fois à une activité productrice imaginative et féconde et, dans le même temps, à un travail d'enfouissement et de masquage des inégalités sociales qui se joue dans les coulisses.

Références

- AUGE, M. *Non-lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris: Seuil, 1992.
- AUGE, M. *Pour une anthropologie des mondes contemporains*. Paris: Champs Flammarion, 1994.
- BAKHTINE, M. *L'œuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen âge et sous la Renaissance*. Paris: Tel Gallimard, 1970.
- BARTHES, R. *Mythologies*. Paris: Seuil, 1957.
- BAUDRILLARD, J. *Le système des objets*. Paris: Gallimard, 1968.
- BAUDRILLARD, J. *La société de consommation*. Paris: Denoël, 1970.
- BAUMAN, Z. *S'acheter une vie*. Paris: Jacqueline Chambon, 2008.

BECKER, H. S. *Comment parler de la société. Artistes, écrivains, chercheurs et représentations sociales*. Paris: La Découverte, 2009.

BECK, U. *La société du risque. Sur la voie d'une autre modernité*. Paris: Aubier, 2001.

BERENDONNER, A. Schématisation et topographie imaginaire du discours. In: MIEVILLE, D.; BERENDONNER, A. (Dir.). *Logique, discours et pensée. Mélanges offerts à Jean Blaise Grize*. Bern: Peter Lang, 1997. p. 219-227.

BOLTANSKI, L. *Enigmes et complots. Une enquête à propos d'enquêtes*. Paris: NRF Essais Gallimard, 2012.

BRUNER, J. *Pourquoi nous racontons nous des histoires? Le récit au fondement de la culture et de l'identité*. Paris: Retz, 2002.

BURCH, N. *Double speak*. De l'ambiguïté tendancielle du cinéma hollywoodien. *Réseaux*, CNET/Hermès Science Publications, Paris, v.18, n. 99, p. 99-130, 2000.

CASTEL, R.; HAROCHE, C. *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi. Entretiens sur la construction de l'individu moderne*. Paris: Fayard, 2001.

CASTORIADIS, C. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Essais, Seuil, 1975.

CHARAUDEAU, P. *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert, 2005.

COURTES, J.; GREIMAS, A. J. *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1979.

DANTO, A. *La transfiguration du banal, une philosophie de l'art*. Paris: Seuil, 1989.

DELPHY, C. *L'ennemi principal. Economie politique du patriarcat*. Paris: Syllepse, 1998. T. 1.

FLAHAULT, F. *"Be yourself?". Au-delà de la conception occidentale de l'individu*. Paris: Mille et Une Nuits, 2006.

FOUCAULT, M. *Surveiller et punir, naissance de la prison*. Paris: NRF Gallimard, 1975.

FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Gallimard-Seuil, 2004.

GIDDENS, A. *Les conséquences de la modernité*. Paris: L'Harmattan, 1994.

GOFFMAN, E. *Les cadres de l'expérience*. Paris: Minuit, 1991.

GOFFMAN, E. *Gender advertisements*. New York: Harper, 1979.

HARDT, M.; NEGRI, T. *Multitude: guerre et démocratie à l'âge de l'empire*. Paris: La Découverte, 2004.

HOUDEBINE, A-M. Pathos, logos, ethos dans la sémiologie des indices. In: COLOTTE, F.; RINCIOG, D. Paris. *Ethos/pathos/logos*. Paris: L'Harmattan, 2014. p.15-31.

JOST, F. Séries policières et stratégies de programmation. In: BEYLOT, P.; SELIER, G. (Dir.). *Les séries policières*. Paris: L'Harmattan, 2004. p. 57-84.

LASCH, C. *La culture du narcissisme. La vie américaine à un âge de déclin des espérances*. Paris: Champs Essai, 2006.

LEVI-STRAUSS, C. *La Pensée sauvage*. Paris: Plon, 1960.

MACE, É. Des “minorités visibles” aux néostéréotypes. *Journal des anthropologues*, Hors-série, 2007. Disponible sur: <<https://jda.revues.org/2967>>. Accès le: 21 nov. 2016.

MACE, É. *L'après-patriarcat*. Paris: Seuil, 2015.

MACE, É. La représentation des pères dans la publicité: une résistance à la parité domestique. *Informations sociales*, n. 176, n. 2, p. 32-35, 2013.

MARCHAND, R. *Advertising the american dream, making way for modernity, 1920/1940*. Berkeley: University of California Press, 1986.

MARTUCCELLI, D. *La société singulariste*. Paris: Armand Colin, 2010.

MARTUCCELLI, D. *Les sociétés et l'impossible. Les limites imaginaires de la réalité*. Paris: Armand Colin, 2014.

MORIN, E. *Les stars*. Paris: Points Essais Seuil, 1972.

MORIN, E. *L'esprit du temps I, névrose*. Paris: Grasset, 1962.

PERRET, J-B. L'approche française du genre en publicité. Bilan critique et pistes de renouvellement. *Réseaux*, n. 120, n. 4, p. 147-175, 2003.

RICOEUR, P. *Temps et récit. 3. Le temps raconté*. Paris: Seuil; Points, 1985.

SALMON, C. *Storytelling. La Machine à fabriquer des histoires et à formater les esprits*. Paris: La Découverte, 2007.

SOULAGES, J-C. Les stratégies humoristiques dans le discours publicitaire. In: CHABROL, C.; CHARAUDEAU, P. (Dir.). *Questions de communication*. Humour et médias, définitions, genres et cultures, Nancy, P. U. Nancy, n. 10, p 103-118, 2007.

TOCQUEVILLE, A. de. *De la Démocratie en Amérique*. T. 1 (Collection: "Les classiques des sciences sociales"). Disponible sur: <http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html>. Accès le: 21 nov. 2016.

VERON, E. La publicité ou les mystères de la réception. *Mscope*, Versailles, CRDP de Versailles, n. 8, p. 120-125, sept. 1994.

VERON, E. Presse écrite et théorie des discours sociaux: production, réception, régulation. In: CHARAUDEAU, P. (Dir.). *La Presse, Produit, Production, Réception*. Paris: Didier-Érudition, 1988.

WINNICOTT, W. D. *Jeu et réalité*. Paris: Gallimard, 1975.

Genre et stéréotypage médiatique: du procès des médias aux processus psycho-sociaux de facilitation ou de réactance

Gender categorization and stereotyping media: from media process to the psycho-social-media processes

Claude Chabrol

Université Paris 3 – Sorbonne Nouvelle, Paris, França

c.chabrol@wanadoo.com.fr

Résumé: Les discours sociaux publiquement produits dans les sociétés occidentales contemporaines mettent en œuvre des opérations de stéréotypages qui évoquent des représentations bien connues et parfois opposées, conformes ou non aux catégorisations psycho-sociales profondes. Leurs fonctions premières ne semblent pas être de renforcer les catégorisations de genre les plus traditionnelles ou de promouvoir leurs avatars modernes opposés, mais bien plutôt de les rendre compatibles entre elles, au risque de les vider de leurs significations premières au profit d'un Imaginaire social qui les concilierait toutes à la façon dont les mythes tentaient eux aussi pour Levi Strauss d'opérer une conciliation et un dépassement de représentations sociales contraires dans les sociétés antérieures. Ces discours suscitent aussi des phénomènes importants de résistance dits de "reactance". Des psychologues proposent aussi de renforcer la résistance à cette persuasion qu'ils ont d'ailleurs souvent étudiée de près.

Mots-clés: genre; medias; stéréotypage; catégorisation; réactance

Abstract: Social discourses publicly produced in contemporary Western societies implement stereotyping operations that evoke well-known representations and sometimes opposite representations, according to deep psycho-social categorizations or not. Their main functions do not seem to be the ones that reinforce the most traditional gender

categorizations or promote their opposite modern avatars, but rather the one that makes them compatible with one another, at the risk of emptying their first meanings in favor of a social imaginary that would conciliate them all in the same way that myths also tried to operate a reconciliation and an overcoming of social representations contrary to previous societies with Levi Strauss.

Keywords: gender; media; stereotypes; categorization; reactance.

Recebido em 05 de agosto de 2016.

Aprovado em 23 de setembro de 2016.

Avant Propos

Aborder un sujet qui donne lieu à des prises de position militantes fortes non seulement dans la société civile (mouvements et associations féministes) mais aussi au sein même des sciences humaines et ce quelles que soient les disciplines, de la sociologie à la psychologie en passant par les sciences du langage (sémiotique et analyse du discours), implique de prendre soin de déterminer la position d'où l'on parle: chercheur et/ou militant, savant ou penseur social engagé dans l'action. Ce discours est celui d'un chercheur qui affiche sur un tel sujet une "neutralité engagée" pour reprendre l'heureuse expression de Jacques Walter. Autrement dit, tout en soutenant dans le monde l'amélioration nécessaire des conditions économiques et sociales des "femmes" ou des "travailleurs", l'on peut s'obliger à garder une distance et une clairvoyance dans le travail de recherche, au plan théorique et méthodologique. Ceci est d'autant plus crucial avec des problématiques socialement chargées.

"Gender studies" et surtout les "mots" qui circulent dans la langue ordinaire comme celui de "stéréotype" ou de "préjugé" car le chercheur qui tentera en les employant d'inscrire son apport spécifique directement dans la circulation du dire social ordinaire, risque aussi en retour d'être pris dans les brumes du sens commun. Nous tenterons donc de clarifier les problèmes de définitions à propos des concepts de catégorisation et de stéréotype qu'on appliquera à la notion de genre "sexuel". On en déduira quelques lignes d'analyse, en faisant un bilan rapide des études psychosociologiques sur le genre en général et dans les médias. Le stéréotypage est une notion intéressante pour tous les discours sociaux, dont les discours médiatiques, car il renvoie à un processus psycho-socio-langagier qui articule souvent

explicitement des éléments de langue et de genres avec des marquages de différences sociales, ethniques ou des mises en scènes de genres sexuels, contrairement aux catégorisations psychologiques qui peuvent demeurer implicites dans les discours ou les comportements publics. Il faudrait donc clarifier les rapports entre les concepts de catégorisation et de stéréotype, trop souvent rapprochés si ce n'est confondus. Après avoir esquissé un bilan rapide des études psychosociologiques sur les catégorisations de genre, on montrera ce qui peut les différencier des stéréotypages de genre dans les médias, qui seraient évoqués parce que supposés bien connus pour servir le plus souvent à des processus plus complexes, caractéristiques des "Imaginaires sociaux" actualisés dans les pratiques discursives. Enfin on évoquera les processus complémentaires de "résistance" à la persuasion qui contrebalancent les processus de persuasion souvent engagés par les pouvoirs et groupes dominants.

1 Quelques définitions générales des processus discursifs

Des processus généraux et locaux de traitements psycho-socio-cognitifs, donc non spécifiques du traitement de la langue, permettraient de relier des représentations sémantiques et des représentations actionnelles. La valeur actionnelle de l'énoncé doit en effet toujours être inférée en combinant les instructions linguistiques et des connaissances supposées partagées, plus ou moins accessibles en mémoire.

Celles-ci seraient formées des éléments suivants: des schématisations des enjeux individuels et des buts d'action praxéologiques communs, associées à des connaissances des superstructures textuelles (ST) et des schèmes normés discursifs (contrats de communication et de lectorat).

Cette ST est le noyau du genre situationnel plus ou moins stabilisé en mémoire à long terme. Elle est sans doute un élément important de la capacité de mise en relation des projets d'actions et des énonciations qui permet aux partenaires en interaction d'orienter leurs productions et leurs traitements des actes de parole et de les organiser en séquences, étapes possibles d'une planification d'action en cours.

1.1 Représentations, connaissances et inférences

On peut reprendre maintenant la question de la définition du contenu psychologique de l'action de Communiquer elle-même, effectuée par des actes langagiers et verbalisés. Il serait représentable

comme la tentative d'un locuteur pour rendre manifeste une intention de sens potentielle, soit une configuration floue de représentations mentales, en la sémiotisant à travers des formes linguistiques mais aussi para linguistiques, gestuelles et mimétiques. Le locuteur souhaiterait ainsi que son allocataire mette en œuvre en réception un processus de compréhension qui lui permette, en interprétant ces formes sémiotiques par des procès de décodage et d'inférence, de reconstruire (CULIOLI, 1990) une configuration supposée équivalente des représentations mentales originaires et donc de l'intention de sens primitive.

En fait le sens est co-construit progressivement de façon interactive dans les situations interlocutives, mais aussi dans les situations monolocutives de lecture ou d'écoute. Les formes linguistiques les plus stables ne définissent au mieux: qu'un "sens de langue".

Elles exigent pour être interprétées dans les contextes discursifs où elles apparaissent, des opérations d'inférences qui permettent de calculer de façon probabiliste le sens en discours d'un énoncé, compte tenu du co-texte et du cadre d'action.

Ces formes linguistiques et sémiotiques ne peuvent agir que comme des "instructions de sens" à opérer dans une série de raisonnements et calculs inférentiels situés. Des connaissances déclaratives et procédurales et des croyances extérieures au Monde du texte supposées partagées entre producteur et récepteur, doivent être activées pour ces opérations inférentielles. La saisie de la "cohérence textuelle" en dépendrait directement et donc la reconstruction des "sens en discours" qui permettra l'intercompréhension nécessaire. Des connaissances spécifiques sur la catégorisation de la situation et de l'action en cours et sur l'emploi des genres ou des superstructures textuelles en sont les pré-requis.

Cette postulation de connaissance partagée fait référence à l'interdiscursivité et à l'intertextualité de Bakhtine. Tout discours y est supposé produit et interprétable comme une variation sur un arrière plan de représentations sémantiques et de questions socialement significantes dans la mémoire collective, auxquelles les contributions nouvelles font commentaire et réponse. En tout cas cet arrière plan postulé, somme de connaissances déclaratives, doit pouvoir être activé pour rendre compréhensible et acceptable un discours en réception. Comprendre c'est (se) formuler même approximativement la question et au-delà l'espace de questionnement auquel répond le discours du locuteur journaliste ou interlocuteur.

On saisit maintenant la difficulté des analyses sémantiques d'actions communicationnelles prises en discours. Toutes les connaissances déclaratives sociales ou socio-langagières semblent locales ou du moins particularisées et peuvent être vues chez l'analyste comme des hypothèses "ad hoc". Or une psycho-socio-pragmatique doit aborder cette difficulté et montrer que la démarche fait aussi usage de connaissances procédurales générales en MLT et des connaissances linguistiques en les combinant avec les précédentes. Naturellement l'analyste confrontée à des processus qui mettent en œuvre des cognitions situées et distribuées doit mettre à l'épreuve ses hypothèses dans l'espace du corpus des discours et susciter aussi à leur propos des productions spontanées contrôlées (entretiens) ou non (expérimentations) en particulier pour la réception des textes et images médiatiques.

1.2 Quelques références utiles sous forme de principes

Un principe contractuel de coopération (GRICE) ou de sociabilité communicationnelle incite à postuler que le locuteur a tenté de communiquer "le plus correctement" ce qu'il voulait signifier dans la situation, soit y en respectant au mieux, des maximes générales ou postulats quant à la quantité, la qualité et la pertinence et la clarté des informations. Il est évident que la représentation de la situation d'action communicationnelle en cours orientera complètement l'usage de ces postulats. La quantité d'information supposée attendue, la qualité possible de véracité ou de sincérité, la forme de pertinence informationnelle ou le degré de clarté et de désambiguïsation dépendront des attentes croisées psycho-socio-langagières associées à ce type de situation.

Un tel principe requiert pour son application dans les situations particulières l'existence de "schèmes contractuels de communication" supposés mutuellement connus. Il peut être conçu comme "un schéma et une norme langagière disponibles en mémoire à long terme, activables par association à une catégorisation événementielle et actionnelle dans une culture donnée".

Cela a été montré souvent expérimentalement en fonctionnement dans le traitement des messages (GEORGET & CHABROL, 2000) et est lié à des sous principes tels que: la reconnaissance réciproque des sujets comme dotés de droits et devoirs de parole et surtout celui de la postulation de connaissances communes et de croyances supposées partagées quant aux caractéristiques langagières des communications attendues (CHARAUDEAU, 2002).

S'il faut concevoir une "compétence communicative" (DELL HYMES, 1974) et pas seulement linguistique, ce sera pour savoir associer à l'avance à un type donné de situation, un genre de communication adaptée, même si au cours des échanges ou même des procès de lecture, des ajustements sont possibles et d'ailleurs nécessaires (GHIGLIONE, 1986).

La maîtrise du contrat de communication ou de lectorat en serait l'un des pivots. On suggérera que ce sont les attentes routinières qu'il autorise, qui permettent d'échapper pour une part au dilemme entre déterminisme et liberté totale si ce n'est arbitraire des inférences en discours.

Un principe d'influence car toute action communicationnelle tend à satisfaire non seulement les enjeux particuliers mais aussi les buts partageables de celui qui l'accomplit en visant à provoquer une réponse ou des effets qui soient de surcroît "à son bénéfice".

Chaque sujet essayera par exemple dans un débat, de rapprocher le modèle de la réalité publique progressivement compris et accepté de tous, du sien. De même il tentera de rapprocher le système de croyances mutuellement accepté comme véridique de celui auquel il adhère intimement. Un espace de négociation est ainsi instauré et il devra accepter d'être tour à tour, source et cible d'influence, et de se confronter au risque de rompre mais en même temps de coopérer s'il veut maintenir le lien communicationnel. Le retrait dans le silence est une stratégie provisoire préparatoire qui ne devient définitif qu'en cas d'évaluation négative des risques encourus par rapport aux bénéfices possibles.

Cette orientation suppose un modèle ternaire de la communication et non pas dual (BERENDONNER, 1990) où il faut tenter d'occuper la place du TIERS (lieu de la Vérité autorisée majoritaire). Ceci explique les confrontations dans la coopération pour la co-construction d'un environnement socio-cognitif et affectif mutuellement manifeste (SPERBER; WILSON, 1986, 1989) qui ne sera d'ailleurs qu'un compromis public auquel on n'adhère pas nécessairement en privé.

Un principe d'identification socio-discursive car toute communication interlocutive ou monolocutive (simple lecture, ou audition d'un message) est l'occasion d'une ré-élaboration des identités sociales et personnelles des protagonistes. Les mises en cause possibles du modèle de réalité et du système de croyances des sujets représentent des opportunités de risques et suscitent des motivations défensives qui orientent les traitements vers la protection du système "attitudes-valeurs-intérêts" du sujet.

Dans tout procès communicationnel: connaissance et reconnaissance sont en effet intriqués. Les mécanismes, bien connus de régulation collective des faces positives et négatives en sont une bonne illustration. Ce principe permet de concevoir que les stratégies mises en œuvre par les sujets tendent à conforter par des procédures diverses, les qualités psychologiques et sociales inférables de leurs actions discursives et souvent celles de leurs partenaires dont ils attendent en retour un comportement équivalent.

On comprend mieux ici le principe de charité de Davidson qui suppose le fonctionnement d'une règle d'économie socio-cognitive: "fais en sorte de maximiser les accords et minimiser les désaccords" qui orienterait les activités mentales des producteurs ou récepteurs d'un discours vers la recherche à terme d'une convergence et d'une similarité, de connaissances et croyances, affectées en outre d'un crédit de vérité majoritaire. Les protagonistes ne peuvent d'ailleurs limiter les conséquences de ce principe qu'en développant des stratégies de rupture ou d'évitement qui mettent en cause la qualité et parfois l'existence du lien communicationnel qui repose sur un biais de positivité publiquement affiché.

Un principe de régulation sous-tend les stratégies déployées par les sujets. Celles-ci révèlent leurs efforts pour réguler au mieux dans le temps et l'espace de la production discursive la composition de leurs enjeux et buts praxéologiques avec ceux de leurs partenaires en fonction du type d'action communicationnelle contractuellement attendue et particularisé au fur et à mesure des échanges.

Des traces des opérations régulatrices de guidage et de contrôle liées à ces stratégies apparaissent dans la planification discursive et phrastique qu'il s'agisse de la distribution des tours de parole, du choix des thèmes et sous thèmes, de l'allocation des ressources temporelles. Il s'agit de gérer en permanence l'adaptation des contributions de chacun à la finalité et aux étapes de l'action communicationnelle en cours: légitimation et ratification de la quantité d'informations, du degré de pertinence thématique, de la clarté ou désambiguïsation produite, de l'usage du temps et de l'accès de chaque interlocuteur légitime aux échanges. Ces opérations de régulation favorisent la production d'actes de parole de légitimation/ratification ou d'écoute, positives ou négatives, de rappels à l'ordre, d'incitation à clore ou à ouvrir un nouvel espace thématique...

Ceci posé, les situations de réception de discours monolocutifs (presse, radio, télé...) méritent d'être observées de plus près car le

producteur comme le récepteur doivent être redéfinis dans ce champ. Tout d'abord la production en général y est le résultat d'un *travail de groupe*, où le journaliste signataire d'une équipe produit un texte informatif ou publicitaire qui s'adresse lui aussi à des groupes de récepteurs multiples qui sont très rarement connus de façon individuelle, car le courrier des lecteurs ne représente en fait qu'une proportion infime du lectorat ou de l'audience, d'ailleurs souvent considérée comme peu représentative de la majorité des récepteurs, elle même assez diversifiée selon une courbe de Gauss. Les enquêtes commerciales d'audience, on y reviendra, ne sont pas vraiment conçues, en particulier en France, pour comprendre ce qui pourrait correspondre aux attentes des publics car en dernier ressort le client principal demeure le commanditaire de la publicité ou le groupe responsable du bon équilibre économique du support de presse, en dernier ressort le chiffre des ventes demeure sans doute le critère principal.

2 Définitions à revoir: catégories et/ou stéréotypes

On proposera de distinguer nettement la notion de "stéréotype" de celle de "catégorisation" bien définie dans la tradition psychologique (TURNER, 1985 et TAJFEL, 1978-81). Si les catégorisations sont constituées de représentations et d'attitudes en grande partie peu conscientes qui organisent les comparaisons sociales entre groupes à des fins de promotion et de défense de l'identité sociale des personnes, le stéréotypage serait l'une de leurs actualisations partielles dans divers systèmes sémiotiques en grande partie conscients – linguistiques, discursifs, iconiques, gestuels, comportementaux (CHABROL, 2007, p. 61-67).

Si le stéréotype est facilement verbalisable, la catégorisation est loin de l'être toujours. Les différenciations sociales sont souvent opérées sans ou avec peu de conscience au bénéfice du groupe ethnique, national, religieux ou de genre par des moyens très divers (discrimination privative de qualités par exemple, atténuation ou oubli des marques de politesse, etc.), ce qui n'est pas le cas pour le stéréotype souvent trop négatif mais aussi trop positif et très "codé" linguistiquement, iconiquement ou gestuellement, négativement et positivement. A l'occasion de cette actualisation sémiotique, les éléments psychiques signifiants subissent de nombreuses modifications liées aux genres de discours, d'iconographie, aux types de gestualité ou de domaine de conduites. Autrement dit, il n'est pas évident de considérer, par exemple, que les stéréotypes

discursifs médiatiques ou publicitaires constituent un reflet ou un analogon des catégorisations psychiques profondes de genre sexuel. Ils les traduisent dans d'autres systèmes, en les masquant souvent par des opérations classiques de déplacement, d'inversion, et plus généralement d'enrichissement lié à la sémiotisation de la psyché. Bref, ils ne constituent pas une voie directe d'accès aux représentations et attitudes profondes. On sait la distance posée par Freud dans *l'interprétation des rêves* entre le texte du rêve et le désir profond qu'il manifeste, on posera qu'elle est aussi grande entre telle publicité sexiste et le processus psychique sous-jacent.

On rappellera que la catégorisation consiste à assimiler les traits caractéristiques des membres du groupe social exogène et à les dissimiler de ceux du groupe endogène qui ne sont pas nécessairement assimilables, eux. Au passage, on se souvient avec Codol que chacun dans son groupe est à la fois semblable aux autres mais aussi à sa façon le meilleur (Effet PIP, "primus inter pares"), ce qui est d'autant plus vrai lorsque le groupe d'appartenance est dominant. Lorenzi-Cioldi (1988) oppose ainsi le groupe "collection" des hommes au groupe "agrégat" des femmes.

La catégorisation soutient toutes les opérations d'évaluation, soit l'attribution ou l'omission de traits positifs ou négatifs. Elle est au service de l'identification sociale la plus positive possible dans des conditions sociales données. On sait que toutes les occasions de compétition ou de confrontation produisent des opportunités dangereuses pour les identités collectives des membres de chaque groupe. L'une des façons de gérer ces risques consiste à se différencier pour passer d'une relation symétrique à une relation complémentaire. Ainsi en va-t-il encore souvent aujourd'hui de la division du travail et des rôles masculins et féminins, des choix de formations et de métiers, des domaines de compétence et même des performances intellectuelles en mathématiques (jeunes filles en compétition scolaire avec des garçons).

Naturellement, ces processus concernent les relations de groupe bien plus que les rapports interpersonnels. En tant que telle, l'identité personnelle de l'individu se constitue pour une part en deçà et au-delà de ces processus. Ceux-ci échappent en grande partie au contrôle des acteurs sociaux, car ils sont déterminés en dernier ressort par les insertions sociales effectives. Les catégorisations inter-groupes sont inhibées par les situations de coopération ou de confrontation avec un groupe tiers, ou encore en position de domination car les qualités du groupe dominant

sont souvent attractives pour les autres (qualités dites masculines pour les femmes, cf. LORENZI-CIOLDI, 1988) et en période de stabilité sociale relative et de mobilité groupale faible. Des *normes sociétales de tolérance* (lois anti-racisme, anti-discriminante entre sexes...) favorisent l'inhibition, comme on le voit dans les médias occidentaux pour les stéréotypages accentués du racisme et de plus en plus du sexisme.

À l'inverse, toutes les situations de compétition et de confrontation liées à des changements sociaux qui en outre menacent les positions dominantes acquises et produisent des conséquences négatives réelles ou imaginaires (mobilité descendante), sont des facteurs d'activation. Ceux-ci sont redoublés avec des normes sociétales d'intolérance et de différenciation ethnique ou de genre (cf. les propagandes et lois des fascismes allemands et italiens). Une différence de taille apparaît ici entre catégorisation et stéréotype. On peut à la rigueur ne plus utiliser les stéréotypes racistes ou sexistes, mais pas les catégorisations ethniques ou de genres qui ne peuvent qu'être inhibées plus ou moins parfaitement, même si elles évoluent selon un temps long historiquement, à la différence des stéréotypes.

Il faut encore reprendre la discussion au sujet du rapprochement assez fréquent entre stéréotypes et catégories. On a dit depuis Lipmann (1922) que le stéréotype est une catégorie descriptive simplificatrice basée sur des croyances non fondées qui est comme "une image dans nos têtes" qui s'intercale entre la réalité et notre perception. Certes, l'on pourra, au sens restreint donné ici au stéréotype, toujours en censurer certaines manifestations déplaisantes, racistes ou sexistes mais sans atteindre les processus de catégorisation eux-mêmes, ce que montrent bien entre autres les travaux de Castel et Lacassagne (1993).

D'ailleurs, on ne devrait pas parler de représentations "fausses" comme le montrent Eagly et Diekmann (1997) à propos de l'exactitude des catégorisations de sexe. Celles-ci produisent, selon elles, des descriptions généralement "justes" des différences entre groupes de sexe (traits de personnalité différents et auto descriptions). Elles attribuent ces résultats à la fois au nombre d'observations croisées entre hommes et femmes dans leurs rôles sociaux respectifs et à leur utilisation massive dans le monde du travail et les médias. On devrait y ajouter leur qualité cognitive, car ces catégorisations permettent une économie remarquable de *prédictibilité* puisqu'elles pré-structurent le système des attentes normatives et prescriptives croisées de rôles de genre. En somme, les acteurs sociaux

confirmeraient souvent par leurs conduites les catégorisations de genre pour répondre aux attentes que les autres sont supposés avoir par rapport à leur comportement (“Self fulfilling prophecy”).

Des conséquences négatives sont, par contre, souvent dénoncées, qu’il s’agisse du caractère socialement conservateur de ce processus ou du coût psychologique pour les individus qui peuvent être sanctionnés parce qu’ils s’écarterent trop de ces attentes normatives. Ainsi, des femmes chefs d’entreprise peuvent parfois être évaluées négativement parce qu’elles manifesteraient dans leur prise de rôle d’autorité des attributs masculins, bien qu’en général ce soit plutôt l’inverse qui leur soit reproché (“encore trop de comportements typiquement féminins”). De façon plus générale, les représentations de genre accentueraient la domination et le prestige du groupe des hommes au détriment de celui des femmes dans le monde du travail.

En fait, parler de représentation ou d’attitude sociale “fausse ou vraie” n’a pas véritablement de sens, par définition toute pensée sociale est une typification sur le modèle du “prototype” de Rosch. Il s’agit seulement de percevoir son *utilité sociale*, soit sa cohérence, son partage dans l’esprit des acteurs sociaux et son efficience dans les situations. Cette utilité est encore augmentée grâce à la “naturalisation” qui essentialise les catégorisations sociales de race et de sexe pour faciliter leur emploi dans la gestion des rapports sociaux publics et privés (cf. CORNEILLE et LEYENS, 1994).

Bien sûr, des changements sociaux profonds modifient lentement sur plusieurs siècles nos systèmes de catégorisation. Les modifications des épistémès au sens de Foucault avec le déclin des religions qui marquaient rituellement les genres masculin et féminin du sceau du pur et de l’impur pour des morales “laïques” qui mettent en valeur les œuvres des sujets, l’autocontrôle de la sexualité et de la procréation, l’individuation juridique et psychologique de la cellule sociale familiale large puis restreinte, agissent dans le sens d’une restructuration du schéma de genre et de la catégorisation. Les conditions économiques et techniques de la production des biens et services sont aussi déterminantes. Les formes de travail dans les services, l’automatisation de la production industrielle, l’accès des femmes aux savoirs des métiers à expertise (juridique, médical, technique...) rendent au moins possible l’interchangeabilité des tâches professionnelles et la mobilité sociale des femmes vers des positions de pouvoir, tandis que l’universalisation du salariat, nécessaire

à la consommation de masse, autorise une individuation financière personnelle. Ces éléments ont formé un ensemble favorable à l'évolution du mode de catégorisation du genre sexuel contemporain depuis le XIX^e, mais sans doute pas à sa disparition, alors que de nouvelles différenciations apparaissent, selon les secteurs professionnels en particulier.

3 Les médias et les “Gender Studies”

Plusieurs spécialistes du domaine, comme Kirchler (1997), ont souligné un paradoxe fréquent. Si l'on recherche une évaluation directe des catégories de genre avec des échelles de traits comme le BSRI (*Bem Sex Role Inventory*), en demandant aux sujets d'indiquer la désirabilité d'une qualité psychologique pour un homme et une femme, puis des auto-descriptions, on constate qu'il n'y a plus ou presque de catégorisation explicitée, du moins pour le monde du travail. Cependant, des méthodes indirectes où les sujets ne perçoivent plus l'objet de la recherche (sans saillance) montrent qu'il n'y a de fait que peu de changements ces dernières décennies dans la catégorisation de genre. Ce constat peut-il être retrouvé dans l'étude des médias?

Lindner a réalisé une vaste analyse de discours sur les images de la femme dans les publicités de *Time* et *Vogue* entre 1955 et 2002. Son analyse était fondée sur une grille d'indices sémiotiques élaborée dans les années 1970 par Goffman pour la description des rôles sexuels dans la publicité. Ce dernier mettait en avant quelques dimensions prédominantes de ritualisation: *la taille* (inférieure) du personnage féminin comparée à celle de son homologue masculin, le *prestige* (bas) de l'activité performée, l'*auto-contact* (touché) du corps, les postures de *subordination*, le *retrait* du centre de la scène ou de l'activité. Les résultats sont clairs pour l'auteur: peu de changements en 50 ans et particulièrement dans *Vogue*, même si les années 80 marquent une légère diminution du “stéréotypage” et surtout une évolution de celui-ci avec le recours à l'humour. Bref, les publicitaires seraient devenus plus subtils ou plus prudents en introduisant des messages moins lisibles et en atténuant les stéréotypes sexistes, surtout hostiles, par des innovations “androgynes”, par exemple, pour les situations de travail ou même de rares inversions (féminisation des hommes, parfois ridiculisés dans les domaines de compétence de la femme). Soulages (2004) retrouve pour sa part des résultats comparables, en France.

Une réponse négative à la question posée antérieurement s'impose toutefois. Les stéréotypes traditionnels, liés à l'emploi conscient de la langue (adjectifs descriptifs de la personnalité) disparaissent ou sont atténués plus ou moins fortement dans les auto-descriptions et les attributions sexuées des sujets masculins et féminin, alors qu'ils demeurent nombreux dans la publicité et pas vraiment difficiles à inférer si l'on regarde le spectacle de ces ménagères au foyer, "séduisantes et sans paroles, maintenues dans la sphère du privé, dans la posture de dominée, de dépendance" (BRUNETIÈRE, 2001, p. 70). L'usage de la femme comme objet sexuel supposé attractif pour n'importe quel type de produit et parfois même "dégradée" dans ce qu'on a nommé le "porno-chic" de certaines campagnes de lingerie ou de parfum, demande aussi réflexion.

Pour quelles raisons le stéréotypage tendrait-il à disparaître dans le jugement social explicite des acteurs sociaux et se maintiendrait-il souvent très explicitement en publicité?

Il faut, selon nous, prendre acte des fonctions symboliques et imaginaires fort différentes du jugement public ordinaire et de celui attribué au genre discursif publicitaire ou à celui de la mise en scène de la mode ou des soins de beauté, dans la presse féminine.

On fera l'hypothèse d'une *autonomie de l'Imaginaire* des genres médiatiques et des sous genres publicitaires et de médiatisation de la mode vestimentaire et des soins du corps comme des mises en scènes "réalistes" des tranches de vie de femmes, célèbres ou non, dans les sphères publique ou privée. *Autonomie*, signifie que la médiatisation des catégorisations sociales de genre n'est pas centrale pour ces fonctionnements sémiotiques. Le discours publicitaire doit d'abord construire de la signification socialement partageable, soit de l'imaginaire discursif social pour les objets et services au-delà de leur stricte valeur d'usage fonctionnelle, et non pour les genres sexuels. Pour ce faire, il peut convoquer toutes les représentations de genre supposées partageables ou du moins connues, anciennes ou modernes, sans nécessairement les prendre en charge mais en les inscrivant dans une spectacularisation discursive, iconographique, gestuelle et musicale qui constitue, elle, son apport principal.

La consommation de masse précède et soutient la publicité et non pas l'inverse, tout comme la différenciation sociale des genres et des rôles masculins et féminins précède et soutient leur mise scène dans la publicité et la presse féminine en général. Bref, la question de l'influence sociale des médias est posée. Les études en réception ne paraissent pas suffire.

Or, il y a un enjeu, au-delà des confrontations idéologiques, qui est celui de la compréhension des phénomènes sociaux discursifs accomplis ici par les presses féminines et les discours publicitaires.

Dans le travail effectué sur le magazine *ELLE* (CHABROL, 1971), l'analyse des mises en scènes "réalistes" de moments de vie publique ou privée de femmes en entretien, connues ou anonymes, des classes moyennes ou supérieures, avait été privilégiée par l'auteur en la confrontant au "Courrier du cœur" de Marcelle Segal. Si le Courrier ne paraissait tenir aucun compte de l'arrivée des discours féministes et de l'évolution des pratiques sociales en ce qui concerne le travail féminin, à l'opposé, les discours "réalistes" des femmes au travail (entretiens de chercheuses ou d'artistes) paraissaient fortement structurés en fonction de l'impact supposé du féminisme. L'ensemble du corpus analysé selon une grille sémiotique et structurale faisait ressortir des opérations de transformation proches de celles élaborées par Levi Strauss pour les mythes. Simplement dit, ces femmes étaient dotées d'une intentionnalité et d'un libre arbitre nouveaux, leur permettant de choisir de travailler ou non, de faire alterner des séquences de vie avec puis sans travail, d'adopter au travail un rôle "quasi masculin" et de conserver chez elles un rôle "féminin" traditionnel... Les publicités, la mode et les soins de beauté du corps, commençaient à évoluer mais bien plus lentement et pas forcément dans les mêmes directions. Chaque sous genre médiatique aurait donc demandé à être étudié plutôt pour lui même, car ayant sa propre temporalité et son propre régime d'historicité.

Conjoindre dans un même corpus la mise en scène de la mode avec des mannequins au corps improbable car idéalement filiforme et en couverture le portrait aux bains de mer d'une artiste contemporaine, bien en chair, Emmanuelle Béart, même si ces univers sont réunis dans le même magazine (*ELLE*), n'était pas sans risques pour l'analyse. Enfin, l'analyse suggérait déjà que les enjeux n'étaient peut-être pas dans la diffusion d'un nouveau marquage des genres sexuels ou du maintien rénové de l'ancien, mais bien plutôt dans l'inscription de ces représentations dans le texte d'une fiction réaliste (un supposé entretien) qui devait *opérer une régulation des contradictions et conflits*, en cours ou à venir.

La visée première de ce type de discours médiatique pourrait résider en effet dans *l'indifférenciation positive de destins sociaux opposés* et donc des représentations évoquées et non dans le maintien de la différenciation des genres sexuels, rénovée ou non. Il fallait peut être

en cette époque historique de changements possibles de la carrière de femmes des classes sociales moyennes et supérieures, atténuer ou faire disparaître toutes les différences entre elles et rendre compatible dans l’imaginaire ce qui paraissait contraire: “travailler ou tenir sa maison, être donc indépendante et forte le jour” comme les hommes dans des postes de responsables, et “dépendante traditionnellement, le soir...”. En somme, *l’enjeu était sans doute de l’ordre d’une régulation imaginaire quasi thérapeutique*, d’une médiation discursive qui ne proposerait pas des modèles à suivre mais des opérateurs de transformation des représentations contraires, potentiellement conflictuelles, pour les rendre assimilables au niveau cognitif au moyen d’une forme très affaiblie, de coping à distance.

4 Le stéréotypage: une production sémiotique théâtralisée du social?

Si l’on distingue le stéréotypage de la catégorisation, l’on est conduit à repenser le social en tant qu’il se manifeste sous des formes sémiotiques différentes, mais qui suggèrent toutes la pertinence de la métaphore de Goffman à propos du rituel et du jeu théâtral. Les “acteurs” sociaux seraient des metteurs en scène d’eux mêmes et ils joueraient au sens propre leurs différents “rôles”.

Pour figurer le stéréotypage de façon abrupte, les techniques du corps “féminin” peuvent être évoquées, du maquillage jusqu’aux accessoires qui modifient la marche pour signifier une mobilité et une gestuelle spécifique. Un ensemble d’artefacts sociaux parfaitement reconnus comme tel, est censé produire du “féminin” sous la forme d’un simulacre (BAUDRILLARD, 1981). De façon corrélative chez les hommes, les prothèses musculaires des pratiques sportives et leurs rites violents sont aussi là pour exhiber la différence du corps “masculin”. Ainsi, il y aurait une distance marquée entre les processus de catégorisation du genre sexuel et leurs sémiotisations dans les discours et comportements sociaux publiquement produits qui selon les contextes et les genres discursifs peuvent masquer, inverser, ritualiser en les accentuant ou au contraire en les atténuant des catégorisations toujours à l’œuvre comme dans les mythes des sociétés “premières”.

On peut maintenant opposer ou mieux compléter ce tableau en montrant aussi le travail des psychologues sociaux, pour dégager les mécanismes et les processus psychologiques qui permettraient de résister à la persuasion.

5 Renforcer la résistance à la persuasion: de l'inoculation à l'avertissement

5.1 Retour à la théorie de l'inoculation de McGuire

McGuire (1961) commençait, on l'a vu, sa réflexion sur la résistance à la persuasion en soulignant la forte vulnérabilité des croyances et des attitudes que l'individu ne remet pas habituellement en question. Selon lui, cette vulnérabilité face aux messages contre attitudinaux serait due à l'exposition sélective pratiquée tout au long de la vie et visant précisément à protéger ses attitudes, voire même à les "surprotéger" en les rendant "extrêmes" (ibid.: p. 326). C'est l'origine de la théorie de l'inoculation: Mc Guire propose comme solution immédiate pour remédier à la vulnérabilité des attitudes et des croyances "l'exposition forcée" des individus à des messages contre attitudinaux de faible intensité afin de les entraîner à résister et à se défendre efficacement contre des attaques réelles et de plus forte intensité. L'auteur a élaboré la théorie de l'inoculation à partir d'une métaphore biologique: de la même façon qu'un organisme est immunisé contre un virus lorsqu'il est vacciné avec une forme affaiblie du même virus, un individu serait préparé à résister à une attaque persuasive en étant inoculé au préalable avec une forme plus faible de l'attaque attendue (MCGUIRE, 1961).

Le rôle de l'inoculation est double: d'une part, avertir l'individu de la possibilité d'une attaque et, d'autre part, le motiver à se préparer à réagir. Comment l'inoculation fonctionne-t-elle effectivement? Il est nécessaire, selon McGuire, d'insérer dans la communication deux types d'informations: une information menaçante contenant des arguments contre attitudinaux, et une information rassurante avec des arguments réfutant explicitement les propositions contre attitudinales (ibid.). Parfois, l'inoculation n'a pas comme effet le seul renforcement des croyances et des attitudes initiales, mais peut aussi conduire à la croyance selon laquelle "tous les arguments contre attitudinaux sont faux".

McGuire et Papageorgis lancent en 1961 les premières études sur l'impact de l'inoculation pour mesurer sa capacité à renforcer la résistance à la persuasion de sujets entraînés à faire face à des messages contre attitudinaux. 168 étudiants ont été exposés à un message de santé qui remettait en question des croyances largement partagées par ce type de population: "tout le monde devrait faire une radiographie des poumons

chaque année afin de détecter aussi tôt que possible une éventuelle TBC”, “les effets de la pénicilline ont été, presque sans exception, d’une grande aide pour l’humanité”, “tout le monde devrait se brosser les dents après chaque repas, si possible”, “tout le monde devrait faire une visite médicale de routine chaque année” (ibid., p. 328).

Chaque message d’inoculation commençait par présenter l’une de ces quatre croyances, pour la remettre ensuite en cause par le biais de deux contre arguments. La moitié des sujets était entraînée à résister à une attaque ultérieure de ces croyances par une procédure passive, alors que l’autre moitié était préparée à y faire face par une procédure active. L’entraînement passif consistait à demander aux sujets de lire un message d’inoculation relatif à l’une des quatre croyances de santé, ce message mettant en avant – outre la présentation de la croyance et deux contre arguments –, une réfutation des contre arguments (défense passive). Chacune des quatre croyances de santé était remise en question à travers la qualification de “truisme” et une contre argumentation qui expliquait que sa validité était de plus en plus sujette à discussion. L’entraînement actif consistait à demander aux sujets d’élaborer eux-mêmes des réfutations face aux contre arguments du message (défense active).

Deux jours plus tard, la totalité des étudiants a été exposée à une attaque contre la croyance à laquelle le sujet avait été confronté pendant la phase d’inoculation. Cette attaque était un message qui présentait la croyance et deux contre arguments, ainsi qu’une conclusion visant à montrer combien les deux contre arguments étaient fondés et valides. La moitié des sujets lisait des messages avec des contre arguments identiques à ceux déjà développés dans la phase d’inoculation, alors que l’autre moitié lisait des contre arguments nouveaux. A la fin de cette deuxième phase de l’expérimentation (l’attaque effective), les étudiants répondaient à un questionnaire pour mesurer leur résistance à la persuasion. Les résultats indiquent que la défense passive a mieux préparé les sujets à résister à une attaque ultérieure mettant en exergue des contre arguments identiques à ceux auxquels ils avaient été exposés lors de l’inoculation. Au contraire, la défense active a mieux préparé les étudiants à résister à une attaque ultérieure présentant des contre arguments nouveaux par rapport à ceux auxquels ils avaient été exposés au préalable.

Dans une autre expérimentation consacrée aux effets de l’inoculation, Rogers et Thistlethwaite (1969) ont mesuré l’impact d’une inoculation fondée sur la résistance active et respectivement passive,

face à des attaques proches ou éloignées dans le temps. La question clé des auteurs était: laquelle des deux stratégies était la plus efficace pour entraîner les sujets à mieux résister (la production personnelle de contre arguments ou bien l'exposition à de contre arguments déjà élaborés) et dans quel type de contexte (attaque suivant tout de suite la phase d'inoculation ou bien attaque deux jours après la phase d'inoculation). 108 étudiants en première année de psychologie ont été exposés à un message de santé qui mettait en avant deux truismes utilisés auparavant par McGuire dans ses propres expérimentations: "la pénicilline n'a eu que des effets bénéfiques" et, respectivement, "on devrait faire une radiographie annuelle afin de pouvoir dépister une éventuelle tuberculose".

Lors d'une première phase de l'expérimentation, les auteurs ont testé l'impact de la résistance active et passive sur la capacité à réfuter une attaque contre attitudinale. La moitié des sujets était exposée à deux textes successifs présentant les deux croyances, suivis chacun par cinq contre arguments permettant de les réfuter (résistance passive). L'autre moitié des sujets a été entraînée à effectuer une résistance active face aux mêmes croyances. Les étudiants étaient incités à produire eux-mêmes des contre arguments afin de les réfuter. Lors d'une deuxième phase, la moitié des sujets a été exposée à l'attaque tout de suite après l'inoculation, alors que l'autre moitié y a été exposée deux jours après l'inoculation. Un résultat significatif de cette étude a été l'interaction entre le type de résistance et l'orientation temporelle de l'attaque: si la résistance active a permis de renforcer la capacité des sujets à résister à l'attaque différée, la résistance passive a eu plutôt l'effet contraire en diminuant leur capacité à résister à une attaque différée.

Syzbillo et Heslin (1973) ont exposé des sujets à des messages contre attitudinaux remettant en cause la proposition "on devrait installer dans toutes les voitures des air bags". Les sujets se sont retrouvés dans l'une des quatre conditions expérimentales: une annonce de promotion vantant les avantages du produit, une annonce d'inoculation avec des contre arguments similaires sémantiquement à ceux de l'attaque ultérieure, une annonce d'inoculation avec des contre arguments nouveaux par rapport à ceux de l'attaque, et une ois des contre arguments similaires ou nouveaux par rapport à l'attaque, alors que l'annonce de promotion du groupe contrôle ne faisait aucune référence à la croyance en question. Dans toutes les conditions expérimentales, l'attaque contenait

des arguments détaillés contre l'utilisation des air bags. Les résultats ont indiqué que les deux annonces d'inoculation ont préparé les sujets à une meilleure résistance que l'annonce sans lien avec le thème. D'autre part, et celui-ci est le résultat le plus important, les sujets qui ont été entraînés à résister à des contre arguments similaires à ceux de l'attaque ont mieux résisté que ceux qui ont été exposés à l'annonce en faveur de l'utilisation des air bags. Toutefois ce résultat n'a pas été confirmé pour l'inoculation entraînant les sujets à résister à des contre arguments nouveaux.

TABLEAU 1
Synthèse des résultats sur l'impact de l'inoculation

Auteurs	Variables indépendantes	Résultats
McGuire et Papageorgis (1961)	- Inoculation avec entraînement passif vs. inoculation avec entraînement actif - Attaque avec contre arguments identiques vs. attaque avec contre arguments nouveaux	- défense passive meilleure face à attaque avec contre arguments <i>identiques</i> ; - défense active meilleure face à une attaque avec contre arguments <i>nouveaux</i> .
Rogers et Thistlethwaite (1969)	- Inoculation avec entraînement passif vs. inoculation avec entraînement actif - Attaque immédiate vs. différée	- défense active meilleure face à une attaque différée.
Syzbillo et Heslin (1973)	2 annonces de promotion (avec et sans lien par rapport au thème du message) vs. 2 annonces avec inoculation Attaque avec contre arguments identiques vs. attaque avec contre arguments nouveaux	les annonces avec inoculation ont produit une meilleure résistance que l'annonce de promotion (annonce sans lien avec le thème de l'attaque); les annonces avec inoculation ont produit une meilleure résistance face à l'attaque avec des contre arguments identiques.

Pour que l'inoculation soit efficace, McGuire pensait que deux conditions devaient être remplies, la première étant la motivation à défendre ses attitudes initiales et la deuxième: la capacité de le faire. En effet, d'autres recherches ont confirmé que l'efficacité de l'inoculation

dépendait du niveau d'implication des sujets car si le niveau de l'implication est trop faible l'inoculation serait susceptible d'être trop puissante par rapport aux capacités de défense des sujets et, au lieu de renforcer les attitudes initiales, elle pourrait les affaiblir (DIDOW et LESSNE, 1987, p. 164). Au lieu de préparer les sujets à mieux résister à des attaques ultérieures, l'inoculation serait alors susceptible de réduire cette capacité à travers un impact négatif sur les attitudes initiales des sujets. Le processus psychologique responsable de cet effet boomerang serait l'affaiblissement de la confiance perçue en ses propres attitudes.

6 Le rôle des émotions dans l'inoculation

L'une des questions qui préoccupe de plus en plus les chercheurs ces dernières années concerne le rôle des affects dans la résistance, notamment lorsque des attitudes importantes sont en jeu ou liées au concept de soi (JOHNSON; EAGLY, 1989). Certains pensent que la colère, par exemple, joue le rôle d'heuristique dans l'évaluation des communications (SCHWARTZ; CLORE, 1988): les individus se rendraient compte qu'ils sont en colère et cela constituerait pour eux un indice pour adopter une position contraire au message (BEM, 1972). D'autres chercheurs estiment que les émotions activent des processus cognitifs de contre argumentation, plus nombreux et plus négatifs qu'en l'absence d'affects forts. Cette dernière hypothèse serait celle de l'affect comme premier médiateur de la génération de pensées après exposition (KAPLAN, 1991).

La théorie de McGuire avait posé les bases d'un champ de recherche fertile, mais pendant longtemps les spécialistes ont surtout exploré la dimension cognitive de l'inoculation et ont peu étudié le rôle pourtant important des réactions émotionnelles dans la préparation à la résistance). Pour tenter de combler ce manque, Pfau et ses collègues (2001) ont réalisé une expérimentation visant à tester l'impact d'une inoculation "cognitive" comparée à une inoculation "émotionnelle". Ils ont opérationnalisé l'inoculation cognitive sous la forme d'un message proposant des informations réfutables sous la forme de faits, statistiques et données de recherche, et l'inoculation émotionnelle sous la forme d'un message proposant des opinions et des anecdotes (ibid., p. 217). L'objectif de l'étude était de mesurer les effets de trois stratégies d'inoculation: l'une, cognitive, la deuxième, éveillant la colère

(“affective-anger inoculation”), la troisième éveillant la joie (“affective-happiness inoculation”), selon le niveau de l’implication. L’hypothèse des auteurs était que l’inoculation cognitive devrait être plus efficace que l’inoculation émotionnelle, car la première serait meilleure pour préparer à contre argumenter, élément central du processus de résistance, selon eux. En outre, pour Pfau et ses collègues l’inoculation éveillant la colère devrait être plus efficace que celle éveillant la joie. La colère, en effet, devait conduire les sujets à se focaliser sur l’évaluation du danger potentiel et renforcer le traitement central ou systématique du message, ce qui favoriserait la mise en place de la contre argumentation, tandis que la joie conduirait à une humeur positive et donc à un traitement périphérique, superficiel du message, peu favorable au déploiement de la contre argumentation (ibid., p. 119-220).

Sur un plan théorique, cette étude examine la nature de l’inoculation et veut souligner le rôle des facteurs affectifs dans la résistance à la persuasion. Selon les auteurs, la menace présentée dans un message d’inoculation n’aurait pas seulement un impact de type cognitif, mais aussi émotionnel. L’inoculation serait plutôt un “processus qui enclenche à la fois des mécanismes cognitifs et affectifs” (ibid., p. 220). Cela fait écho à la théorie de Lazarus sur les relations entre variables cognitives et motivationnelles et gestion du danger, selon cet auteur la résistance serait en partie un processus motivationnel mis en route face à une menace, et un processus cognitif consistant en une activité de réfutation de la position contre attitudinale du message d’attaque. Si pour Lazarus (1987) la motivation a une dimension émotionnelle forte, il s’ensuit que lors de la phase d’inoculation le sujet se retrouve face à une menace anticipatrice éveillant une certaine émotion et renvoyant à une certaine orientation motivationnelle (ibid., p. 106). La colère serait alors fortement associée à une motivation de résistance à l’attaque tandis que la joie serait plutôt susceptible de conduire à une posture d’opposition moins ferme face aux messages contre attitudinaux.

597 étudiants ont été exposés à l’un des deux messages d’inoculation – cognitive ou bien émotionnelle – éveillant soit la colère, soit la joie, ou ont participé au groupe contrôle (sans inoculation). La phase d’inoculation était suivie par une mesure de défense active: les sujets devaient identifier les contre arguments potentiels à l’encontre de leur propre attitude et lister par écrit des réponses pour défendre leur position face à ces contre arguments. Trois semaines après l’inoculation,

les sujets ont été exposés à une attaque pour évaluer leur capacité à résister au changement attitudinal. Trois variables indépendantes invoquées ont été prises en compte: l'auto-efficacité des sujets à affronter l'attaque contre attitudinale, l'attitude initiale des sujets, et leur niveau d'implication envers le thème du message.

La mesure de l'auto-efficacité reprenait une version modifiée de l'échelle utilisée par Bandura (1977). Les questions permettaient d'évaluer la force des attitudes initiales:

- “dans quelle mesure pensez-vous que votre attitude est ferme et correcte” ou “qu'elle ne va pas changer même si vous constatez qu'une majorité de gens pense le contraire”?

et la confiance en ses propres capacités de résistance:

- “dans quelle mesure pensez-vous pouvoir défendre votre position si elle était attaquée” ou “dans quelle mesure pensez-vous pouvoir défendre votre position même face à des contre arguments forts”?

La mesure des attitudes initiales a été effectuée par le biais de six échelles bipolaires (négatif/positif; mauvais/bon; inacceptable/acceptable; insensé/sage; incorrect/correct; défavorable/favorable). Le niveau de l'implication a été mesuré à travers une version abrégée du “Personal Involvement Inventory” (des échelles bipolaires du type: pas important/important; pas pertinent/pertinent; insignifiant/significatif; etc.).

Les résultats indiquent que les trois types d'inoculation ont été efficaces dans le renforcement de la résistance par rapport à celle du groupe contrôle. De manière surprenante par rapport à ce qui était attendu, ce n'est ni l'inoculation cognitive ni l'inoculation fondée sur la colère, mais l'inoculation éveillant la joie qui a été la plus efficace dans la préparation à la résistance. Pour comprendre ce résultat, les auteurs ont fait appel à la notion d'auto-stimulant la contre argumentation (LAZARUS, 1987). L'inoculation serait un processus qui serait activé par une menace conduisant à une motivation à mettre en place des stratégies de coping consistant en un travail cognitif sur les arguments et les contre arguments relatifs à l'attitude “concernée” des attaques réelles ultérieures (ibid., p. 106). L'auto-efficacité serait un facteur modérateur essentiel dans le traitement des messages persuasifs contre attitudinaux, car elle diminue la vulnérabilité perçue des attitudes initiales, renforce

la confiance en ses propres capacités à défendre sa position et intervient de manière positive dans la régulation de l'humeur.

D'autre part, le renforcement de la confiance en soi rend les individus moins méfiants et réduit aussi la motivation à résister. Les sujets ayant un bon niveau d'affirmation de soi sont plus ouverts à l'information contre attitudinale, moins défensifs face aux communications de prévention faisant appel à la peur sur des thématiques de santé, et moins susceptibles de traiter cette information de manière biaisée (REED; ASPINWALL, 1998).

De manière générale, l'inoculation prépare le sujet à résister à une attaque persuasive par le biais d'un entraînement préalable, actif ou passif. Selon McGuire, l'inoculation est d'abord un processus cognitif fondé sur la stimulation de l'activité de contre argumentation de l'information déclenchée par un simulacre d'attaque dans l'attente d'une attaque véritable ultérieure, mais les recherches ultérieures montrent que la dimension émotionnelle sous-tend les jugements sur soi qui l'accompagnent. Pour qu'une inoculation soit efficace, il faut que le sujet soit motivé *à défendre* ses attitudes initiales et ait la capacité de le faire. Dans certaines conditions, une inoculation "émotionnelle" pourrait être encore plus efficace qu'une inoculation "cognitive" pour renforcer la capacité des récepteurs à résister à une attaque persuasive.

7 Conclusion

On soulignerait volontiers la complémentarité des deux mouvements analysés, car au fond les auteurs cités et Mc Guire en particulier ont bien compris dans cette période historique pour la psychologie sociale qu'il était difficile si ce n'est plus d'étudier la persuasion sans la résistance à celle-ci. Cette période faste de la psychologie sociale après la seconde guerre mondiale méritait que l'on y revienne entre autres parce qu'elle a ouvert aussi des paradigmes clairement partageables avec les autres sciences humaines, la sociologie mais aussi toutes les disciplines de l'univers sémiotique: de la linguistique à la sémiologie et à l'analyse du discours. Wittgenstein nous invitait dans ses "Investigations philosophiques" (1961) à penser comme le souligne, sans y adhérer nécessairement, Fontanille (2015 p. 13-17), à une "pragmatique générale" qui donnerait la prééminence aux pratiques

culturelles et à la variabilité des usages linguistiques et sémiotiques sur le système et la structure.

Références

BANDURA, A. Self-Efficacy: Toward a Unifying Theory of Behavioral Change, *Psychological Review*, n. 84, p. 191-215, 1977..

BEM, S. L. Androgyny and gender schema theory: a conceptual and empirical integration. In: SONDEREGGER, T.B. (Éd.). *Psychology and Gender, Nebraska Symposium on Motivation*, 32. Lincoln: University of Nebraska Press, 1985.

BERRENDONNER, A. Avant-propos, système et interactions. In: BERRENDONNER, A.; PARRET, H. (Éd.). *L'interaction communicative*. Berne: Peter Lang, 1990.

BONNAFOUS, S. Femmes politiques: une question de genre? *Réseaux*, Paris, v. 21, n. 120, p.121-145, 2003.

BOURHIS, R. Y.; LEYENS, J-P. (Ed.). *Stéréotypes, discrimination et relations intergroupes*. 2^e éd. Spirmont, Belgique: Mardaga, 1999.

BREHM, J.W. *A theory of psychological reactance*. New York: Academic Press, 1966.

BRUNETIÈRE, V. Etat des lieux de l'image de la femme dans la publicité française. In: GRÉSY *et al.* (Éd.). *L'image de femme dans la publicité*. Paris: la Documentation française, 2001.

BUTLER, J. *Trouble dans le genre. Pour un féminisme de la subversion*. Paris: La Découverte, 2005.

CASTEL, P.; LACASSAGNE, M.F. *La communication comme symptôme de l'ordre idéologique: une illustration à travers deux types de discriminations*. Paris: Dunod, 2004.

CHABROL, C. *Le récit féminin, contribution à l'analyse sémiologique du courrier du Coeur et des entrevues ou enquêtes sur la femme dans la presse féminine*. La Haye-Paris: Mouton, 1971.

CHABROL, C.; RADU, M. *Psychologie de la communication et persuasion*. Théories et applications. Bruxelles: De Boeck Université, 2008.

CHARAUDEAU, P. *Le discours d'information médiatique. La construction du miroir social*. Paris: Nathan, 2003. Coll. "Médias recherches", cité par S. Debras en "Lectrices oubliées au quotidien".

CORNEILLE, O.; LEYENS, J. P. Catégories, catégorisation sociale et essentialisme psychologique. In: BOURHIS, R. Y.; LEYENS, J-P. (Ed.). *Stéréotypes, discrimination et relations intergroupes*. 2è éd. Spirmont, Belgique: Mardaga, 1999. p. 41-69.

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation, opérations et représentations*. Paris: Ophrys, 1990.

DIDOW, N. M.; LESSNE, G. Inoculation Theory and Resistance to Persuasion in Marketing. *Psychology and Marketing*, v. 4, n. 2, p. 157-165, 1987.

DIEKMAN, A. B.; GOODFRIEND, W.; GOODWIN, S. Dynamic stereotypes of power: perceived change and stability in gender hierarchies, *Sex Roles*, v. 50, n. 3/4, p. 201-215, 2004.

EAGLY, A. H.; DIEKMAN, A. B. The accuracy of gender stereotypes: A dilemma for feminism, *Revue Internationale de Psychologie Sociale [International Review of Social Psychology]*, n. 10, p. 11-30, 1997.

FONTANILLE, J. *Formes de vie*. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2015.

GEORGET, P.; CHABROL, C. Traitement textuel des accroches et publicités argumentées. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, n. 4, 2000.

GOFFMAN, E. *La mise en scène de la vie quotidienne (I et II)*. Paris: Minuit, 1973.

GRICE, H. P. Logique et conversation, *Communications*, n. 30, p.57-72, 2004.

HYMES, D. *Foundations in sociolinguistics: an ethnographic approach*. Philadelphie: University of Pennsylvania Press, 1974.

JOHNSON, E. J.; EAGLY, A. H. The effects of involvement in persuasion, a metaanalysis, *Psychological bulletin*, n. 106, p. 375-384, 1989.

KIRCHLER, E. The Unequal Equality: social stereotypes about male and female entrepreneurs. *International Review of Social Psychology*, v. 2, 10, p. 63-67, 1997.

KNOWLES, E. S.; LINN, J. A. Approach-Avoidance Model of Persuasion: Alpha and Omega Strategies for Change. In: KNOWLES, E.S.; LINN, J.A. (Ed.). *Resistance and Persuasion*. Mahwah, NJ.: Lawrence Erlbaum, 2004. p. 117-148.

LAZARUS, R. S. *Emotion and adaptation*. New York/Oxford: University Press/Leippe et Elkin, 1987.

LEYENS, J. Ph.; CORNEILLE, O. Perspectives psycho-sociales sur les stéréotypes. In: GARAUD, C. (Ed). *Sont-ils bons? Sont-ils méchants? Usage des stéréotypes*. Paris: Honoré Champion, 2001. p.13-25.

LEWIN, K. Forces behind food habits and methods of change, *Bull. Nat. Res. Coun.*, CVIII, p. 35-36, 1943.

LEWIN, K. Décisions de groupes et changement social. In: SWANSON, E.; NEWCOMB, T.; HARTLEY, L. (Ed.). *Readings in Social psychology*, New York: Holt Rinehart and Winston, Inc., 1947. p. 197-211.

LINDNER, K. Images of women in general interest and fashion magazine advertisements from 1955 to 2002. *Sex Roles*, v. 51, n. 7/8, p. 409-421, 2004.

LORENZI-CIOLDI, F. *Individus dominants et groupes dominés*. Images masculines et féminines. Grenoble: PUG, 1988.

LORENZI-CIOLD, F. Professions au masculin et au féminin: un moyen terme entre le masculin et le féminin, *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, n. 2, p.135-152, 1997.

MCGUIRE, W. J. Resistance to persuasion conferred by active and passive prior refutation of the same and alternative counterarguments, *Journal of Abnormal and Social Psychology*, v. 63, n. 2, 326-332, Sep. 1961.

MCGUIRE, W. J.; PAPAGEORGIS, D. Effectiveness of forwarding in developing resistance to persuasion. *The Public Opinion Quarterly*, n. 26, p. 24-34, 1962.

PFAU, M., et. al. The Role and Impact of Affect in the Process of Resistance to Persuasion, *Human Communication Research*, v. 27, n. 2, 2001, p. 216-252.

PEIRCE, K. What if energizer bunny were female? Importance of gender in perceptions of advertising spokes-character effectiveness, *Sex Roles*, v. 45, n. 11/12, p. 845-858, 2001.

PERRET, J. B. L'approche française du genre en publicité. *Réseaux, Hermes Sciences Publication*, Paris, v. 21, n. 120, p. 148-173, 2003.

QUINN, J. M.; WOOD, W. Forewarnings of Influence Appeals: Inducing Resistance and Acceptance. In: KNOWLES, E.S.; LINN, J. A. (Éd.). *Resistance and Persuasion*. Mahwah, NJ.: Lawrence Erlbaum, 2004. p. 193-214.

REED, M. B.; ASPINWALL, L.G. Self-affirmation reduces biased processing of health-risk information. *Motivation and Emotion*, n. 22, 1998.

SAGARIN, B.J., *et al.* Dispelling the Illusion of Invulnerability: the Motivations and Mechanisms of Resistance to Persuasion. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 83, n. 3, p. 526-541, 2002.

SCHNEIDER, D. J. *The psychology of stereotyping*. New York: The Guilford Press, 2004.

SOULAGES, J-C. Le genre en publicité ou le culte des apparences, *MEI* n. 20, "Sexe et communication". Paris: Université de Paris 8; L'Harmattan, 2004.

SYZBILLO, G. J.; HESLIN, R. The Vulnerability of Values to Attack: Inoculation of Values and Value-Relevant... *Pers. Soc. Psychol. Bull.*, p. 63-75, 2003.

TORMALA, Z. L.; PETTY, R.E. Resisting Persuasion and Attitude Certainty: Cognitive Analysis, in KNOWLES, E.S.; LINN, J. A. (Éd.). *Resistance and Persuasion*. Mahwah, NJ.: Lawrence Erlbaum, 2004. p. 65-82.

WITTGENSTEIN, L. *Investigations philosophiques*. Trad. P. Klossowski. Paris: Galimard, 1961.

YZERBYT, V.; SCHADRON, G. Stéréotypes et jugements sociaux. In: BOURHIS R. Y.; LEYENS, J.P. (Ed.). *Stéréotypes, discrimination et relations intergroupes*. 2è éd. Spirmont/Mardaga/ Belgique, 1999. p. 127-160.

Desigualdad de género en la política mexicana

Gender inequality in Mexican politics

María Eugenia Flores Treviño

Universidad Autónoma de Nuevo León, México

maria.florestr@uanl.edu; mx-meugeniaflores@gmail.com

José María Infante Bonfiglio

Universidad Autónoma de Nuevo León, México

jminfanteb@hotmail.com

Resumen: La desigualdad social en México tiene distintas dimensiones. En la última reunión del Foro de Davos, se informó que México ocupa el lugar 111 de entre 138 países en cuanto a la participación de la mujer en política. No se trata del único tipo de desigualdad (THERBORN, 2015) que padecen las mujeres en México, pero sí, probablemente, una de las más perversas, dado que las leyes establecen el principio de igualdad de género para los cargos de elección, pero en las últimas elecciones (2015) para legisladores del orden nacional o federal los datos muestran que todavía falta mucho para alcanzar el 50% de los puestos. Este hecho señala la exclusión que permea en este ámbito social. Una de las causas de esa desigualdad puede situarse en el orden del discurso (FOUCAULT, 1970), donde se racionalizan y justifican las diferencias entre las normas jurídicas y los resultados en la determinación de la desigual distribución de los cargos legislativos y ejecutivos. En este trabajo, desde una perspectiva transdisciplinaria: comunicativo-pragmática y discursivo-ideológica, analizamos tres casos de discriminación sexista, divulgados en la prensa, contra candidatas en el periodo previo al proceso electoral (junio de 2015) en un estado del noreste mexicano: Nuevo León.

Palabras clave: equidad de género; participación política femenina; elecciones en México; argumentación discursiva.

Resumo: A desigualdade social no México possui distintas dimensões. Na última reunião do Fórum de Davos, foi informado que o México ocupa a posição (111^a) entre 138 países em relação à participação da mulher na política. Não se trata do único modo de desigualdade (THERBORN, 2015) que padecem as mulheres no México, mas sim, provavelmente, uma das mais perversas, dado que as leis estabelecem o princípio da igualdade de gênero para os cargos eletivos, entretanto, nas últimas eleições (2015), para o legislativo nacional ou federal, os dados mostram que ainda falta muito para alcançar os 50% dos cargos eletivos. Este fato aponta para a exclusão que permeia este âmbito social. Uma das causas desta desigualdade pode situar-se na ordem do discurso (FOUCAULT, 1970), onde se racionalizam e justificam as diferenças entre as normas jurídicas e os resultados na determinação da desigual distribuição dos cargos do legislativo e do executivo. Neste trabalho, desde uma perspectiva transdisciplinar: comunicativo-pragmática e discursiva-ideológica, analisamos tres casos de discriminação sexista divulgados na imprensa contra candidatas no período prévio ao processo eleitoral (junho de 2015) em um estado no noroeste mexicano: Nuevo León.

Palavras-chave: Igualdade de gênero; participação política feminina; eleições no México; argumentação discursiva.

Abstract: Social inequality in Mexico consists of different dimensions. In the last meeting of The World Economic Forum, it was informed that Mexico is ranked in the 118 position of 138 countries regarding the participation of women in politics. This is not the only inequality issue (THERBORN, 2015) women have to go through, but it might be the one of the most serious since laws establish a gender equality principle for the election charges. However, in the last elections (2015) for legislators in the national and federal levels, the available data show that women still have a lot to do to reach the 50% of the charges. This fact points out the exclusion which permeates this social field. One of reasons of such social inequality may be in the order of discourse (FOUCAULT, 1970), where it rationalizes and justifies the differences between the legal standards and the results in the determination of the unequal distribution of such charges. In this paper, we aim to analyze from a transdisciplinary perspective view: communicative-pragmatic and ideological-discursive issues, based on two cases of sexist discrimination disclosed in the press,

against candidates in the last electoral process (June 2015) in a Mexican northeastern state: Nuevo León.

Keywords: Genre equality, female politics participation, elections in Mexico, discursive reasoning.

Recebido em 22 de julho de 2016.

Aprovado em 07 de outubro de 2016.

1 Introducción

Una sociedad que pretende ser democrática no puede dejar a las mujeres excluidas, ya que en el caso de México, por razón de representación, son un poco más del 50 por ciento de la población nacional y son ciudadanas con los mismos derechos y oportunidades, de acuerdo con la Constitución mexicana, en su artículo 4^o¹. Asimismo, existen varias falacias éticas, políticas y de eficiencia que hacen creer que existe en ellas menor capacidad para el ejercicio de gobierno o para el desempeño en un cargo público.

Hace ya varios años que Amartya Sen (1992, p. 32) señalara que podemos encontrar diferencias en las libertades que gozan hombres y mujeres en varias sociedades, las que no siempre se pueden reducir a desigualdades entre ingresos y recursos. Además de los salarios, que son desiguales en casi todos los países del mundo, existen muchas otras condiciones de beneficios (o perjuicios) diferenciados, como la división del trabajo en el hogar, la educación o la protección recibida y las libertades que se permiten a los miembros de una sociedad. La desigualdad social en México tiene distintas dimensiones. En la última reunión del Foro de Davos, se informó que México ocupa el lugar 111 de entre 138 países en cuanto a la participación de la mujer en política. No se trata del único tipo de desigualdad (THERBORN, 2015, p. 58) que padecen las mujeres en México, pero sí, probablemente, una de las más perversas, dado que las leyes establecen el principio de igualdad de género para los cargos de elección, pero en las últimas elecciones (año

¹ Cfr. Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, que en el Artículo 4o., folio 5, dice: “El varón y la mujer son iguales ante la ley” (<http://info4.juridicas.unam.mx/juslab/leylab/250/5.htm>).

2015) para legisladores del orden nacional o federal los datos muestran que todavía falta mucho para cubrir el 50 % de los puestos electivos. Este hecho señala la exclusión que permea en este ámbito social.

La incursión femenina en la política mexicana ha sido, con mucho, limitada, pues, siguiendo a Hernández: “solo el 18% de los senadores son mujeres, mientras que en la Cámara de Diputados éstas representan el 22.8%” (HERNÁNDEZ, 2000, p. 79). La situación no es mejor a nivel de los estados: “en México solamente hay 172 diputadas de 1.119 escaños distribuidos entre todas las entidades federativas; únicamente ha habido 4 jefas de ejecutivo estatal y 98 alcaldesas entre más de 2,400 municipios. Por tanto, en nuestro país solo uno de cada 4 puestos de función pública están ocupados por mujeres”.

Como se observa, una de las causas de esa desigualdad puede situarse en el orden del discurso (FOUCAULT, 1970, p. 50, BOURDIEU, 1998, *passim*), donde se racionalizan y justifican las diferencias entre las normas jurídicas y los resultados en la determinación de la desigual distribución de los cargos legislativos y ejecutivos.

1.1 Sustento teórico-tipo de estudio

En este trabajo, desde una perspectiva interdisciplinaria: semántica (DUCROT, 1986, p. 177); comunicativo-pragmática (BAJTIN, 1970, *passim* BENVENISTE, 1971, p. 128-129; AUSTIN, 1981, p. 145) y discursivo-ideológica (CHARAUDEAU y MAINGUENEAU, 2005, p. 52; VAN DIJK, 1980, p. 290; BOURDIEU, 1998, p. 28; MOSCOVICI, 1976, p. 38; PÊCHEUX, 1978, p. 48-52, LAMAS, 2000, LAMAS, p. 37), analizamos tres casos de discriminación y sexismo divulgados en la prensa acaecidos en el noreste mexicano (Nuevo León). Nuestro modelo operativo se ilustra en la Figura 1:



Figura 1- Modelo operativo (elaboración de los autores).

En la figura se muestra la articulación del proceso de estudio de la muestra, la cual parte de los elementos semánticos (implícito, presupuesto y sobreentendido); posteriormente examinamos los actos lingüístico-discursivos en la dimensión pragmática y distinguimos el funcionamiento discursivo de los recursos retóricos; finalmente ofrecemos una interpretación desde la dimensión semiótico-discursiva de la esfera político-mexicana. Consideramos al “tercero”² porque el discurso fue divulgado en los medios de comunicación.

1.2 La muestra y la estrategia metodológica

La muestra se compone de fragmentos discursivos pertenecientes al corpus de publicaciones impresas y electrónicas del proyecto³,

² Las aspas son nuestras.

³ El corpus cuya recopilación inició en 2008 se compone de más de 600 artículos

relacionadas con las campañas electorales 2015. Los artículos fueron seleccionados aleatoriamente, en atención a la presencia de elementos sobre el tema en estudio, sobre las legisladoras en cuestión, y sin criterios de representatividad, y en los que revisamos los argumentos (VAN EEMEREN y GROOTENDORST, 2013, p. 69), así como los actos ilocucionarios (AUSTIN, 1981, p. 145), articulando estas posturas. Se continúa la investigación iniciada en 2008 sobre discurso político en los medios por Infante y Flores⁴. Se trata de un estudio de casos⁵, de tipo cualitativo y descriptivo. Tomamos el acto discursivo⁶ como unidad operacional para la estrategia metodológica. Estudiamos las acciones aprovechando la propuesta de Austin (1981, p. 117), así como la de Hutcheon (1992, p. 174) cuando considera el acto de habla como algo *situado*, porque implica un alejamiento del modelo estático jakobsoniano, y un acercamiento a un sistema cuyas coordenadas serían menos exclusivamente lingüísticas. Interesa a este trabajo su propuesta de que una investigación de la contextualización semántica de las acciones se preocuparía forzosamente por esta noción de acto situado. Al efectuar el análisis, la muestra se segmentó en los actos de habla que la forman y se procedió al examen e interpretación de acuerdo con la teoría. El

relacionados con sucesos y periodos específicos de la política en México, divulgados en los periódicos *El Norte*, *La Jornada*, *Excélsior* y otros de circulación nacional.

⁴ Este trabajo se adscribe a los Proyectos: *Discurso político mexicano*, dirigido por José Infante (2008), donde se estudia el discurso aparecido en los medios de comunicación mexicanos y Proyecto *Estudios lingüísticos, discursivos y didácticos en corpus orales y escritos* cuya responsable es María Eugenia Flores. Los proyectos contaron con financiamiento del Programa de Apoyo a la Investigación Científica y Tecnológica de la Universidad Autónoma de Nuevo León, México (PAICYT) de 2009 a la fecha. En ellos se ha revisado la ironía, la polifonía, la imagen social y los recursos verbales y no verbales (cfr. FLORES e INFANTE 2010, 2012, 2014).

⁵ De manera general lo podemos considerar como una metodología de investigación sobre un inter/sujeto/objeto específico que tiene un funcionamiento singular, no obstante su carácter particular también debe explicarse como sistema integrado. Es en este sentido que estamos hablando de una unidad que tiene un funcionamiento específico al interior de un sistema determinado, así es la expresión de una entidad que es objeto de indagación y por este motivo se denomina como un caso (DÍAZ *et al.*, 2011, p. 5).

⁶ Para este estudio, se coincide con Haidar (2006) en tanto se concibe como coincidente con el acto de habla austiniano, pero expande su interpretación a la perspectiva semiótico-discursiva.

proceso utilizado⁷ permitió describir las acciones y sus efectos en el nivel semiótico-discursivo.

2 La desigualdad, la política y la representación discursiva

Es de sobra conocida la posición clásica entre filósofos y pensadores políticos de la tradición occidental por la cual se minusvalora a la mujer. En el siglo XVIII, cuando se comienzan a cuestionar los fundamentos de la desigualdad de los seres humanos, la mujer sigue ausente en el debate. En *Discurso sobre el origen de la desigualdad entre los hombres*, Rousseau (trad. 1923) se refiere de manera genérica a la especie humana como ‘hombres’ pero no resalta de manera especial las diferencias entre sexos; para él, las diferencias son de dos tipos, naturales (o físicas) y morales (o políticas) siendo estas últimas las establecidas por convenciones entre los propios seres humanos. En otras palabras, construidas en el sistema simbólico. En una de sus obras famosas, *Emilio o la educación*, (Rousseau, trad. 1971) al analizar las diferencias entre hombre y mujer incurre en contradicciones, pero da una visión de la mujer acorde con los valores ideológicos hegemónicos de su época (que pudo haberlos eludido) y señala como destino especial de la mujer agradar al hombre. La mujer tiene como asignación social el embarazo y su educación debe estar relacionada con la de los hombres, para hacerles grata la vida; no puede decirse que Rousseau hay sido un misógino, pero sí un tipo especial de machista, que alaba a la mujer pero la excluye de la vida pública, donde el hombre debe imponer su dominación. Quien sí fue un gran misógino, el filósofo alemán Arthur Schopenhauer (1788-1860), cuando se refería a las mujeres decía que: “Lo que hace a las mujeres particularmente aptas para cuidarnos y educarnos en la primera infancia, es que ellas continúan siendo pueriles, fútiles y limitadas de inteligencia. (...) Las mujeres no tienen el sentimiento ni la inteligencia de la música, así como tampoco de la poesía y las artes plásticas. En ellas todo es pura imitación, puro pretexto, pura afectación explotada por su

⁷ Primero se identifican en los discursos los actos de habla que constituyen el macroacto en ese fragmento de la enunciación, para efectuar la segmentación; enseguida, se revisa y delimita su estructura, siguiendo el modelo propuesto por Searle, quien “presenta como mínimas tres reglas para estudiar los actos de habla: *Preparatoria*, (...); de *Sinceridad* (...); y *Esencial*” (ACERO *et alia*, 1992, p. 74).

deseo de agradar (...) Excepciones aisladas y parciales no cambian las cosas en nada: tomadas en conjunto, las mujeres son y serán las nulidades más cabales e incurables” (SCHOPENHAUER, 1819 s/p.).

La historia ideológica de la condición femenina está llena de contradicciones (INFANTE, 2011, p. 2). En especial porque el conocimiento social parece incapaz de procesar adecuadamente los datos de la realidad: desde Cleopatra hasta Angela Merkel pueden mencionarse cientos de mujeres que desempeñaron roles sobresalientes en la actividad social y política y todavía nos encontramos con prejuicios misóginos, no sólo en el discurso popular, sino también en de las elites.

A fines del siglo XVIII las mujeres ocupan un lugar importante en las insurrecciones que se dieron en Francia: son las primeras en constituir grupos de combate y marchar sobre Versalles (GODINEAU, 1993, p. 28). Las mujeres penetraron en el espacio político pero fueron devueltas al espacio doméstico cuando las instituciones se instalan y los hombres vuelven a tomar el control. Cuando uno de los sexos (los hombres) se provee de una estructura organizativa, las mujeres abandonan la primera línea de lucha: las mujeres deben ocupar el estatus ambiguo de ciudadanas sin ciudadanía: participarán en las asambleas, pero no podrán ser miembros plenos de las organizaciones revolucionarias. Por ello, en 1793, el diputado Amar pronunciará en la Asamblea Nacional una frase que no será nueva ni tampoco será la última vez que se escuche: “No es posible que las mujeres ejerzan los derechos políticos” (GODINEAU, 1993, p. 28).

A principios del siglo XX se difundió el debate sobre el sufragio femenino y la participación política de la mujer. Australia había aprobado el voto en 1902 y Finlandia fue el primer país en tener una representación femenina en el Parlamento en 1907 (PAXTON, HUGHES Y GREEN, 2006, p. 901). En América Latina fueron Uruguay (1927) y Brasil (1934) los primeros países en autorizar el voto femenino antes de la Segunda Guerra Mundial. En Estados Unidos, que todavía se exhibe como primera potencia mundial, la mujer tiene aún hoy una presencia limitada: en la Cámara de Representantes las mujeres constituyen el 19.3 por ciento del total y en la de senadores llegan al 20 por ciento (PEREDA, 2016, p.16).

En el caso de México, el 17 de octubre de 1953 se publicó en el Diario Oficial de la Federación un decreto por el que se establecía el derecho de las mujeres a votar y ser votadas. Posteriormente, México ha suscrito diversos compromisos internacionales “para prevenir, sancionar

y erradicar la violencia [contra las mujeres], y por ello se obliga a: [...] Establecer los mecanismos judiciales y administrativos necesarios para asegurar que la mujer objeto de violencia tenga acceso efectivo al resarcimiento, reparación de daño u otros medios de compensación justos y eficaces (BARRERA *et alia*, 2013, p. 34). No obstante, las agresiones son continuas y normalmente quedan impunes. Por otra parte, en 2002 México recibió una recomendación del CEDAW ⁸: “[...] la adopción de medidas especiales [...] de conformidad con el artículo 4.1 de la Convención y refuerce sus actividades encaminadas a promover mujeres a cargos de Dirección tanto en el sector público como en el privado” (HERNÁNDEZ, 2011, p. 79).

Los *Resultados generales* de la *Encuesta Nacional sobre Discriminación en México* (Consejo Nacional para prevenir la discriminación, 2012) muestran que la discriminación rebasa también el ámbito de lo individual, e impide construir y mantener relaciones interpersonales basadas en el respeto, la igualdad y el reconocimiento mutuo, necesarios para el desarrollo consistente de la identificación social. El Estado mexicano, como la casi totalidad de los estados-nación actuales, se construyó a partir de decisiones tomadas por varones, sin presentar ninguna subjetividad de asimilación de la acción femenina en ningún ámbito. Los prejuicios hacia las mujeres llevan a que en la actualidad éstas son afectadas en innumerables aspectos de la vida social y comunitaria: violencia intrafamiliar, exclusión educativa, desempleo, trata de personas, explotación sexual comercial, crisis económica, recortes presupuestarios, impunidad, abuso de autoridad, analfabetismo, incapacidad para acceder a servicios financieros, inseguridad pública, indefensión contra riesgos y muchos más. En el ámbito laboral mexicano, por ejemplo, el 51 por ciento de las mujeres en edad de trabajar obtiene algún tipo de ingreso, contra el 81 por ciento de los hombres. Algunas mujeres son doblemente marginadas, ya que a la condición de género debe agregársele la etnia, la clase social o la edad. En muchas comunidades indígenas las mujeres deben comer las sobras y no reciben atención médica adecuada, aunque algunos intelectuales y políticos justifican esto diciendo que se debe a “usos y costumbres”. El punto más crítico está en la ideología social que construye una victimización de la mujer, haciéndola responsable de la

⁸ Convención sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra la Mujer, por sus siglas en inglés.

discriminación y violencia que se ejerce sobre ella. La representación de lo femenino es un asunto político proyectado asimétricamente mediante diferentes recursos discursivos que deforman la percepción de la realidad. El prejuicio sobre los roles femeninos referido a su reclusión al espacio privado restringe y coacciona a las funcionarias. Por otro lado, según Alencar-Rodrigues y Cantera (2013, p.75-100), el discurso de las instituciones públicas genera prácticas de desaprobación, con una carga de significación en la cual se combinan componentes culturales de diversa índole, sean estos religiosos, morales, convencionales y tradicionales.

2.1 El imaginario y el discurso

Resulta necesario reflexionar sobre la igualdad entre mujeres y hombres en esta área para ilustrar los procesos de naturalización de la violencia (BOURDIEU, 1998, p. 28) que existen en la sociedad, tal como se evidencia con respecto a las mujeres en la política, quienes se encuentran en desventaja. Las representaciones⁹ de las mujeres impuestas por el sistema sexo-género en la sociedad mexicana siguen siendo sexistas, discriminatorias y excluyentes. Por tal motivo, resulta conveniente analizar la estigmatización de la imagen de las mujeres en el discurso político, en el cual prosigue la tradición que construye el sistema ideológico e impone el sistema patriarcal sobre el deber ser mujer, puesto que las relaciones sociales se estructuran y organizan en diversos niveles desde una estructura de desigualdad, que se realiza, según Foucault (1999, p. 53), por medio de relaciones múltiples de poder.

Los políticos suelen ser objeto de estereotipos creados en el imaginario popular y, tal como sucede con casi todos los estereotipos, la imagen construida no se corresponde puntualmente con la realidad. Esta imagen es el resultado de las percepciones de la gente y generalmente no se construye a partir de conceptos científicos, sino de ideologías populares que se expresan por medio del lenguaje. Es pertinente considerar a Lasswell (1977, p. 38), quien señalaba que el habla popular registraba las variedades del comportamiento político y de los tipos de políticos. Para él, la lengua popular estaba llena de expresiones que abarcaban

⁹ Proponemos a la teoría de las representaciones sociales (MOSCOVICI, 1976, p. 39; JODELET, 1986, p. 475) como una herramienta teórica pertinente para comprender los procesos de construcción discursiva de la identidad femenina en este espacio social así como sus efectos.

la lista de caracteres de la acción política; así, se tenían: ‘hombre de ideas’, ‘anarquista’, ‘liberal’, ‘comunista’, ‘mártir’, ‘revolucionario’, ‘reformista’, ‘conservador’; e igualmente otras figuras que habían sido descritas por los historiadores, como ‘déspota benevolente’, ‘dictador’, ‘demagogo’, entre otros. Retomando la idea de *homo politicus* de Spranger, decía que se definía en términos de deseo-método-éxito: desea el control de los motivos de los otros; su método puede variar desde la violencia hasta los halagos y su éxito se determina al asegurarse el reconocimiento tangible de una comunidad.

2.2 Desigualdad, imagen y violencia en el ámbito político del estado de Nuevo León

Las elecciones para la gobernación del estado de Nuevo León se realizaron el 7 de junio de 2015, con diez candidatos registrados oficialmente, uno como independiente y los otros como representantes de ocho partidos políticos y una alianza de tres partidos¹⁰. En este trabajo en el que analizamos la desigualdad verificada en las agresiones a la imagen que los políticos del estado de Nuevo León, México, proyectan o pretenden proyectar, ya sea de ellos mismos o de sus opositores o competidores, en busca del mayor número de votos, se postula que esta imagen no se construye solo a partir de sus propuestas, sino del preconstruido que permea entre sus posibles votantes, pero no solo de ellos: también de las construcciones imaginarias alrededor de las figuras políticas en general. Igualmente aportadora es la idea de Huddy y Capelos (2002, p. 31), quienes dicen que existen diferencias uniformes, notables y remarcadas en los rasgos de personalidad atribuidos a las personas, según sean hombres o mujeres.

En diversos tipos de estudios, las mujeres son vistas como más cálidas, gentiles, amables y pasivas, mientras que los hombres son vistos como más duros, agresivos y asertivos. Por ejemplo, la postura de Bourdieu (1998, p. 30, 36) respecto al *habitus* o la socialización de los cuerpos, que explica la educación de las reacciones y la división psicológica de lo masculino y lo femenino para desembocar en la

¹⁰ La lista nominal o padrón tenía 3560,457 inscriptos, de manera que el porcentaje de votantes alcanzó 58,53%). (1) concertada por los partidos Nueva Alianza (NA), Verde Ecologista Mexicano (PVEM) y Revolucionario Institucional (PRI). Fuente: CEE-NL.

mitología justificadora, es decir, lo que se define como natural de los géneros. En el caso de la política, también se pueden mencionar estudios experimentales donde los votantes asignan estereotipos a los candidatos en función del género, como los etiquetados como ‘compasivos’, asignados a las mujeres (educación, salud, pobreza), las que son vistas como menos hábiles para enfrentar problemas en las áreas de negocios, militar y de defensa. Hay un aspecto importante, sin embargo, donde las mujeres parecen contar con una ventaja relativa: las mujeres políticas son vistas como más honestas.

También se presentan diferencias en las evaluaciones según sea el tipo de puestos por los que se compite: así, los puestos ejecutivos o presidenciables están basados en el alcance hasta donde se poseen rasgos masculinos, como fuerza, determinación y confianza. En las cuatro dimensiones claves de la personalidad presidencial, como son liderazgo, competencia, empatía e integridad, la empatía, que sería para ciertas interpretaciones el rasgo más típicamente femenino, es la dimensión de menor impacto en las valoraciones de los presidentes. Hay evidencias que apoyan la idea de que poseer rasgos ‘masculinos’ beneficia más a un candidato que tener características ‘femeninas’. Para Caprara y Vecchione (2013, p. 32-33)¹¹, hay varios rasgos básicos principales de personalidad que son relevantes en el dominio político, entre los que se incluyen rasgos, necesidades y motivos, creencias personales, valores y actitudes sociales. Los cinco rasgos básicos son 1, extraversión (o energía), 2, simpatía, 3, escrupulosidad, 4, neuroticismo (o estabilidad emocional), 5, apertura a la experiencia (o inteligencia). Dichos autores obtuvieron algunos hallazgos empíricos interesantes, como que las personas que puntúan alto en apertura a la experiencia prefieren los partidos e ideologías situadas a la izquierda del espectro ideológico y las personas con alta escrupulosidad tienden a preferir los partidos de ideología conservadora o de derecha; que tanto en Estados Unidos como en Europa los votantes de izquierda

¹¹ En un estudio sobre mujeres parlamentarias y mujeres votantes en Italia, se encontraron diferencias entre las políticas y las votantes en rasgos de personalidad (CAPRARA, FRANCESCATO, MEBANE, SORACE Y VECCHIONE, 2010, p. 740). Las mujeres políticas difieren de las mujeres votantes en cuatro rasgos de personalidad; los puntajes más altos de las políticas se registran en extraversión, franqueza, simpatía y estabilidad emocional, mientras que registran puntajes más bajos en seguridad y valores hedonísticos.

tienden a presentarse a sí mismos como más abiertos a la experiencia y creativos, mientras que los conservadores y votantes de derecha se presentan como más ordenados, convencionales y organizados.

La imagen de las mujeres referidas en la muestra que se estudia es proyectada coercitivamente y en circunstancias de desigualdad, determinada de acuerdo con la ideología de género que priva en este país, como se verá en los ejemplos. En consecuencia, existen diversas incidencias que establecen relaciones de implicatura y reciprocidad, ya que la formación social, la formación ideológica y la formación discursiva ejercen condicionamiento sobre las formaciones imaginarias¹² que los participantes en la situación comunicativa se hacen de sí mismos, de su interlocutor y del tema de su discurso. A ello se añade el hecho que estudia Linton en 1942, cuyos resultados indican que todas las personas aprenden su estatus sexual y los comportamientos apropiados a él (LAMAS, 2000, p. 37). Asimismo, a través de los ejemplos comentados, se observa cómo ese aprendizaje es un rasgo que conforma el lugar social y subyace en las formaciones imaginarias.

En este orden de ideas, se acude a Goffman (2008, p. 62) y su teoría sobre la estigmatización y los marcos sociales, ya que la interacción entre los participantes en los discursos que en este trabajo se revisan, se sustenta en prejuicios. Además, en los ejemplos que se describen, opera aplicar la postura de Bourdieu (1998, p. 34) respecto al *habitus* o la socialización de los cuerpos, que explica la educación de las reacciones y la división psicológica de lo masculino y lo femenino para desembocar en la mitología justificadora, es decir, lo que se define como natural de los géneros.

También es pertinente retomar que un resultado importante relativo a las profesiones, es el reconocimiento de que “la base de género en las identidades laborales es notablemente duradera y no se modifica fácilmente por el incremento de mujeres u hombres en un determinado grupo ocupacional” (CONWAY, BOURQUE Y SCOTT, 2000, p. 30).

¹² De acuerdo con la teoría de Pêcheux (1978, p. 48-52), las *Formaciones imaginarias* designan el lugar que el emisor y receptor tienen cada uno de sí mismos y el lugar que le atribuyen al otro locutor dentro de la formación social. Existen mecanismos y reglas de proyección que establecen las relaciones entre las situaciones –que pueden definirse objetivamente– y las posiciones –que son representaciones de esas situaciones.

En las campañas electorales, de manera especial, se verifican mecanismos de comunicación marcados por varios propósitos: acentuar las virtudes propias y de los aliados y alimentar las categorías negativas de opositores, apelando a diferentes modelos de argumentación y juegos de imagen. Sin embargo, la asignación de rasgos o propiedades abarca un amplio campo semántico y no se puede atribuir una intención específica a los hablantes.

Por las razones expuestas es pertinente revisar la desigualdad, el sexismo y la violencia de género en el discurso, pues se concuerda con Gutiérrez (1999, p.91), en que “desde la teoría althusseriana, el concepto de *sobredeterminación* introduce la dimensión de lo simbólico”. Pues no debe olvidarse que “toda relación social se constituye en forma simbólica y todo orden simbólico se constituye discursivamente” (GUTIÉRREZ, 1999, p. 91).

3 Los casos en estudio

En este apartado se revisan fragmentos discursivos de asuntos relacionados con la discriminación femenina que ocurre en la política, a partir de la muestra construida con artículos tomados de los medios de comunicación que circulan en México.

3.1 Sexismo y Misoginia contra la Diputada Leticia Benvenutti

El primero de los casos estudiados lo protagoniza una Diputada local ganadora en las elecciones de 2015 por mayoría representativa del Distrito 16 de Apodaca Nuevo León quien, antes de ocupar el puesto, había posado en lencería para una revista de la compañía mediática Televisa, México. Los ataques se debieron a que hizo una manifestación pública contra el gobernador neoleonés —de ese tiempo— Rodrigo Medina:

(1) “Diputada critica al gobernador de NL y le suben fotos a las redes posando semidesnuda”, la legisladora, quien es vicepresidenta de la mesa directiva del Congreso, se levantó de su asiento y mostró un cartel con la leyenda “No pasarán las cuentas mochas”, en referencia a las acusaciones de desvíos que hay contra Medina (CAMPOS GARZA, 2015).

El hecho le ocasionó numerosas críticas sexistas¹³, ya que en esta región del país (noreste mexicano) es muy fuerte la tradición de la hegemonía patriarcal. En el estudio de la construcción de la identidad discursiva, es pertinente privilegiar al dialoguismo (Bajtin, 1970, *passim*) ya que los discursos generan y responden a otros discursos.

(2) “Son unas fotografías que ya se conocían, en mi campaña las trataron de sacar para tratar de desprestigiar me, pero no funcionó”, puntualizó Benvenutti (TORRES, 2015).

Además, el discurso posee implicaciones socio-discursivas, generadas por la singularidad de las representaciones sociales (MOSCOVICI, 1976, p. 38) que proyectan los enunciadores participantes: la legisladora, los medios, la sociedad. Este hecho se basa, si convenimos con Jodelet, en que, “la ‘representación social’ es la manera de interpretar y pensar la realidad cotidiana, (...) una forma de conocimiento social y a la vez actividad mental que desarrollan individuos y grupos para fijar su posición en relación con situaciones, objetos y comunicaciones que les conciernen” (JODELET, 1986, pág. 473). En el caso específico de la interpretación de esta realidad, entran en juego las subjetividades asignadas a los géneros, como por ejemplo: “la buena mujer” (correcta, honesta, discreta, que no muestra su cuerpo) *versus* “la mala mujer” (la que posa en lencería y muestra su cuerpo).

Igualmente los medios documentaron una reacción de los contrarios del partido contra la Diputada:

(3) Y después empezaron a circular en las redes sociales imágenes que muestran a Benvenutti Villarreal en ropa íntima, en una sesión de fotografías que no tienen fecha ni procedencia (CAMPOS GARZA, 2015).

¹³ Se sigue a García (1994, pp.81-83), cuando explica que el sentido de los adjetivos masculino y femenino se ha modificado en las últimas décadas. Enuncia que tenían un carácter absoluto y aludían a lo que es propio del varón y de la mujer. Apunta que hoy significan lo que en un momento dado y en una determinada cultura la sociedad considera propio del varón o la mujer. Para García, los sistemas de sexo y género se van diferenciando y ello incide en la lengua.

El proceso lo ilustramos en:

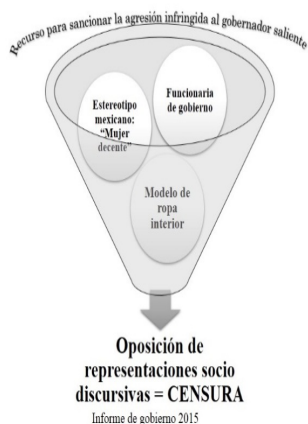


Figura 2 - Proceso de discriminación contra Benvenutti (elaboración de los autores).

En este caso, la representación semiológica de la legisladora resulta lesionada por prejuicios ideológicos sobre el género, ya que la percepción pública de su persona es proyectada solo mediante sus características corporales. Y es que se conviene con Jodelet en que lo social se encuentra entre otros, en el contexto en que se ubican los sujetos y los grupos; en los marcos de aprehensión proporcionados por el bagaje cultural de los individuos y grupos; los códigos, valores e ideologías relacionados con las posiciones y haberes sociales específicos (JODELET, 1986, p. 473).

(4) Antes de participar en su encomienda legislativa, la diputada local panista Leticia Benvenutti era modelo de lencería y conductora grupera (CAMPOS GARZA, 2015).

Por medio del discurso se advierte cómo es asumida la identidad social del individuo como dominante o subalterno. En el caso examinado, la diputada es reducida a la subalternidad por una estrategia del tipo “falacia argumentativa de la generalización a partir de una información incompleta. Afirmar el consecuente” (WESTON, 2001, p. 83- 85).

Con frecuencia, la diferencia que sustenta la subalternidad se explica a partir de algunos conceptos que atañen al capital simbólico (BOURDIEU, 1979, p. 326): la etnia, el sexo y el cuerpo, como en el caso que se estudia. Se ilustra esta aseveración:

(5) La rubia¹⁴ legisladora de Nuevo León es mostrada en dos imágenes: en la primera está de perfil, con un conjunto de brásier [sic] y calzón color rojo, en una pose seductora. En la segunda, aparece de espaldas, hincada en un sillón, con un conjunto negro de dos piezas de lencería, medias de encaje y botas del mismo color (GARZA, 2015).

En la descripción realizada se advierten los recursos empleados con el propósito de proyectar un estereotipo femenino muy específico¹⁵. El valor semiótico de los colores y prendas mencionados (“rubia”, “conjunto negro de dos piezas de lencería”, “brásier [sic] y calzón rojo”, “medias de encaje”, “botas”.) connotan un ambiente sensual. Igualmente conminativas resultan las posiciones enunciadas (“de perfil”, “una pose seductora”, “de espaldas”, “hincada”) a través de las cuales se refuerza el ámbito de sexualidad. Algunos titulares que se publicaron respecto al asunto, fueron:

(6) “Difunden fotos de Diputada en lencería” (MARTÍNEZ Y CHARLES, 2015),

(7) “Reviven en redes pasado sexy de Diputada regia” (El Mañana.com.mx).

(8) “Campaña misógina vs Diputada por exigir cuentas al gobernador de Nuevo León” (El Quorum informativo.com.mx).

En los ejemplos existen frases como “Diputada en lencería” y “pasado sexy” donde es evidente la agresión que implican, así como el ejemplo 9, que denuncia el prejuicio misógino de las publicaciones.

3.2 Denigración y sexismo contra las funcionarias Ivonne Álvarez y Margarita Arellanes

Los otros casos se encontraron en una nota editorial de la Columna “Fricasé”, publicada durante el periodo de las campañas electorales. En

¹⁴ De ahora en adelante y en cada ejemplo, hemos subrayado las frases y términos que queremos destacar y que son de interés para el análisis.

¹⁵ En México, las características contenidas en este fragmento, corresponden a una esfera semántica (Berruto, 1979) relacionada con el estereotipo de sexualidad.

ella, el autor (anónimo, aunque responde a la línea oficial del periódico), arremete contra dos funcionarias aspirantes a un puesto de gobierno mediante recursos discursivos que proyectan los prejuicios sexistas y la discriminación a la que convoca. Se manifiesta la función estratégica de legitimación (CHILTON y SCHÄFFNER, 2000, p. 305), en cuanto mediante el implícito (DUCROT, 1982, *pássim*), se presenta la imagen del emisor como ajena a las acusaciones que emite mediante la inclusión de argumentos éticos “ligados a la persona del locutor (su autoridad, su ethos)” (CHARAUDEAU y MAINGUENEAU, 2005, p. 52):

(9)El sexo de la persona es lo de menos, sea hombre, mujer o intermedio; no debe ser el género el criterio a juzgar, sino la capacidad para gobernar (EL ABOGADO DEL DIABLO, 2015).

Subrayados en el ejemplo, se encuentran los elementos que proyectan el sarcasmo, el eufemismo y el sexismo lingüístico, construido mediante el sobreentendido (DUCROT, 1986, p. 35).

(10) No decimos que las damas Álvarez y Arellanes sean malas, que sean simpáticas o antipáticas; lo que hoy afirmamos es que bajo cualquier criterio que se les juzgue a las damas, ambas, una de las cuales probablemente sea gobernadora de Nuevo León, no cumplen los requisitos que un cargo de esta naturaleza requiere. Ninguna de las dos tiene la experiencia, tampoco la preparación académica, y mucho menos la experiencia y conocimientos como para gobernar un Estado tan complicado como Nuevo León (EL ABOGADO DEL DIABLO, 2015).

Existe la denegación (VAN DIJK, 1996)¹⁶, la coerción y la deslegitimación (CHILTON y SCHÄFFNER, 2000, p. 301). En cuanto se definen los rasgos de las aludidas por oposición; es decir por aquello de lo que carecen, por tanto existe una coerción discursiva al colocarlas en ese imaginario de deficiencia, a través del cual, también se lesiona su imagen social. Se observa el afán por la invisibilización, ya que el locutor

¹⁶ Según Maldonado (2013, p. 32) en Freud, la negación es una forma de negar la represión. Para ella, hay una diferencia entre negar y denegar: mientras que en el primer caso nos situamos en el terreno de la lógica, denegar tiene una tonalidad más psicológica y remite a no admitir o no conceder algo.

ninguna vez se refiere al nombre de las mujeres, sino que usa un adjetivo. De esta manera, consigue diluir la nominación de las referidas. Se aprecia el empleo de un matiz sarcástico en la designación, mediante el cual opera un reduccionismo, porque se considera a las aludidas únicamente en su faceta de “damas” y no de agentes políticos. En la columna no se lee en ninguna parte: “la licenciada”, “la senadora”, “la candidata”, “la funcionaria”. Estas denominaciones, de ser usadas, proyectarían otra representación social (JODELET, 1986, p. 473), de las aludidas.

(11) No tienen con qué gobernar, les faltan tablas, educación, conocimientos, experiencia, inteligencia, astucia y muchas cosas más (EL ABOGADO DEL DIABLO, 2015).

En el segmento 12, de nuevo se halla la denegación (VAN DIJK, 1996) y la deslegitimación (CHILTON Y SCHÄFFNER, 2000, p. 302). También existe la coerción discursiva puesto que se proyecta un imaginario denigrante a partir de isotopías¹⁷ (tablas, educación conocimientos, experiencia, astucia, inteligencia), que operan por oposición, como complemento¹⁸ del sentido proyectado. Pero, a nivel retórico, el recurso que permea es una falacia argumentativa de la generalización a partir de una información incompleta. Una falacia deductiva de la forma: Si *p* entonces *q*; *q*, por lo tanto, *p*. (WESTON, 2001, p. 83, 85). El editor viola la regla 1 (VAN EEMEREN Y GROOTENDORST, 2013, p. 313), al presentar una premisa, como si fuera evidente por sí misma.

(12) Simples egresadas de la UANL, se abrieron camino en base a [*sic*] las cuotas de género y a sus atributos de cáeme bien. Quizás sean buenas candidatas en el sentido de que tienen su “charm”¹⁹ y saben echar sus rollos y cargar

¹⁷ Greimas las define como “un conjunto redundante de categorías semánticas que hacen posible la lectura del relato, tal como resulta de las lecturas parciales de los enunciados y de la solución de sus ambigüedades, que es guiada por la investigación de la lectura única” (1966, p. 30 *apud* RASTIER, 1984, p. 64).

¹⁸ Prieto (1966, *apud* YLLERA, 1979, p. 110-120) indica que existe una clase de posibilidades (noético- semánticas) y una clase de no-posibilidades (noético-semánticas) o complemento en el acto sémico, y que constituyen entre ambas, el universo del discurso.

¹⁹ Del francés: *charme*: encanto o seducción.

bebitos, pero ¿y los seis años de Gobierno que le siguen a la elección? Ninguna de las dos damas sabe nada de finanzas públicas (Aunque dicen que Álvarez está tomando clases con maestros del Tec), no saben ni más de economía, no conocen de estadística, de administración pública, de teorías del desarrollo organizacional. Llegan más verdes al cargo que un perico recién nacido (EL ABOGADO DEL DIABLO, 2015).

En el ejemplo 13, mediante el uso adjetival (“simples egresadas”) se realiza una denigración y se efectúa una lesión a la imagen social de las referidas en cuanto a su formación académica: se menosprecia la institución pública de donde proceden (“de la UANL²⁰”) y luego se realizará una contrastación (“Álvarez está tomando clases con maestros del Tec²¹”), que —implícitamente— establece jerarquía entre las entidades académicas referidas.

El dispositivo empleado para conseguir la agresión y discriminación por sexismo, se describe enseguida:



Figura 3-Dispositivo articulado para ejercer la discriminación (elaboración de los autores).

Como se observa, las argumentaciones en que se sostiene la agresión son falacias en las cuales ocurre la construcción del referente por denegación.

A las funcionarias referidas se les niega capacidad, experiencia (“en base a [*sic*] las cuotas de género y a sus atributos de *cáeme bien*”)

²⁰ Universidad Autónoma de Nuevo León., que es una dependencia de educación pública.

²¹ Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey, que pertenece a la educación privada.

se realiza una falacia argumentativa de la generalización a partir de una información incompleta (WESTON, 2001, p.83) y se proyecta que las funcionarias llegaron al puesto por un ineludible proceso de asignación, por su simpatía e imagen, en el sobreentendido (DUCROT, 1982, p. 20) queda la falta de méritos de las políticas. En el segmento encontramos una descortesía directa en la cual el acto amenazador a la imagen se realiza sin ningún encubrimiento (“Quizás sean buenas candidatas en el sentido de que tienen su ‘charm’ y saben echar sus rollos y cargar bebitos”). Se completa de esta manera la deslegitimación (CHILTON y SCHÄFFNER, 2000, p. 306) de la imagen social de las referidas, y se genera un efecto social (BRAVO, 2002, p. 151; 2005, p. 29) lesivo para la proyección de las candidatas.

Se emplea en dos ocasiones el recurso del dicho exclamativo (“ni maíz”²², “más verdes que un perico”²³...): y por medio de él se lleva a cabo un proceso de ironización (BALLART, 1991, p. 44) compleja: ya que existe la negación (BRANDON, 2005, p. 160, 568) de que las funcionarias posean los atributos esenciales —según se argumenta— para aspirar al cargo. Además el redactor emplea la reiteración de los defectos de las aludidas como recurso argumentativo *ad nauseam*²⁴.

La frase que termina el segmento contiene una intensificación²⁵ (ALBELDA, 2004, p. 28) que busca dañar enfáticamente la imagen de las referidas. A nivel contextual, y considerando las condiciones de producción del discurso en la publicación, como estas declaraciones aparecen en la columna editorial, existe el implícito del argumento de autoridad (ANSCOMBRE Y DUCROT, 1994, p. 37) del autor. Por tanto,

²² En México: el dicho popular “ni maíz (paloma)” significa: “nada”, “nada de nada”: carecer totalmente de algo.

²³ Es un dicho popular mexicano que se refiere a la falta de experiencia, de madurez; a la novatez del sujeto aludido.

²⁴ Este tipo de falacia consiste en “la creencia incorrecta de que es más posible que una afirmación sea cierta, o aceptada como cierta cuantas veces más se escuche (...) emplea la repetición constante, diciendo la misma cosa una y otra vez, hasta que uno se enferma de escucharle (ARIAS, 2004, p. 127).

²⁵ Para la autora: “En el ámbito del enunciado, la intensificación se ha entendido como un valor semántico del contenido proposicional manifestado gramaticalmente de diversas formas. Supone una modificación de la cantidad y/o de la cualidad en el significado de algunas categorías gramaticales (ALBELDA, 2004, p. 28).

el efecto social (BRAVO, 2002, p. 151; 2005, p. 29) generado es la desacreditación, mediante una descortesía mal encubierta por los recursos del *ductus subtilis* (LAUSBERG, 1983, p. 48), que es una categoría del proceso de la *simulatio* referido al *non verum consilium*²⁶.

(14) Total, la oferta política con la que se queda Nuevo León es escoger entre dos estilos y dos perfiles femeninos contrastantes: la diferencia entre candidatas es algo meramente cosmético, no habiendo sustancia detrás del producto, no hay nada que comparar (...) Ello a menos que surja por ahí un candidato –o candidata- independiente, fuerte que ponga a todo mundo en su lugar. ¡qué [*sic*]bueno sería esto, aunque luzca remoto! (EL ABOGADO DEL DIABLO, 2015).

En el fragmento seleccionado se ofrece una argumentación *erística*²⁷. Existe el tono sarcástico (“Total/ se queda”) ya que la expresión —que destacamos— se refiere a un remanente, a las sobras. Además se realiza la degradación de la imagen social de las políticas a partir de la metonimia (BERISTÁIN, 2001, p. 328), que reduce a las referidas exclusivamente a una de sus facetas (“dos perfiles femeninos”, “meramente cosmético”, “no hay sustancia detrás del producto”). Aún más: se emplea como estrategia la despersonalización (MUÑIZ, 1998, p. 57)²⁸, ya que se atribuyen las características inherentes a una materia como

²⁶ Que es la falta la concordancia entre el *consilium* (la voluntad efectiva, seria y semántica) y el contenido semántico manifestado al tratar el tema. Se trata de una semántica de dos capas que lleva consigo el peligro – o la intención, se diría en este estudio- de un malentendido, o una interpretación bivalente o ambigua que sirve a los fines de la persuasión (LAUSBERG, 1983, p.48).

²⁷ La erística es el arte de generar controversia, con el propósito de hacer triunfar una tesis, independientemente de que sea verdadera o falsa. Para ello, el erístico se vale de procedimientos retóricos y dialécticos, de la más diversa índole. No obstante, existe una connotación negativa para este término, que parte desde los tiempos de la Grecia Clásica, y se ha mantenido hasta nuestros días (<http://suite101.net/article/eristica-y-filosofia-griega-a60833>).

²⁸ La autora señala que “En ocasiones por razones extralingüísticas resulta necesario o al menos conveniente no expresar el sintagma sujeto en un enunciado concreto. (...) También tiende a no expresarse el sujeto, cuando carece de importancia y la atención quiere focalizarse en la expresión misma o el objeto” (MUÑIZ, 1998, p. 57).

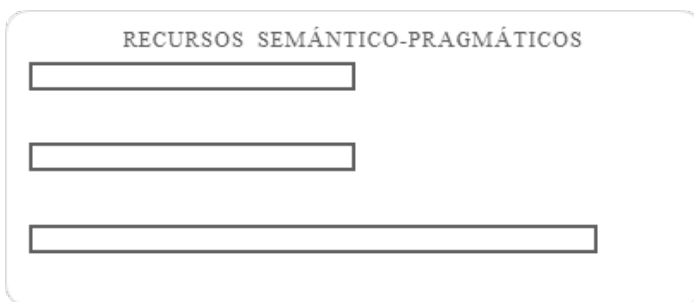
similares a las que poseen las mujeres referidas, se pasa de lo animado a lo inanimado, hay una naturalización en el ocultamiento del sujeto.

Implícitamente se ubica el sexismo lingüístico, ya que dichas expresiones no podrían elaborarse con referencia a dos varones. Esta coerción (CHILTON Y SCHÄFFNER, 2000, p. 305) se construye mediante el sobreentendido (DUCROT, 1986, p. 35). Al final, se elabora un elogio de otro candidato: “independiente”, “fuerte” por medio de la contrastación (BERISTÁIN, 2001, p. 118). Para la población del noreste mexicano, queda muy claro, gracias al presupuesto y al sobreentendido, que se refiere el periodista al candidato apodado “El bronco”, ya que era el único postulado como “independiente”.

Resultados

Si bien el estudio de dos casos no permite ofrecer resultados concluyentes respecto a los objetivos de este trabajo, sí es suficiente para mostrar algunas tendencias a partir del análisis efectuado a través de la articulación tanto de elementos semántico-pragmáticos como retóricos. Para ofrecer interpretación, consideramos la dimensión semiótico-discursiva para mostrar las funciones del discurso político y el macro-proceso ideológico encontrado. Ilustramos los hallazgos en cuatro gráficas.

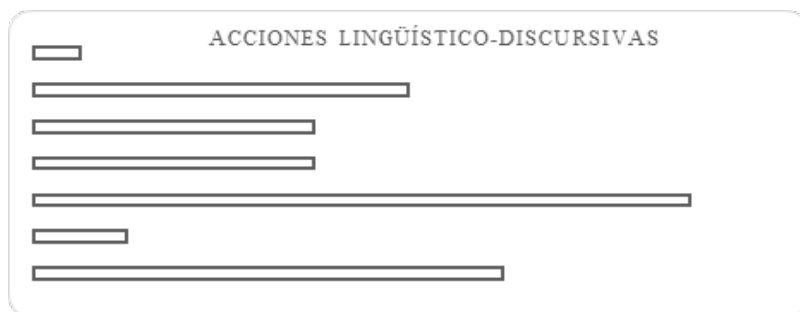
Los recursos semántico-pragmáticos encontrados se muestran a continuación:



Gráfica 1 - Recursos semántico-pragmáticos

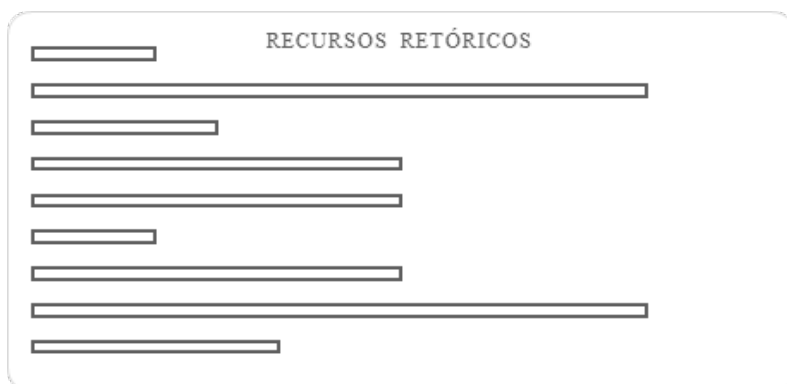
Como se observa, los locutores acudieron mayormente al implícito, a enunciar elementos de similar significado y valor sémico en

el ámbito de las esferas semánticas construidas para proyectar el sentido no nombrado en el discurso.



Gráfica 2 - Acciones lingüístico-discursivas

Los actos lingüístico-discursivos de agresión, denegación y los recursos para la intensificación que se aprecian en la Gráfica 2. tuvieron una recurrencia de 10, 14 y 8 respectivamente; los recursos para atenuar y denigrar tuvieron una ocurrencia de 6 frecuencias. Solo un elogio y dos comparaciones. Estos datos ofrecen una idea del matiz volitivo que permeó los discursos.



Gráfica 3- Recursos Retóricos

En la gráfica 3 se ilustra cómo la metonimia y la imagen tuvieron 10 ocurrencias, en el análisis se encontró que estos recursos estuvieron estrechamente vinculados a la proyección degradada de la imagen social de los sujetos referidos; la adjetivación, la despersonalización y el uso de falacias presentaron las mismas recurrencias: 6 frecuencias, mientras que la hipérbole apareció cuatro veces y la elipsis tres; también se acudió a los refranes en dos ocasiones y el mismo número de frecuencias se empleó la antonimia. Estos recursos retóricos, así como los semántico-pragmáticos y discursivos estuvieron articulados en torno a un propósito común, un macro-acto discursivo al que colaboraron, que fue la creación del referente por falsa causalidad.²⁹



Gráfica 4 - Funciones del discurso político

Con el propósito de brindar una interpretación y propósito a los hallazgos mostrados arriba en la Gráfica 4, incluimos las funciones que resultaron al conjugar los elementos de las distintas dimensiones estudiadas en los discursos. Se halló que la coerción tubo 16 frecuencias, mientras que la deslegitimación se presentó 10 ocasiones; solamente hubo un caso de resistencia y otro de legitimación, por lo cual es fácil advertir el tono y finalidad para lo cual se construyeron los discursos revisados.

Lamentablemente se trata, en todos los casos, de discriminación y trato desigual hacia agentes políticos, mujeres que detentan o aspiran a obtener algún puesto en el gobierno mexicano y que, son evaluadas y valoradas con base en prejuicios sexistas, ya que esa ha sido el armamento que se ha elegido para desacreditar a sus personas.

²⁹ Según Reboul (1986, p. 34), en el manejo ideológico-discursivo se crean no solamente cosas, sino también causas, lazos explicativos entre los acontecimientos; entonces ocurre otro proceso: la creación del referente por falsa causalidad.

Indudablemente que es necesario revisar otros casos, otros individuos y otras coyunturas para verificar los datos que aquí mostramos. La tarea sigue.

Referências

ACERO, *et al.* *Los actos de habla. En Introducción a la filosofía del lenguaje* (p. 75-100) Madrid: Cátedra, 1992.

ALBELDA, M. *La intensificación en el español coloquial* (tesis doctoral). Universitat de València. Facultat de Filologia. Departamento de Filología Española, 2004.

ALENCAR-RODRIGUES, R. DE; CANTERA, L. M. Intervención en violencia de género en la pareja: el papel de los recursos institucionales. *Athenea Digital*, 13(3), (p. 75-100), 2013.

ANSCOMBRE, J.C.; O. DUCROT. *L'Argumentation dans la langue*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1994.

ARIAS, O. Silogismos. En *Acopios de comunicación* (p.27). Raleigh: Lulu Press Inc, 2004.

AUSTIN, J.L. *Cómo hacer cosas con palabras*. Barcelona: Paidós, 1981.

BAJTÍN M. *Estética de la creación verbal*, México: SIGLO XXI, 1970.

BALLART, P. *Eironea. La figuración irónica en el discurso literario moderno*. Barcelona: Quaderns Crema, 1991.

BARRERA, *et al.* *Violencia de género. Voces de tres generaciones* (p.34). México: Grupo Interdisciplinario sobre mujer, trabajo y pobreza, A.C. 2013.

BENVENISTE, É. *Problemas de lingüística general* (Juan Almeda, trad.). CdMx: Siglo veintiuno, 1971.

BERISTÁIN, H. *Diccionario de retórica y poética*. CdMx: Porrúa, 2001.

BERRUTO, G. *La semántica*. CdMx: Nueva Imagen, 1979.

BOURDIEU, P. *La domination masculine*. Paris: Seuil, 1998.

BOURDIEU, P. *La distinction*. Critique social du jugement. Paris: Les éditions de minuit, 1979.

BRANDON, R. *Hacerlo explícito*. Razonamiento, representación y compromiso discursivo. Barcelona: Herder, 2005.

BRAVO, D. Actos asertivos y cortesía: imagen del rol en el discurso de académicos argentinos. En PLACENCIA, M.E.; BRAVO, D. (Ed.). *Actos de habla y cortesía en español* (pp. 141-174). München: Lincolnm Europa, 2002.

BRAVO, D. Categorías, tipologías y aplicaciones. Hacia una redefinición de la “cortesía comunicativa”. En BRAVO, D. (ed). *Estudios de la (des) cortesía en español. Categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos* (p. 21-52). Buenos Aires: Dunken, 2005.

CAPRARA, G., FRANCESCATO, D., MEBANE, M., SORACE, R., y VECCHIONE, M. Personality foundations of ideological divide: a comparison of women members of Parliament and women voters in Italy. *Political Psychology*, v. 51, n. 5, p. 739-762, 2010.

CAPRARA, G., Y VECCHIONE, M. Personality approaches to Political behavior. En HUDDY, L.; SEARS, D.; LEVY, J. (Ed.). *The Oxford handbook of political psychology* (p. 23-58). Oxford University Press, 2013.

CHARAUDEAU, P. Y MAINGUENEAU, D. *Diccionario de análisis del discurso* (Irene Agoff, traductora) Buenos Aires: Amorrortu, 2005 (Texto original publicado en 2002).

CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2011.

CHILTON, P., Y SHÄFFNER, C. Discurso y política. En VAN DIJK, T. (Comp.) *El discurso como interacción social* (p. 297-330). Barcelona: Gedisa, 2000.

CONSEJO NACIONAL PARA PREVENIR LA DISCRIMINACIÓN (2012). *Encuesta nacional para prevenir la discriminación en México, Enadis 2010*. CdMx: Inmujeres/Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación.

CONWAY, BOURQUE Y SCOTT, en LAMAS, M. *El género. La construcción cultural de la diferencia sexual* (p. 22) Cd. Mx: UNAM/PUEG, 2000.

DUCROT, O. *Decir y no decir. Principios de semántica lingüística*. Barcelona: Anagrama, 1982.

DUCROT, O. *El decir y lo dicho*. Barcelona: Paidós, 1986.

DYSON, S.; Y PRESTON, T. Individual characteristics of political leaders and the use of analogy in foreign policy decision making. *Political Psychology*, v. 27, n. 2, p. 265-288, 2006.

FLORES TREVIÑO, M. E.; INFANTE, J.M. Polifonía y (des)cortesía en el debate político. En Orletti, F y Mariottini, L. (Ed.). *(Des) cortesía en español. Espacios teóricos y metodológicos para su estudio* (p. 537-556). Roma: Universidad Roma Tre – Programa EDICE, 2010.

FLORES-TREVIÑO, M.E., e INFANTE, J.M. El discurso de agentes políticos en México. Polifonía (des)cortesía y poder. En J. Escamilla Morales y G. Henry Vega (Ed.). *Miradas multidisciplinares a los fenómenos de cortesía y descortesía en el mundo hispánico*. (p. 246-269). Barranquilla: Universidad del Atlántico – Programa EDICE, 2012.

FLORES-TREVIÑO, M.E., e INFANTE, J.M. Descortesía-imagen y performance en el discurso político. En Flores Treviño, M.E., e Infante, J.M. (Ed.). *La (des)cortesía en el discurso: perspectivas interdisciplinarias (imagen, actos de habla y atenuación)* (p. 53-84). Monterrey, NL./Estocolmo: UANL/EDICE, 2014.

FOUCAULT, M. *La arqueología del saber*. CdMx: Siglo XXI, 1970.

FOUCAULT, M. *El orden del discurso*. Madrid, Tusquets, 1999.

GARCÍA, A. (1994). *¿Es sexista la lengua española? Una investigación sobre el género gramatical* (p. 81-83). Barcelona: Paidós.

GODINEAU, D. Hijas de la libertad y ciudadanas revolucionarias. En G. Fraisse y Perrot, M. (Dir.). *Historia de las mujeres. Tomo 7. El siglo XIX. La ruptura política y los nuevos movimientos sociales* (p. 23-39). Madrid: Taurus, 1993.

GOFFMAN, E. *Estigma*. La identidad deteriorada, Buenos Aires: Amorrortu, 2008.

GUTIÉRREZ, G. *La constitución del sujeto en la política. Discurso político producción simbólica* (p. 85-91). México: UNAM/Fontamara, 1999.

HAIDAR, J. *Debate CEU-Rectoría. Torbellino pasional de los argumentos*, CdMx: UNAM, 2006.

HERNÁNDEZ, M. La mujer en el Código de Hammurabi y la legislación mexicana. En Estrada, O. N, I. Izquierdo. (Coords.). *Hacedoras de voces. Seis estudios sobre mujeres, género y feminismo en México* (p.73-86). México: Universidad Autónoma de Nuevo León, 2011.

HUDDY, L., y CAPELOS, T. Gender stereotyping and candidate evaluation. En Ottati, V., Tindale, R.S., Edwards, J., Bryant, F., Heath, L., O'Connell, D., Suarez-Balcazar, Y., y Posavac, E. (Ed.). *The social psychology of politics* (p. 29-53). Nueva York: Kluger Academic/Plenum Publishers, 2002.

HUTCHEON, L. Ironía, Sátira, Parodia. Una aproximación pragmática a la ironía en F. Christen *et alia*. (Ed.). *De la ironía a lo grotesco (en algunos textos literarios hispanoamericanos)* (p.173-193). México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1992.

INFANTE, J.M. Violencia simbólica y condición femenina en la política. Ponencia presentada en el *III Seminario Internacional Sustentabilidad Social: Migración, género y tráfico de mujeres*. Monterrey, México: IINSO-UANL, 2011.

INFANTE, J.M., y FLORES TREVIÑO, M.E. Imagen y descortesía en el discurso de los políticos mexicanos. En Diana Bravo y María Bernal (eds). *Perspectivas socio-pragmáticas y socio-culturales del análisis del discurso* (p. 265-303). Buenos Aires: Dunken, 2015.

JODELET, D. La representación social: Fenómenos, concepto y teoría. En Moscovici, S. *Psicología Social II. Pensamiento y vida social. Psicología social y problemas sociales* Barcelona: Paidós, p.469-494, 1986.

LAMAS, M. *El género. La construcción cultural de la diferencia sexual*. CdMx: UNAM/PUEG, 2000.

LASSWELL, H. *Psychopathology and politics*. Chicago: The University of Chicago Press (texto original publicado en 1930), 1977.

LAUSBERG, H. *Elementos de retórica literaria*, Madrid: Gredos, 1983.

MALDONADO, E. *Lecturas de la negación*. CDMX: Grapas de me cayó el veinte, 2013.

MOSCOVICI, S. *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

MUÑIZ, C. *Impersonalidad y despersonalización: estudio contrastivo*. Oviedo (España): Universidad de Oviedo, 1998.

PAXTON, P., HUGHES, M., y GREEN, J. The international women's movement and women's political representation, 1893-2003. *American Sociological Review*, v. 71, p. 898-920, 2006.

PÊCHEUX, M. *Hacia el análisis automático del discurso*. Madrid: Gredos, 1978.

PEREDA, C. EE UU tiene escasa presencia de mujeres en política. *El País*, Madrid, año XLI, n. 14222, p.9, 12 junio 2016.

REBOUL, O. *Lenguaje e ideología*. CdMx: Fondo de Cultura Económica, 1986.

ROUSSEAU, J-J. *Emilio o la educación* (F. L. Cardona, trad.). Barcelona: Bruguera, 1971.

SCHOPENHAUER, A. El amor, las mujeres y la muerte. www.schopenhauer-web.org [recuperado en <http://www.amnistiacatalunya.org/edu/2/fem/fem-schopenhauer.html>]

SEN, A. *Nuevo examen de la desigualdad* (Ana María Bravo, trad.). Madrid: Alianza, 1992.

THERBORN, G. *La desigualdad mata* (Francisco Muñoz de Bustillo, trad.). Madrid: Alianza, 2015.

VAN DIJK, T. Análisis del discurso ideológico. [disponible en la página web de Teun van Dijk], 1996.

VAN DIJK, T. *Texto y contexto*. Semántica y pragmática del discurso. Madrid: Catedra, 1980.

VAN EEMEREN, F.H., y GROOTENDORST, R. *Los actos de habla en las discusiones argumentativas*. Santiago (Chile): Universidad Diego Portales, 2013.

WESTON, A. *Las claves de la argumentación*. Barcelona: Ariel, 2001.

YLLERA, A. La Semiótica poética, en Estilística, poética y semiótica literaria (p. 110-120). Madrid: Alianza Editorial, 1979.

Fuentes documentales

CAMPOS GARZA, L. Diputada critica al gobernador de NL y le suben fotos a las redes posando semidesnuda, *Revista Proceso*, 28 de septiembre del 2015, México. <http://www.proceso.com.mx/?p=416642>, 30, de septiembre de 2015.

EL ABOGADO DEL DIABLO FRICASÉ/Capacidad de gobernar. *El Norte*, Monterrey, México, año LXXVII, n° 27788, 14.01.2015. 15 de marzo de 2015.

MARTÍNEZ, P., Y CHARLES, Á, El Norte, Difunden fotos de Diputada en lencería, <http://www.elnorte.com/aplicacioneslibre/preacceso/articulo/default.aspx?id=653962&fuente=md&urlredirect=http://www.elnorte.com/aplicaciones/articulo/default.aspx?Id=653962&Fuente=MD>, 29 de septiembre del 2015.

REDACCIÓN. Exhiben en lencería a diputada del PAN; volvería a posar, dic. Excélsior. Disponible en <http://www.excelsior.com.mx/nacional/2015/09/29/1048357> 26 de junio de 2016

PROCESO <http://www.proceso.com.mx/?p=416642>, , 12, julio de 2016.

QUORUM INFORMATIVO: <http://quoruminformativo.com.mx/index.php/2015/10/01/campana-misogina-vs-Diputada-por-exigir-cuentas-al-gobernador-de-nuevo-leon/#sthash.6a3gl1d1hb.dpuf> , 20 de noviembre del 2015.

SCHOPENHAUER, A. El amor, las mujeres y la muerte, http://www.schopenhauer-web.org/textos/El_amor_las_mujeres_y_%20la_%20muerte.pdf, p.66, 15 de junio de 2016.

TORRES, D. ‘Lo volvería a hacer’: diputada y exmodelo en El horizonte. <http://elhorizonte.mx/monterrey/politica/604420/de-modelo-a-diputada>, 26 de junio de 2016.

UNAM. 1997. *Sistema de Información Jurídica Laboral*, Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, Artículo 4o., folio 5. <http://info4.juridicas.unam.mx/juslab/leylab/250/5.htm>, 5 de agosto de 2016.

**Representação de pessoas em situação de rua no jornalismo
on-line: quais são as vozes convocadas para falar
sobre a situação de rua?**

***Representation of homeless people in online journalism: which
voices are called to talk about the homeless?***

Viviane de Melo Resende

Universidade de Brasília (UnB/ CNPq), Brasília, Distrito Federal, Brasil
resende.v.melo@gmail.com

Resumo: Parte do projeto de pesquisa “Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo on-line” (CNPq 304075/2014-0), este trabalho focaliza formas como a mídia jornalística eletrônica brasileira representa a população em situação de rua em notícias. Com base nos estudos discursivos críticos, e tirando proveito dos ambientes de investigação constituídos na Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica sobre a Pobreza (REDLAD/ALED), no Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS/UnB) e no Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC/UnB), a investigação focaliza a extrema pobreza como problema social que inclui facetas discursivas, já que os modos como se representa a situação de rua em textos têm influência sobre os modos como a sociedade compreende o problema e reage a ele, o que também impacta sobre os modos como pessoas que enfrentam a situação de rua se identificam e se relacionam no tecido social. Assim, abordam-se facetas semióticas dessa problemática, tendo como foco específico a pesquisa documental de textos noticiosos publicados na mídia eletrônica, no Brasil, acerca desse grupo populacional. Os objetos da investigação são textos coletados nos portais dos jornais *O Globo*, *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*,

considerado o recorte temporal de 2011 a 2013. Os dados coletados nos três portais de notícias, resultando mais de 750 textos, foram organizados com auxílio do *software* NVivo, e analisados com base em categorias discursivas propostas em ADC. As análises mostram quais vozes são convocadas para falar da situação de rua nesses *corpora*, deixando ver que vozes em situação de rua aparecem apenas em contextos bastante específicos. Nos dados analisados, pessoas em situação de rua são avaliadas principalmente na articulação de vozes de moradores/as locais, com predominância de avaliações como ‘incômodas’ e ‘perigosas’.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica; NVivo; representação; situação de rua; jornalismo eletrônico.

Abstract: Part of the research project “Media representation of violation of rights and violence against homeless people in online journalism” (CNPq 304075/2014-0), this paper focuses on the ways the Brazilian electronic news media represents homeless people in the news. Based upon Critical Discourse Analysis, and taking advantage of research environments of the Latin American Network of Critical Discourse Analysis of Poverty (REDLAD), the Center for Studies in Language and Society (NELiS/UnB) and the Critical Discourse Studies Laboratory (LabEC/UnB), the research focuses on extreme poverty as a social problem with discursive facets. The project approaches semiotic aspects of this problem, with the specific focus on documentary research of news articles published in the electronic media, in Brazil, about this population group. The objects of research are texts collected in the portals of the newspapers O Globo, *Correio Braziliense* and *Folha de S. Paulo*, considered the time frame of 2011 to 2013. Data collected in these three news portals, resulting in more than 750 texts, were organized with the software NVivo, and analyzed under discursive categories proposed in Critical Discourse Analysis. Analyses show what voices are invited to talk about the homeless in these *corpora*.

Keywords: Critical Discourse Analysis; NVivo; representation; homelessness; electronic journalism.

Recebido em 18 de julho de 2016.

Aprovado em 21 de setembro de 2016.

Introdução

O projeto de pesquisa “Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo on-line” (CNPq 304075/2014-0) é um projeto colaborativo, que coordeno com a participação da professora Carolina Lopes Araújo (FUP/UnB) e das bolsistas Ingrid Ramalho, Mariana Moura e Lygia Vaz (IL/UnB). Com base nos estudos discursivos críticos, e tirando proveito dos ambientes de investigação constituídos na Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica sobre a Pobreza (REDLAD/ ALED), no Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS/UnB) e no Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC/UnB), a investigação focaliza a vulnerabilidade da situação de rua como problema social que inclui facetas discursivas, já que os modos como se representa a situação de rua em textos têm influência sobre os modos como a sociedade compreende o problema e reage a ele, o que também impacta sobre os modos como pessoas que enfrentam a situação de rua se identificam e se relacionam no tecido social.

Assim, abordam-se no projeto facetas semióticas dessa problemática, tendo como foco específico a pesquisa documental de textos noticiosos publicados na mídia eletrônica, no Brasil, acerca desse grupo populacional. O objetivo geral do projeto é mapear e analisar representações da *violação de direitos* e da *violência* contra pessoas em situação de rua na produção discursiva dos portais de notícias de três jornais de abrangência nacional – *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Correio Braziliense*. Para tanto, foi realizado um mapeamento abrangente dessas publicações, com coleta de todos os textos publicados no período considerado para a pesquisa – de 2011 a 2013 – que resultaram das buscas pelas palavras-chave: “morador(a)(es) de rua”, “pessoa(s) em situação de rua” e “população (em situação) de rua”. As buscas nos três portais, juntas, levaram a 752 textos.

Como parte desse projeto abrangente, este artigo focaliza formas como a mídia jornalística eletrônica brasileira representa a população em situação de rua em notícias, mas sem ainda fechar o foco nos temas da violação de direitos e da violência. Isso porque, para melhor compreender as especificidades dessa representação tematicamente recortada, consideramos necessário um mapeamento mais abrangente da representação desse grupo populacional em notícias publicadas nos veículos de jornalismo eletrônico. Por isso, neste texto abordam-se os

dados focalizando todos os temas mapeados nos textos: drogas, políticas públicas, violação de direitos, violência e outros temas.

Por outro lado, para este artigo, decidi fechar a discussão analítica sobre os jornais *Correio Braziliense* e *O Globo*. A motivação para isso é que a *Folha de S. Paulo* apresenta-se *sui generis* nos dados que retornou da pesquisa: esse periódico publica muito mais textos sobre a população em situação de rua que os outros dois jornais abordados na pesquisa, tendo resultado 465 textos no período investigado, mais da metade dos textos dos três *corpora*. Os textos publicados na *Folha*, além disso, têm um foco ainda mais fechado na temática da violência que os textos dos outros dois jornais investigados. A representação situação de rua na *Folha de S. Paulo* será, então, objeto de uma reflexão separada, antes que possa ser comparada aos demais jornais considerados na pesquisa.

Assim, neste texto, lanço olhares sobre os 287 textos dos *corpora* do *Correio Braziliense* e de *O Globo*, sem restringi-los tematicamente, objetivando responder às questões: (1) Quando esses veículos jornalísticos eletrônicos representam a situação de rua, quais são as vozes convocadas a falar sobre/por essa população? (2) Sobre quais temas dá-se voz à própria população em situação de rua? (3) Como a população em situação de rua é avaliada nesses veículos jornalísticos eletrônicos? Essas perguntas serão abordadas na perspectiva panorâmica possibilitada pelo *software* de organização e análise de dados qualitativos que usamos na pesquisa, o NVivo. A análise micro de um recorte desses dados será etapa subsequente do projeto de pesquisa integrado.

Para dar conta desse objetivo, este artigo foi dividido em quatro seções. Na primeira, contextualizo a situação de rua no Brasil atual e procuro justificar a pesquisa discursiva desse problema social. Na segunda, focalizo mais detidamente o funcionamento social da linguagem como objeto teórico da Análise de Discurso Crítica, campo interdisciplinar em que o grupo de pesquisa movimenta-se. Em seguida, na terceira seção, apresento os procedimentos de organização, classificação e codificação dos dados no *software* NVivo. Na seção seguinte, discuto alguns resultados analíticos dessa abordagem macro dos dados, que permitiu uma visão ampla da representação da situação de rua nos jornais, especialmente em termos dos grupos sociais convocados a falar sobre o tema nessas mídias e as avaliações que realizam acerca da população em situação de rua. Por fim, apresento algumas considerações finais-iniciais sobre esta etapa da investigação.

1 Situação de rua, violência e representação discursiva

Na retomada histórica que realiza a respeito da situação de rua, Santos (2013) relembra que, embora a vida nas ruas seja recorrente desde a Antiguidade, a condição de vulnerabilidade associada ao contexto urbano desenha-se como questão social, no mundo, com o advento da Revolução Industrial. No caso brasileiro, como os processos de industrialização são tardios, quando comparados com os contextos europeus, pode-se situar na abolição do regime escravocrata, processo realizado sem as necessárias reformas estruturais – reforma agrária, por exemplo – um marco na constituição de um expressivo contingente populacional vivendo nas ruas: “[s]em ter como se sustentar de forma satisfatória, os/as ex-escravos/as (...) redesenhavam em terras brasileiras – ainda não dentro de um contexto industrial – a realidade europeia: ocupando espaços públicos, oferecendo seus serviços ou simplesmente pedindo esmolas” (SANTOS, 2013, p.38). O processo de industrialização deu continuidade às práticas de reprodução dessa sociedade excludente, mantida a estrutura agrária e a concentração dos meios de produção. A pobreza, convertida em miséria, consolidou-se definitivamente como um problema urbano (NASCIMENTO, 2003) e, segundo Soares (2003, p.54), “a concentração da pobreza absoluta nas áreas metropolitanas destaca-se como uma das tendências mais relevantes da distribuição de renda no período recente”.

Definida como um grupo populacional de características heterogêneas, pois composto de pessoas com diferentes histórias de desagregação, a população em situação de rua compartilha, segundo Costa, “a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal”. São pessoas que “têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais”, mas que depararam com situações diversas (“seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo”) que conduziram ao mesmo resultado: a perda de “perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia” (COSTA, 2005, p.3). Para a Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto 7.053 em dezembro de 2009, população em situação de rua refere-se ao

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, Art. 1º Parágrafo Único).

Para Resende e Silva (2016), a instituição dessa Política Nacional deu-se em uma conjuntura de inédito interesse político federal no debate público da situação de rua. Em 2005, a Lei 11.258 incluiu parágrafo na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), prevendo a criação de programas destinados à população em situação de rua nos serviços de assistência social. No ano seguinte, a Portaria 381, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), assegurou recursos federais, destinados a municípios com mais de 300 mil habitantes, para apoiar a oferta de serviços de acolhimento destinados à população em situação de rua. Na esteira desse processo, em 2008, o MDS ainda publicou o sumário executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008 como “fruto de um acordo de cooperação assinado entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome” (BRASIL, 2008, p. 3).

A pesquisa nacional realizada pelo MDS identificou 31.922 pessoas vivendo nas ruas no Brasil em 2008, mas esse número, ainda que expressivo, não deve ser tomado como o contingente total dessa população, pois foram investigados apenas 71 municípios, e a pesquisa não realizou um censo propriamente dito – as pesquisas censitárias no Brasil, por serem baseadas em domicílio, não alcançam a população em situação de rua (BRASIL, 2008). Estima-se que vivam em situação de rua no Brasil cerca de 50.000 pessoas (COLIN, 2013). Trata-se, então, de um problema social que tem impacto sobre amplos setores da população, constrangidos na fruição de seus direitos de cidadania e na realização plena de seu potencial.

O interesse público pelo debate do tema e pelo enfrentamento do problema no Brasil, ainda que deva ser comemorado como conquista fundamental em direitos humanos, é muito recente – e agora essa

conquista, como muitas outras, põe-se em risco, com o recrudescimento do conservadorismo na política brasileira. Devemos reconhecer que somos uma sociedade apartada, que permite a máxima exclusão de uma parcela de si, que se permite não querer ver e não querer se importar com o que se passa na esquina. No que se refere à extrema pobreza e à situação de rua especificamente, podemos perceber relação entre discurso e desmobilização da sociedade civil. Por exemplo, no campo dos discursos sobre a pobreza extrema, especialmente aqueles dispersos pelos meios massivos de comunicação, fortalecem-se representações que responsabilizam as pessoas extremamente pobres por sua situação, o que tem como consequência que deixa de ser percebida como uma injustiça à qual se deve responder com ação política (DEJOURS, 2003). A justificativa do ‘sucesso/ fracasso social’ em termos de ‘competência/ incompetência pessoal’ legitima a exclusão de parcelas cada vez mais significativas da população do trabalho no setor moderno, e pode ser determinante da formação de uma ética de apartação, de “aceitação da miséria ao lado da riqueza, separação de classes, consolidação dos privilégios, exclusão” (BUARQUE, 2003, p.72).

O conceito de apartação envolve não apenas a desigualdade social, mas a separação entre grupos sociais. Nesse sentido, uma sociedade apartada é, necessariamente, uma criação social, e não apenas ‘consequência’ de um ‘desenvolvimento’. Buarque (2001, p.34) propõe um contínuo entre os conceitos de desigualdade, diferença e dessemelhança. Em um caso de desigualdade, as classes sociais, embora desiguais, convivem em uma relação de necessidade mútua, e todas têm acesso aos bens essenciais como alimentação, saúde, educação. O que as torna desiguais é o acesso ao consumo de bens e serviços considerados supérfluos. Nesse sentido, a desigualdade social constitui a distinção entre pessoas do mesmo lado da fronteira social. A diferença, por outro lado, refere-se à distinção entre os dois lados dessa fronteira. O que distingue a dessemelhança da diferença é a perda do “sentimento de semelhança”, do juízo ético que nos faz sentir, todos/as, membros de uma mesma espécie de indivíduos. Pensar na dessemelhança é desconcertante, mas não inusitado, em um contexto que apresenta repetidas chacinas, assassinatos brutais de seres humanos por seres humanos que já não se identificam com as pessoas que habitam as ruas das cidades. Ao mesmo tempo em que a globalização une no tempo espaços geograficamente afastados, separa mundos sociais que compartilham o mesmo espaço-tempo. Em outras

palavras, Bourdieu (1997, p.11) argumenta: “há lugares que aproximam pessoas que tudo separa, obrigando-as a coabitarem, seja na ignorância ou na compreensão mútua, seja no conflito, latente ou declarado, com todos os sofrimentos que disso resultem”.

Nesse contexto, os/as extremamente pobres passam a ser considerados/as economicamente desnecessários/as, porque a industrialização reduz a necessidade de trabalhadores/as, sobretudo aqueles/as considerados/as ‘desqualificados/as’; socialmente incômodos/as, “por causa da degradação urbana provocada pela pobreza”; e politicamente ameaçadores/as, uma vez que a exclusão de parcela significativa da sociedade acarreta situações de violência (BUARQUE, 2003, p.32). Ser considerado/a desnecessário/a, incômodo/a e ameaçador/a muitas vezes implica tornar-se também passível de eliminação, não apenas simbólica, mas também física. De acordo com Nascimento (2003, p.62), “estes grupos sociais passam a ‘não ter direito a ter direitos’. Sem serem reconhecidos como semelhantes, a tendência é expulsá-los da órbita da humanidade. Passam, assim, a ser objeto de extermínio”. É o que temos presenciado, estarrecidos/as, nos casos de chacinas contra essa população.

Segundo pronunciamento da então ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), no “Seminário Brasil – União Europeia para Promoção e Proteção dos Direitos da População em Situação de Rua”, realizado em julho de 2013 em Brasília, a maior parte dos assassinatos de pessoas em situação de rua cometidos no Brasil é com arma de fogo, e como a população em situação de rua não possui armas de fogo não se trata de violência intragrupo, mas de extermínio (NUNES, 2013). Mas são esses crimes representados na mídia jornalística como resultado da ação de grupos organizados? E como são representadas as vítimas dessa violência? Esses questionamentos foram a motivação inicial para a proposição, em 2014, do projeto de pesquisa integrado de que este artigo é um pequeno recorte.

O projeto propõe analisar como veículos do jornalismo *on-line* representam a dinâmica da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua. Com base em pesquisas anteriores, sabemos que a chamada ‘grande mídia’ – ou a ‘mídia grande’, como me parece mais apropriado (pensem na diferença entre uma ‘grande pessoa’ e uma ‘pessoa grande’) – tende a representar as populações de rua em situações de rua (MATTOS, FERREIRA, 2004; PARDO ABRIL,

2008; SILVA, 2009; ACOSTA, 2012; RESENDE, 2012; RESENDE, SANTOS, 2012; PARDO, 2012; RESENDE, RAMALHO, 2013), e sabemos que essa tendência não é nova; ao contrário, remonta aos “anos iniciais da consolidação da imprensa no Brasil”, como aponta Santos (2013). Reconhecida a importância da ação midiática para a consolidação de formas de representar e interpretar a realidade, essas representações, muitas vezes repetidas em diferentes tipos de textos, também têm efeitos potenciais nos modos como agimos em relação à situação de rua. A repetição de representações pejorativas e sua aceitação pela sociedade, servindo de base para preconceito, poderiam explicar, ao menos em parte, os casos de violência extrema e de violação dos direitos desse grupo populacional?

2 Funcionamento social da linguagem: aparato teórico para uma análise discursiva crítica

O argumento básico que sustenta a análise discursiva crítica como aparato para a explanação de problemas sociais particulares é que a linguagem mantém um tipo especial de relação com outros elementos sociais. Os textos que formulamos e que são parte dos modos como agimos na sociedade não apenas são efeitos das situações sociais imediatas, mas também têm efeitos sobre elas. Mais que isso, relacionam-se também a conjunturas sociais mais amplas, já que a vida social é um sistema aberto, em que redes de práticas particulares configuram conjunturas, e as práticas em articulação se influenciam mutuamente.

Antes de tudo, importa compreender que a linguagem está presente, em maior ou menor medida, em todas as práticas sociais, seja diretamente, na configuração mesma das práticas, seja na forma de reflexividade sobre as práticas, conforme Chouliaraki e Fairclough (1999). De acordo com essa ontologia da linguagem na sociedade, a vida social é constituída de práticas, e as práticas sociais são modos de ação habituais da sociedade institucionalizada, traduzidos em ações materiais, em modos habituais de ação historicamente situados, que incluem a ação discursiva.

David Harvey teorizou as práticas sociais como compostas de momentos em relações de relativa estabilidade: formas de atividade, pessoas (com crenças, valores, desejos, histórias), relações sociais e institucionais, tecnologias, tempos e espaços, linguagem e outras formas

de semiose. Esses momentos da prática social se entrecruzam em relações de interiorização. Tomando essa teoria social como substrato para recontextualização, Chouliaraki e Fairclough (1999), e depois Fairclough (2003, 2010), buscaram teorizar em maior detalhe o papel da linguagem na configuração de práticas. Em sua reformulação, sugerem as práticas sociais como compostas de quatro momentos em articulação (semiose, fenômeno mental, atividade material e relações sociais), e com base no funcionalismo de Halliday (2004) detalham os momentos internos do aparato semiótico das práticas (propondo os significados acional/relacional, representacional e identificacional, ligados respectivamente aos conceitos de gêneros, discursos e estilos).

Assim, sustentam que textos como elementos de eventos sociais têm efeitos causais – acarretam mudanças em nosso conhecimento, em nossas crenças e atitudes; essas mudanças não estão, contudo, em uma relação unilateral, já que a relação entre estrutura e ação social é transformacional, argumento teórico que trazem do Realismo Crítico (BHASKAR, 2008). Isso significa dizer que atores sociais são socialmente constrangidos, mas suas ações não são totalmente determinadas. Embora haja constrangimentos sociais definidos pelos poderes causais de estruturas e práticas sociais, os atores sociais são dotados de relativa liberdade para estabelecer relações inovadoras na (inter)ação, exercendo sua criatividade e modificando práticas estabelecidas – isso inclui, é claro, a possibilidade de ação discursiva criativa, ou seja, a existência de potencial para subversão de relações sistemáticas entre gêneros, discursos e estilos (RAMALHO; RESENDE, 2011).

De acordo com essa concepção da vida social, as estruturas sociais – incluindo a estruturação social do potencial semiótico – são compreendidas como configurações prévias à ação, que dotam a ação de recursos, mas também a constroem; e as ações, por sua vez, são possíveis graças às estruturas, mas também podem, ao longo do tempo, transformar as configurações estruturais. Por isso, a vida social é um sistema aberto, nunca acabado, sempre passível de transformação.

Acreditar na possibilidade de estabelecimento de relações inovadoras em nossa ação no mundo não é o mesmo que celebrar uma liberdade absoluta. Dizer que a liberdade é relativa significa reconhecer a existência também de pressões pela manutenção de configurações estruturantes, o que se associa à noção de poder como controle. Discutir poder como controle exige uma apreensão do funcionamento

da linguagem na sociedade, e esse argumento sustenta a relevância dos estudos críticos do discurso (RESENDE, 2009a). Sobre isso, podemos lançar mão dos escritos de van Dijk (2001), que chama atenção para o fato de que grupos sociais particulares são detentores de maior poder quando são aptos a controlar ações de outros grupos, isto é, quando são capazes de definir as bases relativas para a ação social, por exemplo, controlando instituições do aparato de governança.

Fairclough (2003) sustenta que textos noticiosos realizam gênero de governança, por entender que reorganizam séries de eventos relatados fora de sua ordem lógica e cronológica, e por isso caracterizam uma forma de regulação social. A análise de notícias como material empírico para a abordagem de problemas sociais como as representações da violação de direitos e da violência justifica-se porque, conforme o mesmo autor, a produção de histórias em notícias é reconstrução de acontecimentos fragmentários como eventos distintos e separados, incluindo certos acontecimentos e excluindo outros, assim como organizando esses eventos construídos em relações particulares.

A produção de notícias, portanto, é um processo interpretativo e construtivo, e não simplesmente um relato ‘dos fatos’. Notícias também podem ter “uma ‘intenção explanatória’ relacionada à ‘focalização’: dar um sentido a eventos colocando-os em uma relação que incorpora um ponto de vista particular” (FAIRCLOUGH, 2003, p.84-5). Assim, em ADC, textos noticiosos são compreendidos como parte do aparato de governança, porque notícias são orientadas para a regulação e o controle de eventos e da maneira como as pessoas reagem a eventos. Por meio de classificações que legitimam a diferença, a injustiça social pode ser naturalizada e deixar de ser questionada como injustiça, passando a ser compreendida como um estado natural de coisas (RESENDE, 2009b). Isso pode ter o efeito de destituir grupos em situação de precariedade de sua condição essencial de sujeitos de direitos, e de minar suas possibilidades de articulação e resistência.

3 A pesquisa: os dados e o tratamento dos dados

O projeto “Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo *on-line*” é um projeto colaborativo do qual participam, além de mim, a professora Carolina Lopes Araújo e as bolsistas Ingrid Ramalho, Mariana Moura e

Lygia Vaz, todas da Universidade de Brasília. Essa equipe de pesquisa reúne-se semanalmente para discutir os procedimentos da investigação e a análise dos dados. Sou muito grata a essas pesquisadoras por seu engajamento no projeto que coordeno, e reconheço que sem sua colaboração seria muito difícil lidar com *corpora* de pesquisa tão extensos.

Nesta seção, quero fazer justiça a esse labor, contando um pouco do que fizemos, desde a coleta de dados até sua análise. Com isso, também espero lançar luz sobre o fazer analítico, que muitas vezes, quando mostramos os resultados de nossas análises, pode parecer um passe de mágica, mas não é, de forma alguma. Análises não brotam dos dados; ao contrário, são resultado, como sabemos, de muitas horas de dedicação ao trabalho.

Apoiado pelo CNPq, o projeto tem como um de seus objetivos identificar representações que circulam no discurso da mídia, mais especificamente no jornalismo *on-line*, a respeito de pessoas em situação de rua, especialmente quando são vítimas de formas de violência que impliquem a negação de seus direitos de cidadania. Foram considerados três importantes jornais de circulação em âmbito nacional no Brasil: *O Globo* (oglobo.globo.com/), *Correio Braziliense* (correioweb.com.br) e *Folha de S. Paulo* (folha.uol.com.br), e foram coletadas todas as notícias publicadas entre 2011 e 2013 e acessíveis por meio dos argumentos de busca “morador(a)(es) de rua”, “pessoa(s) em situação de rua”, “população (em situação) de rua” nos portais *on-line* desses jornais. Dessas buscas, resultaram 752 textos: 166 do *Correio Braziliense*; 121 de *O Globo*, e 465 da *Folha de S. Paulo*. Diante desses *corpora*, julgamos necessário o uso de *software* para a organização dos dados.

Os dados foram organizados na plataforma do NVivo 11 Pro. Primeiro, criamos pastas para a simples separação dos dados em função dos anos de publicação e das temáticas desenvolvidas nos textos. A leitura inicial dos dados sugeriu ser suficiente a separação dos dados em cinco temas: drogas, violência, políticas públicas, violação de direitos e outros temas. Assim, para cada jornal, dentro da pasta de cada ano, organizamos cinco subpastas temáticas, e aí dispusemos todos os dados coletados, como exemplifica a Figura 1:

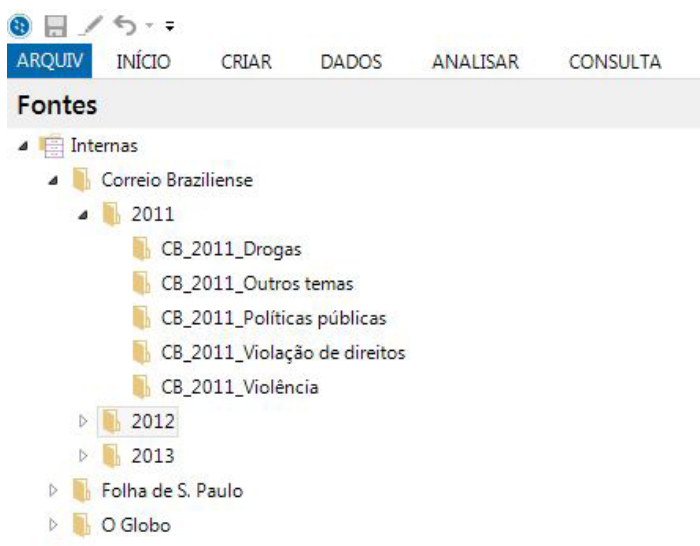


Figura 1 – Subpastas temáticas na pasta *Correio Braziliense* 2011.

Na Figura 1, está aberto apenas o conjunto das subpastas temáticas referentes aos textos publicados no *Correioweb* em 2011, mas conjuntos idênticos estão ocultos nas pastas do mesmo jornal em 2012 e em 2013, e nas pastas anuais dos dois outros jornais pesquisados, também ocultas na Figura 1. A organização em pastas foi uma forma eficiente de iniciar a organização dos dados, mas para conseguirmos fazer cruzamentos entre essas informações (anos e temas) com os demais itens de codificação (ver a seguir), foi necessário transferi-las também para classificações. Assim, cada exemplar textual precisou ser classificado, e decidimos usar as seguintes classes: fonte (*Correio Braziliense*, *O Globo* ou *Folha de S. Paulo*), ano de publicação (2011, 2012 ou 2013), tema (drogas, outros temas, políticas públicas, violação de direitos ou violência), data (a data exata da publicação do texto), momento crítico (mapeamos momentos de especial densidade de representação da população em situação de rua nos veículos pesquisados) e tipo textual (consideramos os tipos narrativo e argumentativo, com classificação por predominância), como mostra a Figura 2:

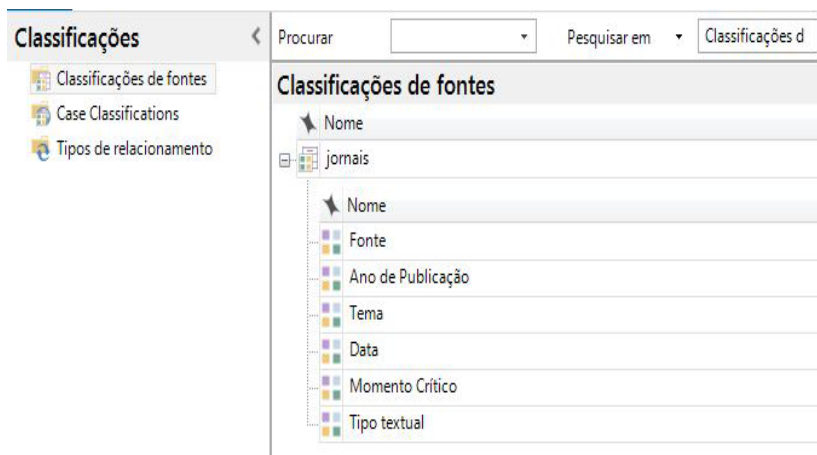


Figura 2 – Classificações para cada exemplar textual.

Os dados também foram organizados em categorias de preparação, com o objetivo de separar os dados em termos de mais dois conjuntos de informações: a assinatura (trata-se de texto assinado ou não?) e a editoria de publicação (em quais cadernos dos jornais publicam-se notícias e reportagens sobre a população em situação de rua?).

Em seguida, realizamos a principal etapa do trabalho de codificação: o mapeamento das categorias de análise. Nesta etapa pré-analítica de exploração do NVivo, consideramos as seguintes categorias de análise: ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’; ‘modos de avaliação de pessoas em situação de rua’; ‘modos de referência a pessoas em situação de rua’ e ‘modos de representação de pessoas em situação de rua’. À exceção da categoria ‘modos de representação de pessoas em situação de rua’, em que a codificação foi teoricamente dirigida pela teoria de representação de atores sociais proposta por van Leeuwen (1997; 2008) (mas com a ressalva de que, nesta etapa inicial, consideramos apenas as oposições ‘representação individual/ coletiva’, ‘representação personalizada/ impessoalizada’ e a ‘representação por oposição nós/ eles’), as demais categorias foram preenchidas indutivamente, isto é, os códigos foram registrados conforme o mapeamento sugerido pela leitura dos próprios dados. Assim, temos um conjunto de vozes mapeadas em intertextualidade que não é necessariamente o mesmo para cada veículo,

e assim também para os modos de avaliação e os modos de referência. Como ilustração, a Figura 3, a seguir, mostra a árvore de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’ para o *Correio Braziliense*:

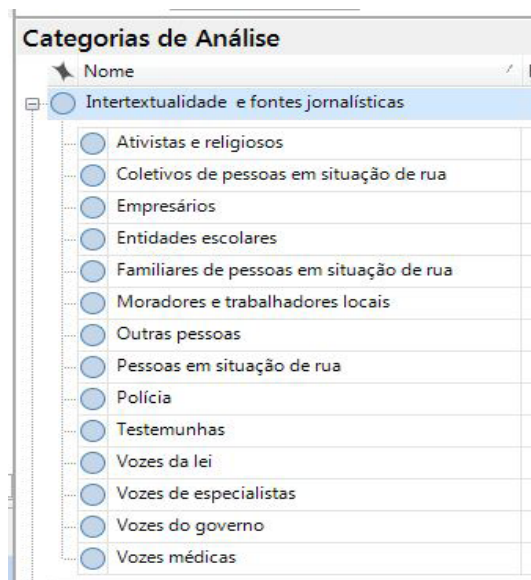


Figura 3 – Árvore de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’ para o *Correio Braziliense*.

Essa descrição das etapas do trabalho de preparação dos dados e codificação pode sugerir que a organização dos dados no NVivo demanda muito tempo. E é verdade. Nossa equipe levou quase um ano apenas entre a coleta e a organização dos dados no *software*. Mas considerando que lidamos no projeto com 752 textos, quanto tempo levaríamos para proceder a essa organização sem a ajuda da ferramenta computacional? Parece-nos que um ano de trabalho não é tanto, se consideramos as consultas que o *software*, agora, permite-nos fazer. Na próxima seção, vamos explorar os dados cruzando apenas uma informação classificatória – os temas – e dois sistemas de codificação – ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’ e ‘modos de avaliação de pessoas em situação de rua’ –, separando-se os dados por veículo.

4 Quem fala sobre a situação de rua no *Correio Braziliense* e em *O Globo* e que avaliações são feitas?

Nesta seção, apresento alguns resultados analíticos a que chegamos. As perguntas que orientam nossas descobertas neste artigo, favorecidas por recursos do *software*, são três, a saber: (1) Quando esses veículos jornalísticos eletrônicos representam a situação de rua, quais são as vozes convocadas a falar sobre/por essa população? (2) Sobre quais temas dá-se voz à própria população em situação de rua? (3) Como a população em situação de rua é avaliada nesses veículos jornalísticos eletrônicos?

Essas perguntas são orientadas por pesquisas anteriores, em que percebemos que a população em situação de rua raramente tem voz para se autorrepresentar em veículos jornalísticos, e que são frequentemente avaliadas como perigosas, incômodas e oportunistas (RESENDE, 2015b, por exemplo). Percebemos isso em estudos bastante localizados, voltados à análise de poucos textos, ou mesmo de apenas um texto por vez, tomado como objeto suficiente para o estudo de um caso específico (RESENDE; SILVA, no prelo; RESENDE, 2015a; 2015b; 2012; RESENDE; RAMALHO, 2013; RESENDE; SANTOS, 2012). Agora que contamos com três *corpora* que dão conta de todos os textos que referem diretamente a população em situação de rua (por meio dos termos ‘morador(a)(es) de rua’, ‘pessoa(s) em situação de rua’ e ‘população (em situação) de rua’) em três jornais pelo período de três anos, podemos nos perguntar, de forma mais abrangente, sobre as vozes convocadas quando se trata de pautar o assunto. Neste artigo, entretanto, consideramos apenas os textos que resultaram nas buscas nos portais do *Correio Braziliense* e de *O Globo*.

Para chegar aos resultados analíticos que passo a apresentar, utilizamos a ferramenta de análise ‘matriz de codificação’, que nos permite cruzar informações codificadas em diferentes nós/classificações. Assim, tomamos, por exemplo, todos os dados do *Correio Braziliense* e observamos como se preenchem os subnós de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’, o que nos permite ver quais grupos sociais são convocados a falar sobre a situação de rua no jornal entre 2011 e 2013, e cruzamos esse nó (e seus subnós) com todas as classificações temáticas, o que nos permite conhecer quem fala sobre a situação de rua em relação a temas particulares. Assim mesmo, também podemos saber sobre quais temas convoca-se a própria população em situação de rua a falar.

Depois, cruzando os subnós relativos ao nó ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’ com os subnós do nó ‘modos de avaliação da população em situação de rua’, podemos investigar como cada grupo social convocado a falar sobre a situação de rua avalia esse grupo populacional. E ainda podemos, por exemplo, comparar esses modos de avaliação quando se trata de representação coletiva e individual, por meio das codificações no nó ‘modos de representação da população em situação de rua’. Então, utilizando a ferramenta ‘matriz de codificação’, podemos entrecruzar as codificações feitas anteriormente e assim, nos fazemos perguntas sobre nossos dados – e é claro que uma pergunta sempre acaba levando a muitas outras.

4.1 *Correio Braziliense*

No universo de 166 textos, consideradas suas classificações por tema (drogas, outros temas, políticas públicas, violação de direitos ou violência) e suas codificações nos nós ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’, ‘modos de avaliação de pessoas em situação de rua’ e ‘modos de representação de pessoas em situação de rua’, iniciamos pela consulta simples dos subnós de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’, em que encontramos todas as fontes citadas nos 166 textos do jornal, ou seja, todas as vozes articuladas pela voz autoral jornalística quando se tratou de representar a situação de rua nos textos entre 2011 e 2013: ativistas e religiosos/as, coletivos de pessoas em situação de rua, empresários/as, entidades escolares, familiares de pessoas em situação de rua, moradores/as e trabalhadores/as locais, pessoas em situação de rua, outras pessoas, polícia, testemunhas, vozes da lei (advogados/as, juízes, tribunais), especialistas, vozes do governo (secretarias e outras instâncias de poder executivo), vozes médicas.

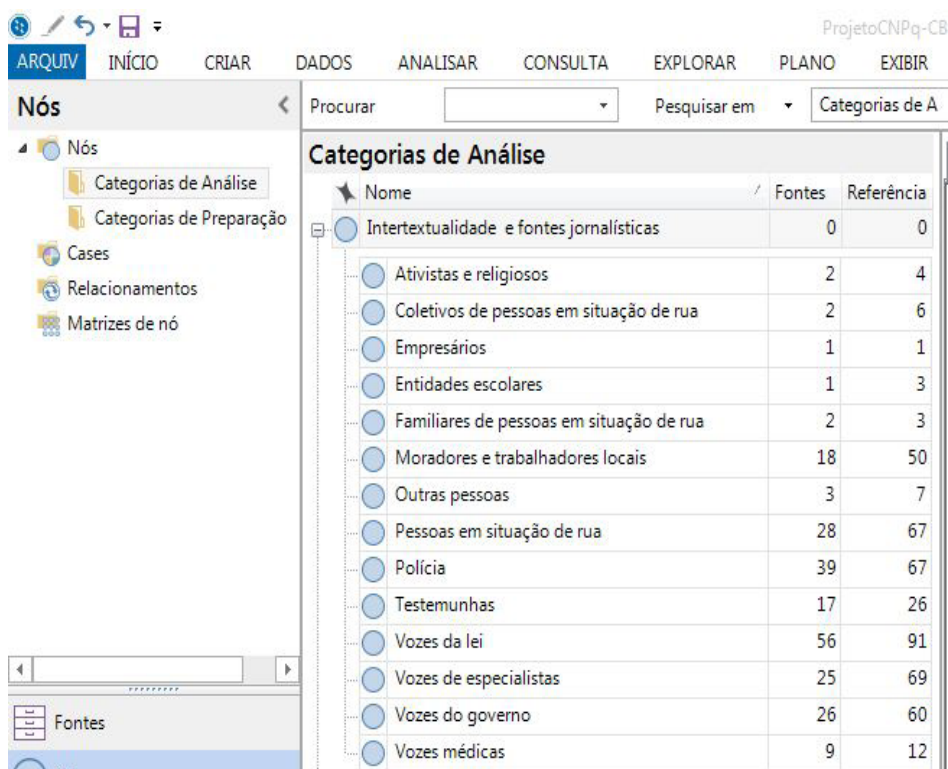


Figura 4 – Subnós de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’ no *Correio Braziliense*.

A simples visualização desses subnós e seu carregamento em fontes (textos) e referências (número de codificações para cada subnó) já nos mostra que as vozes predominantes quando se trata de representar a situação de rua no *Correio Braziliense*, tanto em termos do número de textos quanto de densidade de referências, são vozes da lei (do sistema judiciário) e da polícia. Vozes de especialistas também aparecem carregadas em referências, mas em menor número de textos, e o mesmo se observa para vozes do governo e da própria população em situação de rua. Além dessas, também sobressaem em número de referências as vozes de moradores/as e trabalhadores/as locais.

A primeira matriz de codificação que executamos foi o cruzamento entre esse mapeamento de vozes convocadas a falar sobre a situação de

rua e as delimitações temáticas. Aqui, já sabendo quais grupos sociais são convocados a falar, interessou-nos saber sobre que temas falam esses grupos no *Correio Braziliense*.

TABELA 1

Presença de vozes em relação aos diferentes temas no *Correio Braziliense*.

	Drogas	Políticas Públicas	Violação de Direitos	Violência	Outros Temas
Ativistas e religiosos	0	1	0	3	0
Coletivos de pessoas em situação de rua	0	6	0	0	0
Empresários	0	1	0	0	0
Entidades escolares	3	0	0	0	0
Familiares de pessoas em situação de rua	0	0	0	2	1
Moradores e trabalhadores locais	2	8	5	17	9
Outras pessoas	0	0	0	3	4
Pessoas em situação de rua	0	14	2	20	30
Polícia	3	1	4	58	0
Testemunhas	5	0	0	20	1
Vozes da lei	2	5	11	62	0
Vozes de especialistas	1	34	7	10	14
Vozes do governo	2	26	15	3	4
Vozes médicas	1	0	1	9	1

Observada no sentido das linhas, essa tabela mostra quais são os grupos convocados a tratar de todos os temas: são vozes de moradores/as e trabalhadores/as locais (falam principalmente sobre violência), de especialistas e do governo (estas últimas, principalmente sobre políticas públicas). Quando exploramos a tabela no sentido das colunas, por outro lado, podemos ver que o tema da violência é o mais carregado de diferentes vozes, o que pode indicar um tratamento mais complexo desse tema no jornal, ou pode ser simples decorrência do fato de que a violência é o tema mais frequente nos dados do *Correio Braziliense* (74 de 166 textos). É de se notar, também, que com tantas vozes convocadas a tratar de violência os coletivos de pessoas em situação de rua (seus movimentos sociais) não tenham espaço de fala sobre o assunto (nem sobre violação de direitos). Muitas vozes falam sobre violência, mas a presença é muito mais expressiva, em relação às demais, quando se trata das vozes da lei e da polícia. Por um lado, pode-se dizer que essa presença é esperada, já que trata, na maior parte dos casos, de notícias de teor policial. Por outro lado, isso mostra também que a violência contra

a população em situação de rua é tratada muito mais no âmbito do caso policial que da vida mesmo das pessoas – por exemplo, familiares de pessoas em situação de rua só são convocados/as sobre esse assunto duas vezes nos textos do *corpus*.

Quanto às pessoas em situação de rua, são ouvidas como fontes jornalísticas do *Correio Braziliense* quando se trata de falar, nessa ordem, de outros temas, violência, políticas públicas e violação de direitos. A maior frequência dessa voz em textos classificados como de outros temas merece comentário. Trata-se de textos que narram histórias singulares, como a aprovação de uma pessoa em situação de rua no vestibular, o caso de uma pessoa desaparecida que foi encontrada por um homem em situação de rua, um “andarilho-jardineiro” que cuida de jardins públicos por iniciativa própria etc. Como são poucos os textos classificados nessa temática (cinco de 2011, cinco de 2012 e nove de 2013: 19 textos), é notável que estejam aí as mais frequentes falas de pessoas em situação de rua.

Também fizemos o cruzamento de todos os subnós de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’ com todos os subnós do nó de codificação ‘modos de avaliação de pessoas em situação de rua’. Com isso, buscávamos saber se e como essas vozes específicas avaliam a população em situação de rua em nosso *corpus* do *Correio Braziliense*. Já sabemos quais são as vozes que mais falam nesses textos, mas serão as mesmas vozes que mais avaliam? E que tipos de avaliação cada diferente voz realiza? Essas foram as perguntas que nortearam essa consulta, cujo resultado reproduzo na Tabela 2.

TABELA 2
Densidade de avaliações em relação a vozes no *Correio Braziliense*.

	Coletivos de PSR	Moradores locais	PSR	Vozes da lei	Especialistas	Vozes do governo
Acolhido	0	2	0	1	0	4
Artista	0	0	1	0	0	0
Boa	0	1	0	0	0	0
Depressivas	0	0	1	0	0	0
Desamparadas	2	1	0	0	0	1
Desonestas	0	2	0	0	0	0
Discriminadas	1	0	0	0	3	1
Doentes	1	0	1	0	0	1
Esforçado	0	0	1	0	0	0
Incômodas	0	20	0	3	7	3
Indisciplinados	0	0	1	0	0	0
Invisibilizados	0	0	1	0	0	0
Necessitadas	1	1	1	0	0	1
Oportunistas	0	6	2	0	2	1
Perigosas	0	8	1	7	3	2
Querido	0	1	0	0	0	0
Silenciados	0	0	1	0	0	0
Sujos	0	2	0	1	0	0
Trabalhadores	0	2	0	0	0	0
Traquilos	0	3	0	0	0	0
Viciados	1	2	2	6	0	0
Violentas	0	1	1	1	0	0

Na Tabela 2, figuram apenas as vozes que foram associadas a alguma avaliação de pessoas em situação de rua nos textos e, para melhor visualização dos dados, ocultamos as vozes que retornaram apenas um ou dois modos de avaliação, com baixa densidade (são elas: entidades escolares – viciadas [1] e tranquilas [1]; familiares de pessoas em situação de rua – viciadas [2]; outras pessoas – acolhidas [2] e perigosas [1]; polícia – perigosas [2]; testemunhas – perigosas [2] e viciadas [6] – ou seja, as avaliações mais frequentes entre as vozes que avaliam menos são como perigosas e viciadas, com ênfase nas vozes de testemunhas). Das

vozes que mais aparecem nos textos (conforme a consulta na Figura 4), as únicas que também estão entre as que mais avaliam são as vozes da lei e de especialistas, ambas com ênfase na avaliação como incômodas.

As vozes mais densamente codificadas em termos de avaliações sobre a população em situação de rua nos dados são de moradores/as e trabalhadores/as locais, o que indica a opção da voz jornalística por incluir avaliações sobre essa população especialmente por vozes não especializadas, que aparecem – sabemos por que lemos todos os textos, mas aqui não mostramos análises ou excertos – com força de testemunho, especialmente de situações indesejáveis. Entre os/as moradores/as locais a que os textos dão voz em conteúdos avaliativos, predominam as avaliações de pessoas em situação de rua como incômodas, perigosas e oportunistas.

Pessoas em situação de rua (PSR) têm suas vozes registradas quando se trata de uma diversidade de avaliações, pendendo desde esforçadas até violentas, mas com repetição apenas de viciadas. Olhando a tabela no sentido dessa coluna (PSR), vemos que há certas avaliações que só aparecem na articulação dessa voz: trata-se de valores positivos, como “artista” e “esforçado”, mas também valor negativo como “indisciplinado”. Mais relevante é a presença de avaliativos como “depressivas”, “invisibilizadas” e “silenciadas”, o que sinaliza um espaço de denúncia para a voz de pessoas em situação de rua no jornal, mas um espaço restrito, pois se trata de denúncias vocalizadas apenas uma vez cada, e que se restringem a dois textos (um com a avaliação como depressivas, e um com invisibilizadas e silenciadas).

Uma observação importante: nem todas as instâncias avaliativas de pessoas em situação de rua nos textos de nosso *corpus* do *Correio Braziliense* estão atribuídas a vozes externas à voz autoral: há codificações de modos de avaliação não coincidentes com codificações de intertextualidade e fontes jornalísticas. Ainda não estudamos esses textos detidamente, mas já podemos concluir que o *Correio Braziliense* permite-se fazer muitas avaliações sobre esse grupo populacional na própria voz jornalística. Foram mapeadas 330 instâncias de avaliação, das quais 127 aparecem atreladas à codificação de intertextualidade e fontes jornalísticas, ou seja, trata-se de avaliações atribuídas a outras vozes. Mas há outras 203 instâncias avaliativas, assumidas, mais ou menos explicitamente, na voz autoral.

Quando cruzamos os ‘modos de avaliação de pessoas em situação de rua’ com os ‘modos de representação de pessoas em situação de rua’, encontramos que, quando representadas de forma coletiva, como grupo populacional, sua avaliação é mais negativa (como incômodas, perigosas e oportunistas, predominantemente) que quando representadas individualmente (a avaliação como perigosas permanece marcante, mas também aparecem esforçadas e necessitadas, predominantemente). Quando se trata de caracterizar personagens de histórias singulares, admite-se avaliação positiva, ainda que isso seja raro (apenas quatro avaliações como esforçadas e três como necessitadas – esta última não chega a ser positiva, figurando mais no campo da assistência, mas tampouco pende para as avaliações explicitamente negativas).

Como considerações gerais relativas aos dados até aqui estudados do *Correio Braziliense*, podemos concluir que o *Correio Braziliense* dedica um espaço considerável para testemunhos de moradores/as e trabalhadores/as locais. Trata-se de representantes das classes médias, geralmente, a quem a voz jornalística atribui testemunhos de incômodo e de risco, sobretudo. A moradores/as e trabalhadores/as locais são atribuídas também muitas avaliações de pessoas em situação de rua, com predominância de avaliações como incômodas, perigosas e oportunistas. A análise também sugere que a avaliação tende a ser mais negativa quando se trata de representar a população em situação de rua de modo coletivo, como grupo populacional, que nas representações de histórias individuais.

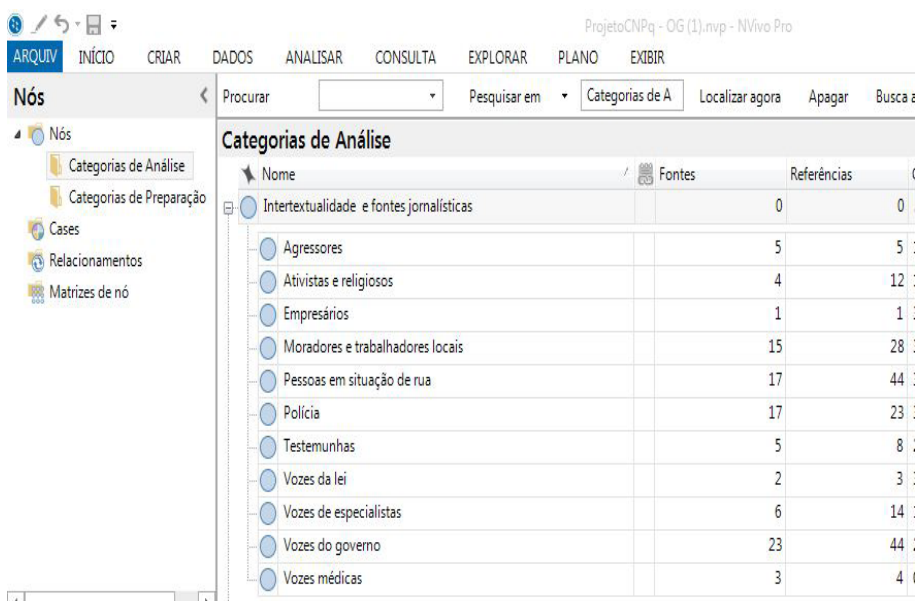
O mapeamento de vozes de moradores/as e trabalhadores/as locais mostra que suas vozes são convocadas a falar de todos os cinco temas pelos quais classificamos nossos dados, mas principalmente sobre violência, que é também o tema mais carregado de diferentes vozes. O eco de vozes de pessoas em situação de rua, por outro lado, faz-se ouvir mais quando se trata de contar histórias singulares, em que se constroem personagens heroicas – um grande feito de superação, como aprovar-se em vestibular ou formar-se; uma boa ação, como ajudar a encontrar uma pessoa desaparecida; uma ação singela, quase romântica, como cuidar espontaneamente de um jardim público. É, assim, no grupo de textos classificados como outros temas que essas vozes mais aparecem.

Os textos que articulam nesse *corpus* a situação de rua e a violência são quase sempre notícias de fatos violentos das quais pessoas em situação de rua são vítimas. Neste artigo não falei dos modos de referência a pessoas em situação de rua nos textos, mas farei aqui um

pequeno adendo. O modo de referência mais frequente é, como já se espera, morador/a de rua. Mas o segundo modo mais frequente como os textos desse *corpus* referem pessoas em situação de rua é vítima (102 referências em 56 textos). São histórias de pessoas que tiveram o corpo queimado, de pessoas que foram alvejadas enquanto dormiam. Parece paradoxal que o mesmo grupo populacional a que se dirige forma tão terrível de violência como o assassinato pelo fogo seja tão frequentemente avaliado como perigoso, e tão raramente avaliado como vulnerável.

4.2 *O Globo*

Do jornal *O Globo*, foram coletados 121 textos publicados entre 2011 e 2013. Consideradas as mesmas classificações e codificações antes referidas, aqui também iniciamos pela consulta aos subnós de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’, o que nos permitiu visualizar todas as fontes citadas nos 121 textos do jornal. As vozes articuladas pela voz autoral jornalística de *O Globo* quando se tratou de representar a situação de rua nos textos foram: agressores, ativistas e religiosos, empresários, moradores/as e trabalhadores/as locais, pessoas em situação de rua, polícia, testemunhas, vozes da lei, especialistas, vozes do governo e vozes médicas. Em comparação com o *Correio Braziliense*, temos uma diferença a notar no conjunto de vozes convocadas: *O Globo* abre espaço para vozes de agressores se manifestarem em cinco textos – se abrirmos essas ocorrências, vemos que se trata de justificativas para agressões cometidas contra pessoas em situação de rua, sempre baseadas em avaliações negativas das vítimas, como incômodas, oportunistas, viciadas.



Projeto CNPq - OG (1).nvp - NVivo Pro

ARQUIV INÍCIO CRIAR DADOS ANALISAR CONSULTA EXPLORAR PLANO EXIBIR

Nós

Procurar [] Pesquisar em [] Categorias de A Localizar agora Apagar Busca []

Nós

- Categorias de Análise
- Categorias de Preparação
- Cases
- Relacionamentos
- Matrizes de nó

Categorias de Análise

Nome	Fontes	Referências
Intertextualidade e fontes jornalísticas	0	0
Agressores	5	5
Ativistas e religiosos	4	12
Empresários	1	1
Moradores e trabalhadores locais	15	28
Pessoas em situação de rua	17	44
Polícia	17	23
Testemunhas	5	8
Vozes da lei	2	3
Vozes de especialistas	6	14
Vozes do governo	23	44
Vozes médicas	3	4

Figura 5 – Subnós de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’ em *O Globo*.

A visualização desses subnós, com os números de textos que os atualizam (para o NVivo, fontes) e de referências (codificações de cada subnó) deixa ver as vozes predominantes na representação da situação de rua em *O Globo*. Vozes do governo estão presentes em 23 textos, sendo então as mais recorrentes em termos do número de textos que as atualizam, seguidas de pessoas em situação de rua e de vozes da polícia. Em termos do número de referências, as vozes mais carregadas de codificação são as do governo e de pessoas em situação de rua, seguidas de moradores/as locais e da polícia. A presença mais frequente de vozes de pessoas em situação de rua em *O Globo* é uma diferença em relação ao *Correio Braziliense*, o que pode sinalizar que o jornal carioca seja um ambiente mais democrático que o jornal da capital – isso, entretanto, só poderá ser afirmado com segurança quando olharmos para os conteúdos desses textos, em análise micro, já que nem sempre a presença de diferentes vozes realiza uma abertura efetiva para diferentes representações (RESENDE, 2008).

Interessou-nos, então, saber a respeito de quais temas essas vozes são convocadas a se manifestar, na articulação de fontes jornalísticas

que os textos empreendem. O resultado dessa consulta se expressa na Tabela 3, a seguir:

TABELA 3
Presença de vozes em relação aos diferentes temas em *O Globo*

	Drogas	Políticas Públicas	Violação de Direitos	Violência	Outros Temas
Agressores	0	0	0	5	0
Ativistas e religiosos	0	2	0	0	10
Empresários	0	0	0	1	0
Moradores e trabalhadores locais	2	19	2	2	3
Pessoas em situação de rua	0	0	0	13	31
Polícia	0	1	0	21	1
Testemunhas	0	1	0	7	0
Vozes da lei	0	0	0	3	0
Vozes de especialistas	0	6	0	6	2
Vozes do governo	6	28	2	7	1
Vozes médicas	0	0	0	4	0

O resultado dessa matriz aponta que as vozes do governo não apenas são as mais frequentes nos textos de *O Globo*, como também apresentam diversidade em termos de temas aos quais são articuladas: aparecem em todos os grupos temáticos, sendo mais carregadas nas referências a políticas públicas. A presença expressiva de vozes do governo no que se refere à representação da situação de rua pode ser considerada um bom indicador—por enquanto lidamos com suposições baseadas em indicadores, que depois usaremos como rota a explorar na próxima etapa do projeto —, já que nossa experiência na análise de textos sobre a situação de rua aponta, contrariamente, a um contumaz apagamento de responsabilidades do poder público na resolução de problemas relativos à situação de rua (ver, por exemplo, RESENDE, 2015a; 2015b). É claro que a simples presença, que é o que vemos nesta fase, não é suficiente para indicar se essas responsabilidades serão cobradas ou assumidas nos textos, ou se teremos apenas uma profusão de textos sobre a Operação Choque de Ordem, a chocante política (de ordem) pública da cidade do Rio de Janeiro, voltada para o recolhimento compulsório de pessoas em situação de rua. Por ora é o que nos parece mais provável, pois já conhecendo os textos do *corpus* de *O Globo*, sabemos que há alta densidade de textos sobre essa operação,

especialmente nos textos classificados na temática de políticas públicas, em que as vozes do governo são mais recorrentes.

As vozes de moradores/as e trabalhadores/as locais, também frequentes no *corpus*, são as únicas que figuram ao lado das do governo no mapeamento temático: vozes de moradores/as locais também são articuladas a todos os temas, e isso só se observa para esses dois conjuntos de vozes (governo e moradores/as locais). As demais vozes são mais localizadas tematicamente: quatro vozes só são articuladas para falar sobre um tema: a violência (agressores, empresários, vozes da lei e vozes médicas); três vozes falam sobre apenas dois temas (ativistas e religiosos: políticas públicas e outros temas; pessoas em situação de rua: violência e outros; testemunhas: políticas públicas e violência); duas vozes articulam-se a três temas (a polícia é convocada a falar de políticas públicas, violência e outros temas – mas fala muito mais em textos de violência, e especialistas têm suas vozes articuladas a políticas públicas, violência e outros temas).

Desse levantamento, tiramos, de imediato, duas conclusões relevantes ao estudo. A primeira diz respeito à densidade da polifonia quando se trata do tema da violência: apenas um dos grupos (ativistas e religiosos) não é convocado para esse debate, e para vários grupos (agressores, empresários, vozes da lei, vozes médicas) esse é o único tema cuja pauta lhes convoca. A segunda conclusão diz respeito ao espaço de fala concedido em *O Globo* à população em situação de rua, que só é ouvida em violência ou, muito mais, em outros temas. A incidência de vozes de pessoas em situação de rua nos textos sobre violência é significativa porque, observados os textos em que o tema da violência e a presença dessas vozes se cruzam, temos espaço conferido para que pessoas em situação de rua falem sobre a violência que sofrem, para que testemunhem sobre sua experiência como vítimas de violência. Essas 13 referências (que ocorrem em apenas sete textos) merecerão uma investigação aprofundada. O tema mais frequente para vozes em situação de rua, contudo, são os outros temas (31 referências em 10 textos), espaço em que codificamos textos que tratam de histórias singulares, como uma aprovação em vestibular, uma relação especial com cães (isso mesmo), uma biblioteca de rua.

Também para *O Globo* executamos o cruzamento de todos os subnós de ‘intertextualidade e fontes jornalísticas’ com os de ‘modos de avaliação de pessoas em situação de rua’, buscando saber se e como

essas vozes específicas avaliam a população em situação de rua nesse *corpus*. Sabendo quais são as vozes que mais falam nesses textos, também nos interessou saber quais são as vozes que mais avaliam a população em situação de rua e que tipos de avaliação realizam. O resultado dessa consulta é reproduzido na Tabela 4.

TABELA 4

Densidade de avaliações em relação a vozes em *O Globo*.

	Agressores	Moradores locais	Polícia	Especialistas	Governo
Acomodados	0	1	0	0	0
Desamparadas	0	1	0	1	1
Incômodas	2	11	1	0	0
Mal-educados	0	4	0	0	0
Oportunistas	1	1	0	0	2
Perigosas	1	7	1	0	0

As vozes predominantes na representação da situação de rua em *O Globo*, como vimos na Figura 5, são vozes do governo, de pessoas em situação de rua e da polícia, em número de textos, e do governo, de pessoas em situação de rua e de moradores/as locais, em números de referências. Das vozes que mais aparecem nos textos, também são as que mais avaliam as vozes de moradores/as locais: as vozes mais densamente codificadas em termos de avaliações sobre a população em situação de rua nos dados de *O Globo* – e é curioso que as vozes mais presentes façam pouca (governo e polícia) ou nenhuma (pessoas em situação de rua) avaliação. Entre os/as moradores/as locais a que os textos dão voz em conteúdos avaliativos, predominam as avaliações de pessoas em situação de rua como incômodas, perigosas e mal educadas, o que guarda notável semelhança com as avaliações também atribuídas a moradores/as locais no *Correio Braziliense*.

O mapeamento de instâncias avaliativas explícitas nos dois jornais mostra, entretanto, uma diferença importante entre ambos: o *Correio Braziliense* avalia muito mais explicitamente, tanto na própria voz autoral quanto na articulação de outras vozes. Em 166 textos do jornal, mapeamos 330 instâncias avaliativas, sendo 127 atribuídas a outras vozes e 203 assumidas na voz jornalística. No caso de *O Globo*, 121 textos resultaram apenas 64 referências no nó de modos de avaliação, dos quais

35 são atribuídos a outras vozes, a voz jornalística assumindo as outras 29. Assim, o *Correio Braziliense* não só avalia mais como assume mais avaliação, quando comparado com *O Globo*, que avalia bem menos e, quando avalia, atribui mais a outras vozes do que assimila na voz autoral.

Quando cruzamos os ‘modos de avaliação de pessoas em situação de rua’ com os ‘modos de representação de pessoas em situação de rua’, atentando especificamente para a representação coletiva e individual, encontramos que pessoas em situação de rua são muito menos avaliadas quando sua representação é individual, tanto em termos do número de textos em que isso ocorre quanto em termos dos modos de avaliação que retornam da consulta –apenas como “acomodadas” e “vaidosas”. Quando se trata de avaliação coletiva, como grupo populacional, há mais densidade de avaliação, não só em termos do número de textos em que perspectivas avaliativas explícitas são traçadas, mas também dos modos de avaliação: “agressivas”, “desamparadas”, “incômodas”, “mal educadas”, “oportunistas” e “perigosas” – mas principalmente incômodas. Se cruzarmos os modos de avaliação com os diferentes temas, encontramos maior densidade avaliativa no tema das políticas públicas: “acomodadas”, “agressivas”, “desamparadas”, “incômodas”, “mal educadas”, “oportunistas” e “perigosas”. Neste tema, assim como nos temas drogas e violência, o modo de avaliação mais frequente é como “incômodas”. Em violação de direitos, por outro lado, o modo mais frequente de avaliação é como “perigosas”.

Assim, podemos concluir preliminarmente que no jornal *O Globo* a representação da situação de rua no jornal articula principalmente vozes do governo, de pessoas em situação de rua e da polícia (em número de textos), e do governo, de pessoas em situação de rua, de moradores/as locais e da polícia (em número de referências). Entre as vozes predominantes, apenas as vozes de moradores/as locais estão também densamente codificadas em termos de avaliações sobre a população em situação de rua. Nesse *corpus*, chama atenção que as vozes mais presentes articulem-se a pouca avaliação, no caso do governo e da polícia, ou nenhuma avaliação, no caso pessoas em situação de rua. Na articulação de vozes de moradores/as locais nos textos, as avaliações predominantes de pessoas em situação de rua são como incômodas, “perigosas” e “mal educadas”, à semelhança das avaliações também atribuídas a moradores/as locais no *Correio Braziliense*.

As vozes do governo e de moradores/as locais são as únicas articuladas a todos os temas em *O Globo*. As demais vozes são mais localizadas tematicamente, sendo a violência o tema de tratamento mais polifônico. *O Globo* abre espaço de fala para agressores de pessoas em situação de rua apresentarem justificativas para a violência praticada. A população em situação de rua só é ouvida sobre violência ou, muito mais, sobre outros temas, que, assim como no *Correio*, referem-se a histórias singulares.

O cruzamento dos subnós de ‘modos de avaliação de pessoas em situação de rua’ com os de ‘modos de representação de pessoas em situação de rua’ em *O Globo* retorna o mesmo resultado observado para o *Correio*: pessoas em situação de rua são menos avaliadas quando sua representação é individual do que quando se trata de avaliação coletiva, como grupo populacional, quando são avaliadas como “agressivas”, “desamparadas”, “incômodas”, “mal educadas”, “oportunistas” e “perigosas” – mas principalmente incômodas.

Considerações finais-iniciais

O que discuti aqui foram resultados analíticos exploratórios, resultantes da utilização das ferramentas de codificação, classificação e matriz de codificação, oferecidas pela ferramenta computacional que escolhemos utilizar na pesquisa. Trata-se de resultados exploratórios iniciais, pois a fase seguinte do projeto é a análise micro, a análise fina de textos ou excertos selecionados dos *corpora*. A seleção será orientada pelos achados favorecidos pelo *software*, e permitirá uma ‘vista de lupa’ dos dados da pesquisa.

Obviamente, trabalhando com 287 textos nos dois *corpora* aqui tratados (e com mais de 750 textos no projeto integrado), a minúcia da análise discursiva crítica com que estou acostumada a lidar não é possível no conjunto dos dados desta investigação. Por isso, fez-se necessária esta fase inicial de exploração mais panorâmica dos dados. Aqui, o que obtivemos é uma análise macro, que dá conta de nos mostrar um comportamento geral dos textos em relação aos códigos inicialmente aplicados. Isso nos diz muito acerca da representação da população em situação de rua nos veículos jornalísticos eletrônicos investigados. A ferramenta também nos permitirá uma seleção rigorosa dos textos que em seguida receberão o escrutínio das categorias finas da ADC.

É claro que quanto mais se amplia um corpo de dados numa investigação, mantidos os prazos e os recursos humanos, menos se conquista em minúcia. Em análises como as que apresentei aqui, logramos uma visão panorâmica, um mapeamento que sem dúvida nos permite ver muito dos dados. Na próxima fase da pesquisa, lidando com casos selecionados, o interesse será outro: a dissecação do objeto, que para tanto deverá ser muito restringido. A análise macro permite-nos um olhar que atravessa os *corpora*, que os toma de telescópio, que oferece vislumbres de sua totalidade; apenas vislumbres, porque a totalidade é inalcançável. Por outro lado, a análise micro permitirá um olhar de corte, uma tomada de lupa, trazendo-nos de volta ao que já temos como zona de conforto: a análise discursiva propriamente dita. Mas agora voltaremos a ela com o olhar refinado que logramos ao nos permitir esse intervalo, ao nos obrigar o grande esforço que foi apreender outra ferramenta, na qual ainda tateamos cuidadosamente.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq o reconhecimento, na forma da bolsa de pesquisa concedida pelo projeto de investigação “Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo on-line” (CNPq 304075/2014-0). À Ingrid Ramalho agradeço por haver coletado e organizado dados do portal do *Correio Braziliense*; à Mariana Moura, por igual trabalho no portal de *O Globo*; à Lygia Vaz, pelo empenho com os dados intermináveis da *Folha de S. Paulo*; por fim, à colega Carolina Araújo, por nos haver aberto as portas do mundo que é o NVivo, e por estar presente nas sempre necessárias orientações que lhe demandamos. Também pelos cursos que têm ministrado no âmbito do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso – LabEC/UnB.

Referências

- ACOSTA, M. P. T. *Protagonismo face à inevitabilidade: vozes da rua em Ocas e O Trecheiro*. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, 2012.
- BHASKAR, R. *Dialectic: the pulse of freedom*. London: Routledge, 2008.

BOURDIEU, P. O espaço dos pontos de vista. In: _____. (Org.). *A Miséria do Mundo*. Trad. M. S. Azevedo et al. Petrópolis: Vozes, 1997. p.11-15.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Sumário Executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. São Paulo: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião, 2008.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto Nº 7.053* - Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento. Disponível na Internet. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>.

BUARQUE, C. *Admirável mundo atual*: dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

BUARQUE, C. *O que é apartação*: o apartheid social no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Edinburgh: University Press, 1999.

COLIN, D. Olhares sobre a construção da Política Nacional para a população em situação de rua. Comunicação apresentada no “Seminário Brasil – União Europeia para Promoção e Proteção dos Direitos da População em Situação de Rua”. Brasília, julho de 2013.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 4, 2005.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse*: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis*: the critical study of language. 2.ed. New York: Longman, 2010.

HALLIDAY, M. A. K. *Introduction to Functional Grammar*. 3.ed. Revised by C. Matthiessen. London: Hodder Arnold, 2004.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. 2, p.47-58, 2004.

NASCIMENTO, E. P. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NUNES, M. R. Pronunciamento da Ministra da SEDH/PR no “Seminário Brasil – União Europeia para Promoção e Proteção dos Direitos da População em Situação de Rua”. Brasília, julho de 2013.

PARDO ABRIL, N. G. *¿Qué nos dicen? ¿Qué vemos? ¿Qué es... pobreza?* Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2008.

PARDO, M. L. Asociación discursiva entre pobreza y delito en un programa televisivo reproduzido en YouTube. In: PARDO ABRIL, N. G. *Discurso en la web: pobreza en YouTube*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012. p.270-294.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.

RESENDE, V. M. *Análise de Discurso Crítica e Etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, 2008.

RESENDE, V. M. ‘It’s not a matter of inhumanity’: a critical discourse analysis of an apartment building circular on ‘homeless people’. *Discourse & Society*, v. 20, p. 363-379, 2009a.

RESENDE, V. M. *Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico*. Campinas: Pontes, 2009b.

RESENDE, V. M. Representação discursiva de pessoas em situação de rua no *Caderno Brasília: naturalização e expurgo do outro*. *Linguagem em (Dis)Curso*, v. 12, n. 2, p.439-465, 2012.

RESENDE, V. M. A violação de direitos da população em situação de rua e a violência simbólica: representação discursiva no jornalismo on-line. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v.15, p.71-92, 2015a.

RESENDE, V. M. Violência simbólica: representação discursiva da extrema pobreza no Brasil - relações entre situação de rua e vizinhança. *Discurso & Sociedad*, v.9, p.106-128, 2015b.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. Inequality and representation: critical discourse analysis of news coverage about homelessness. In: PASCALE C. M. (Org.). *Social inequality & the politics of representation: a global landscape*. Washington: Sage, 2013. p.21-34.

RESENDE, V. M.; SANTOS, A. A. A representação de pessoas em situação de rua quando vítimas de chacina: uma análise discursiva crítica. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v. 12, p.81-102, 2012.

RESENDE, V. M.; SILVA, R. B. Critical discourse analysis: voice, silence and memory - one case about public sphere. *Critical Discourse Studies*, v.13, p.397-410, 2016.

RESENDE, V. M.; SILVA, R. B. Análise de discurso crítica e comunicação: quem é Rafael Braga Vieira em *O Globo.com*? In: MAGALHÃES, L. (Org.). *Discurso, Identidade e Subjetividade*, no prelo.

SANTOS, G. P. *O jornal Aurora da Rua e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico*. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, 2013.

SILVA, D. E. G. Representações discursivas da pobreza e gramática. *D.E.L.T.A.*, v. 25, p.721-731, 2009.

SOARES, L. T. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VAN DIJK, T. Critical Discourse Analysis. In: TANNEN, D. *et al.* (Org.). *Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell, 2001. p.352-371.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro (Org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997.

VAN LEEUWEN, T. *Discourse and practices*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

De l'inégalité objectivée à l'inégalité ressentie et aux peurs qu'elle suscite: les réfugiés pris au piège de l'identité

From the objectified inequality to the perceived inequality and associated fears: refugees caught in the trap of identity

Sophie Moirand

Université Paris 3 – Sorbonne Nouvelle, Paris, França.

sophie.moirand@univ-paris3.fr

Résumé: Cet article interroge les relations entre *identité* et *inégalité* dans les récits publiés par la presse française, lors de *la crise des migrants* (ou *réfugiés*) en Europe (2015-2016). Après un rapide recensement des mots qui disent l'(in)égalité depuis le Siècle des Lumières jusqu'aux études récentes de sciences humaines, l'analyse s'attache à construire *le profil sémantique* de mots associés rencontrés dans les médias lors de micro-événements liés à cette crise, à partir de leurs cotextes (mots et constructions), telle l'inscription de la peur dans les discours représentés (*faire peur* vs *avoir peur*). Cette étude conduit à conclure: d'une part que ce qui sous-tend les formes discursives de *clivage identitaire*, c'est en fait "la peur de perdre son identité"; d'autre part que l'inégalité "ressentie" à travers une religion ou une ethnie remet en cause l'identité républicaine qui est, historiquement et toujours, celle de la France.

Mots-clés: discours des médias; émotion; identité; inégalité; migrant; peur; profil sémantique; sémantique discursive.

Abstract: This paper examines the relations between identity and inequality in French newspaper discourse about the migrants' or refugees' events in Europe (2015-2016). After compiling the words of (in)equality since the 18th century to recent studies of human and social sciences, the analysis focuses on building the semantic profile of keywords linked

to these events within its cotextual relations, as words and constructions of fear in media discourses (cause fear vs feel fear). This study leads to two conclusions: what underlies the discursive forms of identity cleavage is “the fear of losing its own identity”; inequality felt through religion or ethnicity undermines the republican identity, that is, historically and also, the identity of France.

Keywords: French daily press; emotion; identity; inequality; migrant; fear; semantic profile; discursive semantics.

Recebido em 24 de junho de 2016.

Aprovado em 21 de setembro de 2016.

On est parti du recensement *des mots qui “disent” l’(in)égalité*, puis *des mots et des constructions qui leur sont associés* lors du traitement par les médias de “la crise des migrants” en Europe (2015-2016) avant de s’arrêter sur *des instants discursifs* particuliers liés à cette crise lorsque, avec en toile de fond les attentats du 13 novembre 2015 à Paris, l’expression de *la peur* a paru associée à *un sentiment d’inégalité identitaire*, entre des Européens installés dans leurs “racines chrétiennes” et les nouveaux et/ou anciens immigrants supposés avoir d’autres “racines”.

Des travaux de sciences humaines constituent le *corpus* de référence nécessaire au cadrage conceptuel de ce travail. Constitué sur scholar.google.fr à partir du mot-clé “inégalités sociales” et délimité dans le temps par un clic sur “depuis 2012”, il permet de recenser des études récentes publiées en français, qui elles-mêmes renvoient à des études antérieures. Le *corpus* de travail s’est ensuite appuyé sur un *corpus* exploratoire constitué à partir de google.fr de sites de journaux français, de chaînes d’information en continu, et sur des séquences textuelles recueillies autour d’énoncés contenant le mot “migrant” ou “réfugié” tout au long d’une période qui s’étend de l’été 2015 à l’été 2016 dans les médias.

L’approche reste ici qualitative dans la mesure où il s’agit de s’interroger sur les peurs liées à la notion d’inégalité, peurs “ressenties” ou “provoquées” par des groupes ou des individus que les médias (en particulier la presse quotidienne) représentent et dont ils “représentent” les paroles: au double sens des paroles “représentées” du discours rapporté

et de la représentation que les médias leur donnent en les sortant de leur cotexte et de leur contexte, en les traduisant plus ou moins fidèlement si nécessaire, pour les réinsérer dans d'autres co-textes et d'autres contextes, ceux des articles et journaux analysés ici.¹

1 Dire les inégalités à travers les mots et les images qui les représentent

La Déclaration universelle des droits humains constitue un point de départ pour relever des mots de l'(in)égalité. On se réfère à celle de l'Organisation des Nations Unies (1948), dont on cite ici quelques extraits² (voir dans l'article 2 l'ordre des "lieux" mentionnés d'une différence à proscrire³):

– Article premier

Tous les êtres humains naissent libres et **égaux** en dignité et en droits.

– Article 2

Chacun peut se prévaloir de tous les droits et de toutes les libertés proclamés dans la présente Déclaration, **sans distinction aucune**, notamment de race, de couleur, de sexe, de langue, de religion, d'opinion politique ou de toute autre opinion...

– Article 7

Tous sont égaux devant la loi et ont droit à **une égale protection de la loi**.

Tous ont droit à **une protection égale contre toute discrimination** qui violerait la présente Déclaration [...]

¹ Voir les travaux de Authier-Revuz – ADF – et de Fairclough – CDA. Dans cette perspective, on retient ici la traduction de l'article de van Leeuwen (2009), qui utilise des catégorisations relevant de la sociosémantique pour analyser les pratiques sociales qui servent à légitimer ou délégitimer l'immigration en Australie dans un éditorial: "Our race Odyssey".

² Désormais, c'est moi qui **souligne en gras** dans les citations comme dans les extraits du *corpus* cités ici les mots et les constructions sur lesquelles reposent l'analyse des données et les catégories proposées.

³ *Déclaration universelle des droits de l'homme illustrée*. Paris: Les éditions du Chêne, 2015.

– Article 10

Toute personne a droit, **en pleine égalité**, à ce que sa cause soit entendue **équitablement** et publiquement par un tribunal indépendant et impartial

– Article 14

1. Devant la persécution, **toute personne a le droit de chercher asile et de bénéficier de l’asile en d’autres pays.**

– Article 15

1. **Tout individu a droit à une nationalité.**

2. **Nul ne peut être arbitrairement privé de sa nationalité, ni du droit de changer de nationalité.**

– Article 23

1. **Toute** personne a droit au travail, au libre choix de son travail, **à des conditions équitables** et satisfaisantes de travail et à la protection contre le chômage.

2. **Tous ont droit, sans aucune discrimination**, à un salaire **égal**, pour un travail **égal**.

3. **Quiconque** travaille **a droit à une rémunération équitable** et satisfaisante...

Ainsi “l’égalité” (et ses dérivés) est associée à d’autres mots (*équité, équitablement*), qu’il s’agit de définir par rapport à l’ensemble des humains en termes de droit: *toute personne / Tout individu a (le) droit ... / Nul ne peut... être privé... / Quiconque...* Des antonymes surgissent face à équité, égalité, parité, qui peu à peu prennent place dans les discours des médias: *l’inégalité* mais aussi les notions de *discrimination*, de *différence*, de *précarité* qui incitent à corriger, à éliminer, à lutter contre “les inégalités”. Mais la première Déclaration des droits humains (des droits de l’homme et du citoyen) remonte à la Révolution française, au siècle des Lumières: cela fait partie d’une *mémoire collective transnationale* (SANGAR 2015), et d’un *interdiscours*, qu’on croise au détour des discours politiques, lors des campagnes électorales, et des discours qui en rendent compte dans les médias. Et si on ne trouve pas dans la Déclaration le mot “inégalité”, il est cependant, *interdiscursivement*, présent. Aujourd’hui, dans les médias comme dans les travaux de sciences humaines, c’est “inégalité” qui semble davantage présent, et qui inscrit “en creux” son antonyme.

1.1 Des fondements historiques aux usages récents des mots de l'inégalité

L'ouvrage dirigé par P. Fiala (1999) offre un cadrage sémantique et historique sur les *Usages lexicaux et variations discursives* des *IN/ÉGALITÉ/S* aux 18^e-20^e siècles auquel on peut se référer, en particulier dans son chapitre introductif, qui montre l'importance que les mots de l'(in)égalité ont pris dans le discours sociopolitique au fil des ans:

Avec quelques autres, qui leur sont étroitement liés – liberté, justice, solidarité –, ces termes désignent des notions qui, **depuis le siècle des Lumières et la Révolution**, sont au centre des débats sociopolitiques. Fondements immuables du **discours Républicain**, ils sont aussi les supports dynamiques de revendications démocratiques et de luttes sociales pour des droits qui ont été progressivement définis, conquis, mais aussi périodiquement remis en cause: parité entre les sexes, justice sociale, droit à la santé, à l'instruction, au travail, au logement. (FIALA, 1999, p. 7)

Mais, comme le rappelle ce texte qui introduit les travaux récents de l'équipe CNRS travaillant dans le domaine de la lexicométrie, des textes politiques et de l'analyse de *corpus*, c'est après que Rousseau a substitué "à la réflexion traditionnelle sur les conditions de réalisation de l'égalité une interrogation plus fondamentale sur les causes concrètes de l'inégalité" que les mots de l'(in)égalité ont été liés aussi aux événements, depuis "Babœuf proclamant 'l'égalité réelle ou la mort'" jusqu'"aux mouvements récents pour l'instauration dans les institutions de la parité entre les sexes, pour la reconnaissance d'une égalité des droits sociaux aux immigrés, aux sans-travail, aux sans-papiers" (FIALA, 1999, p. 8-9).

Ainsi, au-delà de la formule républicaine de 1948, qui fixe le sens de "égalité" "*dans sa généralité*" en l'associant sans déterminant à 'liberté' et à 'fraternité', "*les transformations et les variations d'usage [...] sont considérables*", qu'il s'agisse de dérivés (égalitaire, inégalitaire), de variations contextuelles (équité, parité), de modifications comme "*la pluralisation*" du terme d'inégalité. Fiala rappelle que plus de 5000 travaux consacrés à l'égalité ont été recensés pour le seul XX^e siècle, dont la plupart reposent sur des approches conceptuelles, philosophiques, historiques, juridiques, économiques, sociologiques, politiques ou théologiques.

L'ouvrage porte sur les usages sociaux de ces mots en discours, ce qui est l'une des deux traditions de l'analyse du discours en France, celle de J. Dubois;⁴ l'autre sur laquelle je m'appuie également étant celle initiée par Pêcheux, en les revisitant à la lumière des concepts de Bakhtine/Voloshinov (MOIRAND, 2011). Mais si ce volume décrit l'usage des mots depuis l'époque fondatrice des Lumières jusqu'aux évolutions de la période contemporaine (y compris dans la parole des acteurs, où les inégalités se sont pas "nommées" alors qu'elles font partie "des expériences vécues" par ces locuteurs), on s'attache ici au fonctionnement de la notion à travers les mots qui la "disent" lors de micro-événements, qui font la une des médias pour en disparaître aussitôt, quitte à y revenir sporadiquement: ces "instants discursifs" permettent la constitution de "petits *corpus*"⁵ qui souvent s'inscrivent dans un événement globalement plus large. La consultation des travaux sur les époques antérieures jusqu'aux instantanés de l'histoire du temps présent permet, au-delà de la description des mots et des formulations qui "disent" l'inégalité, de mieux comprendre le sens de cette notion et son évolution.⁶

1.2 Les mots associés à l'(in)égalité aujourd'hui

Outre les mots inscrits dans la Déclaration universelle des droits humains, d'autres mots associés surgissent dans des travaux en sciences humaines et sociales, mots qui, lorsque les faits auxquels ils réfèrent sont médiatisés, se retrouvent à la une des journaux, dans les titres des articles de commentaire et sur les forums ou les réseaux sociaux.

Ainsi ce que Guilhaumou analyse dans son ouvrage *La parole des sans...* (1998) correspond, en France, à une période très médiatisée de l'inégalité "représentée" par la préposition *sans*, y compris dans les

⁴ De jeunes chercheur(e)s la "re-travaillent" aujourd'hui dans la perspective d'une sémantique discursive intégrant l'utilisation de logiciels (Née; Veniard, 2012; Pordeus Ribeiro, 2015); voir également Longhi (Coord., 2015) ainsi que le panel proposé par Brunner, Pordeus Ribeiro et Reboul-Toure au colloque *Discursos e desigualdades sociais*, septembre 2016, UFMG, Brésil.

⁵ La notion de "petit corpus" sera le thème d'un numéro de la revue *Corpus* (2017).

⁶ Ainsi au 19^e siècle parlait-on des "classes dangereuses", qu'on rapportait parfois à l'imaginaire des "bas-fonds", des lieux où l'on associait la misère (les mendiants) au vice et au crime (les gueux) – KALIFA, 2011.

journaux télévisés des chaînes généralistes, dans la dernière décennie du 20^e siècle. Spécialiste de science politique, Garcia (2012) s’est penché minutieusement, statistiques à l’appui, sur ce phénomène étrange, qui a surgi dans le monde médiatique au milieu des années 1990 en France: comment la télévision, habituellement sourde aux mobilisations des “exclus”, s’est subitement emparée de ces événements pour ensuite s’en détourner rapidement? Comment les rencontres ont-elles été possibles entre les médias généralistes (les chaînes de télévision) et ces mouvements sociaux? Comment la parole a été donnée aux leaders de ces mouvements, peu habitués à s’exprimer en public? Or ces mouvements (*celui des sans-logis* de la rue du Dragon pendant l’hiver 1994-1995, *celui des sans-papiers* de l’Église Saint-Bernard l’été 1996, *celui contre la loi sur l’immigration* début 1997, *celui des chômeurs* de l’hiver 1997-1998) font partie désormais, en France, d’une mémoire collective des médias, qui les rappelle en période de crise sociale, par exemple en mai-juin 2016 en France.

Autre décennie, et autre mot associé à l’inégalité lors des mouvements sociaux du milieu des années 2000 et au-delà (GARCIN-MARROU, 2007; PEETERS, 2012): la métaphore de *la fracture*, fracture sociale, fracture urbaine entre les banlieues et les centres des villes, fracture territoriale entre les villes et les campagnes, etc. Des démographes, des géographes, des sociologues ont contribué à construire l’image de lieux que l’on dit “sensibles”, qu’il s’agisse de zones rurales, des banlieues de grandes villes ou de la périphérie des villes moyennes. Le discours politique s’est vite emparé de ces formulations nouvelles, de même que le discours médiatique dans les commentaires, les débats, les tribunes, auxquels participent des spécialistes de sciences humaines, qui ont étendu “la fracture” au numérique, au culturel, à l’espace, voire à l’ethnie, le mot fracture étant alors associé à toutes sortes d’insécurité (GUILLUY, 2010; NÉE, 2012).

Ces mots n’ont pas disparu, et les “sans” font partie du paradigme des “exclus” des sociétés européennes, comme l’argumente Hazan dans un article du quotidien *Libération* le 7-10-2015 à propos de la crise des migrants, dont le titre reprend une nomination empruntée à Hannah Arendt (dans *Les origines du totalitarisme*) pour désigner une nouvelle catégorie qui avait émergé dans les années 1930: *Sauver les sans-droits de la mort sociale*, article qui m’a conduit à construire le *corpus* de travail analysé ici, et qui montre l’émergence d’une nouvelle catégorie “sans

droits”, celle de certains migrants dans l’Europe d’aujourd’hui, où se développent à nouveau des discours populistes (de droite).

Ainsi dire l’inégalité c’est d’abord la “nommer”, et pour l’analyste du discours c’est repérer les noms qu’on lui donne selon les époques, les genres de discours, les lieux de discours, les canaux du discours, les co-énonciateurs du discours, y compris dans la parole de ceux qui “ressentent” un sentiment d’exclusion (par exemple, les jeunes de certaines banlieues françaises lors des révoltes de l’automne 2005, certains Français en insécurité économique en ce début de XXI^e siècle, certains migrants “sans droits” aujourd’hui). On peut dès lors étudier cette inégalité “ressentie” et les “peurs” qui l’accompagnent, et pas seulement l’inégalité quantifiée des sciences sociales (1.3.) – voir les travaux sur des contextes non européens (LARA; LIMBERTI, 2015). En France, une enquête effectuée récemment à la demande du Secours populaire montre ainsi comment des enfants confrontés au chômage de leurs parents ou au mal logement manifestent leur peur de devenir pauvres⁷. Mais la simple observation des mouvements de recul de certains passants dans la rue à Paris face à des familles, migrants ou autres, qui vivent et dorment dehors, montrent que ceux qui n’ont rien (les sans...) font “peur” à ceux qui les croisent, et qui détournent leur regard.

Repérer les mots des inégalités sociales sur scholar.google constitue à ce titre une première étape dans les sciences sociales (qui pratiquent l’euphémisme en parlant de zones ou de catégories “sensibles”, plutôt que de “ghettos” ou d’“exclus”): une contextualisation nécessaire à l’analyse du discours des médias, qui diffusent et/ou commentent parfois les thèses et les points de vue de ces travaux.

1.3 Des inégalités à l’épreuve du discours des sciences humaines et sociales

Des repérages effectués sur scholar.google.fr (consultation du 29-05-2016, à titre d’exemple) à partir du mot-clé “inégalités sociales” et de la précision “depuis 2012” permettent de repérer quelles “inégalités” donnent lieu aujourd’hui à des travaux de sciences humaines et sociales

⁷ Communication d’A. Lama, directrice d’études à l’Institut Ipsos, sur “les Français et la pauvreté”, au séminaire sur “Les médias et les peurs primaires”, Laboratoire Communication et politique du CNRS, 12 avril 2016, Paris.

à partir des cotextes et des mots qui sont associés à la forme “inégalités” en français.

Cet inventaire permet de dégager des séquences semi-figées qui déterminent de quelle “inégalités sociales” il s’agit:

Les inégalités sociales de santé (ISS) [de loin les plus fréquentes de cet inventaire]
Les inégalités sociales à l’école
La ville pour tous, inégalités socio-spatiales
Inégalités sociales de participation électorale en France
Les inégalités ethno-raciales

et des combinaisons dans une phraséologie séquentielle plus “longue” permettant de repérer des mots associés dans certains titres d’articles ou d’ouvrages spécialisés ou au fil des résumés de présentation:

... la réduction des inégalités sociales de santé
... les inégalités sociales et territoriales de santé en milieu urbain
... la question des inégalités sociales de santé dans un itinéraire de chercheur
... Alimentation et inégalités sociales de santé
... la variation des inégalités sociales d’incapacité en Europe
... inégalités géographiques de santé en France
... effets électoraux des inégalités sociales dans le monde péri-urbain français
Evaluation des politiques publiques et inégalités sociales d’accès aux services de santé
... des choix d’aménagement urbain porteurs d’inégalités sociales et environnementales
Mobilité, accessibilité et équité: pour un renouvellement de l’analyse des inégalités à la ville
Vote et géographie des inégalités sociales
Les inégalités sociales, objet invisible pour l’éducation sexuelle?

Dans cet inventaire rapide, mais instructif, deux des ouvrages présentés (dont on reprend ici les “résumés” recueillis sur scholar.google.fr) ont constitué, avec les travaux déjà cités, l’arrière-plan conceptuel de l’analyse des *corpus* de presse sur la crise des migrants:

– *Inégalités et justice sociale* (DUBET éd., 2014)

La seule dénonciation globale des inégalités sociales ne suffit pas, car toutes les inégalités ne se “valent” pas: certaines sont visibles, d’autres moins, certaines sont perçues comme injustes, d’autres non. Il faut donc pouvoir **décrire et mesurer les inégalités sociales**, mais aussi savoir ce que nous en faisons **et comment elles affectent** plus ou moins profondément **la vie et l’action des individus**. En effet si **la conscience des inégalités** semble s’accroître, elle ne débouche pas pour autant sur des formes d’action collective véritablement intégrées et organisées [...]

– *Les Inégalités ethno-raciales* (SAFI, 2013)

Même si le discours politique peine à l’assumer, la France comme la majorité des sociétés occidentales est confrontée à **la question des inégalités ethno-raciales et des discriminations**. Comment **les appartenances ethniques et raciales participent-elles à la dynamique des inégalités sociales**? Y a-t-il des mécanismes spécifiques à ces formes d’inégalités? Quels sont les concepts et les outils mobilisés par la recherche pour les étudier [...]

Si les travaux des sciences sociales fournissent des concepts pour “penser” la notion d’inégalité, qui parfois constituent la réflexion d’arrière-plan des textes de commentaire ou des débats dans les médias, le travail sur le fonctionnement des mots qui “disent” l’inégalité dans les discours d’information sont ceux auxquels sont davantage exposés les citoyens ordinaires des pays européens (y compris à travers les réseaux sociaux qui les reprennent, les commentent, et les alimentent): ce sont ces dires “représentés” qui constituent les *corpus* analysés ici. On peut en effet “quantifier” les inégalités, comme par exemple dans les travaux sur les différences dans l’accès à l’emploi selon l’origine, le sexe, le lieu géographique, le niveau d’étude, etc., et ces travaux, qui tendent à l’objectivité des faits, sont parfois évoqués dans les médias. Mais ce sont d’autres traces de la “différence” qui font l’objet du présent travail: la façon dont sont “racontés” des faits liés à un *instant discursif* de l’actualité “en train de se faire” et dans lequel s’inscrivent des traces d’inégalité.

Sensibilisée d’une part par des travaux sur le discours politique identitaire (HAILON; RICHARD; SANDRÉ, 2012 et RICHARD; HAILON; GUELLIL, 2015), d’autre part par le traitement de la crise

des migrants dans les médias français et l'émotion suscitée par les images diffusées de groupes de migrants débarquant en Grèce ou en Italie ainsi que par les drames qui en découlent, invitée par ailleurs à intervenir dans un séminaire sur les "peurs identitaires"⁸, j'ai recueilli un *corpus* sur ce qu'on appelle désormais "la crise des migrants", crise dont on ne voit pas "la sortie" (VENIARD, 2013), qui lentement s'est installée dans le paysage européen de ce début du 21^e siècle, et dont le traitement me paraissait pris au piège de *la différence identitaire*, perçue comme une inégalité: la perception d'une différence de traitement. Début juin 2016, mois où se déroule en France "l'Euro de football", cette *inégalité identitaire* a été au cœur d'une polémique, à propos des joueurs de l'équipe de France, certains accusant l'entraîneur de "faire une différence" entre des Français susceptibles de faire partie de la sélection: une discrimination qui serait fondée sur leur origine ethnique et non sur leur qualité sportive (3.4. *infra*).

2 Les migrants "pris au piège" des différences identitaires

On s'interroge ici sur le sens de "mots" qui désignent des faits, des actes et des acteurs sociaux, dans une sphère d'activité langagière particulière, celle de la presse généraliste quotidienne, qui tend elle-même à "représenter" des discours qui viennent d'autres sphères d'activité. L'analyse part du tournant qui s'est opéré dans la représentation des migrants après les attentats du 13 novembre 2015 à Paris. Il s'agit, à plus long terme, de construire *le profil sémantique* de mots associés à "migrants" lors d'instantanés discursifs qui s'échelonnent tout au long de l'événement (non synthétique) que l'on nomme "la crise des migrants" en Europe.

Si la méthode s'inscrit dans la tradition de l'analyse du discours française de Pêcheux pour l'inscription du sens dans l'histoire à travers le travail de la mémoire (*apud* MALDIDIER, 1990, p. 89), elle s'inscrit

⁸ Les premiers recueils de données ont fait l'objet d'une intervention sur "Les peurs identitaires" au Laboratoire Communication et Politique du CNRS (12 février 2016) dans le cadre du séminaire organisé par P. Lefébure et C. Sécaïl (LEFÉBURE; SÉCAÏL, 2016). Ce travail, commencé l'été 2015, a été poursuivi lors d'interventions ponctuelles, et en tant que professeure invitée à l'université de Roma Tre du 3 au 10 avril 2016. Cet article constitue une première version écrite sur "la crise des migrants" en Europe.

aussi dans le renouveau des sémantiques post-structuralistes, qui “n’ont plus peur du réel” (SIBLOT 1990), et qui considèrent l’activité de langage comme une manière de “saisir le monde”, ici lors de micro-événements mettant au jour les relations entre le langage et la construction des référents, entre les locuteurs et les objets du monde. Mais le sens découle de son inscription dans le temps et l’espace du discours, et de la place des mots dans leurs cotextes syntaxiques, énonciatifs, textuels, sémiotiques, discursifs... (VENIARD, 2013; MOIRAND; REBOUL-TOURE, 2015). C’est donc à travers le sens des mots en discours qu’on s’interroge sur *la différence* “ressentie”, qui débouche sur un sentiment d’inégalité, et qui se manifeste par l’expression de la peur dans *les discours sociaux* (ANGENOT, 2010) de ce début du XXI^e siècle.

2.1 Les mots et les constructions associés à la crise des migrants dans la presse française

L’observation de l’évolution des référents d’un toponyme, désignant à l’origine une petite île italienne proche de la Sicile met en scène la première inégalité de l’arrivée en Europe des migrants (“morts”, noyés ou disparus, ou “vivants”), jusqu’à sa transformation en une caractérisation désignant d’autres “îles” européennes, grecques cette fois: *La mort accoste à Lampedusa / L’Europe résignée à d’autres Lampedusa / Lampedusa épuisée et en colère / L’île de Lesbos: la Lampedusa grecque des réfugiés syriens* (MOIRAND; REBOUL-TOURE, 2015, p. 110).

Mais un titre du journal *le Monde* du 20-08-2015 (*L’Allemagne, dernier refuge des migrants*) et des informations prises “au vol” sur les chaînes télévisées d’informations en continu ont orienté la recherche vers l’accueil des migrants, et la distinction qui s’est alors opérée entre les migrants qui avaient droit à l’asile et ceux qui ne l’avaient pas, les uns et les autres participant à la représentation d’une Europe “débordée”: *Le nombre de candidats à l’immigration entrés illégalement dans l’Europe a franchi un nouveau record en juillet (Le Monde, ibidem)*, record dont la représentation discursive ira en s’accroissant (*UE: un million de réfugiés en un an – Libération*, 23-12-2015) jusqu’en mars 2016, au fil des images télévisées et des photos de presse qui montrent des femmes, des enfants, des hommes marchant en rangs serrés à travers l’Europe ou s’entassant derrière les barrières que certains pays vont construire ou les frontières que d’autres vont rétablir.

Trois mois plus tard, le nombre de migrants (on ne dit plus “immigrant”:⁹ personne ne sait quel pays les accueillera) n’a pas diminué. Mais les attentats de Paris ont fait prendre à la crise un tournant, dont la presse quotidienne se fait l’écho, et dont on a extrait des listes de “mots” et de “constructions” associés avec leurs cotextes, tels qu’on les a rencontrés au fil des reportages publiés dans les journaux *Libération*, *Le Monde*, *Le Parisien*, *La Croix*, *Le Journal du Dimanche*:

A Leros, comme partout en Grèce, on s’inquiète désormais de ce que **la stigmatisation des réfugiés syriens**, du fait de la présence de ce passeport, faux ou non, auprès du terroriste de Saint Denis [retrouvé mort près du Stade de France], n’entraîne **une fermeture des frontières** au nord de l’Europe.

À côté des expressions de quantité et des métaphores qui les renforcent (voir les métaphores marines ci-après), l’image du terroriste qui se glisse parmi les migrants réfugiés va peu à peu s’immiscer dans les esprits, à travers les paroles citées, et quel que soit le média qui en rend compte:

Un nombre croissant de personnes **Plus de 2000 personnes** [le port de Lakki] où **se massent** des dizaines de réfugiés **les flots de réfugiés** / “**une déferlante humaine**” **ces cohortes ininterrompues de dizaines de milliers de migrants** impossible de repérer un terroriste / au milieu **des milliers de réfugiés** [ou] **se noyant dans le flot des réfugiés**

Commencent alors des descriptions de mesures qui visent à “*endiguer l’afflux*” (on remarquera *infra* les constructions actives ou passives à deux actants animés, qui contribuent à créer “des catégories” de migrants, donc de l’inégalité “ressentie”):

Les attaques terroristes et **la vague de réfugiés** poussent les pays de l’UE à **fermer leurs frontières**
Les gouvernements **referment leur porte**, **débordés par le nombre**

⁹ À la différences des années 1980 (BONNAFOUS, 1991)

les migrants venus d’Afrique et du Pakistan sont refoulés

certain pays ont confirmé ... désormais **refuser les migrants** issus de pays censés être “sûrs” (pays africains, Pakistan, Bangladesh)

les Marocains et les Algériens, **considérés comme de simples migrants économiques**, sont **placés en rétention... puis renvoyés** vers le Maroc ou la Turquie
Zagreb [a annoncé] que **les migrants issus de pays “qui ne peuvent bénéficier d’une protection internationale” seraient renvoyés** en Serbie

des policiers macédoniens **bloquent les migrants**
le flot s’est réduit **au gré du filtrage** à la frontière grecque
La Suède coupe le pont avec les demandeurs d’asile **refusant l’entrée aux réfugiés sans papiers**

[Quelques mois plus tard]

– **Réfugiés:** La Grèce au bord du chaos

Des milliers de réfugiés se retrouvent **coincés** en Grèce
[*Le Monde*, 2-03-2016]

– “*Ils veulent qu’on meure?*”

Réfugiés. Parqués entre deux frontières dont aucune ne veut s’ouvrir, plus de 400 personnes ont affronté hier une nuit de cauchemar aux confins de la Serbie et de la Macédoine

[*Le Parisien*, 8-03-2016]

– **Crise des réfugiés:** l’Europe s’en remet à la Turquie
Les Européens **rejettent les migrants** vers la Turquie
Pour les vingt-huit, **exit le droit s’asile**

[titres extraits du *corpus* recueilli du 8 au 20 mars 2016]

On peut dresser *le profil sémantique* du mot “migrant” dans ce *corpus* de presse quotidienne, selon la place du mot dans l’énoncé et les mots qui lui sont associés dans le titre, la phrase, le paragraphe. Ces migrants, dont un certain nombre viennent de pays où l’islam est la religion dominante, arrivent au moment d’attentats meurtriers en Europe commis au nom d’un islam radical que justement certains ont fui. Ils ressentent ce rejet comme *une discrimination identitaire*, que toutes les formes syntaxico-sémantiques rencontrées dans la presse contribuent à montrer: les migrants, qui pour la plupart sont sur les routes depuis plusieurs mois, occupent la place sémantique de “l’objet”, tour à tour

bloqués, coincés, parqués... jusqu'à être *rejetés, renvoyés*, voire échangés entre la Turquie (qui n'en veut pas) et la Grèce (où ils ne faisaient que passer) comme des volants de badminton (ce que représente un dessin de Willem dans *Libération*, où l'un des "joueurs" précise que "les enfants noyés ne comptent pas").

Dans ce contexte, l'expression de la peur surgit de part et d'autre, chez les Européens qui s'affolent du nombre (et d'une identité religieuse présumée), et chez les demandeurs d'asile qui croyaient pouvoir enfin vivre en paix dans l'Europe des 28.

2.2 L'expression de la peur dans les discours "représentés"

Si dans ces reportages on entend parfois la voix des migrants (ci-dessus: "Ils veulent qu'on meure?"), c'est dans les discours "représentés" des Européens, qu'ils soient "autorisés" ou simples citoyens, qu'on voit apparaître la peur "ressentie" face aux migrants, peur souvent associée à "*l'identité*", notion récente en sciences humaines (MOIRAND dans RICHARD; HAILON; GUELLIL, 2015, p. 12), et qui n'est pas mentionnée dans la Déclaration universelle des Droits de l'homme.

Ainsi, dès l'automne, on cite, dans les journaux français, les positions de l'Europe de l'Est, où l'on fait d'emblée l'amalgame entre "migrant" et "islam" sans tenir compte des migrants chrétiens, laïcs ou agnostiques (il y en a aussi), mais également certaines décisions de l'Europe du Nord:

– dans *la Croix*, journal catholique (7-12-2015):

Les catholiques hongrois sont réticents à **accueillir les migrants** [Titre]

Lorsque le pape a demandé début septembre que toutes les paroisses européennes **accueillent des migrants** [...], [l'] évêque de Szeged (sud) n'avait pas hésité à lui répondre sèchement par interview interposée: "*Ce ne sont pas des réfugiés, c'est une invasion; le pape ne connaît pas la situation*".

... le premier ministre [Viktor Orban] a habilement joué sur **l'identité chrétienne** du pays

... Quant à l'actualité de l'Europe occidentale [...], elle est utilisée pour servir **un discours protectionniste**. On pointe ses mœurs déviantes et les conséquences tragiques

de sa politique d'ouverture. "***En France, ils brûlent des voitures et ils tuent les journalistes***" [...]

"*Les gens disent craindre que les migrants fassent perdre les valeurs chrétiennes de la Hongrie [...]*"

– dans *Le Monde* (25-12-2015):

Le Parlement danois, tributaire de l'extrême droite, compte **durcir sa politique d'accueil des réfugiés**, déjà parmi les plus dures d'Europe.

Au fil des ans, même les socio-démocrates, puis plus tard leur allié plus à gauche, le Parti populaire socialiste (SF), se sont mis à adopter **la même rhétorique sur les réfugiés et les musulmans, banalisant ainsi les idées de l'extrême droite**.

– dans *Libération* (5-01-2016):

Ainsi la Pologne, la Hongrie, la Slovaquie et la République tchèque **refusent fermement toute solidarité dans la répartition des demandeurs d'asile**. [...]

Pour eux, **la religion musulmane est irréductible à la civilisation occidentale**, et ils sont prêts à employer la manière forte pour s'opposer à des **arrivées non désirées**. [...]

Rompant avec une longue tradition d'accueil, **le royaume scandinave a rétabli lundi le contrôle à ses frontières, refusant l'entrée aux réfugiés sans papiers**.

– dans *Le Monde* (10-01-2016), qui interroge des Autrichiens d'un village où sont accueillis des migrants:

"[...] **je n'ai pas peur** des réfugiés, mais **je commence à avoir peur** que notre société ne sache pas les assimiler car l'Autriche se clive"

"Chaque fois que j'en vois une [une femme voilée], **je le vis comme une provocation**"

L'expression de la peur surgit ainsi dans les médias, et au fil des paroles représentées entre guillemets (souvent "traduites" en français) dans les textes des correspondants de presse et des envoyés spéciaux, en particulier depuis les attentats du 13 novembre 2015 à Paris, lorsque l'émotion a été fortement convoquée dans les titres et dans l'accompagnement des photos et des images filmées.

Depuis, l'association qui est faite entre l'expression de la peur et les demandeurs d'asile, puis les migrants récents, voire les descendants d'immigrés nés en Europe, conduit à s'interroger sur l'inscription langagière d'une peur "identitaire" à l'encontre de migrants considérés (souvent à tort) comme forcément islamistes et, après les attentats du 13 novembre 2015 à Paris, comme potentiellement "terroristes".

3 L'inscription d'une peur "identitaire"... aux marges de la crise des migrants

En travaillant sur le rôle de la mémoire dans le traitement des événements, en particulier lors de crises sanitaires, j'avais rencontré l'inscription langagière de la peur, en particulier dans des genres à énonciation subjectivée comme les éditoriaux ou certains titres en une (*Faut-il avoir peur de Zika?*), alors que l'expression de la colère, si on la trouve parfois associée à la peur, semble davantage présente sur les forums, les blogs et les réseaux sociaux que dans les médias traditionnels (voir cependant HEKMAT, 2014), y compris dans leur version en ligne, la colère étant par ailleurs davantage source d'actions collectives.

Mais si, comme le dit Rimé (2005, par ex.), toute expérience émotionnelle est destinée à être socialement partagée, le traitement médiatique des événements est en effet un lieu privilégié de l'inscription des émotions, voire d'une "*Stratégie de l'émotion*", comme le montre A.-C. Robert dans *le Monde diplomatique* (02-2016, p. 3). Or si cette stratégie se manifeste de façon évidente dans les images télévisées et les photos, l'inscription langagière de l'émotion dans la parole est actuellement l'objet d'un certain nombre de travaux, qui justifient d'intégrer cette catégorie dans les études de discours (BAIDER; CISLARU, 2014). Cette inscription, montrée ou suggérée, joue un rôle dans *les noms d'événements* (MOIRAND; REBOUL-TOURE, 2015), mais également dans *la construction discursive des événements*, dans *l'éclairage des objets de discours* et dans l'argumentation (MOIRAND, 2014, 2015): ainsi "*seule une mise en réseau de phénomènes discursifs comme la nomination, l'expression émotionnelle, la modalisation et la localisation spatio-temporelle est à même de rendre compte des phénomènes discursifs qui mettent en place les événements et contribuent à leur pérennisation*" (CISLARU, 2013, en ligne). Pour observer de plus près la place, l'impact et les formes langagières des peurs identitaires

dans la construction discursive des référents, tout en gardant en toile de fond la crise des migrants, on s'arrêtera sur de "petits *corpus*» constitués d'instantanés discursifs particuliers.

3.1 L'altérité comme source et cause des peurs "représentées"

Une réflexion sur "la peur" découle du sens que lui donnent les dictionnaires d'usage: "un phénomène psychologique qui accompagne la prise de conscience d'un danger réel ou imaginé" pour le *Petit Robert* (2012). Mais si on peut "avoir peur", on peut aussi "faire peur": c'est ce qui s'inscrit au fil du traitement de la crise des migrants.

On rencontre dans les textes de presse (et les bandeaux qui défilent sur les écrans des chaînes d'information) des verbes, des substantifs, des dérivés adjectivaux, qui entrent dans le paradigme des mots qui "disent" la peur: *affoler, alarmer, craindre/crainte, effroi, terreur/terroriser...*, avec à chaque fois cette double orientation de la peur (*terroriser: semer la terreur/être terrorisée*), y compris dans des expressions familières (*avoir la panique/semer la panique*). Or dans la peur, il y a souvent quelque chose d'irraisonné, d'où un conflit latent entre la raison et l'émotion, dont parlait Sartre (1938), que reprend à sa manière le pré-titre de l'article cité *supra* du *Monde diplomatique* (*Frémir plutôt que réfléchir*), et qui surgit ici lorsque la peur croise l'inscription identitaire de l'autre.

Un premier *corpus*, saisi "au vol" des informations matinales des chaînes d'information en continu m'avait mise sur la piste des associations entre "peur", "migrants" et "identité" avant les attentats de novembre 2015: peur de la mixité sociale (à propos des collègues "ghettos"), peur des échauffourées entre migrants à Calais, peur des migrants qui transporteraient des maladies (il faut éradiquer "toute immigration bactérienne", dit une leader du Front national...). Mais, après les attentats de Paris, lors des élections régionales fin 2015, on "agite les peurs" autour de la notion d'identité: un candidat probable à l'élection présidentielle parle d'"identité heureuse", un autre lui répond lors d'une meeting "*il n'y a pas d'identité heureuse dans une société multiculturelle*" (25-11-2015) tandis qu'un éditorialiste à la radio parle d'"angoisse identitaire" (14-12-2015). La peur peut même devenir un argument, et servir à justifier certaines décisions lorsqu'elle l'emporte sur la raison: Les migrants de Calais sont interdits de piscine... "*parce qu'ils faisaient peur aux adhérents*".

Cela conduit à constituer un *corpus* d’instantanés discursifs particuliers autour du mot “migrant” et des formes actualisant la notion d’identité, lorsqu’elles sont associées, au fil du discours, ou à travers la page ou l’écran, à des formes d’expression de la “peur”, d’abord dans des textes d’information, puis dans des textes de commentaire, parfois écrits par des spécialistes de sciences humaines.

3.2 Le rejet de l’autre: l’épisode corse des 24-25 décembre 2015

Le soir du jeudi 24 décembre, en Corse, île française en Méditerranée, des pompiers interviennent pour éteindre un feu, allumé au milieu d’une cité populaire dans la banlieue d’Ajaccio, ville principale du département, et autour duquel sont rassemblés “une cinquantaine d’individus”. Lorsqu’ils repartent, ils sont attaqués par “un second groupe d’une vingtaine de personnes cagoulées et armées de pierres et de barres de fer”. Deux pompiers et un policier sont blessés. Le 25 décembre, une manifestation de soutien aux pompiers (très populaires dans une région où les incendies de forêt sont fréquents) est décidée: 600 personnes se dirigent vers la cité. Certains détruisent une salle de prière musulmane, jettent à terre des corans, et s’en prennent à un restaurant de kebabs (informations du *Journal du Dimanche*, 27-12-2015).

Des propos, tournant en boucle depuis la veille sur les réseaux sociaux, et rapportés sur les chaînes françaises et dans la presse, sont le véhicule d’un **clivage identitaire**, “proclamé” dans des formes langagières associées à *la personne* et au territoire, *l’espace* étant, avec *le temps* (voir ci-après), un des lieux investis par l’identité (LAMIZET dans RICHARD; HAILON; GUELLIL, 2015, p. 28-29):

“**Ici**, on est **chez nous**”

“Arabi fora” / “Les arabes **dehors**”

“Il faut **les** tuer”

vs

“**Sales Corses**, **dégagez** du quartier”

“**Dégagez de là**, sales Corses”

Le clivage distingue ici deux catégories d’habitants, une population française “corse” de longue date et une population issue d’Afrique du Nord, constituée plutôt d’anciens immigrants, qui vivent dans un quartier marqué par le chômage et la pauvreté: “*cela fait quarante*

ans que l'on vit ici et nous n'avons de problème avec personne", assure le responsable du culte musulman en Corse (dans *Le Journal du Dimanche*, *ibidem*).

Les propos rapportés dans la presse des autorités corses, d'une sociologue, auteure d'une thèse sur le racisme en Corse, d'une ancienne enseignante de ce quartier et d'autres locuteurs montrent que les tensions se sont exacerbées après les attentats de Paris:

– "[...] cela fait des mois que la tension monte d'une manière sourde, que j'alerte **sur les discours de plus en plus islamophobes que j'entends.**"

"Après le 13 novembre, il suffisait d'une étincelle", résume le maire qui pointe des groupuscules d'extrême droite **attisant la tension sur les réseaux sociaux.**

[*Le Journal du Dimanche*, 27-12-2015]

– Les attentats de janvier et de novembre à Paris sont passés par là. **Logique de territoire contre affichage ethnique: "Ici, on est chez nous"** déchaîne les réseaux sociaux, chamboule les esprits, provoque des réactions politiques nationales.

– Comment interprétez-vous les **"on est chez nous"** scandés par la foule des manifestants?

En 2004-2005, il y avait déjà eu des tensions avec **la communauté maghrébine** à Bastia et on entendait déjà ces slogans. Je les avais ressentis comme un refus du phénomène des banlieues et des violences urbaines, **"On ne veut pas de ça chez nous"**. C'est un peu pareil aujourd'hui...

[*Le Parisien*, 29-12-2015, interview de M. Perreti-Ndiaye]

– Corse: aux origines **du racisme** [la Une]

Les violences qui secouent l'île depuis jeudi ont été déclenchées par l'agression inédite de pompiers mais aussi par **l'islamophobie...**

– "*La vie du quartier est devenue **plus tendue au fil des ans. Des femmes voilées de la tête aux pieds, des hommes en jellaba, cela alimente le sentiment diffus de division de la société insulaire, et crée une angoisse***", témoigne une ancienne enseignante.

– En Corse comme ailleurs, l’actualité de 2015 a exacerbé les tensions au sein de la population. **Non-musulmans contre musulmans**, ces derniers endossant le costume de **boucs émissaires** devant le risque d’une prétendue “*islamisation*” de l’île.

– Une délégation de jeunes gens, autoproclamés défenseurs des “*racines chrétiennes de la Corse*”, tendance extrême droite [...]: “*Ici, nous sommes en terre chrétienne, nous n’avons rien contre les musulmans, mais ils n’ont qu’à prier chez eux*”

[Libération, 28-12-2015]

Derrière les désignations de personne et de territoire (“nous vs eux”, “ici vs chez eux”), une *inégalité de type ethno-raciste* (SAFI, 2013) semble s’inscrire dans les slogans et les commentaires, cette inégalité reposant partiellement sur la peur d’une religion autre, comme on a pu l’entrevoir dans les propos cités de citoyens de l’Europe de l’Est (en 2. *supra*), et qu’on retrouve ici dans un département français, qui, comme toutes les îles méditerranéennes, a été un lieu d’émigration et d’immigration, depuis longtemps. Ce qu’on retient de ce “petit *corpus*”, c’est ce refus de l’altérité, relié ici à une identité autre, mais également à une religion... qui fait peur. Pourtant, si la conscience de l’identité passe par le “ressenti” d’une altérité, elle ne s’oppose pas à l’égalité telle que l’avait conçue la Déclaration de l’homme et du citoyen, une égalité qui ne tenait pas compte des différences de race, de religion, d’ethnie (en 1.2. *supra*).

3.3 Le soir du Nouvel An en Allemagne

Le 31 décembre 2015, des dizaines de femmes sont “agressées” par des hommes près de la gare de Cologne:

SCANDALE. Des dizaines de femmes **disent avoir été agressées** le soir du Nouvel An à Cologne par **plusieurs groupes d’hommes organisés**. **Les réfugiés sont pointés du doigt.**

[Le Parisien, 6-1-2016]

Harcèlement du nouvel an: l’**émoi** allemand

Après les agressions sexuelles, la nuit du réveillon de Cologne, imputées à **des hommes présentés comme des maghrébins**, le **débat sur les réfugiés s’envenime.**

[*Libération*, 7-1-2016]

Après Cologne, **Merkel durcit le ton sur les réfugiés**
Selon des témoignages de policiers, **des demandeurs d'asile auraient participé** à des agressions de femmes.

[*Le Monde*, 9-1-2016]

Mais ce qui frappe dans les récits des médias, c'est l'approximation des "assignations identitaires" (DEVRIENDT 2012) dans les propos, rapportés et traduits, qui tentent d'identifier les agresseurs:

un millier d'hommes... "**en provenance du monde arabe et d'Afrique du Nord**"
apparemment... des personnes **d'origine étrangère**
des hommes **présentés comme des maghrébins**
de très jeunes hommes **d'allure moyen-orientale**
les agresseurs, âgés de 15 à 35 ans **et d'apparence maghrébine**,
une ou plusieurs **bandes de petits criminels maghrébins**
installés de longue date en Allemagne
des hommes "**issus de l'immigration**"
des groupes d'hommes **ivres**, "**d'apparence arabe ou maghrébine**"

Ainsi les assignations Déterminant + Nom + [d'origine] X forment *un paradigme de désignations* des agresseurs, caractérisés par une "apparence" ou une "allure", et, semble-t-il, "ivres" ou "drogués", désignations qui sont associées, au fil du discours, à des formes d'inscription de la peur:

– A sa descente du train régional, à la gare centrale de Cologne, Anna, 27 ans **prend peur**: "*La place était pleine, presque que des hommes, quelques femmes terrorisées, que tous dévisageaient...*"

– Une femme de 60 ans **raconte "avoir paniqué"** lorsqu'elle s'est retrouvée "*encerclée par de très jeunes hommes d'allure moyen-orientale*", cherchant à lui toucher les seins ou à lui mettre la main dans le pantalon. **Sous le coup de la peur**, elle n'a pas remarqué la disparition de son porte-monnaie.

[*Libération*, 7-1-2016]

L'événement est alors rapporté à la crise des migrants par la police, les différentes autorités du pays, les médias allemands, et finalement embrase le monde politico-médiatique, même si les agresseurs ne sont pas des migrants de 2015:

L'affaire est politiquement très sensible car elle intervient dans le contexte très tendu de la **“crise des migrants” dont profitent les mouvements populistes.**

[*Le Parisien*, 6-1-2016]

Après les agressions sexuelles, la nuit du réveillon à Cologne, imputés à des hommes présentés comme **des maghrébins**, **le débat sur les réfugiés s'envenime.**

La police ne croit pas que les agressions de la Saint-Sylvestre soient le fait de **demandeurs d'emploi** mais plutôt d'une ou plusieurs **bandes de petits criminels maghrébins installés de longue date en Allemagne**

[*Libération*, 7-1-2016]

Selon ce document [rapport sur l'intervention des forces de l'ordre], qu'ont pu se procurer *Bild* et *le Spiegel Online*, la place de la gare s'est transformée en **un lieu de violence et de peur.**

[*Le Monde* 9-1-2015]

Lors de la manifestation **contre le sexisme et le racisme**, à Cologne, samedi [...]

Près de la gare, **1700 manifestants d'extrême droite**, dont plusieurs centaines de hooligans connus des forces de l'ordre, tentent ce samedi **de récupérer l'émoi [...]** répondant à l'appel de Pediga, **ce mouvement anti-islam** qui avait connu son heure de gloire voici un an en mobilisant jusqu'à 15000 personnes **“contre l'islamisation de l'Occident”** à Dresde, en ex-RDA.

[*Libération* 11-1-2016]

Allemagne: **paranoïa croissante au sujet des migrants**

– A Bomheim... les autorités locales ont décidé la fermeture temporaire de la piscine **aux hommes réfugiés de plus de 18 ans...**

– A Fribourg, ville étudiante réputée pour sa tolérance et fief des écologistes, **les immigrés se plaignent de ne plus pouvoir mettre les pieds dans les discothèques.**

[*Libération* 27-1-2015]

Ce *corpus* permet de repérer les amalgames entre réfugiés (migrants actuels) et maghrébins (déjà là), de faire avancer l'étude des associations entre "peur" et "identité", qui surgissent tout au long de la crise des migrants, et qui deviennent des enjeux politiques dans une Europe où les partis de droite (pas seulement les partis populistes) s'appuient sur *la peur identitaire* d'une religion qui, loin d'être majoritaire, devient plus angoissante que la peur du chômage et de l'exclusion sociale, facteurs principaux d'une *inégalité sociale* dont sont souvent victimes les jeunes, et davantage encore les jeunes "issus de l'immigration".

L'analyse de ces représentations, dans les propos rapportés des citoyens ordinaires comme dans ceux des hommes ou des femmes ayant des responsabilités dans les institutions démocratiques, permet de faire avancer la réflexion sur l'(in)égalité "prise au piège" d'une identité culturelle, voire d'une religion.

3.4 La peur identitaire au prisme des représentations

La peur circule également du côté des migrants réfugiés, comme le montrent les récits recueillis dans les quotidiens français, où l'on "traduit" leurs propos:

Comme la grande majorité des réfugiés du camp, Rachad (27 ans) et Yara (21 ans), **jeunes mariés syriens**, veulent aller en Allemagne. "***J'ai juste peur qu'avec les attentats horribles à Paris, plus personne ne veuille de nous, avoue, inquiète, Yara. Savent-ils que c'est pour fuir cette terreur que nous partons?***"

[Libération, reportage sur l'île de Leros, 19-11-2015]

En Autriche, **la fin du chemin vers l'asile européen** [pour une famille que les journalistes ont retrouvée, **six mois après** les avoir rencontrés sur l'île de Kos].

L'intégration... leur grand défi. **Les efforts sont incessants**, se cachent dans les détails. Dans cette réserve que l'on doit avoir pour rire en public. Dans ces incompréhensions liées à la langue. Dans **ce voile** auquel Baraa n'envisage pas de renoncer, mais **qui, elle le sent, heurte beaucoup d'Autrichiens**.

Hane fait partie des 200 réfugiés qui sont allés manifester leur soutien à Paris devant l'Ambassade française à Vienne, après les attentats du 13 novembre,

mais **il redoute que** ces attaques changent tout pour eux. “**L’image de l’Arabe fait peur** maintenant”, s’inquiète-t-il.

[Le Monde 10-1-2016]

Dans cette exploration des genres du reportage, ce sont les mots associés à l’identité, qui me conduisent à penser que la peur qui les sous-tend, c’est “**la peur de perdre son identité**”. Or la perte d’identité est certainement bien plus grande pour le migrant qui tente de s’intégrer dans un nouveau pays et qui a quitté son environnement d’origine que pour les habitants déjà-là des pays d’accueil. Pourtant les réactions de rejet sont souvent présentes, en particulier envers des migrants que l’on pense “islamiques” ou “arabes”, ces deux caractérisations étant généralement confondues. Cette association, qui déclenche la peur, repose sur un certain nombre d’ignorances, mises au jour par L.-J. Calvet, sociolinguiste:

MUSULMAN MAGHRÉBIN ARABE

On considère généralement en France ces trois termes comme complémentaires, voire synonymes. Dans l’inconscient collectif en effet le Maghreb (ou Afrique du Nord) est peuplé d’Arabes musulmans. Mais les choses sont plus complexes. Le *Maghreb* (le Couchant) est une notion géographique qui, s’opposant au *Machrek* (le Levant), distingue entre l’ouest et l’est de ce qu’on appelle les pays arabo-musulmans. Un maghrébin peut donc venir de Libye, de Tunisie, d’Algérie, du Maroc ou de Mauritanie. Mais **tous les habitants des pays arabo-musulmans ne sont pas arabes**: une bonne partie de la population du Maghreb est berbère (ou kabyle ou amazigh). **Et tous ne sont pas musulmans**: on trouve au Maghreb comme au Machrek des juifs, des chrétiens voire des athées. En outre, **tous les musulmans ne sont pas arabes**: en tenant compte des musulmans turcs, iraniens, afghans, pakistanais, indonésiens, etc., on voit que les Arabes sont minoritaires dans l’ensemble des musulmans. Donc un Maghrébin n’est pas nécessairement un arabe, un Arabe n’est pas nécessairement un musulman, et un musulman n’est pas nécessairement maghrébin. (CALVET. In *Télérama Horizons*, n. 4, 2011, p. 16)

Mais certains partis politiques et certains médias entretiennent ces ignorances, comme le dénonce déjà en 2011 l'éditorial de ce numéro spécial intitulé *Sale Temps pour les étrangers*, dans une Europe

érigeant **des murs anti-migratoires** aux portes de l'Union européenne, **stigmatisant comme des ennemis intérieurs** ici les Roms, là les Turcs, les Africains, les Maghrébins, enfin, pour tout dire, les musulmans. [...]

En France, l'existence, même éphémère, d'un ministère qui associait la gestion de l'immigration à un enjeu d'identité nationale [aura] surtout servi à [...] enfoncer dans les têtes cette (fausse) évidence: il y a un problème avec les étrangers, un problème avec l'intégration, avec l'islam, avec tous ces réfugiés à nos frontières...

(POITEVIN, éditorial, *ibidem*, p. 3)

Le voile, les prières, le jeûne, la viande hallal, les mosquées, récemment "la mode islamique", tout est prétexte à polémique... davantage qu'à une information qui donnerait un sens aux pratiques des autres, et qui relativiserait leur pouvoir "identitaire" au lieu d'"attiser les peurs" au travers d'images stéréotypées.

Chiffres à l'appui, une étude, réalisée en 2007 et 2009 dans cinq quotidiens français (GUILANI-SEGUIN dans HAILON; RICHARD; SANDRÉ, 2012, p. 143), selon une méthode empruntant à la linguistique de *corpus* (*corpus driven*) et à la théorie des prototypes sémantiques, montre que parmi les lemmes retenus renvoyant aux trois religions monothéistes présentes en France, c'est de loin la religion musulmane la plus représentée, avec une pointe en 2007 qui correspond à la campagne présidentielle; et parmi les mots formés sur la racine "islam", le mot "islamiste" au pluriel (qui désigne la tendance la plus radicale) arrive en seconde position, suivi par "islamo-conservateur" et "islamophobie".

Lorsqu'on observe les données du *corpus* sur la crise de migrants (2015-2016), on a l'intuition que cette représentation de la religion musulmane a encore progressé dans les médias, de même que les images qui "font peur": les assignations identitaires, la femme voilée, la djellaba, les prières, et les nombreux enfants, qui ne déclenchent de "la compassion" que lorsqu'ils sont morts noyés, et non lorsqu'ils pataugent dans le froid, parqués derrière une frontière, dans un camp de rétention ou dans ce qu'on appelle "la jungle" à Calais. Ces stéréotypes

sont tellement présents dans les médias et les réseaux sociaux que lors d’une “expérience” où je m’employais à montrer à des sujets divers des photos de presse et d’images télévisées représentant “les vagues” de migrants marchant à travers l’Europe ou coincés à une frontière, ceux-ci ne “voyaient” que des femmes voilées, donc musulmanes, alors que certaines n’avaient rien sur la tête, d’autres un simple foulard. Ainsi l’assignation identitaire telle qu’elle est “dite” et “visualisée” au fil des reportages devient un vecteur d’inégalité, stigmatisant une population (ici les réfugiés) au nom des représentations prototypiques d’une religion présumée.

C’est l’égalité citoyenne, mais également le droit d’asile, inscrits dans la Déclaration universelle des droits humains (en 1. *supra*) qui semble pris au piège de la discrimination identitaire, en particulier lorsqu’on parle de “migrants de deuxième ou troisième génération” à propos d’habitants qui sont Français, puisque nés en France (régie par le droit du sol) et dont les parents, voir les grands-parents, sont devenus Français. On le dit d’ailleurs davantage des descendants d’immigrants d’Afrique du Nord, et non de ceux dont les parents ou grands-parents sont venus de pays européens.

Présente “en douce” dans un interdiscours, qui jusqu’ici ne se montrait pas, ou peu, dans les médias, la question de *l’identité* dans ses relations avec *l’(in)égalité* a surgi brutalement lors de la sélection des joueurs de l’équipe de France pour l’Euro 2016, lorsque Karim Benzema, footballeur international non sélectionné et Français “d’origine algérienne” aurait lui-même déclaré que le sélectionneur “*a cédé à la pression d’une partie raciste de la France*”. Cette accusation a vite envahi les médias et les réseaux sociaux, associant cette fois explicitement “l’inégalité” aux mots “discrimination”, “stigmatisation”, “exclusion”, ainsi qu’à **la race** et à **l’ethnie**, jusque dans les titres de la presse quotidienne, et en particulier dans les genres du commentaire (analyse, éditorial, chronique), regroupés parfois dans des pages “débats” et confiés à des historiens, des sociologues ou des ethnologues: “*Par la mise en exergue des origines des footballeurs en vue, les leaders d’opinion et entrepreneurs d’ethnicité entérinent l’idée que les inégalités sociales ont davantage à voir avec la discrimination ethnique qu’avec la domination économique*” (le Monde, 3-06-2016). La presse quotidienne publie alors des analyses dont certaines associent *les inégalités* non pas aux *classes sociales*, mais à une **fracture ethnique**, qui remet en cause *la tradition*

républicaine des luttes sociales fondée sur des différences de classe. Pourtant, les exclus “européens” de l’économie libérale, les exclus que génèrent “les fractures territoriales”, constituent bien “une classe”, qui ressent dans les aides données aux demandeurs d’asile une *différence* de traitement à leur égard, dans laquelle s’engouffrent des idées populistes (de droite).

Pour conclure...

Avec ce micro-événement, la presse généraliste met au jour le malaise que l’on ressent en France face à l’identité dite “française” et/ou “culturelle”, comme la caractérise un ancien Président dans la pré-campagne de la prochaine élection présidentielle, ce qui sous-entend qu’il y aurait une culture qui serait “nationale” (pour ne pas dire nationaliste) et donc un certain refus des cultures autres, y compris celles de Français qui le sont devenus par choix ou par celui de leurs ancêtres.

Mais l’identité française est historiquement une identité républicaine, celle d’une République une et indivisible, qui perdure depuis la Révolution, et qui pour cela s’appuie sur un principe de laïcité pour lequel la religion est une affaire privée, ce qui constitue encore une exception, même dans les démocraties occidentales. De plus les relations que l’on a en France avec la religion musulmane sont complexes, et par seulement “identitaires”, parce qu’elles s’enracinent dans le passé colonial de la France, dans le rôle que la France a joué au Moyen Orient et en Afrique, ainsi que dans l’histoire des pays colonisés, histoire souvent ignorée, en tout cas mal connue, y compris des “élites”, des hommes politiques et des journalistes non spécialisés des deux côtés de la Méditerranée. Cela brouille considérablement les représentations que l’on a des migrants venant de ces pays, et par suite les représentations qu’on en donne dans les médias, d’autant que “*la mémoire collective transnationale*” des migrations (y compris celles des Européens vers d’autres continents) ne paraît pas retenir l’attention des mondes médiatiques et politiques.

Faire prendre conscience du rôle que le discours joue sur la façon de catégoriser et sur *les assignations identitaires* dont on use et on abuse, ainsi que sur les peurs qu’on y associe, dans le monde politique, les médias et les réseaux sociaux, jusqu’à en faire une marque d’inégalité, voire d’exclusion, relève donc d’une éthique langagière (PORQUIER;

MOIRAND, 2008; PAVEAU, 2013, 2015), qui a du mal à trouver sa place dans le monde politico-médiatique (mais qu'on entrevoit lorsqu'on s'interroge sur la façon de nommer, de généraliser et d'argumenter – MOIRAND 2015), et qui mériterait d'être intégrée aux formations de journalistes et de sciences politiques, et de manière générale à une réflexion sur le discours, à l'école, à l'université et dans "les grandes écoles".

Cette exigence langagière, qui pourrait faire partie d'une "exigence républicaine", ne doit pas cependant oublier qu'il y a, en France actuellement, des populations "démunies", "vulnérables", "exclues", pour lesquelles l'explication sociologique en termes de classes sociales a toujours sa raison d'être (y compris pour certains migrants, anciens ou nouveaux, qu'on ne peut confondre avec les cadres et financiers, européens ou autres, qui vivent en France pour des raisons professionnelles). Or n'est-ce pas la forme de certaines campagnes présidentielles françaises centrées davantage sur l'association entre diversité et identité nationale que sur les inégalités sociales (DEVRIENDT, 2012, p. 171-172), qui contribue à effacer la "lutte des classes" et la notion même de "classes sociales" au profit d'un consensus néolibéral "mou" qui laisse le monde politico-médiatique "agiter les peurs", et renforce ainsi à la fois "la peur qu'on a des migrants" et "la peur qu'ils font"?

Références

ANGENOT, M. *El discurso social*. Los límites históricos de lo pensable y lo decible. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

BAIDER, F.; CISLARU, G. (Coord.). *Linguistic Approaches to Emotions in Context*. Amsterdam: John Benjamins, 2014.

BONNAFOUS, S. *L'immigration prise aux mots*. Les immigrés dans la presse au tournant des années 80. Paris: Kimé, 1991.

CISLARU, G. Pratiques langagières de l'"événementialisation": illustrations dans les discours médiatiques. *Mediazioni*, Les facettes de l'événement: des formes aux signes, Université de Bologne, n. 15, 2013. Disponible sur: <http://mediazioni.sitlec.unibo.it>. Accès le 17 nov. 2016.

DEVRIENDT, É. 'Diversité' et consensus dans le discours social sur 'l'identité nationale'. Analyse dans la presse quotidienne française (2007-2010). In: HAILON, F. *et al.*, 2012, p. 159-174.

DEVRIENDT, É. Désignation des ‘minorités’ et assignation identitaire dans le discours de la presse française (2007-2010): étude de [Dét N d’origine X]. *Congrès mondial de linguistique française*, 2012. Disponible sur: <http://www.ilf.cnrs.fr/spip.php?rubrique30>. Accès le 17 nov. 2016.

DUBET, F. (Coord.). *Inégalités et justice sociale*. Paris: La découverte, 2014.

FIALA, P. (Coord.). *In/égalité(s). Usages lexicaux et variations discursives (18^e-20^e siècles)*. Paris: L’Harmattan, 1999.

GARCIA, G. *La cause des “sans”. Sans-papiers, sans-logis, sans-emploi à l’épreuve des médias*. Rennes: Presses universitaires et Ina édition, 2012.

GARCIN-MARROU, I. Des ‘jeunes’ et des ‘banlieues’ dans la presse de l’automne 2005: entre compréhension et relégation. *Espaces et sociétés*, n. 128-129, p. 23-37, 2007. Disponible sur <http://www.cairn.info/revue-espaces-et-societes-2007-1.htm>. Accès le 17 nov. 2016.

GUILHAUMOU, J. *La parole des sans. Les mouvements actuels à l’épreuve de la Révolution française*. Lyon: ENS éditions, 1998.

GUILLUY, C. *Fractures françaises*. Paris: Flammarion, 2013.

HAILON, F.; RICHARD, A.; SANDRÉ, M. (Coord.). Le discours politique identitaire. *Le discours et la langue*, v. 3.1., 2012.

HEKMAT, I. Argumentation de la colère face aux “caricatures de Mahomet” et constructions identitaires. In: MICHELI, R. *et al.* (Coord.), 2013, p. 19-46.

KALIFA, D. *Les bas-fonds. Histoire d’un imaginaire*. Paris: Seuil, 2013.

LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (Coord.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015.

LEFÉBURE, P.; SÉCAIL, C. (Coord.). *Le défi Charlie. Les médias à l’épreuve des attentats*. Paris: Lemieux, 2016.

van LEEUWEN, T. Représenter les acteurs sociaux. *Semen* 27, 2009. En ligne sur revues.org.

LONGHI, J. (Coord.). Stabilité et instabilité dans la production du sens: la nomination en discours. *Langue française* 188. En ligne sur [Cairn.info](http:// Cairn.info).

MICHELI R.; HEKMAT, I.; RABATEL, A. (Coord.). Les émotions argumentées dans les médias. *Le discours et la langue*, v. 4.1, 2013.

MOIRAND S. Le dialogisme: de la réception du concept à son appropriation en analyse du discours. *Cahiers de praxématique*, Université de Montpellier, n. 57, p. 69-100, 2011. En ligne sur revues.org

MOIRAND S. L'événement saisi par la langue et la communication. *Cahiers de praxématique*, Université de Montpellier, n. 63, 2014. En ligne sur revues.org

MOIRAND S. Trois notions à l'épreuve de la dimension morale du discours. *Pratiques*, Université de Lorraine, n. 163-164, 2015. En ligne sur revues.org.

MOIRAND S. La construction de l'événement dans la presse entre sémantique discursive, hétérogénéités énonciatives et inscription de l'émotion, postface et bibliographie 2016. In traduction en espagnol des *Discours de la presse quotidienne*, Paris: PUF, 2007. Buenos Aires, à paraître.

MOIRAND, S.; PORQUIER, R. De l'éthique de la nomination à l'éthique de l'interprétation: autour du mot "otage" et de quelques autres. In: *Morales langagières. Autour de propositions de recherche de Bernard Gardin*, Publications des Universités de Rouen et du Havre, p. 139-153, 2008.

MOIRAND, S.; REBOUL-TOURE, S. Nommer les événements à l'épreuve des mots et de la construction du discours. *Langue française*, n. 188, p. 105-120, 2015.

NÉE, É. *L'Insécurité en campagne électorale*. Paris: Champion, 2012.

NÉE, É.; VENIARD, M. (2012). Analyse du discours à entrée lexicale (ADEL): le renouveau par la sémantique? *Langage & Société*, n. 140, p. 15-28.

PAVEAU, M.-A. *Langage et Morale*. Une éthique des vertus discursives. Limoges: Lambert-Lucas, 2013.

PAVEAU, M.-A. (Coord.). Question de morale. Éducation, discours, texte. *Pratiques*, n. 163-164, 2015. En ligne sur revues.org.

PÊCHEUX, M. Textes choisis et présentés dans Maldidier D. *L'inquiétude du discours*. Paris: Éditions des Cendres, 1990.

PEETERS, S. La couverture médiatique de la ‘crise des banlieues’: métaphores, représentations et l’apport indispensable du cotexte. *CORELA*, Cotexte, contexte, situation, 2012. En ligne sur revues.org

PORDEUS RIBEIRO, M. “Droite” et “Gauche” dans les discours d’un événement électoral. Une étude sémantique et contrastive des presses brésilienne et française. Les élections présidentielles de 2002 au Brésil et de 2007 en *France*. 2015. 498 p. Thèse de doctorat en cotutelle, Université Sorbonne nouvelle et Universidade de São Paulo.

RICHARD, A.; HAILON, F.; GUELLIL, N. (Coord.). *Le discours politique identitaire dans les médias*. Paris: l’Harmattan, 2015.

RIMÉ, B. *Le partage social des émotions*. Paris: PUF, 2005.

SAFI, M. *Les inégalités ethno-raciales*. Paris: La découverte, 2013.

SANGAR, É. From ‘Memory wars’ to shared identities: conceptualizing the transnationalisation of collective memory. *The Tocqueville Review/ La revue Tocqueville*, vol. XXXVI, n. 2, p. 65-93, 2015.

SARTRE, J.-P. *Esquisse d’une théorie de l’émotion. Psychologie, phénoménologie et psychologie phénoménologique de l’émotion*. Paris: Hermann, 1938.

SIBLOT, P. Une linguistique qui n’a plus peur du réel? *Cahiers de praxématique*, n. 15, p. 57-76, 1990. En ligne sur revues.org

VENIARD, M. *La nomination des événements dans la presse. Essai de sémantique discursive*. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté, 2013.

Narrativas de moradores de rua nas mídias sociais

Autobiographic narratives by homeless people in digital social media

Dylia Lysardo-Dias

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei, Minas Gerais,
Brasil

dyliald@gmail.com

Resumo: Este artigo pretende mostrar como os moradores de rua expõem sua trajetória de vida por meio das diferentes formas de expressão autobiográfica instauradas nas e pelas mídias sociais digitais. Discute-se o uso das novas tecnologias da web por moradores de rua, que, através das redes sociais, registram um modo de habitar o espaço social e se fazem visíveis na e para a sociedade que os marginaliza. Utiliza-se como aporte teórico-metodológico a Análise do Discurso de linha francesa na sua articulação com os Estudos Culturais no intuito de indicar como *sites*, *blogs* e páginas de Facebook, na diversidade de configuração multimodal que exploram, têm se revelado um espaço de manifestação de várias categorias de subalternos (SPIVAK, 2010), que, ao testemunharem sua forma de existência, reorganizam o vivido, oferecendo um entendimento das suas condições de existência. Foi realizado estudo exploratório de narrativas de moradores de rua, considerando-se como os eventos narrados participam de uma sequencialidade e temporalidade que caracterizam as textualidades autobiográficas. Concebidas como uma “reconstrução discursiva” (GUILHAUMOU, 2004), essas narrativas traduzem uma presença social e indicam movimentos de alteridade inerentes ao processo de biografização de si. Os resultados sinalizam a relação do testemunho individual com a história coletiva, pois ele participa da construção de uma memória plural. Cada narrativa classifica e, de alguma forma, situa

os acontecimentos axiologicamente dentro de uma dada causalidade e no interior de um circuito enunciativo, o qual coloca o sujeito que se autobiografa como personagem nuclear.

Palavras-chave: narrativas autobiográficas; moradores de rua; espaço digital.

Abstract: This paper shows how homeless people represent themselves when invited to tell their life trajectory using different autobiographic tools available in digital social media. We discuss the use of new web technologies by homeless people who, through social media, record a way to occupy the social space and make themselves visible to the society that excludes them. The methodological referential of the French concept of discourse analysis combined with Cultural Studies was used. We aimed at indicating how websites, blogs and Facebook pages have become a space to display categories of subalterns (SPIVAK, 2010) by exploring a diversity of multimodal settings. When these categories of subalterns report their way of existence, they reorganize life experiences and explain their conditions of existence. We report an exploratory study of narratives of homeless people taking into account how the narrated events fit in a sequential and temporal flow that characterizes autobiographical textualities. These narratives, conceived as “reconstruction of the discourse” (GUILHAUMOU, 2004), translate a social presence and indicate otherness movements inherent to the autobiographical process. The results indicate a relation between individual report and collective history, as the individual participates in the construction of a plural memory. Each narrative classifies and, in a certain way, axiologically places the happenings inside a given causality and in an enunciatory circuit that places the autobiographer as a central character.

Keywords: autobiographic narratives; homeless people; digital space.

Recebido em 04 de agosto de 2016.

Aprovado em 30 de agosto de 2016.

1 Considerações iniciais

Este trabalho tem por objetivo apresentar um estudo sobre o uso das novas tecnologias da web por moradores de rua, que, através das redes sociais, contam suas vidas, expõem a precariedade na qual vivem

e, de alguma forma, se tornam perceptíveis. Pelas circunstâncias em que vivem, ou melhor, sobrevivem, eles conhecem condições desfavoráveis no que se refere à alimentação, higiene pessoal e segurança, o que acaba por levar a uma degradação da saúde. Incapazes de superar tais condições e, conseqüentemente, de conseguirem uma reinserção na vida social, eles vão se isolando e se distanciando dos protocolos da vida coletiva. E nem sempre a aproximação com outros moradores igualmente em situação de rua se mostra duradoura e eficaz na criação de vínculos afetivos. Desse modo, os moradores de rua conhecem o isolamento e a vida à margem de uma vivência da cidadania. As possibilidades interacionais são escassas, assim como as de reinserção no mercado de trabalho.

Esses indivíduos, que vivem sem um abrigo fixo, oferecem o testemunho de uma experiência individual representativa da situação de exclusão que muitos outros vivenciam. Daí, a importância que cada narrativa de cunho autobiográfico difundida assume. Por meio delas, os moradores de rua elaboram um entendimento da sua trajetória, atestam um modo de vida gerado pelas desigualdades socioeconômicas do nosso tempo e descrevem os preconceitos e estigmas dos quais são vítimas em seu cotidiano, reivindicando um espaço no universo digital capaz de lhes garantir relativa visibilidade. Trata-se de uma relativa visibilidade, porque a presença nesse universo não produz automaticamente qualquer mobilização que altere a situação de precariedade, ainda que possa indicar um primeiro movimento.

Em uma abordagem discursiva, a qual considera que as práticas de linguagem são práticas sócio-históricas culturalmente situadas, propomos uma análise dos modos de articulação de um dizer autobiográfico de sujeitos que têm pouco espaço para se manifestar devido à situação de exclusão em que se encontram. Tal abordagem funda-se na compreensão de que as interações verbais mobilizam muito mais do que categorias linguísticas, pois essas interações representam modos de ser e de agir socialmente. Consideramos os múltiplos fatores que decorrem da presença dos moradores de rua no espaço digital, tanto do ponto de vista sociointeracional quanto político, postulando que ambos encontram-se inter-relacionados. Essa presença, enquanto ruptura de um certo imobilismo, delineia-se como uma iniciativa primeira de fazer circular o discurso de uma população específica: a população de rua. Essa expressão, igualmente usada por Walty (2005), parece adequada para fazer referência a um conjunto de pessoas que habitam um território

específico, a rua, um espaço público que compreende praças, esquinas, marquises e passeios de uso compartilhado por uma coletividade.

As ferramentas da Web 2.0, novo dispositivo sociocomunicacional, representam, para essa população, uma possibilidade de contato, já que tais ferramentas instauram novas modalidades de interação e permitem, efetivamente, que as vozes de diferentes sujeitos se façam presentes. Vozes de sujeitos que, de alguma forma, assumem a centralidade narrativa por meio de uma conectividade de forte valor simbólico. Nesse contexto, as novas tecnologias ganham força política por favorecer a expressão e a participação dos cidadãos que pleiteiam uma visibilidade perdida, a qual traduz o descaso do poder público. Essas tecnologias podem redefinir os modos de inserção social, assim como podem atenuar o sentimento de isolamento e funcionar como agente de uma memória culturalmente configurada. Postulamos que a Internet também impacta a dinâmica interacional de grupos sociais historicamente marginalizados por favorecer a presença de tais grupos que conseguem, ainda que minimamente, expressar-se e existir no âmbito das redes sociais. O Facebook e o Twitter podem oferecer um lugar de denúncia para aqueles que pouco acesso têm às mídias tradicionais, uma denúncia pautada na circulação da trajetória individual de vida autobiograficamente elaborada e capaz de comover o outro por substituir uma argumentação racionalmente construída pelo testemunho de uma trajetória de privações.

2 As novas tecnologias e o discurso digital

A expansão da vida digital tem levado os estudos da linguagem a se interessarem por esse fenômeno cultural que faz emergir discursividades outras a partir de práticas sociointeracionais, as quais vêm alterando os padrões de sociabilidade. A noção de hipertextualidade (cf. MARCUSCHI; XAVIER, 2005), já incorporada aos estudos linguísticos, tem permitido analisar tais práticas por contemplar um fenômeno que alterou as possibilidades de leitura e os modos de recepção dos discursos: a não linearidade do texto e sua disposição difusa. Esse movimento não sequencial de leitura, aspecto definidor do hipertexto, é uma particularidade dos gêneros discursivos digitais. Tanto o conteúdo quanto o percurso de leitura não são lineares. Isso significa que cada sujeito interpretante constrói uma cadeia de segmentos necessária para seu entendimento. Ou seja, essa linearidade compreende uma construção individualizada em meio a várias possíveis e pertinentes.

No universo digital, a não presença física dos sujeitos, o que lhes permite grande mobilidade, gera, como contrapartida, uma disponibilidade intensa, que é fruto da conexão ininterrupta e facilmente acessível. Trata-se de uma nova modalidade de interação marcada pela coparticipação dos sujeitos (todos produzem) e compartilhamento dos saberes (todos têm acesso às informações), o que resulta em uma descentralização da informação.

A conectividade e o elevado grau de interatividade, aspectos próprios da comunicação digital, produzem padrões enunciativos singulares, pois os sujeitos estão em situação de ubiquidade e não se encontram em um mesmo espaço. Essa conectividade e a relativa liberdade de expressão favorecem uma participação mais democrática, que pode influenciar o debate político por meio da universalização de acesso à informação disponível na internet (cf. CASILLI, 2010). Graças a essa conexão, todos se sentem próximos de todos e as mensagens são difundidas no tempo real em que são produzidas e circulam por redes que permitem o amplo compartilhamento.

Essas novas condições de produção afetam as relações autor-leitor e a produção dos sentidos, tendo em vista que o circuito polarizado emissor-receptor, já desestabilizado pelas mídias convencionais (que, dentro dos seus limites técnicos, têm buscado a presença do público a que se dirige já na instância de produção do seu conteúdo), torna-se pulverizado. O universo digital propiciou uma expansão das interações na sua forma e no seu fluxo, e as tecnologias que a partir dela se desenvolveram potencializaram a instantaneidade das trocas comunicativas e expandiram os modos de se relacionar.

O Facebook, *site* e serviço de rede social lançado em fevereiro de 2004, permite o compartilhamento de mensagens sem que as pessoas partilhem o mesmo espaço físico. Já o Twitter, criado por Jack Dorsey em 2006, é um *microblogging*, que permite o envio instantâneo de mensagens e instaura uma temporalidade na qual a produção e a recepção da mensagem se fazem de modo imediato sem que os sujeitos estejam partilhando o mesmo espaço físico. Ambos, juntamente com outras redes sociais de contato, não apenas aproximam as pessoas, mas instauram um espaço de partilha e de troca de informações; um espaço plural em termos de modalidades sociointerativas, inovador no que se refere aos modos de expressão e variado quanto às ações possíveis.

As novas materialidades mobilizadas por essas práticas sociocomunicativas apresentam uma composição plurissemiótica, cuja análise demanda uma abordagem integradora compatível com a diversidade de elementos que as compõe. Tais elementos guardam entre si uma relação de interdependência na configuração e produção de sentidos sem que um seja mais significativo do que outro.

Todas essas especificidades justificam o surgimento de uma análise discursiva interessada no universo digital, cujo estudo no domínio das ciências da linguagem acentua a importância de tratar as práticas de linguagem na globalidade de sua emergência (cf. LYSARDO-DIAS, 2001) sob pena de reduzi-las à sua dimensão meramente formal. Seja qual for a vertente de Análise do Discurso (AD, doravante) e o objeto de estudo, a atividade verbal compreende a articulação entre os vários aspectos que ela mobiliza. Isso porque a ação verbal não existe fora do conjunto das circunstâncias da qual ela faz parte e com as quais ela mantém uma relação de intercondicionamento recíproco. As análises discursivas das redes sociais podem imprimir outro vigor para a AD, área que nasceu sob o signo da interdisciplinaridade e que se desenvolveu graças a constantes desafios impostos pelos novos *corpora* com os quais se deparou. Discursos político, midiático, literário, religioso, pedagógico, acadêmico, científico, jurídico e agora o discurso digital, e tantos outros, estão se sucedendo e se articulando como objeto de estudo, o que tem levado a AD a redimensionar seus quadros teórico-metodológicos e avançar nas suas formulações para acompanhar o surgimento de novas discursividades que impõem outros protocolos retórico-comunicacionais.

Esses quadros desenvolveram-se efetivamente quando tratados dentro de uma visão crítica e sensível aos outros domínios do saber. Na ausência desse posicionamento reflexivo, alguns aportes conceituais acabaram sacralizados e tiveram enfraquecidas a validade epistemológica e a contribuição que representariam para o desenvolvimento dos estudos da linguagem. Tais aportes, como qualquer formulação teórica em qualquer área do conhecimento, existem a partir de uma relação de continuidade ou de ruptura com o que lhes precede, pois são historicamente situados. Por isso, a necessidade de tomá-los como um “elo na cadeia” das teorias linguístico-discursivas e em constante diálogo com problemáticas de diferentes ordens.

A produtividade da AD deve-se à capacidade dos analistas do discurso de encaminharem suas análises em direção a novos desejos,

sejam eles conceituais ou analíticos. Esse dinamismo parece-nos essencial para fortalecer a AD muito mais como uma perspectiva macrocontextualista do que como uma disciplina (termo que remete a um ordenamento rígido e, em última instância, a certos dogmas), para que ela possa, na sua diversidade, efetivamente, produzir novos e relevantes conhecimentos para as ciências da linguagem e para as ciências em geral. Mesmo que esse dinamismo possa gerar certa resistência provocada pela (inevitável e saudável) instabilidade que o novo traz, ele é fruto do modo problematizador como interrogamos nossos objetos e nos obriga a revisitar posicionamentos e crenças internalizados.

Como qualquer forma de conhecimento, a AD é tributária do seu tempo e diz muito sobre uma forma de pensar a linguagem: como uma prática cultural. Inserida em uma tradição científica não muito antiga de tratar o objeto de estudo na sua relação com todo o sistema histórico-cultural do qual faz parte, ela foi configurando-se, a nosso ver, como um paradigma teórico-metodológico que trata a linguagem na inscrição de seus vários aspectos constitutivos, sejam eles de ordem social, política, comunicativa, inter-relacional ou material.

A diversidade de teorias de discurso sugere que não há uma só forma de compreensão da linguagem, mas diferentes modos de apreensão que fazem sentido quando correspondem à complexidade do processo de produção de sentido(s). Para usar os termos de Santos (2006, p.143), é uma diversidade também “ontológica, traduzindo-se em múltiplas concepções do ser e estar no mundo”. Portanto, cada proposta teórica representa uma expansão ao desenvolver uma inteligibilidade específica para a atividade verbal, atestando sua natureza multifacetada.

Paveau (2012), ao caracterizar o que seria uma *análise do discurso digital*, defende uma visão mais ampla das produções textuais-discursivas, na qual a indicação das fronteiras entre os diversos componentes deixe de ser um objetivo em favor de uma análise centrada na articulação desses componentes. Nenhum aspecto seria visto como mais importante ou determinante em relação aos demais, pois ela propõe uma “linguística simétrica” (cf. PAVEAU, 2010), na qual os elementos linguísticos e não linguísticos participam igualmente na configuração dos sentidos. Supera-se a tradicional separação entre a linguagem e o que seria exterior a ela para priorizar a conjunção de fatores de diferentes ordens. Consequentemente, rejeita-se a ideia de oposição entre o interno e o externo como se se tratassem de polos que se excluem.

De forma ainda mais evidente, o contexto impõe-se como constitutivo do sentido em todos os seus aspectos (sociais, culturais, materiais etc.); logo, como um elemento dinâmico, em constante processo de co-construção (cf. KERBRAT-ORECCHIONI, 1990). O postulado maior é não perder de vista a globalidade (cf. LYSARDO-DIAS, 2001) da atividade discursiva, o que inclui, no caso das produções digitais, a composição plural das mensagens e a reconfiguração da cena enunciativa. A AD, ao inserir a ideologia como parâmetro de análise da atividade verbal, substitui o foco na análise linguística por um estudo que integre os diferentes elementos dessa atividade.

Portanto, a natureza plural da comunicação digital ratifica e fortalece a importância dessa visão contextualista e pode contribuir para ampliar o alcance das teorias do discurso que são desafiadas por uma textualidade tecnologizada e multimodal.

3 Autobiografia e expressão de si

Contar a própria vida inclui um movimento de reconfiguração de experiências vividas que vão além de uma enumeração de acontecimentos pessoais e coletivos. O narrador-personagem vai expondo fatos que tecem, ao longo da narrativa, um percurso existencial e delineiam uma imagem de si a partir das fatalidades e das representações que mobiliza, conscientemente ou não. Ele impõe sua voz e abre espaço para que outras vozes sejam entendidas: a das instituições, a dos valores e a das crenças. Conjuntamente, elas vão conferindo uma coesão aos seus grupos de pertencimento desse narrador, coesão nem sempre capaz de silenciar o embate entre ideologias diversas.

Qualquer um que conta sua vida retextualiza os processos de encenação narrativa, que produzem uma textualidade na qual o sujeito articula inscrições temporal e espacial ao seu ponto de vista sobre o experienciado. Essa textualidade imprime uma coerência a uma vida já vivida e pode oferecer, juntamente com o encadeamento dos fatos que constrói, uma explicação para as angústias da existência e uma inspiração para o enfrentamento das dificuldades da vida cotidiana. Por isso, narrar a vida é atribuir-lhe um sentido e expor um pouco da complexa condição inerente ao ser humano do qual aquela vida é (apenas) um exemplo.

O posicionamento retrospectivo que funda o gesto autobiográfico faz apelo a uma memória que busca no passado vestígios daquilo que

foi retido como vivenciado; passado e presente são postos em contato, sugerindo, de uma maneira mais ou menos subentendida, um futuro por essa relação projetado. Assim, o tempo assume um papel de evidente importância, pois o que é lembrado é atualizado e, conseqüentemente, reativado em termos de relevância para aquele percurso de vida. Esse funcionamento que encerra, ao mesmo tempo, uma forma de cognição social, uma modalidade de gênero discursivo e uma prática social (cf. OCHS, 2014) justifica e motiva os estudos das histórias de vida sob diferentes aspectos e perspectivas, que se completam e que indicam um entendimento da diversidade das expressões autobiográficas.

Os textos autobiográficos destacam-se pela discursividade narrativa de natureza autocentrada e autorrepresentativa, já que o enunciador se exprime em primeira pessoa ao dar a conhecer o seu passado. O pacto autobiográfico, definido por Philippe Lejeune (1975) como um princípio de identidade autor-narrador-personagem, atesta a centralidade do fator enunciativo. Para Lejeune (1975), a autobiografia caracteriza-se, ainda, por uma certa forma de linguagem, a narrativa; por um tema específico, a vida do indivíduo; e por uma postura do narrador, a posição retrospectiva em relação à narrativa. Portanto, é na confluência e articulação de diferentes elementos que esse dizer materializa-se como um discurso de inegável valor documental por materializar-se como um registro histórico e uma maneira de inserir uma vida no amplo espectro das vidas vividas.

Pascale Delormas (2013, p.11) utiliza a expressão “*mise en scène de soi*” (encenação de si) para referir-se ao engendramento dos diferentes elementos que compõem o dispositivo mobilizado pelo sujeito para narrar/construir sua trajetória de vida. De fato, há um trabalho de articular e de fazer convergir um aparato enunciativo-descritivo em função de uma sequencialidade actancial que denota o que o indivíduo apreende como sendo sua vida. Isso porque a textualidade não corresponderá à totalidade da vida real vivida: algumas experiências serão destacadas em detrimento de outras, que serão esquecidas ou silenciadas. O que é dito/contado deixa entrever o que não é apresentado, mas nem por isso inexistente e sem impacto nos acontecimentos.

As modalidades autobiográficas encerram uma autoexposição via autorrepresentação; elas resultam de uma negociação entre o que é compreendido como pertencente à esfera privada e o que é dado como relativo à esfera pública. O narrador autobiográfico é alguém que se

mostra, preservando sua individualidade, quando não a acentuando. As peculiaridades inerentes a cada vida reforçam a singularidade de cada sujeito e das suas experiências.

Definida por Lejeune (1975) como uma narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, a autobiografia tem se expandido em termos de configuração e materialidade de forma a assegurar aos atores sociais um outro lugar para expressar sua subjetividade, impondo uma dimensão individualizada de seu percurso. Haveria uma espécie de mediatização pessoal proporcionada pelas redes sociais, que favorecem uma exposição em larga escala. A imagem que o sujeito oferece de si pode ir ao encontro do que outros sujeitos têm como demanda, e assim esse sujeito seria acolhido, destacando-se em meio a outros tantos que igualmente publicizam sua trajetória de vida; por isso, a grande repercussão que alguns relatos autobiográficos conhecem e a indiferença frente a outros.

Segundo Philippe Gasparini (2013), o valor e o lugar de destaque das diferentes modalidades de expressão autobiográfica nos dias atuais devem-se, em certa medida, ao fato de muitas sociedades tomarem como um privilégio ligado a uma forma de poder a possibilidade de o indivíduo contar sua vida. Mas que poder seria esse? Seria o poder de se mostrar único e singular? Ou o poder de se inscrever na memória alheia? Ambos e, ainda, o poder de partilhar uma existência que é colocada em destaque em relação a outras tantas que permanecem desconhecidas, como se aquela existência fosse mais celebrada que as demais.

De qualquer forma, o sujeito autobiográfico oferece uma inteligibilidade de si a ele próprio e aos outros no âmbito de um projeto de autosubjetivação por meio do qual ele mostra uma autopercepção que sugere uma consciência de si. Antonio Damasio (2003), situado em uma perspectiva dos estudos em neurologia, considera a existência de um *eu autobiográfico*, que, para ele, corresponde a um sentimento que o sujeito tem de ser possuidor de um passado que lhe é pessoal e de um futuro que esse passado antecipa. Esse *eu autobiográfico* é o sujeito da experiência vivida e se assume enquanto personagem daquilo que ele narra; um personagem que se volta para sua existência, expressando-a como uma história.

É a discursivização da vida pessoal que, nos termos de Guilhaumou (2004), consiste em uma reconstrução discursiva de um vivido; nesse movimento de reelaboração, o enunciador-personagem retoma alguns

fatos e vivências, situando-os em relação ao seu percurso de vida. Essa organização acontece no âmbito de processos de causalidade que são estabelecidos de forma a hierarquizar e valorar os acontecimentos. Tais processos não existem fora dos *topoi* culturais, que forjam tanto um quadro de produção quanto de interpretação dos discursos.

É no âmbito das causalidades que se pode retomar e adotar o conceito de “ruptura biográfica” (*biographical disruption*) presente nas formulações de Michael Burry (1983). Ele propõe essa expressão para qualificar o efeito atribuído a certas atitudes e fatos, os quais são considerados como responsáveis por uma significativa alteração na trajetória de vida. Burry (1983) concebe a noção de ruptura biográfica no âmbito do surgimento de uma doença crônica, que pode alterar radicalmente o modo de vida do indivíduo, provocando uma mudança profunda de seus conhecimentos em decorrência dessas alterações. Esse corte abrupto é o resultado do imprevisível ou de ações decisivas que redesenham a trajetória de vida do sujeito, reorientando-a ou conferindo-lhe novos sentidos.

Assim, no processo de discursivização que está na origem das textualidades autobiográficas, certos fatos são apresentados como cruciais por serem tidos como responsáveis por uma mudança substancial no modo de ser e de agir do indivíduo. Esses fatos, considerados como capazes de subverter uma organização de vida até então determinada, são alçados à condição de desencadeadores do que aconteceu; ou seja, causadores de uma perturbação a partir de um olhar retrospectivo que os ressignificam. No momento da construção daquele relato autobiográfico, tem-se aquela perspectiva, que pode não ser definitiva.

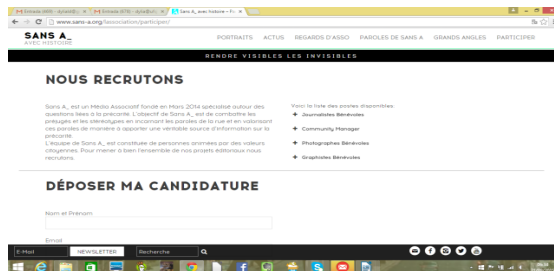
4 As histórias de vida nas mídias sociais

A profusão de relatos de vida caracterizada como uma “febre biográfica” (cf. DOUBROVSKY, 2007) ou “onda biográfica” (cf. LYSARDO-DIAS, 2014) continua e tem sido revitalizada pelas novas mídias, capazes de potencializar a exposição de si naquilo que existe de abundância e afluência das narrativas de vida nos seus diferentes modos de produção-circulação. Esses relatos encontraram no espaço digital um campo propício para sua expansão devido à instantânea circulação das mensagens e à natureza plurissemiótica desse espaço. Todos podem produzir suas mensagens e ter acesso às mensagens alheias, o que cria um circuito dinâmico de compartilhamento.

Esse acesso relativamente democrático permite que qualquer indivíduo se faça presente via Facebook, Twitter ou Instagram, tecnologias que incrementam uma cultura de exposição e publicização de si. São difundidas mensagens curtas, de circulação massiva e transmissibilidade imediata, por meio das quais o sujeito se dá a conhecer a outros sujeitos nem sempre próximos e conhecidos. Tão impactante quanto o conteúdo dessas mensagens é a relação de proximidade estabelecida, já que a vida privada é coletivizada. Essa abertura pode banalizar a intimidade, que perde seu *status* de vida interior, mas favorece gestos de mobilização e solidariedade em favor daqueles vistos em situação de carência ou fragilidade.

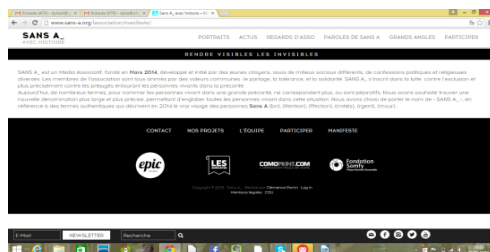
O livre acesso permite ampliar a visibilidade em uma sociedade que não para de gerar excluídos, sobretudo pelas desigualdades socioeconômicas que persistem em um mundo voltado para a economia de mercado. Excluídos são todos e todas, aqueles e aquelas, que estão em alguma posição de subalternidade, inferiorizados pela condição em que se encontram, como os moradores de rua, por exemplo. Essas pessoas que vivem nas ruas sobrevivem em condições precárias e integrando a paisagem urbana das grandes cidades, atestando a ineficiência das políticas públicas e o descaso da sociedade em geral que se acostumou com a presença deles. O risco a que estão expostos e a ausência de vínculos afetivos levam essa população de rua ao nomadismo circunstancial, e consequente isolamento, e ao silenciamento.

A percepção dessa vulnerabilidade e a sensibilidade ao alto grau de exclusão desses moradores de rua levaram um grupo de estudantes parisienses, sob a iniciativa de Martin Besson, a criar, em março de 2014, o *site* Sans-A (abreviatura de sem abrigo). Os objetivos são ir ao encontro dos que estão morando nas ruas, mostrar quem são e contar a história de vida deles, expondo e difundindo a situação de precariedade em que vivem, mas, igualmente, proporcionando uma oportunidade de dar a conhecer a identidade de seres humanos que são vítimas da desqualificação social. O *site* assim se apresenta:

Figura 1: Print do *site Sans-A*Fonte: *site Sans-A*

Dessa maneira, as novas tecnologias são integradas ao cotidiano das pessoas, que passam a fazer diferentemente o que já faziam, como se solidarizar com o sofrimento alheio. Altera-se a ação em si, pois o modo de interpelação é modificado devido aos recursos de uma tecnologia de relacionamento social, que gera uma textualidade plurissemiótica e deslinearizada (cf. PAVEAU, 2015), e outros procedimentos para lutar por causas humanitárias já conhecidas, como a integração dos moradores de rua. Ao lado das ações filantrópicas de oferecer ajuda material, surge um outro tipo de ação preocupada em oferecer um espaço para manifestação das individualidades para pessoas que já não são mais vistas como tais.

O agrupamento de pessoas em prol de causas sociais manifesta-se concretamente como uma rede de mobilização e de difusão de informações, na qual vários sujeitos e várias modalidades de intervenção estão interligadas, conforme atesta essa página do *site Sans-A*:

Figura 2: Print do *site Sans-A*Fonte: *site Sans-A*

A proposta desse *site* não é oferecer um conforto material concreto (como é o caso de associações filantrópicas e grupos de voluntários),

mas aproximar e valorizar seres humanos, promovendo uma escuta dessas pessoas que fazem parte da paisagem urbana atual, porém não são percebidas nas suas necessidades de atenção e afeto. Isso significa disponibilizar todo um aparato tecnológico capaz de amplificar causas humanitárias e expandir o potencial de mobilização dos indivíduos. Emerge não apenas uma nova forma de expressão, mas um novo modo de agenciamento pelas novas relações que são instauradas entre os sujeitos. Não uma relação em que um dá e o outro recebe, mas uma relação de disponibilizar canais de expressão para aqueles que a eles não têm acesso.

O resultado é a reconfiguração da identidade de pessoas desassistidas, que perderam seus vínculos relacionais, por isso o caráter autobiográfico das textualidades construídas e expostas; cada sujeito apresenta seu percurso de vida, justificando, de certa forma, sua condição atual:



Figura 3: Print do site Sans-A

Fonte: *site Sans-A*

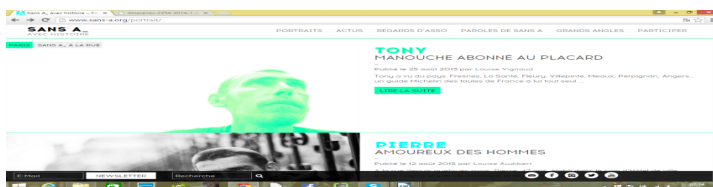


Figura 4: Print do *site Sans-A*

Fonte: *site Sans-A*

Figura 5: Print do *site Sans-A*Fonte: *site Sans-A*

Cada um dos sujeitos abordados relata sua trajetória de vida e seu cotidiano como morador de rua, resgata sua memória ao construir uma organização do vivido que relaciona os acontecimentos e lhes imprime uma valoração. Desse contato e por meio desse processo, surge uma representação do indivíduo e da sociedade e das relações que entre eles se estabeleceu. Por isso, narrar a vida, sobretudo a própria vida, é um ato social de construção de uma inteligibilidade sobre a realidade “externa” ao indivíduo, mas constitutiva de sua existência.

Dentro da mesma proposição de dar visibilidade aos que não são efetivamente vistos, e no espírito das relações em rede, surgiram iniciativas parecidas em várias cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e ainda em Porto Alegre, Salvador e Fortaleza. O propósito em todos esses casos é usar o universo digital para promover um engajamento capaz de levar os usuários, que também produzem mensagens, a tomarem consciência de uma realidade social. Como há um espaço para que eles reajam ao que está sendo veiculado, eles são convocados a também produzirem e difundirem mensagens, reforçando essa dimensão de rede. Outro aspecto que potencializa o impacto dessas iniciativas é que a audiência acontece em larga escala mesmo que não seja possível determinar com exatidão quantitativa seu efetivo alcance.

França e Brasil têm níveis de desenvolvimento social e econômico bem díspares, mas convivem com a miséria de alguns grupos populacionais que se encontram à margem da sociedade. Talvez por isso, em ambos os países, surja a necessidade de novos canais para mostrar algo que passa despercebido aos olhos dos poderes públicos e da sociedade em geral: a miséria e o abandono dos moradores de rua.

Assim, as mídias sociais assumem um papel político: favorecem uma participação cidadã dos indivíduos, que buscam modos de promover o bem comum e solidarizar-se com o sofrimento alheio. Todo o aparato tecnológico ultrapassa sua dimensão de instrumento técnico e instaura outros vínculos, forjando novas práticas coletivas de solidariedade e altruísmo que integram ações do cotidiano e potencializam seu impacto.

A população de rua, vista genericamente como “pobres” e “mendigos”, é abordada na singularidade de cada membro, que é individualmente fotografado (e assim passa a ter uma fisionomia que o singulariza) e ouvido (é visto como alguém que tem voz e tem o que dizer). Junto da foto, vem a história de vida que cada um contou de si para alguém disposto a uma escuta qualificada, pois sensível às demandas do outro. Esse registro tem caráter documental por atestar a trajetória de sujeitos afetados pelo modo de vida que a sociedade desenvolveu. A história de cada sujeito é também a história de um sistema e de uma época que pouca assistência oferece aos que vivem precariamente.

Essas três histórias, por exemplo,

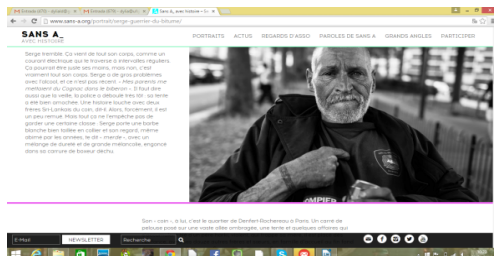


Figura 6: Print do site Sans-A

Fonte: site Sans-A



Figura 7: Print do Facebook spinvisível

Fonte: Facebook spinvisível



Figura 8: Print do Facebook bhinvisível

Fonte: Facebook bhinvisível

e todos os demais relatos de vida dos moradores de rua têm valor memorialístico, com a vida narrada inserindo-se no fluxo da história, revelando, tanto em nível individual quanto coletivo, como a sociedade se compõe. A vida é traduzida e registrada em palavras e imagens que, articuladas, documentam um dado momento da existência humana em sua forma mais desumana. A trajetória de vida partilhada representa a trajetória das relações de pertencimento e de engajamento dos sujeitos dentro de um desejo de revelar o que existe de singular por trás dessas figuras, cuja presença está se naturalizando na paisagem urbana como se o estado de extrema miserabilidade fosse inevitável.

Cada morador de rua que é fotografado e conta um pouco da sua vida articula uma compreensão da sua existência e, assim, confere um sentido a ela. Ele deixa entrever seus vínculos (ou falta deles), o lugar que ocupa na sociedade e como é essa sociedade, pois toda história de vida é situada; logo, guarda relação com outras histórias de outras vidas. A história que se tem de cada morador de rua faz parte da história de todo esse grupo e de todos os habitantes de uma cidade, cuja exposição da vida funciona como um gesto para que sejam vistos e reconhecidos.

E dessa forma, não apenas as figuras públicas e notórias são objeto de interesse coletivo, mas também aquelas que pertencem a grupos marginalizados e que apontam para o lado perverso da sociedade. Dar visibilidade a essas chamadas “minorias” é uma forma de reivindicar um olhar generoso para com elas, chamando a atenção para o sofrimento a que são submetidas. Conforme indica Walty (2005, p.19) em um estudo de relatos obtidos junto à população de rua da cidade de Belo Horizonte,

“quando se observa a crescente exclusão de grupos sociais calados em sua impotência ou revoltados na violência cega, pode-se prever a diminuição da diversidade e da pluralidade interativa”, o que denota um contexto econômico que priva muitos dos seus direitos mais básicos, incluindo o direito de se manifestar.

Por isso, a importância de fazer circular as histórias desses grupos sociais. Trata-se igualmente de possibilitar aos que têm pouco ou nenhum espaço que se façam entender; ou seja, dar voz aos subalternos, como sugere Spivak (2010). Consideramos esses subalternos como vítimas de um silenciamento histórico, que negou a presença deles e, conseqüentemente, nega o que representam em termos de fracasso de uma sociedade que não consegue promover a igualdade de direitos; eles são ignorados pelo poder público e ausentes da história oficial.

As iniciativas que acima descrevemos podem ser vistas como um movimento de favorecer que os moradores de rua, uma categoria de subalternos, se expressem ao invés de colocar alguém para “falar” por eles; qualquer que seja o porta-voz, ele estará sempre falando no lugar de alguém a quem priva o direito de expor o seu ponto de vista e de vida.

Ao tratar da relação entre testemunho e história no contexto do genocídio, Wieviorka (1998, p.128) afirma que a abundância das narrativas de vida representa uma “democratização dos atores da história”, pois é dado direito de fala aos “excluídos” e aos “sem voz”. Trata-se, portanto, de ampliar as perspectivas que se tem sobre a vida em sociedade, assim como de instanciar como atores aqueles que não pertencem às elites sociais e econômicas e que, por isso, são expostos a vários tipos e níveis de violência.

4 As narrativas autobiográficas como testemunho

Não é de hoje que o homem conta a sua vida: confissões, diários, correspondências, memórias, autobiografias, entrevistas. Em todas essas textualidades, irrompe um sujeito protagonista na diversidade de seus papéis e na singularidade do seu fazer-ser. No horizonte das formas de autorreferência, emerge uma cartografia de percursos de vida que acenam para a inteligibilidade do humano.

Vidas célebres e vidas comuns buscam o reconhecimento e dialogam com os modelos sociais fundados nos *topoi* vigentes, que são reforçados ou questionados a cada novo relato de cunho autobiográfico

que surge e que, necessariamente, com eles estabelece algum tipo de diálogo. Cabe ressaltar que os modelos coletivamente instituídos nos espaços de sociabilidade geram um movimento constante de maior ou menor identificação com esses padrões, muitos deles representativos de posicionamentos valorizados, logo alçados à condição de objetos de desejo. Por isso, a interdiscursividade se impõe como fator primeiro na tessitura dessas vidas, constitutivamente ligadas a uma época e a um mundo coletivo. Rastros de uma memória coletiva se deixam captar na tensão entre o que é dito e o que é silenciado de maneira a afetar a percepção das experiências passadas.

Relatos autorreferentes breves ou extensos, verbais ou audiovisuais, legitimam a cotidianidade e a *doxa* de uma comunidade que têm no passado vivido uma forte referência para moldar suas relações no presente e que se move entre a esfera pública e a esfera privada, um *continuum* no qual o indivíduo transita nem sempre de forma consciente e deliberada. Esses relatos elaborados para serem ou não colocados ao alcance do grande público inscrevem o sujeito que se autobiografa na lógica da “vida real” que será compartilhada, evidenciando, no caso dos moradores de rua, as condições precárias em que vive um grupo de pessoas que não desfruta do mínimo necessário para uma vida reconhecida como digna de um ser humano.

A insistência na experiência pessoal validada pela autenticidade atribuída à voz do narrador personagem delineia uma retórica da individualidade de suposto interesse social. Essa retórica estrutura-se a partir do paradigma do experienciado e do seu papel na totalidade daquela vida narrada. Elabora-se uma rede de causalidades por meio da qual o valor de cada acontecimento é dado pelo suposto impacto que causou e pelo que mobiliza em termos de movimento actancial.

Essa rede deixa entrever uma orientação argumentativa pautada pela presença constante da autoexplicação e da autojustificação como forma de construir uma unidade. Concebida por Amossy (2000) como um posicionamento em relação a um já-dito, essa dimensão argumentativa resulta da perspectiva que o sujeito-narrador assume. O modo como se relaciona com o que narra denuncia uma convicção em relação ao mundo, que é compartilhada e capaz de gerar a adesão do outro. Assim,

a construção argumentativa circunscreve-se nesse caso aos padrões culturais e aos traços axiológicos que o sujeito enunciator-narrador-personagem deixa entrever no e pelo encadeamento narrativo que elabora. Seu dizer é situado tanto em relação ao contexto sociocomunicacional do qual emerge quanto em relação ao contexto histórico-cultural que lhe é inerente (LYSARDO-DIAS, 2016, p.1207).

Esse exercício de autorreferencialidade retrospectiva pontuado pela narração em primeira pessoa particulariza o que é comum a todos de forma a diferenciar as trajetórias de vida que se sobrepõem, ainda que uma possa, explícita ou implicitamente, reivindicar maior prestígio.

No caso das redes sociais, a democratização na produção/difusão desses relatos autobiográficos altera o modo como a representatividade de cada relato autobiográfico vai sendo disposta, pois o regime de singularização fica à mercê do espaço atual de ampla proliferação desses relatos. A própria exposição da vida nas redes sociais aponta para uma malha de interações na qual todos podem se colocar como emblemáticos de uma postura modelar, seja por se adequar aos modelos valorizados, seja por subvertê-los, caracterizando assim uma corajosa insubordinação. De uma forma ou de outra, é preciso mostrar um comportamento distintivo que desperte o interesse e possa romper com a uniformização sob pena de não ser percebido em meio a tantos outros revelados.

As narrativas autobiográficas, nas suas diferentes configurações linguístico-discursivas, representam um modo de atestação do vivido; o sujeito narrador oferece um depoimento do que experienciou enquanto personagem. Por isso, elas têm valor de testemunho (OROFIAMMA, 2008); um depoimento sempre singular e que coloca em destaque alguns acontecimentos em detrimento de outros. Um sujeito, explícita ou implicitamente, inter-relaciona sua trajetória individual àquela coletivamente vivenciada e dá a conhecer seu ponto de vista sobre as fatalidades lembradas; logo, eleitas como significativas.

Os acontecimentos são apresentados sob a perspectiva de um sujeito específico, que, ao narrá-los, certifica o passado e personaliza as experiências que torna públicas. E esse narrar já é, como sugere Wieviorka (1998), uma explicação pelo encadeamento entre os fatos e sentimentos que é promovido por um sujeito posicionado de forma autorreflexiva e retrospectiva; seu *ethos* é aquele de um conhecedor privilegiado de uma realidade que é ressignificada. No caso analisado dos moradores

de rua, eles mostram não apenas o cotidiano da vida em um espaço sem qualquer privacidade, como também apresentam uma explicação para essa condição de não possuir um abrigo e de, na maioria das vezes, ter vínculos frágeis com seu grupo familiar. Entre a opção de fazer da rua sua moradia e a condição transitória de estar na rua, há uma descrição do que é morar em um lugar que não lhe pertence; um lugar (a rua) que vai qualificar o indivíduo pelo vínculo territorial que ele estabelece.

Concebidas como uma “reconstrução discursiva” (GUILHAUMOU, 2004), os relatos autobiográficos situam-se no interior das circunstancialidades sócio-históricas, interdiscursivamente mobilizadas, como dito anteriormente, que apontam para uma alteridade inerente ao processo de biografização de si. Essa biografização de si atesta uma práxis individual integrante das ações do ser humano de maneira a traduzir, ainda que indiretamente, os vínculos relacionais e os modos de se inserir nos grupos sociais de pertencimento. Mesmo o íntimo de cada um é situado em relação à sociabilidade coletiva e diz respeito às formas de presença do outro. Assim, o morador de rua descreve seus comportamentos e seus sentimentos sempre em relação a um padrão de não morador de rua, padrão socialmente encarado como o desejável.

Segundo Arfuch (2010, p.73, *italico da autora*), a questão mais significativa diz respeito à autorrepresentação que o indivíduo oferece de si a partir da construção narrativa que elabora: “No caso das formas testemunhais, tratar-se-á, além disso, da verdade, da capacidade narrativa do ‘fazer-crer’, das *provas* que o discurso consiga oferecer, nunca fora de suas estratégias de veridicação, de suas marcas enunciativas e retóricas”. Essa capacidade narrativa tem a ver com um tipo de habilidade linguageira de discorrer sobre um passado, recompondo-o, e com uma disposição de retomar acontecimentos e sensações que podem trazer algum tipo de desconforto. Portanto, credibilidade do testemunho e emotividade do sujeito testemunhante se articulam na construção de um testemunho inevitavelmente pleno de valoração de diferentes ordens.

É pela voz/ponto de vista do sujeito protagonista que se tem acesso à sua experiência vivencial, considerando que ele faz uso de procedimentos e recursos tanto da ordem do narrativo quanto da ordem do descritivo, ambos detentores de uma orientação argumentativa. Arfuch (2010, p.76), ao se deter na análise da entrevista midiática como uma prática de natureza autobiográfica, chama a atenção para as diversas formas de “ficcionalização autobiográfica”, o que significa levar em conta a utilização de tais procedimentos e recursos que forjam um certo “eu”.

5 Considerações finais

Como fragmento constitutivo da história coletiva, uma narrativa autobiográfica é um espaço que ilustra a complexidade das identidades e como elas são percebidas e vividas por cada sujeito. A compreensão que ela elabora da inscrição de cada um no tecido social tem uma dimensão performativa por criar uma história para o indivíduo, que assume essa narrativa sendo a “sua vida” e como uma justificativa do seu percurso. Daí, a importância de dar a oportunidade para o morador de rua, como já dito anteriormente, marginalizado pela precariedade das suas condições de vida, de organizar sua trajetória e conferir-lhe um sentido. É um viés para o alargamento das possibilidades de aproximação entre os indivíduos, que, conhecendo a história do outro, origem da sua condição atual, sofrimentos e alegrias, melhor se relaciona com ele.

A essa função social, acrescenta-se uma função emocional de ser ouvido e, de alguma forma, acolhido. Como testemunha de uma época na qual o grupo de excluídos não para de crescer dada a supremacia da lógica econômica em detrimento de priorizar o bem-estar dos cidadãos, cada narrativa autobiográfica tecida representa um movimento de recomposição da própria identidade desse sujeito que foi excluído de uma convivência social digna. E cada vez que essa narrativa é colocada em circulação nas redes sociais, quem o faz demonstra um engajamento no sentido de inserir esse “excluído” em um circuito interacional e também se coloca como testemunha uma condição de vida.

As redes sociais permitem uma integração que abre espaço para ampliar as relações entre as pessoas a partir de um modo de compartilhamento que alterou as noções de espaço físico e de temporalidade, assim como a compreensão do binômio presença/ausência. Segundo Licoppe (2012), no âmbito das novas tecnologias, a presença não deve ser tomada como um estado que se opõe à ausência, mas como um processo, já que ela se baseia em competências, dispositivos e recursos para se inserir e ser inserido nas situações de interação. É possível não partilhar o aqui e agora do jogo comunicativo e ainda assim se fazer presente por meio de variadas formas de afetar uma situação. Portanto, existe uma presença em termos espaciais e uma outra que “historicamente e culturalmente situadas e elas indexam desigualdades relativas à visibilidade das pessoas e à capacidade delas de afetar as situações” (LICOPPE, 2012, p.2).

Mais que um suporte, as novas tecnologias constroem novas possibilidades de inscrição de si por meio de redes que criam espaços de compartilhamento. E sendo um espaço, essas redes podem acolher aqueles que estão exilados em seu próprio território de existência, canalizando uma visibilidade baseada no engajamento dos sujeitos em relação àqueles que foram excluídos. Assim, as novas mídias sociais revelam-se como espaço de ação e de integração sempre dinâmico. Se hoje grande parte das nossas ações cotidianas acontece no universo digital, é por que ele é concreto como forma de interagir e de se relacionar com o mundo e com as pessoas.

Usar esse universo em defesa de causas humanitárias revela outro significado que ele pode assumir, já que a tecnologia digital propicia outra forma de relação entre as pessoas e é capaz de trazer alguma melhoria para a vida delas. Os idealizadores do *site* Sans-A e das páginas Facebook SpInvisível, BhInvisível, RjInvisível etc. conseguem criar um canal de escuta e de percepção para os moradores de rua. Estes conhecem um gesto de solidariedade, pois alguém se interessou por eles, dedicou-lhes algum tempo, ouviu o que tinham a dizer e fez circular o que disseram. Aquela voz, expressão de uma vida em desalinho, se expandiu e pode chegar a outros tantos sujeitos sensíveis àqueles chamados de pobres e miseráveis.

A utilização das novas tecnologias para viabilizar uma denúncia social representa um gesto político amplificado pela extensão da audiência, um modo de expressão e de reivindicação de cidadania, e um instrumento de luta contra uma exclusão que tem origem nos modos de funcionamento da gestão econômica da sociedade. Trata-se daquilo que Casilli (2010, p.187) designa como sendo uma tecnologia capacitante, porque favorece as capacidades do corpo humano (em oposição às tecnologias que apenas impedem certas ações).

Movimentos de solidariedade já existiam sob diferentes formas e agora conhecem outra modalidade a partir das mídias sociais pelo fato de instaurarem novas configurações para os gestos de altruísmo. Ampliam-se os modos de sociabilidade, pois cada sujeito que acessar o *site* ou a página Facebook terá conhecimento da existência daquele morador de rua; ou seja, “viu” aquele morador de rua, que, assim, passou a ter sua existência singularizada.

Agradeço à professora Marie-Anne Paveau pela produtiva interlocução durante realização do projeto de pesquisa que gerou este artigo e que foi desenvolvido em estágio pós-doutoral realizado em 2015, na Université de Paris 13 Sorbonne Paris Cité, sob sua supervisão.

Referências

- AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours. Discours politique, littérature d'idées, fiction*. Paris: Nathan, 2000.
- ARFUCH, L. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- BURRY, M. Chronic illness as biographical disruption. *Sociology of Health and Illness*, v.4, n.2, p.167-182, 1983.
- CASILLI A. *Les liaisons numériques. Vers une nouvelle sociabilité?* Paris: Seuil, 2010.
- DAMASIO, A. R. *Spinoza avait raison. Joie et tristesse, le cerveau des émotions*. Paris: Odile Jacob, 2003.
- DELORMAS, P. *De l'autobiographie à la mise en scène de soi. Le cas Rousseau*. Paris: Éditions Lambert-Lucas, 2013.
- DOUBROVSKY, S. Les points sur les "i". In: JEANNELLE, J. L.; VOLLET, C. (Dir.). *Genèse et autofiction*. Louvain-la Neuve: Bruylant-Academie, 2007. p.7-37.
- GASPARINI, P. *La tentation autobiographique: de l'Antiquité à la Renaissance*. Paris: Seuil, 2013.
- GUILHAUMOU, J. Un récit construit ensemble. In: GUILHAUMOU, J.; MÉSINI, B.; PELEN, J.-N. *Résistances à l'exclusion: récits de soi et du monde*. Aix-en-provence: Publications de L'Université de Provence, 2004. p.268-301.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les interactions verbales*. Paris: Armand Colin, 1990. v.1.
- LEJEUNE, P. *Le pacte autobiographique*. Paris: Ed. du Seuil, 1975.
- LICOPPE, C. *Les formes de la présence. Révue française des sciences de l'information et de la communication*. En ligne. Mise en ligne le 01 septembre 2012, consulté le 01 juillet 2016.

LYSARDO-DIAS, D. Provérbios que são notícia: uma análise discursiva. 2001. 276p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos)-Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

LYSARDO-DIAS, D. O fazer biográfico: questões em torno do sujeito e da enunciação. In: ROCHA JÚNIOR, A. F. da (Org.). *Narrativas (auto) biográficas: literatura, discurso, teatro*. São João del-Rei: Ed. da UFSJ, 2014. p.63-74.

LYSARDO-DIAS, D. Posicionamento argumentativo e memória discursiva em perfis autobiográficos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO, 3., 2016. UFS, Aracaju. Anais... p.1206-1217.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. *Hipertexto e Gêneros Digitais: novas formas de construção do sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

OCHS, E. Ce que les récits nous apprennent, Semen [En ligne], 37/2014, mis en ligne le 22 avril 2015, consulté le 26 novembre 2015. URL: <http://semen.revues.org/9865>.

OROFIAMMA, R. Les figures du sujet dans le récit de vie. En sociologie et en formation, Informations sociales 2008/1, n.145, p.68-81, 2008.

PAVEAU, M.-A. Interdiscours et intertexte. *Linguistique et littérature* : Cluny, 40 ans après, out. 2008, Besançon, França, 2010. p.93-105.

PAVEAU, M.-A. Que veut dire travailler en analyse du discours en France en 2011? Épistémologies, objets, méthodes. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 3, 2011. Anais do Enelin... 2012.

PAVEAU, M.-A. Une linguistique symétrique pour penser le discours, La pensée du discours [carnet de recherche]. Disponível em: <<http://penseedudiscours.hypotheses.org/?p=95>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

SANTOS, B. de S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

WALTY, I. L. C. *Corpus rasurado: exclusão e cânone na narrativa urbana*. Belo Horizonte: Ed. da PUC Minas; Autêntica, 2005.

WIEVIORKA, A. *L'ère du témoin*. Paris: Plon, 1998.

**Discurso, cognição e formas de empoderamento:
uma análise do jornal *A Sirene***

***Discourse, cognition and ways of empowerment:
an analysis of the newspaper “The Siren”***

Paulo Henrique A. Mendes

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil
pauloufop01@gmail.com

William A. Menezes

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil
williamenezes@hotmail.com

Resumo: O artigo pretende analisar práticas discursivas produzidas a partir do rompimento da barragem de rejeitos Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana (MG). Mais especificamente, focaliza uma das iniciativas da sociedade civil organizada, que se traduz pelo jornal *A Sirene*, produzido pelos atingidos com a colaboração dos coletivos #UmMinutoDeSirene e NITRO, como ferramenta de comunicação e de mobilização dos atingidos. Para tanto, utilizam-se como fundamentação teórica categorias oriundas de diferentes modelos inseridos no campo dos estudos discursivos, quais sejam, a noção de ferramenta da tecnologia discursiva, da teoria dos pré-discursos (PAVEAU, 2013), e o conceito de padrão de acesso ao discurso, da análise crítica do discurso (DIJK, 2008). Objetiva-se articular essas duas noções, com vistas à descrição e à interpretação de enunciados do jornal *A Sirene*, tomados como uma amostragem representativa da especificidade dessa prática discursiva. Neste sentido, os procedimentos metodológicos utilizados caracterizam-se como uma abordagem qualitativa de natureza heurística, com vistas à

compreensão do processo de discursivização desse acontecimento que tem sido considerado a maior tragédia socioambiental do país. A hipótese defendida através da análise de amostras do jornal em questão é a de que ele constitui um modo de empoderamento das populações atingidas, sob a forma de uma ferramenta discursiva que propicia aos atingidos padrões de acesso ao discurso.

Palavras-chave: práticas de linguagem; tecnologia discursiva; formas de empoderamento, barragem de rejeitos, jornal *A Sirene*.

Abstract: The article aims to analyze discursive practices about the Samarco dam burst in Mariana (MG). More specifically, it focuses on one of the initiatives of civil society, which is reflected by the newspaper *A Sirene*, produced by the affected people with the cooperation of the collective #UmMinutoDeSirene and NITRO, as a communication tool to mobilize affected people. Therefore, concepts from different models of discursive studies are used as theoretical foundations, such as the notion of discursive tool technology from the pre-discursive theory (PAVEAU, 2013) and the concept of discourse access pattern from Critical Discourse Analysis (DIJK, 2008). Our objective is to integrate both notions aiming at the description and the interpretation of the newspaper *A Sirene*, taken as a representative sample of the specificity of such a discursive practice. In this sense, the methodological procedures used are characterized as a qualitative approach of heuristic nature, in order to understand and interpret the discursivization process of the event, which has been considered the biggest socio-environmental tragedy in the country. The hypothesis defended through the newspaper samples analysis is that it is a way for affected population empowerment, in terms of a discursive tool that allows patterns of discourse access to affected people.

Keywords: language practices; discursive technology; forms of empowerment; dam tailings; newspaper *The Siren*.

Recebido em 17 de agosto de 2016.

Aprovado em 18 de outubro de 2016.

1 Introdução

Neste artigo pretendemos realizar uma análise de algumas práticas discursivas produzidas a partir e acerca do rompimento da barragem de rejeitos, chamada de Fundão, da mineradora Samarco em Mariana (MG), ocorrido no dia 05 de novembro de 2015. Dentre as suas consequências, ressaltamos a morte de dezenove pessoas, entre trabalhadores e habitantes da região, a devastação completa do subdistrito de Bento Rodrigues e de parte dos distritos de Paracatu, Gama, Camargos, Campinas, Pedras, bem como áreas ribeirinhas ao longo do rio Doce, no percurso da “lama de rejeitos” pelos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Nesse sentido, nosso trabalho caracteriza-se como uma abordagem qualitativa que se orienta para a compreensão do processo de discursivização de um acontecimento de proporções catastróficas, que teve repercussão internacional, sendo considerado o maior desastre socioambiental do país. A semiotização desse acontecimento ganhou um contorno importante nas narrativas midiáticas, nas narrativas de atingidos, de agentes públicos e nas ações de solidariedade, em função, entre outros fatores, de seu impacto sobre a vida dos indivíduos, a coletividade e o patrimônio sociocultural na microrregião de Mariana. Mais especificamente, interessa-nos analisar certas práticas de linguagem concebidas e construídas como ferramentas de comunicação e de mobilização das populações atingidas e, conseqüentemente, como formas de empoderamento dessas comunidades em estado de vulnerabilidade, a exemplo de Bento Rodrigues, Paracatu de Minas e Barra Longa.

Entre outras iniciativas da sociedade civil organizada, destacamos como objeto de nossa análise o jornal *A Sirene*, publicação regular criada pelos coletivos #UmMinutoDeSirene e NITRO, que fazem parte de um grupo de apoio constituído por uma ação articulada que integra os atingidos, a arquidiocese de Mariana, jornalistas e professores.¹ Qual

¹ Criado em 05 de fevereiro de 2016, o jornal *A Sirene* possui regularidade mensal. Trata-se de um jornal escrito no formato tabloide por indivíduos na condição de atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, muitos dos quais perderam suas propriedades, espaços comunitários de pertencimento e mesmo algum vizinho ou parente. O jornal, produzido em 16 páginas, tamanho A3, tem tiragem regular de 2.000 exemplares, que são distribuídos, gratuitamente, entre a comunidade de atingidos (cerca de 600 pessoas que habitavam em Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Pedra, Barra Longa, etc.), membros da sociedade marianense presentes no ato de lançamento de cada edição

tem sido, então, o papel desse jornal? Como ele se instala na narrativa do “rompimento da barragem” e como se configura na dinâmica da experiência social? Como se comporta, enfim, enquanto tecnologia discursiva que proporciona o acesso das populações atingidas a formas de empoderamento? Assim, buscamos analisar o jornal *A Sirene* como acontecimento discursivo, engendrado em função do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco em Mariana (MG), enquanto acontecimento histórico, que passa a ser inscrito na memória coletiva da sociedade em geral, e, mais especificamente, da Região dos Inconfidentes em Minas Gerais. A esse propósito, podemos dizer que a própria historicidade dos fatos se constitui, na medida em que são (re)construídos pelo discurso, com vistas a estabelecer seu(s) sentido(s), de modo que um dado acontecimento pode ser discursivizado de diferentes formas e produzir diversos efeitos de sentido, parafrásticos (relativos à repetibilidade dos dizeres e à regularização dos sentidos) e/ou polissêmicos (referentes à divergência dos dizeres e à diferença dos sentidos).

Nessa perspectiva, utilizaremos como fundamentação categorias oriundas de quadros teóricos diferentes no âmbito dos estudos discursivos, a saber: a teoria dos pré-discursos (PAVEAU, 2013), modelo inserido na vertente francesa da análise do discurso, o qual incorpora uma dimensão cognitiva ao seu quadro conceitual; e a versão da análise crítica do discurso desenvolvida por Van Dijk (2008), que focaliza as relações entre discurso e poder. Destacamos as noções de ferramentas da tecnologia discursiva (PAVEAU, 2013) e de padrões de acesso discursivo ao poder social (VAN DIJK, 2008), que buscamos integrar com vistas à análise de nosso objeto.

2 Cognição distribuída e tecnologia discursiva

A abordagem de Paveau (2013) se insere no escopo dos modelos franceses de análise do discurso, apontando para a necessidade de renovação desta área de conhecimento, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista operacional, com vistas a revitalizá-la. A autora se baseia

(no dia 5 de cada mês) e representantes do poder público da cidade de Mariana. As pautas, entrevistas, fotografias e decisões sobre a produção do jornal são deliberadas, geralmente, pelos próprios atingidos, que contam com a colaboração e supervisão de mediadores culturais pertencentes ao coletivo #Umminutodesirene e NITRO.

em pressupostos epistemológicos (PUTNAM, 1999; DENNET, 1991; SINHA, 2000) que questionam os dualismos tradicionais do pensamento ocidental, tais como as oposições entre mente e corpo, organismo e ambiente, assumindo a perspectiva da cognição distribuída (AUROUX, 1998; HUTCHINS, 1995). Paveau aposta na noção de distribuição como mais apta a dar conta da complexidade envolvida no conceito difuso de contexto, envolvendo a relação entre memória, discurso e cognição social. Segundo a autora, essa noção permite renovar o conceito de contexto, considerando-se a existência de estruturas cognitivas externas.²

Essa perspectiva tem consequências importantes sobre a circunscrição da unidade de análise pertinente para uma análise do discurso integrando o componente cognitivo, numa ótica distribuída: essa não é mais reduzida aos discursos emitidos e às suas condições sócio-históricas de produção. Ela deve integrar também as ferramentas daquilo que chamo doravante de tecnologia discursiva (PAVEAU, 2013, p.145).

Tal formulação reconhece o princípio da mente corporificada, segundo o qual nosso pensamento e nossas ações são cognitivamente estruturados a partir de nossas capacidades sensório-perceptuais e das condições de inte(g)ração organismo/ambiente. Mas avança na direção da cognição social, enquanto fenômeno emergente em condições históricas e culturais específicas, resultante de ações discursivas de sujeitos socialmente relacionados e situados. E mais, assume o caráter dinâmico e distribuído da cognição, no sentido de estar inscrita e de circular por meio de uma gama complexa e variável de artefatos constitutivos de nossa tecnologia discursiva. Nossa hipótese é a de que a produção de um jornal como *A Sirene* é significativamente ilustrativa dessa forma de cognição distribuída, no sentido de constituir uma ferramenta de construção de conhecimentos e de ativação de estratégias cognitivas e metacognitivas de aprendizagem e de ação conjunta desenvolvida na interação entre os atingidos e os grupos de apoio. Assim, destacamos o fato relevante de

² Segundo a autora, essa concepção corresponde a um paradigma sociocultural surgido nos anos 1990 nos Estados Unidos. Nessa ótica, o homem constrói quadros cognitivos na sua interação com o ambiente exterior, material, de modo que a produção de artefatos como uma caderneta, um mapa, uma lista etc., contribuem para a elaboração cognitiva.

que os atingidos participam das reuniões do coletivo, definem as pautas e colaboram (trabalham juntos) na produção do jornal, a exemplo do que é afirmado no editorial da primeira edição:

(1) EDITORIAL

A sirene é um jornal feito pelos atingidos para os atingidos.
Mais uma ferramenta de apoio para que a comunicação
e a preservação das suas memórias se tornem seus
patrimônios. Um convite a todos para não esquecer.
#UmMinutoDeSirene

A questão central é que a construção dessas ferramentas não é concebida como algo acessório ou auxiliar na interação entre os sujeitos no seu nicho biocultural³ (SINHA, 2009), mas como um elemento constitutivo dessa interação, de modo que os processos cognitivos são ao mesmo tempo mentais e sociais, implicando “a instrumentalização tanto do ambiente quanto do próprio corpo” (AUROUX, 1998, p.7). Podemos dizer que a produção do jornal consiste no engendramento de padrões intersubjetivos de experiência discursiva que fazem parte da construção da identidade e da memória dos atingidos. Assumimos aqui a noção de memória cognitivo-discursiva (PAVEAU, 2007), que apresenta três características mais básicas. A primeira delas relaciona-se à natureza ativa da memória enquanto processo (re)construtivo, ou ainda, de (re)categorização do mundo e, por conseguinte, de recriação do vivido, no sentido de ‘reelaborar’ discursivamente o passado em função do presente enunciativo. A segunda refere-se às ligações memoriais, inscritas nos processos de transmissibilidade dos lugares de memória, as quais, segundo a autora, são fundamentais para a produção dos discursos e distribuição dos saberes e crenças, de um ponto de vista tanto sincrônico quanto diacrônico. A terceira diz respeito ao papel fundamental dos afetos e emoções na constituição e no funcionamento da memória cognitivo-discursiva, o que é pertinente com uma concepção experiencial das interações e da produção de sentido.

³ Em consonância com a psicologia ecológica de Gibson (1966), Sinha (2009) formula a noção de nicho biocultural, em termos de repertórios ecológicos evolutivamente desenvolvidos, os quais são constitutivos do modo específico de ser / viver / agir de certas espécies animais, entre elas, o homem. Trata-se de um processo no qual organismo e ambiente estão em relações complementares, cada um configurando o outro.

A propósito, o nome do jornal – *A Sirene* – é relevante para a nossa discussão, a começar pelo fato de que não havia ‘sirene’ na Barragem da Samarco, embora as regras de emergência em barragens preconizem o uso desse ‘instrumento’ para alertar a população sobre o risco iminente de acidentes. Nesse sentido, o nome do Jornal alude a esse fato denunciado, ao mesmo tempo em que o ressignifica metaforicamente, de modo que *A Sirene* passa a ser a ferramenta de comunicação e mobilização dos atingidos. Não por acaso, o primeiro número do Jornal apresenta uma seção intitulada “Quem foi sua sirene?”, composta por depoimentos de atingidos, a exemplo dos seguintes excertos:

(2) SEU SEBASTIÃO

Minha sirene foi Deus. Vi a lama a cinco metros de onde estava; corri muito, se não corresse morreria. Salvei minha irmã de 70 anos, carreguei ela no colo.

(3) ARNALDO

Acordei às 16 horas e ouvi o Gladismar gritando na praça. Ele foi a minha sirene. Depois disso, salvei seis pessoas da lama.

(4) SÔNIA

Minha sirene foi a gritaiada na praça, a afobação do povo. Não deu tempo de correr. Quando vi, a lama já estava na minha garagem. Eu, meu filho e meu sobrinho nadamos na lama grudenta em zig-zag, fugindo da correnteza até chegar em um ponto firme.

Esses exemplos mostram claramente o processo de metaforização da sirene como um aviso providencial que possibilitou que as pessoas se salvassem e se ajudassem a escapar da lama de rejeitos. Os excertos ilustram as características da noção de memória cognitivo-discursiva, pois são (re)categorizações do vivido através da enunciação, estabelecem ligações memoriais entre si, em termos da transmissibilidade sincrônica dos saberes e crenças relatados, e ainda, revelam o papel constitutivo dos afetos na experiencição discursiva dos depoimentos. Nos termos do modelo de Paveau (2013), o nome do Jornal *A Sirene*, bem como as outras referências a ela, configuram apelos aos pré-discursos, enquanto “um conjunto de quadros pré-discursivos coletivos (saberes, crenças,

práticas), que dão instruções para a produção e para a interpretação do sentido no discurso” (PAVEAU, 2013, p.130). Mais especificamente, *A Sirene*, enquanto nome próprio do Jornal, ilustra bem a concepção da autora acerca dos nomes próprios como “designadores brandos”, termo adotado para descrevê-los como portadores de sentido e de valores identitários, culturais e ideológicos instáveis e relativos. Vejamos mais um exemplo significativo dessa abordagem acerca dos pré-discursos e, mais especificamente, dos nomes próprios:

(5) SEU FILOMENO ME CONTOU

Por Elias Souza e Filomeno da Silva

Com apoio de Cláudia Pessoa, Marília Mesquita

Um dia, Seu Filomeno contou a história do Bento para o Elias.

Elias procurou nos livros e viu que estava do mesmo jeito. Então, Elias escreveu...

Bandeirantes em Mariana e Ouro Preto que não estavam satisfeitos com seu líder, procuraram ir para outros locais. Desceram a Serra de Antônio Pereira, seguiram o rio Gualaxo até o entroncamento com o rio Gregário (no Tico Tico).

Lá tiravam em torno de 250 a 300 oitavas de ouro e assim subiram mais acima no leito do rio onde formou o acampamento formado pelo líder Bento Rodrigues. (...)

O fragmento acima também compõe a primeira edição do Jornal, caracterizada pela produção de textos que configuram formas emergentes de textualidade, as quais não se enquadram nos parâmetros recorrentes e tradicionais dos gêneros jornalísticos, aspecto que voltaremos a discutir na sequência deste artigo. Por ora, vamos nos deter um pouco mais sobre os índices de apelo aos pré-discursos, especialmente sob a forma do uso do nome próprio, que, no texto acima, aparece inicialmente através da menção feita a “Seu Filomeno”,⁴ socialmente reconhecido como um

⁴ A quinta e última edição de *A Sirene* estampa na sua capa uma foto de seu Filomeno e dedica uma matéria a este senhor intitulada “Seu Filomeno: a festa dentro de um homem”.

dos guardiões da memória do distrito de Bento Rodrigues. O título “Seu Filomeno me contou” alude a essa autoridade que lhe é conferida, evocando quadros pré-discursivos relacionados a crenças e saberes partilhados pela comunidade. Esse apelo a elementos pré-discursivos, que servem de base para a elaboração dos discursos, aparece de forma mais evidente no enunciado “Um dia, Seu Filomeno contou a história do Bento para o Elias”, na medida em que indicia também elementos pré-discursivos relativos à “história do Bento”, como conjunto de saberes tácitos relacionados a essa comunidade e por ela compartilhados. Essa história, atestada pelo narrador Elias – que “procurou nos livro e viu que estava do mesmo jeito” – articula, em uma rede recursiva, uma série de outros nomes próprios citados no texto acima, tais como “Mariana, Ouro Preto, Serra de Antônio Pereira, Rio Gualaxo, Rio Gregário e Bento Rodrigues”, referências constitutivas da narrativa sobre os Bandeirantes nessa região. Esses nomes representam formas de apelo a quadros pré-discursivos que possibilitam a emergência do relato em questão, em termos da transmissibilidade diacrônica dessas ligações memoriais.

Enquanto tecnologia discursiva, o jornal *A Sirene* pode ser concebido como um instrumento que permite pensar, categorizar e agir através da linguagem. Paveau lança mão da noção de ferramenta cognitiva, mencionando autores que trabalham com essa noção do ponto de vista da aprendizagem, a exemplo de Jonassen (1992), os quais desenvolvem estudos sobre a utilização de computadores no processo de aprendizagem, mas destacam a habilidade da escrita como uma forma paradigmática de desenvolvimento dessas ferramentas. Essa concepção converge com a perspectiva de Auroux (1998) para quem “a hipótese contrária [à cognição na cabeça] baseia-se na existência de estruturas cognitivas externas. Essas últimas se desenvolveram graças à tecnologia intelectual da escrita” (AUROUX, 1998 *apud* PAVEAU, 2013, p.146). Certamente, tal noção não se restringe à escrita, mas, no nosso caso específico, preconizamos a hipótese de que o Jornal em questão envolve um processo de aprendizagem conjunta entre os atingidos e os grupos de apoio, em busca do desenvolvimento de formas de comunicação, de mobilização e de preservação da memória, as quais são aperfeiçoadas ao longo das edições, produzindo uma certa regularização dos padrões de textualidade e de letramento que as constituem. A propósito, Paveau (2013, p.147) afirma que:

Será, portanto, necessário, na prática de análise do discurso com dimensão cognitiva, considerar, no interior das ferramentas discursivas, as ferramentas linguísticas que são as antologias, os manuais, os dicionários, as coleções de provérbios, os dicionários de citação e de ideias recebidas, as obras de cultura geral e de cultura mundana, as obras de grandes autores do patrimônio, todos os instrumentos capazes de permitir a elaboração de quadros coletivos. Na análise de corpus, em vez disso, nos voltaremos para as ferramentas discursivas menos culturais como os “papeizinhos” (bilhetes, listas, recados, lembretes e anotações) ou as inscrições (lápides, placas de trânsito, sinais) (PAVEAU, 2013, p.147).

Parece-nos que o jornal *A Sirene* constitui uma ferramenta discursiva popular, dadas as suas condições de produção, circulação e recepção, enquanto objeto em processo de construção e de consolidação, se comparado aos jornais tradicionais, conhecidos como imprensa de referência. Nesse sentido, do ponto de vista de uma ferramenta propriamente linguística, chama-nos a atenção a produção de uma das seções que tem se tornado uma das mais regulares do jornal, intitulada “A gente explica”, a qual constitui uma espécie de “dicionário popular”, produzido em colaboração direta com os atingidos. Reproduzimos aqui uma parte da seção publicada na primeira edição, embora ela esteja também presente nas demais edições:

(6) A GENTE EXPLICA

Agronegócio: 1. Horta; 2. Plantação; 3. Pessoas que tinham suas vidas ligadas à agricultura, ou seja, que tiravam o seu sustento através do seu trabalho.

Atingidos: 1. Prejudicados pela lama; 2. Sofreu algum dano ou perda diretamente; 3. Pessoas que perderam tudo, ou seja, bens materiais, sonhos, vidas, liberdade; 4. Inocentes.

Barragem: 1. Sensação de perigo; 2. Bomba; 3. Pesadelo de várias comunidades brasileiras por várias décadas; 4. Irresponsabilidade.

Bento: 1. Paraíso; 2. O nosso mundo, o nosso maior sonho e esperamos que seja o nosso presente; 3. Vítima.

Direito: 1. Ter uma casa; 2. Correto; 3. O que queremos que seja cumprido justamente; 4. Justiça.

Identidade: 1. União; 2. Identificação; 3. Perdemos.

Memória: 1. Saudade; 2. O que nos restou da nossa vida, da nossa comunidade, ou seja, o que foi soterrado pela lama; 3. Momentos felizes com meu pai.

Mineração: 1. Emprego; 2. Retirada de metais; 3. O que veio depois que já estávamos instalados e tranquilos; 4. Uma atividade que, se não for correta, pode acabar com a vida de inocentes.

Notícia/imprensa: 1. Distorção e manipulação; 2. Informação, aproveitando da situação para elevar o nível da audiência sem pensar em quem foi atingido; 3. Algumas verdades, algumas mentiras, porém foi de muita validade e está sendo, não deixando que a gente fique no esquecimento, nós achamos de muita importância; 4. Algumas manipuladoras e oportunistas e outras a favor da verdade e da realidade.

Rejeito/lama: 1. Poluição; 2. Sobra não aproveitada, barro; 3. Monstro criado que nos levou à ruína total, ou seja, destruiu toda a nossa casa; 4. Trauma.

Podemos perceber, de início, que não se trata de um conjunto de definições convencionais, segundo as regras de construção de verbetes dos dicionários tradicionais, nos moldes filológicos e/ou lexicológicos, mas sim de um conjunto de enunciações que traduzem um conhecimento intuitivo dos atingidos sobre os sentidos que eles atribuem aos itens lexicais em questão. Em outras palavras, os sentidos das “palavras” são construídos a partir de uma perspectiva experiencial dos fenômenos, cujo semantismo assume o ponto de vista de primeira pessoa, com alto grau de subjetivação, e não de terceira. Nesse sentido, as definições de

“agronegócio”,⁵ por exemplo, não entram em relação parafrástica, de repetibilidade dos sentidos convencionais associados a esse item lexical, mas, ao contrário, estabelecem uma relação polissêmica, de divergências em relação a esses sentidos convencionais. Ao mesmo tempo, observamos a presença da primeira pessoa do plural, de um “nós” coletivo fundamentado em crenças e valores da comunidade atingida, o que indicia a existência de quadros pré-discursivos partilhados intersubjetivamente. Um dos exemplos mais significativos se faz representar pela definição de “Bento” como “o nosso mundo”, expressão que nos remete à noção de *dêixis* enciclopédica, tal como formulada por Paveau (2013, p.195):

A dêixis é uma forma privilegiada de apelo aos quadros pré-discursivos coletivos, porque ela constitui um dispositivo que assegura ao mesmo tempo a referência e a construção enunciativa do discurso. Não me refiro aqui à dêixis enunciativa que indica as referências do aqui e do agora (dêixis pessoal, espacial e temporal), mas ao que T. Fraser e A. Joly chamam de ‘dêixis memorial’ (1980): trata-se de expressões, para eles, sintagmas nominais demonstrativos, que se referem aos saberes supostos presentes na memória do interlocutor e que provocam um efeito de empatia. Trata-se de qualquer modo de uma situação de enunciação estendida à memória do sujeito. (PAVEAU, 2013, p.195)

Destacamos também, como forma de apelo a quadros pré-discursivos coletivos, uma das concepções associadas ao termo “memória”, definida como “o que nos restou da nossa vida, da nossa comunidade, ou seja, o que foi soterrado pela lama”. Esse enunciado indicia um conjunto de crenças e valores tácitos e nos remete à noção de acontecimento, definido por Pêcheux como “um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1990, p.17), podendo ser analisado em termos de uma correlação entre o fato e a forma como ele foi percebido, como se atualiza e se mantém presente na memória coletiva. Notamos, ainda, que as “definições” que compõem essa seção apresentam um forte valor axiológico e afetivo, expressando o modo

⁵ Agronegócio é um termo convencionalmente usado para se referir às grandes propriedades monocultoras que empregam tecnologia avançada e pouca mão de obra, com produção voltada principalmente para o mercado externo ou para as agroindústrias com a finalidade de lucro.

como os atingidos experienciam e avaliam as noções apresentadas na seção. Nesse sentido, os enunciados demarcam criticamente um posicionamento identitário,⁶ coletivo, a exemplo dos sentidos atribuídos a “atingidos” – como “prejudicados pela lama” –, de “barragem” – como “pesadelo de várias comunidades brasileiras” –, de “mineração” – como “o que veio depois que já estávamos instalados e tranquilos, retirando nosso sossego e a nossa vida” –, e de “rejeito” – como “monstro criado pela mineração que nos levou à ruína total, ou seja, destruiu toda a nossa casa”. Reiteramos a presença de um alto grau de subjetivação das enunciações, boa parte delas sendo expressa na primeira pessoa do plural, além de apresentar claro valor metafórico “barragem/pesadelo”, “rejeito/monstro”. Em síntese, o próprio título dado à seção do jornal, “A gente explica”, referencia esse ponto de vista coletivo, popular, comunitário, assumido pelo jornal, que dá voz à população atingida, valorizando os seus saberes e os seus modos de dizer, ou seja, a sua cultura e a sua linguagem.

3 Empoderamento e padrões de acesso ao discurso

Nessa perspectiva, o Jornal é uma tecnologia discursiva que se realiza como uma alternativa prática de empoderamento das comunidades atingidas, na medida em que busca dar-lhes voz e visibilidade social e política. Como prática, trata-se de uma atividade dinâmica, em construção e transformação, cuja identidade não se caracteriza pela homogeneidade e pelo consenso absolutos, mas sim pela coexistência das diferenças e pela gestão das divergências, com vistas à preservação dos direitos e da memória dessas comunidades. Assim, o editorial da segunda edição é bastante ilustrativo desse processo de produção do Jornal:

(7) EDITORIAL

O jornal *A Sirene* chega à sua segunda edição também como uma “voz provisória”, assim como são apenas paliativos os ressarcimentos que a empresa tem oferecido aos atingidos para minimizar o prejuízo incalculável

⁶ Esse posicionamento identitário se faz presente, inclusive, através de sua denegação, tal como aparece em “perdemos”, uma das formulações sobre o termo “identidade”.

que foi causado. Inclusive, uma forma de tentarmos mostrar a nós, marianenses, que não se pode transformar o drama de todos – da sede e das comunidades atingidas – em preconceito, em ódio, descaso e egoísmo, como tem acontecido com frequência neste mês de março. [...] Sabemos que a empresa e os governos possuem centenas de jornalistas e milhares de recursos para publicidade, trabalhando a história do ponto de vista deles. Aqui, são poucos voluntários e os próprios atingidos que se juntam para debater problemas e as possíveis soluções. São os atingidos que saem em campo para pesquisar, fotografar e mostrar a história pelo olhar deles, pelas críticas deles, pelos segredos deles, pelos questionamentos deles e apontando as soluções que eles queremos para o rumo das vidas deles. #UmMinutoDeSirene

No editorial acima, o Jornal projeta uma imagem de si (*ethos*) como “voz provisória”, reconhecendo (auto)criticamente o seu caráter de ferramenta/prática em construção e as limitações relativas ao seu impacto efetivo na resolução dos problemas dos atingidos, que sofreram um “prejuízo incalculável”. Ao mesmo tempo, critica as medidas até então tomadas pela Samarco, ao dizer que “são apenas paliativos os ressarcimentos que a empresa tem oferecido aos atingidos”. Sobretudo, o editorial explicita a natureza cindida da subjetividade que emerge no jornal, estruturada pelo acontecimento enunciativo que ele engendra, a qual assume o ponto de vista coletivo de um “nós” caracterizado por uma tensão constitutiva na relação com o outro. Esse “nós” se afirma inicialmente pela via de um posicionamento identitário regional – “nós, marianenses” –, marcado pelo conflito e pela alteridade, ao dizer que “não se pode transformar o drama de todos – da sede e das comunidades atingidas – em preconceito, em ódio, descaso e egoísmo, como tem acontecido com frequência neste mês de março”. Trata-se de uma autocrítica que reconhece o conflito e a heterogeneidade dessa identidade regional/cultural, na qual se faz presente a tensão entre os moradores da sede de Mariana e as comunidades dos distritos atingidos, resultante de relações contraditórias de poder e de inclusão/exclusão.

Em seguida, o editorial demarca uma relação interdiscursiva de confronto com o ‘outro’ caracterizado como instância hegemônica de

poder econômico e político: “Sabemos que a empresa e os governos possuem centenas de jornalistas e milhares de recursos para a publicidade, trabalhando a história do ponto de vista deles.” Ao identificar a empresa e os governos como instâncias de poder que contam a história do seu ponto de vista dominante, o Jornal se institui como um contradiscurso e como um contrapoder, assumindo o ponto de vista não dominante dos atingidos: “Aqui, são poucos voluntários e os próprios atingidos que se juntam para debater problemas e as possíveis soluções. São os atingidos que saem em campo para pesquisar, fotografar e mostrar a história pelo olhar deles, pelas críticas deles, pelos segredos deles, pelos questionamentos deles e apontando as soluções que eles queremos para o rumo das vidas deles.” A calibragem e a gestão desse ponto de vista, indiciado pelo dêitico “Aqui”, se revelam ainda em construção, oscilando entre um “nós” inclusivo do Jornal (grupo de apoio e atingidos) e um “eles”, referindo-se aos “atingidos”. Essa oscilação se evidencia no deslize enunciativo presente no segmento final – “que eles queremos para o rumo da vida deles” – que, para além de um lapso de revisão, é sintomático de uma identidade enunciativa em construção.

Na dimensão dessa relação entre poder e contrapoder, entre discurso dominante e não dominante, interessa-nos discutir a noção de padrões de acesso ao discurso, formulada por Van Dijk (2008), para quem “é importante ressaltar um elemento nas definições de poder e de dominância, qual seja, a dimensão cognitiva do controle” (VAN DIJK, 2008, p.88). Ainda segundo o autor, cuja obra se insere nos modelos de análise crítica do discurso:

Um elemento importante na reprodução discursiva do poder e da dominância é o próprio acesso ao discurso e a eventos comunicativos. Nesse ponto, o discurso é similar a outros recursos sociais valorizados que constituem a base do poder e cujo acesso é distribuído de forma desigual. Por exemplo, nem todos têm acesso igual à mídia ou à fala e à escrita médicas, jurídicas, políticas, burocráticas ou acadêmicas. Assim, precisamos explorar as implicações de uma questão complexa: quem pode falar e escrever para quem, sobre o que, quando e em que contexto, ou quem pode participar desses eventos comunicativos nos mais variados papéis de ouvintes (VAN DIJK, 2008, p.89).

Propomos uma articulação entre as formulações de Van Dijk (2008) e de Paveau (2013), no sentido de considerarmos o jornal *A Sirene* como uma ferramenta da tecnologia discursiva que constitui um padrão de acesso ao discurso por parte dos atingidos, na medida em que eles participam de todo o processo de produção do Jornal, conforme é dito no excerto do editorial reproduzido mais acima. Assim, embora não se trate de um veículo midiático de referência, que assume um discurso dominante/hegemônico sobre o rompimento da barragem e seus desdobramentos, a exemplo da cobertura ostensiva realizada pelo jornal *Estado de Minas*, *A Sirene* é uma ferramenta que proporciona o acesso dos atingidos ao conjunto de eventos comunicativos que a compõem, desde as reuniões de pauta até a elaboração e edição dos textos. A propósito, vale notar que os atingidos manifestam geralmente um posicionamento crítico acerca da cobertura midiática sobre o evento, realizada pela imprensa de referência, o que pode ser observado nas definições de “notícia/imprensa”, presentes na seção “A gente explica”, como “distorção e manipulação”; “informação, aproveitando da situação para elevar o nível da audiência sem pensar em quem foi atingido”; ou ainda, “algumas manipuladoras e oportunistas e outras a favor da verdade e da realidade”. Apresentamos, a seguir, um exemplo ilustrativo sobre uma das formas de acesso ao discurso, proporcionadas pelo jornal *A Sirene*, tematizando aspectos da relação que o jornal estabelece com a imprensa de referência.

(8) HOJE O REPÓRTER SOU EU!

Em quatro meses, respondemos milhares de perguntas para os jornalistas. Agora, resolvemos inverter os papéis. Entrevistamos a imprensa: o Daniel Camargos, do jornal *Estado de Minas*, e o Roberto Verona, da Rádio Mariana.

Por Cláudia Alves, Elias Souza, Maria das Graças Quintão e Marinalva Salgado

Com apoio da Silvany Diniz e da Thatyanna Mota

[...]

Se fosse um atingido que perdeu tudo, ainda participaria de uma passeata em favor da Samarco?

Verona: Não iria de jeito nenhum. Só iria pelo meu trabalho de cobrir.

Daniel: Respeito a opinião das pessoas, mas não conseguiria de forma alguma.

[...]

O que acha de termos agora o nosso jornal?

Verona: Bacana, fácil, tem uma linguagem gostosa de ler. Vocês têm de continuar.

Daniel: Sensacional. É uma forma de ficarem unidos. Inclusive, isso que estamos fazendo aqui é uma boa pauta. Vai sair no próximo?

Vai, sim, Daniel. A história do dia que você e o Roberto foram entrevistados pelos atingidos já está aí. Obrigado!

A seção “Hoje o repórter sou eu!”, da qual reproduzimos alguns fragmentos, foi publicada na segunda edição do Jornal e apresenta uma interessante inversão dos papéis enunciativos desempenhados pelos participantes do evento comunicativo representado pela entrevista, expressa pelo próprio título e pelo enunciado: “Em quatro meses, respondemos milhares de perguntas para os jornalistas. Agora, resolvemos inverter os papéis. Entrevistamos a imprensa.” Podemos identificar a presença de uma reflexão crítica dos atingidos sobre a sua relação com a imprensa tradicional, no sentido de reivindicarem a prerrogativa de fazerem perguntas a esta última, uma vez investidos do poder de produzirem e publicarem o próprio Jornal. Nessa perspectiva, essa prática implica a produção de estratégias metacognitivas relativas às atividades características da atividade jornalística, a exemplo da realização de entrevistas, com seus respectivos papéis de entrevistador e entrevistado, associados às ações discursivas de perguntar e responder. *A Sirene* propicia aos atingidos o acesso à produção de perguntas como forma de empoderamento discursivo, especialmente ao assumirem o papel de entrevistadores, e não de entrevistados. Assim, os excertos da seção em questão estabelecem uma relação dialógica entre os jornalistas e os atingidos, sendo que estes últimos, no papel de entrevistadores, realizam perguntas orientadas argumentativamente. Na primeira pergunta, podemos inferir a presença de uma orientação argumentativa crítica em relação à empresa Samarco – “Se fosse um atingido que perdeu tudo, ainda participaria de uma passeata em favor da Samarco?” –, corroborada pelas respostas dos jornalistas. Na segunda pergunta,

percebemos uma orientação argumentativa elogiosa em relação ao jornal *A Sirene* – “O que acha de termos agora o nosso jornal?” – também corroborada pelas respostas dos entrevistados. Além disso, destacamos a estratégia discursiva utilizada no final da seção, sob a forma de uma “réplica” que atesta enunciativamente a publicação da entrevista: “Vai, sim, Daniel. A história do dia que você e o Roberto foram entrevistados pelos atingidos já está aí. Obrigado!”

O caráter dinâmico⁷ de *A Sirene*, como tecnologia discursiva em construção, favorece a elaboração de novos padrões de acesso ao discurso, como forma de preservação da memória, de resistência e de empoderamento dos atingidos, produzindo práticas discursivas emergentes. Ainda que elas não se enquadrem estritamente nas convenções dos gêneros mais típicos da imprensa tradicional, assimilam algumas dessas características, para engendrar novas formas de textualidade, mais adequadas à identidade e às demandas e objetivos dos atingidos e do coletivo Minuto de Sirene. Isso nos remete à abordagem de Van Dijk (2008), segundo o qual:

A forma crucial de acesso consiste no poder de controlar dimensões variadas do próprio discurso ou fala: qual a modalidade de comunicação pode ser usada (fala, escrita), qual variedade linguística pode/deve ser usada e por quem (língua padrão ou de prestígio, um dialeto etc.), quais gêneros do discurso são permitidos, quais tipos de atos de fala, ou quem pode iniciar ou interromper turnos de fala ou sequências discursivas (VAN DIJK, 2008, p.92)

A Sirene assume uma postura democrática de valorização das diferenças culturais e linguísticas, comportando uma plasticidade considerável em termos da gestão da presença de registros discursivos mais próximos da oralidade e de respeito aos diversos graus de letramento

⁷ A alusão ao caráter dinâmico do jornal refere-se ao fato de que existe uma permanente avaliação sobre o efeito e a validade de cada edição, bem como da apresentação gráfica e das seções do jornal. Essa avaliação é realizada em reunião aberta, pública, com a participação decisiva dos atingidos e dos membros dos grupos de apoio. É no decorrer de cada uma dessas reuniões que se definem as alterações de linha, se for o caso, e a pauta para a próxima edição, bem como quais serão os sujeitos responsáveis por cada item da pauta, sendo a produção escrita mediada pelos grupos de apoio (#Umminutodesirene e NITRO).

que se fazem representar em seus textos. Essa mesma plasticidade se apresenta na negociação das pautas e na configuração dos gêneros, de características mais autorais do que de rotina. Não obstante, podemos observar um processo de regularização de alguns padrões de acesso ao discurso que nos parecem relevantes para uma reflexão mais apurada sobre formas de empoderamento constitutivas do jornal. Assim, a assimilação das características dialogais da entrevista propiciou a emergência de uma seção que tem sido recorrente desde a segunda edição do jornal, apresentando uma crescente regularidade enunciativa. Trata-se da seção intitulada “Direito de entender”, na qual a prerrogativa de elaborar e de fazer perguntas avulta como principal estratégia de acesso a formas de empoderamento discursivo. Nesses termos, o próprio título faz referência ao direito dos atingidos de ter acesso a informações relevantes acerca das questões jurídicas relacionadas à vida e aos direitos das famílias impactadas. Essa seção permite o acesso dos atingidos a um evento comunicativo em que fazem perguntas a autoridades do poder público, especialmente representantes do ministério público. Reproduzimos abaixo fragmentos de duas seções do “Direito de entender”, publicadas respectivamente na terceira e na quinta edições do jornal.

(9) O DIREITO DE ENTENDER

Por Maria do Carmo da Consolação (Carminha), Manoel Marcos Muniz, Mauro Marcos Silva, Mônica dos Santos
Com apoio de Ana Elisa Novais e Letícia Oliveira
Respondido por Guilherme Meneguim

Onde e como estão sendo tomadas as decisões sobre os nossos direitos?

Nas reuniões com a Samarco e a Comissão dos Atingidos, em assembleias públicas da Ação Civil Pública que nós no Ministério Público ajuizamos. Nela, o acordo foi: R\$ 20 mil a cada família. R\$ 10 mil como verba de manutenção e R\$ 10 mil de adiantamento da indenização, cujo valor final ainda não foi estipulado. Desses valores, R\$10 mil serão

descontados do valor futuramente, mas os outros R\$10 mil não podem ser descontados. Da mesma forma com as indenizações das famílias que perderam parentes. Elas receberam um adiantamento de R\$100 mil. As famílias que não receberam esses valores ainda podem requerê-lo, mas se entraram com ações individuais terão que esperar a liberação. É importante frisar: o que não foi decidido ainda pode entrar em outras audiências. É preciso que todos participem das reuniões e acompanhem as negociações. [...]

Não é nosso objetivo e nem dispomos de condições de tempo e espaço para analisarmos a integridade dos textos que constituem a seção “O direito de entender”. Queremos apenas ressaltar a sua relevância, no sentido de constituir um evento comunicativo que, no caso específico do excerto acima, interpela o promotor de Mariana, Guilherme Meneguen, a esclarecer questões relativas às instâncias de tomada de decisão responsáveis por lutar para garantir os direitos dos atingidos. O promotor, em sua resposta, menciona essas instâncias e descreve, mais especificamente, os valores das verbas indenizatórias acordadas na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público, enfatizando a importância do engajamento dos atingidos.

Na sequência, apresentamos um trecho da seção “O direito de entender” que tematiza o acórdão proposto pela União e pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, publicada na quinta edição de *A Sirene*.

(10) DIREITO DE ENTENDER (Especial “Acórdão”)

Entrevista com o promotor Carlos Eduardo Ferreira Pinto
Por Antônio Geraldo dos Santos, Mirela Sant’Ana e
Mônica Santos

Com apoio de Ana Cristina Maia, Ana Elisa Novais e Lucas
Godoy

Como o STJ suspendeu o acórdão (decisão tomada no dia 30 de junho e repassada pelo promotor em primeira mão e, até então, com exclusividade ao jornal *A Sirene* naquele dia)?

O Ministério Público Federal tinha entrado com uma reclamação no Superior Tribunal de Justiça. E, nessa reclamação, a desembargadora decidiu pela suspensão do acordo.

[...]

Então, o que é o acórdão?

Uma medida jurídica criada pela União e pelos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo para pôr fim a uma ação civil pública iniciada logo após o rompimento da barragem de Fundão. Aquela que pedia R\$ 20 bilhões. Eles fizeram esse chamado “acórdão” com as três empresas (Samarco/Vale/BHP), tentando, de alguma forma, celebrar todas as medidas necessárias para a recuperação dos danos ambientais e socioeconômicos. Aí reside uma das principais críticas do Ministério Público de Minas Gerais.

[...]

O acórdão podia ameaçar os direitos dos atingidos?

Não só “pode”. Ele ameaça de fato o direito dos atingidos

No excerto da entrevista acima, realizada com o promotor de Justiça de defesa do meio ambiente do Estado de Minas Gerais, podemos perceber o alcance e as limitações do Jornal como tecnologia discursiva que oferece aos atingidos padrões de acesso ao discurso. Logo na primeira pergunta, o Jornal destaca que a decisão de suspender o acórdão foi “repassada pelo promotor em primeira mão e, até então, com exclusividade ao jornal *A Sirene*”, fato que o valoriza como forma de empoderamento das comunidades atingidas. A disponibilidade do promotor para responder as questões do Jornal também denota o seu reconhecimento nesse sentido. Por outro lado, fica claro que é o promotor que ocupa uma posição de saber e de poder de decisão, do ponto de vista institucional, a exemplo da prerrogativa de fazer uma reclamação no Superior Tribunal de Justiça. Nesse caso específico, que tematiza o acórdão entre União e Estados com as Empresas (Samarco/Vale/BHP), podemos observar a complexidade das estruturas institucionais envolvidas no processo em questão e o seu poder de tomar decisões à revelia das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem. O acórdão proposto pode ser analisado como um exemplo do que Van Dijk

(2008) chama de dominância, enquanto “forma de abuso do poder social, isto é, como exercício moral e legalmente ilegítimo de controle sobre os outros em benefício ou interesse próprio de alguns, frequentemente resultando em desigualdade social” (VAN DIJK, 2008, p.88). Ao longo da entrevista, o promotor critica e expõe claramente o caráter abusivo do acórdão, que faz uma blindagem da Samarco, ao criar uma estrutura que retira da responsável pela reparação dos danos ambientais e sociais a obrigação de ressarcir.

Bem entendido, o jornal *A Sirene* não tem o poder de reverter as decisões tomadas no âmbito das estruturas de dominância socioeconômica, jurídica e política, mas assume a responsabilidade de promover o acesso à informação e à mobilização dos atingidos, configurando, como dissemos, uma instância de resistência e de contrapoder. Sobretudo, o protagonismo assumido pelos atingidos, na reivindicação de seus direitos, na afirmação de sua cultura e na preservação de sua memória e de seu patrimônio é, sem dúvida, a principal forma de empoderamento dessas comunidades, proporcionada pelo Jornal. Um último exemplo que apresentamos para ilustrar essa forma de resistência e de reflexão crítica diz respeito ao posicionamento dos atingidos acerca da proposta da Samarco de construir o chamado Dique S4, que, segundo a empresa, teria o objetivo de controlar novas inundações, através do alagamento de uma área considerável do distrito de Bento Rodrigues, como forma de represamento e retenção dos rejeitos. Na sexta (e, até então, última) edição do Jornal, essa questão foi escolhida como uma das principais pautas, resultando na publicação da seção “Dique S4 – problema ou solução”, da qual reproduzimos alguns trechos:

(11) DIQUE S4 – PROBLEMA OU SOLUÇÃO

Por Antônio Geraldo dos Santos, Cristiano José Sales,
Lucimar Muniz e Manuel Marcos Muniz.

Com apoio de Felipe Pires, Isabella Walter, MAB e Stênio
Lima

[...]

“Para mim, não podemos admitir que a cena do crime
seja encoberta com água e rejeito. As únicas prova e
garantia que temos são as ruínas e as casas que sobraram.

A construção do dique S4 é inadmissível neste momento. Não conseguimos assimilar a perda que tivemos e tão cedo eles já querem tomar o que é nosso, aquilo que levamos gerações para construir. Querem nos furtrar. Estão usando a forma mais covarde para fazer isso: quando dizem que a única solução é a construção do dique S4, querem nos por contra a parede, quando na verdade acho que querem é tirar o que é nosso.” Antônio Geraldo dos Santos

[...]

“A empresa tem a proposta dela para o dique e dá várias garantias de como tudo será feito. Mas, depois de 9 meses do rompimento da barragem, podemos confiar plenamente no discurso dela? Quem garante que não haverá alteamento do dique S4 após um tempo, com o argumento de que sem altear ele não vai resolver o problema de descida da lama? Se ele for alteado, vai alagar uma área maior ainda da comunidade de Bento Rodrigues. Há muito mais coisa em jogo: provas do crime, cultura, história.” MAB

A matéria é composta por um conjunto de depoimentos dos atingidos que denota um posicionamento caracterizado pelo claro enfrentamento da estratégia de “dominância” da Samarco – “A construção do dique S4 é inadmissível neste momento” –, baseado em referências ao Relatório Final da Comissão Extraordinária das Barragens/Belo Horizonte 2015/2016, ao Parecer do Comitê Interfederativo e à Nota Técnica do IBAMA. Nesse sentido, os atingidos, em colaboração com o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), que questiona as supostas garantias dadas pela empresa, argumentam acerca dos riscos implicados na proposta de construção do dique S4, acusando a empresa e denunciando quais seriam as suas reais intenções, ao propor a construção do referido dique. Trata-se de uma forma contundente de contradiscurso e de resistência à pressão exercida pela empresa, evidenciando, mais uma vez, o acesso a formas de empoderamento propiciada pela ferramenta discursiva representada pelo jornal *A Sirene*.

4 Conclusão

Neste artigo buscamos desenvolver uma análise do jornal *A Sirene* a partir de categorias oriundas de diferentes modelos de análise do discurso, as quais foram integradas e compatibilizadas em função do recorte que escolhemos para abordar o nosso objeto, cuja riqueza e relevância ultrapassam muito os limites de nossa proposta. Assim, enquadramos nossa abordagem do jornal a partir das noções de ferramenta da tecnologia discursiva (PAVEAU, 2013) e de padrões de acesso discursivo ao poder (VAN DIJK, 2008), as quais se mostraram pertinentes e produtivas para os nossos objetivos de pesquisa. Nesse sentido, investimos na hipótese de que *A Sirene* constitui uma ferramenta da tecnologia discursiva que promove padrões de acesso discursivo ao poder por parte dos atingidos, na medida em que assumem o protagonismo no processo de “co-laboração” do jornal, que se realiza como prática em constante transformação, com vistas a seu amadurecimento e consolidação. É nessa perspectiva que destacamos um trecho do editorial da terceira edição do Jornal, que afirma: “Sem dúvida, esta nova edição apresenta um jornal mais maduro e representante das questões que afligem atualmente os atingidos na região de Mariana. Um jornal feito com e para eles. #UmMinutoDeSirene.”

Essa dinâmica de construção não se faz sem respeito às diferentes opiniões daqueles que participam do seu processo, e é na capacidade de gerir as divergências e tensões, de refletir criticamente sobre o seu próprio fazer, em prol de um objetivo coletivo, que *A Sirene* vem conquistando espaço e credibilidade em nível regional e nacional, a qual é legitimamente mencionada pelo próprio Jornal no editorial de sua quarta edição:

(12) EDITORIAL

Em meio a esse interesse nacional, a *Sirene* foi destaque em uma matéria publicada no Observatório de Imprensa, fórum de opiniões que dedica-se a pensar o papel do jornalismo no Brasil. A matéria em questão ressalta a importância de *A Sirene* para os atingidos de Mariana e municípios próximos, como Barra Longa.

O nosso jornal é fruto do trabalho voluntário dos atingidos e de simpatizantes dessa causa, e a sua continuidade

ganhou dois reforços em maio. A Comissão dos Atingidos de Mariana, com o aval do Ministério Público e da Arquidiocese de Mariana, aprovou recursos que garantirão a publicação mensal de *A Sirene* por mais dois anos. A Brazil Foundation, entidade que mobiliza recursos para ideias e ações que procuram transformar o país, aprovou um projeto que financiará bolsas e oficinas que permitirão aperfeiçoar a produção do jornal. [...] *A Sirene* continua soando.

Esse fragmento do editorial atesta e reforça a nossa hipótese de que *A Sirene* é uma ferramenta de construção de conhecimentos e de ativação de estratégias cognitivas e metacognitivas de aprendizagem e de ação conjunta desenvolvida na interação entre os atingidos e os grupos de apoio, a exemplo do projeto que financiará bolsas e oficinas para o aperfeiçoamento da produção do jornal. Sendo assim, *A Sirene* consiste no esforço de promover a inclusão dos discursos das comunidades em situação de vulnerabilidade social em padrões de acesso mais afeitos à complexidade comunicacional da sociedade contemporânea, na qual a narrativa dos atingidos assume visibilidade através da mediação dos grupos de apoio. Podemos dizer que essa iniciativa constitui uma ação cidadã que visa a empoderar populações destituídas do exercício da cidadania, num país historicamente caracterizado pela desigualdade social e pela exclusão dessas populações, em razão da hegemonia das formas de dominância econômica, social, midiática e política.

Não obstante, essa prática de comunicação alternativa, popular e comunitária ainda encara o desafio de equacionar, sem anular, as divergências políticas que emergem, de um lado, entre os próprios atingidos, que muitas vezes manifestam opiniões distintas sobre os seus problemas e, inclusive, mesmo que de maneira minoritária, sobre a validade do próprio Jornal, como “voz” que os representa. De outro lado, faz-se necessário também zelar pela gestão sadia das contradições inerentes ao processo de mediação exercido pelos grupos de apoio, formados por um conjunto heterogêneo de sujeitos, com suas respectivas identidades pessoais e culturais, suas crenças e valores sobre os modos de agir e de dizer politicamente.

De qualquer forma, o jornal continua em pleno processo de produção, com suas edições sendo distribuídas ao público no quinto dia

de cada mês, em alusão à data de rompimento da barragem. Esperamos que essa ferramenta da tecnologia discursiva possa continuar a oferecer aos atingidos, na sua colaboração com os grupos de apoio/mediação, padrões de acesso ao discurso cada vez mais efetivos, aprimorados a partir da dialética entre o respeito à cultura e às variedades linguísticas dessas comunidades e o desenvolvimento de graus de letramento que potencializem a cognição social e distribuída, sob a forma da capacidade de dizer, de se mobilizar e de reivindicar seus direitos, na busca pela preservação do patrimônio, pela justiça e pela participação política.

Referências

- ACHARD-BAYLE, G. La linguistique cognitive et ses applications (?). *Les Cahiers de l'Acedle*, v.6, n.2, p.41-68, 2009.
- A SIRENE: para não esquecer, Mariana (MG), Fev. 2016.
- A SIRENE: para não esquecer, Mariana (MG), Mar. 2016.
- A SIRENE: para não esquecer, Mariana (MG), Abr. 2016.
- A SIRENE: para não esquecer, Mariana (MG), Mai. 2016.
- A SIRENE: para não esquecer, Mariana (MG), Jul. 2016.
- A SIRENE: para não esquecer, Mariana (MG), Ago. 2016.
- AUROUX, S. *La raison, le langage et les normes*. Paris: PUF, 1998.
- DENNET, D. Real patterns. *The Journal of Philosophy*, v.88, n.1, p.27-51, jan.1991.
- GIBSON, J. *The senses considered as perceptual systems*. Connecticut: Greenwood Press, 1966.
- HUTCHINS, E. L. How a cockpit remembers its speed. *Cognitive Science*, n.19, p.265-288, 1995.
- JONASSEN, D.H. What are cognitive tools? In. KOMMERS, P.A.M. et al. (Ed.). *Cognitive tools for learning*. Berlin: Springer-Verlag, 1992. NATO ASI Series, Vol.81, p.1-6.
- LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (Org.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015.
- MENDES, P. H. A.; MENDES, S. P. Experienciação, cognição e representações da memória: uma análise discursiva do patrimônio

imaterial da Região dos Inconfidentes. *Revista de Estudos da Linguagem*, v.21, p.259-284, 2013.

MENEZES, W. A.; SANTOS, S. P. (Org.). *Discurso, identidade, memória*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015.

PAVEAU, M-A. Réalité et discursivité. D'autres dimensions pour la théorie du discours. *Semen*, n.34, p.96-115, 2012.

PAVEAU, M-A. *Os pré-discursos: sentido, memória, cognição*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2013.

PAVEAU, M-A. Palavras anteriores. Os pré-discursos entre memória e cognição. *Filologia e linguística do português*, n.9, p.311-331, 2007.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PUTNAM, H. *The Threefold Cord: Mind, Body, and World*. New York: Columbia University Press, 1999.

SINHA, C. Culture, Language and the Emergence of Subjectivity. *Culture & Psychology*, n.6, p.197-207, 2000.

SINHA, C. Language as a biocultural niche and social institution. In: EVANS, V. (Org.). *New directions in cognitive linguistics*. Philadelphia: J.Benamins Co., 2009. p.289-310.

VAN DIJK, T. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2002.

VAN DIJK, T. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. *Society and Discourse: How social contexts influence text and talk*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

Diferenças condensadas em palavras

Differences condensed in words

Sírio Possenti

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP – CNPq – FEsTA), Campinas,
São Paulo, Brasil
siriop@terra.com.br

A guerra é a continuação da política por outros meios
(Klausewitz)

Esta questão do impeachment depende da avaliação política
– não de uma avaliação jurídica – que o Senado está fazendo
(Michel Temer)

Resumo: O objetivo maior do presente trabalho é analisar alguns aspectos da polêmica que se formou em torno da palavra “golpe”, considerando-a fundamentalmente no contexto do processo de *impeachment* que se encontra atualmente em curso no Brasil. Em um primeiro momento, menciona ou faz breves análises de outras palavras controversas e, em seguida, apresenta diversas acepções do termo “golpe”, tomando por base dois dicionários de línguas e dois dicionários políticos. Finalmente, propõe hipóteses de abordagem da palavra e mostra que, sendo ela fortemente disfórica, todos tentam evitá-la, por um lado, e, por outro, atribuí-la aos outros, em prováveis golpes de interpretação.

Palavras-chave: golpe; *impeachment*; polêmica; política.

Abstract: The main objective of this paper is to analyze some aspects of the controversy that surrounds the word “coup”, considering it mainly in the context of the impeachment process currently ongoing in Brazil. It also mentions or makes brief analysis of other controversial words

and presents different meanings of the word “coup”, considering two Portuguese dictionaries and two political dictionaries. Finally, it proposes several hypotheses about the meaning of the word “coup” and shows that, being it a strongly dysphoric word, all speakers try to avoid it, on the one hand, and to assign it to others, on the other hand, in what we may call “interpretation coups”.

Keywords: coup; impeachment; polemics; politics.

Recebido em 11 de agosto de 2016.

Aprovado em 14 de setembro de 2016.

1 Introdução: pequena história

É praticamente impossível demarcar com exatidão o início de um processo histórico. A única coisa certa é que, geralmente, a data que fica nos manuais é inexata. Por exemplo, certamente o processo de impedimento de Dilma Rousseff¹ não começou em dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara aceitou um dos vários pedidos e, com isso, deu início ao processo legislativo de avaliação do caso.

Talvez se possa dizer que começou no dia da reeleição (26/10/2014), porque o resultado foi de certa forma, inesperado, especialmente porque, até a abertura das urnas do Norte do país, a vitória do outro candidato era dada como certa.²

A derrota não foi aceita com a naturalidade desejada nas democracias. Foi contestada em diversas instâncias, das jornalísticas às judiciárias. A reação foi reforçada pelas medidas econômicas tomadas no começo do segundo mandato, que fizeram com que muitos eleitores de Dilma se frustrassem.

Mas, talvez, o processo tenha começado ainda antes. Segundo Ab’Saber (2015), uma data decisiva é abril de 2012, quando o setor bancário manifestou claramente que não aceitava a política de juros que a Presidenta implementava (muitos não acreditavam na independência do Banco Central). Teria começado então o desembarque dos apoiadores

¹ Neste texto, será chamada de Dilma, como tem sido corrente na mídia e na rua.

² Houve boatos de vazamento da contagem de votos. Comentaristas de TV insinuavam que sabiam mais do que diziam aos telespectadores, e determinados políticos se deslocaram para Brasília em vão.

poderosos do governo. Logo a mídia os seguiu, e, com ela, uma certa classe média, que não aceitava outros efeitos dos governos Lula e Dilma, notadamente algumas conquistas populares, posição que se materializava ora mais clara, ora mais difusamente.³

Não devem ser descartadas, no rol das condições que fundamentaram o processo, duas características de Dilma: a) não ter habilidade para a negociação política (constantemente repisada); b) ser mulher – para muitos, a misoginia teve papel importante em sua avaliação pelos políticos e pelas ruas.

Por exemplo, no início de 2013 ocorreram os famosos “rolezinhos”, uma afluência em massa de jovens adolescentes das periferias aos *Shopping Centers* elegantes. Sua movimentação assustava uma clientela desacostumada a ver “esse tipo de gente” no seu espaço (excetuadas talvez as empregadas domésticas e outros trabalhadores braçais que eventualmente atuam no espaço “nobre”). Também houve manifestações aparentemente pessoais,⁴ que se disseminavam nas redes sociais, com foi o caso de uma professora universitária do Rio de Janeiro que manifestou estranheza e certo desprezo e asco ao ver em um aeroporto (“-Ou rodoviária?”, perguntava ela a um amigo do mesmo nível) um passageiro de bermuda, tênis e camiseta regata. “-O glamour foi pro espaço”, comentou seu amigo, um reitor,⁵ em redes sociais. Evidentemente, não houve a intenção de ofender... eles insistiram em afirmar.

Eram sintomas. Houve outros. Em junho de 2013, na abertura da Copa das Confederações, frequentadores da cerimônia⁶ gritaram em coro “Dilma, vai tomar no cu”. Um pouco menos de um ano depois, as notórias manifestações de junho reduziram a pó os eventuais índices de popularidade elevados de todos os políticos. Os de Dilma nunca se recuperaram, exceto ao final da campanha política de 2014, efeito,

³ A expressão crua destas avaliações (não trabalham, fazem filhos para receber bolsa família etc.) pode ser vista em <https://www.facebook.com/lindbergh.farias/videos/1153817544629539/>. Foram estes enunciados que levaram muitos manifestantes à rua

⁴ Mas que eram óbvios indícios.

⁵ Ver: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,professora-e-afastada-da-puc-rio-por-ironizar-passageiro,1131398>

⁶ A nova configuração “arquitetônica” dos estádios (agora “arenas”) e os preço dos ingressos expulsara os “geraldinos” e outros representantes do povo nos estádios. Lá estava só a “classe média”.

segundo analistas, do fato de que pôde mostrar obras de seu governo que eram pouco divulgadas.⁷

Dois fatos são certamente determinantes, considerado este pano de fundo: a contração da economia e as denúncias de corrupção (em especial as ações da Lava Jato).⁸ Mais de um parlamentar declarou, até mesmo quando votava pelo impedimento, que o fazia pelo “conjunto da obra”,⁹ e não pelas duas razões alegadas pelos signatários do pedido de *impeachment* (que o Supremo determinou que deviam ser as únicas a ser consideradas, mesmo na fase a ser cumprida no Senado).

Outra narrativa, provavelmente verdadeira, mas que só é válida se considerado o pano de fundo geral, é o papel de Eduardo Cunha, por duas razões fundamentais: a) além de ser adversário ideológico claro dos projetos que Dilma representa, dois episódios foram determinantes: sua eleição à presidência da Câmara, combatida por Dilma, que encampou outra candidatura, fato que acirrou a disputa; b) acusado no Conselho de Ética de ter mentido em depoimento numa CPI, Eduardo Cunha precisava dos votos do PT para não ser processado; no mesmo dia em que os deputados do PT votaram contra sua demanda, ele aceitou e deu andamento ao pedido de *impeachment*.

Este breve pano de fundo inclui pelo menos mais um episódio relevante: o TCU, pela primeira vez, não aprovou as contas de um presidente (foram reprovadas as de Dilma relativas a 2014), alegando dois “erros”, que vieram a ser conhecidos como “pedaladas fiscais” e decretos suplementares de gastos, sem autorização do Congresso.¹⁰ O relatório foi votado em 15 minutos (normalmente, ocuparia uma sessão de várias horas).

Os fatos brevemente narrados são relevantes porque foram retomados por ambas as partes: ou para dizer que Dilma errou (cometeu

⁷ Uma análise das propagandas do governo mostraria que suas obras (transposição do São Francisco, aeroportos, rodovias e ferrovias, por exemplo, não apareciam. A publicidade se referia preferencialmente ações do tipo Mais Médicos (as sociais) ou era das estatais (Petrobrás, por exemplo).

⁸ A atuação claramente parcial da mídia, talvez dos procuradores e do juiz encarregado do caso puseram lenha na fogueira.

⁹ Recessão, desemprego, “bolivarianismo”...

¹⁰ Os atos foram analisados em detalhe por defensores e adversários, por testemunhas e peritos, durante a fase de instrução no Senado, tendo sido objeto de muitas controvérsias, tanto da parte de economistas quanto de juristas.

irregularidades e, além disso, numerosos erros administrativos – o propalado “conjunto da obra”) e por isso devia ser impedida, ou para dizer que Dilma podia ter errado, mas não cometera crimes (além de ter sido prejudicada por um Congresso hostil) e por isso não devia ser impedida; visto deste ângulo, o processo é uma armadilha destinada a tomar o poder não conquistado nas urnas –a agenda de Dilma incomoda os conservadores e os privatistas.

1.1 Questão política ou jurídica

O que foi exposto acima inclui ingredientes políticos e jurídicos. Os jurídicos representam o que poderia ser tipificado como crime de responsabilidade. Em tese, sem eles, um processo de impedimento não pode prosperar. A oitiva dos pareceres e das testemunhas mostra que há três interpretações: a) Dilma cometeu dois crimes (mencionados acima); b) Dilma não cometeu nenhum dos dois crimes; c) Dilma cometeu um dos crimes (decretos), mas não o outro (“pedaladas”). Todas as alternativas encontram defensores e críticos tanto no domínio político quando no jurídico. As alternativas podem ser comprovadas tanto em manifestações de magistrados na análise do processo, quanto no parlamento ou em entrevistas e em artigos publicados na mídia.

Um dos argumentos mais repetidos pelos que consideram o processo legítimo é que ele segue o roteiro definido pelo STF. Os que consideram o processo injusto (ou apenas político) argumentam que o STF jamais analisou o mérito das acusações, apenas seu *script* (prazos, critérios de escolha das comissões etc.). Dizer que o processo é legítimo *porque* o STF o supervisiona é como dizer que a condenação de um réu é justa porque o processo se deu num Tribunal, com hora marcada, o juiz ouviu a defesa e estava de toga... Ou seja: a questão básica seria se as provas são conclusivas, e não se os procedimentos formais são seguidos (argumento que sequer é rebatido pelos defensores do impedimento).

2 Certas palavras

Pode-se dizer que todas as palavras têm diversos sentidos. Uma das razões para isso são as mudanças históricas, seja por deslizamento do sentido, seja por alterações no “referente”, no sentido de que um objeto

ou um fato (palavras podem referir-se a fatos, a acontecimentos!) podem mudar sua “natureza”.

Esta variação de sentido é verdadeira armadilha, pelo menos em dois casos: a) quando uma palavra designa um conceito em uma doutrina específica (como “verdade” em Foucault ou na ciência, e “verdade” em acepções correntes, como as dos provérbios ou as chamadas verdades jornalísticas), o que pode levar análises a passar inadvertidamente de um espaço para outro; b) quando uma palavra se refere a dois aspectos de um objeto ou de uma entidade, como ocorre com “povo” (como se verá a seguir).

Eventualmente, discursos políticos recebem adesões em decorrência de um emprego eficaz de certas palavras, como “democracia”, “desenvolvimento”, “povo”, “social”.¹¹ Determinados embates políticos podem girar em torno de uma palavra, como é o caso, de alguma maneira, do emprego ou de sua recusa, da palavra “golpe”, na quadra em que escrevo este texto.

Outras expressões podem apresentar os mesmos “problemas”, isto é, serem armas de luta ou objeto de disputa. Veremos abaixo pelo menos dois casos. Antes, tratemos de duas palavras.

2.1 “Povo” e outras formas

Agamben (1996/2015) defende que a palavra “povo” tem dois sentidos. Por um lado, designa o sujeito político constitutivo; por outro, a classe que, de direito, está excluída da política (p. 35): “(...) o povo já traz sempre em si a fratura biopolítica fundamental. Ele é aquilo que não pode ser incluído no todo do qual faz parte e não pode pertencer ao conjunto no qual já está desde sempre incluído”¹² (p. 37).

Esta diferença se percebe bem na famosa formulação de Lincoln, quando invoca um “governo do povo, para o povo e pelo povo” (p.35). Na primeira ocorrência, “povo”, objeto do governo, é (em tese) a totalidade de uma população; na segunda, agente do governo, é aquela parte do povo

¹¹ A leitura de Williams (1976/2007) é, a este respeito, extremamente instrutiva. A obra anota as mudanças do sentido sofridas por muitas palavras, hoje controversas. O mais interessante é exatamente a controvérsia, eventualmente assinalada na adjetivação.

¹² Esta fratura, segundo Agamben, reflete dois sentidos de “vida”: ora tem a ver com “vida nua” (*zoé*), ora com existência política (*bios*).

que tem efetiva vida política (que tem poder); na terceira, seu sentido é ambíguo, e depende do governo, depende de ser governo de todo o povo ou de parte dele: se governa para todos, trata-se do povo no sentido de população de um país; se governa para poucos (os de sempre: industriais, banqueiros - os ricos - etc.), então povo se confunde com a parcela que governa.¹³ Pode até acontecer um fato “estranho”: se um governo inclui os mais pobres em seu escopo (“*le peuple, les malheureux*” da Revolução Francesa [id. p.36], quicá os descamisados de Collor), pode passar por populista – como se dar um pouco equivalesse a dar tudo para os que em geral são excluídos.¹⁴

Estas acepções, e mais algumas sutilezas, encontram registro em dicionários, como o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, que, entre outras acepções, anota: “conjunto de pessoas que vivem em comunidade num determinado território; nação, sociedade”, mas também “conjunto de pessoas que pertencem à classe mais pobre, à classe operária; plebe” e “conjunto dos cidadãos de um país, excluindo-se os dirigentes e a elite econômica”.

Janine Ribeiro (2000) mostra fenômeno semelhante, envolvendo duas palavras de raiz comum, e mostra que, apesar de isso parecer uma garantia de identidade de sentido, o efeito não se dá no emprego efetivo. Analisa as palavras “sociedade” e “social”, como são empregadas por empresários, políticos e jornalistas, e constata que “a sociedade” acabou por “designar o conjunto dos que detêm o poder econômico, ao passo que “o social” remete (...) a uma política que procura minorar a miséria”¹⁵ (p. 19). Esta conclusão decorre de fatos, como a declaração de um ministro de então, segundo o qual o modo de pôr fim à indexação seria “negociado com a sociedade”, por um lado, e, de outro, como o fato de o slogan de um governante que queria mostrar intenção de acudir os pobres ser “tudo pelo social”. Em suma, a sociedade com a qual o governo discute política econômica cabe em um salão de tamanho médio; já os que são alvo de sua “sensibilidade social” se espalham pelo país, especialmente nas periferias das cidades. Também neste caso o mesmo dicionário é instrutivo, registrando acepções diversas, diferenças até sutis. As que

¹³ Minha análise.

¹⁴ Os governos Lula e Dilma foram, com frequência, duramente acusados de dar “bolsa esmola” aos mais pobres, como se isso consumisse todo o orçamento federal.

¹⁵ Do povo, diria Agamben.

mais se aproximam da análise de Ribeiro são os sentidos “alta sociedade, a alta-roda” para o verbete “sociedade”. Para “social”, encontra-se tanto “concernente à sociedade” quanto, o que é aqui relevante, “o que diz respeito ao bem-estar das massas, especialmente as menos favorecidas” (a acepção captada pela análise de Ribeiro).

Brevemente, vale a pena comentar também o emprego corrente de “ideologia / ideológico”. Na mídia, mesmo quando repercute declarações de acadêmicos no poder, tais palavras sempre são sinônimas de “esquerda”. No campo da diplomacia, por exemplo, opõe-se “ideológica” a “de Estado” (como se fossem antônimos), e no campo econômico, o antônimo de “ideologia” é “racionalidade”. O posicionamento “conservador” poderia ser assim resumido: “vamos controlar os gastos, fazer as reformas necessárias e basta de ideologia”. Ou seja, só haveria ideologia de esquerda.¹⁶

3 Sobre a palavra “golpe”

Divido o tratamento da palavra “golpe” em quatro partes. Primeiro, apresento a questão a partir da ótica dos dicionários, embora não retome apenas os registros. Em segundo lugar, trato de “golpe” como um pé-construído. Em terceiro, menciono e comento algumas declarações de origem enunciativa diferente (expressando diversos posicionamentos). Finalmente, mostro alguns lances “retóricos”, tentativas de apropriação da palavra, que revelam sua instabilidade, por um lado, e seu efeito de sentido negativo, por outro.

Trata-se de uma tentativa de propor uma análise no calor da hora, isto é, no momento em que os brasileiros estão divididos entre os que defendem que há um golpe em curso e os que defendem que não.

Esta parte do trabalho justifica a epígrafe:¹⁷ “A guerra é a continuação da política por outros meios.” Com ela, se chamaria atenção para o fato de que um *impeachment* pode ser um golpe levado a termo por meios não usuais, clássicos, uma tese que tem sido frequentemente formulada e defendida nos últimos anos na América Latina.

¹⁶ Nossas elites não são só autoritárias, escravistas. São também iletradas.

¹⁷ É claro que esta afirmação implica revelar minha posição em relação ao que ocorre: é golpe.

3.1 Os dicionários

Este tópico inclui diversas questões. Uma delas, a mais evidente, mas longe de ser a única, é o registro das acepções da palavra “golpe” em dicionários de relevância (dicionários de “línguas”, em primeiro lugar, mas também dicionários políticos, que deixam explícitas as divisões sociais que as diferenças de sentido da palavra revelam).

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, por exemplo, registra quinze acepções, das quais duas poderiam ser consideradas uma “descrição” do fato político aqui considerado. A acepção 6, na qual o dicionarista anota “derivação: sentido figurado”, é “ato pelo qual a pessoa, utilizando-se de práticas ardilosas, obtém proveitos indevidos; estratégia, ardil, trama”. A acepção 7 inclui “ação ou manobra desleal”.

O argumento parece frágil para quem queira defender que *impeachment* é golpe, mas, considerando que o dicionário registra em nota de rodapé a informação de que “golpe de estado” é, para muitos, um galicismo,¹⁸ fica claro que as conotações políticas não são consideradas por ele.

Por outro lado, *Caldas Aulete* inclui “Golpe de Estado”, que define como “ato violento a que um governo recorre para sustentar o poder ou evitar alguma tentativa contra o Estado; trama pela qual um ou mais indivíduos por meios violentos derribam o governo estabelecido para constituir um novo; golpe”. Esta definição está mais próxima do que abaixo qualifico como “golpe prototípico” – além de, evidentemente, estar clara a diferença em relação ao Houaiss no tratamento de “golpe de Estado”.

Dicionários de política veiculam em geral diversas concepções de golpe, levando em conta aspectos históricos. Farhat (1996), por exemplo, abre o verbete citando definições de “golpe de estado” de diversos dicionários:

A expressão *golpe de estado* está dicionarizada como “mudança violenta ou ilegal de governo (*Oxford Concise Dictionary*), “subversão da ordem constitucional” (Aurélio), “violação deliberada das formas constitucionais por um governo, uma assembleia, um grupo de pessoas que detêm a autoridade” (Larousse); ou “a súbita e forçada

¹⁸ Por isso nem é definido.

substituição de um governo” (*Webster’s New Twenty Century Dictionary*). Reduzido a termos mais simples, golpe de Estado configura a substituição de um poder do Estado por outro, por métodos não constitucionais, com ou sem uso de violência física (p.455).

Além de citar estas definições, menciona características e casos que (mesmo sem golpes de interpretação) podem incluir o processo atualmente em curso no Brasil. Por exemplo, “o golpe de Estado *parte de um dos poderes do Estado contra outro*” poderia aplicar-se a casos em que o Legislativo “derruba” o Executivo.¹⁹ Entre os golpes havidos no Brasil, o mesmo autor (que foi ministro do general Figueiredo, note-se), cita o AI 5 (dezembro de 1968), “sucessivos golpes de Estado, consubstanciados nos atos institucionais 12, 13, 14 e 15, todos de 1969” (p.456) e acrescenta: “os golpes de Estado do presidente Ernesto Geisel,²⁰ em abril de 1977, através de duas emendas à Constituição” (ibidem), uma reformando dispositivos referentes ao Poder Judiciário e outra dispondo sobre eleição indireta de governadores (o conhecido Pacote de Abril). Antes, havia considerado golpe a decisão de Auro de Moura Andrade, então presidente do Senado, declarando vaga a presidência da República, em 1964.²¹

Barbé (1986), reconstituindo a noção historicamente, assinala a mudança de significado da expressão no tempo, e destaca a “mudança substancial dos atores (quem o faz)” e a “própria forma do ato (como se faz)” (p.545). Considera golpe, por exemplo, a decisão de Catarina de Médicis de eliminar os huguenotes na noite de São Bartolomeu (p.545), fato que em nada se parece com um golpe militar mais típico em determinada época e lugar (como os do século XX na América Latina, os famosos *pronunciamientos*).

O termo foi se “precisando paulatinamente”, afirma Barbé, especialmente com o advento das Constituições, quando passou a

¹⁹ Talvez o caso atual caiba nesta descrição.

²⁰ Raramente tratados como golpes, se é que um dia o foram!

²¹ No programa Roda Viva (4/7/2016, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JmMDX42jOoE>), o historiador Leandro Karnal, embora não tenha tomado posição sobre o processo contra Dilma, disse (em torno do 16º minuto) que o Brasil é um país no qual houve uma sucessão de golpes. E enumerou: Independência, maioridade de D. Pedro II, República, 1891, 1930, 1937, 1945, 1954 (tentativa em 1955). Não mencionou 1964! Vê-se, portanto, que as “referências” da palavra podem variar bastante.

designar basicamente “mudanças no governo, feitas na base da violação da Constituição legal do Estado, normalmente de forma violenta, por parte dos próprios detentores do poder político” (ibidem).

Em seguida, afirma que, nos anos recentes, houve uma proliferação de golpes, com “características bem diferentes” (ibidem). Na década de 1970, houve muitas mudanças de governo decorrentes de golpes, teoricamente promovidos por militares (ibidem), de forma que este tipo de golpe se tornou o mais frequente – e, por consequência, o mais típico (ou prototípico). Acrescenta que a história do conceito revela que o elemento decisivo da definição passou a ser “quem o faz”: antes, o soberano; depois, titulares do poder político legal; depois, um setor dos funcionários públicos – tipicamente, os militares (p.546).

Um subtítulo do verbete é sintomático, “Golpe de Estado e Golpe Militar”, indicando que um golpe de Estado não tem necessariamente caráter militar, o que fica mais claro quando cita Luttwak, para quem “Golpe de Estado consistiria na infiltração dentro de um setor limitado, mas crítico, do aparelho estatal e na utilização dela para privar o Governo do controle dos demais setores” (ibidem).²² Acrescenta em seguida que “Hoje não existe Golpe de Estado sem a participação ativa de pelo menos um grupo militar ou da neutralidade-cumplicidade de todas as forças armadas”,²³ afirmação que poderia ser discutida, mesmo à luz de algumas das declarações que serão citadas abaixo. Outra afirmação de Barbé é que “As consequências mais habituais do Golpe de estado consistem na simples mudança da liderança política” (p.547). Poderia ser uma boa descrição do processo em curso no Brasil, especialmente se consideradas mudanças profundas em algumas áreas.

Classicamente, o referente de uma palavra ou descrição definida era concebido como sendo uma coisa ou uma classe. Um dos debates clássicos, na Idade Média, referiu-se à questão dos universais: são uma coisa, um conceito ou nada (a palavra sendo apenas *flatus vocis*)? Mais recentemente, a questão da existência ou não do referente obrigou os semanticistas a se desdobrarem para explicar enunciados como “O rei da França é calvo” ou “Os marcianos são verdes”.

²² Poder-se-ia considerar que a aceitação do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados (em 17/4/2016) se enquadra nesta definição.

²³ Defensores do mandato Dilma poderiam dizer que este é o caso – neutralidade-cumplicidade.

Mais recentemente, uma teoria semântica associada a teorias cognitivas tem proposto que palavras referem-se não só a referentes “compactos”, mas a objetos complexos e/ou a processos. Conceitos como o de *frame* e de *script* fazem ver os “objetos” como complexos. Assim, explica-se mais claramente, por exemplo, sua retomada metonímica, como em “O *carro* bateu... Os *pneus* foram encontrados a 200 metros / os feridos estão no hospital X”, ou “O *julgamento* começou à 14h00. O *relator* votou pela constitucionalidade”.

Trata-se de conceitos relevantes para o caso em questão, porque, seja ele tratado como golpe ou não, o processo de impedimento é complexo (“pedaladas”, decretos, comissão, parecer, defesa, acusação...) e se desdobra no tempo (rito, comissão da Câmara, votação em plenário, admissibilidade, Comissão do Senado, apelo ao Supremo, defesa, acusação, peritos, testemunhas...). Se, por exemplo, se noticia que o MPF de Brasília declarou que as pedaladas não incriminam²⁴ Dilma Rousseff, a notícia é imediatamente associada ao processo de impeachment em andamento, mesmo que ele não seja mencionado no texto.

Outro conceito importante, também associado à linguística cognitiva, é o de protótipo que decorre basicamente da percepção de que as categorias não são homogêneas. Uma palavra como “pássaro”, por exemplo, refere-se a exemplares mais e menos prototípicos, variáveis conforme a cultura. Testes mostrariam que os membros mais representativos são os que um nome faz os falantes evocarem imediatamente (para alguma explicitação, ver Duque (2005)²⁵ e Silva (s.d./).

Considerados estes conceitos, torna-se mais fácil postular, por exemplo, que alguém defenda que o processo de *impeachment* começou logo depois das eleições de 2014 (em um programa de TV) ou já no início de 2015,²⁶ ou apenas com a admissão por Eduardo Cunha de um dos pedidos de *impeachment*.

²⁴ Ver <http://www.tijolaco.com.br/blog/mpf-de-brasilia-diz-que-pedalada-nao-e-crime-e-isso-importa-senadores/>

²⁵ A concepção invadiu teorias gramaticais: haveria, por exemplo, substantivos mais prototípicos (menino, livro) e menos prototípicos (verdes).

²⁶ Como noticiou o *Estado de S. Paulo*, em 17/04/2016, p. A12, em reportagem intitulada “G8 do *impeachment* teve reuniões durante 1 ano”, esmiuçando os trabalhos de um grupo de parlamentares coordenado por Heráclito Fortes).

Outra dimensão dos dicionários pode ser vista nesta consideração de Bernard Gardin, que propunha considerar certos debates como “o estabelecimento de um dicionário”: (...) trata-se, “para cada grupo (1) de impor seus próprios significados aos significantes que fazem parte do vocabulário político comum (...) e de combater a mesma tentativa por parte do adversário: recusar seu emprego dessas unidades; (2) de dar a verdadeira significação dos termos típicos do adversário, denunciando os significados ocultos (...); (3) de impor seus próprios signos linguísticos: significante e significado. (...) A metáfora subsiste na pena de Bonnafous e Tournier (...) quando escrevem que “o homem no poder brinca permanentemente de dicionário” (ver KRIEG-PLANQUE, 2009/2010, p. 104).

3.2 Golpe e golpe prototípico

Consideradas as definições de golpe acima mencionadas e a retomada rápida de alguns conceitos cognitivos, pode-se dizer que há golpes prototípicos e golpes não prototípicos (ou mais e menos prototípicos), ou seja, que se trata de um conceito vago e historicamente cambiante. Desde Catarina de Médicis até os recentes episódios eventualmente considerados golpes (Paraguai, Honduras e mesmo o atual processo de *impeachment* de Dilma), diversos tipos de golpe ocorreram.

Provavelmente, tende-se a considerar que um golpe prototípico é promovido por militares, envolve alguma violência, quebra de aspectos da Constituição, censura e eliminação de alguns direitos básicos, como o de reunião e de livre manifestação. Neste caso, um golpe precisa de golpistas identificáveis (mas eles nunca aceitarão esta designação).²⁷

Um bom exemplo desta interpretação é o enunciado de Cunha Lima no *Jornal da Cultura*, de 16/5/2016, reproduzido em seu blog. Discordando dos que chamam de golpe o que ocorre no Brasil, expõe do processo uma concepção bem estrita:

Que golpe é esse que não tem nenhuma arma nas ruas?
Que golpe é este no qual os artistas acusadores podem
voltar tranquilamente para o Brasil e exercerem seu direito

²⁷ Vale a pena citar uma passagem de Fährat: “Sei que, no mínimo, não é “politicamente correto” qualificar como golpe de Estado qualquer decisão do Congresso Nacional. Porém, se algo tem cheiro de rosa, pétalas de rosa, espinhos de rosa e “jeitão” de rosa, que outra coisa será?” (p.456)

à crítica, livremente? Que golpe é este, durante o qual a presidente do Brasil pode voar para os Estados Unidos, representar o país na ONU, e voltar tranquilamente em vez de ser condenada ao exílio? Que golpe é este no qual, após a admissão de um processo, a presidente pode ficar hospedada na moradia oficial, visitar sua família em avião pilotado por oficiais das Forças Armadas e retornar livremente ao Palácio da Alvorada? Que golpe é este no qual a presidente já foi intimada a fazer sua defesa, exercendo um direito legítimo, e se não for condenada, voltar ao exercício da presidência? Como pode o Brasil estar vivendo um golpe de estado, se todos os manifestantes contra ou a favor do impeachment frequentam livremente as ruas para se manifestarem, sob a proteção do estado? Juristas divergem sobre os procedimentos do impeachment, em andamento, e até negando-o, mas o seu ritual foi definido pelo Supremo e quem atualmente preside o Senado, instância final do mesmo, é o próprio presidente do Supremo.
(<http://jorgedacunhalima.ig.com.br/index.php/2016/05/18/que-golpe-e-este>)

Vai no mesmo sentido o seguinte excerto de uma entrevista de Walter Russel Mead, professor de relações internacionais americano que afirma conhecer bem o Brasil: “Quando alguém fala em golpe, o que eu imagino são tanques de guerra tomando conta das ruas da cidade e o Exército fechando o Senado. Mas o que observo são deputados e senadores votando em paz” (*Veja*, 03/08/2016. p.13).

3.3 Estabilidade e pré-construído

Um pré-construído prototípico se materializa em um nome – de preferência uma nominalização –, precedido de artigo definido (como em “o aumento da inflação”) e é considerado evidente. Contém um implícito: “há/houve aumento da inflação” e, portanto, faz apelo a certa memória. É um “pressuposto”²⁸ a partir do qual se fala. Algo fala, antes e alhures, na clássica formulação de Pêcheux.

²⁸ Ver Henry (1992).

Exemplos de “golpe” como um pré-construído são: “*O golpe* e a súbita decadência da imagem do Brasil no exterior”; “Aqueles que votarem pelo *Golpe* terão seus nomes manchados para sempre na história do Brasil”; “os ingleses leram: “Traída por seu companheiro de chapa, condenada por um Congresso contaminado por corrupção e insultada pelo abuso que sofreu como prisioneira da ditadura militar, sofreu *um grande golpe*”; “O golpe só foi produzido porque teve por trás um discurso único bombardeado dia e noite pela mídia à população”. As ocorrências poderiam ser multiplicadas facilmente.

Assim, eventualmente, enuncia-se “golpe” como se seu sentido fosse algo estabilizado. Por isso, ocorre muito frequentemente sem adjetivo, sem qualificação. Pode não ser “óbvio” para todos os enunciadores, mas é óbvio para os que enunciam no interior de determinado posicionamento. Assim, os que pensam que o *impeachment* é um golpe dizem “o golpe”, e dizendo “o golpe” implicam que o consideram um golpe.

O fato de que se diga “golpe militar” implica que outra adjetivação é possível – daí uma certa proliferação de adjetivações, cada uma dando conta de determinado aspecto do golpe: golpe parlamentar, político e branco indicam, no primeiro caso, quem são os agentes do golpe (os parlamentares), no segundo, sua natureza (“político” é mais vago do que parlamentar, mas não o exclui; em geral, significa que os agentes são mais numerosos, talvez mais difusos [a mídia, o capital etc.]), e “branco” indica que o golpe não foi violento ou sangrento.

Trata-se de golpes não prototípicos, que nem por isso deixam de ser golpes, à luz da história. Não só os rouxinóis são pássaros. Tucanos também são.

Um dos efeitos do sentido prototípico de golpe leva a entender implicitamente golpe como golpe militar (eventualmente violento, com suspensão de direitos), como alguns enunciadores fazem. Seguiria um *script* clássico. O fato pode ser entendido também como efeito de uma estabilidade do sentido da palavra. O que pode ser associado a uma tese de Courtine, segundo a qual certas formas nominais, frequentemente topicalizadas, “são saturadas pelo consenso ideológico que estabiliza sua referência” (*apud* MAINGUENEAU, 1987, p.143-144), exatamente porque “sabe-se o que é”, “são evidentes”. Quando tais palavras são adjetivadas (ou qualificadas de alguma outra maneira), o fato indica alguma instabilidade, alguma não coincidência entre interlocutores.

Por exemplo, talvez se possa dizer que, no Brasil atual, a palavra “democracia” adquiriu um sentido bastante estável. Por isso, não são muito comuns, embora ocorram, adjetivações como “democracia *formal / burguesa*”.

Voltando à palavra “golpe”, vale um comentário um pouco digressivo. Trata-se de palavra fortemente negativa, disfórica. Ninguém assume que dá um golpe ou que é golpista. Um bom exemplo são os discursos em torno do golpe de 1964, cujos defensores o chamavam de “revolução” (até “revolução gloriosa”, eventualmente reduzida a “gloriosa”, com uma dose de ironia, na boca de críticos) e cujos adversários o chamavam de “golpe” ou “golpe militar”, sintagma que enfatizava esta característica, à época quase redundante. Recentemente, a propósito dos 50 anos do evento, nova designação se tornou corrente: “golpe civil-militar”, cujo efeito não foi o de inocentar os militares, mas de explicitar a grande participação de civis (governadores, congressistas, empresários, donos de jornais etc.), tanto na fase de conspiração quanto na de execução, e, principalmente, na sua consolidação. Vale anotar que, de certa forma, alguns civis também colaboraram para seu fim, premiados pela sociedade civil²⁹ organizada, especialmente quando o golpe deixou de dar lucro.

3.4 Assim é, se lhe parece

Em relação ao sentido de “golpe” e a sua adequação ao evento em curso no Brasil, há duas posições básicas e claramente opostas. Os que consideram que há golpe e os que pensam que não. A declaração seguinte, de Eduardo Cardozo, que estava na Advocacia Geral da União, defensor de Dilma em todo o processo, resume bem o primeiro posicionamento, assim como a de Jorge Cunha Lima resume bem o segundo:

Golpe de Estado é derrubar ilegalmente um governo constitucionalmente legítimo. Os golpes de estado podem ser violentos ou não (...). O golpe de estado pode consistir simplesmente na aprovação por parte de um órgão de

²⁹ “Sociedade civil” mereceria um parágrafo, pela adjetivação (que a distingue de “sociedade”, em grande parte comprometida, então, com a delegação do poder central aos militares). A expressão teve enorme apelo nos últimos anos da ditadura, tendo de certa forma desaparecido, depois de “cumprir sua missão”.

soberania de um diploma que **revogue a constituição** e que confira todo o poder do Estado a uma só pessoa ou organização, ou também um **golpe militar**, em que unidades das forças armadas ou de um exército popular conquistam alguns lugares estratégicos do poder político para assim forçar a rendição do governo. **Para ser considerado golpe de Estado, não necessariamente o governante que assumiu o poder pela força tem de ser militar...**

O que é interessante observar é que os adversários da tese do golpe aplicam a palavra a casos bem menos próximos de um golpe prototípico do que o processo que tenta derrubar Dilma. Vejam-se, por exemplo, as duas declarações seguintes,³⁰ uma de Michel Temer, que se tornou manchete (duas, na verdade): “NOVAS ELEIÇÕES? PARA O VICE MICHEL TEMER, ANTECIPAR O PLEITO É GOLPE” / “GOLPE É ROMPER COM O QUE ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO, DIZ TEMER”, e a de um dos principais assessores de Temer, Romero Jucá: “GOLPE É CONVOCAR NOVAS ELEIÇÕES”.

Parece razoável dizer que, se o *impeachment* não é golpe, porque segue determinadas regras, muito menos seria um golpe a convocação de novas eleições, que só poderiam acontecer após mudança na Constituição e, portanto, seriam constitucionais.

Anoto ainda outro enunciado que desestabiliza a oposição aparentemente pacífica entre os grupos pró e contra. Bolívar Lamounier, valorizado³¹ representante do discurso de que não há golpe, declarou que a abertura do processo foi um contragolpe democrático³² (foi título de uma coluna na FSP em 21/4/2016). Ora, contragolpe é golpe!³³

Outros enunciados revelam este jogo em que a “bola” é a palavra “golpe”. Uma carta de leitor de 29/07/2016 (*Folha de S. Paulo*) defende que “o verdadeiro golpe está acontecendo agora na Turquia. Os *expurgos* constantes e as *restrições* da liberdade de imprensa são um retrocesso

³⁰ Em diversos meios, no dia 26/4/2016.

³¹ Não se sabe como nem por quê.

³² Trecho do texto: “Os 367 votos a favor do *impeachment* representaram muito mais do que uma dura reprovação à incompetência e às ilegalidades do governo Dilma. Representaram um *contragolpe democrático*. Ainda não sepultaram a farsa que Lula iniciou em 2010, mas são um passo decisivo nessa direção. A pá de cal será o julgamento no Senado.”

³³ Ver análises do que ocorre nestes dias na Turquia...

à democracia”.³⁴ E uma nota da coluna Painel, no dia 27/07, no mesmo jornal, informa que o atual advogado geral da União terá declaração citada na defesa de Dilma no Senado. É que, em 2015, usou a expressão “golpe revestido de institucionalidade” para se referir ao processo que estava para começar (para ele, antes era, agora não é mais “golpe”).³⁵

Mas os enunciados mais representativos do jogo que consiste em considerar que golpistas são os outros foram proferidos quatro anos antes, especialmente a propósito de acontecimentos que sucederam ao golpe contra o Presidente Lugo, do Paraguai, em 2012.

3.4.1 *Um caso quase à parte*

Uma das evidências de que “golpe” é uma arma ideológica *prêt-à-porter* é seu emprego conjuntural. Um bom exemplo foi o tratamento dado ao “*impeachment*” de Lugo, no Paraguai, e a alguns desdobramentos decorrentes da interpretação desse acontecimento por presidentes de países membros do Mercosul.

Vinícius Souza publicou matéria no blog “Opera Mundi”, em 01/10/2012, na qual afirmava que cooptar militares para derrubar governos “vermelhos” deixara de ser condição *sine qua non*, e chamava de golpe parlamentar/midiático o evento que teve no centro o presidente Jorge Zelaya, em Honduras. A destruição da imagem pública do governante, basicamente pela mídia, de certa forma passou a ocupar o lugar da conspiração militar. Tal ação é seguida por uma decisão do Congresso, que garante um “verniz” de legalidade ao processo, disse ele.

O insuspeito Clovis Rossi, em 23/6/2012, no jornal *Folha de S. Paulo*, publicou coluna com o título “Paraguai repete Honduras com “golpe constitucional” na América do Sul”. Veja-se o início de seu texto:

É tão chocante o afastamento do presidente Fernando Lugo que permite a Ali Rodríguez – um político das entranhas do “chavismo”, que não é exatamente um modelo acabado de democracia - dar uma aula de democracia. Cita: “É uma nova modalidade de golpe de Estado supostamente constitucional”.

³⁴ Ênfases acrescidas.

³⁵ Aliados do ministro alegam que, naquela ocasião, ele falava como advogado privado sobre fatos anteriores ao mandato.

Não há como discordar, acrescenta Rossi, insuspeito de simpatia por Lugo (e hoje, por Dilma). Menciono estas duas matérias para resumir os discursos de um posicionamento, o de que foram golpes os processos – diferentes – que culminaram, na queda de Zelaya e de Lugo.³⁶

Creio que ocorre a muitos que se trata de um discurso das esquerdas, que trataria negativamente aqueles fatos, por considerar seu desfecho perigoso e favorável a segmentos sociais mais conservadores. Nesta leitura, a “esquerda” abusaria da palavra “golpe” (o que muito se repete hoje na imprensa e nas redes sociais).

Ora, verifica-se que a “direita” se valeu da mesma palavra para designar movimentos havidos no Mercosul após a queda de Lugo. Considere-se o seguinte excerto (29/6/ 2012, acessível em <http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/67248/Abril-trata-como-golpe-Venezuela-no-Mercosul.htm>): “As bruxas estão soltas na América Latina. Se alguém acessar agora a página principal da Veja.com,³⁷ porta de entrada da Editora Abril na internet, poderá se imaginar de volta aos tempos da Guerra Fria. O site denuncia um “golpe” do Mercosul, *ao permitir o ingresso da Venezuela no Mercosul* (ênfase acrescida). Para a Abril, democrática foi a transição política no Paraguai, em que um *impeachment* se processou em menos de 48 horas.”

Observe-se uma espécie de inversão: segundo a notícia, *Veja* considerou a “derrubada” de Lugo legal, mas chamou de golpe à decisão do Mercosul de permitir a entrada da Venezuela.³⁸

Muito significativo é o artigo de Reinaldo Azevedo (que publica um blog hospedado na *Veja*). A chamada é “Golpe no Mercosul – Dilma chuta a democracia, acolhe uma ditadura e vira coadjuvante de Cristina Kirchner”. O texto, resumidamente, afirma que os governos da Argentina, Brasil e Uruguai suspenderam o Paraguai do Mercosul e aproveitaram, eles sim, para dar um *golpe cartorial e burocrático*³⁹ (ênfase acrescida). Fizera rigorosamente aquilo que acusam o Senado paraguaio de ter feito: deram um *golpe branco* (ênfase acrescida; atenção a “branco”). E

³⁶ Imagine o leitor o que diria o articulista se tratasse do mesmo ponto de vista (mas não trata) o que está ocorrendo no Brasil.

³⁷ O mesmo link permite acesso a todos os documentos citados a seguir.

³⁸ Para os esquecidos, ou muito jovens, é relevante informar que o Paraguai havia sido suspenso do Mercosul porque os outros países membros consideraram a queda de Lugo um golpe, e aplicaram ao país uma suspensão prevista para violações da chamada cláusula democrática.

³⁹ Esta e as próximas ênfases são acrescidas.

continua: “Há, sim, *uma nova modalidade de golpe* na América Latina: *o golpe das eleições!*”

Há mais: Augusto Nunes (adversário notório do “lulismo”, o que inclui os governos Dilma), publicou texto em seu blog sobre este tema, na ocasião. O título dá o tom: “Os três patetas do Mercosul usaram o golpe que não houve no Paraguai, como pretexto para a execução de um golpe de verdade.”

O texto prossegue: “O *golpe que não houve* no Paraguai foi o pretexto invocado pelos parceiros vigaristas para a *consumação de um golpe real* (ênfase acrescida). O *impeachment* de Fernando Lugo foi decretado sem que qualquer norma constitucional fosse violada.” Mas “(...) *golpe é o nome da coisa*” é a afirmação por meio da qual avalia a entrada da Venezuela no Mercosul.

5 Conclusão

Se a guerra é a continuação da política por outros meios, um *impeachment* pode ser um golpe por outros meios. Foi o que este trabalho pretendeu mostrar, apresentando a palavra “golpe” e diversos de seus tratamentos, seja por parte de dicionaristas, de cientistas políticos, mas, principalmente, como um bom problema para analistas do discurso, que, partindo dela, tanto podem preferir a defesa de alguma ou de algumas das acepções, quanto mostrar que se trata de um caso exemplar de uma tese clássica da AD, segundo a qual o sentido de uma palavra (bem como de um enunciado) depende do posicionamento de que o discurso emerge, ou, querendo, da posição discursiva de seu enunciador.

Do ponto de vista linguístico-discursivo, creio que o breve passeio pelas anotações retomadas e pelo *corpus* mostra inequivocamente que noções como as de *frame*, *script* e protótipo deveriam ser considerados mais constantemente pela análise do discurso, para evitar que o tratamento dos efeitos de referência dê a impressão de que a teoria vê um “mundo” muito estável, composto apenas de indivíduos e de classes de indivíduos, sendo que os acontecimentos e os processos são os fatos que melhor “exemplificam” as grandes teses da teoria.

Um argumento final: se o que houve no Brasil não foi um golpe, o que houve em Nice foi um acidente de trânsito.⁴⁰

⁴⁰ Explicando: como não se tratou de um ato terrorista prototípico (com bombas ou homens bomba), alguém poderia dizer que não foi terrorismo.

Referências

- AB'SABER, T. Dilma Rousseff e o ódio político. São Paulo: Hedra, 2015.
- AGAMBEN, G. O que é um povo? In: _____. *Meios sem fim*. São Paulo: Autêntica, 1996/2015. p.35-40.
- BARBÉ, C. Golpe de Estado. In: BOBBIO, N. et al. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB, 1986. p.545-547.
- DUQUE, P. H. Teoria dos protótipos, categoria e sentido lexical. Acessível em: [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/7\(22\)13.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/7(22)13.htm), /2005./
- FARHAT, S. *Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HENRY, P. *A ferramenta imperfeita; língua, sujeito e discurso*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992.
- KRIEG-PLANQUE, A. A noção de “fórmula” em Análise do Discurso: quadro teórico e metodológico. São Paulo: Parábola, 2009/2010.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1988/1990.
- RIBEIRO, R. J. A sociedade contra o social ou A sociedade privatizada. In: RIBEIRO, R. J. *A sociedade contra o social; o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.19-25.
- SILVA, A. S. da. A linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. Acessível em <http://www.inf.unioeste.br/~jorge/MESTRADOS/LETRAS%20-%20MECANISMOS%20DO%20FUNCIONAMENTO%20DA%20LINGUAGEM%20-%20PROCESSAMENTO%20DA%20LINGUAGEM%20NATURAL/ARTIGOS%20INTERESSANTES/Lingu%C3%A9stica%20Cognitiva.pdf> /s.d./
- WILLIAMS, R. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 1976/2007.

Anexo

Transcrevo excertos em que se trata do acontecimento analisado neste artigo. Divido-os em CONTRÁRIOS e FAVORÁVEIS, e ponho em negrito algumas palavras ou sequências que poderiam ser analisadas como a expressão clara ou indicial de um dos dois posicionamentos. É uma forma de resolver, de algum modo, a questão do *corpus*, que, neste caso, como em todos os que produzem uma polêmica, é expressivamente numeroso, por um lado, mas, por outro, enormemente repetitivo, de forma que, depois de considerados alguns excertos, pode-se dizer que se tem acesso ao *corpus*⁴¹. No entanto, valeria a pena também considerar diferenças, mesmo que pequenas, que certamente mostrariam que há sempre mais heterogeneidade do que se imagina num corpus.

FRAGMENTOS DE TEXTOS EM QUE O *IMPEACHMENT* É CONSIDERADO GOLPE:

(1)- “É absolutamente má-fé dizer que todo impeachment está correto. Para estar, a Constituição exige que se caracterize crime de responsabilidade. **É isso. Impeachment sem crime de responsabilidade é o quê? É golpe.**” (ROUSSEFF,⁴² 30/03/2016).

(2)- “... para haver impeachment tem que haver a caracterização do crime de responsabilidade da presidente da República. **Quando o impeachment acontece sem essa caracterização, o nome sinceramente não é impeachment, é outro nome.**” (RENAN CALHEIROS,⁴³ 22/03/2016).

(3)- “Acertada a premissa, ela tem toda razão. Se não houver fato jurídico que respalde o processo de impedimento, **esse processo não se enquadra em figurino legal e transparece como golpe.**” (MARCO AURÉLIO MELLO, 30/03/2016).

(4)- “Luiz Carlos Bresser-Pereira criticou (...) o atual processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (...). **‘Isso é um golpe parlamentar e vai trazer um arranho grave na democracia brasileira.’** (BRESSER-PEREIRA, 04/05/2016).

⁴¹ Agradeço a Marilena Inácio de Souza pelo levantamento.

⁴² Pronunciamento do lançamento da 3ª etapa do programa Minha Casa, Minha Vida.

⁴³ Pronunciamento de Renan Calheiros, após se reunir com o ex-presidente Lula.

(5)- “É por isso que **nas atuais circunstâncias deve-se falar em golpe. Golpe contra a legalidade, contra a vontade de mais de 54 mi de brasileiros**. Enquanto muitos conspiram p/ chegar aonde as urnas não deixaram, nós seguiremos combatendo as tentativas de violação do processo democrático.” (JAQUES WAGNER,⁴⁴ 26/03/2016).

(6)- “**Sou totalmente contra o impeachment, que é um golpe**. Porque a peça jurídica apresentada pelos advogados não tem nenhuma consistência. Não traz nenhum crime de responsabilidade. E a oposição sabe disso, tanto que vários deles já falaram que o impeachment também é político. (...) o impeachment sem crime, é simplesmente um golpe. Então, eu, a partir dessa compreensão, não tenho condição de votar.” (REGINALDO LOPES,⁴⁵ 17/04/2016).

(7)- “**Impeachment sem crime de responsabilidade é golpe**”. “(...) Entregar o país para essa gente é entregar o galinheiro para as raposas”. (ZÉ DE ABREU,⁴⁶ 24/04/2016).

(8) “Brazil for Sale: How a **legal Coup** set the Stage for privatization.” (The Nation, 27/7/2016).

(9) “**Não é necessário ter tanques nas ruas. Esse é um golpe frio**. Os que votaram pelo impeachment ficarão na História como **golpistas**.” (Senador LINDBERGH FARIAS).⁴⁷

FRAGMENTOS EM QUE O IMPEACHMENT NÃO É CONSIDERADO GOLPE:

(1)- “... a Câmara dos Deputados **respeitou os cânones estabelecidos na Constituição. O procedimento preliminar** instaurado na Câmara dos Deputados, disse o Supremo Tribunal Federal pelo menos duas vezes em julgamento público, **mostra-se plenamente compatível com o itinerário que a Constituição traça a esse respeito**. Portanto, ainda que a senhora presidente da República veja a partir de **uma perspectiva eminentemente pessoal a existência de um golpe**, na verdade, há um gravíssimo equívoco. (...) Eu digo que **é um gravíssimo equívoco falar em golpe. Falar em golpe**

⁴⁴ Texto publicado no Twiter do ministro Jaques Wagner em 26/03/2016.

⁴⁵ Deputado Federal –PT/ Minas Gerais

⁴⁶ Declaração no Programa Domingão do Faustão em 24/04/2016.

⁴⁷ Declaração na sessão da Comissão do Senado que votou o parecer do Senador Anastasia, em 04/08/2016.

é uma estratégia de defesa. (...) Na verdade é um grande equívoco reduzir-se o procedimento constitucional de impeachment à figura do golpe de Estado.” (CELSO DE MELLO,⁴⁸ 13/04/2016).

(2)- **“A Sra. Presidente da República insistiu no erro de tachar de “ilegal” e “golpista” a ação dos senhores deputados, omitindo propositadamente que o rito do impeachment foi determinado pelo Supremo Tribunal Federal, nos julgamentos das inúmeras e frustradas tentativas de seu governo de impedir a atuação do poder legislativo.”** (NOTA DO PMDB, 14/04/2016).

(3)- **“Como eu disse e escrevi em novembro, eu acho que o impeachment não é golpe. É um mecanismo previsto na Constituição para afastamento de um presidente da República. Golpe é uma expressão que pertence ao mundo da política e nós aqui usamos apenas expressões do mundo jurídico.”** (BARROSO,⁴⁹ 28/03/2016).

(4)- **“O processo de impeachment em curso hoje no Brasil não é um golpe de Estado,** mas tampouco representa a melhor solução para o país, que seria uma eleição geral capaz de renovar também o Congresso.” (The Economist,⁵⁰ 08/04/2016).

(5)- **“O processo é legítimo e não configura sequer ‘ruptura institucional’.** Cabe refutar as insistentes e irresponsáveis alegações, por parte da denunciada, de **que este processo de impeachment configuraria um ‘golpe’.** Em primeiro lugar, **nunca se viu golpe com direito a ampla defesa, contraditório, com reuniões às claras, transmitidas ao vivo, com direito à fala por membros de todos os matizes políticos, e com procedimento ditado pela Constituição e pelo Supremo Tribunal Federal.**” (ANASTASIA,⁵¹ 04/05/2016).

(6)- **“Houve ofensa à lei, houve ofensa à Constituição, houve crime de responsabilidade. Impeachment não é golpe, não, é mecanismo legal e constitucional.”** (BAUER,⁵² 12/05/2016).

⁴⁸ Ministro do STF, Celso de Mello, fala sobre o impeachment, na câmara dos Deputados, antes do julgamento de Rousseff.

⁴⁹ Declaração do ministro do STF Luis Roberto Barroso em 28/03/2016.

⁵⁰ Fragmento do texto “Quando um Golpe não é um Golpe”, publicado na revista *The Economist*, edição de abril de 2016.

⁵¹ Parecer de Antônio Anastasia, relator da Comissão Especial do processo de Impeachment no Senado.

⁵² Declaração do senador Paulo Bauer, do PSDB, sobre o relatório de Anastasia.

(7)- “As pessoas que sofrem eventualmente impeachment não são criminosas, não têm penalidade, **não se trata de um processo penal. É um processo político, da incapacidade demonstrada pelo governo de governar e, para tentar governar, infringir a constituição. (...) Não tem nada a ver com golpe, é um remédio constitucional.**” (CARDOSO, F.H.⁵³).

(8)- “**O impeachment não é golpe. Ele tem base de legalidade.** O problema é que com ele não vamos alcançar a finalidade de passar o País a limpo...”. (SILVA, M.⁵⁴ 06/05/2016).

(9)- “Esta será uma semana muito importante porque haverá a votação do impeachment e, por consequência, um julgamento. **Muitos falam em golpe, até mesmo a presidente. Mas a senhora está empregando a palavra errada. Golpe quem deu foi a senhora, quando prometeu uma série de coisas para os seus eleitores e não cumpriu.**” (FONTOURA, A.⁵⁵ 10/04/2016).

⁵³ Discurso de FHC em evento de lançamento do site do Instituto Teotônio Vilela.

⁵⁴ Declaração de Marina Silva à Jovem Pan em 06/05/2016.

⁵⁵ Declaração de Ary Fontoura durante o programa Domingão do Faustão, em 10/04/2016.